

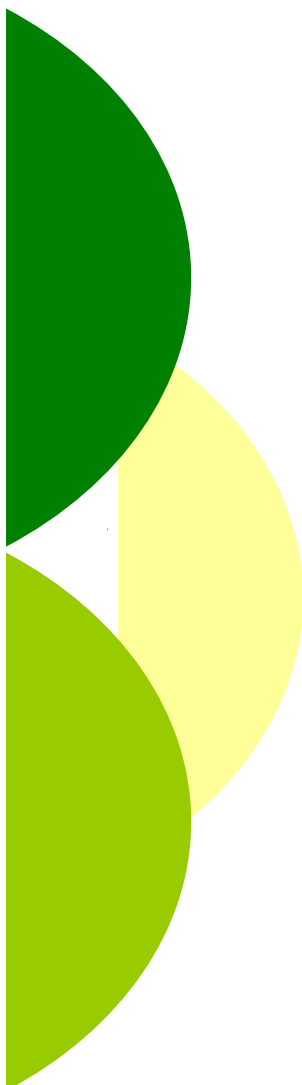
PORTUGAL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Secretaria Regional da Agricultura e Florestas



PRORURAL

**Programa de Desenvolvimento Rural
da Região Autónoma dos Açores
2007-2013**

REVISÃO 2 – Versão de 18 de Novembro de 2007

ÍNDICE GERAL

| | | |
|--------|--|-----|
| 1. | TÍTULO DO PROGRAMA..... | 8 |
| 2. | ZONA ABRANGIDA PELO PROGRAMA | 8 |
| 3. | ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE BASE, ESTRATÉGIA ESCOLHIDA E AVALIAÇÃO EX-ANTE..... | 8 |
| 3.1. | Análise da situação de base - Pontos fortes e fracos | 8 |
| 3.1.1. | Contexto socio-económico geral | 8 |
| 3.1.2. | Desempenho dos sectores agrícola, florestal e alimentar | 30 |
| 3.1.3. | Ambiente e gestão do espaço rural..... | 62 |
| 3.1.4. | Economia rural e qualidade de vida | 96 |
| 3.1.5. | LEADER | 113 |
| 3.2. | Estratégia escolhida..... | 117 |
| 3.3. | Avaliação <i>EX-ANTE</i> | 131 |
| 3.4. | Impacto do anterior período de programação | 131 |
| 4. | JUSTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES ESCOLHIDAS | 140 |
| 4.1. | Justificação das prioridades escolhidas, tendo em conta as Orientações Estratégicas Comunitárias e o Plano Estratégico Nacional..... | 140 |
| 4.2. | Impacto esperado de acordo com a avaliação ex-ante no que respeita às prioridades escolhidas... | 146 |
| 5. | EIXOS E MEDIDAS PROPOSTAS PARA CADA EIXO | 158 |
| 5.1. | Requisitos Gerais | 158 |
| 5.2. | Requisitos relativos a todas ou várias medidas | 162 |
| 5.3. | Informação sobre Eixos e Medidas | 167 |
| 5.3.1. | EIXO 1 - Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal | 167 |
| 5.3.2. | EIXO 2 - Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural | 259 |
| 5.3.3. | EIXO 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural..... | 348 |
| 5.3.4. | EIXO 4 - Abordagem LEADER | 380 |
| 6. | PLANO DE FINANCIAMENTO | 399 |
| 6.1. | Plano Financeiro Anual | 399 |
| 6.2. | Plano Financeiro por Eixo | 399 |
| 7. | REPARTIÇÃO FINANCEIRA INDICATIVA POR MEDIDA..... | 400 |
| 8. | FINANCIAMENTO NACIONAL ADICIONAL | 407 |
| 9. | CONCORRÊNCIA E REGIMES DE AUXÍLIOS AUTORIZADOS | 408 |
| 10. | COMPLEMENTARIDADE COM AS MEDIDAS FINANCIADAS POR OUTROS INSTRUMENTOS DA PAC, ATRAVÉS DA POLÍTICA DE COESÃO E PELO FEP | 410 |
| 10.1. | Avaliação e meios para garantir a complementaridade | 410 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 10.2. | Medidas dos Eixos 1, 2 e 3 | 414 |
| 10.3. | Medidas do Eixo 4 | 414 |
| 11. | DESIGNAÇÃO DAS AUTORIDADES COMPETENTES E ORGANISMOS RESPONSÁVEIS | 416 |
| 11.1. | Autoridade de Gestão..... | 418 |
| 11.2. | Organismo Pagador..... | 419 |
| 11.3. | Organismo de Certificação..... | 420 |
| 11.4. | Descrição sucinta da Estrutura de Gestão e Controlo | 420 |
| 11.5. | Salvaguarda dos interesses financeiros comunitários..... | 423 |
| 12. | DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO | 424 |
| 12.1. | Descrição dos Sistemas de Acompanhamento e Avaliação | 424 |
| 12.2. | Composição do Comité de Acompanhamento..... | 424 |
| 13. | DISPOSIÇÕES PARA ASSEGURAR QUE O PROGRAMA É PUBLICITADO..... | 426 |
| 13.1. | Plano de Comunicação..... | 426 |
| 13.2. | Acções para informar os beneficiários potenciais e os beneficiários do Programa | 428 |
| 13.3. | Acções para informar os beneficiários do Programa acerca da contribuição comunitária..... | 431 |
| 13.4. | Acções para informar o público em geral acerca do papel desempenhado pela Comunidade no programa e dos respectivos resultados..... | 431 |
| 14. | DESIGNAÇÃO DOS PARCEIROS CONSULTADOS E RESULTADOS DAS CONSULTAS | 433 |
| 14.1. | Resultados das consultas | 435 |
| 15. | IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E NÃO DISCRIMINAÇÃO | 437 |
| 15.1. | Igualdade entre homens e mulheres | 437 |
| 15.2. | Não discriminação..... | 437 |
| 16. | ASSISTÊNCIA TÉCNICA..... | 439 |
| 16.1. | Actividades de Assistência Técnica | 439 |
| 16.2. | Rede Rural Nacional..... | 440 |
| 17. | ANEXOS..... | 441 |
| 17.1. | ANEXO I - Indicadores de Base - Objectivos e Contexto..... | 442 |
| 17.2. | ANEXO II - Indicadores de Realizações, de Resultados e de Impacto..... | 448 |
| 17.3. | ANEXO III - Resumo dos resultados das consultas realizadas aos parceiros económicos e sociais | 462 |
| 17.4. | ANEXO IV - Avaliação ex-ante (versão completa) | 479 |
| 17.5. | ANEXO V - Plano Sectorial Rede Natura 2000 | 480 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Indicadores Demográficos, UE, PT e Açores | 14 |
| Quadro 2- Lugares Censitários por escalões de dimensão populacional, por ilha, 2001 | 15 |
| Quadro 3 - Evolução da População dos Açores entre 1950 e 2001 (variação em %) | 15 |
| Quadro 4 - Evolução da População residente, por grupos etários, 1991/2001 | 16 |
| Quadro 5 - Movimentos naturais e migratórios na década de 90 | 17 |
| Quadro 6 - Evolução de indicadores demográficos, Açores e Portugal | 17 |
| Quadro 7 - População Residente - Censos 2001 e Projecções..... | 18 |
| Quadro 8 - Indicadores de desenvolvimento económico e emprego, UE 25, PT e Açores | 19 |
| Quadro 9 - VAB a preços base e Emprego, por sectores e actividades económicas, 2003 e 2000..... | 21 |
| Quadro 10 - Evolução de Indicadores demográficos e de emprego na RAA, 1999-2005..... | 24 |
| Quadro 11 - Taxas de Actividade e Emprego, Açores e Portugal, 2004 | 24 |
| Quadro 12 - Evolução da repartição sectorial do emprego na RAA, 2001-2005 | 25 |
| Quadro 13 - Uso do solo e estrutura das explorações, UE 25, Portugal e Açores | 26 |
| Quadro 14 - Contexto socio-económico geral - Pontos fortes, pontos fracos, disparidades, necessidades, lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças | 28 |
| Quadro 15 - Indicadores para o sector agrícola e agro-alimentar, UE, PT e Açores..... | 31 |
| Quadro 16 - Evolução da utilização da superfície das explorações agrícolas, 1989-1999 | 32 |
| Quadro 17 - Padrão de especialização produtiva, segundo a OTE, por ilha (% do número de explorações)..... | 33 |
| Quadro 18 - Evolução do efectivo bovino e da produtividade das vacas leiteiras, 1999-2005..... | 34 |
| Quadro 19 - Principais características dos produtores agrícolas singulares, PT e RAA..... | 36 |
| Quadro 20 - Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças | 57 |
| Quadro 21 - Indicadores de ambiente e gestão do espaço rural, UE25, PT e Açores..... | 62 |
| Quadro 22 - Lista de Áreas Protegidas..... | 65 |
| Quadro 23 - Lista de Sítios de Importância Comunitária | 67 |
| Quadro 24 - Lista de Zonas de Protecção Especial | 67 |
| Quadro 25- Uso do solo na Rede NATURA 2000 e área dos povoamentos florestais por espécie dominante | 68 |
| Quadro 26 - Distribuição geográfica (ilha) do efectivo adulto e número de criadores da Raça Autóctone Ramo Grande..... | 72 |
| Quadro 27 - Características das principais lagoas da RAA | 73 |
| Quadro 28 - Ocupação do solo das principais lagoas da RAA..... | 74 |
| Quadro 29 - Classificação da água das lagoas | 77 |
| Quadro 30 - Classificação das lagoas quanto ao estado de eutrofização..... | 77 |
| Quadro 31 - Classificação da superfície em função do risco de erosão | 85 |
| Quadro 32 - Distribuição da área (ha) de cada tipo de cultura efectuado em modo de produção biológico | 87 |
| Quadro 33 - Ambiente e Gestão do Espaço Rural - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças | 93 |
| Quadro 34 - Repartição das Sociedades sedeadas na RAA, segundo a CAE-Rev.2.1, em 2004 | 97 |
| Quadro 35 - Repartição do Volume de Negócios das Sociedades sedeadas na RAA, segundo a CAE-Rev.2.1, em 2004 | 98 |
| Quadro 35 - Volume de Negócios das Sociedades sedeadas na RAA, por Concelho, em 2004..... | 98 |
| Quadro 36 - Repartição do Pessoal ao Serviço nas Sociedades, na RAA, segundo a CAE - Rev2.1, em 2003 | 99 |
| Quadro 37 - Pessoal ao Serviço das Sociedades em Actividade, por Concelho da Sede, em 2003 | 99 |
| Quadro 38 - Indicadores da sociedade de informação, 2005 (%) | 105 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 39 - Indicadores da rede regional de saúde | 106 |
| Quadro 40 - População Residente, com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida (% do Total), 2001 | 108 |
| Quadro 41 - Economia Rural e Qualidade de Vida - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças | 110 |
| Quadro 42 - Indicador para o LEADER, UE, PT e Açores | 113 |
| Quadro 43 - Tema federador, estratégia local e objectivos gerais e específicos dos Planos de Desenvolvimento Local | 113 |
| Quadro 44 - EIXO 1 - Designação e objectivos das medidas | 121 |
| Quadro 45 - EIXO 2 - Designação e objectivos das medidas | 123 |
| Quadro 46 - EIXO 3 - Designação e objectivos das medidas | 125 |
| Quadro 47 - EIXO 4 - Designação e objectivos das medidas | 125 |
| Quadro 48 - Repartição financeira indicativa entre eixos | 126 |
| Quadro 49 - Indicadores de Impacto do PRORURAL | 128 |
| Quadro 50 - Desenvolvimento Rural: dotações iniciais e finais do FEOGA, para o período 2000-2006 | 131 |
| Quadro 51 - Apoio ao Desenvolvimento Rural 2000-2006: PRODESA, PDRu Açores e LEADER+, aprovações 2000-2005, por grandes domínios de intervenção | 132 |
| Quadro 52 - FEADER, PEN, PRORURAL e OEC | 141 |
| Quadro 53 - Repartição da programação financeira indicativa, por objectivos estratégicos e sub-objectivos, do PEN e do PRORURAL | 145 |
| Quadro 54 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 1 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006 | 159 |
| Quadro 55 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 2 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006 | 160 |
| Quadro 56 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 3 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006 | 161 |
| Quadro 57 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 4 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006 | 161 |
| Quadro 58 - Contribuição anual do FEADER (euros, preços correntes) | 399 |
| Quadro 59 - Plano Financeiro, por eixo (euros, preços correntes) | 399 |
| Quadro 60 - Repartição financeira indicativa, por código de medidas CE (nos termos do ponto 7 do Anexo II do Regulamento (CE) 1974/2006) | 400 |
| Quadro 61 - Repartição financeira indicativa, por Medida e Acção do PRORURAL | 403 |
| Quadro 62 - Auxílios de Estado - Quadro previsto no ponto C do ponto 9 do Anexo II do Regulamento (CE) n.º1974/2006 | 409 |
| Quadro 63 - Regimes de apoio referidos no Anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006, com excepção dos relativos à aplicação do Título III do Regulamento (CE) n.º 247/2006, que não têm medidas equivalentes no PRORURAL | 411 |
| Quadro 64 - Regimes de apoio referidos no Anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006, com excepção dos relativos à aplicação do Título III do Regulamento (CE) n.º 247/2006, que podem ter medidas equivalentes no PRORURAL | 412 |
| Quadro 65 - Regimes de apoio referidos no Anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006, relativos à aplicação do Título III do Regulamento (CE) n.º 247/2006 | 413 |
| Quadro 66 - Orçamento indicativo do Plano de Comunicação do PRORURAL | 428 |
| Quadro 67 - Lista dos principais parceiros económicos e sociais consultados | 434 |
| Quadro 68 - Lista das principais consultas realizadas | 435 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Arquipélago dos Açores..... | 9 |
| Figura 2 - Distribuição da superfície total da RAA, por ilhas..... | 10 |
| Figura 3 - Densidade Populacional por Ilhas e Concelhos, 2001 (Habitantes por km ²)..... | 12 |
| Figura 4 - População Residente Segundo o Nível de Instrução, Portugal e Açores em 2001 | 18 |
| Figura 5 - Evolução do PIBpm <i>Per Capita</i> em ppc entre 2000 e 2003, RAA e PT (UE25=100), e RAA/PT (PT=100) | 20 |
| Figura 6 - Evolução da taxa de desemprego nos Açores e em Portugal, 1993-2005 | 23 |
| Figura 7 - População activa segundo o nível de escolaridade, Açores e Portugal, 2004..... | 24 |
| Figura 8 - Uso do solo na RAA..... | 26 |
| Figura 9 - Ocupação da superfície agrícola útil | 27 |
| Figura 10 - Ocupação da superfície florestal | 27 |
| Figura 11 - Evolução da produção do ramo agrícola, 1995-2000 | 37 |
| Figura 12 - Evolução dos principais índices de desenvolvimento económico da agricultura, 1995-2000..... | 37 |
| Figura 13 - Estrutura da Indústria Transformadora, 2001 (%) | 38 |
| Figura 14 - Estrutura das Indústrias Alimentares e de Bebidas (%), 2001 | 38 |
| Figura 15 - Percentagem de agricultores com OTE Bovinos de Leite, por classes de idade..... | 40 |
| Figura 16 - Evolução da produção de leite nos Açores (mil litros) - campanhas 1996/97-2004/05 | 41 |
| Figura 17 - Importância relativa de cada ilha na produção total de leite (campanha 2005/2006) | 41 |
| Figura 18 - Produção total de leite, por freguesia (campanha 2005/2006)..... | 41 |
| Figura 19 - Evolução da produção de lacticínios, campanhas 1997/98 a 2005/06 (%) | 42 |
| Figura 20 - Repartição da produção regional de lacticínios, campanha 2005/06..... | 42 |
| Figura 21 - Repartição da produção de produtos lácteos, por ilha, campanha 2005/06 | 43 |
| Figura 22 - Repartição por ilhas da saída de gado bovino vivo para o exterior, 2005..... | 44 |
| Figura 23 - Evolução dos abates de bovinos, suínos e aves, 1996-2003 | 45 |
| Figura 24 - Total de abates por ilha, 2005 | 46 |
| Figura 25 - Repartição dos abates por espécie, 2005 | 46 |
| Figura 26 - Evolução das principais áreas de cultivo, 1989, 1999, 2003 | 47 |
| Figura 27 - Evolução da área total de vinha, por ilha..... | 49 |
| Figura 28 - Repartição das áreas, por tipo de vinha..... | 49 |
| Figura 29 - Estrutura da floresta na RAA | 51 |
| Figura 30 - Utilização da criptoméria (%) | 53 |
| Figura 31 - Mercados de destino da criptoméria serrada (%) | 53 |
| Figura 32 - Rede Natura e outras áreas protegidas | 66 |
| Figura 33 - Evolução da área efectiva em Modo de Produção Biológico (2000 - 2005)..... | 86 |
| Figura 34 - Evolução e distribuição da área de culturas em Modo de Produção Biológico | 87 |
| Figura 35 - Sociedades sedeadas na RAA, por concelho da Sede, em 2004..... | 96 |
| Figura 36 - Distribuição por ilha da capacidade de alojamento e n.º de dormidas na hotelaria tradicional, 2005 (%) | 101 |
| Figura 37 - Distribuição por ilha da capacidade de alojamento e n.º de dormidas em TER, 2005 (%)..... | 101 |
| Figura 38 - Evolução do transporte marítimo de passageiros e carga, 2001-2005 | 104 |
| Figura 39 - Evolução do movimento de passageiros nos aeroportos regionais, segundo o tipo de tráfego, 2001-2005 | 104 |
| Figura 40 - Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local: investimento aprovado por domínio de intervenção no período 2001-2005 (%) | 115 |

| | |
|--|-----|
| Figura 41 - LEADER - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças | 116 |
| Figura 42 - Repartição financeira indicativa entre os domínios prioritários de actuação, por Eixo (%) | 127 |
| Figura 43 - Esquema simplificado da estrutura de gestão e controlo..... | 422 |

1. TÍTULO DO PROGRAMA

O presente programa intitula-se “Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2007-2013”, adiante designado por PRORURAL.

2. ZONA ABRANGIDA PELO PROGRAMA

O PRORURAL abrange a área territorial portuguesa correspondente à Região Autónoma dos Açores (RAA). Toda a Região está integrada no “Objectivo Convergência”, nos termos da política de coesão.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE BASE, ESTRATÉGIA ESCOLHIDA E AVALIAÇÃO EX-ANTE

3.1. Análise da situação de base - Pontos fortes e fracos

3.1.1. Contexto sócio-económico geral

A RAA reúne um conjunto de características de natureza geográfica, social, económica e ambiental que a distinguem claramente dos restantes territórios nacionais e europeus. Esta especificidade tem determinado a adaptação das políticas nacionais e comunitárias ao seu território, particularmente através do seu estatuto de Região Ultraperiférica, nos termos do n.º 2 do artigo 299 do Tratado:

“2. O disposto no presente Tratado é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às Ilhas Canárias.

Todavia, tendo em conta a situação social e económica estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho...adoptará medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação do presente Tratado a essas regiões, incluindo políticas comuns.

O Conselho, ao adoptar as medidas pertinentes a que se refere o parágrafo anterior, terá em consideração domínios como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas nos domínios da agricultura e das pescas, as condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da Comunidade.

O Conselho adoptará as medidas a que se refere o segundo parágrafo tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das regiões ultraperiféricas, sem pôr em causa a integridade e a coerência do ordenamento jurídico comunitário, incluindo o mercado interno e as políticas comuns.”

Enquadramento político-administrativo

Os Açores constituem uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de poderes legislativos e executivos. Constituem órgãos de governo próprio a Assembleia Legislativa Regional, sediada na Horta, e o Governo Regional, com sedes dos seus departamentos nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Ambos os órgãos possuem delegações/departamentos em várias ilhas. Em termos de administração local, a Região está organizada em 19 concelhos e 156 freguesias.

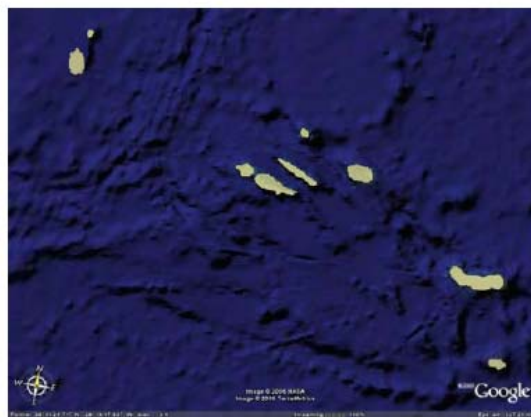
Território

Localização, relevo e morfologia

A Região Autónoma dos Açores é um arquipélago situado no Oceano Atlântico Norte, numa faixa limitada pelos paralelos 36° 55' 43'' e 39° 43' 02'' N e pelos meridianos 24° 46' 15'' e 31° 16' 02'' W. Este posicionamento determina um forte isolamento geográfico do arquipélago que se encontra a cerca de 1500 km do Continente Europeu, 1450 km da África do Norte e 3900 km da América do Norte.

O arquipélago é formado por nove ilhas habitadas, distribuídas por 3 Grupos (Ocidental, Central e Oriental), e vários ilhéus. O afastamento máximo entre as ilhas regista-se entre Santa Maria e o Corvo (cerca de 630 km), e o mínimo entre o Faial e o Pico (6 km).

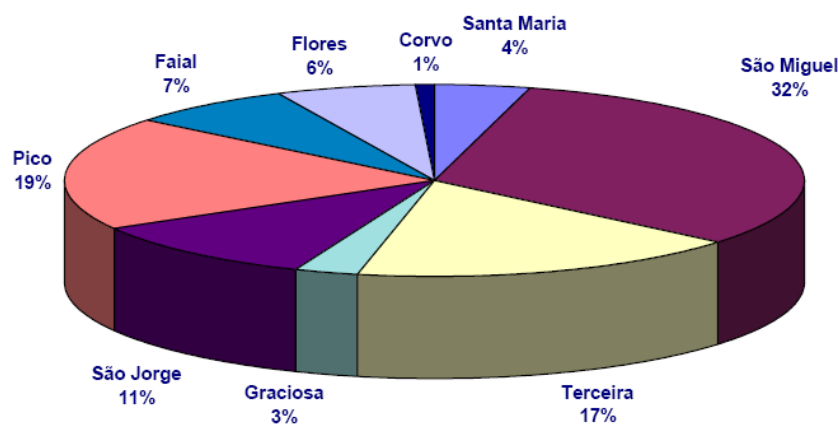
Figura 1 - Arquipélago dos Açores



Fonte: Google-Earth

A superfície total da Região é de 2.332 Km² correspondendo, respectivamente, a 2,5% e 0,06% das superfícies totais de Portugal e da UE25 e distribui-se desigualmente pelas 9 ilhas.

Figura 2 - Distribuição da superfície total da RAA, por ilhas



Fonte: INE, Anuário Estatístico dos Açores 2004

O arquipélago emerge numa vasta plataforma na zona de cruzamento entre as placas litosféricas americana, euro-asiática e africana, sendo a maioria das ilhas constituída por maciços eruptivos complexos. O carácter montanhoso evidencia-se em quase todas as ilhas, e de forma mais diversa, consoante a antiguidade e a violência das manifestações vulcânicas que lhes deram origem. As superfícies planas são pouco desenvolvidas e nem sempre surgem a baixa altitude e as costas são em geral abruptas e pouco acessíveis. As ilhas de Santa Maria e Graciosa são as únicas que se desenvolvem predominantemente a baixa altitude. A Ilha mais baixa (Graciosa) tem um máximo de elevação de 402 m, enquanto na ilha do Pico se situa o ponto mais alto (2 351m).

A geomorfologia do arquipélago determina algumas marcas dominantes da paisagem das ilhas como sejam as crateras de vulcões extintos onde se desenvolvem lagoas, os rios de lava de antigos vulcões e alguns fenómenos de vulcanismo como os géisers, sufataras e fumarolas e nascentes termais.

Clima

O Arquipélago dos Açores encontra-se na zona subtropical dos anticiclones do hemisfério norte sendo o “anticiclone dos Açores” o factor dominante das condições meteorológicas da Região.

O seu clima, caracterizado por grande imprevisibilidade, pode ser classificado de temperado húmido; no entanto e atendendo à variação da temperatura do ar com a altitude, o clima pode apresentar-se frio oceânico nas regiões com altitudes elevadas, onde a pluviosidade é muito intensa.

A estação entre Setembro e Março é predominantemente chuvosa, caracterizando-se pela passagem frequente de perturbações depressionárias associadas à frente polar, com regimes de ventos forte a muito forte e tempestuoso. De notar que esta realidade afecta particularmente uma Região com

acessibilidades fortemente condicionadas, determinando o isolamento das ilhas por impossibilidade de operação do tráfego aéreo e marítimo.

Do ponto de vista agrícola, os ventos intensos (com frequência ciclónicos) que fustigam o arquipélago, especialmente as ilhas ocidentais, são muito prejudiciais para as culturas. Associado aos ventos surge o fenómeno da “ressalga” (água do mar pulverizada levada pelos ventos a grande distância) que queima a vegetação.

Nos restantes meses a estação é menos chuvosa devido à influência do anticiclone dos Açores, registando-se um ligeiro défice hídrico estival. Os níveis de precipitação (pluviosidade média anual superior a 1000 mm) e de humidade relativa (em geral elevada, apresentando médias anuais de 80%) sobem de leste para oeste, no arquipélago, da costa sul para a norte, em cada ilha e com a altitude em geral.

A temperatura e a insolação descem acentuadamente com a altitude. De forma geral regista-se uma reduzida amplitude térmica anual (máximo de 10°C) e diária.

Importa ainda realçar a existência de numerosos climas locais impostos pelo carácter montanhoso das ilhas.

Riscos naturais

Devido à sua origem geológica e ao seu posicionamento geográfico, a RAA está exposta a riscos naturais elevados associados à forte probabilidade de ocorrência de sismos, fenómenos vulcânicos e tempestades. A actividade sísmica na região é constante e tem, por vezes, efeitos devastadores, como os associados aos sismos de grande intensidade mais recentes ocorridos em 1980 e 1998. Também as tempestades e os fortes ventos assolam regularmente a Região, originando, por vezes, elevados danos materiais, nomeadamente nas culturas agrícolas.

Condições naturais para a actividade agrícola e florestal

As características naturais do arquipélago determinam a existência de uma grande diversidade de condições agro-ecológicas. O destaque vai para as excelentes condições para a produção pecuária, proporcionadas pelas condições edafo-climáticas do arquipélago e que determinam que as paisagens rurais sejam dominadas pelas pastagens.

Abaixo dos 300m de altitude, o nível tradicionalmente associado à terra arável, é possível realizar uma grande diversidade de culturas, do milho às hortícolas e da vinha à bananeira. Estas produções têm normalmente associadas paisagens particulares, de que relevam os abrigos naturais e os muros de pedra, essenciais para garantir a protecção das culturas dos ventos e da ressalga.

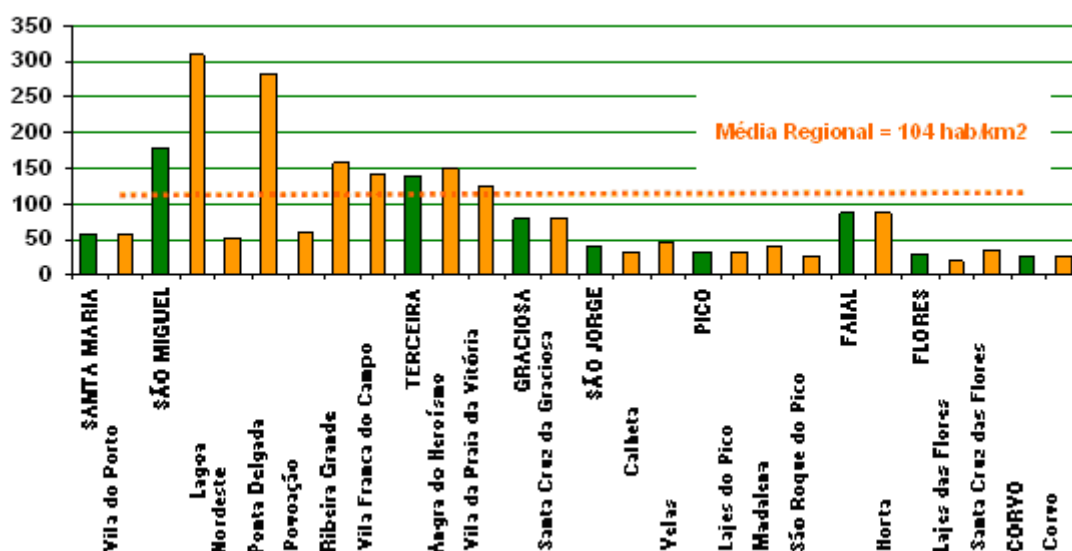
Acima dos 300 m as possibilidades de diversificação cultural reduzem-se até se resumirem praticamente às pastagens e forragens ou à floresta. Algumas culturas, como por exemplo a beterraba, ainda são possíveis acima dos 300 m mas, a esta altitude, a qualidade da produção como matéria-prima para a indústria é muito baixa.

Por outro lado, abaixo dos 300 m, as possibilidades de intensificação forrageira, nomeadamente baseada no milho - forragem, são muito superiores às do patamar acima. Tomando aquela altitude como limite superior da zona onde as possibilidades de intensificar e diversificar são maiores, verificamos que tal zona representa cerca de metade do território açoriano.

Ruralidade

A forte ruralidade da RAA está bem patente na ocupação cultural e populacional do território, nas paisagens características das ilhas e na identidade cultural da Região. A densidade populacional média da RAA em 2001 era de 104 hab/km² (117,5 para a UE 25 e 113,6 para Portugal), registando-se os extremos em São Miguel, com 176,8 hab/km² e no Corvo, com 24,8 hab/km². Dos 19 Concelhos da Região apenas 6, nas ilhas de São Miguel (4) e Terceira (2), apresentam densidades populacionais superiores à média regional.

Figura 3 - Densidade Populacional por Ilhas e Concelhos, 2001 (Habitantes por km²)



Fonte: INE, Censos 2001

Para a definição das zonas rurais na RAA (que constitui, no seu conjunto, um território NUTS III), aplicou-se directamente a metodologia OCDE à população residente em cada um dos 19 Concelhos da Região:

METODOLOGIA OCDE:

Classifica as NUTS III em:

- Predominantemente Rurais - mais de 50% da população reside em Municípios com densidade demográfica $<150 \text{ hab/km}^2$
- Significativamente Rurais (intermédias) - entre 15% e 50% da população reside em Municípios com densidade demográfica $<150 \text{ hab/km}^2$
- Predominantemente Urbanas - menos de 15% da população reside em Municípios com densidade demográfica $<150 \text{ hab/km}^2$

Os Concelhos mais densamente povoados - Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande - situam-se na ilha de São Miguel e são os únicos que registam densidades populacionais superiores a 150 hab/km^2 . Da aplicação desta metodologia resulta que 55,15% da população (133.321 habitantes) reside em Concelhos com densidade demográfica $<150 \text{ Hab/km}^2$, sendo todo o território classificado com zona predominantemente rural. Releve-se ainda que todo o território da região é classificado como “zona desfavorecida”.

Tendo em atenção o número de habitantes (mais de 4.000) e a densidade populacional (superior a $1.200 \text{ habitantes/km}^2$), excluem-se da classificação de zona rural 3 freguesias do maior Concelho dos Açores (Ponta Delgada) - São Sebastião ($3,3 \text{ km}^2$ e 4.309 habitantes), São José ($1,7 \text{ km}^2$ e 5.412 habitantes) e São Pedro ($2,9 \text{ km}^2$ e 7.117 habitantes). Em consequência as zonas rurais da RAA abrangerão 99,6% do território e 93% da população, apresentando uma densidade populacional de $97,2 \text{ hab/km}^2$.

Demografia

Quadro 1 - Indicadores Demográficos, UE, PT e Açores

| Indicadores | UE 25 | Portugal | RAA |
|---|-------|----------|-------|
| População residente (milhões), 2001 | 456,9 | 10,5 | 0,242 |
| Densidade populacional (hab/km ²), 2003 e 2001 | 117,5 | 113,6 | 104,1 |
| População com menos de 15 anos (%), 2001 | 16,9 | 16,0 | 21,4 |
| População com 15 a 64 anos (%), 2001 | 67,2 | 67,7 | 65,6 |
| População com mais de 65 anos (%), 2001 | 16,0 | 16,4 | 13,0 |
| População com 25 a 64 anos com um nível de instrução médio ou superior (%), 2004 e 2005 (RAA) | 69,8 | 25,2 | 18,0 |
| Saldo migratório (permilagem), 2003 e 2004 (RAA) | 4,3 | 6,1 | 2,8 |

Fonte: EUROSTAT, Estatísticas Regionais 2003 e População 2003 e 2004, Censos 2001, Inquérito ao emprego 2004 e 2005

De acordo com os Censos 2001, a população residente na RAA era de 241.763 habitantes, representando, respectivamente, 2,3% e 0,05% da população total do país e da UE25. A população da RAA é pouco significativa à escala nacional e europeia, apresentando uma estrutura etária mais jovem, uma densidade populacional inferior e um nível de instrução muito baixo.

Os cerca de 242 mil habitantes da RAA, distribuem-se irregularmente pelas nove ilhas, destacando-se, nos extremos, a ilha de S. Miguel, com mais de metade da população do arquipélago e a ilha do Corvo, com pouco mais de quatro centenas de habitantes. As ilhas de São Miguel e Terceira detêm, no seu conjunto, cerca de 78% da população total do arquipélago.

O sistema de povoamento dos Açores remonta à fixação dos primeiros habitantes, nos séculos XV e XVI. Naturalmente, desde então surgiram diversos aglomerados e povoações, mantendo-se, porém, um padrão de povoamento desde esses tempos remotos: para além de núcleos com marcada concentração populacional, em razão de funções administrativas e comerciais, todos eles implantados no litoral das respectivas ilhas, o restante povoamento desenvolveu-se ao longo da linha de costa, mais denso a Sul, segundo um modelo linear, ao longo de uma via litoral de comunicação terrestre.

Do ponto de vista estatístico, na RAA existem apenas 5 cidades de pequena ou muito pequena dimensão: Ponta Delgada (46,1 mil habitantes), Ribeira Grande (11,1 mil habitantes), Angra do Heroísmo (10,2 mil habitantes), Horta (4,4 mil habitantes) e Praia da Vitória (2,3 mil habitantes). De acordo com os Censos 2001, cerca de 53% da população reside em lugares censitários com menos de 2000 habitantes ou em lugares isolados e apenas 2 lugares censitários têm entre 10 e 20 mil habitantes, determinando o elevado nível de ruralidade na Região. Em 2003, cerca de 30% da população residia em explorações agrícolas.

Quadro 2- Lugares Censitários por escalões de dimensão populacional, por ilha, 2001

| ILHAS | Lugares isolados | | Escalões de dimensão populacional | | | | | | | | Total |
|-------------|------------------|--------|-----------------------------------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|--------|---------|
| | | | <2000 | | 2000-4999 | | 5000-9999 | | 10000-20000 | | |
| | n.º hab | % ilha | n.º hab | % ilha | n.º hab | % ilha | n.º hab | % ilha | n.º hab | % ilha | n.º hab |
| Santa Maria | 29 | 0,5% | 5.549 | 99,5% | | | | | | | 5.578 |
| São Miguel | 867 | 0,7% | 41.779 | 31,7% | 42.434 | 32,2% | 26.536 | 20,2% | 19.993 | 15,2% | 131.609 |
| Terceira | 1.055 | 1,9% | 33.988 | 60,9% | 10.569 | 18,9% | | 0,0% | 10.221 | 18,3% | 55.833 |
| Graciosa | 51 | 1,1% | 4.729 | 98,9% | | | | | | | 4.780 |
| São Jorge | 167 | 1,7% | 9.507 | 98,3% | | | | | | | 9.674 |
| Pico | 170 | 1,1% | 14.636 | 98,9% | | | | | | | 14.806 |
| Faial | 306 | 2,0% | 10.298 | 68,4% | 4.459 | 29,6% | | | | | 15.063 |
| Flores | 68 | 1,7% | 3.927 | 98,3% | | | | | | | 3.995 |
| Corvo | | 0,0% | 425 | 100,0% | | | | | | | 425 |
| AÇORES | 2.713 | 1,1% | 124.838 | 51,6% | 57.462 | 23,8% | 26.536 | 11,0% | 30.214 | 12,5% | 241.763 |

Fonte: INE, Censos 2001

A evolução demográfica nos Açores nos últimos 50 anos foi caracterizada por importantes perdas populacionais, particularmente nas décadas de 60 e 70, fortemente marcadas pela emigração para o continente americano, designadamente a América do Norte, Canadá e Brasil, e também, em menor escala, por via da migração para Portugal continental.

Quadro 3 - Evolução da População dos Açores entre 1950 e 2001 (variação em %)

| Ilhas | 1950/1960 | 1960/1970 | 1970/1981 | 1981/1991 | 1991/2001 |
|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| RAA | 2,8 | -11,7 | -15,8 | -2,3 | 1,7 |
| Santa Maria | 11,8 | -26,2 | -33,4 | -8,9 | -5,8 |
| São Miguel | 2,1 | -10,2 | -12,9 | -4,5 | 4,5 |
| Terceira | 18,6 | -8 | -18,7 | 4 | 0,2 |
| Graciosa | -8,9 | -14,4 | -27,5 | -3,5 | -7,9 |
| São Jorge | -3,7 | -17 | -21,4 | -1,4 | -5,3 |
| Pico | -3,3 | -15,2 | -16,3 | -1,8 | -2,6 |
| Faial | -15,2 | -15,8 | -9,3 | -3,7 | 1 |
| Flores | -16,1 | -18,3 | -19,1 | -0,5 | -7,7 |
| Corvo | -6,5 | -28,8 | -23,7 | 6,2 | 8,1 |

Fonte: INE, Séries estatísticas

Na década de 90 esta tendência foi invertida registando-se um ligeiro crescimento da população residente (1,7%), destacando-se a variação positiva de 4,5% registada em São Miguel (a variação registada no Corvo deveu-se sobretudo ao reduzido valor de base). O acréscimo de população registado no período 1991/2001 não está distribuído de forma equilibrada pelas diferentes ilhas, registando-se inclusive, variações negativas persistentes nos vários períodos inter-censitários (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores), denotando uma tendência de concentração da população onde se localizam

as principais funções administrativas e/ou unidades económicas (São Miguel, Terceira e Faial). A distribuição da população por sexos é equilibrada, representando as mulheres 51% da população total.

No mesmo período a população registou um duplo envelhecimento, resultante de um decréscimo significativo da população com menos de 15 anos (-17,6%) e de um aumento da população com mais de 65 anos (5,5%). Estas variações estão, contudo, abaixo da média nacional, apresentando a Região uma população relativamente jovem comparativamente com o resto do país. Verificou-se igualmente um aumento da população em idade activa (9,2%) superior ao verificado no total do país (6,9%).

Quadro 4 - Evolução da População residente, por grupos etários, 1991/2001

| Âmbito Geográfico | População Residente | | Distribuição da população residente por grupos etários (2001) | | | | Variação da População Residente por grupos etários (1991/2001) | | | |
|-------------------|---------------------|--------------------|---|-------|-------|-------|--|-------|-------|--------|
| | 2001 | Variação 1991/2001 | 0-14 | 15-24 | 25-64 | >=65 | 0-14 | 15-24 | 25-64 | >=65 |
| Portugal | 10.356.117 | 5,0% | 16,0% | 14,3% | 53,4% | 16,4% | -16,0% | -8,1% | 11,8% | 26,1% |
| RAA | 241.763 | 1,7% | 21,4% | 17,0% | 48,6% | 13,0% | -17,6% | 2,9% | 11,6% | 5,5% |
| Santa Maria | 5.578 | -5,8% | 20,7% | 17,4% | 49,3% | 12,6% | -27,3% | 8,1% | -0,8% | 5,9% |
| São Miguel | 131.609 | 4,5% | 23,7% | 18,1% | 47,2% | 10,9% | -15,0% | 2,0% | 18,0% | 9,7% |
| Terceira | 55.833 | 0,2% | 19,7% | 16,0% | 50,5% | 13,8% | -18,4% | 5,5% | 6,3% | 6,6% |
| Graciosa | 4.780 | -7,9% | 17,1% | 14,1% | 47,6% | 21,2% | -23,5% | 1,3% | -5,6% | -3,2% |
| São Jorge | 9.674 | -5,3% | 17,7% | 15,7% | 49,1% | 17,6% | -28,5% | -2,0% | 0,5% | 9,3% |
| Pico | 14.806 | -2,6% | 16,4% | 13,9% | 50,5% | 19,2% | -20,9% | 0,2% | 3,5% | -0,6% |
| Faial | 15.063 | 1,0% | 17,8% | 16,1% | 51,1% | 15,0% | -22,6% | 7,2% | 13,1% | -5,4% |
| Flores | 3.995 | -7,7% | 16,9% | 14,1% | 51,1% | 17,9% | -28,3% | -1,7% | 1,5% | -11,0% |
| Corvo | 425 | 8,1% | 12,7% | 16,7% | 51,5% | 19,1% | -22,9% | 47,9% | 22,3% | -15,6% |

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

O acréscimo de população verificado no período 1991/2001 é ainda assim bastante inferior ao registado a nível nacional (5%) e é em parte explicado pela quebra da taxa de emigração, que evoluiu de 4,2 % em 1991 para 1‰ em 2001.

De facto, os saldos fisiológicos positivos registados na última década fariam esperar um crescimento populacional mais significativo, denotando que a RAA continua a apresentar um movimento migratório importante e pouca capacidade para fixar e/ou atrair residentes (taxa de atracção negativa).

Quadro 5 - Movimentos naturais e migratórios na década de 90

| Âmbito Geográfico | Saldo natural na década de 90 | Saldo migratório na década de 90 | Taxa de atracção/repulsão na década de 90 |
|-------------------|-------------------------------|----------------------------------|---|
| Portugal | 86.426 | 406.858 | 4,1% |
| RAA | 8.785 | -4.817 | -2,0% |

Fonte: PROTA 2006

Através da análise comparada da evolução de alguns dos indicadores demográficos, verifica-se que a Região tem acompanhado a evolução geral observada no país, embora ainda apresente valores favoráveis em relação à média nacional. Há pouco mais de 10 anos a taxa de natalidade nos Açores era ainda bem superior à média nacional, tendo vindo a esbater-se progressivamente essa diferença.

Quadro 6 - Evolução de indicadores demográficos, Açores e Portugal

| Indicadores | 1991 | | 2001 | | 2004 | |
|--|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| | Açores | Portugal | Açores | Portugal | Açores | Portugal |
| Índice de dependência demográfica total (%) | 63,7 | 50,6 | 52,4 | 47,8 | 48,1 | 48,6 |
| Jovens (%) | 43,3 | 30,1 | 32,6 | 23,6 | 29,6 | 23,0 |
| Idosos (%) | 20,4 | 20,5 | 19,7 | 24,2 | 18,5 | 25,6 |
| Índice de envelhecimento (%) | 47,2 | 68,1 | 60,5 | 102,2 | 62,4 | 111,2 |
| Taxa Bruta de Natalidade (‰ ₀₀) | 16,2 | 11,8 | 13,2 | 11,7 | 12,5 | 10,4 |
| Taxa Bruta de Mortalidade (‰ ₀₀) | 11,0 | 10,5 | 11 | 10,3 | 10,2 | 9,7 |
| Taxa de Nupcialidade (‰ ₀₀) | 7,9 | 7,3 | 6,9 | 5,7 | 6,2 | 4,7 |

Fonte: INE: Censos e Séries Estatísticas

Em termos prospectivos, as estimativas que o Instituto Nacional de Estatística realizou para o conjunto do país apontam, em qualquer dos três cenários adoptados, para a continuação do crescimento demográfico nos Açores nos próximos anos. Com efeito, as hipóteses retidas pelo INE apontam para um aumento do peso da população idosa e a redução do peso relativo do número de residentes com menos de 25 anos, por contrapartida de aumento da população em idade activa, com consequências naturais ao nível de uma maior pressão no mercado de trabalho regional.

Quadro 7 - População Residente - Censos 2001 e Projeções

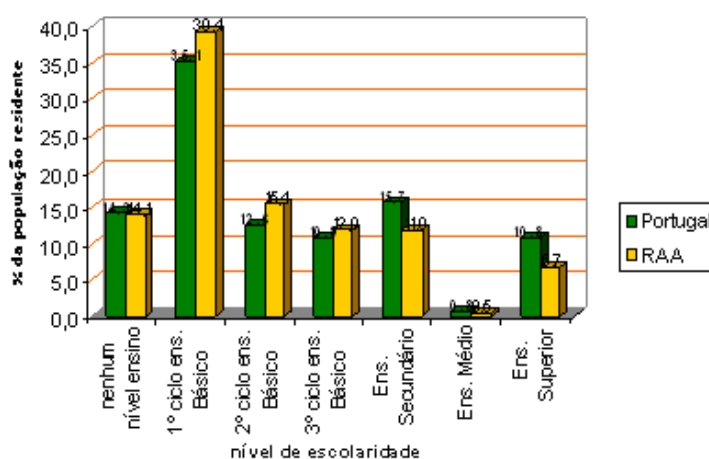
| | | 2001 | 2010* | 2020* |
|----------------|-----|---------|---------|---------|
| 0 a 14 anos | % | 21,4 | 18,6 | 16,7 |
| 15 a 24 anos | % | 17,0 | 14,0 | 12,0 |
| 25 a 64 anos | % | 48,6 | 54,8 | 56,7 |
| 65 e mais anos | % | 13,0 | 12,6 | 14,6 |
| População | N.º | 241.763 | 247.860 | 254.638 |
| Índices: | | | | |
| Envelhecimento | | 60 | 68 | 87 |
| Dependência | | | | |
| Jovens | | 33 | 27 | 24 |
| Idosos | | 20 | 18 | 21 |

Fonte: INE

* Cenário base - entre Cenário Baixo e Cenário elevado

Finalmente, e de acordo com o último recenseamento geral da população, o nível de instrução da população era muito baixo, inferior à média do país e consideravelmente inferior à média europeia. Cerca de 80% da população possuía apenas o ensino básico ou nenhum tipo de qualificação e apenas 6,7% tinha um nível de instrução superior.

Figura 4 - População Residente Segundo o Nível de Instrução, Portugal e Açores em 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Desenvolvimento económico e emprego

De acordo com os dados do Eurostat, no período 2000-2002, o PIB *per capita* em *ppc* nos Açores representava apenas 61,6% da média da UE25. Como seria de esperar num território com as características dos Açores, a estrutura da economia e do emprego apresenta grandes diferenças relativamente à média comunitária e nacional.

Estes indicadores apontam para uma economia regional fortemente terciarizada mas, simultaneamente, com um peso relativo ainda muito elevado do sector primário.

Quadro 8 - Indicadores de desenvolvimento económico e emprego, UE 25, PT e Açores

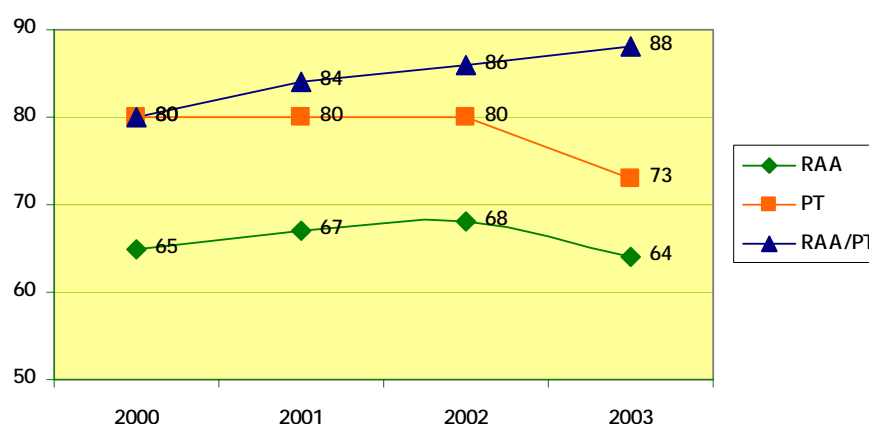
| Indicadores | | UE25 | Portugal | RAA |
|--|--|-----------|----------|-------|
| Desenvolvimento económico e emprego | PIB <i>per capita</i> em <i>ppc</i> - UE25=100 (média 2000-2002) | 100 | 77 | 61,6 |
| | Taxa de emprego (%) 2004 | 63,1 | 67,8 | 63,3 |
| | Taxa de desemprego (%) 2004 e 2005 | 9,2 | 6,7 | 4,1 |
| Estrutura da economia (2002 e 2003) | % do VAB no sector primário | 2,1 | 3,2 | 11,5 |
| | % do VAB no sector secundário | 26,6 | 25,8 | 16,4 |
| | % do VAB no sector terciário | 71,2 | 70,9 | 72,1 |
| Desenvolvimento económico no sector primário (2002 e 2003) | VAB no sector primário (milhões de euros) - 2003 para RAA | 184.681 | 3.909 | 278 |
| Desenvolvimento económico nos sectores não agrícolas (2002 e 2003) | VAB nos sectores secundário e terciário (milhões de euros) | 8.601.115 | 116.556 | 2.142 |
| Estrutura do Emprego (2002 e 2003) | % do emprego no sector primário | 5 | 12,5 | 12,9 |
| | % do emprego no sector secundário | 26,2 | 30,8 | 24,0 |
| | % do emprego no sector terciário | 68,8 | 56,7 | 63,1 |
| Desenvolvimento do emprego no sector primário (2002 e 2003) | Emprego no sector primário (milhares de pessoas empregadas) | 9.757 | 641 | 12,9 |
| Desenvolvimento do emprego nos sectores não agrícolas (2001-2002 e 2003) | Emprego nos sectores secundário e terciário (milhares de pessoas empregadas) | 188.153 | 4.480 | 87 |
| Desemprego de longa duração (2003 e 2005) | % do emprego de longa duração (na população activa) | 4,14 | 2,19 | 1,6 |
| Dsesenvolvimento do auto-emprego (2004) | Empregados por conta própria (milhares de pessoas empregadas) | 29.301 | 1.264 | 21,6 |

Fonte: Desenvolvimento económico e emprego (EUROSTAT, Contas Nacionais, Inquérito ao Emprego 2004 para PT e UE e 2005 para RAA), Outros indicadores (EUROSTAT, Contas nacionais 2002 para UE 25, Contas Regionais Definitivas 2003 para PT e RAA e Inquéritos ao Emprego 2003, 2004 e 2005)

Os dados definitivos publicados pelo INE relativamente ao indicador PIB per capita revelam que, na RAA, em 2003, este indicador representava 64% da média da UE25 e cerca de 88% da média nacional.

Em termos dinâmicos, observa-se um processo gradual de aproximação aos níveis médios comunitários e, nos últimos anos, de forma mais expressiva, também no quadro do conjunto das regiões portuguesas. No passado relativamente recente, os Açores foram referenciados como uma das regiões menos desenvolvidas a nível nacional e comunitário, saindo, recentemente, dessa posição extrema.

Figura 5 - Evolução do PIBpm *Per Capita* em ppc entre 2000 e 2003, RAA e PT (UE25=100), e RAA/PT (PT=100)



Fonte: INE, Contas Regionais Definitivas 2000-2003 (Base 2000)

Decompondo a evolução deste indicador (PIB per capita) em dois grandes domínios de análise, a produtividade e o nível de actividade dos recursos humanos, constata-se que o processo de convergência iniciado na Região tem sido conseguido fundamentalmente pelo aumento da intensidade do factor trabalho. Analisado de outra forma, o registo positivo da evolução do nível de riqueza por habitante foi obtido mais por aumentos da taxa de actividade da população, em particular do segmento feminino, havendo ainda um potencial de crescimento neste particular, e, em menor grau, em aumentos substantivos de produtividade.

Em termos prospectivos, cruzando com a informação das projecções demográficas, existe ainda margem para um crescimento da intensidade do factor trabalho, embora seja desejável um crescimento mais efectivo da produtividade. O efeito progressivo do envelhecimento da população determinará que o processo de convergência terá de assentar num crescimento económico obtido pelo desempenho de actividades económicas com maior potencial ao nível da geração de valor acrescentado.

A análise da repartição do VAB e do emprego por sectores e actividades económicas e sua evolução no período 2000-2003, de acordo com os dados definitivos recentemente publicados pelo INE, permite-nos identificar os grandes traços estruturais da economia dos Açores e os motores da actividade económica.

Quadro 9 - VAB a preços base e Emprego, por sectores e actividades económicas, 2003 e 2000

| Sectores e Actividades económicas | VABpb2000 | | Emprego total | | VABpb2000 | | Emprego total | |
|--|------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|
| | Milhões de euros | Peso no VAB total | Milhares de pessoas | Peso no emprego total | Milhões de euros | Peso no VAB total | Milhares de pessoas | Peso no emprego total |
| | 2003 | | | | 2000 | | | |
| RAA | 2421 | 100,0% | 99,9 | 100,0% | 1980 | 100,0% | 94,9 | 100,0% |
| Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura | 278 | 11,5% | 12,9 | 12,9% | 269 | 13,6% | 15,7 | 16,5% |
| A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | 231 | 9,6% | 10,8 | 10,8% | 233 | 11,7% | 14,5 | 15,2% |
| B - Pesca | 47 | 1,9% | 2,1 | 2,1% | 36 | 1,8% | 1,2 | 1,3% |
| Indústria, incluindo energia e construção | 396 | 16,4% | 24,0 | 24,0% | 314,6 | 15,9% | 23,2 | 24,5% |
| C - Indústrias extractivas | 9 | 0,4% | 0,5 | 0,5% | 10 | 0,5% | 0,4 | 0,4% |
| D - Indústrias transformadoras | 154 | 6,4% | 9,8 | 9,8% | 128 | 6,5% | 9,0 | 9,5% |
| E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água | 72 | 3,0% | 1,1 | 1,1% | 45 | 2,3% | 1,5 | 1,6% |
| F - Construção | 161 | 6,6% | 12,6 | 12,6% | 132 | 6,7% | 12,3 | 13,0% |
| Actividades de serviços | 1747 | 72,1% | 63,0 | 63,1% | 1397 | 70,6% | 56,0 | 59,0% |
| G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico | 271 | 11,2% | 15,9 | 15,9% | 194 | 9,8% | 12,8 | 13,5% |
| H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 112 | 4,6% | 5,8 | 5,8% | 94 | 4,7% | 4,6 | 4,8% |
| I - Transportes, armazenagem e comunicações | 191 | 7,9% | 4,7 | 4,7% | 164 | 8,3% | 4,6 | 4,8% |
| J - Actividades financeiras | 97 | 4,0% | 1,3 | 1,3% | 74 | 3,7% | 1,4 | 1,5% |
| K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas | 276 | 11,4% | 3,5 | 3,5% | 217 | 11,0% | 2,9 | 3,1% |
| L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 356 | 14,7% | 11,5 | 11,5% | 294 | 14,8% | 10,4 | 11,0% |
| M - Educação | 193 | 8,0% | 6,3 | 6,3% | 166 | 8,4% | 6,5 | 6,9% |
| N - Saúde e acção social | 178 | 7,4% | 6,8 | 6,8% | 140 | 7,1% | 6,1 | 6,4% |
| O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais | 44 | 1,8% | 2,7 | 2,7% | 33 | 1,7% | 2,6 | 2,7% |
| P - Famílias com empregados domésticos | 28 | 1,2% | 4,5 | 4,5% | 22 | 1,1% | 4,1 | 4,3% |

Fonte: INE, Contas Regionais definitivas 2000-2003 (Base 2000)

Da análise do Quadro 9 fica claro que o grau de terciarização da economia açoriana não só é muito elevado como se tem vindo a acentuar: as actividades de serviços representavam, em 2003, 72,1% do VABpb (70,6% em 2000) e 63,1% do emprego (59,0% em 2000). A segunda evidência é a de que as actividades ligadas à Administração Pública, Educação, Saúde e Acção Social (L, M e N) são as que apresentam maior peso na estrutura da economia açoriana: em 2003, estas actividades representavam, no seu conjunto, 30% do VAB (30,3% em 2000) e 24,6% do emprego (24,2% em 2000). Grande parte deste peso é explicado pela necessidade de multiplicação de estruturas e serviços públicos devido à dispersão territorial do arquipélago.

No que respeita às actividades de serviços de natureza económica, destacam-se as actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas (K), as actividades ligadas ao comércio (G) e os transportes, armazenagem e comunicações (I). No período 2000-2003, as actividades K e G reforçaram o seu peso na economia em termos de VAB e emprego. Releve-se ainda que todo o funcionamento da economia regional está fortemente dependente das actividades ligadas aos transportes, armazenagem e comunicações. No entanto, a distância entre ilhas e os Continentes, a exiguidade e dispersão territorial, a fraca dimensão populacional e a imprevisibilidade climática, determinam pouca regularidade e disponibilidade de transportes e elevados custos associados. Como é natural, a performance destes sectores é fortemente determinada pelos comportamentos da economia regional como um todo.

Merecem especial referência as actividades ligadas ao turismo (H), sector económico emergente na região, que apresentam um peso relativo crescente no emprego (4,8% em 2000 e 5,8% em 2003) e um peso de 4,6% no VAB em 2003. Como indicador do desenvolvimento deste sector nos últimos anos registe-se que, em 1993, as dormidas de estrangeiros na hotelaria regional não chegavam aos 98,5 milhares (28% do total) e que, em 2005, já atingiam as 686 mil dormidas, cerca de 55% do total registado nesse ano.

No que se refere ao sector secundário destaca-se o ligeiro aumento do seu peso relativo na economia e o contributo das indústrias transformadoras (D) para o VAB (6,4%) e emprego (9,8%). Refira-se ainda que, como veremos adiante, as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco têm um peso determinante nesta actividade constituindo parte integrante das principais fileiras de especialização da produção agro-alimentar regional, com destaque particular para a indústria de lacticínios.

Relativamente ao sector primário, a primeira evidência é a sua importância relativa na economia regional, que, não obstante estar a diminuir, é significativamente elevada quando comparada com as médias europeia e nacional. Neste sector, com produtividades abaixo da média da economia regional, incluem-se as actividades de especialização tradicionais da economia regional (agricultura e pesca) sendo de destacar a perda do peso relativo da agricultura, produção animal, caça e silvicultura (A) na estrutura do VAB - passou de 11,7% em 2000 para 9,6% em 2003 - e do emprego, em que passou de 15,2% em 2000 para 10,8% em 2003.

Em termos gerais a economia açoriana apresenta uma configuração própria de uma pequena região insular e periférica: forte terciarização, em que a expansão do sector público tem um papel determinante, e especialização em produções onde se dispõe de vantagens comparativas pela

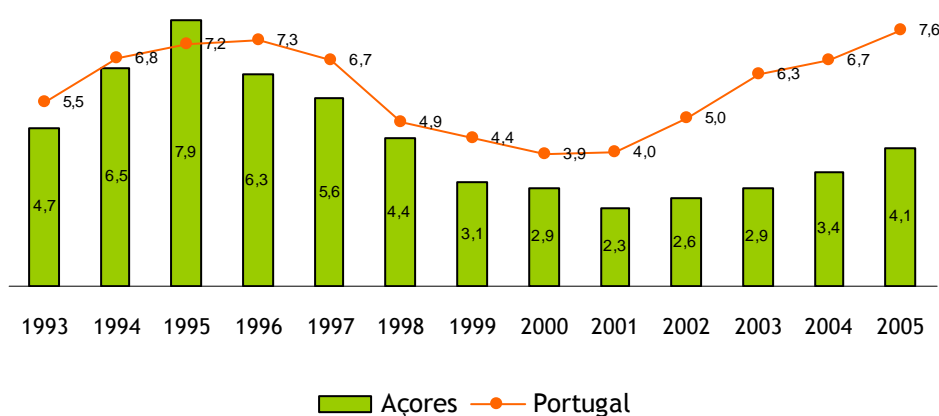
proximidade e/ou abundância da matéria prima (agricultura e pesca), embora com dificuldades específicas de modernização e industrialização impostas pela fragmentação e exiguidade territorial e pela reduzida dimensão do mercado regional.

Em conclusão, os motores económicos da Região são, assim, o sector público e os sectores de especialização tradicional (agricultura e pesca), em particular a produção pecuária e indústrias conexas, sendo ainda de destacar, como sector emergente, o sector do turismo.

Mercado de trabalho

No mercado de trabalho da RAA destaca-se o facto de não se registarem taxas de desemprego elevadas. A evolução da taxa de desemprego na RAA tem seguido as tendências registadas a nível nacional, mas com valores significativamente inferiores.

Figura 6 - Evolução da taxa de desemprego nos Açores e em Portugal, 1993-2005



Fonte: INE, Inquéritos ao Emprego

Durante muitas décadas a emigração constituiu-se como factor de ajustamento no mercado de trabalho e, mais recentemente, a dinâmica de crescimento tem absorvido o aumento da procura de trabalho. Com efeito, nos últimos anos a evolução do emprego tem sido muito positiva, observando-se uma criação líquida anual média de cerca de 2000 postos de trabalho. Também a taxa de actividade tem vindo a aumentar, em grande parte devido a uma maior participação do segmento feminino no mercado de trabalho.

Quadro 10 - Evolução de Indicadores demográficos e de emprego na RAA, 1999-2005

| Indicadores | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| População Activa (n.º) | 98.553 | 99.008 | 100.646 | 103.645 | 105.099 | 108.586 | 109.773 |
| Empregada | 95.464 | 96.171 | 98.360 | 100.974 | 102.066 | 104.892 | 105.283 |
| Desempregada | 3.089 | 2.837 | 2.286 | 2.671 | 3.033 | 3.694 | 4.490 |
| População Inactiva (n.º) | 138.204 | 137.724 | 136.309 | 134.175 | 134.440 | 132.583 | 131.873 |
| Taxa de Actividade (%) | 41,5 | 41,8 | 42,4 | 43,5 | 43,8 | 45,0 | 45,4 |
| Taxa de Actividade Feminina (%) | 28,4 | 28,7 | 30,2 | 31,4 | 32,1 | 33,4 | 33,8 |

Fonte: INE, Inquéritos ao Emprego

Contudo as taxas de actividade e de emprego são inferiores à média nacional facto que, em parte, pode ser explicado pelo maior peso dos jovens na população açoriana, particularmente do segmento que ainda não tem idade para trabalhar e/ou frequentar o sistema de ensino, pela ainda baixa taxa de actividade feminina e pela menor taxa de emprego da população mais idosa.

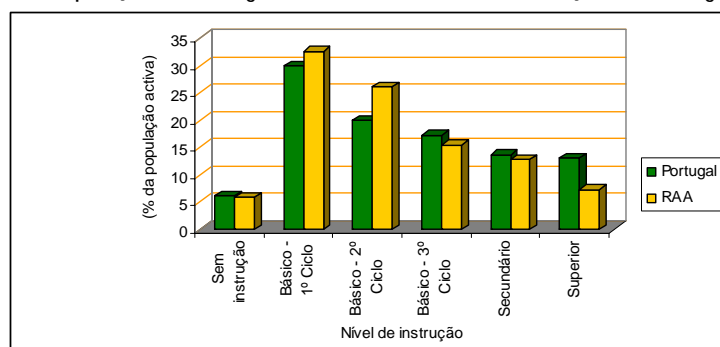
Quadro 11 - Taxas de Actividade e Emprego, Açores e Portugal, 2004

| Âmbito Geográfico | Taxa de actividade | | | | Taxa de emprego | |
|-------------------|--------------------|----------|------------|------------|-----------------|------------|
| | Total | Feminina | 15-24 anos | 15-64 anos | 15-64 anos | 55-64 anos |
| Portugal | 52,2 | 46,7 | 43,6 | 72,9 | 67,8 | 50,3 |
| RAA | 45,0 | 33,4 | 45,0 | 65,5 | 63,3 | 36,1 |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 2004

Relativamente ao nível de escolaridade da população activa, as conclusões são semelhantes às retiradas para a população em geral: 80% da população activa não tem instrução ou completou apenas o ensino básico (73,2% no total do país) e apenas 7,3% completou um nível de escolaridade superior (13,0% no total do país).

Figura 7 - População activa segundo o nível de escolaridade, Açores e Portugal, 2004



Fonte: INE, Inquérito ao emprego, 2004

Finalmente, em termos de repartição sectorial da população empregada contabilizada nos Inquéritos ao Emprego, o sector terciário é dominante e tem vindo a reforçar a sua posição. O sector primário, mercê da importância das actividades de especialização tradicionais da economia regional e, particularmente, da agricultura, mantém ainda um peso relativo importante na estrutura sectorial do emprego.

Quadro 12 - Evolução da repartição sectorial do emprego na RAA, 2001-2005

| Sectores de Actividade | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|------------------------|------|------|------|------|------|
| Sector Primário | 13,8 | 13,4 | 12,8 | 12,5 | 12,4 |
| Sector Secundário | 28,2 | 29,2 | 28,2 | 26,4 | 25,4 |
| Sector Terciário | 58,0 | 57,4 | 59,0 | 61,1 | 62,2 |

Fonte: INE, Inquéritos ao Emprego

Uso do solo e ocupação agrícola e florestal

Tal como no resto do território europeu, grande parte do território da região é dominada pelo uso agro-florestal. A região apresenta, contudo, uma maior predominância de ocupação agrícola e uma menor predominância da ocupação florestal de produção que o conjunto da UE e Portugal. A ocupação natural é mais relevante em Portugal e, particularmente, na RAA, do que na UE25.

Em 2005, a SAU da região representava, respectivamente, 0,08% e 3,3% do total da UE25 (2003) e do país e o número de explorações agrícolas, 0,15% e 4,7%. A dimensão média das explorações (8,0 ha) era ainda bastante inferior à média europeia (15,8 ha em 2003) e nacional (11,4 ha).

Quadro 13 - Uso do solo e estrutura das explorações, UE 25, Portugal e Açores

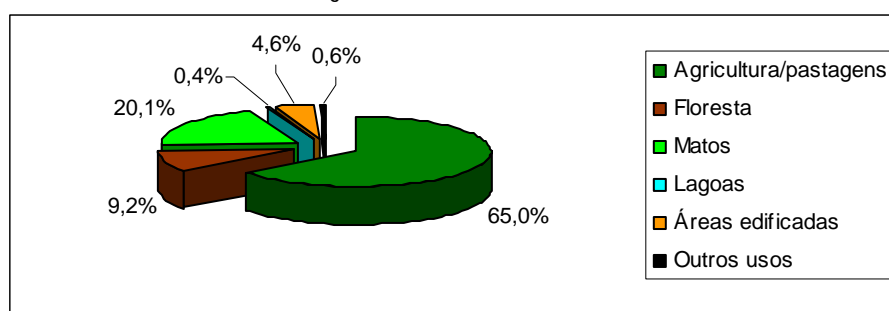
| Indicadores | | UE25 | Portugal | RAA |
|---|---|-------------|-----------|---------|
| Uso do solo (2000 e 2005) | Ocupação agrícola (%) | 47 | 47,9 | 65,0 |
| | Ocupação florestal (%) | 31 | 27,4 | 9,2 |
| | Ocupação natural (%) | 16 | 20,7 | 20,5 |
| | Ocupação artificial (%) | 4 | 2,7 | 4,6 |
| Estrutura das explorações agrícolas (2003 e 2005) | N.º de explorações | 9.870.590 | 323.920 | 15.285 |
| | SAU (ha) | 156.032.740 | 3.679.587 | 122.783 |
| | Dimensão média das explorações (ha) | 15,8 | 11,4 | 8,0 |
| Estrutura Florestal (2000 e 2003) | Floresta de produção (1000 ha) | 116.901 | 1.897 | 18,7 |
| | Floresta pública (%) | 9,6 | 9,2 | 33,0 |
| | Floresta privada (%) | 64,8 | 89,5 | 67,0 |
| | Dimensão média das explorações florestais privadas (ha) - 2003 e 1999 | 11,7 | 7,5 | 4,2 |

Fontes: Uso do solo (CLC 2000, sem RUP, para UE 25 e PT e PROTA 2005 para RAA), Estrutura das explorações agrícolas (Eurostat - IEEA 2003 para EU 25 e IEEA 2005 para PT e RAA), Estrutura Florestal (Eurostat - TBFRA 2000 para UE25 e PT e SRAF-DRRF 2003 e RGA 1999 para RAA)

No que respeita à ocupação florestal (floresta de produção), a área regional (2003) representa apenas, respectivamente, 0,02% e 1% do total da UE25 e do país, apresentando um claro predomínio da floresta detida por entidades privadas, embora inferior ao total nacional. A dimensão média das explorações privadas (4,2 ha) é significativamente inferior à média europeia (11,7 ha) e nacional (7,5 ha).

O uso actual do solo na RAA, tendo por base as grandes classes de uso, distribui-se da seguinte forma:

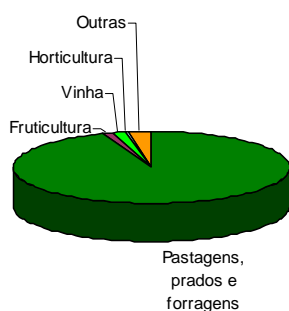
Figura 8 - Uso do solo na RAA



Fonte: PROTA

No que respeita à ocupação agrícola destaca-se que 95% da SAU é ocupada por pastagens, prados e forragens. Relativamente à ocupação florestal verifica-se que 64% da Superfície Florestal é ocupada por incenso e vegetação natural, representando a criptoméria mais de 60% da floresta de produção.

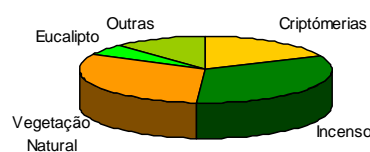
Figura 9 - Ocupação da superfície agrícola útil



| Culturas agrícolas | Área na SAU | |
|-------------------------------|-------------|--------|
| | ha | % |
| Pastagens, prados e forragens | 114.093 | 94,1% |
| Fruticultura | 1.866 | 1,5% |
| Vinha | 1.699 | 1,4% |
| Horticultura | 436 | 0,4% |
| Outras | 3.211 | 2,6% |
| SAU | 121.305 | 100,0% |

Fonte: INE RGA 1999

Figura 10 - Ocupação da superfície florestal



| Espécies florestais | Área na SF | |
|---------------------|------------|--------|
| | ha | % |
| Criptómerias | 11.382 | 18,1% |
| Incenso | 20.757 | 33,0% |
| Vegetação Natural | 19.748 | 31,4% |
| Eucalipto | 3.627 | 5,8% |
| Outras | 7.468 | 11,9% |
| TOTAL | 62.982 | 100,0% |

Fonte: SRAF-DRRF- Inventário Florestal (não estão considerados cerca de 7.000ha que se encontram em fase de inventariação)

Contexto socio-económico geral - Pontos fortes, pontos fracos, disparidades, necessidades, lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

Da análise realizada destaca-se um conjunto de pontos fortes, pontos fracos e disparidades que permitem identificar, no âmbito do contexto socio-económico geral, as principais necessidades/lacunas, potenciais/oportunidades de desenvolvimento e ameaças.

Quadro 14 - Contexto socio-económico geral - Pontos fortes, pontos fracos, disparidades, necessidades, lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

| CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO GERAL (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|---|---|---|---|--|--|
| Enquadramento político-administrativo | O estatuto de Região Autónoma, com órgãos de governo próprio. Representação do Governo em todas as ilhas. | Governo disperso por várias ilhas. | | Capacidade de definição de políticas próprias, adequadas às especificidades da Região. Desenvolvimento de rede de comunicações da Administração Regional e aposta no recurso a novas tecnologias. Condições específicas de aplicação das políticas comunitárias e nacionais. | |
| Território | Condições edafo-climáticas favoráveis à produção pecuária e ao pastoreio. Potencial energético endógeno através de energias renováveis como a geotermia e a energia eólica. | Condição ultraperiférica da Região, isolamento e grande distância dos continentes europeu, americano e africano. Exiguidade e fragmentação do território. Exposição da Região a riscos naturais elevados. Elevado grau de irregularidade e imprevisibilidade climáticas. | | | Forte probabilidade de ocorrência de tempestades e sismos, com efeitos devastadores. |
| Ruralidade | Território predominantemente rural. | Todo o território da região é zona desfavorecida. Território pouco atractivo para as empresas e indivíduos com aspiração/conceito de modo de vida urbano. | Reforço da atractibilidade das zonas rurais. | Valorização do carácter rural da Região e possibilidade de promoção de produtos e serviços conotados com o mundo rural. | Abandono das comunidades rurais. |
| Demografia | Saldos fisiológicos positivos e diminuição dos surtos migratórios na última década. Estrutura etária comparativamente mais jovem do que no resto do país. Existência de 5 núcleos populacionais de média ou pequena dimensão. | Fraca dimensão populacional. Debilidade demográfica na maioria das ilhas, com riscos de desertificação humana. Acréscimos populacionais reduzidos e envelhecimento da população. Pouca capacidade da região para fixar e/ou atrair residentes. Concentração da população em 2 ilhas e maioria da população residente em lugares isolados ou com menos de 2000 habitantes. Baixo nível de instrução e qualificação da população. | Aumento da atractibilidade da Região para fixar e/ou atrair residentes. Políticas de descriminação positiva das ilhas com menor potencial. Aumento do nível de instrução e qualificação da população. | Valorização dos parâmetros de qualidade de vida associados a zonas pouco povoadas. | Tendência para a desertificação humana de algumas ilhas. Tendência para o envelhecimento da população. |

Quadro 14 - Contexto socio-económico geral - Pontos fortes, pontos fracos, disparidades, necessidades, lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças (cont.)

| CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO GERAL (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|---|--|--|--|--|---|
| Desenvolvimento económico e emprego | <p>Convergência do PIBpm per capita e da produtividade regional com a média nacional.</p> <p>Economia fortemente terciarizada.</p> <p>Sector do turismo em desenvolvimento.</p> <p>Alguma dinâmica na criação de emprego, que permite ocupar uma população activa em crescimento, com baixas taxas de desemprego.</p> <p>Crescimento da população activa por via do segmento feminino.</p> <p>Melhoria recente das taxas de escolarização.</p> | <p>Condição ultraperiférica da Região.</p> <p>Sobrecustos no desenvolvimento das diferentes actividades, originados, designadamente, por problemas de escala. E pelos custos e disponibilidade dos transportes de pessoas e mercadorias.</p> <p>Obrigatoriedade de manter sistemas complexos e dispendiosos de prevenção e combate a riscos naturais e à compensação dos seus efeitos.</p> <p>Grande dependência da economia do sector público e dos sectores de especialização tradicional.</p> <p>Peso relativo do sector primário na economia e no emprego muito elevado.</p> <p>Baixa produtividade do sector primário.</p> <p>PIB per capita em ppc muito inferior às médias europeia e nacional.</p> <p>Baixo nível de instrução e de formação profissional da população activa, o que dificulta a inovação e a diversificação económica.</p> <p>Alguma dificuldade de fixação e estabilidade de profissionais diferenciados, particularmente nas ilhas com menor potencial.</p> | <p>Aumento da produtividade da economia, em particular do sector primário.</p> <p>Diversificação da base económica.</p> <p>Aumento dos níveis de instrução e qualificação da população activa.</p> | <p>Potencial de valorização e diferenciação de produtos e serviços, por via da qualidade e da "Imagem Açores".</p> | <p>Crescente aprofundamento do fenómeno da globalização e das vantagens associadas à escala que tende a marginalizar os pequenos mercados, isolados, sem a capacidade de aproveitamento de rendimentos de escala e com custos acrescidos de entrada em mercados externos.</p> <p>Aumento do preço do petróleo e consequentemente dos custos dos transportes e da energia.</p> |
| Uso do solo e ocupação agrícola e florestal | <p>Peso significativo das áreas naturais.</p> <p>Peso significativo da ocupação agrícola do solo, em particular com pastagens permanentes, prados e forragens.</p> | <p>Pequena dimensão das explorações agrícolas e florestais.</p> <p>Peso pouco significativo da ocupação florestal do território e da floresta pública.</p> | <p>Actuação de todas as políticas numa óptica de ordenamento do território.</p> <p>Melhoria da estrutura das explorações agrícolas de florestais.</p> <p>Aumento e diversificação da ocupação florestal do território.</p> | | |

3.1.2. Desempenho dos sectores agrícola, florestal e alimentar

O sector agro-florestal, incluindo a indústria transformadora associada (complexo agro-florestal - CAF), constitui um dos sectores de especialização tradicional da economia regional e um dos seus motores mais importantes. Em 2003, o CAF representava aproximadamente 14% do VAB e 17,5% do emprego e a sua produtividade atingia os 80% da média do total da economia regional. Destaca-se o facto das indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco terem um peso predominante no total das indústrias transformadoras regionais, representando cerca de 66% do VAB e 60% do emprego e apresentando uma produtividade claramente superior à média daquele total.

Não obstante a maioria da produção do CAF se destinar ao mercado nacional, os produtos alimentares e bebidas apresentam um peso muito relevante no comércio internacional da Região, representando, nos últimos anos, mais de 70% e 30%, respectivamente, do valor total das saídas e entradas de mercadorias com origem e destino na Região. Cerca de 80% destes valores respeitam a comércio intra-comunitário.

Sector agrícola e agro-alimentar

Quadro 15 - Indicadores para o sector agrícola e agro-alimentar, UE, PT e Açores

| Indicador | | UE 25 | Portugal | RAA |
|---|---|--------------|-----------|---------|
| Utilização agrícola das terras (2003 e 2005) | % de terra arável | 59,8 | 33,7 | 7,9 |
| | % de pastagens permanentes | 33,1 | 48,1 | 88,9 |
| | % de culturas permanentes | 6,9 | 17,6 | 2,8 |
| Estrutura das explorações agrícolas (2003 e 2005) | N.º de explorações agrícolas (2005 para PT e RAA) | 9.870.590 | 323.920 | 15.285 |
| | SAU (ha) (2005 para PT e RAA) | 156.032.740 | 3.679.587 | 122.783 |
| | Dimensão média das explorações (ha) (2005 para PT e RAA) | 15,8 | 11,4 | 8,0 |
| | Explorações com menos de 5 ha (%) (2005 para PT e RAA) | 61,9 | 74,8 | 69,1 |
| | Explorações com 5 ha ou mais e menos de 50 ha (%) (2005 para PT e RAA) | 31,3 | 22,0 | 28,7 |
| | Explorações com 50 ha ou mais (%) (2005 para PT e RAA) | 6,8 | 3,2 | 2,3 |
| | Dimensão económica média das explorações (UDE) (2005 para PT e RAA) | 14,4 | 6,9 | 13,9 |
| | Explorações com menos de 2 UDE (%) | 47,8 | 51,6 | 44,5 |
| | Explorações com 2 UDE ou mais e menos de 100 UDE (%) | 49,4 | 47,7 | 54,6 |
| | Explorações com 100 UDE ou mais (%) | 2,8 | 0,7 | 0,9 |
| | Mão-de-obra agrícola (UTA) (2005 para PT e RAA) | 9.861.020 | 400.021 | 12.423 |
| Instrução e qualificação na agricultura (1999-2000) | Agricultores com formação agrícola (%) | 16,9 (UE 15) | 6 | 7 |
| Estrutura etária na agricultura (2003 e 2005) | Rácio: % de agricultores com menos de 35 anos / agricultores com 55 anos ou mais) | 7,7 | 3,0 | 11,6 |
| Agricultores com outras actividades lucrativas (2003) | % agricultores com outras actividades remuneradas | 33,1 | 40,1 | 38,8 |
| Produtividade do trabalho na agricultura (média 2002-2004) medida pelas CEA | VAB/UTA, UE 25=100 (2000 para RAA) | 100 | 43 | 59 |
| Formação Bruta de Capital Fixo na agricultura (2003) | FBCF (milhões de euros) (2000 para RAA) | 44.012,40 | 817,9 | 29,2 |
| Produtividade do trabalho na indústria alimentar (2002-2003) | VAB/emprego (milhares de euros por empregado) | 50,5 | 27 | 15,3 |
| Emprego na indústria alimentar (2003-2004) | Emprego na indústria alimentar (milhares de pessoas empregadas) | 4.559 | 165 | 5,9 |
| Desenvolvimento económico na indústria alimentar (2002-2003) | VAB da indústria alimentar (milhões de euros) | 206.372 | 3.849 | 90 |

Fontes: Utilização das terras agrícolas (EUROSTAT, IEAA 2003 para UE 25 e IEAA 2005 para PT e RAA), Estrutura das explorações agrícolas (EUROSTAT, IEAA 2003 para UE 25 e IEAA 2003 ou 2005 para PT e RAA), Estrutura etária na agricultura (EUROSTAT, IEAA 2003 para UE15 e IEAA 2005 para PT e RAA), Agricultores com outras actividades lucrativas (EUROSTAT, IEAA 2003), Instrução e qualificação na agricultura (EUROSTAT, IEAA 1999-2000), Produtividade do trabalho na agricultura (EUROSTAT, CEA 2003 para UE e PT e 2000 para RAA), FBCF agricultura (EUROSTAT, CEA 2003 para UE e PT e 2000 para RAA), Indústria agro-alimentar (EUROSTAT, Contas nacionais para UE e PT e Contas Regionais 2003-base 95 e Inquérito ao Emprego 2004 para RAA)

Utilização das terras e estrutura das explorações e da produção

A utilização das terras agrícolas na RAA é claramente dominada pelas pastagens permanentes (88,9% em 2005, significativamente superior ao verificado na UE 25 e Portugal). No período inter censitário (1989-1999) verificou-se uma diminuição da superfície das explorações agrícolas dedicada às culturas permanentes, terras aráveis e superfície florestal e um aumento da área das pastagens permanentes.

Quadro 16 - Evolução da utilização da superfície das explorações agrícolas, 1989-1999

| Âmbito Geográfico | Superfície Total | Superfície Florestal | SAU | | | | Outras áreas |
|-------------------|------------------|----------------------|-------|----------------|----------------------|--------------------------------|--------------|
| | | | Total | Terras aráveis | Culturas Permanentes | Prados e pastagens permanentes | |
| RAA | 1% | -2% | 2% | -6% | -2% | 4% | 22% |
| Santa Maria | -9% | -82% | -7% | -55% | -54% | 1% | -73% |
| São Miguel | 7% | 55% | 3% | 13% | -3% | 3% | 101% |
| Terceira | -5% | -68% | 6% | 0% | -20% | 9% | 28% |
| Graciosa | 6% | -53% | 5% | -24% | -25% | 18% | 342% |
| São Jorge | 0% | 74% | -1% | -34% | -1% | 3% | -38% |
| Pico | 4% | -46% | 9% | -12% | -14% | 13% | -19% |
| Faial | -3% | -24% | -2% | -3% | -2% | 2% | 121% |
| Flores | -11% | 41% | -13% | -54% | -11% | -11% | 275% |
| Corvo | -15% | 12% | -15% | -45% | 354% | -14% | 0% |

Fonte: INE, RGA 89 e RGA 99

Relativamente à estrutura das explorações agrícolas destacam-se a sua pequena dimensão média (8,0 ha) e uma dimensão económica média (13,9 UDE) superior à média nacional (6,9 UDE), embora inferior à média da UE25 (14,4 UDE para 2003).

Entre 1990 e 2005, registou-se uma evolução estrutural positiva da estrutura das explorações agrícolas, com o aumento da dimensão média das explorações de 4,8ha para 8,0ha, resultado de um aumento da SAU (3%) e de uma diminuição acentuada do número de explorações (-38%). No entanto, a fragmentação das explorações continua muito elevada, com uma média de 5,6 blocos por exploração, dos quais mais de 80% com menos de 1ha. No mesmo período aumentou significativamente o número de explorações com mais de 20ha e a respectiva área associada (74%, em 2003), registou-se um aumento das explorações com dimensão superior a 16 UDE e um decréscimo em todas as classes de dimensão inferiores.

Esta evolução foi acompanhada por uma redução de 34% da mão-de-obra agrícola e de uma consolidação da especialização na produção leiteira. Em 2005, a RAA apresentava valores superiores à média nacional no que se refere aos indicadores SAU/UTA (9,9ha contra 9,2ha), MBT/exploração (16.701€ contra 8.326€) e MBT/SAU (2.079 €/ha contra 733 €/ha) e valores inferiores relativamente à SAU/exploração (8,0ha contra 11,4ha) e UTA/exploração (0,8 UTA contra 1,2 UTA). Registe-se ainda o facto de apresentar a menor proporção de SAU por conta própria: 46% contra 70% de média nacional.

Reflectindo a utilização das terras agrícolas e a estrutura da produção, a orientação técnico económica das explorações revela a forte especialização das explorações na bovinicultura de leite e a importância dos sistemas policulturais.

Quadro 17 - Padrão de especialização produtiva, segundo a OTE, por ilha (% do número de explorações)

| Âmbito Geográfico | Culturas agrícolas diversas | Horticultura | Viticultura | Fruticultura | Bovinos de leite | Bovinos para gado e carne | Bovinos leite/gado e carne | Ovinos/caprinos e outros herbívoros | Granívoros | Sistemas policulturais |
|-------------------|-----------------------------|--------------|-------------|--------------|------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------------|------------|------------------------|
| RAA | 14 | 1 | 8 | 9 | 20 | 13 | 3 | 4 | 2 | 24 |
| S. Maria | 11 | - | 6 | 2 | - | 45 | - | 5 | - | 30 |
| S. Miguel | 20 | 2 | 4 | 13 | 27 | 8 | 1 | 5 | 1 | 18 |
| Terceira | 7 | 2 | 8 | 9 | 22 | 18 | 4 | 4 | 4 | 20 |
| Graciosa | 8 | 7 | 20 | 3 | 5 | 11 | - | 3 | 3 | 40 |
| S. Jorge | 10 | - | 6 | 5 | 37 | 5 | 6 | 3 | 2 | 29 |
| Pico | 18 | - | 23 | 6 | 4 | 8 | 4 | - | - | 37 |
| Faial | 4 | 2 | 1 | 6 | 24 | 21 | 9 | 5 | - | 28 |
| Flores | 9 | 3 | - | 3 | 4 | 25 | 15 | 7 | - | 34 |
| Corvo | 2 | - | - | - | - | 20 | 49 | 6 | 3 | 20 |

Fonte: RGA 99

Em termos do padrão de especialização produtiva, as ilhas poder-se-ão agrupar, em 3 grupos:

- ⇒ Grupo 1: *S. Miguel, Terceira e S. Jorge*. Prevaecem as explorações especializadas em bovinos de leite, com valores superiores à média da Região, sendo esta especialização maior em S. Jorge (37%). Nestas ilhas, é ainda de referir a importância dos sistemas policulturais, as culturas agrícolas diversas e as culturas permanentes, com destaque para a fruticultura, particularmente em S. Miguel e Terceira. Estas duas ilhas apresentam o grau mais elevado de diversificação da agricultura, já que os três principais sistemas de produção prevalecem em menos de 2/3 das explorações.

- ⇒ *Grupo 2: Graciosa, Pico, Flores e Faial.* Predominam os sistemas policulturais (são praticados em mais de 30% das explorações), sendo que na Graciosa e no Pico a viticultura tem significado considerável (mais de 20% das explorações), enquanto nas Flores e no Faial a actividade secundária relativamente mais importante é a bovinicultura. As três principais actividades variam entre 70% e 80% do peso dos sistemas destas ilhas.
- ⇒ *Grupo 3: Santa Maria e Corvo.* Em Santa Maria e Corvo prevalecem os sistemas de produção associados à bovinicultura de carne (com uma representatividade superior a 45%), sendo de acrescentar a importância dos sistemas policulturais. A outra particularidade é que estas ilhas têm o mais elevado índice de especialização produtiva, já que as três principais actividades têm valores próximos dos 90%.

Efectivo pecuário

Em 2005, 49% das explorações agrícolas tinham bovinos e 24% vacas leiteiras. Os bovinos, em particular os bovinos de leite, são o efectivo dominante em toda a Região; todos os outros efectivos têm pouca expressão, quer em número de explorações quer na dimensão dos efectivos.

Em 1999, 71 % do efectivo bovino e 82% do efectivo de vacas leiteiras concentravam-se nas ilhas de São Miguel e Terceira. Entre 1999 e 2005 verificou-se uma diminuição do número de explorações com bovinos, do número de explorações com vacas leiteiras e dos respectivos efectivos totais, e um aumento do número de animais por exploração. Em ambos os anos cerca de 40% do efectivo bovino era constituído por vacas leiteiras, expressando a forte especialização leiteira da produção pecuária. No mesmo período a produtividade das vacas leiteiras aumentou 20%.

Quadro 18 - Evolução do efectivo bovino e da produtividade das vacas leiteiras, 1999-2005

| Indicadores | | 1999 | 2005 | Variação 1999/2005 |
|--------------------------------------|------------------------|---------|---------|-----------------------|
| Bovinos | N.º de explorações | 9.873 | 7.554 | -23,5% |
| | N.º de animais | 238.396 | 216.989 | -9,0% |
| | N.º animais/exploração | 24 | 29 | 20,8% |
| Vacas leiteiras | N.º de explorações | 5.119 | 3.636 | -29,0% |
| | N.º de animais | 98.688 | 86.720 | -12,1% |
| | N.º animais/exploração | 19 | 24 | 26,3% |
| Produtividade/vaca leiteira (litros) | | 4.805 | 5.763 | 19,9% |

Fonte: INE, RGA 99, IEEA 2005, SREA Anuário 2005

Infra-estruturas de apoio à actividade agrícola

As infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, com destaque para os caminhos agrícolas e rurais, o abastecimento de água, o fornecimento de energia e as operações ligadas ao emparcelamento, constituem um factor determinante de competitividade.

Nos últimos períodos de programação consagraram-se recursos financeiros importantes aos investimentos neste domínio (cerca de 22% da despesa pública aprovada co-financiada pelo FEOGA-O no período 2000-2005), mas, apesar do esforço já realizado e dos bons resultados alcançados, muitas zonas apresentam ainda carências importantes.

A predominância do regime de pastoreio extensivo da produção bovina e as características territoriais da Região determinam a necessidade de proliferar infra-estruturas. As redes de caminhos agrícolas (173 km) e rurais (717 km) actualmente existentes cobrem todas as ilhas e estão naturalmente concentradas nas ilhas de São Miguel e da Terceira (30% e 99%, respectivamente, da extensão total dos caminhos rurais e dos caminhos agrícolas) onde estão definidos os principais “perímetros de ordenamento agrário”.

No que se refere às infra-estruturas de abastecimento de água, o volume de precipitação, aliado à sua distribuição ao longo do ano determina que, nos Açores, o regadio seja quase inexistente, reduzindo-se às culturas sob-coberto. No entanto o sistema de produção dominante, origina a necessidade de garantir o abeberamento do gado através de infra-estruturas que incluem estruturas hidroagrícolas de captação e distribuição de água (lagoas artificiais e respectivas redes de abastecimento).

As infra-estruturas de fornecimento de energia às explorações são ainda incipientes e dificultadas pelo sistema de produção regional e a dispersão das explorações por várias parcelas.

Produtores agrícolas

Em 2005 existiam na RAA cerca de 15.107 produtores agrícolas singulares (menos 20,8% relativamente a 1999), maioritariamente do sexo masculino (85%) e com uma idade média de 54,9 anos. A sua estrutura etária, medida pelo rácio entre os agricultores com menos de 35 anos e mais de 55 anos (0,116), era acentuadamente mais jovem do que a média nacional (0,03) e a média da UE15 (0,77). Em 2000, a % de agricultores com formação profissional era muito baixa (7%), ligeiramente superior à média nacional (6%) e acentuadamente inferior à média da UE25 (16,9%). Em 2003, cerca de 38,8% dos produtores exerciam outras actividades remuneradas, % semelhante ao total nacional e superior à média da UE25.

A evolução registada no período entre 1999 e 2005 nas principais características dos produtores singulares acompanhou as tendências verificadas a nível nacional: envelhecimento, aumento da proporção dos produtores do sexo feminino e dos produtores com actividade a tempo completo nas explorações e ligeira melhoria dos níveis de instrução e qualificação. Apesar desta ligeira melhoria a

proporção de produtores sem nenhum nível de instrução ou apenas com o ensino básico continua a ser superior a 95% (80% para o total da população da região) e o universo de produtores com cursos de formação profissional muito reduzido.

Quadro 19 - Principais características dos produtores agrícolas singulares, PT e RAA

| Indicadores | 1999 | | 2005 | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| | RAA | PT | RAA | PT |
| Proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração | 14,5% | 16,4% | 21,8% | 19,7% |
| Proporção de produtores agrícolas singulares mulheres | 12,7% | 23,2% | 14,8% | 25,7% |
| Proporção de produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola | 7,2% | 6,0% | 8,0% | 11,0% |
| Proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior agrícola | 4,9% | 4,7% | 5,0% | 5,7% |
| Proporção de produtores agrícolas com menos de 40 anos | 21,2% | 8,9% | 18,1% | 8,2% |
| Proporção de produtores agrícolas com mais de 65 anos | 24,5% | 37,8% | 27,7% | 48,3% |

Fonte: INE, RGA 99 e IEAA 2005

O baixo nível de instrução e de formação profissional dos produtores aliado ao seu progressivo envelhecimento e a um tecido produtivo atomizado e territorialmente disperso determinam o isolamento de muitos agricultores face à informação, aos mercados e ao enquadramento institucional, técnico e administrativo e a existência de uma classe empresarial com um défice de gestão e de organização para o mercado e uma fraca capacidade de inovação.

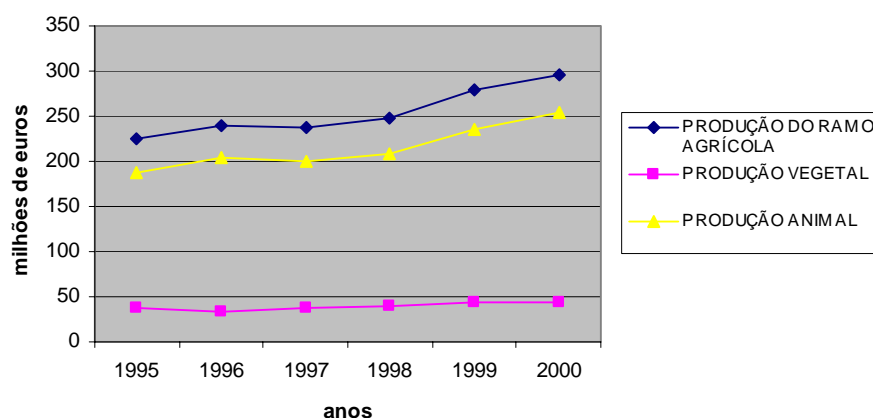
Não obstante, particularmente nas ilhas de S. Miguel e Terceira, existe uma franja importante de agricultura profissionalizada, que proporciona a existência de organizações de lavoura fortes e interventoras nas respectivas fileiras com particular destaque para a fileira do leite.

Desenvolvimento económico do sector agrícola

A RAA apresenta uma estrutura de produção menos diversificada do que o resto do país, que assenta nas suas vantagens naturais para a produção animal. Nesta região, a produção animal representava, em 2000 (último ano para que estão disponíveis as contas económicas da agricultura regionais), 86% do total da produção agrícola. O leite e a carne de bovino, com um peso de, respectivamente, 54% e 19% no total da produção agrícola, eram os sectores mais representativos.

No período 2000-2005, a produção agrícola regional (base 95) a preços correntes representava, em média, 4,7% do todo nacional. Neste período a produção registou uma tendência crescente, resultante sobretudo do aumento da produção animal e uma estrutura de produção relativamente estável.

Figura 11 - Evolução da produção do ramo agrícola, 1995-2000

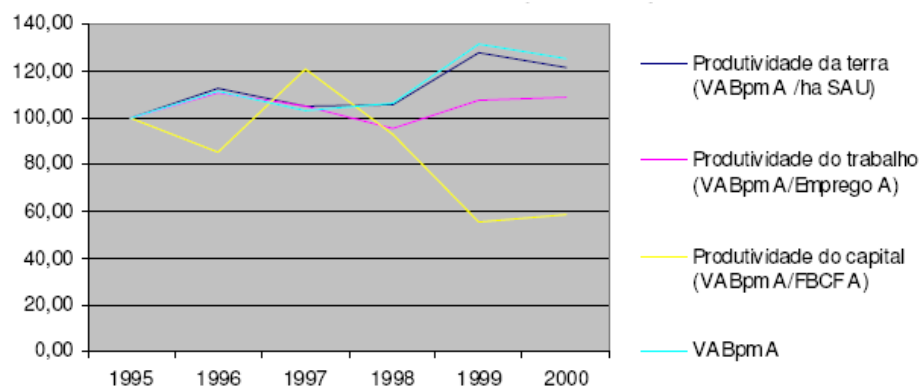


Fonte: INE, CEA 95-2000

A produtividade do trabalho na agricultura tem evoluído favoravelmente em consequência do aumento do VAB e da diminuição das UTA. Não obstante, apresenta ainda valores muito inferiores à média da UE 25 (59% da média da UE25) embora superiores à média nacional (43% da média da UE25). Ressalve-se que estamos a comparar valores de 2003 (UE e PT) com valores de 2000 (RAA).

De acordo com as contas económicas da agricultura regionais (base 95), no período 1995-2000 verificaram-se acréscimos do VABpm (26%), da produtividade do trabalho (9%) e da produtividade da terra (22%) e um decréscimo da produtividade do capital (-41%). Estes índices ilustram uma trajectória económica favorável da agricultura regional e a influência dos diversos apoios canalizados para o sector através de ajudas directas às produções e à sustentabilidade ambiental das explorações e de auxílios aos investimentos de modernização e melhoria das condições de trabalho.

Figura 12 - Evolução dos principais índices de desenvolvimento económico da agricultura, 1995-2000

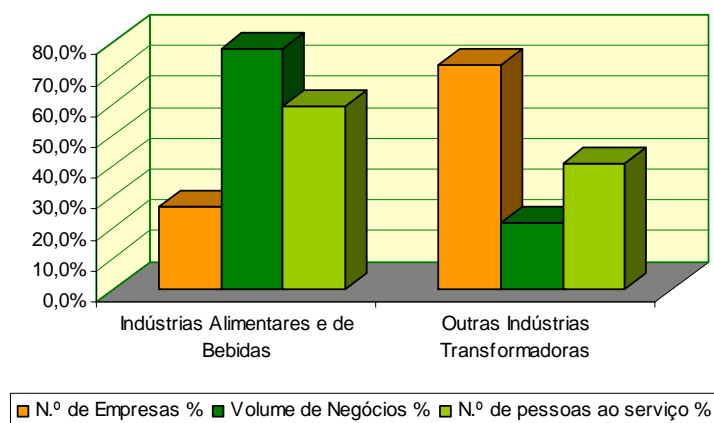


Fonte: PROTA 2006, com base INE, CEA 95-2000

Indústrias agro-alimentares

Em 2001 as indústrias alimentares e de bebidas (IAB) eram responsáveis por 27% do número de empresas, 78% do volume de negócios e 59% das pessoas ao serviço do total da indústria transformadora regional.

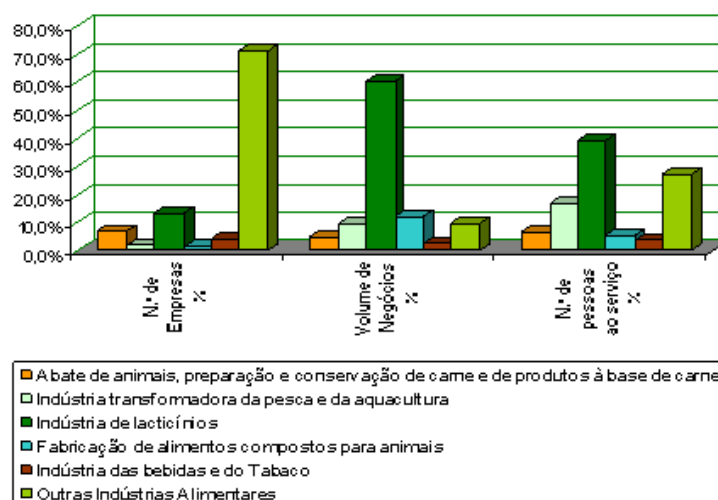
Figura 13 - Estrutura da Indústria Transformadora, 2001 (%)



Fonte: SREA, FUE (INE)

A estrutura das IAB regionais revela o peso predominante da Indústria de Lacticínios: 14% do número de empresas, 60% do volume de negócios e 40% das pessoas ao serviço. Em termos de VAB, as IAB regionais têm um peso de 2% do total das IAB nacionais.

Figura 14 - Estrutura das Indústrias Alimentares e de Bebidas (%), 2001



Fonte: SREA, FUE (INE)

O desempenho das IAB no período 1995-2003 (de acordo com as Contas Regionais-Base 1995) revela uma quase estagnação do VAB destas indústrias (aumento real de 0,05%) contrastando com a evolução verificada a nível nacional (aumento real de 18,3%). Em termos de produtividade, as IAB regionais apresentam valores sensivelmente inferiores à média nacional e da UE.

Fileiras

A estrutura da produção primária e da indústria transformadora associada evidencia a concentração da produção regional na fileira do leite, a que se seguem a fileira da carne e, finalmente, as fileiras ligadas às principais actividades que asseguram a diversificação da produção (fileiras dos “sectores de diversificação”) que estão ligadas às principais produções vegetais (horticultura, fruticultura, floricultura e plantas ornamentais, vinha e culturas industriais) e ao mel.

Fileira do Leite

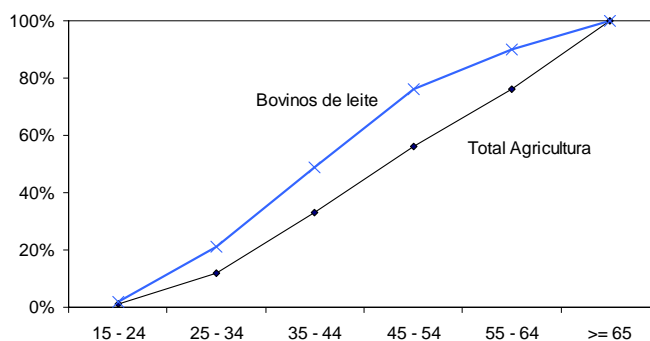
Na RAA produz-se 27% do leite comercializado a nível nacional. A transformação e comercialização são asseguradas por empresas de dimensão nacional, multinacionais e cooperativas regionais sendo o Continente Português o principal mercado de destino dos produtos transformados. Trata-se da mais importante fileira da Região e também a mais bem organizada e com maior nível de integração vertical e horizontal.

Ao nível da produção primária verificou-se, na última década, um aumento significativo dos rendimentos por vaca e da dimensão média da exploração leiteira, mas continua a imperar na Região o modo de produção em regime de pastoreio extensivo. Na campanha 2005/2006, 68% do leite foi recolhido em explorações com entregas superiores a 150 toneladas (que representam 38% do total das explorações com entregas), revelando um menor grau de concentração do que no Continente Português (75% da produção é assegurada por 20% das explorações). No mesmo período verificou-se uma considerável melhoria da qualidade do leite e uma evolução negativa do preço do litro de leite que, em média, corresponde a 74% do preço pago aos produtores continentais.

A bovinicultura de leite representa 53% da Margem Bruta Padrão gerada pelo sector agrícola, sendo um sector fortemente dominado pelas explorações de dimensão média (78% da MBP deve-se a explorações de dimensão económica entre 16 e 100 UDE).

Trata-se do sector de actividade agrícola mais dinâmico da Região, sendo aquele onde se encontra maior rejuvenescimento do tecido produtivo, comparado com a média de idades do total de produtores agrícolas.

Figura 15 - Percentagem de agricultores com OTE Bovinos de Leite, por classes de idade

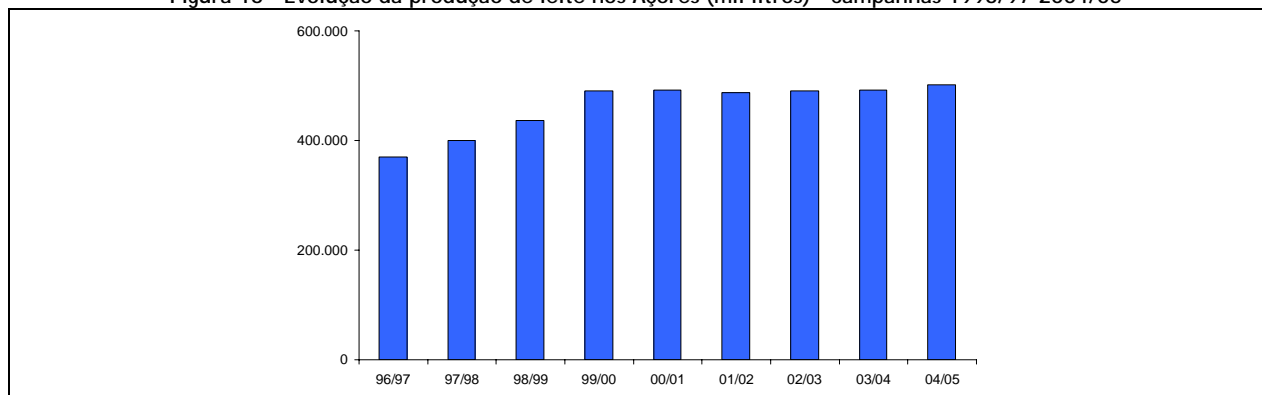


Fonte: INE, RGA 99

No período 1996/1997 a 2004/2005 a produção de leite aumentou 26% estando cerca de 90% da produção concentrada nas ilhas de São Miguel e da Terceira. Verifica-se igualmente que as principais zonas de produção se localizam preferencialmente nas freguesias abrangidas por Perímetros de Ordenamento Agrário.

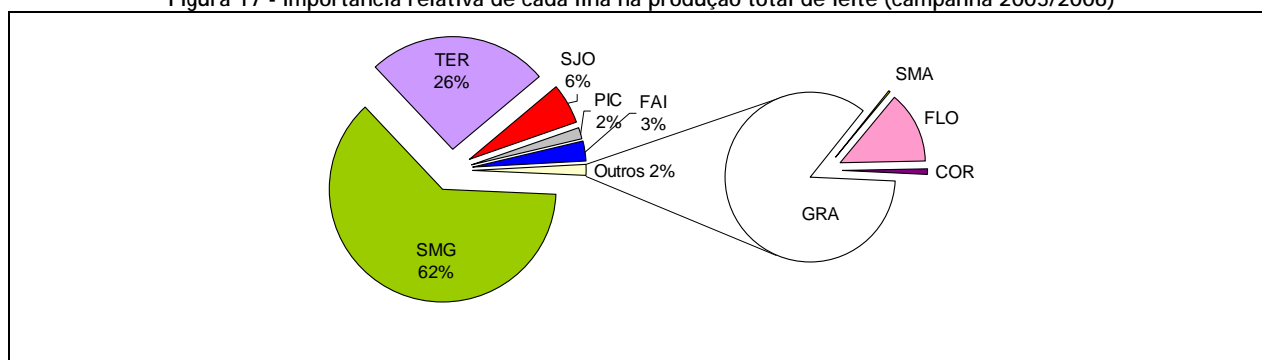
Na última década, e particularmente entre 2000 e 2005, registou-se na Região uma forte modernização das indústrias transformadoras, para a qual contribuiu decisivamente o financiamento comunitário assegurado através do FEOGA-O. Neste período os investimentos aprovados para as indústrias do sector leiteiro corresponderam a 42% da despesa pública aprovada no QCA III. Por razões que decorrem directamente dos condicionalismos regionais de ordem geográfica, e ao contrário do que se passa no Continente, os principais destinos do leite recolhido são o queijo, o leite em pó e a manteiga, que, em 2004, representavam, respectivamente, 47%, 93% e 25% da produção nacional. O destino do leite entregue nas fábricas açorianas tem-se caracterizado pelo predomínio crescente da produção de queijo, que absorve presentemente 40% do total do leite entregue na Região.

Figura 16 - Evolução da produção de leite nos Açores (mil litros) - campanhas 1996/97-2004/05



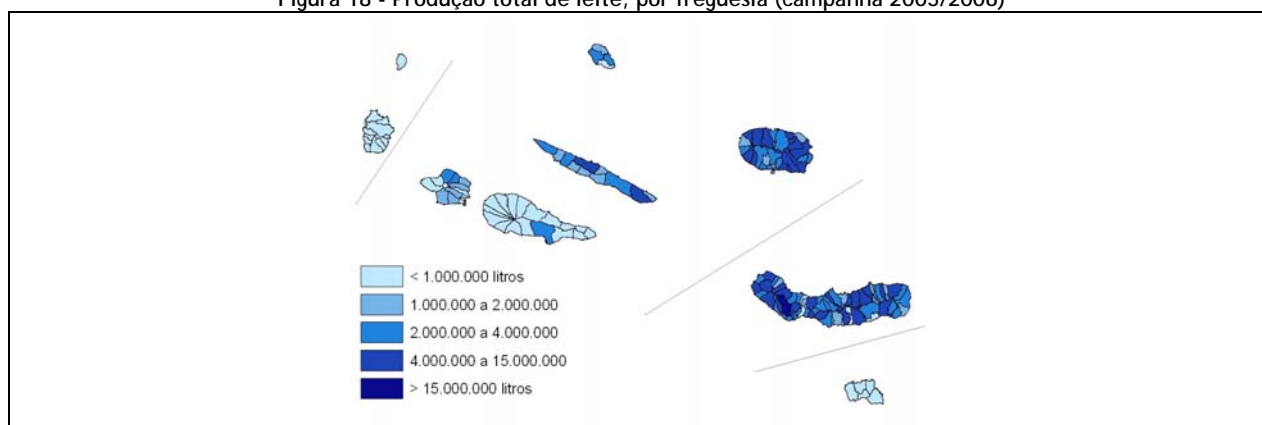
Fonte: IAMA

Figura 17 - Importância relativa de cada ilha na produção total de leite (campanha 2005/2006)



Fonte: IAMA

Figura 18 - Produção total de leite, por freguesia (campanha 2005/2006)



Fonte: IAMA

Figura 19 - Evolução da produção de lacticínios, campanhas 1997/98 a 2005/06 (%)

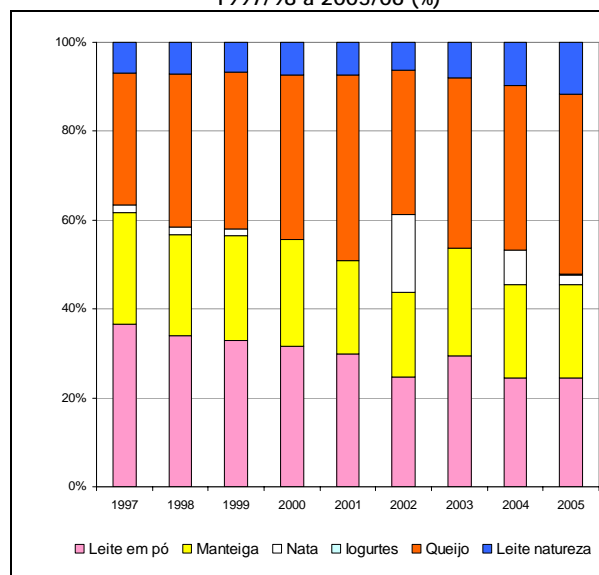
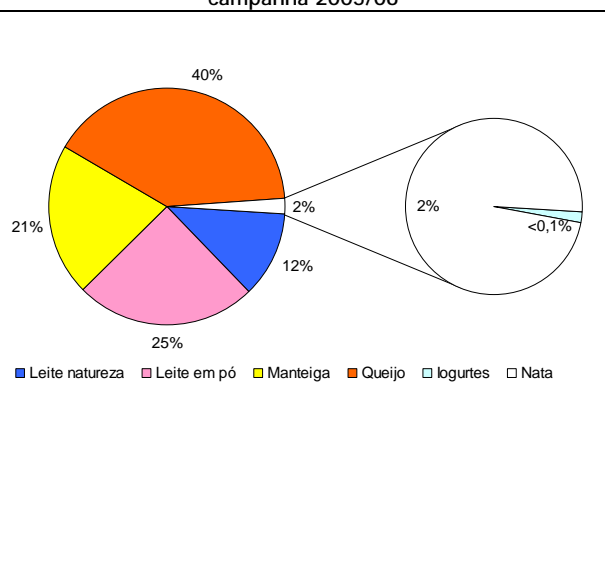


Figura 20 - Repartição da produção regional de lacticínios, campanha 2005/06

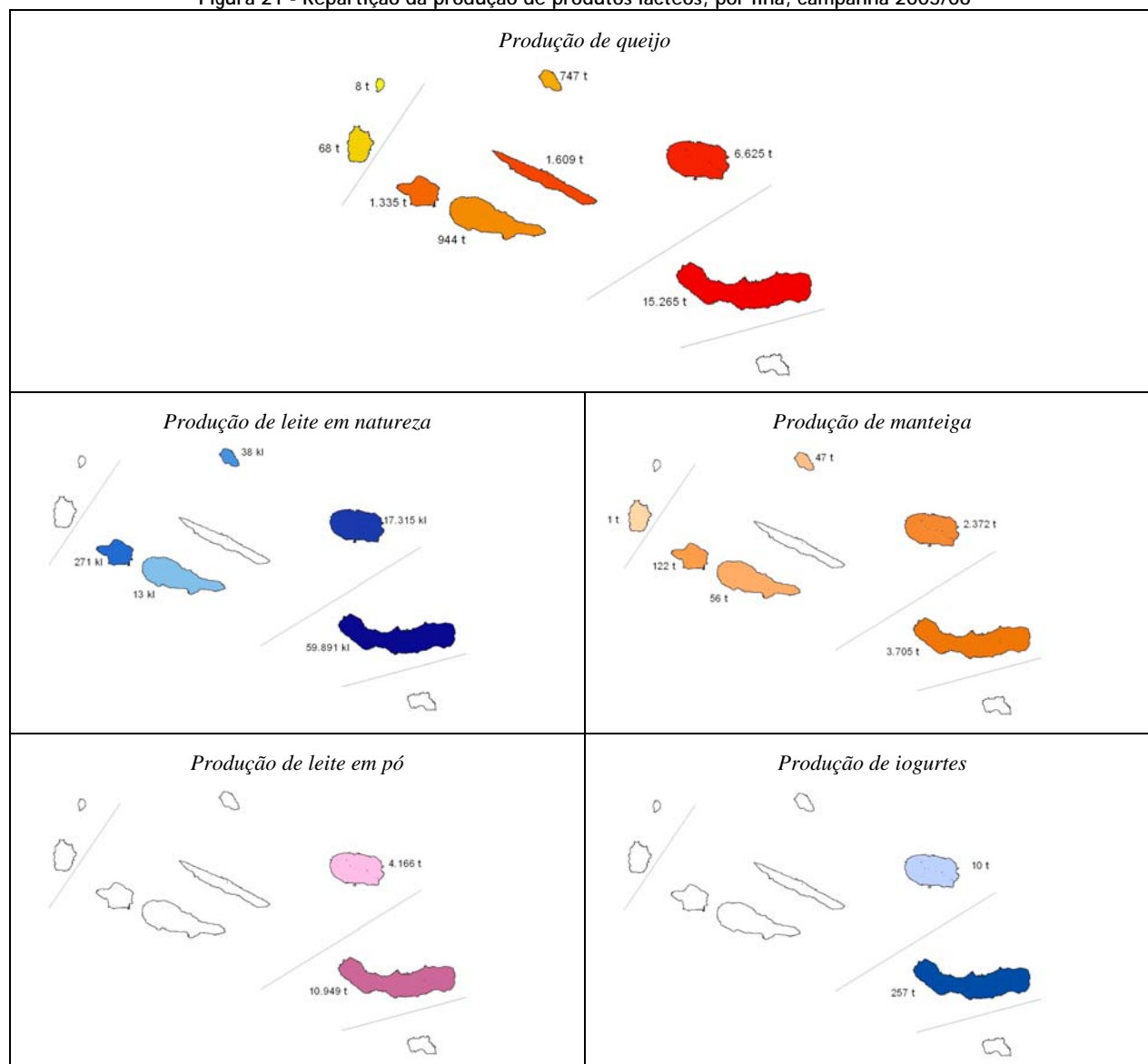


Fonte: IAMA

A maioria dos produtos tem baixo valor acrescentado, verificando-se ainda uma insuficiente promoção e valorização no mercado de produtos regionais de qualidade diferenciada como certos queijos e manteigas. Indicador desta realidade é a situação dos 2 queijos com denominação de origem protegida (DOP) existentes nos Açores: o “Queijo de São Jorge” e o “Queijo do Pico”. Em 2003/2004, o “Queijo de São Jorge” representou, em quantidade, perto de 57% da produção total nacional de queijos com nomes protegidos. Contudo, de todos os queijos nacionais com nomes protegidos foi aquele que apresentou a menor cotação unitária no mercado e, também, o menor diferencial de cotações entre o produto com DOP e o produto sem DOP, ao que não será alheio o facto de ser um queijo de vaca, tradicionalmente menos valorizado que os queijos fabricados com leites de cabra e ovelha, que dominam a oferta dos queijos DOP. No mesmo período, o “Queijo do Pico”, como tal, não registou produção e comercialização.

Nas ilhas S. Miguel e Terceira, verifica-se a produção de um razoável leque de produtos finais da indústria de lacticínios, embora 27% da matéria-prima ainda se destine ao fabrico de leite em pó e apenas 0,05% se destine ao fabrico de iogurtes. O fabrico de leite em pó, iogurtes e leite UHT concentra-se apenas nestas duas ilhas. As restantes ilhas são quase exclusivamente produtoras de queijo e manteiga, sendo a produção de queijo a que predomina claramente.

Figura 21 - Repartição da produção de produtos lácteos, por ilha, campanha 2005/06



Fonte: IAMA

De acordo com dados do INE (Inquérito às Empresas), em 2003 a produção regional de lacticínios era assegurada por 35 empresas (12% do total nacional) com cerca de 1800 pessoas ao serviço (23% do total nacional), que geraram uma produção e um VAB no valor de, respectivamente, 262,2 milhões de euros (18% do total nacional) e 39,1 milhões de euros (14% do total nacional). No período entre 1996 e 2003 a produção regional e o VAB a preços de mercado cresceram, respectivamente, 43% (18% a nível nacional) e 29% (43% a nível nacional) mas o pessoal ao serviço manteve-se relativamente constante, não obstante o número de empresas ter diminuído 40%. Em 2003 a produtividade da indústria de lacticínios representava apenas 61% da média nacional. Este facto será em grande parte explicado pela especialização da região em produtos com baixo valor acrescentado.

O peso das produções regionais na produção nacional e o universo das indústrias que operam na Região (as mais relevantes com centros de decisão fora da Região e mesmo do país) determinam, naturalmente, que a evolução da fileira regional seja indissociável das evoluções da fileira e do mercado verificadas a nível nacional.

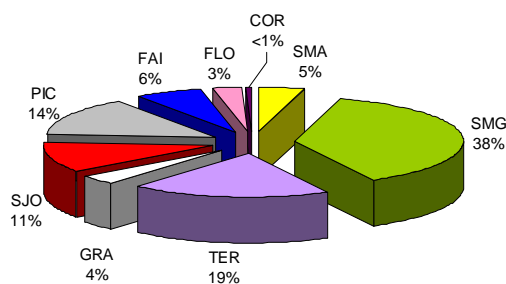
Contudo, as debilidades e vulnerabilidades do sector a nível nacional são agravadas nos Açores pelas especificidades territoriais do arquipélago que dificultam a organização da fileira e a sua capacidade negocial, as economias de escala, a capacidade de expansão da produção para produtos com maior valor acrescentado e o acesso aos factores de produção e aos mercados, num cenário de restrição ao aumento da produção.

A principal necessidade desta fileira, que tem uma importância determinante na economia regional, centra-se, assim, no aumento do valor acrescentado do sector através da melhoria da organização da fileira regional, da modernização e inovação ao nível dos produtos, tecnologias e processos de produção, recolha, transformação, comercialização e qualificação ambiental e, sobretudo, do desenvolvimento e valorização de produções regionais de qualidade diferenciada.

Fileiras das carnes

Esta fileira é dominada pela carne de bovino que está em grande parte associada à produção de leite, resultante da engorda de vitelos. Paralelamente às explorações mistas, existem algumas explorações especializadas em carne de bovino, seja pela especialização na engorda de vitelos - mais frequentes em ilhas onde a especialização leite é muito forte, como S. Miguel, seja pela especialização em raças de carne - explorações estas com maior importância relativa nas ilhas menos vocacionadas para a produção de leite, como o Pico e as Flores. O grau de auto-aprovisionamento está próximo dos 100%, estimando-se que, em 2005, a expedição de gado bovino em carcaça rondasse as 1.500 toneladas (cerca de 15% do total de abates). Devido às condições de produção regionais e aos condicionalismos do mercado verifica-se ainda uma importante expedição de gado vivo para o Continente Português e Madeira totalizando mais de 50 mil cabeças/ano e 12 mil toneladas/ano de peso vivo (São Miguel e Terceira são responsáveis por 57% destas expedições).

Figura 22 - Repartição por ilhas da saída de gado bovino vivo para o exterior, 2005



Fonte: INE, SREA

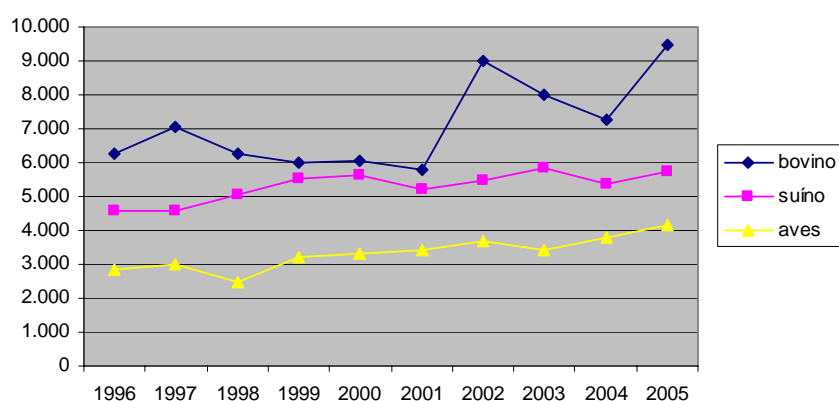
A existência de uma Indicação Geográfica Protegida (IGP) denominada “Carne dos Açores” poderá dar um contributo importante para uma maior valorização regional da produção de carne. Contudo, a débil organização e integração da fileira e as características do mercado ainda não permitiram a qualificação deste produto. O início da comercialização da “Carne dos Açores” está previsto para 2007.

Nos sectores da carne de suíno, aves de capoeira e ovos, a RAA também apresenta um grau de auto-aprovisionamento próximo dos 100%. O consumo de carne de porco tem um peso significativo na tradição gastronómica local, fazendo ainda a produção de suínos parte da composição de muitas explorações agrícolas. No global, a produção de suínos divide-se em duas realidades diferentes e complementares: por um lado as explorações agrícolas tradicionais; por outro a suinicultura intensiva, com unidades em S. Miguel, Terceira e Pico.

As aves de capoeira fazem igualmente parte da exploração agrícola tradicional, com os galináceos a representarem a quase totalidade dos efectivos. Paralelamente às explorações familiares, a produção de aves para fins comerciais é assegurada por aviários industriais existentes em São Miguel, Terceira e Pico. A produção de ovinos, caprinos e coelhos tem pouco significado na produção global de carne da Região.

S. Miguel concentra 60% da produção total de carne, seguindo-se a Terceira com 24%. Pico (5%) e Faial (4%) têm ainda algum volume de produção, sendo as restantes ilhas pouco significativas, em termos globais. Os abates de bovinos cresceram 52% no período 1996-2005 e representam cerca de 50% dos abates totais.

Figura 23 - Evolução dos abates de bovinos, suínos e aves, 1996-2003



Fonte: IAMA

Figura 24 - Total de abates por ilha, 2005

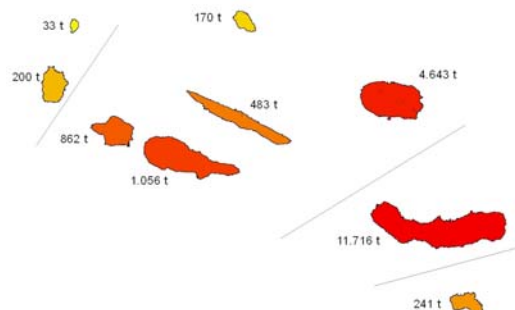
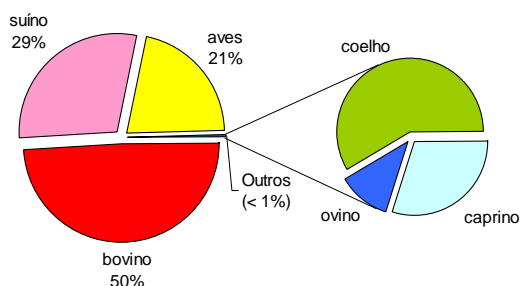


Figura 25 - Repartição dos abates por espécie, 2005



Fonte: IAMA

A rede regional de abate estende-se a todas as ilhas do arquipélago e é essencialmente pública. No período 2000-2005, realizou-se, ao abrigo do QCA III, um importante investimento nas infra-estruturas de abate que permitiu a substituição de estruturas obsoletas em Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Flores. Os 5 projectos aprovados permitiram a instalação na Região de uma capacidade total de abate de 45,6 t/hora, com excelentes condições técnicas e de trabalho, em conformidade com as normas em vigor. As novas unidades empregam directamente 223 trabalhadores. Novos investimentos são necessários para modernizar as unidades existentes e adaptá-las à evolução das exigências do mercado particularmente em matéria de qualidade e segurança alimentar.

Tal como a nível nacional, a organização da fileira é praticamente inexistente registando um baixo nível de integração, quer vertical quer horizontal, e uma reduzida participação da produção a jusante. O nível de articulação com a indústria é muito baixo, comportando-se esta como prestadora de serviços, não existindo dinâmica de estratégias de cooperação para acções concertadas.

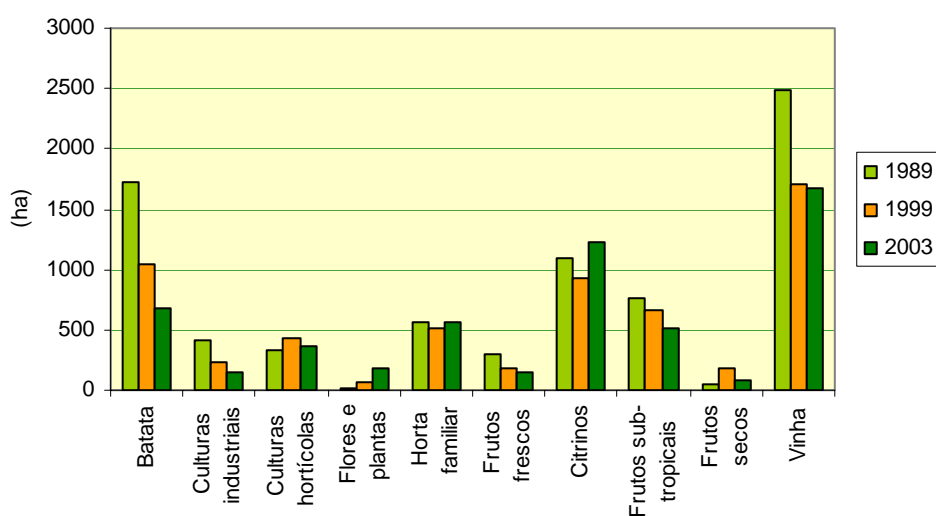
De acordo com dados do INE (Inquérito às Empresas), em 2003 a indústria de abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne era assegurada por 21 empresas (4,6% do total nacional) com cerca de 300 pessoas ao serviço (2% do total nacional), que geraram uma produção e um VAB no valor de, respectivamente, 23,1 milhões de euros (1,6% do total nacional) e 5,2 milhões de euros (1,8% do total nacional). No período entre 1996 e 2003 a produção regional e o VAB a preços de mercado cresceram, respectivamente, 40% (0,1% a nível nacional) e 114% (37% a nível nacional). O pessoal ao serviço aumentou cerca de 10% e o número de empresas diminuiu ligeiramente. Em 2003, a produtividade desta indústria representava 89% da média nacional.

Neste sector, onde os condicionalismos geográficos da Região constituem também um forte entrave ao seu desenvolvimento, há ainda um longo caminho a percorrer para aumentar o seu valor acrescentado. A organização da fileira, a especialização em raças de carne, a promoção e valorização da “Carne dos Açores” e o desenvolvimento e valorização dos produtos transformados, são áreas de intervenção a privilegiar.

Fileiras dos “sectores de diversificação”

As fileiras dos “sectores de diversificação” estão ligadas às principais produções vegetais (horticultura, fruticultura, floricultura e plantas ornamentais, vinha e culturas industriais) e ao mel. Ao longo dos últimos anos as áreas dedicadas às principais culturas têm decrescido, com excepção das relativas às flores e plantas, citrinos e horta familiar.

Figura 26 - Evolução das principais áreas de cultivo, 1989, 1999, 2003



Fonte: INE, RGA89, RGA99 e IEEA2003

Fruticultura, horticultura, floricultura e plantas ornamentais e culturas industriais

Na RAA os sectores da fruticultura, horticultura, floricultura e plantas ornamentais e culturas industriais significam, no conjunto, 11,1% da estrutura da produção agrícola. Esta menor importância, quando comparada com a do leite e da carne, resulta, por um lado, das condições naturais pouco favoráveis ao desenvolvimento da maioria das culturas (ventos fortes, níveis de humidade propícios ao desenvolvimento de fungos e pragas, por exemplo), e, por outro, dos elevados custos de produção associados a mercados locais muito pequenos e fragmentados.

Estas culturas desenvolvem-se em explorações com áreas com dimensão média inferior a 0,5 ha, sendo a sua oferta fortemente atomizada e a organização das fileiras inexistente ou incipiente. A maioria da produção destina-se aos mercados locais e ao auto-consumo. A fraca capacidade concorrencial face aos produtos provenientes do exterior, determina um reduzido grau de auto-aprovisionamento da Região, tendo-se verificado, ao longo dos últimos anos, um aumento sucessivo das importações e uma perda progressiva da auto-suficiência das ilhas em produtos frescos.

Em 2003, a fruticultura representava 3,1% da Margem Bruta Padrão gerada pelo sector agrícola. Parte significativa daquele valor (37%) é gerado por explorações de pequena dimensão económica (< 4 UDE). Relevam, pela sua importância relativa, os citrinos (com destaque para as laranjeiras) e os frutos subtropicais (com destaque para a banana), com, respectivamente, 62% e 26% da área total ocupada pelas culturas frutícolas. Neste sector destaca-se ainda a existência de 2 produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP): o “Ananás dos Açores” e o “Maracujá de São Miguel”, cujas áreas de produção abrangem apenas a ilha de São Miguel. O primeiro tem uma produção média anual de 1.900 t e é produzido em cerca de 450 explorações com um área de 74 ha; o segundo apenas começou a ser comercializado como tal em 2003/2004 por 3 explorações agrícolas, apresentando uma produção de 2t.

A horticultura (incluindo a floricultura e outras ornamentais) representa 3,2% da Margem Bruta Padrão gerada pela agricultura açoriana. Trata-se de um sector em que 74% daquele valor é gerado por explorações com uma dimensão económica importante (> 40 UDE). Este aspecto, visto a par da diminuta percentagem de explorações com culturas hortícolas destinadas ao mercado, mostra apreciável estruturação e especialização neste sector

Apesar do seu menor peso na estrutura produtiva, estas fileiras têm uma importância relevante ao nível regional: asseguram uma significativa auto-suficiência às famílias, dão origem a produtos com qualidade diferenciada, alguns com capacidade de expedição para o exterior (como os casos do ananás e de plantas e flores) e estão associadas à imagem dos Açores devido ao seu elevado valor gastronómico, paisagístico e cultural. Neste contexto, é de realçar a utilização de abrigos naturais, a cujo valor paisagístico se contrapõem os elevados custos de manutenção e a menor produtividade da terra para estas culturas, já que, em média, os abrigos ocupam 20% das áreas efectivamente em cultura.

No âmbito da produção vegetal dos Açores destacam-se ainda as fileiras de algumas culturas industriais (apenas em São Miguel) como a beterraba, o tabaco e o chá onde, pela forte ligação existente entre a produção e a indústria, existe uma maior capacidade de organização. Enquanto a fileira do chá tem conhecido um crescimento importante (a produção mais do que quadruplicou no período 1993/2003), as fileiras do tabaco e, sobretudo, da beterraba sacarina têm vindo a perder sucessivamente importância, em grande parte devido a restrições impostas pela PAC.

Em resumo, nos Açores as principais necessidades destas fileiras centram-se na organização, na inovação, nomeadamente através do desenvolvimento de modos de produção adaptados às condições naturais regionais, na valorização e desenvolvimento das produções de qualidade diferenciada e na criação de melhores condições para o acesso aos mercados.

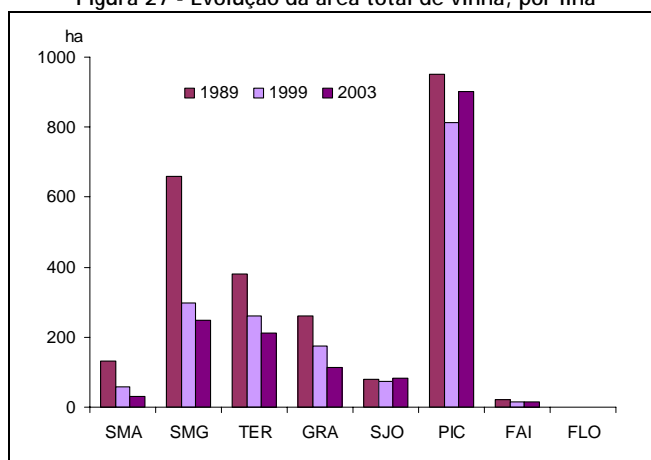
Vinho

A produção de vinho representa apenas 0,4% da produção agrícola regional e 0,3% da Margem Bruta Padrão gerada pelo sector agrícola. Contudo, existem na Região 3 regiões demarcadas (Pico, Terceira e Graciosa) que produzem vinhos muito procurados pelo mercado local, turístico e da “saúde”. Devido

às condições naturais do arquipélago, a vinha é produzida segundo métodos tradicionais em curraletas e lagidos, determinando a existência de zonas com elevado valor paisagístico e cultural. Esta cultura desenvolve-se em explorações de muito pequena dimensão, a organização da fileira é pouco desenvolvida e ainda subsistem áreas importantes em que a sobrevivência da cultura passa pela reestruturação das vinhas.

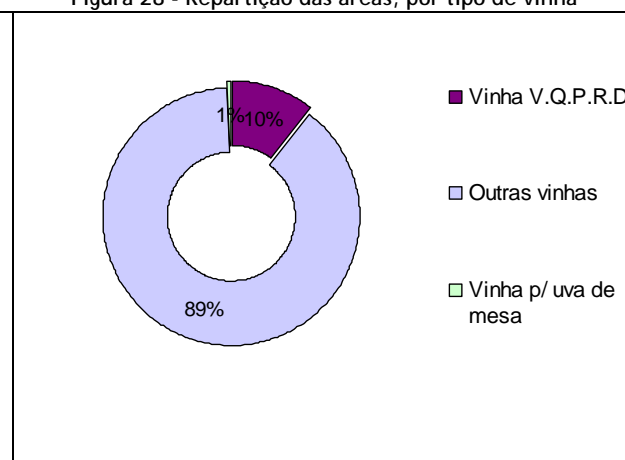
As áreas de vinha têm vindo a decrescer em praticamente todas as ilhas. Na RAA existem 3 Indicações de Proveniência Regulamentada (IPR): IPR “Pico”, IPR “Graciosa” e IPR “Biscoitos” (ilha Terceira). A vinha destinada à produção de VQPRD só tem lugar naquelas 3 ilhas, representando o Pico 72% do total.

Figura 27 - Evolução da área total de vinha, por ilha



Fonte: INE, RGA89, RGA99 e IEEA2003

Figura 28 - Repartição das áreas, por tipo de vinha



Fonte: INE, RGA99

As principais necessidades desta fileira centram-se no reforço da organização, na continuação da modernização e reestruturação do sector, na valorização dos recursos existentes e no desenvolvimento das produções regionais.

Mel

Na RAA a apicultura é tradicionalmente praticada para auto consumo e como uma fonte extra de rendimento para os agricultores. Apenas na ilha do Corvo esta prática não existe, sendo que nas restantes ilhas a tradição apícola remonta ao Século XV, tendo sido implantada sobretudo pelas ordens religiosas.

O sector apícola nos Açores, embora não sendo de grande dimensão, tem elevada importância, essencialmente pela produção de mel, que é o produto da colmeia com maior interesse económico na Região. O mel dos Açores tem características específicas resultantes da flora da Região, obtendo-se essencialmente “Mel de Incenso” e “Mel Multiflora”.

No ano de 2005 registaram-se e actualizaram a declaração de existências 214 apicultores, os quais declararam 4198 colónias. A produção de mel na Região foi de cerca de 92 t, sendo as ilhas com maior produção S. Miguel e Terceira.

Nos Açores existe um dos 7 nomes protegidos (DOP) a nível nacional relativos ao produto mel: o “Mel dos Açores”. Não obstante a área geográfica de produção abranger todo o arquipélago, a produção certificada está centrada em 3 produtores, 1 na ilha Terceira e 2 na ilha de São Miguel. Em 2004 a produção atingiu as 2,5 t (2% da produção total nacional de méis produzidos com DOP) verificando-se um diferencial de cotação importante entre o produto produzido com DOP e sem DOP.

O desenvolvimento desta fileira passa pelo reforço da organização e pelo aumento e valorização da produção certificada.

Sector Florestal

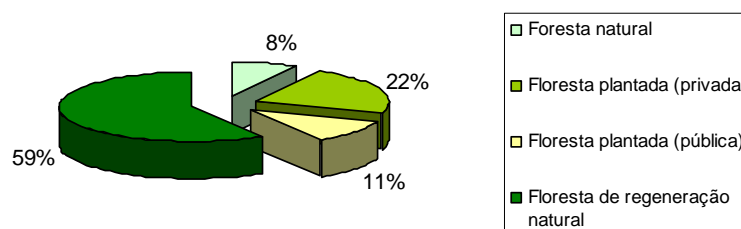
Estrutura de produção

Como já vimos no capítulo relativo à caracterização do contexto socio-económico geral, particularmente no que se refere ao uso e ocupação do solo, na RAA a floresta ocupa uma área próxima dos 70.000 hectares, o que corresponde a uma taxa de arborização média de 30%. As ilhas do Pico e São Miguel concentram cerca de 53% da área florestal açoriana.

Embora não haja uma nítida fronteira entre o que se possa considerar como floresta de produção e floresta de protecção, pela natureza dos solos locais, clima e acidentado do terreno, a floresta plantada desempenha um importante papel de protecção, sendo a proporção relativa que cada uma daquelas ocupa entre 30-35% e 60-65%, respectivamente para a floresta de produção e para a de protecção.

Na floresta de produção, a criptoméria (*Cryptomeria japonica*), originária do Japão e introduzida em S. Miguel há cerca de dois séculos, ilha a partir da qual se dispersou por todo o arquipélago, assume o papel preponderante, ocupando cerca de 12.500 hectares, o que corresponde a 60 % da área florestal de produção. As restantes espécies com alguma expressão são o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), a acácia (*Acacia melanoxylon*) e o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) que, apesar de no todo regional nunca ultrapassarem individualmente 25%, atingem uma posição importante no panorama florestal de algumas ilhas, como seja o eucalipto na ilha Terceira e o pinheiro bravo na ilha do Pico. Na floresta açoriana existem ainda outras espécies com menor peso relativo, tais como o vinhático (*Persea indica*), camacíparis (*Chamaecyparis lawsoniana*), cedro-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*) e o pinheiro japonês (*Pinus thunbergii*), entre outras. Cerca de 2/3 da floresta plantada (floresta de produção) é privada, desenvolvendo-se em explorações com uma reduzida dimensão média (4,2 ha).

Figura 29 - Estrutura da floresta na RAA



Fonte: Relatório do Estado do Ambiente, 2003

Nas últimas décadas, como resultado das políticas regionais e comunitárias e dos seus apoios financeiros, assistiu-se a um surto de florestação de novas áreas e à rearborização de outras, agora sujeitas a planos orientadores de gestão que garantem as boas práticas florestais, apetrechando o sector com novos agentes e com a modernização de procedimentos técnicos. A este surto correspondeu um aumento da procura de plantas tradicionais (criptoméria) mas também de plantas endémicas e folhosas produtoras de madeira de maior qualidade. Apesar deste aumento, não existem na RAA, por falta de dimensão dos mercados, viveiristas privados para a produção de plantas florestais. Deste modo, a produção de plantas para fornecimento a entidades públicas e privadas é assegurada pelos serviços florestais regionais que produzem, anualmente, cerca de 4 milhões de plantas, sendo 90% de criptoméria e, destas, 80% na ilha de São Miguel. As expectativas de aumento e diversificação da procura pública e privada determinam a necessidade de melhoria e alargamento das condições de produção.

A produção de madeira na RAA está estimada em 7,9 milhões de m³ de madeira de criptoméria e 1,2 milhões de m³ de madeira de eucalipto. Ao nível da produtividade, a floresta de criptoméria atinge um acréscimo anual médio em volume, para as classes de qualidade média, da ordem dos 23 m³/ha/ano (média de 19.89 m³/ha/ano para as espécies mais representativas), o que corresponde a um volume final de cerca de 690 m³/ha à idade de revolução (30 anos). Aos 30 anos, uma árvore de criptoméria apresenta uma altura dominante média de 21 metros e um diâmetro à altura do peito médio de 28,1 cm.

Sendo explorada em fustadio, a criptoméria produz uma madeira macia e fácil de trabalhar, leve e duradoura, que, no entanto estala facilmente quando pregada, sendo empregue frequentemente em construção civil (cofragens), carpintaria de limpos, mobiliário e caixotaria.

A frequência de ventos nos Açores, conjugada com a rapidez de crescimento da espécie, produz anéis de espessura muito heterogénea, excêntricos e com grande incidência de lenho de tensão e tracção, pelo que a estabilidade da madeira para produção de peças de grandes dimensões não é das melhores. Com efeito, a madeira com melhores características tecnológicas é produzida nas estações de pior qualidade, onde os crescimentos são menores.

A criptoméria é também utilizada em cortinas de protecção contra os ventos, embelezando a paisagem. Actualmente, o mais grave problema que a cultura da criptoméria enfrenta nos Açores é a incidência do fungo *Armillaria mellea* que ataca os povoamentos adultos, com prejuízos avultados na qualidade da madeira, o que condiciona a instalação de novos povoamentos em áreas já atacadas.

Fileira e sectores da transformação e prestação de serviços na área florestal

A fileira florestal da RAA é ainda incipiente. Contudo, a floresta existente no arquipélago já vai assumindo uma dimensão capaz de suportar um sector constituído por micro e pequenas empresas, nas valências da silvicultura (prestação de serviços de natureza florestal), da exploração florestal e da transformação (serrações, carpintarias e marcenarias). Porém, ao contrário do que ocorre em Portugal Continental, o sector está fortemente espartilhado pelo tipo e pela composição da floresta que o sustenta. As indústrias florestais limitam-se às indústrias da madeira e, mesmo neste caso, só têm expressão as serrações e carpintarias, sendo que a área do mobiliário não se afirma individualmente, mas basicamente como complemento das carpintarias.

S. Miguel é a ilha que assume uma maior expressividade ao nível de empresas florestais e áreas de intervenção em todos os sectores. Esta ilha, para além de possuir todos os níveis de intervenção da fileira instalados localmente, detém já um número apreciável de entidades relacionadas com prestação de serviços e exploração florestal. Consta-se ainda que a maior parte das carpintarias/marcenarias não se encontram ligadas a outros ramos da fileira florestal. Pelo contrário, nos outros sectores de actividade, pela maior afinidade entre eles, verifica-se uma grande complementaridade, dedicando-se as empresas a mais do que uma actividade, desde a própria plantação das matas, passando pela exploração florestal e finalizando com a primeira transformação (serração). Se por um lado este facto significa uma optimização dos meios disponíveis, por outro indicia um grau de especialização não muito elevado.

Mais de 90% do volume de material lenhoso cortado anualmente refere-se a criptoméria. Em 2004, e relativamente à madeira serrada, atingiram-se valores da ordem dos 53.934 m³, sendo que 93% eram de criptoméria e os restantes de madeiras de outras espécies, quer locais, quer importadas. A madeira tem como principal mercado de destino a própria ilha em que é serrada.

Figura 30 - Utilização da criptoméria (%)

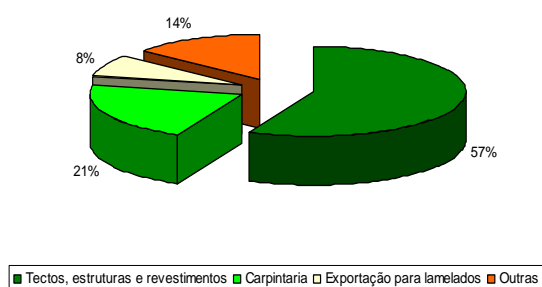
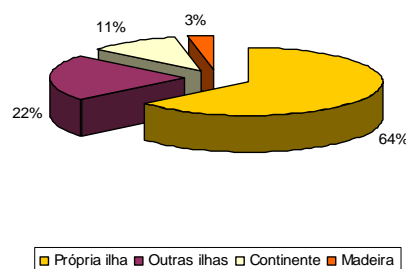


Figura 31 - Mercados de destino da criptoméria serrada (%)



Fonte: INE, Inquérito às empresas de exploração florestal, 2004

O universo das carpintarias/marcenarias é dominado pelas pequenas empresas familiares que laboram essencialmente para os mercados locais. A madeira utilizada nestas empresas regista a seguinte

repartição: criptoméria (64%), outras espécies locais (4%), madeira importada do Continente Português (7%), madeira importada do estrangeiro (25%).

Em resumo, não obstante o papel dominante da floresta nos Açores estar ligado a funções de conservação e de lazer, a fileira florestal poderá reforçar a sua componente económica, num quadro de máxima compatibilização com a protecção do ambiente, fomentando o alargamento das áreas florestais, a organização da fileira e o associativismo, a diversificação de essências, a inovação e o desenvolvimento de novos produtos, técnicas e modos de produção e o acesso a novos mercados.

Mão-de-obra florestal

Em 2004, trabalhavam nos vários subsectores da fileira florestal regional 1.743 pessoas, das quais 92% na categoria de operários (1.013 UTA). O nível de instrução destes trabalhadores era muito baixo (mais de 75% com um nível de escolaridade igual ou inferior ao 4º ano) e 89% tinha menos de 50 anos. Em termos de afectação da mão-de-obra operária aos vários subsectores, destaca-se o subsector da carpintaria/marcenaria (67%), seguido dos subsectores da serração (14%), da exploração florestal (13%) e da prestação de serviços de natureza florestal (6%).

Organização e espírito empresarial

Na organização institucional empresarial do sector agrícola e agro-alimentar relevam, por um lado, as organizações profissionais que disponibilizam serviços e apoios aos seus associados: as Associações de Agricultores (16, associadas na Federação Agrícola dos Açores) e as Câmaras de Comércio e Indústria (3, associadas na Câmara de Comércio e Indústria dos Açores), e, por outro, com funções de comercialização da produção e de prestação de serviços com ela relacionados, as Cooperativas (3 Unões de Cooperativas e várias Cooperativas no sector leiteiro e 3 Cooperativas no sector do vinho) e as Organizações de Produtores (3, nos sectores da fruticultura, horticultura e flores e plantas ornamentais). No sector florestal não existem organizações específicas do sector.

Os baixos níveis de instrução e formação do capital humano do sector determinam a existência de um perfil empresarial pouco profissionalizado e sensível à inovação e à evolução das necessidades do mercado. Esta realidade, aliada à pouca disponibilidade de quadros técnicos qualificados e à existência de um tecido produtivo atomizado e territorialmente disperso, reflecte-se, naturalmente, na qualidade da intervenção interprofissional nos diferentes sectores e na organização das fileiras. Apesar destas limitações e dificuldades, deve relevar-se o assinalável desempenho das principais Cooperativas do sector leiteiro e das Associações de Agricultores que actuam nas ilhas com agricultura mais profissionalizada, bem como das Organizações de Produtores.

Potencial de inovação e transferência de conhecimento

A existência na Região de Universidade e centros de investigação com departamentos com vocação e experiência para a investigação e desenvolvimento aplicados às características do sector agrícola, florestal e agro-alimentar regional, constitui um importante potencial de inovação e transferência de conhecimento.

No segmento da promoção de inovação, designadamente de parcerias entre entidades públicas e privadas, destacam-se o Instituto de Inovação dos Açores (INOVA) e a Escola de Novas Tecnologias dos Açores, onde se têm vindo a consolidar níveis de cooperação e interacção entre diversos actores.

Contudo, e no que respeita particularmente ao sector agrícola e agro-industrial, a ligação entre empresas e centros de investigação é ainda escassa e necessita de ser incentivada com o objectivo de valorização e qualificação das produções regionais.

O Governo Regional preparou muito recentemente instrumentos visando não só corresponder aos desafios da Estratégia de Lisboa, como também implementar as condições para uma maior qualificação da produção económica, em termos tecnológicos e científicos. Para o efeito está em desenvolvimento o Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR), constituído pelas unidades de I&D e outras estruturas científicas, as infra-estruturas tecnológicas e os centros de divulgação da cultura científica e

tecnológica dos Açores. O Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia (PICT) é o instrumento de base para alcançar os objectivos propostos, incluindo iniciativas de I&D de contexto empresarial.

Qualidade e cumprimento das normas comunitárias

Os sistemas regionais de controlo da sanidade animal e vegetal, da saúde pública, protecção ambiental, bem-estar animal e segurança no trabalho são, em geral, bastante bons.

Nestas áreas destacamos o bom estado sanitário dos animais (em 2006, 3,5% de casos positivos de Brucelose num universo de 119 mil colheitas de sangue, nenhum caso de Tuberculose Bovina em 65.000 prospecções, 0,009% de casos positivos de Leucose), a execução, por excesso, dos procedimentos regulamentares impostos quanto ao controlo da BSE ou ao plano de resíduos e rastreabilidade dos produtos do agro-alimentar, e o facto de, em termos de bem estar animal, os relatórios da fiscalização realizados à chegada a Lisboa (transporte marítimo de animais) serem crescentemente positivos, com poucos ou nenhuns reparos. É também de realçar o lançamento, em 2006, de um Plano Global de Sanidade Animal e de um Manual de Boas Práticas Sanitárias ou, ainda, a execução de 20 programas de prospecção com o objectivo de manter o estatuto de zona protegida para alguns organismos nocivos e controlar a dispersão dos organismos de quarentena na Região (5300 amostras/armadilhas e 1000 amostras para análises de solo, por ano). Destaque-se ainda os controlos regulamentares em matéria de protecção ambiental levados a cabo pela autoridade ambiental regional e os controlos de BPA e BCA executados por equipas conjuntas dos departamentos regionais de agricultura e ambiente no âmbito das ajudas directas e das medidas agro-ambientais e indemnizações compensatórias.

No que se refere a regimes comunitários de qualidade dos alimentos existem nos Açores 5 produtos com DOP (“Queijo de São Jorge”, “Queijo do Pico”, “Ananás dos Açores”, “Maracujá de São Miguel” e “Mel dos Açores”) e uma indicação geográfica protegida (“Carne dos Açores”). No entanto, e como vimos atrás, estes produtos não estão suficientemente valorizados nem são produzidos em quantidades suficientes, tornando-se necessário reforçar a organização e concentração da produção e a respectiva promoção nos mercados interno e externo.

Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

Da análise realizada, destaca-se um conjunto de pontos fortes, pontos fracos e disparidades que permitem identificar, no âmbito do desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal, as principais necessidades, lacunas, potenciais/oportunidades de desenvolvimento e ameaças.

Quadro 20 - Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

| Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|---|---|---|---|--|
| Utilização das terras e estrutura das explorações | <p>Evolução estrutural positiva das explorações agrícolas.</p> <p>Dimensão económica das explorações agrícolas superior à média nacional.</p> <p>Utilização das terras dominada pelas pastagens permanentes: vantagens naturais para a produção animal.</p> <p>Consolidação da especialização na produção leiteira.</p> <p>Predomínio de pecuária extensiva com baixos níveis médios de encabeçamento pecuário.</p> <p>Grande importância dos sistemas policulturais.</p> | <p>Pequena dimensão física das explorações agrícolas, excessiva fragmentação e dificuldades de mecanização.</p> <p>Diminuição da área das explorações agrícolas afecta a culturas permanentes, terras aráveis e superfície florestal.</p> <p>Existência pontual de explorações com encabeçamentos pecuários elevados.</p> <p>Estrutura de produção pouco diversificada.</p> | <p>Melhoria da dimensão física e económica das explorações.</p> <p>Diversificação da estrutura de produção.</p> | <p>Potencial de valorização e diferenciação das produções agrícolas, por via da qualidade e da “Imagem Açores”.</p> | <p>Risco de abandono das comunidades rurais.</p> <p>Tendência para a desertificação humana de algumas ilhas.</p> |
| Infra-estruturas de apoio à actividade agrícola | <p>Evolução estrutural positiva das infra-estruturas públicas de apoio à actividade agrícola.</p> | <p>A fragmentação do território, aliada à orografia, povoamento e organização da produção determinam a multiplicação e elevados custos da construção, requalificação e manutenção das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola.</p> | <p>Aumento e melhoria da rede de infra-estruturas públicas de apoio à actividade agrícola.</p> | | |
| Produtores agrícolas | <p>Estrutura etária da agricultura mais jovem que a média nacional e semelhante à média europeia</p> <p>S Miguel e Terceira com franja importante de agricultura profissionalizada e organizações de lavoura fortes.</p> | <p>Envelhecimento da população agrícola.</p> <p>Baixo nível de instrução e qualificação dos produtores agrícolas.</p> <p>Isolamento de muitos agricultores face à informação, aos mercados e ao enquadramento institucional, técnico e administrativo.</p> <p>Défice de gestão e de organização para o mercado.</p> <p>Fraca capacidade de inovação.</p> | <p>Aumento dos níveis de instrução e qualificação dos produtores.</p> <p>Rejuvenescimento dos empresários agrícolas.</p> <p>Aumento da produtividade do trabalho.</p> <p>Reforço da capacidade de organização, gestão e inovação.</p> | | |

Quadro 20 - Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

(continuação)

| Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|--|--|---|--|--|
| Desenvolvimento do sector agrícola | Produção com tendência crescente. Evolução favorável da produtividade do trabalho e da terra. Tendência para diminuição da mão-de-obra afecta ao sector. | Exiguidade, fragmentação e isolamento do mercado regional. Ausência de mercados de proximidade. Economia agrícola pouco diversificada com elevada dependência da pecuária. Sujeição de parte significativa da produção agrícola a limitações e restrições impostas pela PAC. Produtividade do trabalho muito inferior à média da UE. | Aumento do VAB e da produtividade. Diversificação da economia agrícola. Consolidação das actividades ligadas à pecuária. Aumento da capacidade de gestão e inovação. | Potencial de valorização e diferenciação das produções agrícolas, por via da qualidade e da “Imagem Açores”. Potencial de crescimento do mercado interno, através do desenvolvimento do turismo e da valorização das características tradicionais e da genuinidade associadas aos produtos rurais. Produção de mais de um quarto do leite nacional, possibilitando o desenvolvimento de uma marca forte associada à qualidade e à “Imagem Açores”. | Crescente aprofundamento do fenómeno da globalização e das vantagens associadas à escala que tende a marginalizar os pequenos mercados, isolados, sem a capacidade de aproveitamento de rendimentos de escala e com custos acrescidos de entrada em mercados externos. Evolução das negociações no âmbito da PAC e da OMC. Aumento do preço do petróleo e consequentemente dos factores de produção, dos transportes e da energia. |
| Desenvolvimento das Indústrias agro-alimentares (IAB) | IAB, com destaque para a indústria de lacticínios, com peso predominante no total das indústrias transformadoras da RAA. | Estagnação do VAB das IAB. Baixa produtividade do trabalho nas IAB, muito inferior às médias nacionais e da EU. Especialização agro-alimentar em produtos de baixo valor acrescentado. Frac capacidade de inovação. | Aumento do VAB e da produtividade das IAB. Aumento da capacidade de gestão e inovação. | Boa imagem e aceitação nacional das produções regionais. Procura crescente de produtos de qualidade e diferenciados. | IAB com destaque para a indústria de lacticínios, com maioria dos centros de decisão exteriores à região e ao País. |

Quadro 20 - Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

(continuação)

| Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial Oportunidades | Ameaças |
|--|---|---|--|-------------------------|---------|
| Fileira do leite | Fileira do leite estruturada, com uma indústria modernizada e com peso ao nível da fileira nacional. Idade média dos produtores inferior à média regional. Peso relevante do sector cooperativo. Existência de dois produtos com DOP. Boa qualidade do leite e produtos lácteos. Realização recente de investimentos significativos de modernização e reestruturação. | Predominância de produtos com baixo valor acrescentado e fraca capacidade de inovação. Insuficiente valorização da qualidade do leite e produtos lácteos. Frac valorização dos produtos DOP. Restrição ao aumento de produção. | Aumento do VAB e da produtividade. Melhoria da organização da fileira regional. Modernização, reestruturação e inovação ao nível dos produtos, tecnologias e processos de produção. Desenvolvimento e valorização de produções regionais de qualidade diferenciada. | | |
| Fileira das carnes | Rede regional de infra-estruturas públicas de abate modernizada, na maioria das ilhas. Especialização de algumas ilhas em gado bovino de carne. Existência de IGP “Carne dos Açores”. Evolução positiva da produção de outras carnes para além da carne de bovino. | Importante expedição de carne na forma de gado bovino vivo. Forte presença de carne proveniente de gado com vocação leite. Débil organização e integração de fileira. | Aumento do VAB e da produtividade. Melhoria da organização da fileira regional. Especialização em raças de carne, promoção e valorização da “Carne dos Açores” e desenvolvimento e valorização dos produtos transformados. | | |
| Fileiras dos “sectores de diversificação” | Presença de produtos agrícolas específicos e de elevada qualidade, nomeadamente ao nível da fruticultura, horticultura, floricultura vitivinicultura e apicultura. Modos de produção tradicionais com elevado valor paisagístico e cultural associado (sebes vivas e muros de pedra). Crescimento da fileira chá. Sectores que asseguram significativa auto-suficiência às famílias. | Pequena dimensão das explorações. Condições e custos de produção penalizados pelas condições naturais. Produção de pequeno volume dirigida para mercados locais muito pequenos e fragmentados. Frac capacidade concorrencial. Organização geral das fileiras incipiente. Tabaco e beterraba com tendência para perder importância, consequência parcial de políticas comunitárias. | Reforço da capacidade de organização das fileiras. Desenvolvimento de modos de produção adaptados às condições naturais regionais. Valorização e desenvolvimento das produções de qualidade diferenciada. Criação de melhores condições para o acesso aos mercados. | | |

Quadro 20 - Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

(continuação)

| Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|--|--|--|---|---------|
| Desenvolvimento do sector florestal | Florestação sujeita a planos orientadores de gestão. Existência de legislação regional que garante o cumprimento de normas de qualidade, ambientais e de ordenamento do território. | Fileira florestal ainda incipiente. Insuficiente produção de plantas em quantidade e qualidade. Inexistência de organizações de produção na área florestal. Produção e florestação com elevada concentração na Criptoméria. Risco de expansão de problemas sanitários em povoamentos adultos de Criptoméria. | Expansão e melhoria das infra-estruturas de produção de plantas em quantidade e qualidade. Alargamento e diversificação das áreas florestais. Organização da fileira e desenvolvimento de novos produtos, técnicas e modos de produção e do acesso a novos mercados. Modernização e expansão das empresas de transformação e prestação de serviços na área florestal. | Importância da valência de conservação da fileira florestal. Expansão do interesse pela multifuncionalidade da floresta. Potencial de aumento da oferta de matérias-primas de qualidade para transformação. | |
| Organização e espírito empresarial | Presença de uma agricultura profissional, especialmente em S. Miguel e Terceira, com associações de lavoura fortes. Forte implantação do sector Cooperativo. | Défice de gestão empresarial e de organização dos produtores para o mercado. Tecido produtivo atomizado e territorialmente disperso dificultando a organização e integração das fileiras. Imagem dos produtos açorianos nos mercados externos insuficientemente desenvolvida e aproveitada. | Aumento da capacidade de gestão e de organização para o mercado. | Mercados cada vez mais exigentes. | |

Quadro 20 - Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal - pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

(continuação)

| Desempenho dos sectores agrícola, alimentar e florestal (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|--|--|---|---|---------|
| Potencial de inovação e transferência de conhecimento | Existência na Região de Universidade e centros de investigação com departamentos com vocação e experiência para a investigação e desenvolvimento aplicados às características do sector agrícola, florestal e agro-alimentar regional. | Fraca capacidade de inovação da produção e escassa ligação entre empresas e centros de investigação. | Articulação entre empresas, Universidade e centros de investigação e desenvolvimento com o objectivo de valorização e qualificação das produções regionais. | Aparecimento de condições a nível regional para a articulação entre os sistemas de produção, difusão e aplicação da ciência e tecnologia e as produções regionais, no sentido da procura da inovação. | |
| Qualidade e cumprimento das normas comunitárias | Bons sistemas de controlo da sanidade animal e vegetal. Existência de produtos de qualidade diferenciada (DOP, IGP). Potencial de produção de produtos agro-alimentares de qualidade, seguros, diferenciados, amigos do ambiente, saudáveis. | Fraca valorização dos produtos de qualidade diferenciada. | Aumento, organização e concentração da produção de produtos de qualidade diferenciada e respectiva promoção nos mercados interno e externo. | Procura crescente de produtos de qualidade, seguros, diferenciados, amigos do ambiente, saudáveis. | |

3.1.3. Ambiente e gestão do espaço rural

Quadro 21 - Indicadores de ambiente e gestão do espaço rural, UE25, PT e Açores

| Indicador | Medida do indicador | UE 25 | Portugal | RAA |
|--|--|----------------|----------|--------|
| Importância das Zonas desfavorecidas (2000) | SAU em zonas não desfavorecidas (%) | 44,6 | 13,4 | 0 |
| | SAU em zonas desfavorecidas de montanha (%) | 16,3 | 26,7 | 0 |
| | SAU noutras zonas desfavorecidas (%) | 35,6 | 56,1 | 0 |
| | SAU em zonas com <i>handicaps</i> específicos (%) | 3,2 | 3,9 | 100 |
| Áreas de Agricultura extensiva (2003 e 2005) | SAU com culturas aráveis extensivas (%) | 10,1 | 26,1 | 7,9 |
| | SAU com pastagens permanentes (%) | 21,2 | 48,1 | 88,9 |
| Área NATURA 2000 (2005 e 2007) | Território abrangido pela Natura 2000 (%) | 13,2 | 20,1 | 14,6 |
| | SAU em território Natura 2000 (%) | 12,1 (UE15) | nd | 8,6 |
| | Área Florestal em território Natura 2000 (%) | 11,8 (UE15) | nd | 27,1 |
| Qualidade da água (2000-2001 e 2005) | Território classificado como zona vulnerável à poluição com nitratos de origem agrícola (%) - 2005 | 40,9 | 1,7 | 1,6 |
| | Valor médio do excesso de azoto em kg/ha (2000-2001) | 55 (UE15) | 42 | 60 |
| Uso da água (2003 e 2005) | SAU irrigada (%) - 2005 para RAA | 7,16 | 6,7 | 0 |
| Agricultura Biológica (2002 e 2005) | SAU em agricultura biológica (milhares de ha) | 5.549,90 | 85,9 | 0,0665 |
| Alterações climáticas (2003 e 2004) | Produção de energias renováveis a partir da agricultura (ktons) - 2004 | 2.424 | 0 | 0 |
| | Produção de energias renováveis a partir da floresta (ktoe) - 2003 | 53.996 | 2.616 | 0 |
| | SAU dedicada a culturas energéticas e de biomassa (1000 ha) - 2004 | 1.383 | 3,4 | 0 |
| Biodiversidade: composição das espécies florestais (vários anos) | Áreas florestais com predominância de coníferas (%) | 51,6 | 26,3 | 16,3 |
| | Áreas florestais com predominância de folhosas (%) | 33,6 | 59,7 | 45,1 |
| | Áreas florestais mistas (%) | 14,8 | 14 | 38,6 |
| Desenvolvimento de áreas florestadas (média 2000-2005) | Incremento médio anual das áreas florestadas (1000 ha/ano) | 454 | 40 | 46,9 |
| Floresta de protecção (2000-2002) | Área florestal com funções predominantes de protecção do solo e da água (%) | 6,8 | 6,6 | 60-65 |

Fontes: Importância das Zonas desfavorecidas (Eurostat FSS); Áreas de Agricultura extensiva (Eurostat - IEAA2003 para UE25 e PT e IEAA2005 para RAA); Área NATURA 2000 (DG ENV para UE e PT e SRAM 2007 e SRAF-DRRF 2007 para a RAA); Qualidade da água (DG ENV para UE e PT e SRAM para RAA); Uso da água (Eurostat, INE-IEEA); Agricultura Biológica (DG AGRI ENV para UE e PT e SRAF 2005 para RAA); Alterações climáticas (EurObserver, Eurostat-Energia e DGAGRI para UE25 e PT e SRAF para RAA); Composição das espécies florestais (TBFA 2000, vários anos para UE25 e PT e SRAF-DRRF, vários anos, para RAA); Desenvolvimento de áreas florestadas (FRA 2005 e TBFA 2000 para UE25 e PT) e SRAF-DRRF para RAA); Floresta de protecção (MCPFE 2003 para UE 25 e PT e SRAF-DRRF para RAA)

Devido às especificidades decorrentes, nomeadamente, da sua condição ultraperiférica, todo o território dos Açores é classificado como Zona Desfavorecida (zona com *handicaps* específicos). A actividade agro-florestal, que, como vimos atrás, ocupa parte significativa do território, tem um papel determinante na preservação do ambiente e da paisagem rural. Neste âmbito destaca-se a importância da agricultura extensiva na região (88,9% da SAU ocupada com pastagens permanentes, contra apenas 21,2% na UE25 e 48,1% no total do país) e da floresta de protecção (ocupando uma % da área florestal significativamente superior à da UE 25 e PT), bem como o facto da Rede Natura 2000 cobrir uma importante parte do território (14,6%) e das zonas vulneráveis à poluição com nitratos de origem agrícola ocuparem apenas 1,6% do território (40,9% na UE25 e 1,7% no total do país).

Com indicadores menos positivos relativamente à média da UE 25 e PT salienta-se uma adesão dos agricultores ao modo de produção biológico ainda incipiente, um valor médio do excesso de azoto superior e uma produção nula de energias renováveis a partir do sector agro-florestal bem como de culturas energéticas e biomassa.

Zonas em risco de abandono ou marginalização

O risco de marginalização é determinado pela combinação da existência de um conjunto significativo de explorações com baixos rendimentos e de um número também significativo de agricultores com idades próximas da reforma¹. Este risco existe quando mais de 40% das explorações dum território têm um rendimento (VAL/ UTA) inferior a metade do rendimento médio da região e, em simultâneo, mais de 40% dos agricultores têm idade superior a 55 anos (indicadores da IRENA).

De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da Agricultura (1999), a RAA apresenta um risco de marginalização elevado: cerca de 48% das explorações têm um rendimento inferior a metade do rendimento médio regional e cerca de 42% dos produtores têm idade superior a 55 anos. A ilha do Corvo e os Concelhos de Ponta Delgada e Lagoa, na ilha de São Miguel, são as zonas que apresentam maior risco.

Nas regiões em risco de marginalização as explorações com rendimentos inferiores a 8 UDE são as que mais influenciam esta situação, tendo-se mantido esta tendência de forma constante na última década (dados RICA 1993-2004).

Da análise efectuada relativamente às orientações técnico económicas constata-se que a horticultura e a pecuária diminuem o risco de marginalização. Dentro das OTE diversificadas, as mistas de culturas são as que contribuem mais para o risco de marginalização.

¹ Relatório conjunto da DG Agricultura e Desenvolvimento Rural, DG Ambiente, Eurostat, DG Centro Conjunto de Investigação e Agência Europeia do Ambiente - Agricultura e ambiente na UE

Biodiversidade e paisagem

Atendendo à sua posição geográfica e bioclimática, os Açores enquadram-se na Macaronésia (Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde), de que constituem o extremo noroeste, mais fresco e mais húmido, isto é, com características atlânticas mais vincadas.

A vegetação existente no arquipélago dos Açores aquando da sua descoberta era exclusivamente constituída por uma flora espontânea, em que predominava a faia (*Myrica faya* Ait.), o cedro (*Juniperus brevifolia* Hochst.), o loureiro (*Laurus azorica* Franco) o teixo (*Taxus baccata* L.) e a urze (*Erica azorica* Hochst.).

Às espécies indígenas do arquipélago, outras se juntaram durante os cinco séculos de povoamento. O povoamento e as necessidades alimentares crescentes provocaram um recuo progressivo de vegetação espontânea a favor das plantas cultivadas. Existem nos Açores 40 espécies protegidas e 66 plantas endémicas, muitas constituindo relíquias da flora da época Miocénica que hoje apenas subsistem na Macaronésia.

Quase 70% das espécies existentes no arquipélago foram introduzidas por acção humana. Dadas as características de algumas e, em particular, as características edafo-climáticas que encontraram no arquipélago, algumas destas espécies adquiriram carácter invasor, o que compromete os ecossistemas naturais preexistentes. Cerca de metade das plantas indígenas encontra-se ameaçada, pelo que foi criado o Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis, em aplicação até 2008. Actualmente, vegetação espontânea subsiste nas encostas menos acessíveis, em grotas profundas ou em correntes de lavas recentes sem grande aptidão agrícola.

O património natural dos Açores é muito rico e variado, não obstante o seu conhecimento, conservação e gestão se ter desenvolvido apenas nos últimos 30 anos. A primeira área protegida foi estabelecida em 1972 e, de então para cá, prosseguiu-se um importante trabalho de delimitação de áreas com objectivos de salvaguarda da biodiversidade, dos ecossistemas insulares e da paisagem, destacando-se as reservas naturais, os monumentos naturais, as paisagens protegidas e a Rede Natura 2000. Até ao momento não foram formalmente definidas áreas agrícolas de elevado valor natural. Espera-se que essa informação esteja disponível em breve através de um trabalho conjunto a realizar pela Secretaria Regional de Agricultura e Florestas (SRAF) e a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM).

O Decreto Legislativo Regional nº15/2007/A, de 25 de Junho, regula a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores (RRAPA), concretizando a classificação adoptada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) adaptada às particularidades geográficas, ambientais, culturais e politico-administrativas deste arquipélago.

Constituem objectivos gerais da RRAPA:

- a) Alcançar a afirmação da identidade e valor de cada área protegida terrestre ou marinha;
- b) Estabelecer mecanismos de conservação, preservação e de gestão dos ecossistemas, da biodiversidade e dos valores e recursos naturais, paisagísticos, científicos e espirituais dos Açores;

c) Contribuir para a constituição de uma rede fundamental de conservação da natureza que articule os diversos regimes de protecção e salvaguarda de recursos e valores naturais;

d) Criar unidades de gestão das áreas protegidas ao nível de cada ilha.

Assim, é instituída a Rede Fundamental de Conservação da Natureza que consiste num conjunto de territórios orientados para a conservação dos componentes mais representativos do património natural e da biodiversidade, visando promover uma visão integrada do património e dos recursos e valores naturais sujeitos por lei ou compromisso internacional a um especial estatuto jurídico de protecção e gestão, sem implicar a atribuição de um regime complementar ao existente. Esta rede integra a Rede Natura 2000, a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola Regional.

Para além desta, definem-se dois Tipos de áreas protegidas: Parque Natural de ilha (constituindo unidades de gestão das áreas protegidas ao nível de cada ilha) e Parque Marinho do Arquipélago dos Açores. As áreas protegidas terrestres e marítimas existentes nestes Parques integram as cinco categorias: Reserva Natural, Monumento Natural, Área protegida para a gestão de habitats ou espécies, Área de Paisagem Protegida, Área Protegida de Gestão de Recursos.

As 25 Áreas Protegidas existentes actualmente, excluindo os Ilhéus das Formigas, ocupam cerca de 12.451 ha (cerca de 5,4% do território) e reúnem um elevado interesse botânico, faunístico, ecológico, paisagístico e ecológico.

Quadro 22 - Lista de Áreas Protegidas

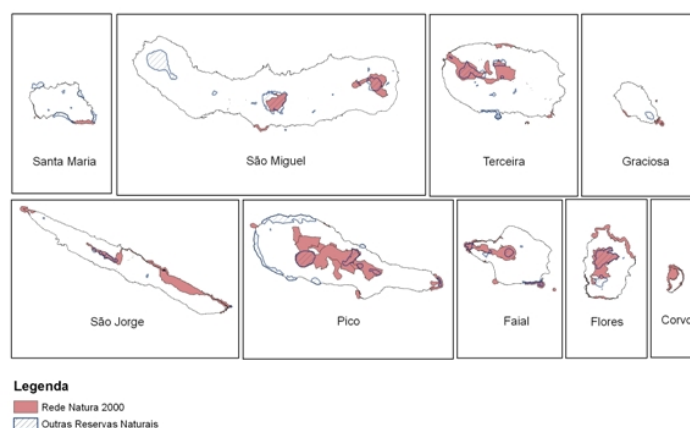
| ILHA | Designação | Área Total (ha) | Área Terrestre (ha) | Área Marinha (ha) |
|-------------|--|-----------------|---------------------|-------------------|
| São Miguel | Mon. Nat. Reg. da Caldeira Velha | 13,16 | 13,16 | |
| | Mon. Nat. Reg. do Pico das Camarinhas e Ponta da Ferraria | 41,95 | 41,95 | |
| | Mon. Nat. Reg. da Gruta do Carvão | 33,04 | 33,04 | |
| | Pai. Prot. das Sete Cidades | 2.173,43 | 2.173,43 | |
| | Res. Nat. da Lagoa do Fogo | 2.171,91 | 2.171,91 | |
| | Res. Nat. Reg. Do Ilhéu de Vila Franca | 87,11 | 6,32 | 80,79 |
| Santa Maria | Res. Nat. da Baía dos Anjos | 263,74 | | 263,74 |
| | Res. Nat. da Baía da Maia | 144,95 | 0,12 | 144,83 |
| | Res. Nat. da Baía da Praia | 281,41 | 0,05 | 281,37 |
| | Res. Nat. da Baía de São Lourenço | 137,07 | 5,05 | 132,02 |
| | Pais. Prot. Int. Reg. da Costa Norte e Barreiro da Faneca | 1.542,00 | 872,39 | 669,61 |
| | Res. Nat. Reg. do Figueiral e Prainha | 232 | 232 | |
| | Mon. Nat. Reg. da Pedreira do Campo | 149,69 | 149,69 | |
| | Res. Nat. Reg. dos Ilhéus das Formigas | 52.521,00 | | 52.521,00 |
| Terceira | Mon. Nat. Reg. do Algar do Carvão | 40,5 | 40,5 | |
| | Mon. Nat. Reg. das Furnas do Enxofre | 7,42 | 7,42 | |
| São Jorge | Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo | 38,71 | 17,79 | 20,916 |
| | Res. Nat. Par. da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo | 10,31 | 10,31 | |
| | Res. Nat. Par. do Ilhéu do Topo | 16,85 | 12,11 | 4,74 |
| Graciosa | Mon. Nat. Reg. da Caldeira da Graciosa | 119,87 | 119,87 | |
| Faial | Res. Nat. da Caldeira do Faial | 313 | 313 | |
| | Pai. Prot. do Monte da Guia | 162,09 | 162,09 | |
| Pico | Mon. Nat. Reg. da Gruta das Torres | 64 | 64 | |
| | Pai. Prot. de Int. Reg. da Cultura da Vinha da Ilha do Pico | 3.065,29 | 3.065,29 | |
| | Res. Nat. da Montanha da Ilha do Pico | 1.341,19 | 1.341,19 | |
| Total | | 64.971,70 | 10.852,68 | 54.119,02 |

Fonte: SRAM 2007

Rede Natura 2000 - Directivas Aves e Habitats e Áreas Protegidas

A extensa orla costeira das Ilhas dos Açores, associada aos diversos ilhéus adjacentes, constituem importantes habitats de aves marinhas migradoras, protegidas pela Directiva Aves. A paisagem vulcânica das ilhas exhibe um vasto conjunto de formas e características muito peculiares. Diversos factores, como o isolamento insular, o clima e a geologia, criam condições ecológicas distintas, às quais se encontram associadas comunidades e ecossistemas específicos, com uma diversidade de espécies muito elevada.

Figura 32 - Rede Natura e outras áreas protegidas



Na Região Autónoma dos Açores estão classificadas 15 Zonas de Protecção Especial (Directiva Aves) e 23 Sítios de Interesse Comunitário (Directiva Habitats) correspondendo, respectivamente a 16.197,90 ha e 34.478,45 ha, cerca de 14,56% do território regional.

Quadro 23 - Lista de Sítios de Importância Comunitária

| ILHA | Designação | Área Total (hectares) | Área Terrestre (hectares) | Área Marinha (hectares) |
|-------------|--|-----------------------|---------------------------|-------------------------|
| São Miguel | Caloura - Ponta da Galera | 199,59 | 19,4 | 180,19 |
| | Banco D. João de Castro | 1.648,34 | | 1.648,34 |
| | Lagoa do Fogo | 2.171,91 | 2.171,91 | |
| Santa Maria | Ponta do Castelo | 316,6 | 136,53 | 180,08 |
| | Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarat | 3.594,00 | | 3.594 |
| Terceira | Serra de Santa Bárbara e Pico Alto | 4.730,93 | 4.730,93 | |
| | Costa das Quatro Ribeiras | 267,63 | 57,55 | 210,08 |
| São Jorge | Costa NE e Ponta do Topo | 3.965,08 | 3.576,10 | 388,98 |
| | Ponta dos Rosais | 307,07 | 170,91 | 136,16 |
| Graciosa | Ponta Branca | 68,64 | 68,64 | |
| | Ilhéu de Baixo, Restinga | 243,67 | 39,58 | 204,1 |
| Faial | Caldeira e Capelinhos | 2.086,22 | 2.086,22 | |
| | Baixa do Sul | 50,06 | | 50,06 |
| | Morro de Castelo Branco | 126,42 | 23,46 | 102,95 |
| | Monte da Guia | 383,16 | 98,96 | 284,21 |
| | Ponta do Varadouro | 17,61 | 17,61 | |
| Pico | Lajes do Pico | 142,71 | 34,12 | 108,6 |
| | Ilhéus da Madalena | 143,21 | 5,28 | 137,94 |
| | Ponta da Ilha | 398,29 | 106,07 | 292,22 |
| | Montanha do Pico, Prainha e Caveiro | 8.462,65 | 8.462,65 | |
| Flores | Costa Nordeste | 1.250,76 | 234,87 | 1.015,89 |
| | Zona Central - Morro Alto | 2.931,09 | 2.931,09 | |
| Corvo | Costa e Caldeirão | 972,8 | 747,15 | 225,65 |
| Total | | 34.478,44 | 25.719,03 | 8.759,45 |

Fonte: SRAM 2007

Quadro 24 - Lista de Zonas de Protecção Especial

| ILHA | Designação | Área Total (hectares) | Área Terrestre (hectares) | Área Marinha (hectares) |
|-------------|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------------|
| São Miguel | Pico da Vara/Ribeira do Guilherme | 6.067,27 | 6.067,27 | |
| Santa Maria | Ilhéu da Vila e Costa Adjacente | 57,08 | 57,08 | |
| Terceira | Ilhéu das Cabras | 32,13 | 32,13 | |
| | Ponta das Contendas | 93,72 | 93,72 | |
| São Jorge | Ilhéu do Topo e Costa Adjacente | 369,75 | 369,75 | |
| Graciosa | Ilhéu de Baixo | 33,92 | 33,92 | |
| | Ilhéu da Praia | 10,22 | 10,22 | |
| Faial | Caldeira e Capelinhos | 2.047,10 | 2.047,10 | |
| Pico | Furnas Santo António | 13,37 | 13,37 | |
| | Lajes do Pico | 64,53 | 52,23 | 12,3 |
| | Ponta da Ilha | 293,8 | 293,8 | |
| | Zona Central do Pico | 6.019,20 | 6.019,20 | |
| Flores | Costa Nordeste | 141,93 | 141,93 | |
| | Costa Sul e Sudoeste | 254,02 | 254,02 | |
| Corvo | Costa e Caldeirão | 699,85 | 699,85 | |
| Total | | 16.197,89 | 16.185,59 | 12,30 |

Fonte: SRAM 2007

Nas áreas de Rede Natura, constituem habitats prioritários terrestres os Matos Macaronésicos Endémicos, as Florestas macaronésicas de Juniperus, as Turfeiras altas activas, as Turfeiras arborizadas, as Laurissilvas macaronésicas, os Charcos temporários mediterrânicos e as Dunas fixas com vegetação herbácea. Na maior parte das ilhas a maioria destes *habitats* considerados prioritários não

têm relação directa com a actividade agrícola (marinhos ou situados em locais onde a agricultura não é possível).

Estes, e outros habitats considerados no âmbito da aplicação da Rede Natura, foram parcialmente destruídos pela expansão das pastagens em altitude que decorreu desde o povoamento das ilhas e pela invasão de espécies exóticas introduzidas nos Açores e tornadas agressivas.

A importância das manchas restantes e o seu interesse de conservação é maior nas ilhas mais altas, de maior dimensão e onde a expansão e intensificação agro-pecuária foram menos longe.

Em Julho de 2007 concluiu-se o Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores, sendo possível identificar a ocupação de uso do solo na Rede NATURA 2000 (ver Quadro 25). As áreas agrícolas existentes, que incluem áreas públicas e privadas, são essencialmente constituídas por pastagens.

Quadro 25- Uso do solo na Rede NATURA 2000 e área dos povoamentos florestais por espécie dominante

| Tipo de Áreas | | Área na Rede Natura 2000 (ha) | % da área total |
|------------------|----------------------------------|-------------------------------|-----------------|
| Áreas Terrestres | Áreas agrícolas | 10.550 | 25,65% |
| | Espaços Naturais e semi-naturais | 12.559 | 30,54% |
| | Espaços Florestais de produção | 6.804 | 16,54% |
| | Incultos | 416 | 1,01% |
| | Águas interiores | 311 | 0,76% |
| | Improdutivos | 2.971 | 7,22% |
| | Áreas urbanas e sociais | 83 | 0,20% |
| | Sub-total áreas terrestres | 33.695 | 81,93% |
| Áreas Marinhas | | 7.434 | 18,07% |
| TOTAL | | 41.129 | 100,00% |

Fonte: DRRF Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores

O projecto “Estudo e Conservação do património natural dos Açores”, financiado pelo programa LIFE, actuou sobre todas as reservas florestais naturais da Região nas ilhas Pico, Faial, Flores, Terceira, São Jorge e São Miguel visando a cartografia, preservação e reabilitação dessas áreas.

A implementação do “Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasoras em Áreas Sensíveis” será estratégico para a melhoria do estado de conservação destas áreas.

No que se refere à avifauna, os Açores são ricos em espécies consideradas importantes à escala europeia, o que motivou a designação de 15 Zonas de Protecção Especial (ZPEs) ao abrigo da Directiva Aves (Directiva 79/409/CEE). Contudo na lista de espécies que conduziram à criação de ZPE's nos Açores, apenas uma, o priolo, *Pyrrhula murina*, esteve ameaçada pela redução de *habitat* devido à diminuição das áreas de floresta natural e à infestação de exóticas em áreas de laurissilva.

Actualmente está a decorrer o Projecto LIFE Priolo - “Recuperação do Habitat do Priolo na Zona de Protecção Especial (ZPE) Pico da Vara/Ribeira do Guilherme”, coordenado pela SPEA, tendo como parceiros a Câmara Municipal do Nordeste, o Centro de Conservação e Protecção do Ambiente da Universidade dos Açores (CCPA), a Direcção Regional dos Recursos Florestais (DRRF), a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM) e a *Royal Society for the Protection of Birds* (RSPB, Birdlife no Reino Unido), e tem por principal alvo a recuperação do habitat do Priolo, através da conservação e restauração da ameaçada floresta de *Laurissilva* dos Açores.

As restantes espécies são sobretudo marinhas que usam as escarpas e ilhéus rochosos ao largo da costa açoriana para nidificar. Estas últimas estão sobretudo ameaçadas pela perturbação humana directa (recreio ao ar livre) dos locais de nidificação. O seu destino não parece, pois, estar directamente ligado à gestão da actividade agrícola.

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 20/2006/A, de 6 de Junho, identifica para cada área (SIC e ZPE) as principais ameaças, seus impactes e respectivas medidas minimizadoras e preventivas por sector de actividade (ver diploma no ANEXO V).

Este Plano Sectorial condiciona a actividade agrícola. Na área de aplicação do Plano Sectorial, quando as medidas reguladoras nele previstas vierem a ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou para os Planos Especiais de Ordenamento do Território, deverão ser interditas as seguintes actividades com repercussão directa na actividade agrícola:

- A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de protecção, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou destruição dos seus habitats, com excepção das acções com fins científicos devidamente autorizadas pela Secretaria Regional com competência na área do Ambiente;
- A realização de obras de construção civil em terrenos com inclinação superior a 30%, exceptuando-se a realização de acções de interesse público, como tal reconhecido por despacho da Secretaria Regional com competência na área do Ambiente;
- O lançamento de águas residuais industriais ou domésticas não tratadas, excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas, nos cursos e planos de água, no solo ou no subsolo;
- A deposição de sucatas, de inertes ou de outros resíduos sólidos e líquidos que causem impacte visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água;
- O pastoreio nas áreas de protecção das turfeiras e restantes zonas húmidas;

- A actividade cinegética nas ZPE, excepto na ZPE da Zona Central do Pico (PTZPE 0027), cujo calendário venatório anual será sujeito a parecer prévio vinculativo da Direcção Regional com competência em matéria de ambiente;
- Quaisquer acções susceptíveis de potenciar o risco de erosão natural, nomeadamente as mobilizações de solo em encostas com declive superior a 10%, de limpeza de matos com lâmina frontal no exercício de actividades agro-florestais e movimentação de terras que não sejam efectuadas segundo as curvas de nível;
- A introdução de espécies animais ou vegetais exóticas, invasoras ou infestantes constantes dos anexos i e iii do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro.

Por último refira-se ainda que está em preparação o “Plano Sectorial relativo às Cavidades Vulcânicas e aos Monumentos Naturais e Regionais dos Açores”, que terá repercussão directa na actividade agrícola. Quando as medidas reguladoras nele previstas vierem a ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou para os Planos Especiais de Ordenamento do Território.

Paisagem

Embora comporte numerosos atributos naturais, que constituem frequentemente cartaz turístico da Região, como lagoas, fajãs, cascatas, entre outros, a paisagem açoriana resulta também de uma profunda humanização que decorreu durante cinco séculos.

Muitos atributos paisagísticos devem, assim, a sua existência à actividade humana que deixou e deixa inscritas na paisagem marcas de modos de produzir e viver, de uma profunda e incontornável ruralidade da vida açoriana. São casos paradigmáticos as sebes vivas e os muros de pedra, que recortam parcelas de pomares e pastagens.

As pastagens dos Açores - unidade de paisagem predominante da Região - estão directamente relacionadas com a conjugação do binómio vegetação e clima, mas também resultam fundamentalmente de um processo humano, resultante da destruição da vegetação indígena, pelas necessidades do povoamento, criação animal, necessidades de combustível, etc.

Apesar dos juízos de valor que hoje se possam fazer sobre o uso da pastagem e da realidade pecuária do arquipélago, a verdade é que já nas crónicas dos séculos XVI e XVII se encontra a caracterização das terras de pasto, da criação de gados, e dos animais de lavoura, que se mantém até aos nossos dias. Esta realidade permite-nos compreender o importante equilíbrio económico que esta actividade possibilitou desde o início do povoamento e que se manteve durante o século XX. A importância que as pastagens sempre ocuparam na agricultura do arquipélago, a sua extensão e a população pecuária que suportam, sempre contribuíram, no geral, para uma paisagem específica, marcante e ambientalmente equilibrada.

A necessidade dos abrigos contra as adversidades do clima é sentida desde o desenvolvimento da agricultura nos Açores, tendo igualmente originado marcas incontornáveis da paisagem local. A existência dos “*bardos*” como forma de protecção das pastagens, sobretudo cobertos de hortênsias e urze, é paisagem que se mantém até aos dias de hoje.

Com o incremento da fruticultura, especialmente durante o “ciclo da laranja”, generalizou-se igualmente o uso das “sebes-vivas” em quadrículas mais apertadas. Esta prática foi posteriormente adaptada também para a protecção de pastagens, através de cortinas arborizadas, normalmente com recurso à criptoméria.

Particular destaque vai para a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, classificada a nível regional em 1996 e considerada Património Mundial da UNESCO em Julho de 2004.

Este Plano de Ordenamento, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 24/2006/A de 13 de Julho, procura manter a paisagem reticulada de currais e muros de pedra e ao mesmo tempo dinamizar uma actividade vitivinícola tradicional, criando paralelamente inevitáveis constrangimentos ao desenvolvimento sócio - económico desta área.

Actualmente, a dinâmica da paisagem é maior e mais drástica, quer pelo ritmo de crescimento de zonas urbanas e pela construção de grandes infra-estruturas, quer pela evolução do modo de viver, crescentemente desligado da actividade agrícola.

Embora a paisagem açoriana apareça em geral como um conjunto equilibrado, em que os diversos usos do solo se dispõem num correcto ordenamento, a evolução das práticas agrícolas apresenta várias tendências com significado importante ao nível da paisagem das quais se referem:

- A remoção de sebes vivas e cortinas de abrigo, associada a iniciativas de redimensionamento das parcelas para melhorar o trabalho das máquinas ou o manejo do gado;
- A degradação de atributos culturais como as curraletas devido à escassez de força de trabalho e ao desinteresse por uma produção pouco viável de pequena escala;
- A degradação da floresta de laurissilva hiper-húmida devida à acção de espécies invasoras.

Raça Autóctone Ramo Grande

A Raça Bovina Ramo Grande é uma raça autóctone com origem na ilha Terceira.

O gado Ramo Grande era utilizado essencialmente no trabalho das terras e na tracção de carga, embora fosse também explorado para a produção de carne e de leite. Até ao início dos anos de 1970

era a raça dominante na bovinicultura da Terceira e das ilhas vizinhas. Com a mecanização dos trabalhos agrícolas, este gado foi perdendo lugar de destaque na função "trabalho", no entanto, determinados criadores ainda ensinam os animais a trabalhar, sobretudo com o intuito de os apresentar em desfiles etnográficos; por outro lado, a opção pelo sector leiteiro bem como a introdução de raças exóticas especializadas, quer na produção de leite, quer na produção de carne, contribuiu para que o seu efectivo actualmente seja muito reduzido.

Com o objectivo de preservar esta raça, e após ter sido definido o respectivo padrão, foi criado em 1996 o seu Registo Zootécnico. Com a definição como raça autóctone houve um ressurgir do interesse pela preservação deste património genético açoriano.

Actualmente o efectivo encontra-se disperso por 7 ilhas, com predominância para o concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, onde se encontra o maior número de bovinos adultos (422) inscritos no Livro Genealógico da Raça (Janeiro, 2007).

Quadro 26 - Distribuição geográfica (ilha) do efectivo adulto e número de criadores da Raça Autóctone Ramo Grande

| Ilha | N.º Criadores | Nº Bovinos adultos |
|-----------|---------------|--------------------|
| S. Maria | 5 | 8 |
| S. Miguel | 9 | 29 |
| Terceira | 49 | 206 |
| Graciosa | 1 | 6 |
| S. Jorge | 155 | 625 |
| Pico | 17 | 57 |
| Faial | 39 | 125 |
| Total | 275 | 1056 |

Fonte: DRDA 2007

Desde 2000 o número de efectivos bovinos adultos inscritos no Livro Genealógico aumentou substancialmente passando de 409 para 1056 (996 fêmeas e 59 machos). Em Janeiro de 2007, somando o número dos animais inscritos no livro de nascimentos ao dos animais adultos, existiam 1321 indivíduos sendo 1182 fêmeas e 139 machos.

Água

Águas superficiais

Cursos de Água

Os cursos de água dos Açores são, maioritariamente, ribeiras de regime temporário e torrencial, com caudais relativamente elevados no Inverno e praticamente nulos no Verão. Embora em pequeno número, existem ribeiras em regime permanente em S. Miguel, S. Jorge, e Flores, alimentadas por

lagoas ou nascentes de maior caudal existentes no interior das ilhas e, no caso de S. Jorge, pelas nascentes da costa norte.

O carácter torrencial da maior parte dos cursos de água, associado a declives do leito elevados, dificulta o aproveitamento de águas superficiais, existindo apenas algumas captações em ribeiras de caudal permanente.

Lagoas

O Plano Regional da Água, PRA (2001), inventariou 88 lagoas distribuídas pelas ilhas S. Miguel, Terceira, Pico, Flores e Corvo. Apesar de numerosas a maioria tem uma dimensão muito reduzida.

O Quadro 27 caracteriza as principais lagoas da Região em termos de Altitude (Alt), Dimensão da Bacia Hidrográfica (área de drenagem) (Dim BH), Dimensão do Plano de Água (Dim PA), Profundidade Média (Pm) e Volume de Água (VA). No mesmo quadro apresentam-se ainda as classificações de acordo com a Directiva Quadro Água (DQA). Da análise do quadro verifica-se que apenas 4 lagoas têm área superior a 0,5 km² e por isso suficiente para integrar como Pequena ou Muito Pequena a classificação da Directiva Quadro da água. As restantes ficam abaixo do limite mínimo de 0,5 km². A maioria destas lagoas é pouco profunda (< 3m) e situa-se a uma altitude média entre 200 e 800m. Em São Miguel situam-se as lagoas com maior dimensão.

Quadro 27 - Características das principais lagoas da RAA

| Lagoa | Ilha | Alt (m) | DQA | Dim BH (km ²) | Dim PA (km ²) | DQA | Pm (m) | DQA | VA (10 ³ m ³) |
|----------------------|-----------|---------|-----|---------------------------|---------------------------|-----|--------|-----|--------------------------------------|
| Caiado | Pico | 810 | G | 0,19 | 0,05 | - | 2.2 | PP | 90 |
| Caldeirão | Corvo | 410 | M | 3,18 | 0,24 | - | 0.8 | PP | 156 |
| Canário | S. Miguel | 750 | M | 0,16 | 0,02 | - | 1.6 | PP | 19 |
| Capitão | Pico | 790 | M | 0,18 | 0,03 | - | 2.1 | PP | 43 |
| Congro | S. Miguel | 420 | M | 0,24 | 0,04 | - | 8.7 | P | 281 |
| Fogo | S. Miguel | 574 | M | 5,06 | 1,43 | P | 13,7 | P | 18 041 |
| Funda | Flores | 360 | M | 3,06 | 0,35 | - | 12.4 | P | 3 818 |
| Furnas | S. Miguel | 280 | M | 12,45 | 1,86 | MP | 6.9 | P | 13 592 |
| Lomba | Flores | 650 | M | 0,10 | 0,02 | - | 7.4 | P | 143 |
| Serra Devassa | S. Miguel | 765 | M | 0,11 | 0,03 | - | 0.4 | PP | - |
| São Brás | S. Miguel | 360 | M | 0,33 | 0,06 | - | 1.1 | PP | 56 |
| Sete Cidades (Azul) | S. Miguel | 610 | M | 15,35 | 3,59 | P | 11.1 | PP | 39 764 |
| Sete Cidades (Verde) | S. Miguel | 260 | M | 3,01 | 0,86 | MP | 9.3 | PP | 7 996 |

Classificação de acordo com a DQA: Altitude: B - Baixa (<200m); M - Média (200-800m); A - Grande (>800m); Dimensão do Plano de Água: MP - Muito Pequena (0,5 - 1 km²); P - Pequena (1 a 10km²); M - Média (10 a 100 km²); G - Grande (>100km²); Profundidade média: PP - Pouco Profunda (<3m); P - Profunda (3 - 15m); MP - Muito Profunda (>15m); (Fonte: PRA 2001)

O Quadro 28 apresenta a ocupação do solo nas bacias hidrográficas das lagoas. Verifica-se que a maioria tem uma ocupação agrícola do solo inferior a 50%, sendo que em algumas é mesmo nula.

Quadro 28 - Ocupação do solo das principais lagoas da RAA

| Lagoa | Ilha | Ocupações de solo nas zonas envolventes (ha) | | | | | | % ocupação agrícola |
|----------------------|-----------|--|-------|--------------------|--------------------|-------------------|--------|---------------------|
| | | Floresta Produção | Matos | Pastagem Intensiva | Pastagem Extensiva | Culturas Diversas | Urbano | |
| Caiado | Pico | 1 | 2 | 0 | 8 | 0 | 0 | 42 |
| Caldeirão | Corvo | <1 | 77 | 0 | 207 | 0 | 0 | 65 |
| Canário | S. Miguel | 12 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Capitão | Pico | 0 | 3 | 0 | 12 | 0 | 0 | 67 |
| Congro | S. Miguel | 5 | 3 | 5 | 0 | 0 | 0 | 21 |
| Fogo | S. Miguel | 61 | 283 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Funda | Flores | 18 | 210 | 0 | 41 | 0 | 0 | 13 |
| Furnas | S. Miguel | 373 | 162 | 462 | 0 | 6 | 0 | 38 |
| Lomba | Flores | 1 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 50 |
| São Brás | S. Miguel | 12 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 39 |
| Sete Cidades (Azul) | S. Miguel | 193 | 410 | 461 | 0 | 26 | 34 | 32 |
| Sete Cidades (Verde) | S. Miguel | 117 | 56 | 39 | 0 | 1 | 0 | 13 |

Fonte: PRA 2001

Águas subterrâneas

O PRA (2001) contabilizou 54 aquíferos no total das ilhas, sendo as características destes muito variáveis de uma ilha para outra, fruto das suas características geológicas e hidrogeológicas.

A ocorrência, nalgumas áreas, de camadas mais ou menos impermeáveis permite a formação de aquíferos suspensos a vários níveis, por vezes sobrepostos. A reduzida extensão e fragmentação das camadas impermeáveis impede a formação de grandes reservas de água as quais estão directamente dependentes da precipitação. As águas de aquíferos suspensos emergem na forma de nascentes quando, por diversas razões, a camada impermeável de base do aquífero é interceptada pela superfície do terreno.

Este tipo de aquíferos proporciona a principal fonte de abastecimento nas ilhas Terceira, S. Miguel, Flores, S. Jorge e Corvo.

Na base de cada ilha, sobrenadando uma camada de água salgada proveniente de infiltração lateral, encontram-se importantes reservas de água doce. Estas correspondem ao aquífero de base e alimentam captações com caudais já muito significativos. No entanto, devido à salinidade, a qualidade da água é pior do que nos aquíferos suspensos. Nalgumas ilhas (sobretudo Graciosa e Pico), o aquífero de base constitui a principal fonte de abastecimento. Como os condicionalismos de ordem técnica e económica dificultam a construção de furos no interior montanhoso das ilhas, o aquífero de base é apenas captado nas zonas de baixa altitude, localizadas a pouca distância da orla costeira.

Embora o regime pluviométrico nos Açores seja favorável a uma regularidade da recarga aquífera, devido à exiguidade territorial e à estrutura geológica da generalidade das ilhas, a recarga não pode ser entendida como sinónimo de reserva disponível. O rápido e permanente reabastecimento dos níveis freáticos deriva de vários factores, tais como:

- A descarga subterrânea natural, aliada aos caudais extraídos através de furos de captação, verificando-se fenómenos de sobre-exploração de aquíferos;
- As descargas laterais dos aquíferos através de descontinuidades típicas de ambientes vulcânicos;
- Proximidade de muitos destes aquíferos ao mar, o que compromete tanto a quantidade de água como a qualidade de água armazenada.

Assim, as reservas de água doce poderão ter um tempo de residência curto, quando comparado com as situações continentais típicas. O PRA (2001) considera que este fenómeno é especialmente significativo nas ilhas mais pequenas ou estreitas, como Santa Maria, S. Jorge e Graciosa, e nas unidades geológicas mais recentes, como o Pico.

Encontra-se em fase avançada de preparação o Plano de Protecção das Captações de Água para Consumo Humano.

Necessidade e abastecimento de água

As principais necessidades de água na Região têm origem urbana. A quase inexistência de regadio (apenas nas culturas sob coberto) e o regime de pastoreio extensivo dos bovinos, com alimentação à base de erva, permite que as necessidades de água da agricultura sejam muito inferiores às de outras regiões onde este sector se apresenta como o principal consumidor de água.

Cerca de 100% da população é servida por sistemas públicos de abastecimento de água (SREA, 2005).

Estima-se que cerca de 98% da água consumida na Região tenha origem subterrânea. De acordo com as estimativas apresentadas no PRA (2001), e empregando a metodologia OCDE, o índice de exploração dos recursos hídricos subterrâneos (17%) permite classificar a actual exploração dos aquíferos como moderada.

A permeabilidade dos terrenos e a conformação das bacias hidrográficas torna a construção de barragens para armazenamento de águas superficiais uma solução dispendiosa.

Apesar disso, nos últimos anos tem-se assistido a um aumento das estruturas de armazenamento de água superficiais e respectiva rede de distribuição, dotando a maioria das ilhas de infra-estruturas específicas para abastecimento de água à agricultura. Actualmente a Região conta com uma rede de distribuição de água superior a 200 km que abastece cerca de 2000 explorações agrícolas. Estes investimentos públicos permitem, em certa medida, aligeirar a pressão sobre as captações destinadas ao restante abastecimento público.

Drenagem e tratamento de águas residuais

Devido em parte à dispersão do povoamento, a taxa de cobertura de infra-estruturas de tratamento das águas residuais nos Açores é reduzida, havendo ilhas onde não há qualquer sistema de drenagem ou, havendo, este é insignificante.

Nos Açores, a população servida com sistemas de drenagem de águas residuais atinge apenas os 36%, sendo de 20% aquela que é servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (INE, 2003). A maior parte da população dispõe de sistemas individuais, sendo a fossa séptica o destino final mais comum das águas residuais domésticas.

Como vimos, a maior parte das indústrias instaladas nos Açores pertencem ao ramo alimentar, pelo que o volume mais significativo de efluentes gerados é de origem orgânica e, por isso, biodegradável. Não obstante, a maioria das unidades que opera na Região está apetrechada com sistemas de tratamento de águas residuais.

Qualidade da Água

As principais pressões sobre a qualidade da água devem-se a:

- Sobre-exploração das reservas aquíferas, que potencia fenómenos de intrusão salina;
- Descargas de águas residuais domésticas, nomeadamente através da poluição de solos, e em especial quando feitas em linhas de água e em poços drenantes;
- Águas residuais industriais, que em alguns casos não são tratadas;
- Actividades agro-pecuárias, fonte de poluição difusa.

A qualidade das águas na Região tem vindo a ser monitorizada com base em parâmetros químicos, físicos e microbiológicos.

A qualidade da água dos aquíferos é, geralmente, boa. As águas destinadas ao consumo humano não apresentam problemas acentuados de qualidade, embora exijam sistemas de tratamentos. Estima-se que cerca de 80% da água para consumo humano tem qualidade adequada (PRA, 2001).

Os problemas que se colocam nas águas de consumo são intrusões salinas, devido essencialmente à sobre-exploração dos aquíferos de base, e níveis de nitratos. Estima-se que cerca de 24% das captações apresentam níveis de nitratos superiores ao valor máximo recomendado (25 mg/l), embora os resultados fiquem muito aquém dos valores máximos admissíveis para estes parâmetros (50 mg/l).

O Governo Regional e a Universidade dos Açores têm vindo a implementar um Plano de Fertilização Racional, em todas as ilhas, que visa uma melhor caracterização dos níveis de fertilização da Região e tem associado um sistema de aconselhamento dirigido para uma prática de fertilização adequada.

Na análise aos resultados da monitorização da água das lagoas, não se constata nenhuma situação de água muito poluída ou extremamente poluída (Quadro 29).

A classe C (poluída) integra água com qualidade “aceitável” suficiente para rega, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Nela incluem-se duas lagoas.

A maioria apresenta-se na classe B (fracamente poluído) (63,6%) (caracteriza as águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações). As restantes 6 (27,2%) são classificadas na classe A (boa qualidade: águas consideradas como isentas de poluição, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade).

Quadro 29 - Classificação da água das lagoas

| Ilha | N.º de Lagoas | Classe E Extremamente poluído | Classe D Muito Poluído | Classe C Poluído | Classe B Fracamente Poluído | Classe A Boa Qualidade |
|--------------|---------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| S. Maria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| S. Miguel | 8 | 0 | 0 | 1 | 6 | 1 |
| Terceira | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| S. Jorge | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Faial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pico | 6 | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Graciosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Flores | 5 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 |
| Corvo | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total Açores | 22 | 0 | 0 | 2 | 14 | 6 |

Fonte: PRA 2001

Quando se consideram como parâmetros que determinam o estado de eutrofização das lagoas os fosfatos, clorofila e transparência (Quadro 30) existem 5 lagoas que se encontram no estado eutrófico, 8 no mesotrófico e 9 no oligotrófico, não havendo nenhuma no estado hiper-eutrófico.

Quadro 30 - Classificação das lagoas quanto ao estado de eutrofização

| Ilha | Nº Lagoas | Oligotrófico | Mesotrófico | Eutrófico | Hiper - eutrófico |
|--------------|-----------|--------------|-------------|-----------|-------------------|
| S. Maria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| S. Miguel | 8 | 2 | 3 | 3 | 0 |
| Terceira | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| S. Jorge | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Faial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pico | 6 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| Graciosa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Flores | 5 | 3 | 1 | 1 | 0 |
| Corvo | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total Açores | 22 | 9 | 8 | 5 | 0 |

Fonte: PRA 2001

Directiva Nitratos

Na RAA, as zonas classificadas ao abrigo da Directiva Nitratos restringem-se a massas de água superficiais (lagoas).

Actualmente existem 8 lagoas classificadas como Zonas Sensíveis ao abrigo da Directiva Nitratos nas ilhas de São Miguel (Serra Devassa, São Brás, Congro, Furnas e Sete Cidades), Pico (Caiado e Capitão) e Flores (Funda), não obstante apresentarem valores de nitratos inferiores a 1 mg N/l. A classificação das massas de água baseou-se na presença de fosfatos e nos índices de clorofila e transparência.

As suas bacias hidrográficas, classificadas como zonas vulneráveis, representam 1,6% do território.

Os programas de acção para todas as zonas foram recentemente publicados (Portarias nºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006 de 22 de Junho) e incluem limitações ao encabeçamento pecuário e à utilização de fertilizantes, implementação de Boas Práticas Agrícolas entre outras normas que condicionam a actividade agrícola.

A protecção destas áreas é também conferida por outros instrumentos legislativos de ordenamento do território. Os Decretos Regulamentares Regionais nºs 2/2005/A e 3/2005/A, de 15 de Fevereiro, definem os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas Furnas e Sete Cidades (planos especiais de ordenamento do território), condicionando a actividade agrícola por via da localização e ocupação dos espaços agrícolas, das limitações ao encabeçamento pecuário e do uso de fertilizantes.

Neste momento decorre a elaboração de outros Planos de Bacia entre os quais o Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das lagoas do Caiado, Capitão, Paúl, Peixinho e da Rosada, na ilha do Pico, em fase de concurso público.

Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE)

A Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho nº 2000/60/CE, de 22 de Dezembro, Directiva Quadro da Água (DQA), foi transposta para o direito interno pela Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro.

Na Região Autónoma dos Açores, o Plano Regional da Água (PRA, Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de Abril) consagra as linhas de orientação do Planeamento e Gestão Estratégica de Recursos Hídricos.

O PRA é um plano de recursos hídricos que integra as directrizes comunitárias (nomeadamente a DQA), nacionais e regionais, materializadas através de um conjunto de programas direccionados para o cumprimento da legislação e resolução das disfunções detectadas na Região no domínio da Água.

Este Plano tem como principal desígnio a definição de uma política sustentável para os recursos hídricos da Região, com o objectivo de alcançar uma verdadeira solidariedade regional e inter-generacional na gestão de tais recursos naturais. O PRA foi elaborado segundo os seguintes princípios:

- a) Globalidade, para significar que o planeamento de recursos hídricos deve apostar numa apreciação integrada de vários aspectos relacionados com os recursos em causa, designadamente nas vertentes técnica, económica, ambiental e institucional;
- b) Racionalidade, para significar que no processo de planeamento se deve procurar a optimização das várias origens da água e a satisfação das várias necessidades, articulando a procura e a oferta e salvaguardando a preservação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos, bem como uma aplicação económica dos recursos financeiros;
- c) Integração, para significar que o planeamento de recursos hídricos não se deve alhear das outras políticas de racionalização e optimização de recursos, designadamente do planeamento económico sectorial e regional, do planeamento territorial e das políticas de conservação e protecção do ambiente;
- d) Participação, no sentido, hoje largamente consensual, de que não pode haver planeamento sem que no processo se encontrem envolvidos os agentes económicos e as populações;
- e) Estratégia, no sentido de que deve ser privilegiado o nível decisório mais próximo da população.

O PRA é composto por:

- a) Orientações de estratégia, no qual se estabelecem as linhas de orientação para o planeamento e gestão dos recursos hídricos;
- b) Caracterização, diagnóstico e análise prospectiva, o qual contempla uma sumária apreciação da situação de referência do estado actual dos recursos hídricos e da evolução prevista das necessidades de água;
- c) Princípios técnicos, os quais deverão ser considerados na implementação do Plano Regional da Água;
- d) Definição de objectivos, no qual se estabelecem as principais metas a alcançar para a gestão integrada dos recursos hídricos na Região;
- e) Programação, no qual se define o conjunto de programas e projectos a implementar;
- f) Modelo de indicadores ambientais, no qual se enunciam os indicadores ambientais a ter em conta na Avaliação da Execução do Plano

A elaboração do PRA conduziu à definição das seguintes orientações de estratégia no domínio do planeamento e gestão dos recursos hídricos da Região:

a) Melhorar a oferta e gerir a procura de água para as populações e actividades económicas no sentido de:

- i) Melhorar a oferta de água para abastecimento às populações e às actividades económicas, por forma a satisfazer os consumos de acordo com as exigências de cada uma das utilizações;
- ii) Promover utilizações de água com fins múltiplos e minimizar, adequadamente, os conflitos de usos;
- iii) Garantir a protecção das origens de água;
- iv) Reforçar a gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água;
- v) Gerir a procura de água, promovendo e incentivando o uso eficiente e sustentado do recurso;

b) Proteger a qualidade da água visando:

- i) Promover a protecção e melhoria da qualidade da água dos meios hídricos naturais superficiais, subterrâneos, costeiros e de transição;
- ii) Garantir que a qualidade de água esteja conforme aos usos a que se destina, efectuando a correspondente monitorização e controlo;
- iii) Garantir que a descarga final de águas residuais urbanas e industriais não afecte a qualidade e usos dos meios receptores;
- iv) Reforçar e otimizar os serviços responsáveis pela drenagem e tratamento de águas residuais;

c) Proteger os recursos naturais, com destaque para os ecossistemas de especial interesse, no sentido de:

- i) Proteger e requalificar o recurso água e o meio envolvente, com vista à sua valorização ecológica, ambiental e patrimonial, assegurando a manutenção da riqueza e diversidade dos sistemas hídricos e dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados;
- ii) Fomentar a minimização e a compensação dos impactes ambientais causados pela artificialização dos meios hídricos e garantindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos;

d) Prevenir e minorar riscos associados a fenómenos hidrológicos extremos e a acidentes de poluição visando:

- i) Promover a minimização de riscos associados a fenómenos hidrológicos extremos, designadamente pela aplicação correcta dos instrumentos de ordenamento do território e tendo em consideração os factores de risco existentes;

-
- ii)* Minimizar as situações de risco de poluição accidental e efectuar a gestão adequada das substâncias perigosas;
 - iii)* Assegurar a prevenção e o controlo integrado da poluição associada às actividades industriais;
 - iv)* Promover a adequada gestão dos resíduos sólidos, reduzindo-se as potenciais fontes de poluição hídrica;
- e) Articular o ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico, com vista a:
- i)* Articular o ordenamento do território com o do domínio hídrico, definindo adequadas directrizes e condicionamentos nos instrumentos de gestão territorial e integrando as políticas de recursos hídricos nos diferentes instrumentos de gestão do território;
 - ii)* Promover o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico;
 - iii)* Promover a valorização económica dos recursos hídricos de interesse paisagístico, cultural, de recreio e lazer, turístico, energético ou outro, desde que compatível com a preservação dos meios hídricos;
 - iv)* Promover o planeamento e gestão integrada das águas superficiais, subterrâneas e costeiras, fomentando o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, nomeadamente da orla costeira, das bacias hidrográficas das lagoas, das ribeiras e das zonas de recarga de aquíferos, através da elaboração de instrumentos de gestão do território adequados;
- f) Ajustar o quadro institucional e adequar o quadro normativo regional no sentido de:
- i)* Optimizar o quadro de gestão da água na Região, nomeadamente o regime de planeamento, o regime jurídico do domínio hídrico e o modelo de gestão dos sistemas aos diferentes níveis do ciclo da água, incluindo o saneamento de águas residuais;
 - ii)* Articular o quadro legislativo regional com objectivos da política de gestão dos recursos hídricos de índole nacional e comunitária, cumprindo as exigências normativas do foro nacional e comunitário;
 - iii)* Adequar o modelo instrumental no sentido de promover a sua efectiva operacionalidade em termos de instrumentos preventivos e repressivos;
 - iv)* Constituir um órgão consultivo com adequada representatividade em matéria de recursos hídricos;
- g) Promover a sustentabilidade económica e financeira visando:
- i)* Promover a aplicação do princípio do utilizador-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com princípios de sustentabilidade económica;

ii) Adoptar as medidas económicas necessárias para a internalização de custos ambientais e a recuperação de custos, assegurando que a gestão do recurso seja processada de forma sustentável em termos económicos e financeiros;

h) Promover a informação e participação do cidadão com vista a:

i) Promover a sensibilização das populações e dos agentes para as diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos;

ii) Assegurar a disponibilização de informação ao público, tendo em consideração o normativo nacional e comunitário, promovendo a existência e operacionalidade de um sistema de informação sobre recursos hídricos à escala regional;

iii) Assegurar a dinamização da participação pública nas decisões, através da representação equitativa das populações na defesa do direito do ambiente, dos interesses difusos, dos interesses directos e indirectos de propriedade, de emprego e de segurança;

i) Aprofundar o conhecimento, visando:

i) Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e sistemas conexos;

ii) Promover, em cooperação com as instituições da Administração Pública e privadas, programas de estudos e de investigação aplicados à gestão dos recursos hídricos;

iii) Promover a implementação de redes de monitorização e controlo de variáveis hidrológicas, climatológicas, sedimentológicas e de qualidade física, química e ecológica da água;

iv) Promover a concepção, implementação e actualização de um sistema de informação relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico.

Este instrumento vigora pelo prazo de 10 anos, devendo ser revisto decorridos 8 anos sobre a data da entrada em vigor.

Poluição do ar e alterações climáticas

Ar

A posição geográfica, o reduzido desenvolvimento industrial e a inexistência de centros urbanos excessivamente populosos condicionam positivamente a qualidade do ar na Região.

A análise dos elementos estatísticos disponíveis permite concluir que os valores legalmente estabelecidos para os parâmetros medidos estão longe de serem ultrapassados. De acordo com o mais recente Relatório de Estado do Ordenamento do Território da RAA, “a Região dispensa qualquer investimento e despesa na redução da poluição atmosférica”

Contudo, e no que respeita à emissão de poluentes atmosféricos quer por fontes móveis (por exemplo ao nível do sector dos transportes) quer por fontes fixas (como indústrias) têm-se registado, pontualmente, resultados negativos, justificando a realização de investimentos de correcção ao nível de equipamentos de despoluição e/ou de processos produtivos.

Alterações climáticas

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 119/2004 de 31 de Julho, configura o instrumento político do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português. A Resolução do Conselho de Ministros 104/2006 de 23 de Agosto (PNAC 2006), actualiza o PNAC 2004 integrando novas políticas e medidas a desenvolver no país, de onde se destacam uma obrigação de diminuição, a nível nacional, das emissões provenientes do subsector agricultura/pecuária fruto, em especial, da melhoria da eco-eficiência do sector no consumo energético, do uso de fertilizantes, gestão florestal e gestão de pastagens.

O Inventário Nacional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (INERPA 2006) regista que a contribuição do subsector Agricultura/Pecuária, a nível nacional, para a emissão de gases com efeito de estufa (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) representa 10% do total das emissões nacionais em 2005 e que a emissão de metano associada às actividades agrícolas, proveniente da fermentação entérica e da gestão do estrume, representa 35% do total.

Os valores relacionados com emissão ou remoção de gases com efeito de estufa existentes no PNAC 2006 e INERPA 2006 são de carácter nacional, não existindo dados centralizados e actualizados a nível regional.

Estudos com projecções recentes sobre as alterações climáticas indicam que nos próximos 100 anos a temperatura do ar nos Açores aumentará cerca de 1º a 2º e que a quantidade de precipitação não deverá sofrer alteração significativa, podendo ocorrer, no entanto, de forma mais irregular, com tendência a períodos mais curtos de chuva intensa, mais concentrados no inverno. Prevê-se assim que, nestas variáveis meteorológicas, a Região sofra um impacto menor que outras áreas do globo devido à acção protectora do mar.

Ao nível da Orla Costeira prevê-se que o nível do mar suba cerca de 50 cm, com os impactos particulares nas populações ribeirinhas.

A verificarem-se estas alterações, serão de prever impactos ao nível dos recursos hídricos, particularmente na capacidade de recarga dos aquíferos, aumento dos fenómenos erosivos devido à ocorrência de chuvadas de maior intensidade e perturbações ou mudanças nos ciclos normais da agricultura.

No entanto será possível acrescentar que se por um lado o número de bovinos existente na RAA poderá contribuir negativamente para a emissão de gases com efeito de estufa, particularmente com a libertação de metano, o modo de produção em regime de pastoreio extensivo sem grande concentração

de estrumes e a representatividade da ocupação do solo com uma elevada percentagem de SAU em regime de pastagem permanente, que em algumas ilhas ocupa mais de 90% da SAU, permite ter a garantia de um importante sumidouro de carbono.

Para além dos mecanismos legislativos que protegem as áreas florestais naturais da Região, a floresta encontra-se também salvaguardada com a inexistência de fogos florestais na Região e pela obrigatoriedade de se obter autorização junto das autoridades regionais para o corte de áreas florestais com obrigação de reposição de povoamento.

As Boas Práticas Agrícolas, as Boas Práticas Florestais e as Boas Condições Agrícolas e Ambientais proíbem a queima de plásticos e óleos na exploração agrícola.

Resíduos

A maioria da população açoriana (99,9%) está servida por um sistema de recolha de resíduos urbanos (SREA, 2001).

Em 2003, a capitação correspondente à produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) nos Açores era de 1,37 kg/hab/dia, perfazendo cerca de 118 650 toneladas anuais. Mais de 50% são produzidos em São Miguel e cerca de 20% na Terceira.

A recolha selectiva apenas incidia sobre 4% daquele volume total, sendo o destino final dos restantes RSU vazadouros (19%) e aterros sanitários (80%). Este tipo de recolha apenas se pratica em São Miguel, Terceira, Graciosa, Faial e Pico (papel e cartão). Os resíduos assim recolhidos são na sua quase totalidade expedidos para fora do arquipélago e depois reciclados.

A maior parte dos estabelecimentos industriais situa-se em São Miguel e na Terceira, sendo aqui que se encontra a maioria dos resíduos industriais. Os resíduos industriais perigosos representam apenas 2% da totalidade de resíduos industriais. Estes são provenientes em grande medida do transporte e distribuição de electricidade e do tratamento e revestimento de materiais.

Actualmente a gestão de resíduos é enquadrada pela legislação aplicável e por dois instrumentos de planeamento, o SIGRA/PEGRA (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores/Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) e o PERHA (Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares dos Açores), estando em fase de aprovação o PERIEA (Plano Estratégico dos Resíduos Industriais e Especiais dos Açores).

Em termos de política agrícola é de salientar que as Boas Práticas Agrícolas (obrigatórias para os beneficiários de Agro-Ambientais e Indemnizações compensatórias), as Boas Práticas Florestais (obrigatórias para todos os beneficiários de ajudas ao investimento florestal) e as Boas Condições Agrícolas e Ambientais (obrigatórias para os beneficiários de ajudas directas) obrigam ao cumprimento de normas de gestão de resíduos e embalagens na exploração agrícola.

Solos

A maior parte dos solos nos Açores, fruto da sua origem vulcânica, são Andossolos. São solos com muito boa permeabilidade, elevado nível de matéria orgânica, geralmente ricos em potássio, dada a predominância de rochas basálticas, e enriquecidas em azoto, dada a frequência das siderações.

De um ponto de vista de ocupação de solo a actividade agrícola é de longe a actividade com maior importância no arquipélago. Como vimos no ponto 3.1.1, cerca de 65% do solo açoriano é utilizado para fins agrícolas, enquanto os espaços urbanos rondam os 5%. Estes últimos têm uma maior expressão nas ilhas de São Miguel e Terceira.

O Quadro 31 apresenta uma estimativa da superfície territorial dividida por classes de risco de erosão. Verifica-se que todas as ilhas têm mais de metade da área sujeita a fraco risco de erosão, à excepção do Corvo. (A reduzida dimensão desta ilha determina a inclusão de grande parte na faixa de 500 m a contar do limite da costa para o interior da ilha).

A elevada capacidade de infiltração e a boa percentagem de matéria orgânica dos solos dos Açores diminuem os riscos de erosão.

Quadro 31 - Classificação da superfície em função do risco de erosão

| Ilha | Risco de Erosão (% Área Total) ² | | |
|-------------|---|----------|-------|
| | Alto | Moderado | Fraco |
| Santa Maria | 10.40 | 37.10 | 52.50 |
| São Miguel | 3.60 | 18.40 | 78.00 |
| Terceira | 4.80 | 13.10 | 82.10 |
| Graciosa | 9.80 | 20.50 | 69.70 |
| São Jorge | 10.60 | 36.00 | 53.40 |
| Pico | 4.90 | 23.60 | 71.50 |
| Faial | 7.60 | 27.00 | 65.40 |
| Flores | 6.00 | 41.90 | 52.10 |
| Corvo | 25.70 | 30.30 | 44.00 |
| Açores | 5.80 | 23.30 | 70.90 |

Fonte: PROTA 1996

Um elemento crucial na regulação do ciclo hidrológico é o tipo de coberto vegetal, o qual assume uma importância extrema em situações em que o regime pluvial, os declives e o tipo de redes hidrográficas são propícios ao escoamento superficial em massa e a grandes enxurradas. O coberto assegurado pelas pastagens permanentes, floresta ou pelas manchas de vegetação natural ou semi-natural favorece a infiltração, protegendo o solo e reduzindo o escoamento.

² Alto: orla costeira, compreendida por uma faixa de 500 m a contar do limite da costa para o interior da ilha; Moderado: zonas com declive superior a 40%; Fraco: todo o restante território.

Com a expansão da área de pastagens em altitude, que acompanhou o crescimento do sector pecuário regional, extensas áreas das bacias hidrográficas foram arroteadas, com consequências negativas em termos de menor recarga de aquíferos, aumento da erosão e risco acrescido de enxurradas. No entanto esta tendência tem sido invertida nos últimos anos. Actualmente assiste-se a um saldo positivo do quociente área florestal plantada / área cortada.

Medições de perda de solo na RAA apresentam valores de sedimentos arrastados na água do escoamento superficial na ordem de 2 a 3 g /ha em pastagem permanente. Como seria de esperar, no período de instalação / renovação da pastagem este valor sobe consideravelmente tornando-se necessário adequar as mobilizações do solo às condições das pastagens.

Todos os agricultores que são obrigados a cumprir Boas Práticas Agrícolas (beneficiários de Agro-Ambientais e Indemnizações compensatórias) e Boas Condições Agrícolas e Ambientais (beneficiários de ajudas directas), são obrigados a adequar as mobilizações do solo à morfologia do terreno, cultura e à época do ano.

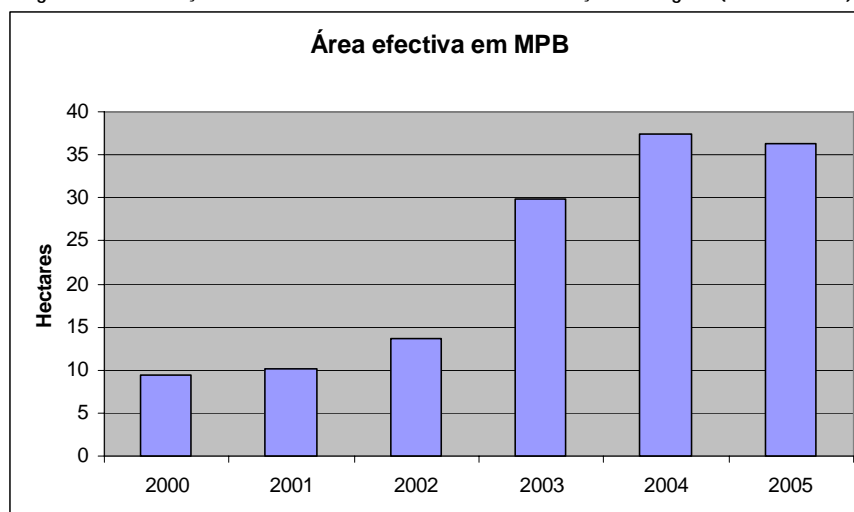
A erosão marinha condiciona fortemente a susceptibilidade da linha de costa. Em zonas favoráveis de arribas a água da chuva infiltra-se e altera a rocha, originando desabamentos espectaculares dos quais resultam terrenos planos na base das escarpas e que se estendem em direcção ao mar - fajãs.

Modo de Produção Biológico

Nos últimos anos assistiu-se a um aumento significativo da área agrícola associada ao Modo de Produção Biológico passando de 9,3 ha em 2000 para 36,4 ha em 2005.

Com cerca de 30 ha em fase de conversão, a Região totalizava em 2005 um potencial de cerca de 66,5 ha de modo de produção biológico.

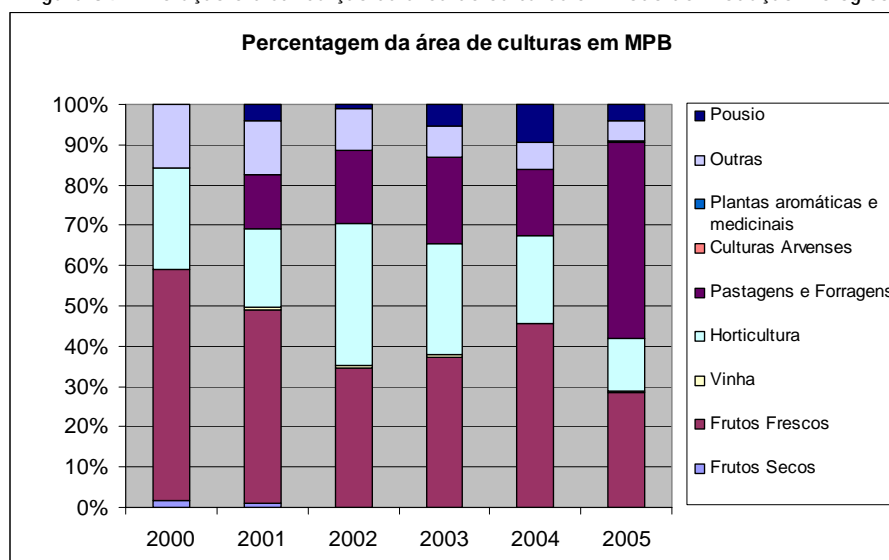
Figura 33 - Evolução da área efectiva em Modo de Produção Biológico (2000 - 2005).



Fonte: IAMA 2006

No final de 2005 a principal ocupação do solo em modo de produção biológico (agregando área efectiva e área em conversão) era pastagem e forragem, seguido de frutos frescos e horticultura.

Figura 34 - Evolução e distribuição da área de culturas em Modo de Produção Biológico



. Fonte: IAMA 2005

O Modo de Produção Biológico distribui-se por 3 ilhas: São Miguel, Terceira e São Jorge. São Miguel apresenta a maior diversidade de produtos, juntamente com maior número de produtores e área. O Modo de produção biológico em São Jorge está fortemente dominado pela produção pecuária, enquanto na Terceira, ilha que apresenta menor área, os frutos frescos imperam:

Quadro 32 - Distribuição da área (ha) de cada tipo de cultura efectuado em modo de produção biológico

| Ilhas | Tipo cultura | | | | | | | Total |
|-----------------|----------------|------------|------------|-------------------|-----------------------|------------|------------|-------------|
| | Frutos frescos | Vinha | Hortícolas | Culturas Arvenses | Pastagens e Forragens | Outras | Pousio | |
| S. Miguel | 10,7 | 0,2 | 5,9 | 0,1 | 7,5 | 3,5 | 0,6 | 28,5 |
| Terceira | 8,3 | 0,0 | 2,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 11,0 |
| São Jorge | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 24,9 | 0,0 | 2,0 | 27,0 |
| Total AB | 18,9 | 0,2 | 8,6 | 0,1 | 32,4 | 3,5 | 2,6 | 66,5 |

Fonte: IAMA 2006

Utilização de Fertilizantes e Pesticidas

Não existem dados consensuais sobre a quantidade de fertilizantes aplicados no arquipélago.

As estimativas presentes no Plano Regional da Água elaborado em 2001 e reutilizadas no Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2003, publicado em 2005, apontam para níveis de consumo de fertilizantes muito variáveis nas várias ilhas da RAA. De acordo com esta estimativa, o consumo de fertilizantes elementares de Azoto varia entre 10 kg/haSAU no Corvo e 392 kg/haSAU em São Miguel com apenas 4 ilhas a ultrapassar 100 kg/haSAU (média de Portugal Continental 350 kg/haSAU), e o de Fósforo entre 1 kg/haSAU nas Flores e 73 kg/haSAU em São Miguel (média nacional 180 kg/haSAU). A estimativa de estrume animal aplicado (dejectos de bovinos e estrume aplicado) varia entre 66 kg/haSAU no Corvo e 375 kg/haSAU em São Miguel, havendo apenas duas ilhas que ultrapassam 200 kg/haSAU.

O Relatório de Estado do Ambiente da RAA 2003, refere que “não existem dados actuais sobre a quantidade de fertilizantes aplicados nas ilhas do arquipélago (...) estimativa aponta para que a quantidade de fertilizantes utilizada na RAA, no ano de 2003, tenha sido em média 485 kg/haSAU”, não especificando o tipo de fertilizante.

De acordo com a SRAM e a European Environment Agency - IRENA, a utilização de azoto (surplus of Nitrogen) na Região Autónoma dos Açores deverá cifrar-se em 60 kg/ha.

O Governo Regional dos Açores e a Universidade dos Açores desenvolvem presentemente um projecto de caracterização da fertilização na Região com colheitas e análise de amostras de terra em todas as ilhas da RAA. Com este estudo pretende-se obter dados fiáveis para determinar o estado de utilização dos fertilizantes na RAA bem como promover e divulgar técnicas de fertilização racional nas explorações agrícolas da Região.

Bem-estar dos animais

O bem-estar animal depende de um bom maneio e de uma correcta planificação das explorações, condicionando fortemente a produtividade animal, o rendimento das explorações e, em última análise, a qualidade de vida das populações.

Dada a importância do sector na RAA, o Governo Regional está fortemente empenhado em que sejam cumpridos os requisitos de bem-estar na produção pecuária regional.

As principais áreas de controlo do bem-estar animal são:

- Transporte marítimo - Decreto-lei n.º 294/98, de 18 de Setembro, que regulamenta as normas de protecção dos animais em transporte. Os Serviços de Desenvolvimento Agrário possuem equipas constituídas por Médicos Veterinários e técnicos, que se deslocam aos

portos ou às explorações dos agricultores, para verificarem o cumprimento da legislação em vigor.

- Ao nível das explorações, são efectuados controlos à criação de galinhas poedeiras, vitelos e suínos. O regime de pastoreio extensivo em que grande parte do efectivo bovino da Região se encontra, constitui uma boa base de garantia dos princípios subjacentes ao bem-estar animal.
- Ao nível dos matadouros, são inspeccionadas as condições em que os animais são encaminhados para as instalações, condições das abegoarias e de execução do atordoamento e abate e/ou occisão.

Energias renováveis

Dadas as condições de arquipélago que caracterizam os Açores, e a distância que os separa do continente mais próximo, os recursos renováveis foram a primeira fonte de energia primária a ser utilizada nas ilhas. A actividade de produção de energia eléctrica nos Açores, iniciou-se com a instalação de uma Central Hidroeléctrica em Vila Franca do Campo, ilha de S. Miguel, em 1899, com o objectivo de alimentar as necessidades de iluminação da referida Vila.

Consequência da rápida evolução na procura de energia eléctrica, a solução dos combustíveis fósseis tem ganho vantagem económica e de oportunidade relativamente ao aproveitamento das energias renováveis.

Por outro lado, as crescentes preocupações ambientais e de qualidade de vida das populações, têm imposto a adopção de uma atitude renovada, face ao desenvolvimento sustentado que se pretende venha a ocorrer nos Açores nos anos vindouros.

As energias renováveis têm registado evoluções muito positivas nos últimos anos. O arquipélago possui já uma percentagem substancial (17%) de utilização de fontes energéticas alternativas, o que demonstra a determinação no sentido de diminuir a dependência em relação aos combustíveis fósseis

Das energias renováveis disponíveis nos Açores, destacam-se: a hídrica, a eólica, a geotérmica, a solar, a de biomassa e a das ondas do mar.

Das fontes de energia primária disponíveis, a geotermia representará certamente, nas próximas décadas, a maior contribuição em termos de produção de electricidade, nas ilhas onde a mesma é técnica e economicamente viável.

Relativamente à energia hídrica, a ilha cujos recursos hídricos poderão representar uma contribuição considerável na sua estrutura de produção de electricidade é a ilha das Flores.

A energia eólica está disponível em todas as ilhas e o seu potencial é ilimitado na sua fonte. Neste momento, dado que cada ilha tem o seu sistema eléctrico independente, conferindo à partida redes eléctricas de fraca capacidade, por razões técnicas não é aconselhável que a sua contribuição em termos de produção anual seja superior a cerca de 15%. Com o aperfeiçoamento das novas tecnologias ligadas à armazenagem e manipulação de energia eléctrica (baterias, células de combustível, etc.), esta fonte de energia só ficará limitada em termos de ocupação de terreno e impacte visual.

A energia solar também disponível em todas as ilhas e com um potencial ilimitado na sua fonte, também poderá dar um contributo importante na produção de electricidade. Em termos técnicos, o aproveitamento desta fonte renovável não põe qualquer problema, sendo o seu preço, neste momento, o principal entrave à sua utilização.

A biomassa poderá representar também um grande papel como recurso endógeno disponível, com impactes bastante positivos em termos sociais e ambientais.

Embora este recurso seja abundante nos Açores, a produção de energia eléctrica não tem sido muito contemplada, existindo muito poucas instalações que utilizam gás metano como combustível.

Por outro lado, a utilização de produtos lenhosos, tem tido utilização na indústria, para a produção de vapor, panificação, para além da utilização doméstica que nas últimas décadas tem vindo a decrescer, em virtude da penetração do gás butano no mercado.

Em algumas indústrias existentes nos Açores, uma parte do vapor proveniente da queima de produtos lenhosos (lenha), é utilizada na produção de electricidade.

É de salientar que a biomassa, em termos de oferta de energia primária, poderá representar uma das maiores participações das energias renováveis, e, em termos de impacte social (criação de emprego), poderá ser o recurso com maiores virtudes.

A energia das ondas também é um dos recursos com maior potencial. Actualmente o seu aproveitamento está limitado pelo elevado preço e juventude das tecnologias utilizadas.

Florestas

Considerando todas as valências que a floresta abrange nos Açores, destaca-se a sua valência de floresta de conservação e o potencial associado na protecção dos solos e dos recursos hídricos e na conservação da biodiversidade (áreas de floresta indígena).

Numa região fortemente susceptível à ocorrência de catástrofes naturais, quer por acção dos factores climatéricos, quer pela natureza dos seus solos e topografia, o coberto florestal, principalmente as áreas de floresta de protecção (que ocupam entre 60 a 65% do total das áreas florestadas), assumem um papel determinante na protecção dos solos contra a erosão, contra os deslizamentos de massas e enxurradas. A intercepção dos nevoeiros (efeito de Fohen), pelo coberto florestal, particularmente em

zonas de altitude e com orientação perpendicular à dos ventos, chega a triplicar os valores da precipitação efectiva (que chegam a atingir em algumas áreas os 10.000 mm). Daqui se depreende o importante papel que estas formações desempenham na regularização do regime hidrológico, particularmente na recarga dos aquíferos e no controle do regime de escoamento dos cursos de água.

As manchas florestais autóctones albergam também um alto grau de biodiversidade que, aliado ao índice de endemidade presente, oferecem um banco genético excepcional com elevado valor ambiental, social e económico.

Na RAA, ao nível da floresta de protecção, assume especial importância a área dominada pela floresta natural dos Açores, em diferentes estados de conservação.

Assumem também especial importância os povoamentos de incenso, originados por regeneração natural e actualmente utilizados para lenhas e como substracto para a cultura do ananás, em S. Miguel. Apesar da sua exploração e de assumir um importante papel na protecção dos solos (em virtude de estar instalado em solos outrora ocupados por espécies nativas, pelo que, se fosse eliminado sem plano de gestão adequado, acarretaria graves problemas de erosão), o incenso tem vindo a ocupar e a destruir extensas áreas de vegetação natural, e é considerado uma espécie invasora. Deste modo, as autoridades regionais estão a equacionar a introdução progressiva de medidas que conduzam à substituição do incenso por plantas indígenas.

A floresta natural dos Açores, constituída principalmente por Faiais, Florestas Laurifólias, Florestas de Azevinho, Zimbral e Ericais, situa-se quase exclusivamente em terrenos baldios sob a administração do Governo Regional.

As Florestas de Faia-da-terra (*Myrica faya*), sendo extremamente raras e encontrando-se bastante alteradas, apresentam uma composição florística e estrutura muito simples, dominada pela faia-da-terra e pelo pau-branco (*Picconia azorica*).

As Florestas Laurifólias, como o próprio nome indica, são dominadas por espécies laurifólias e desenvolvem-se em condições climáticas amenas, sendo constituídas por 3 sub-formações, nomeadamente:

- Florestas Mésicas Laurifólias, com grande riqueza florística e estrutural, dominadas pelo louro (*Laurus azorica*), sanguinho (*Frangula azorica*), pau-branco e faia-da-terra e que se desenvolvem em ambientes com pluviosidade de 3.000 mm, mas de humidade atmosférica baixa e solos ricos;
- Florestas Húmidas Laurifólias, também com grande riqueza florística e estrutural, dominadas pelo louro, azevinho (*Ilex perado* ssp. *azorica*), urze (*Erica azorica*) e sanguinho, desenvolvendo-se em ambientes com pluviosidade de 3.000 mm, mas expostos aos ventos húmidos;
- Florestas Hiper-Húmidas Laurifólias, as mais frequentes, mas com menor diversidade florística. Nas espécies dominantes desaparece a urze e surge a uva-da-serra (*Vaccinium*

cylindraceum) e desenvolvem-se em ambientes com precipitação de cerca de 3.800 mm, a que se deve juntar cerca de 3.000 mm derivados da intersecção dos nevoeiros.

As Florestas de Azevinho são formações associadas a condições de extremo encharcamento e de abrigo, encontrando-se somente nalgumas ilhas, em meios onde a precipitação ronda os 4.500 mm, a que se deverá juntar cerca de 3.000 mm de precipitação oculta, e em solos permanentemente encharcados. Possuem elevada diversidade florística e as espécies dominantes são o azevinho, a uva-da-serra e o cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*).

O Zimbral é formado por formações ainda frequentes em algumas ilhas e desenvolve-se em condições extremas de encharcamento e exposição, sendo constituído por 2 sub-formações:

- Bosques de Cedro, de densa cobertura de cedro-do-mato, a qual não permite o desenvolvimento de turfeira de *Sphagnum* spp. e com baixa diversidade florística;
- Bosques de Cedro com Turfeira, de menor densidade de cedro-do-mato, o que permite o desenvolvimento de um denso tapete de *Sphagnum* spp., a que se associam condições de turfeira.

Os Ericais, mais raros, são constituídos somente por uma formação, os Bosques de Vassoura, com composição florística e estrutura muito simples, sendo dominados pela urze. O meio edáfico característico possui sempre baixa capacidade de retenção para a água, aparecendo sempre associado à exposição de ventos fortes.

Por último refira-se que na RAA existem 42 reservas florestais, que, embora sem estatuto jurídico de área protegida, são definidas legalmente como espaços com interesse científico nos aspectos botânico, geológico ou hidrológico e com especial valor para a conservação dos ecossistemas florestais. As reservas florestais estão classificadas como naturais (16) e de recreio (26) e ocupam uma superfície total de 6.290 ha (REOT 2003).

Ambiente e Gestão do Espaço Rural - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas e potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

Da análise realizada destaca-se, no âmbito do ambiente e gestão do espaço rural, um conjunto de pontos fortes, pontos fracos e disparidades que permitem identificar as principais necessidades, lacunas, potenciais/oportunidades de desenvolvimento e ameaças.

Quadro 33 - Ambiente e Gestão do Espaço Rural - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

| Ambiente e Gestão do Espaço Rural (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|---|--|---|--|---|
| Risco de abandono e marginalização | | Risco de marginalização elevado. Todo o território da Região é zona desfavorecida. | Actuação numa óptica de ordenamento do território. Compensação dos agricultores para manutenção da actividade agrícola de forma sustentável nas zonas desfavorecidas. | | Tendência para desertificação humana de algumas ilhas, onde se verifica fraca sustentabilidade social e económica. Risco de abandono das comunidades rurais. |
| Biodiversidade e paisagem | Património natural rico e diversificado, com significativo índice de biodiversidade. Grande valor paisagístico e cultural associado à actividade agrícola. Parte importante do território coberto pela Rede Natura. Existência de uma raça bovina autóctone. Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | Conflitos pontuais entre uso agrícola e uso ambiental. | Actuação numa óptica de ordenamento do território. Incentivos a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais. Incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico. | Valorização socio-económica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios. Reconhecimento internacional do património paisagístico, biológico e geológico da Região. Crescente informação e preocupação ambiental, traduzida em diversos instrumentos regionais de planeamento. Sensibilidade das populações para as questões ambientais e de ordenamento do território. | Tendência para desertificação humana de algumas ilhas, onde se verifica fraca sustentabilidade social e económica. Risco de abandono das comunidades rurais. Dificuldades no controlo de espécies invasoras, que ameaçam o valor das zonas naturais. Introdução de novas infestantes, pragas e doenças, que prejudicam as culturas. Intensificação da produção pecuária. Consequências das alterações climáticas. |

Quadro 33 - Ambiente e Gestão do Espaço Rural - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

(continuação)

| Ambiente e Gestão do Espaço Rural (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|---|---|--|---|--|
| Água | Regularidade do regime pluvial que permite a predominância de uma agricultura de sequeiro. Progressiva disponibilidade de estruturas de armazenamento de água superficiais destinadas à agricultura. Qualidade da água geralmente boa. Existência na região de uma rede de monitorização que permite responder aos requisitos da Directiva Quadro da Água. Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | Existência de massas de água superficiais em estado de eutrofização. Elevada dependência de recursos de água subterrâneos. | Actuação numa óptica de ordenamento do território. Incentivos a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais. Incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas. | Valorização socio-económica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios. Reconhecimento internacional do património paisagístico, biológico e geológico da Região. Crescente informação e preocupação ambiental, traduzida em diversos instrumentos regionais de planeamento. Sensibilidade das populações para as questões ambientais e de ordenamento do território. | Tendência para desertificação humana de algumas ilhas, onde se verifica fraca sustentabilidade social e económica. Risco de abandono das comunidades rurais. Dificuldades no controlo de espécies invasoras, que ameaçam o valor das zonas naturais. Introdução de novas infestantes, pragas e doenças, que prejudicam as culturas. Intensificação da produção pecuária. Consequências das alterações climáticas. |
| Ar e alterações climáticas | Boa qualidade o ar. Potencial de fixação de carbono (sumidouro de CO ₂) associado ao elevado índice de pastagens permanentes. Inexistência de fogos florestais. Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | Efectivo bovino com contribuição negativa para a emissão de GEE. | | | |
| Resíduos | Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | Deficiente gestão dos efluentes da pecuária, quando se verificam maiores concentrações animais. | | | |
| Solos | Ocupação do solo agrícola dominada por pastagens permanentes, favoráveis do ponto de vista da conservação do solo. Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | Erosão marinha. | | | |
| Produção biológica | Aumento significativo da área agrícola associada ao MPB nos últimos 5 anos. | Incipiente adesão dos agricultores ao modo de produção biológico quando comparada com a UE e resto da País. | | | |
| Utilização de fertilizantes e pesticidas | Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | Não existência de dados fiáveis e consensuais sobre a quantidade de fertilizantes aplicada na Região. | | | |

Quadro 33 - Ambiente e Gestão do Espaço Rural - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades e ameaças

(continuação)

| Ambiente e Gestão do Espaço Rural (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|--|--|---|---|---|---|
| Bem-estar dos animais | Encabeçamentos baixos, com utilização de modos de produção amigos do ambiente e importância significativa de áreas integrando sistemas de produção extensiva. Bons sistemas de controlo do BEA. Parte importante dos produtores agrícolas abrangida pelo cumprimento de BPA e BCA. | | | | |
| Energias renováveis e bioenergia | Evolução positiva das fontes de energia renováveis, representando cerca de 17%. | Biomassa com potencial mas sem aproveitamento. | Estímulo ao aproveitamento da biomassa. | | |
| Florestas | Importantes áreas com coberto natural ou floresta. Manchas florestais autóctones com elevado grau de biodiversidade e índice de endemidade. Inexistência de fogos florestais. | Fileira florestal ainda incipiente. Elevada taxa de invasão de exóticas comprometedoras do desenvolvimento dos povoamentos florestais recém instalados | Actuação numa óptica de ordenamento do território. Incentivos a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais. Alagamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais. Reforço do papel protector da floresta quanto à biodiversidade, aos recursos hídricos e do solo, à prevenção de riscos naturais e à atenuação das alterações climáticas. | Valorização socio-económica do ambiente e da floresta pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios. Reconhecimento internacional do património paisagístico, biológico e geológico da Região. Crescente informação e preocupação ambiental, traduzida em diversos instrumentos regionais de planeamento. Sensibilidade das populações para as questões ambientais e de ordenamento do território. | Dificuldades no controlo de espécies invasoras, que ameaçam o valor das zonas naturais. Introdução de novas infestantes, pragas e doenças, que prejudicam os povoamentos florestais. Consequências das alterações climáticas. |

3.1.4. Economia rural e qualidade de vida

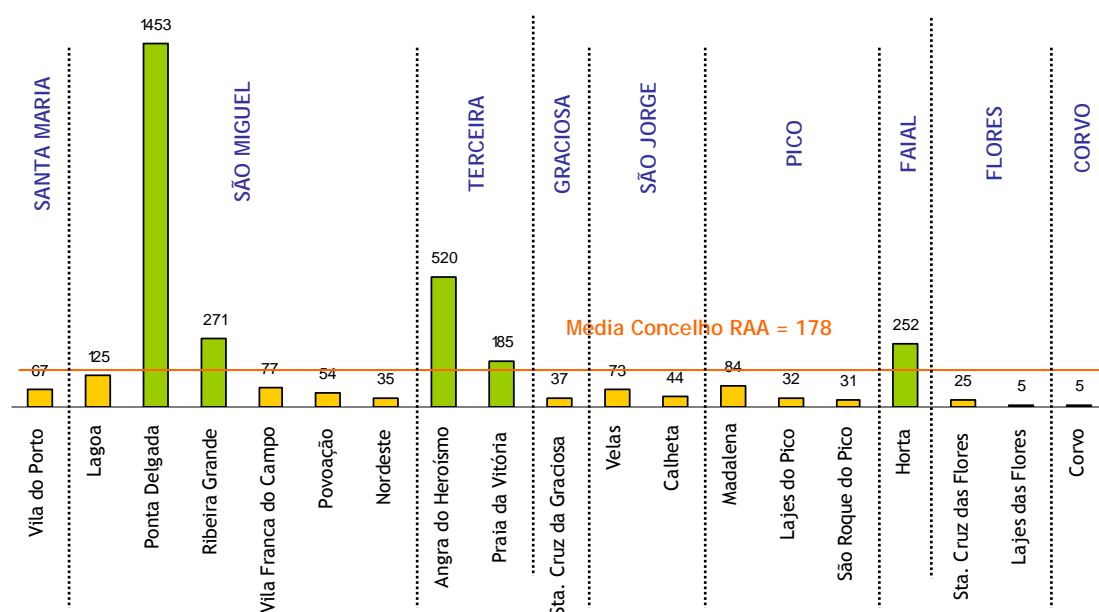
Tendo em conta o carácter predominantemente rural da RAA a análise relativa a este ponto já foi em grande parte realizada no âmbito da análise do contexto socio-económico geral da Região. Deste modo este ponto analisará particularmente a situação do tecido empresarial, turismo, acessibilidades, serviços básicos e património.

Empresas

Em 2004, contavam-se quase 25,5 mil empresas nos Açores, englobando-se neste número os empresários em nome individual e as sociedades em actividade. No que respeita à repartição geográfica destas empresas, perto de 52% do tecido empresarial regional estava sediado nos concelhos de Ponta Delgada (São Miguel), Ribeira Grande (São Miguel) e Angra do Heroísmo (Terceira). Cerca de 71% das empresas sediadas na RAA centrava a sua actividade em 3 áreas: Construção (25,9%); Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca (22,7%) e Comércio por Grosso e a Retalho (22,2%).

As sociedades em actividade eram cerca de 3.400, das quais cerca de 60% estavam sediadas nos concelhos de Ponta Delgada (São Miguel) e Angra do Heroísmo (Terceira).

Figura 35 - Sociedades sediadas na RAA, por concelho da Sede, em 2004



Fonte: INE, SREA: Anuário Estatístico da RAA

Cerca de 51% das sociedades em actividade sedeadas na RAA centravam a sua actividade nas áreas de Comércio por Grosso e a Retalho e Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas.

Quadro 34 - Repartição das Sociedades sedeadas na RAA, segundo a CAE-Rev.2.1, em 2004

| CAE - Rev. 2.1 | | Peso (%) |
|----------------|--|----------|
| G | Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico | 37,0% |
| K | Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas | 13,7% |
| H | Alojamento e Restauração (restaurantes e similares) | 10,6% |
| M a O | Educação + Saúde e Acção Social + Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais | 9,0% |
| D | Indústrias Transformadoras | 9,2% |
| F | Construção | 8,8% |
| - | Outros | 11,6% |

Fonte: INE, SREA: Anuário Estatístico da RAA

Em termos de volume de negócios, as sociedades em actividade da RAA geraram, em 2003, 3,7 mil milhões de euros, o que representou cerca de 1,3% do total nacional nesse mesmo ano (perto de 288 mil milhões de euros). Entre 1999 e 2003, apresentaram uma taxa de crescimento anual médio (tcam) de 10,4%, valor superior ao verificado para o total do país (tcam₉₉₋₀₃ de 4,9%).

Os sectores que mais contribuíram para a criação de riqueza na região foram o Comércio; as Indústrias Transformadoras; e a Construção, com cerca de 70% do total. Os concelhos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo representaram praticamente três quartos do volume de negócios gerado na região.

Quadro 35 - Repartição do Volume de Negócios das Sociedades sedeadas na RAA, segundo a CAE-Rev.2.1, em 2004

| CAE - Rev. 2.1 | | Peso (%) |
|----------------|--|----------|
| G | Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico | 42,3% |
| D | Indústrias Transformadoras | 16,4% |
| F | Construção | 10,7% |
| I | Transportes, Armazenagem e Comunicações | 8,9% |
| J | Actividades Financeiras | 8,7% |
| K | Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas | 5,4% |
| H | Alojamento e Restauração (restaurantes e similares) | 2,1% |
| E | Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água | 2,0% |
| A+B | Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca | 1,8% |
| M a O | Educação + Saúde e Acção Social + Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais | 1,0% |
| C | Indústrias Extractivas | 0,6% |

Fonte: INE, SREA: Anuário Estatístico da RAA

Quadro 36 - Volume de Negócios das Sociedades sedeadas na RAA, por Concelho, em 2004

| Concelhos | Peso (%) | Concelhos | Peso (%) |
|----------------------|----------|-----------------------|----------|
| Ponta Delgada | 62,4% | Vila do Porto | 0,6% |
| Angra do Heroísmo | 12,3% | Calheta | 0,6% |
| Ribeira Grande | 10,7% | Sta. Cruz das Flores | 0,5% |
| Horta | 3,5% | Povoação | 0,4% |
| Praia da Vitória | 2,5% | Sta. Cruz da Graciosa | 0,4% |
| Lagoa | 1,5% | Nordeste | 0,4% |
| Vila Franca do Campo | 1,2% | São Roque do Pico | 0,4% |
| Velas | 1,2% | Lajes do Pico | 0,3% |
| Madalena | 1,0% | Lajes das Flores | 0,1% |
| | | Corvo | 0,0% |

Fonte: INE, SREA: Anuário Estatístico da RAA

As Indústrias Transformadoras que mais contribuíram para a criação de riqueza na região foram as relacionadas com o sector dos Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco; e Produtos Minerais não Metálicos, perfazendo mais de 90% do volume de negócios.

Entre 1999 e 2003 foram criados mais de 9 mil postos de trabalho na totalidade das sociedades em actividade da região. Em 2003, o emprego total nas sociedades em actividade ascendia a aproximadamente 36 mil postos de trabalho, destacando-se os pertencentes aos sectores do Comércio, das Indústrias Transformadoras, e da Construção.

Quadro 37 - Repartição do Pessoal ao Serviço nas Sociedades, na RAA, segundo a CAE - Rev2.1, em 2003

| CAE - Rev. 2.1 | | Peso (%) |
|----------------|--|----------|
| G | Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico | 29,4% |
| D | Indústrias Transformadoras | 18,4% |
| F | Construção | 16,8% |
| K | Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas | 9,0% |
| I | Transportes, Armazenagem e Comunicações | 8,3% |
| H | Alojamento e Restauração (restaurantes e similares) | 6,8% |
| J | Actividades Financeiras | 3,7% |
| M a O | Educação + Saúde e Acção Social + Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais | 2,4% |
| A+B | Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca | 2,2% |
| E | Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água | 2,1% |
| C | Indústrias Extractivas | 0,9% |

Fonte: INE, SREA: Anuário Estatístico da RAA

Em 2003, perto de 57% do pessoal ao serviço nas sociedades em actividade na RAA concentrava-se no concelho de Ponta Delgada.

Quadro 38 - Pessoal ao Serviço das Sociedades em Actividade, por Concelho da Sede, em 2003

| Concelhos | Peso (%) | Concelhos | Peso (%) |
|----------------------|----------|-----------------------|----------|
| Ponta Delgada | 56,8% | Sta. Cruz das Flores | 1,1% |
| Ribeira Grande | 12,2% | Vila do Porto | 1,0% |
| Angra do Heroísmo | 10,2% | Povoação | 0,9% |
| Horta | 4,0% | Calheta | 0,9% |
| Praia da Vitória | 3,7% | São Roque do Pico | 0,7% |
| Lagoa | 2,1% | Nordeste | 0,7% |
| Madalena | 1,5% | Sta. Cruz da Graciosa | 0,6% |
| Velas | 1,5% | Lajes do Pico | 0,4% |
| Vila Franca do Campo | 1,3% | Lajes das Flores | 0,1% |
| | | Corvo | 0,0% |

Fonte: INE, SREA: Anuário Estatístico da RAA

ARTESANATO

A Região tem desenvolvido um trabalho pioneiro em matéria de artesanato com a criação, em 1988, do Centro Regional de Apoio ao Artesanato que, entre outras, tem competências para garantir a

certificação de origem e qualidade dos produtos artesanais regionais. Em 1998 foi criada a marca colectiva “Artesanato dos Açores” e em 2001 o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal.

As actividades artesanais nos Açores constituem uma forma viva de perpetuar a história, a cultura e as tradições do arquipélago e das suas diversas ilhas, mas também desempenham um importante papel no desenvolvimento económico, quer pela riqueza suplementar que representam para os agregados familiares, quer como instrumentos de criação de emprego. Em 2006 estavam registadas nos Açores 200 empresas artesanais, em 900 registadas a nível nacional, demonstrando a importância desta actividade na Região.

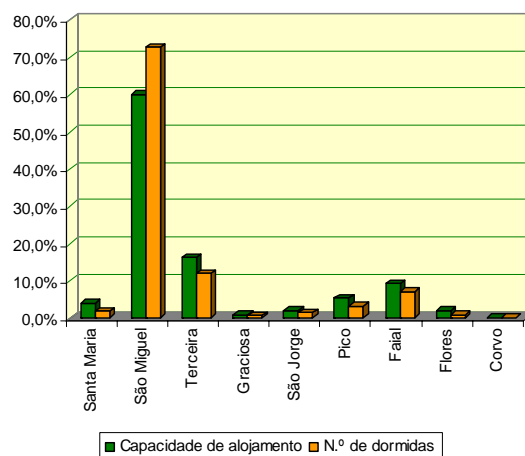
TURISMO

Os estabelecimentos turísticos em actividade nos Açores (hotelaria tradicional, turismo em espaço rural, e outros: colónias de férias, parques de campismo, casas de hóspedes e alojamentos particulares) somaram, no ano de 2005, uma capacidade de alojamento máxima de 9.532 camas em 260 estabelecimentos (Agosto de 2005), em resultado de um crescimento assinalável do investimento privado no sector, traduzindo-se no aumento acelerado da oferta de alojamento, que se fez sentir essencialmente nos últimos quatro anos. Actualmente, mais de 50% da oferta hoteleira dos Açores foi construída de novo e a parte restante foi, na sua maioria, profundamente remodelada e reestruturada. Entre 1996 e 2005 o número de dormidas nos estabelecimentos turísticos regionais registou um aumento superior a 190% (cerca de 1,25 milhões de dormidas em 2005), passando a % de dormidas de residentes no estrangeiro de 39% para 55%.

A hotelaria tradicional (hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, estalagens) é responsável por cerca de 90% da capacidade de alojamento e 91% do n.º de dormidas. A capacidade de alojamento e o n.º de dormidas neste tipo de estabelecimentos concentram-se nas ilhas de São Miguel (60,1% e 72,8%, com particular destaque para o Concelho de Ponta Delgada), Terceira (16,3% e 12%) e Faial (9,3% e 7%).

Em 2005, a hotelaria tradicional contribuiu para as receitas do Turismo com cerca de 36 milhões de euros de proveitos totais de aposento, 97% do total regional.

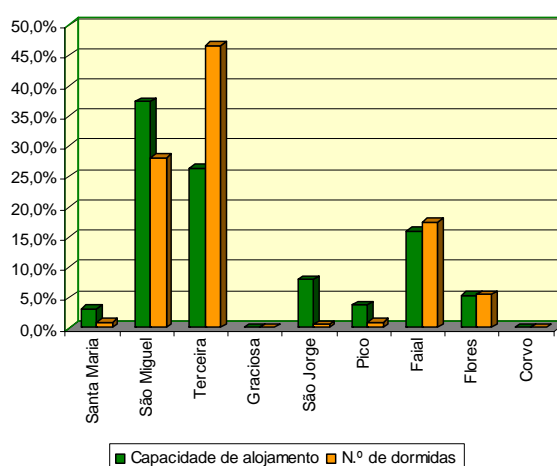
Figura 36 - Distribuição por ilha da capacidade de alojamento e n.º de dormidas na hotelaria tradicional, 2005 (%)



Fonte: INE, SREA: Estatísticas do turismo

No que respeita ao Turismo em Espaço Rural (TER), em 2005 a oferta cifrava-se em 57 estabelecimentos com uma capacidade de alojamento total de 530 camas (6% da oferta hoteleira global regional, superior ao indicador a nível nacional de 4% e de 1% na Madeira). As ilhas de São Miguel, Terceira e Faial têm um peso predominante na capacidade de alojamento e n.º de dormidas em estabelecimentos de TER, mas estas duas últimas ilhas apresentam uma posição relativa claramente reforçada face à hotelaria tradicional.

Figura 37 - Distribuição por ilha da capacidade de alojamento e n.º de dormidas em TER, 2005 (%)



Fonte: INE, SREA: Estatísticas do turismo

A presença destas unidades nas zonas rurais constitui um importante contributo para o desenvolvimento das localidades onde se inserem. Em 2005, esta tipologia de alojamento contribuiu para as receitas do Turismo com 2,3% dos proveitos totais de aposento gerados no arquipélago.

Apesar da importância das modalidades de TER com a habitação dos proprietários, devido às particularidades do património rural açoriano, composto por pequenas casas de função agrícola, como “atafonas” e adegas, verifica-se, ao nível do TER, uma preponderância dos estabelecimentos classificados como Casa de Campo, o que difere da correspondente realidade nacional, em que o Turismo Rural e de Habitação são predominantes.

Esta realidade, a par da crescente procura (o número de dormidas, entre 2004 e 2005, aumentou 10,4%) contribui para uma dinâmica comparativamente mais positiva do sector nos Açores do que no resto do país, com a oferta TER (nº de camas) a triplicar entre 1996 e 2005, e a apresentar-se como um factor de grande potencial para o desenvolvimento económico das comunidades rurais.

ACESSIBILIDADES

Devido à descontinuidade territorial, as acessibilidades assumem um papel fundamental na Região obrigando a uma presença muito forte e complexa dos serviços de transporte marítimo e aéreo (muitos sujeitos a obrigações de serviço público), para além de uma rede viária também ela extensa por via, entre outros factores, da orografia e do povoamento. Ao nível das infra-estruturas têm sido despendidos montantes elevados de recursos financeiros, utilizando significativamente o fundo estrutural FEDER e, mais recentemente, o Fundo de Coesão. Estes investimentos têm permitido introduzir melhorias significativas nas acessibilidades por terra, mar e ar mas ainda subsistem necessidades importantes a preencher.

A extensão da rede viária regional (estradas regionais e municipais e caminhos agrícolas) ronda os 1450Km competindo a sua construção/manutenção à administração regional e local. Em termos de velocidade média de deslocação observam-se valores entre os 58 Km/h em S. Miguel e os 30 Km/h na ilha do Corvo (dados retirados dos trabalhos preparatórios do PROTA).

De acordo com dados do Recenseamento Geral da População de 2001, observa-se que a larga maioria da população estuda ou trabalha no concelho de residência, com algumas excepções para os concelhos próximos dos principais centros urbanos: Lagoa, onde 34% da população trabalha ou estuda em Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Povoação onde perto de 20% também estuda e trabalha em Ponta Delgada. Na ilha Terceira cerca de 14% da população da Praia da Vitória estuda e/ou trabalha em Angra do Heroísmo. Nas restantes ilhas/concelhos 90% ou mais da população não se desloca para outro concelho para trabalhar ou estudar.

Nas deslocações inter-concelhias, mais de 40% das pessoas utiliza o transporte individual, pouco mais de 20% o colectivo e os restantes deslocam-se a pé. Para fora do concelho 61% utiliza o transporte individual e os restantes o transporte colectivo. Tem havido alguma quebra na evolução da procura do

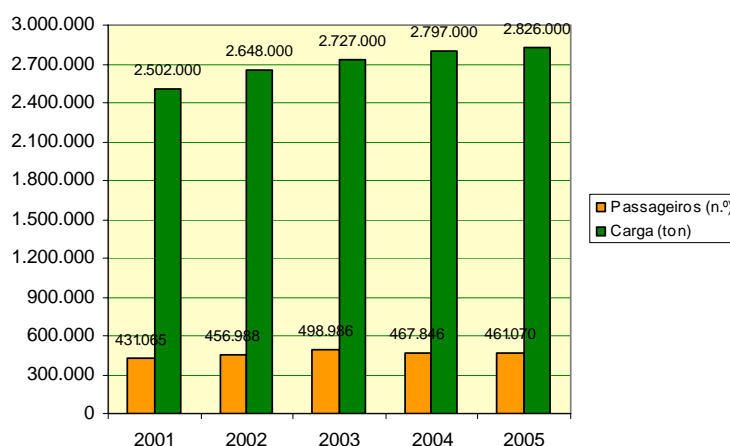
transporte colectivo de passageiros, mais sentido no urbano, onde o automóvel particular se tem imposto. Haverá que destacar que o transporte urbano tem alguma expressão nas ilhas de S. Miguel e Terceira e ainda, de forma pouco significativa, no Faial e em Santa Maria. Os transportes colectivos assumem particular importância no transporte diário da população escolar para e do estabelecimento de ensino para as freguesias mais distantes de residência dos alunos.

O parque automóvel dos Açores tem vindo a aumentar, proporcionalmente mais que no país, registando-se, todavia, uma taxa de motorização inferior à média nacional. De destacar na composição do parque automóvel o aumento significativo dos veículos mistos, adaptados ao tipo de economia local e, ainda, o crescimento do número de autocarros, indiciando também o desenvolvimento da actividade turística. Ao nível da segurança verifica-se que as 3,9 mil ocorrências registadas pela polícia de segurança pública nos Açores, relativas a acidentes de viação, representam cerca de 10% do número de acidentes registados no Continente. As repercussões desses acidentes, em mortos e feridos graves, são reveladoras de uma situação pouco favorável, já que a relação existente com os valores médios do Continente é superior à proporção da população ou do número de veículos que circulam nas estradas da região.

No que se refere ao transporte marítimo, e até ao passado recente, a natureza dispersa e afastada das ilhas, conjugada com as características do mar envolvente, originou uma certa especialização dos sistemas de transporte: o movimento de pessoas utiliza preferencialmente o transporte aéreo e as mercadorias o transporte por mar, com algumas excepções naturais, face à proximidade geográfica de algumas ilhas, como é o caso do Faial-Pico.

Porém tem surgido uma procura potencial para o transporte de passageiros pelo mar, com possibilidade de transporte de viaturas (navios tipo ferrie), procura que não concorre directamente com o transporte aéreo, pois não pode oferecer a rapidez, mas que se situa numa dimensão complementar, gerando possibilidades adicionais de movimento inter-ilhas, principalmente para os residentes, mas também para os visitantes. Todas as 9 ilhas possuem um porto das classes A (Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta) ou B (nas restantes).

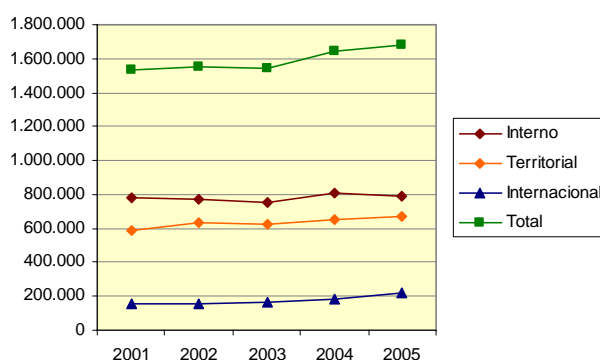
Figura 38 - Evolução do transporte marítimo de passageiros e carga, 2001-2005



Fonte: INE, SREA: Séries estatísticas

Quanto aos transportes aéreos e à semelhança dos restantes sistemas de transporte, registaram-se investimentos públicos relevantes no transporte aéreo nos anteriores ciclos de programação. Concluídas as obras em curso, a Região fica dotada com nove infra-estruturas aeroportuárias, incluindo 5 *gateways* nas ilhas S. Maria, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, e uma rede de aerogares com capacidade para uma oferta de serviço digna e eficiente para a movimentação dos passageiros e das cargas.

Figura 39 - Evolução do movimento de passageiros nos aeroportos regionais, segundo o tipo de tráfego, 2001-2005



Fonte: INE, SREA: Séries estatísticas

Não obstante a maioria dos serviços de transporte marítimo e aéreo estarem sujeitos a obrigações de serviço público, a frequência dos serviços é limitada e os custos de transporte de pessoas e mercadorias entre ilhas e para o exterior é muito elevado, condicionando a mobilidade e a actividade económica.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

Historicamente os Açores desempenharam um papel estratégico no plano das redes de comunicações. Com a evolução tecnológica essa posição tem vindo a desaparecer, embora sejam ainda atraídas algumas infra-estruturas, como o centro de controlo oceânico de Santa Maria e, mais recentemente, a estação de rastreio de satélites também naquela ilha.

Ao nível das principais infra-estruturas destaca-se o cabo submarino, baseado em fibra óptica, interligando, entre si, 7 ilhas dos Açores e a Região com o exterior. Actualmente, apesar da substituição operada, por via da introdução do cabo submarino, estão ainda em funcionamento 3 estações de satélite, nas Flores (ilha não abrangida pelo cabo e que estabelece ligações com o Corvo através de feixes de microondas 34Mbps), nas Lajes, na ilha Terceira (essencialmente para comunicações, rádio e tv na base militar) e em Ponta Delgada, utilizada como protecção ao sistema de cabos e para comunicar com as ilhas Flores e Corvo. As saídas internacionais têm de ser realizadas através dos *gateways* em Lisboa, para onde é dirigido todo esse tráfego.

Quanto à rede telefónica, a Portugal Telecom (PT) possui rede de voz e dados, de cobre e fibra óptica, complementada com feixes de microondas. A única infra-estrutura alternativa à PT está apenas presente em S. Miguel e na Terceira, com troços em fibra óptica e de feixes hertzianos. Quanto às redes móveis estão operacionais 3 operadores GSM, havendo uma taxa de penetração muito elevada.

Ao nível da TV por cabo, existe uma empresa fornecedora do serviço, controlada pelo Grupo Portugal Telecom (84%), sendo os restantes accionistas uma entidade bancária e a empresa pública de electricidade. A rede cablada cobre zonas urbanas, dando o serviço DTH cobertura ao restante espaço regional. Está em implementação em S. Miguel e Terceira o serviço Netcabo, bem como a possibilidade de rede bidirecional.

No que concerne à Internet estão disponíveis os diversos serviços dial-up gratuitos oferecidos a nível nacional. Embora seja anunciado o objectivo de cobertura com Banda Larga, tal não significa que a ADSL esteja disponível em todos os locais. As redes Wireless de acesso à Internet estão disponíveis em aeroportos, alguns hotéis e em outros locais restritos. De acordo com a Portugal Telecom, a cobertura por ADSL da Região, era, em 2004, de 89%. Os dados disponíveis relativamente à disponibilidade e utilização de computador e Internet apontam para uma situação na Região próxima da verificada a nível nacional.

Quadro 39 - Indicadores da sociedade de informação, 2005 (%)

| Âmbito Geográfico | Agregados Domésticos | | Indivíduos | |
|-------------------|----------------------|--------------------|--------------------------|------------------------|
| | Posse de computador | Ligação à Internet | Utilização de computador | Utilização de Internet |
| Portugal | 42,5 | 31,5 | 39,6 | 32,0 |
| RAA | 41,0 | 37,4 | 33,4 | 26,3 |

Fonte: INE, SREA, Anuário Estatístico da RAA 2005

SERVIÇOS DE SAÚDE

A rede regional de saúde expressa, ao nível dos equipamentos e infra-estruturas, a dispersão territorial da população pelos dezanove concelhos das nove ilhas dos Açores. Com efeito, se a população dos Açores não excede a de uma cidade média do território continental, esse efectivo populacional distribuído pelas nove ilhas obriga a um sistema complexo na organização do sector. Comparativamente com as médias nacionais a RAA apresenta indicadores menos favoráveis relativamente ao número de médicos por 1.000 habitantes e de farmácias por 10.000 habitantes.

Quadro 40 - Indicadores da rede regional de saúde

| Âmbito Geográfico | Médicos por 1000 Habitantes | Farmácias por 10000 Habitantes | Pessoal de Enfermagem por 1000 Habitantes |
|-------------------|-----------------------------|--------------------------------|---|
| | 2002 | | 2001 |
| Portugal | 3,2 | 2,5 | 3,9 |
| RAA | 1,7 | 1,9 | 4,3 |
| Santa Maria | 0,4 | 1,8 | 2,6 |
| São Miguel | 1,9 | 1,8 | 4,0 |
| Terceira | 1,9 | 2,0 | 6,2 |
| Graciosa | 0,4 | 2,1 | 1,5 |
| São Jorge | 0,6 | 2,1 | 2,2 |
| Pico | 0,8 | 2,1 | 2,0 |
| Faial | 2,7 | 2,0 | 6,7 |
| Flores | 0,3 | 2,5 | 2,3 |
| Corvo | 2,3 | - | - |

Fonte: INE, SREA

O indicador relativo ao número de médicos por 1.000 habitantes evoluiu positivamente de 2001 para 2004 para 1,9, mas ainda se encontra muito abaixo da média nacional. Deve ressaltar-se que a grande maioria das ilhas dispõe de poucos ou nenhuns médicos especialistas.

Em 2004 existiam na Região 3 hospitais públicos (São Miguel, Terceira e Faial), 16 centros de saúde e 90 unidades de saúde e 33 postos de enfermagem.

Os dados gerais sobre o funcionamento do sistema apontam para uma estabilidade no volume das consultas, uma maior utilização de meios de diagnóstico e de terapêuticas e um aumento do pessoal em actividade no sector. Em 2004, em média, cada residente na Região obteve 2 consultas médicas, junto dos estabelecimentos da rede pública de saúde. Por outro lado, 1 em cada 8,6 indivíduos residentes nos Açores esteve internado num estabelecimento de saúde.

Verifica-se ainda um nível acentuado de despesas e de sobrecustos, relativamente ao que se passa no espaço continental, em matéria da deslocação de doentes para obtenção de cuidados diferenciados nos hospitais regionais ou para o exterior do arquipélago para suprir falhas existentes ao nível da oferta

interna. As despesas associadas ao transporte e alojamento de doentes assumem valores consideráveis, suportados pelo orçamento regional.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

O Recenseamento Geral da População em 2001, demonstrou uma realidade dura, que ainda caracteriza o nível de educação dos portugueses, em geral, e dos açorianos, em particular, pese embora os níveis de investimento e de despesa pública afecta a este sector. Como vimos atrás, se nos níveis mais baixos de escolaridade a situação da Região não será diferente da nacional, quando se avança para níveis mais elevados será maior a divergência.

Não se colocando uma questão de não observância da escolaridade obrigatória, verificam-se alguns problemas no prosseguimento dos estudos secundários, até ao 12º ano de escolaridade. Por outro lado, ao nível dos resultados, observam-se problemas no aproveitamento escolar, nos diversos anos que integram a escolaridade, registando-se alguns progressos no percurso da escolaridade obrigatória, mas persistindo níveis elevados de insucesso nos anos mais avançados.

Tendo em conta a dispersão geográfica da população açoriana, a crescente concentração nos maiores centros populacionais e a necessidade de se criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, o modelo de rede escolar foi reestruturado, assentando, entre outros princípios, na integração vertical da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e na concentração das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré - escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias. Por outro lado, tem-se vindo, gradualmente, a seguir uma orientação de expansão do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região, ampliando-se infra-estruturas, dotando as escolas de laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e das tecnologias, e até mesmo a construção de novas escolas, para aquele nível de ensino.

Acompanhando a evolução demográfica dos últimos anos, o volume global de matrículas nos níveis de ensino tem vindo a diminuir. Nos últimos anos, o menor número de alunos no Ensino Básico e Secundário foi, de algum modo, contrariado pelo aumento significativo de matrículas no ensino profissional, o qual conhece actualmente uma forte expansão (evoluiu de 138 matrículas em 1994 para 2.166 em 2004), quando há poucos anos era praticamente inexistente na Região.

SERVIÇOS CULTURAIS E DE LAZER

As manifestações de ordem cultural e desportivas no arquipélago dos Açores assumem-se na maior parte das situações como formas de expressão com maior evidência social e vivência comunitária, proporcionando não só a valorização dos recursos humanos, mas também a materialização de condições à fixação das populações em cada uma das nove ilhas do arquipélago.

No caso particular da cultura haverá que referir que, ao nível dos bens históricos ou de outros equipamentos, e mesmo de algumas iniciativas e eventos culturais, tem proporcionado o enriquecimento do produto turístico associado à imagem dos Açores. Nos últimos anos têm-se observado níveis crescentes na procura e na actividade deste subsector que têm um contributo importante para o processo de coesão social.

Numa região com as características dos Açores os serviços de lazer estão associados não só ao consumo de bens culturais (teatro, cinema, bibliotecas) mas também à fruição da natureza. Neste domínio assume particular relevância a rede de parques florestais existente na região que disponibiliza serviços de apoio às actividades de recreio e lazer em todas as ilhas e se constitui como uma das mais importantes valências do sector florestal regional.

INTEGRAÇÃO SOCIAL

De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 2001, observa-se que nos Açores a proporção do rendimento das pessoas por via do trabalho é menor que a nível nacional, enquanto o peso relativo do então rendimento mínimo garantido e o apoio social é maior. A diferença do nível da taxa de actividade nos dois territórios explica que mais de um quarto da população com mais de 15 anos se encontra exclusivamente a cargo da família.

Quadro 41 - População Residente, com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida (% do Total), 2001

| Âmbito Geográfico | Rendimento do Trabalho | Rendimento da Propriedade | Subsídios (desemprego, acidente, outros) | Rendimento Mínimo Garantido | Pensão/ Reforma | Apoio Social | A cargo da família/outra situação |
|-------------------|------------------------|---------------------------|--|-----------------------------|-----------------|--------------|-----------------------------------|
| Portugal | 52,6 | 0,6 | 2,8 | 0,5 | 23,8 | 0,3 | 19,2 |
| RAA | 49,1 | 0,3 | 1,5 | 1,3 | 21,4 | 0,4 | 26,1 |

Fonte: INE, SREA

Décadas de abandono e de isolamento originaram fenómenos de exclusão e de pobreza, que as anteriores correntes emigratórias e a actual dinamização económica não extinguiram por completo. Por outro lado, fenómenos mais recentes, como por exemplo as toxicodependências e o repatriamento forçado de açorianos residentes em países estrangeiros, obrigam à formulação de políticas públicas visando a inserção socioprofissional dirigidas a públicos específicos em risco e em situação potencial de exclusão social.

PATRIMÓNIO

As características geográficas dos Açores, a individualidade de cada ilha, a evolução das actividades exercidas pelo homem ao longo dos séculos, a influência de outras culturas e a forte religiosidade, determinam a existência na Região de um vasto e variado património móvel e imóvel.

Para além do património natural, pode identificar-se em todas as ilhas um variado património edificado assim como usos, costumes e festividades que, pela sua permanência no tempo e características únicas constituem um valioso património cultural do arquipélago.

O património imóvel da Região, entendido como um conjunto de elementos de tipo arquitectónico, urbano ou paisagístico com qualidade intrínseca e significativo valor colectivo, social ou cultural, está a ser inventariado através de um projecto executado pelo Instituto Açoriano de Cultura e co-financiado pelo FEDER. Esta inventariação classifica o património nas seguintes categorias: unidades paisagísticas construídas, conjuntos edificados, edifícios isolados, construções utilitárias e vestígios arqueológicos. Até ao momento já foi inventariado o património de todos os concelhos das ilhas do Corvo, Graciosa, Flores, Faial, Pico, Santa Maria, 1 concelho da ilha Terceira e dois concelhos da ilha de São Miguel, estando identificadas 1.461 unidades com valor patrimonial.

CAPACIDADE LOCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Nos Açores existem 4 GAL que desenvolvem a Abordagem LEADER e numerosas associações de carácter local sobretudo nas áreas da cultura, recreio e desporto. Das 156 Freguesias existentes na Região, 153 estão cobertas pela Abordagem LEADER.

Economia Rural e Qualidade de Vida - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

Da análise realizada, destaca-se, no âmbito da economia rural e qualidade de vida, um conjunto de pontos fortes, pontos fracos e disparidades que permitem identificar as principais necessidades, lacunas, potenciais/oportunidades de desenvolvimento e ameaças. Como referido, grande parte desta análise já foi realizada nos pontos 3.1.1.

Quadro 42 - Economia Rural e Qualidade de Vida - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

| Economia Rural e Qualidade de Vida (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|---|--|---|---|--|--|
| Empresas | Importância das empresas do sector terciário. Dinâmica na criação de postos de trabalho. | Mais de metade do n.º de sociedades, do volume de negócios e do emprego está concentrada no Concelho de Ponta Delgada. | Diversificação da economia e do emprego nas comunidades rurais. Desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e populações das comunidades rurais. Esforço continuado de conservação e valorização do património rural. | Valorização do carácter rural da Região e possibilidade de promoção de produtos e serviços conotados com o mundo rural. Potencial associado à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura. Potencial de valorização e diferenciação de produtos e serviços, por via da qualidade e da "Imagem Açores". Valorização dos parâmetros de qualidade de vida associados a zonas pouco povoadas. Procura crescente das zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer, do TER e do turismo da natureza. | Tendência para desertificação humana de algumas ilhas, onde se verifica fraca sustentabilidade social e económica. Risco de abandono das comunidades rurais. Tendência para o envelhecimento da população. |
| Artesanato e Turismo | Crescimento acentuado do sector do turismo. Dinâmica positiva do TER e sua importância para o desenvolvimento das comunidades rurais. Exemplos positivos de diversificação económica e de inovação das explorações, nomeadamente ao nível dos serviços ligados ao turismo, como alojamento TER e artesanato. | | | | |
| Acessibilidades | Melhoria significativa nas acessibilidades por terra, ar e mar. | Necessidade de multiplicação de infra-estruturas e de serviços de transporte com organização complexa. Sobrecustos no desenvolvimento das diferentes actividades, originados, designadamente, pelos custos e disponibilidade dos transportes de pessoas e mercadorias. | | | |
| Serviços de comunicações | Melhoria significativa dos serviços de comunicações. Taxa de penetração muito elevada dos serviços de GSM. | Insuficiente cobertura de ADSL. | | | |

Quadro 42- Economia Rural e Qualidade de Vida - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

(continuação)

| Economia Rural e Qualidade de Vida (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|---|---|--|--|--|--|
| Serviços de saúde | | Necessidade de multiplicação de infra-estruturas e de serviços de saúde com organização complexa e elevados custos. N.º médio de médicos por 1000 hab muito abaixo da média nacional. Necessidade de deslocação das populações para fora da ilha de residência para obtenção de cuidados de saúde diferenciados. | Desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e populações das comunidades rurais. | Valorização do carácter rural da Região e possibilidade de promoção de produtos e serviços conotados com o mundo rural. Potencial associado à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura. Potencial de valorização e diferenciação de produtos e serviços, por via da qualidade e da “Imagem Açores”. Valorização dos parâmetros de qualidade de vida associados a zonas pouco povoadas. Procura crescente das zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer, do TER e do turismo da natureza. | Tendência para desertificação humana de algumas ilhas, onde se verifica fraca sustentabilidade social e económica. Risco de abandono das comunidades rurais. Tendência para o envelhecimento da população. |
| Serviços de educação | Reestruturação recente do modelo de rede escolar. Expansão e melhoria da rede de ensino secundário. Aumento significativo do ensino profissional. | Problemas de insucesso escolar. Pouca adesão dos jovens e suas famílias ao prosseguimento dos estudos para além da escolaridade obrigatória. | | | |
| Serviços culturais e de lazer | Grande importância das manifestações de ordem cultural e desportiva para a vivência comunitária e para a fixação das populações. Importância dos eventos culturais para o enriquecimento do produto turístico “Açores”. Importância dos serviços proporcionados pela rede regional de parques florestais para as actividades de lazer e recreio das comunidades rurais. | | | | |
| Integração social | | Existência de fenómenos de exclusão e pobreza. | | | |

Quadro 42- Economia Rural e Qualidade de Vida - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

(continuação)

| Economia Rural e Qualidade de Vida (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|---|--|----------------------------|--|--|--|
| Património | Herança cultural rica, elevado valor patrimonial e paisagístico das ilhas e forte carácter rural da Região. Especificidades de umas ilhas em relação a outras. | | Desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e populações das comunidades rurais. Esforço continuado de conservação e valorização do património rural. | Valorização do carácter rural da Região e possibilidade de promoção de produtos e serviços conotados com o mundo rural. Potencial associado à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura. Potencial de valorização e diferenciação de produtos e serviços, por via da qualidade e da "Imagem Açores". Valorização dos parâmetros de qualidade de vida associados a zonas pouco povoadas. Procura crescente das zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer, do TER e do turismo da natureza. | Tendência para desertificação humana de algumas ilhas, onde se verifica fraca sustentabilidade social e económica. Risco de abandono das comunidades rurais. Tendência para o envelhecimento da população. |
| Capacidade local para o desenvolvimento | Existência de 4 GAL e de numerosas associações de âmbito local. | | Desenvolvimento da animação e de competências ao nível local. | Motivação para o desenvolvimento de iniciativas locais. | |

3.1.5. LEADER

Quadro 43 - Indicador para o LEADER, UE, PT e Açores

| Indicador | Medida do indicador | UE 25 | Portugal | RAA |
|---|-------------------------------|----------------|----------|-----|
| Desenvolvimento de Grupos de Acção local (2004) | População coberta por GAL (%) | 14,3 (UE15) | 32,8 | 93% |

Fonte: DG AGRI-F3 e SRAF (RAA)

Evidenciando o carácter predominantemente rural da Região, os GAL cobrem a quase totalidade da população dos Açores e 97% do território. Na RAA estão em actividade quatro GAL que emanam de quatro Associações de Desenvolvimento Local e foram e são responsáveis pela aplicação da “Abordagem LEADER” (LEADER II e LEADER+) na Região: ADELIAÇOR (Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo), ARDE (Concelho de Ponta Delgada e Santa Maria), ASDEPR (São Miguel, com excepção do Concelho de Ponta Delgada) e GRATER (Graciosa e Terceira).

Tratam-se de associações privadas sem fins lucrativos, criadas através de parcerias entre 68 entidades públicas e 88 privadas, sendo a participação pública constituída pelas autarquias dos territórios de cada uma das associações (19 municípios e 46 freguesias), por 3 Departamentos da Universidade dos Açores e pelo Instituto de Acção Social. De entre as entidades privadas destacam-se 8 associações agrícolas, 3 câmaras do comércio e indústria, 9 cooperativas, 34 associações culturais/recreativas, 3 associações desportivas e uma ambiental, 5 instituições privadas de solidariedade social (IPSS), 3 empresas e 22 associados em nome individual.

O tema federador, a estratégia local e os objectivos gerais e específicos dos Planos de Desenvolvimento Local desenvolvidos pelos quatro GAL no âmbito do LEADER + resumem-se nos quadros seguintes:

Quadro 44 - Tema federador, estratégia local e objectivos gerais e específicos dos Planos de Desenvolvimento Local

| ADELIAÇOR | |
|---|--|
| Tema Federador e Estratégia Local | Objectivos Gerais e Específicos |
| <p>Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.</p> <p>O afastamento das ilhas, a sua pequena dimensão e o respectivo número de habitantes levaram a Associação a conceber uma estratégia de desenvolvimento comum, considerando acções transversais a toda a Zona de Intervenção, mas também a definição de objectivos territoriais parcelares que, articulados, constituam uma complementaridade entre as ilhas, com os consequentes efeitos multiplicadores em cada ilha. Os temas locais de mobilização resultam na apresentação de quatro Rotas Turísticas Temáticas, no seio das quais há possibilidade de desenvolvimento de acções promotoras de emprego e criação de novas oportunidades de integração económica para os grupos mais desfavorecidos: mulheres e jovens.</p> | <p>Objectivo geral: a dinamização económica e social do território, que por sua vez será alcançado através de objectivos específicos e operacionais.</p> <p>Objectivos específicos: revitalização das relações sociais; criação de dinâmicas regionais de desenvolvimento; aumento das competências técnicas no território; reforço do tecido económico; diversificação da base de produtos e serviços produzidos; valorização do património natural, edificado e cultural; e aumento dos serviços de apoio às populações.</p> |

Quadro 44 - Tema federador, estratégia local e objectivos gerais e específicos dos Planos de Desenvolvimento Local (continuação)

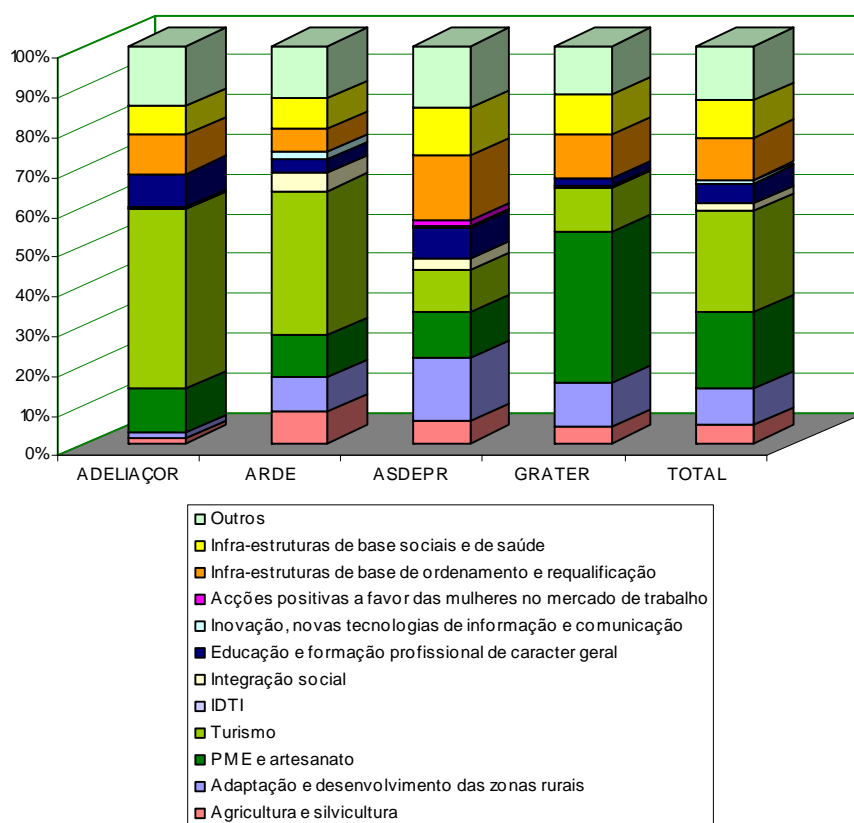
| ARDE | |
|---|--|
| Tema Federador e Estratégia Local | Objectivos Gerais e Específicos |
| <p>Melhoria da qualidade de vida das populações das zonas rurais.</p> <p>Considerando as potencialidades do território ao nível dos recursos naturais, ambientais, culturais e patrimoniais, a ARDE definiu esses factores como elementos-chave da sua estratégia, procurando a sua interligação com as actividades económicas e sociais que permitam o melhoramento da qualidade de vida da população do seu território.</p> | <p>Objectivos Gerais: melhorar a qualidade de vida das populações; fixar a população nessas zonas rurais; valorizar, qualificar e reconhecer o potencial endógeno dos espaços rurais; proteger o ambiente e recursos naturais.</p> <p>Objectivos Específicos: qualificar os recursos humanos e dinamizar a população local; diversificar as actividades económicas e modernizar o tecido empresarial; valorizar e proteger o património natural, cultural e edificado; diversificar a produção agro-pecuária e piscícola; promover e reforçar o carácter organizacional e de parceria; divulgar e promover os produtos locais.</p> |

| ASDEPR | |
|--|---|
| Tema Federador e Estratégia Local | Objectivos Gerais e Específicos |
| <p>Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.</p> <p>A ASDEPR tem por base desenvolver uma acção que contribua para a dinamização socio-económica e cultural do seu território e incentivar um espírito de inter-ajuda e cooperação entre os territórios rurais, por forma a que haja uma conjugação de sinergias em prol de um projecto de desenvolvimento integrado e sustentável. A estratégia de desenvolvimento tem presentes dois pontos fundamentais: o eixo prioritário de desenvolvimento da Região definido pelas políticas regionais e a necessidade de beneficiar e apoiar públicos alvo como as mulheres e os jovens. Deste modo, o tema central deverá ser abordado e articulado com o vector turismo e serviços integrados no meio rural, valorizando os recursos endógenos, o património natural e cultural e o ambiente.</p> | <p>Objectivos gerais: dinamização socio-económica do território; dinamizar e incentivar a cooperação e inter-ajuda entre territórios rurais.</p> <p>Objectivos específicos: potenciar a participação activa da população no seu próprio desenvolvimento; reforçar a participação da população jovem na dinâmica da comunidade; promover a valorização dos recursos humanos; promover um padrão de emprego qualificado e sustentável; promover a diversificação integrada de actividades; consolidação da iniciativa empresarial local; valorização dos recursos endógenos e das produções locais; apoiar o acesso à informação e às novas tecnologias; criar circuitos de comercialização; conservação e melhoria do património ambiental e cultural.</p> |

| GRATER | |
|---|--|
| Tema Federador e Estratégia Local | Objectivos Gerais e Específicos |
| <p>Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.</p> <p>Desenvolver as zonas rurais, através da valorização dos recursos humanos (formação profissional), do aproveitamento dos recursos endógenos, da rentabilização das actividades produtivas, não só nos sectores da agricultura, silvicultura e pecuária, mas também nas áreas da indústria, comércio, serviços, artesanato, turismo e da cultura.</p> | <p>Objectivos gerais: a valorização do mundo rural e a dignificação de todos quanto dele fazem parte, pela promoção do bem-estar e da qualidade de vida que permitam a fixação da população rural através da dinamização das actividades produtivas, sociais e culturais.</p> <p>Objectivos específicos: relativamente à dinamização da agricultura, pecuária e viticultura, pretende-se valorizar os produtos agrícolas típicos, aumentar a produtividade, melhorar as infra-estruturas; em termos de recursos energéticos, aumentar níveis de qualificação e criar e diversificar emprego; em relação à indústria, pretende-se a sua valorização através do estímulo ao investimento, do aproveitamento de recursos endógenos; dinamizar o comércio local; divulgar o produto turístico no respeito pela preservação do ambiente e do património cultural; diversificar a oferta turística; promover o artesanato local, pela sua preservação e rentabilização, etc.</p> |

A execução das estratégias locais de desenvolvimento no período 2001-2005, revela que, em termos de investimento aprovado, os 3 principais domínios de intervenção dos GAL foram o Turismo (25,2%), as infra-estruturas de base (19,9%) e as PME e Artesanato (19,2%).

Figura 40 - Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local: investimento aprovado por domínio de intervenção no período 2001-2005 (%)



Fonte: Relatório de Execução 2005 dos GAL

LEADER - Pontos fortes, pontos fracos, disparidades, necessidades, lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

Da análise realizada, destaca-se, no âmbito do LEADER, um conjunto de pontos fortes, pontos fracos e disparidades que permitem identificar as principais necessidades, lacunas, potenciais/oportunidades de desenvolvimento e ameaças.

Figura 41 - LEADER - Pontos fortes, pontos fracos/disparidades, necessidades/lacunas, potencial/oportunidades de desenvolvimento e ameaças

| LEADER (Domínios) | Pontos Fortes | Pontos Fracos/Disparidades | Necessidades/Lacunas | Potencial /Oportunidades | Ameaças |
|----------------------|--|--|---|---|---------|
| População coberta | Quase totalidade da população coberta pela Abordagem LEADER. Grande proximidade dos agentes de desenvolvimento local às populações. | Insuficiente massa crítica e animação em alguns territórios. | Aumento da massa crítica de alguns territórios. Incremento da relação de proximidade com as populações locais. Maior envolvimento de todos os parceiros no processo de desenvolvimento local. | Motivação para o desenvolvimento de iniciativas locais. | |
| Território abrangido | Incidência da Abordagem LEADER na quase totalidade do território. | | Maior participação efectiva do conjunto dos membros da parceria na decisão. | | |
| Parcerias | Existência de parcerias diversificadas. | Predominância das autarquias. Situações de fraca representatividade dos agentes económicos e associações nos órgãos de decisão. | Qualificação para melhoria das competências de dinamização local. Delineamento de estratégias fortes suportadas num processo de participação alargada. | | |
| Estratégias | Orientações estratégicas centradas na melhoria da qualidade de vida das populações e na valorização dos recursos locais. | Fraca apetência para orientação das estratégias para objectivos específicos de inovação. | Melhoria da qualidade dos Planos de Desenvolvimento Local. Articulação dos Planos de Desenvolvimento Local com outros instrumentos de política incidentes no mesmo território. | | |

3.2. Estratégia escolhida

A definição da estratégia de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região e que determinam respostas particulares das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

É também definida em coerência com as Orientações Estratégicas Comunitárias de Desenvolvimento Rural, o Plano Estratégico Nacional, as disposições do Regulamento (CE) 1698/2005, o “Programa Global de Portugal no Âmbito do Regulamento nº. 247/2006, do Conselho, de 30 de Janeiro: Sub-programa da Região Autónoma dos Açores “Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana”, a Estratégia Regional em matéria de Política de Coesão e das Pescas e diversos instrumentos de planeamento, de âmbito regional/ nacional³, de carácter transversal e/ou sectorial, dos quais emanam objectivos e orientações estratégicos que têm de ser articulados com a política de desenvolvimento rural.

Finalmente, é desenvolvida com base na análise da situação de base e na avaliação do período de programação anterior.

No ponto 3.1 foi realizada a análise SWOT e identificadas as principais necessidades para os 4 grandes blocos em análise: território e contexto socio-económico geral; desempenho dos sectores agrícola, agro-alimentar e florestal; economia rural e qualidade de vida e LEADER. Naturalmente, a estratégia a seguir pretende potenciar os pontos fortes, agir sobre os pontos fracos/disparidades, tirar partido do potencial/oportunidades, minorar os efeitos das ameaças e dar prioridade à satisfação das principais necessidades identificadas. Aquela análise constitui a base para a definição dos objectivos estratégicos e prioridades, para a distribuição dos recursos financeiros entre eixos e, por último, para a escolha das medidas.

Se da análise SWOT resulta claro que toda actividade económica e social é afectada por pontos fracos/ameaças de carácter permanente (com destaque para o isolamento geográfico, a exiguidade e dispersão territoriais, a imprevisibilidade climática, a exposição a riscos naturais elevados), que existe um problema de escala, competitividade e qualificação nas empresas e territórios e que o risco de desertificação de algumas zonas rurais é muito elevado, também dela resulta que há um potencial a desenvolver que passa pela criação de riqueza através da inovação, maior valorização das produções regionais e diversificação das actividades e pela preservação e melhoria do enorme contributo da actividade agro-florestal para o trinómio ambiente - paisagem rural - herança cultural, que constrói a

³ Destacam-se as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA), o Plano Sectorial da Rede natura 2000 (PN200), o Plano Regional da Água (PRA), os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas (POBHL), a Estratégia Regional para as Florestas (ERF), o Plano Tecnológico dos Açores (PTA), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS) e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB).

“Imagem dos Açores”, contribui para a qualidade de vida das populações e é alavanca para o desenvolvimento de todos os sectores, nomeadamente do turismo.

Em síntese, e tendo em conta que a estratégia se desenvolverá em torno das dimensões económica, ambiental e social do sector, que se entrecruzam e complementam, é definido como grande objectivo estratégico global da estratégia de desenvolvimento rural da Região a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva.

Este objectivo tem subjacente a definição da promoção da competitividade como o eixo central da política de desenvolvimento rural a desenvolver, assumindo-se que o desenvolvimento rural sustentável depende, em 1ª instância, da capacidade do sector agro-florestal para criar riqueza e da competitividade e qualificação das suas empresas e agentes.

Contudo, e como resulta claro do objectivo global definido, o conceito de competitividade utilizado vai muito para além da perspectiva micro - capacidade das empresas regionais para produzir produtos e prestar serviços que respondam à procura dos mercados internos e externos, de forma consistente e lucrativa, e mantendo ou ganhando quotas de mercado - incorporando a capacidade dos territórios rurais para gerir correctamente e valorizar o seu património natural e rural e para promover a sua revitalização socio-económica reforçando a governança e as estratégias locais (abordagem LEADER) e a sua atractibilidade enquanto locais para viver, trabalhar e visitar.

Este objectivo global deve ainda ser prosseguido tendo em conta o contributo da política de desenvolvimento rural para a coesão territorial e social e as consequentes políticas regionais activas de diminuição das assimetrias intra regionais.

Por último assume-se que o sucesso da execução da estratégia regional de desenvolvimento rural dependerá fortemente da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial que pressupõe a participação e responsabilização de todos os agentes na concepção e gestão das políticas.

Em resumo, a estratégia regional para o desenvolvimento rural assenta num grande objectivo global e em 5 objectivos estratégicos, 3 correspondentes a áreas temáticas e que abrangem os 4 eixos prioritários definidos pela política comunitária de desenvolvimento rural, e 2 de natureza transversal a toda a estratégia:

| Objectivos Estratégicos | | Correspondência com os Eixos da política comunitária |
|---------------------------|---|---|
| 3 Objectivos Temáticos | 1. Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal | Eixo 1. Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal |
| | 2. Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais | Eixo 2. Melhoria do ambiente e da paisagem rural |
| | 3. Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais | Eixo 3. Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural Eixo 4. LEADER |
| 2 Objectivos Transversais | 4. Reforçar a coesão territorial e social | |
| | 5. Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial | |

Para concretização da estratégia, o PRORURAL desenvolver-se-á em torno dos 4 Eixos definidos para a política comunitária de desenvolvimento rural, de forma articulada e complementar. Tendo em conta os resultados da avaliação da situação de base, os objectivos definidos e os diversos instrumentos de política que contribuirão para a concretização da estratégia definida, esta assentará nos domínios prioritários de actuação (Sub-objectivos), por Eixo, a seguir identificados.

Eixo 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

- Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal, promovendo a formação e qualificação das pessoas em actividade no sector, os serviços e as acções destinados à divulgação e actualização contínua de conhecimentos, assim como o rejuvenescimento da população agrícola e alterações estruturais significativas em explorações transferidas.
- Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-florestal, através da promoção da cooperação e da organização para o mercado de todos os agentes que actuam nas diversas fileiras de produção; da criação de novos produtos, processos e tecnologias que valorizem as produções regionais, de investimentos materiais e imateriais destinados à modernização e reestruturação das empresas do sector e ao aumento da qualidade e do valor acrescentado da produção; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais.
- Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, através do desenvolvimento e requalificação da rede de caminhos agrícolas e rurais e das estruturas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica; de operações relacionadas com

o ordenamento agrário e a estruturação fundiária, e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da actividade florestal.

Estas prioridades e respectivos domínios de actuação responderão ao objectivo estratégico de “Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal”:

- Contribuindo para a ultrapassagem dos principais pontos fracos/disparidades: a especialização agro-alimentar em produtos de baixo valor acrescentado, o défice de gestão empresarial e de organização dos produtores para o mercado, a fraca capacidade de inovação, os baixíssimos níveis de instrução e qualificação da população agrícola, a pequena dimensão e fragmentação das explorações, a população agrícola envelhecida, a necessidade de multiplicação e elevados custos das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal.
- Potenciando os principais pontos fortes: as vantagens naturais da região para a produção de leite e carne, a existência de uma fileira do leite estruturada, a produção de produtos agrícolas específicos e de elevada qualidade, o potencial de produção de produtos agro-alimentares de qualidade diferenciada, a existência de bons sistemas de controlo da sanidade animal e vegetal, a existência de Universidade e de centros de investigação e desenvolvimento.
- Tirando partido do potencial/ oportunidades: o potencial de crescimento do mercado interno através do desenvolvimento do turismo, o potencial de valorização e diferenciação dos produtos regionais, por via da “Imagem Açores”, o aparecimento de condições para a procura de articulação entre os sistemas de produção, difusão e aplicação da ciência e tecnologia e as produções regionais, a crescente procura por produtos de qualidade.
- Minorando os efeitos das ameaças: o crescente aprofundamento do fenómeno da globalização, a elevada dependência do sector agro-alimentar de centros de decisão exteriores à Região e ao País, a tendência para o envelhecimento da população agrícola e para a desertificação humana de algumas ilhas, a evolução da PAC e das negociações no âmbito da OMC.

A concretização da estratégia definida através do Eixo 1 está articulada e é complementada com a programação regional em matéria de Coesão e a programação que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das RUP (“Sub-programa da Região Autónoma dos Açores “Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana”).

No 1º caso, as intervenções do PRORURAL no domínio da qualificação e da formação profissional assumem um carácter complementar das intervenções do FSE (PROEMPREGO), que se concentrarão nos cursos ou formações que fazem parte de programas ou sistemas normais de ensino agrícola e florestal. Quanto às intervenções do FEDER (PROCONVERGÊNCIA), registar-se-á também uma forte complementaridade e articulação com medidas do Eixo 1: “Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores”, do respectivo Programa, particularmente no que se refere às medidas destinadas a dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas.

No 2º caso, o domínio específico da melhoria da qualidade da produção e dos produtos agrícolas será tratado primordialmente no âmbito da Medida “Ajudas à melhoria da capacidade de acesso aos mercados”, daquele Sub-programa, que prossegue os mesmos objectivos definidos para o Eixo 1 do PRORURAL, evitando, deste modo, sobreposições entre Medidas e proporcionando sinergias entre os 2 Programas e um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

O Eixo 1 integrará 11 Medidas cuja designação e respectivos objectivos específicos constam do Quadro seguinte:

Quadro 45 - EIXO 1 - Designação e objectivos das medidas

| Objectivos Estratégicos temáticos | Eixos | Domínios Prioritários (Sub-objectivos) | Objectivos das Medidas (Objectivos específicos) | Medidas | | |
|--|---|--|---|---------|---|---------------|
| | | | | Código | Designação | Código CE |
| Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal | EIXO 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal | Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal | Assegurar um nível apropriado de formação técnica e económica e de conhecimentos aos activos do sector agrícola, florestal e agro-alimentar, que permita acompanhar os requisitos da evolução do sector agro-florestal | 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 111 |
| | | | Facilitar a instalação de jovens agricultores e os ajustamentos estruturais das suas explorações | 1.2 | Instalação de jovens agricultores | 112 |
| | | | Assegurar uma alteração estrutural significativa em explorações transferidas. | 1.3 | Reforma antecipada | 113 |
| | | | Melhorar a gestão sustentável das explorações e ajudar os agricultores e proprietários florestais a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão e o desempenho das suas explorações | 1.4 | Serviços gestão e aconselhamento | 114, 115 |
| | | Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-alimentar | Melhorar o desempenho económico das explorações agrícolas através de um melhor uso dos factores de produção, incluindo a introdução de novas tecnologias e da inovação. | 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | 121 |
| | | | Alargar o valor económico das florestas, aumentar a diversificação da produção e potenciar as oportunidades de mercado, mantendo uma gestão sustentável. | 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | 122 |
| | | | Melhorar a transformação e comercialização de produtos primários da agricultura e floresta através de investimentos relacionados com a modernização e reestruturação das empresas relacionados, nomeadamente, com novas tecnologias e novas oportunidades de mercado. | 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | 123 |
| | | | Aproveitar as oportunidades de mercado através da disseminação de abordagens inovadoras relacionadas com o desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias. | 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | 124 |
| | | | Actuar ao nível da adequação dos sistemas de financiamento e gestão de risco à especificidade das empresas e projectos inerentes às actividades produtivas do sector agrícola, florestal e alimentar, contribuindo para o aumento da competitividade do sector. | 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | 121, 122, 123 |
| | | | Restabelecimento do potencial de produção agrícola afectado por catástrofes naturais e introdução de medidas de prevenção adequadas que contribuam para a competitividade. | 1.10 | Catástrofes naturais | 126 |
| | | Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal | Melhorar as infra-estruturas necessárias ao aumento da competitividade do sector agrícola e florestal. | 1.11 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 125 |

Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural

- Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas, através de apoios à manutenção da actividade agrícola em todo o território da região (zona desfavorecida).
- Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas, através do incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, nomeadamente nas zonas Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; e do apoio a investimentos não produtivos com objectivos ambientais.
- Promoção da gestão sustentável das terras florestais, através do apoio ao alargamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais, nomeadamente nas zonas Natura 2000, contribuindo para a protecção da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas florestais, a atenuação das alterações climáticas, o reforço do papel protector das florestas quanto aos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais no potencial silvícola.

Estas prioridades e respectivos domínios de actuação responderão ao objectivo estratégico de “Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais”:

- Contribuindo para a ultrapassagem dos principais pontos fracos/disparidades: o risco de marginalização elevado, a deficiente gestão dos efluentes da pecuária, quando se verificam maiores concentrações animais, os conflitos pontuais entre uso agrícola e ambiental, a eutrofização de massas de água superficiais, a fileira florestal incipiente.
- Potenciando os pontos fortes: a ocupação do solo dominada por pastagens permanentes, favoráveis para a conservação do solo, o potencial de fixação de carbono (sumidouro de CO₂) associado ao elevado índice de pastagens permanentes, a importância significativa de áreas integrando sistemas de produção extensiva, a existência de um património natural rico e diversificado com significativo índice de biodiversidade, o grande valor paisagístico e cultural associado à actividade agrícola, a existência de importantes áreas com coberto natural ou floresta, a crescente informação, preocupação e sensibilidade ambiental das instituições e populações.
- Tirando partido do potencial/oportunidades: a valorização socio-económica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios, o potencial associado ao aproveitamento da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável, a crescente procura por produtos naturais e saudáveis e actividades de lazer associadas ao ambiente em espaço rural, o reconhecimento internacional do património paisagístico, biológico e geológico da Região.
- Minorando os efeitos das ameaças: a tendência para desertificação humana de algumas ilhas, as dificuldades no controlo de espécies invasoras, que ameaçam o valor das zonas naturais, a introdução de novas infestantes, pragas e doenças, que prejudicam as culturas, a intensificação da produção pecuária, as consequências das alterações climáticas.

O Eixo 2 integrará 4 Medidas cuja designação e respectivos objectivos específicos constam do Quadro seguinte:

Quadro 46 - EIXO 2 - Designação e objectivos das medidas

| Objectivos Estratégicos temáticos | Eixos | Domínios Prioritários (Sub-objectivos) | Objectivos das Medidas (Objectivos específicos) | Medidas | | |
|--|---|--|--|---------|---|-----------------------------------|
| | | | | Código | Designação | Código CE |
| Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais | EIXO 2-Melhoria do Ambiente e da Paisagem rural | Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas | Contribuir para o uso continuado das terras agrícolas em todo o território (todo o território da RAA é classificado como “zona desfavorecida”), mantendo a paisagem rural e promovendo sistemas agrícolas sustentáveis. | 2.1 | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | 212 |
| | | Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas | Responder ao aumento da procura de serviços ambientais, encorajando os agricultores e outros gestores do espaço rural a introduzir ou manter métodos de produção agrícola compatíveis com a protecção e melhoria do ambiente, paisagem, recursos naturais, solo e diversidade genética e que ultrapassem as normas obrigatórias; e ajudar os agricultores a enfrentar desvantagens específicas que resultam da implementação das Directivas do Conselho relativas à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens. | 2.2 | Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000 | 213, 214 |
| | | | Apoiar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito de medidas agro-ambientais ou de outros objectivos ambientais e o aumento do carácter de utilidade pública de uma zona Natura 2000 ou de outras zonas de elevado valor natural. | 2.3 | Investimentos não produtivos | 216 |
| | | Promoção da gestão sustentável das terras florestais | Alargar os recursos florestais em terras agrícolas e não agrícolas, promover a combinação de sistemas de agricultura extensiva e de silvicultura, responder ao aumento da procura de serviços ambientais e ajudar os silvicultores a enfrentar desvantagens específicas que resultam da implementação das Directivas do Conselho relativas à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens, contribuindo para a protecção do ambiente e da biodiversidade, a preservação de ecossistemas florestais, a prevenção de riscos naturais e a atenuação das alterações climáticas e reforçando o papel protector das florestas quanto à erosão dos solos, à manutenção dos recursos hídricos e da qualidade das águas e aos riscos naturais. Apoiar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito de medidas silvo-ambientais ou de outros objectivos ambientais e o aumento do carácter de utilidade pública das zonas florestais em questão. Restabelecer o potencial silvícola em florestas atingidas por catástrofes naturais e incêndios e apoiar a introdução de medidas de prevenção adequadas. | 2.4 | Gestão do espaço florestal | 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227 |

Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

- Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural, através da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, da criação e desenvolvimento de micro-empresas e do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.

- Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da criação e desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e população rurais e da promoção da conservação e valorização do património rural.
- Desenvolvimento de competências ao nível local, através da promoção do potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local.

Estas prioridades e respectivos domínios de actuação responderão ao objectivo estratégico de “Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais”:

- Contribuindo para a ultrapassagem dos principais pontos fracos/disparidades: a exiguidade e o envelhecimento da população, a pouca capacidade da região para fixar e atrair residentes, os baixos índices de desenvolvimento económico e social, os problemas de integração social, a pouca diversificação da economia rural, o insucesso e abandono escolares elevados, a necessidade de multiplicação de infra-estruturas e de serviços básicos, os sobrecustos associados ao desenvolvimento das diversas actividades económicas e sociais.
- Potenciando os principais pontos fortes: a grande pluri-actividade da população agrícola, a base de estrutura familiar na agricultura, a forte ruralidade da Região associada a um herança natural, paisagística, patrimonial e cultural muito rica, um mercado de trabalho caracterizado por baixas taxas de desemprego e pelo crescimento da população activa por via do segmento feminino, o aparecimento do turismo como sector económico emergente, a existência de dinâmicas locais, com intervenção de associações de desenvolvimento local.
- Tirando partido do potencial/oportunidades: as potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura, a identificação dos Açores como local natural, rural e com identidade própria, potenciando o aproveitamento do aumento da procura do turismo em espaço rural e do turismo da natureza.
- Minorando os efeitos das ameaças: a tendência para o envelhecimento da população, o risco de desertificação humana de algumas ilhas e a possibilidade de retoma do fluxo emigratório/migratório.

Como seria de esperar numa região predominantemente rural e com as características dos Açores, estas prioridades e domínios de actuação estão articulados e são complementados com a programação regional em matéria de Coesão, assumindo um carácter claramente complementar das intervenções do PROCONVERGÊNCIA e, em menor grau, do PROEMPREGO, que serão dominantes em termos de recursos financeiros alocados aos mesmos objectivos. Verificar-se-á ainda complementaridade e articulação com algumas intervenções do FEP (PROPESCAS) integradas no “Eixo prioritário 4: desenvolvimento sustentável das zonas de pesca”.

O Eixo 3 integrará 3 Medidas cuja designação e respectivos objectivos específicos constam do Quadro seguinte:

Quadro 47 - EIXO 3 - Designação e objectivos das medidas

| Objectivos Estratégicos temáticos | Eixos | Domínios Prioritários (Sub-objectivos) | Objectivos das Medidas (Objectivos específicos) | Medidas | | |
|---|--|---|---|---------|---|---------------|
| | | | | Código | Designação | Código CE |
| Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais | EIXO 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural | Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural | Promover a diversificação das actividades agrícolas em favor de actividades não agrícolas, desenvolver actividades não agrícolas e promover o emprego. | 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 311, 312, 313 |
| | | Promoção da Qualidade de vida nas zonas rurais | Melhorar os serviços básicos e apoiar a realização de investimentos que tornem as zonas rurais mais atractivas, a fim de inverter as tendências de declínio económico e social e de despovoamento das zonas rurais da Região. | 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 321, 323 |
| | | Desenvolvimento de competências ao nível local | Promover o potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local. | 3.3 | Formação e informação | 331 |

Eixo 4 - LEADER

- A integração da Abordagem LEADER na programação, através da prossecução dos objectivos do Eixo 3, incluindo a execução de estratégias locais de desenvolvimento, a execução de projectos de cooperação, o funcionamento dos GAL e a aquisição de competências e a animação dos territórios.

Este eixo, com uma prioridade única, responde integralmente ao objectivo estratégico de “Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais”, assumindo as prioridades do Eixo 3 e integrando 3 Medidas cuja designação e respectivos objectivos específicos constam do Quadro seguinte.

Quadro 48 - EIXO 4 - Designação e objectivos das medidas

| Objectivos Estratégicos temáticos | Eixos | Domínios Prioritários (Sub-objectivos) | Objectivos das Medidas (Objectivos específicos) | Medidas | | |
|---|-----------------|---|--|---------|---|-----------|
| | | | | Código | Designação | Código CE |
| Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais | EIXO 4 - LEADER | Integração da Abordagem LEADER na programação | Execução de estratégias locais de desenvolvimento prosseguindo os objectivos do Eixo 3 | 4.1 | Execução de estratégias locais de desenvolvimento | 413 |
| | | | Promover a cooperação e as boas práticas | 4.2 | Cooperação LEADER | 421 |
| | | | Aumentar a capacidade de implementação do LEADER | 4.3 | Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios | 431 |

Meios financeiros para a execução da estratégia

O balanço da repartição financeira indicativa entre Eixos reflecte a estratégia e prioridades definidas, tendo em atenção a complementaridade com as intervenções do FEDER/FSE/FEP e do Sub-programa “Adaptação da Política Agrícola Comum à Realidade Açoriana”, bem como os compromissos transitados do anterior período de programação:

Quadro 49 - Repartição financeira indicativa entre eixos

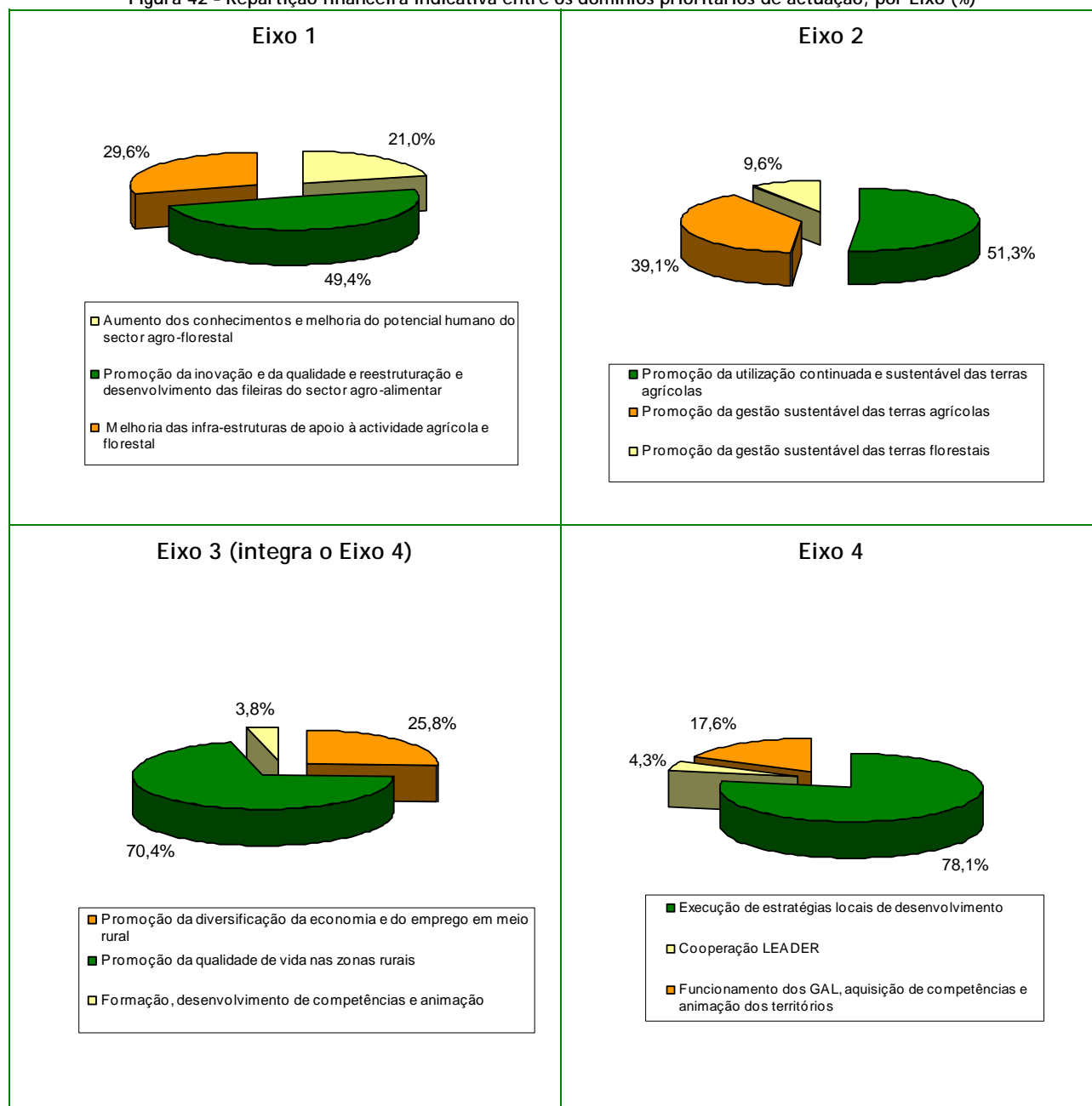
| Eixo 1 | Eixo 2 | Eixo 3 | Eixo 4 |
|--------|--------|--------|--------|
| 45-50% | 40-45% | 10-12% | 5-8% |

Comparativamente com o anterior período de programação (PRODESA, PDRu-Açores e PIC LEADER+), a estratégia agora definida mantém o predomínio da alocação de recursos aos domínios do Eixo 1, reforça substancialmente os recursos alocados aos domínios do Eixo 2, passa a contemplar no Eixo 3 recursos destinados a domínios anteriormente abrangidos por intervenções do FEDER e FSE e reforça os recursos destinados à execução da abordagem LEADER.

Tendo em atenção, por um lado, a experiência do passado e os desafios que se colocam para o futuro, nomeadamente no que se refere ao novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas que se iniciará na Região e às perspectivas de evolução da PAC e, por outro, os domínios prioritários de actuação, identificam-se como factores-chave (alavancas) para o sucesso da execução da estratégia: a qualidade, a inovação, a sustentabilidade, a qualificação, a cooperação, a organização e o empreendedorismo.

A repartição financeira indicativa entre domínios prioritários de actuação do PRORURAL, por Eixo, está reflectida na figura seguinte:

Figura 42 - Repartição financeira indicativa entre os domínios prioritários de actuação, por Eixo (%)



Impacto

A estratégia definida assentou na análise *swot* da situação regional de partida desenvolvida com base, nomeadamente, num conjunto de indicadores de caracterização definidos no “Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação” (QCAA) - indicadores de base relacionados com os objectivos do programa (36) e relacionados com o contexto (23) - que se encontram sistematizados no Anexo I.

Estes indicadores, repartidos pelos 4 eixos estratégicos definidos pelo Regulamento (CE) 1698/2005, permitirão igualmente, ao longo do período de programação e após a sua conclusão, acompanhar os principais desenvolvimentos ocorridos na Região em matéria de desenvolvimento rural e a respectiva contribuição do PRORURAL.

Por outro lado, o impacto global do programa, que vai para além dos efeitos imediatos nos beneficiários directos das várias medidas a implementar, será aferido através de um conjunto de indicadores de impacto (7) também definido no QCAA e que estão relacionados com os objectivos mais gerais do programa.

O quadro seguinte apresenta os indicadores de impacto do programa (e respectivos sub-indicadores), a situação de partida (quando disponível) e as medidas que mais contribuirão para a evolução dos indicadores definidos.

Quadro 50 - Indicadores de Impacto do PRORURAL

| Indicadores | | | | Situação de Partida | | | Medidas que mais contribuem para os indicadores |
|-------------|--|------------------------------------|---------|--|-------------------|-------|--|
| N.º | Designação | Medida do Indicador* | Unidade | Fonte | Ano de Referência | Valor | |
| 1 | Crescimento económico | | | | | | |
| 1.1 | Crescimento económico do sector agro-florestal | Valor acrescentado bruto adicional | M€ | INE, Contas Regionais Definitivas 2000-2003 (Base 2000) | 2003 | 231 | 1.2, 1.3, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11, 3.1, 3.2, 4.1 |
| 1.2 | Crescimento económico dos sectores não primários | | | | | 2.143 | |
| 1.3 | Crescimento económico do sector agro-industrial | | | Estimativa ⁴ com base em INE, Estatísticas das Empresas | 2003 | 46,3 | |

⁴ Estimativa realizada pela equipa da Avaliação ex-ante

Quadro 50 - Indicadores de Impacto do PRORURAL (continuação)

| Indicadores | | | | Situação de Partida | | | Medidas que mais contribuem para os indicadores |
|-------------|---|---|------------------------------|--|-------------------|--------------------------|--|
| N.º | Designação | Medida do Indicador* | Unidade | Fonte | Ano de Referência | Valor | |
| 2 | Criação de emprego | Evolução da população empregada | n.º de indivíduos | SREA, Inquéritos ao Emprego | 2006 | 107.500 | Todas com destaque para 1.2, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 3,1, 3.2, 4,1, 4.2 |
| 2.1 | Criação de emprego, por género (H/M) | | | | | 66.763 / 40.737 | |
| 2.2 | Criação de emprego, por idade (< 25 anos/>25 anos) | | | | | 15.439 / 92.061 | |
| 2.3 | Criação de emprego por sector (SP/SS/ST) | | | | | 13.362 / 27.851 / 66.287 | |
| 2.4 | Criação de emprego no sector agrícola | Acréscimo líquido de emprego | UTA | INE, IEEA 2005 | 2005 | 12.423 | |
| 2.5 | Criação de emprego no sector florestal | | ETC | DRRF, Inquérito às empresas florestais | 2004 | 1.013 | |
| 2.6 | Criação de emprego no sector agro-industrial | | ETC | nd | | | |
| 2.7 | Criação de emprego noutros sectores em meio rural | | ETC | nd | | | |
| | | | | | | | |
| 3 | Produtividade do trabalho | | | | | | |
| 3.1 | Produtividade do trabalho no sector agro-florestal | Evolução do VAB/população empregada | 1.000€/ UTA | INE, Contas Regionais Definitivas de 2000-2003 (Base 2000) e INE-IEEA 2003 | 2003 | 16,706 | 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 |
| 3.2 | Produtividade do trabalho no sector agro-industrial | | 1.000€/ ETC | nd | | | |
| | | | | | | | |
| 4 | Inversão do declínio da biodiversidade | Alterações na tendência de declínio da biodiversidade medida através da população de aves comuns em zonas agrícolas | %, + apreciação qualitativa | nd | | | 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 |
| | | | | | | | |
| 5 | Manutenção do elevado valor natural das terras agrícolas e florestais | Alterações quantitativas e/ou qualitativas nas zonas de elevado valor natural | ha, + apreciação qualitativa | nd | | | 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 |
| | | | | | | | |
| 6 | Melhoria da qualidade da água | Alterações no balanço bruto de nutrientes (excesso de azoto) | valor (kg/ha) e tendências | SRAM | 2001 | 60 | 1.2, 1.5, 1.12, 2.2, 2.4 |
| | | | | | | | |
| 7 | Contribuição para o combate às alterações climáticas | Aumento da produção de energias renováveis a partir da agricultura e floresta | Kroes ou Ktons | SRAF | 2006 | 0 | 1.5, 1.6, 1.7 3.1, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 |

* Sempre que necessário, e por razões de indisponibilidade de informação estatística, foram adaptadas as medidas dos indicadores propostas pelo QCAA

nd - não disponível

Para os indicadores n.ºs 4 e 5 não foi possível obter informação em tempo útil. Relativamente ao indicador n.º 4 a informação actualmente disponível a nível nacional resulta do “Censo de Aves Comuns” lançado pela Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves (SPEA), que é um programa de monitorização a longo prazo de aves comuns nidificantes e seus habitats, em Portugal. O Censo iniciou-se em 2004, no Continente e na Madeira, sendo 2007 o ano piloto para os Açores. A parceria entre as autoridades regionais competentes, a SPEA e o sistema estatístico nacional permitirá, no futuro próximo, proceder à monitorização deste indicador na Região. Quanto ao indicador n.º 5, espera-se que esteja disponível em breve através de um trabalho conjunto a realizar pela Secretaria Regional de Agricultura e Florestas (SRAF) e a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), que terá em devida conta as sugestões apresentadas pela equipa da Avaliação ex-ante. Em qualquer caso, espera-se que o programa tenha um impacto positivo nestes dois indicadores, contribuindo, no mínimo, para a manutenção das populações de aves comuns em zonas agrícolas e florestais e das áreas de elevado valor natural.

Tendo em atenção a estratégia definida e as medidas escolhidas para a sua implementação, o impacto do PRORURAL deverá também ser particularmente positivo no que se refere aos indicadores n.ºs 1 e 3 e positivo mas menos acentuado relativamente ao indicador n.º 2. No que respeita a este indicador convém também realçar que o PRORURAL, através de um conjunto de medidas de apoio ao rendimento e ao investimento, contribuirá fortemente para evitar o abandono da actividade agrícola e a perda de emprego no sector agro-florestal.

Relativamente aos indicadores n.ºs 6 e 7, e tendo em atenção a tipologia de medidas e o universo de potenciais beneficiários, o impacto da intervenção do FEADER será menos relevante. Contudo várias medidas previstas no PRORURAL contribuem muito positivamente para o combate às alterações climáticas com destaque para os apoios à extensificação da produção pecuária, as medidas florestais, os incentivos à modernização do parque de máquinas agrícolas da Região (permitindo a saída de funcionamento de máquinas com tecnologias mais poluidoras), ou o destaque e prioridade dados em várias medidas a investimentos em energias renováveis.

A quantificação dos impactos esperados do programa foi realizada pela equipa da Avaliação *Ex-Ante* (pontos 3.3 e 4.2), tendo em conta os indicadores de output e de resultados estimados no programa para cada uma das medidas escolhidas (ponto 5) e as suas próprias estimativas (Anexo II).

Finalmente importa salientar a forte complementaridade e sinergias do PRORURAL com outros programas co-financiados por Fundos comunitários, com particular destaque para o Sub-programa da Região Autónoma dos Açores “Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana”, o PROCONVERGÊNCIA e o PROEMPREGO, que permitirão reforçar positivamente os impactos económicos, sociais e ambientais do programa nas zonas rurais da Região.

3.3. Avaliação EX-ANTE

A Avaliação ex-ante completa do PRORURAL é apresentada no **Anexo IV**.

3.4. Impacto do anterior período de programação

No período de programação 2000-2006 a política de desenvolvimento rural regional co-financiada pelo FEOGA foi desenvolvida com base em 3 instrumentos de programação:

- O PRODESA, componente FEOGA-O, integrando as seguintes medidas: Medida 2.1-“Promoção do desenvolvimento sustentado das zonas rurais”, a Medida 2.2- “Incentivos à modernização e diversificação do sector agro-florestal” e a Medida 6.2-“Assistência técnica FEOGA-O”. A formação profissional agrícola foi financiada pela componente FSE do PRODESA.
- O PDRu-Açores, co-financiado pelo FEOGA-G, integrando as seguintes intervenções: “Indemnizações compensatórias”, “Medidas Agro-ambientais”, “Reforma antecipada” e “Florestação de Terras Agrícolas”.
- O PIC LEADER +, co-financiado pelo FEOGA-O, gerido a nível nacional e desenvolvido nos Açores por 4 GAL.

As dotações iniciais e finais dos 3 instrumentos de programação são as seguintes:

Quadro 51 - Desenvolvimento Rural: dotações iniciais e finais do FEOGA, para o período 2000-2006

Mil euros, preços correntes

| Instrumentos de Programação | Fundo | Dotações iniciais | Peso | Dotações finais* | Peso |
|-----------------------------|---------|-------------------|---------------|------------------|---------------|
| PRODESA | FEOGA-O | 133.254 | 50,1% | 139.202 | 51,1% |
| LEADER + | FEOGA-O | 10.741 | 4,0% | 12.316 | 4,5% |
| PDRu-Açores | FEOGA-G | 122.206 | 45,9% | 120.963 | 44,4% |
| Total | | 266.201 | 100,0% | 272.481 | 100,0% |

* Com reservas de eficiência e reprogramações

Fonte: Autoridades de Gestão do PRODESA, PDRu e LEADER+

No quadro seguinte apresenta-se a situação da despesa aprovada no período 2000-2005, por grandes domínios de intervenção do apoio ao desenvolvimento rural.

Quadro 52 - Apoio ao Desenvolvimento Rural 2000-2006: PRODESA, PDRu Açores e LEADER+, aprovações 2000-2005, por grandes domínios de intervenção

| Grandes domínios de intervenção | Candidaturas (nº) | Custo Total (€) | Despesa Pública (DP) (€) | | | Participação Privada (€) | Peso no total da DP (%) |
|--|-------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------------|
| | | | Total | FEOGA | Recursos Públicos Nacionais | | |
| Investimentos nas explorações agrícolas | 5.001 | 36.238.376,24 | 18.911.568,27 | 14.741.042,50 | 4.170.525,77 | 17.326.807,97 | 6,0% |
| Instalação de jovens agricultores | 204 | 4.554.000,00 | 4.554.000,00 | 3.870.900,00 | 683.100,00 | 0,00 | 1,5% |
| Reforma antecipada* | 900 | 32.773.253,63 | 32.773.253,63 | 24.626.080,64 | 8.147.172,99 | 0,00 | 10,5% |
| Zonas desfavorecidas * | 3.900 | 41.662.649,59 | 41.662.649,59 | 35.413.252,16 | 6.249.397,43 | 0,00 | 13,3% |
| Medidas agro-ambientais* | 1.730 | 40.820.578,38 | 40.820.578,38 | 33.573.166,40 | 7.247.411,98 | 0,00 | 13,0% |
| Transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais | 33 | 118.516.034,20 | 74.472.490,39 | 49.418.503,99 | 25.053.986,40 | 44.043.543,81 | 23,8% |
| Florestação de terras agrícolas* | 110 | 5.864.400,42 | 5.825.250,29 | 4.404.172,84 | 1.421.077,45 | 39.150,13 | 1,9% |
| Outras medidas florestais | 312 | 4.517.923,91 | 3.619.086,81 | 2.238.638,32 | 1.380.448,49 | 898.837,10 | 1,2% |
| Serviços essenciais para a economia e população rurais | 62 | 3.969.840,82 | 2.853.023,75 | 2.425.070,19 | 427.953,56 | 1.116.817,07 | 0,9% |
| Gestão dos recursos hídricos agrícolas | 11 | 14.806.506,38 | 14.806.506,38 | 12.585.530,43 | 2.220.975,95 | 0,00 | 4,7% |
| Infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento da agricultura | 20 | 54.972.049,74 | 54.972.049,74 | 46.726.242,29 | 8.245.807,45 | 0,00 | 17,5% |
| Catástrofes naturais | 939 | 2.004.948,06 | 2.004.948,06 | 1.704.206,01 | 300.742,05 | 0,00 | 0,6% |
| LEADER+ | 602 | 21.844.473,75 | 15.330.056,10 | 11.201.750,15 | 4.128.305,95 | 6.514.417,65 | 4,9% |
| Assistência técnica FEOGA-O | 1 | 780.000,00 | 780.000,00 | 663.000,00 | 117.000,00 | 0,00 | 0,2% |
| Avaliação PDRu | 1 | 7.571,44 | 7.571,44 | 3.785,72 | 3.785,72 | 0,00 | 0,0% |
| TOTAL | | 383.332.606,56 | 313.393.032,83 | 243.595.341,64 | 69.797.691,19 | 69.939.573,73 | 100,0% |

* N.º médio de candidaturas/pagamentos anuais

Fontes: Relatórios de execução 2005 do PRODESA, PDRu e LEADER+

Esta repartição evidencia o peso dos domínios “Transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais” (23,8%) e “Infra-estruturas relacionadas com o desenvolvimento da agricultura” (17,5%) no apoio ao desenvolvimento rural da região no período 2000-2006.

Estes 2 domínios concentravam, em 31-12-2005, cerca de 41% da despesa pública aprovada, e traduziram-se, essencialmente, em fortes investimentos de modernização e reestruturação da indústria de lacticínios regional e da Rede Pública Regional de Abate e na construção e beneficiação de caminhos agrícolas e estruturas de abastecimento de água às explorações.

Com cerca de 26% da despesa pública aprovada, surgem, em seguida, os apoios às “Zonas desfavorecidas” (13,3%) e as “Medidas agro-ambientais” (13%). A “Reforma antecipada”, com 10,5% da despesa pública aprovada, surge logo a seguir destinando-se grande parte desta despesa ao pagamento de compromissos assumidos no período de programação 1994-1999. Os “Investimentos nas explorações agrícolas”, com o maior número de candidaturas aprovadas, concentravam, em 31-12-2005, 6% da despesa pública aprovada. Por fim o destaque vai para o PIC LEADER +, com cerca de 5% da despesa pública aprovada em 31-12-2005.

Alguns domínios/sub-domínios de intervenção, não obstante estarem previstos no PRODESA - componente FEOGA-O, não tiveram execução até 31-12-2005, nem têm execução prevista no âmbito da programação 2000-2006:

- Medidas florestais em áreas florestais públicas (acção 2.1.3 do PRODESA) - As disponibilidades do Fundo e a prioridade dada a outras tipologias de projectos públicos determinaram a execução nula desta acção, que não chegou a ser regulamentada. Vários projectos públicos enquadráveis nesta acção foram executados ao abrigo do Plano de Investimentos da Administração Regional.
- Valorização do espaço natural e do património rural (acção 2.1.4 do PRODESA) - As disponibilidades do Fundo e a prioridade dada a outras tipologias de projectos determinaram a execução nula desta acção, que não chegou a ser regulamentada. Vários projectos enquadráveis nesta acção foram executados ao abrigo do Plano de Investimentos da Administração Regional e do LEADER+.
- Produtos de qualidade (acção 2.2.5 do PRODESA) - Acção regulamentada tardiamente e sem candidaturas apresentadas pelos potenciais beneficiários. Vários projectos enquadráveis nesta acção foram executados ao abrigo do Plano de Investimentos da Administração Regional.
- Engenharia financeira (acção 2.2.7 do PRODESA) - As disponibilidades do Fundo e as dificuldades de implementação determinaram a execução nula desta acção, que não chegou a ser regulamentada.

Por fim refiram-se as intervenções da componente FSE do PRODESA na área agrícola que totalizaram, até 31 de Dezembro de 2005, uma despesa pública de cerca de 1,6 milhões de euros. Estas intervenções centraram-se na formação profissional de jovens agricultores instalados ou em fase de instalação, na formação dirigida a jovens com vista à sua integração no mercado de trabalho através de cursos agrícolas específicos integrados no Sistema de Aprendizagem, e em cursos temáticos dirigidos a agricultores instalados e técnicos, com vista à actualização e aperfeiçoamento de competências e conhecimentos.

Os impactos globais dos programas sobre a realidade social, económica e ambiental regional só poderão ser medidos a médio e longo prazo e à medida que forem sendo disponibilizados os dados estatísticos pertinentes. Do ponto de vista qualitativo pode afirmar-se que a execução dos programas teve e terá um feito positivo determinante sobre a competitividade da economia, particularmente do sector agrícola e alimentar ligado às fileiras de leite e da carne, a sustentabilidade dos métodos de produção, a manutenção da paisagem e da biodiversidade e o combate ao abandono das zonas rurais, em particular das ilhas com menor sustentabilidade económica e social.

Nos relatórios de execução do PRODESA, PDRU E LEADER estão disponíveis, para cada domínio/sub-domínio de intervenção, os indicadores de acompanhamento e, quando existem objectivos quantificados predefinidos, as respectivas taxas de realização.

Sumário dos resultados das avaliações

Em geral, as estratégias seguidas e as medidas escolhidas foram consideradas adequadas à realidade regional, tendo em atenção os enquadramentos regulamentares comunitários. O grau de realização financeira e física das principais medidas é também considerado globalmente positivo.

No caso particular do PRODESA e do PDRu as avaliações relevam o facto da actividade agrícola constituir um factor determinante para o rendimento da população açoriana, sendo destacado que a economia da Região é fortemente vulnerável a qualquer factor que fragilize essa fonte de rendimento. Tendo em atenção esta vulnerabilidade, é evidenciada a necessidade da Região ter uma especial atenção, na futura programação, às alterações previsíveis da PAC e às suas consequências para o sector agrícola e para a economia regional como um todo. Neste contexto, consideram essencial que a Região possa continuar a beneficiar de derrogações e majorações de apoios ao abrigo do seu estatuto de RUP. É ainda fortemente recomendada uma aposta futura num maior envolvimento do sistema de investigação científica regional na valorização e diversificação da produção agrícola regional.

Releve-se ainda que em todas as avaliações é enfatizada a forte ligação da actividade agro-florestal regional com o ambiente, a paisagem e a cultura, que, por sua vez, se constituem como as principais potencialidades para o desenvolvimento de outra actividades, com particular destaque para o turismo.

As diversas avaliações realizadas têm também como ponto comum relevante o facto de apontarem os “Sistemas de Informação” utilizados, todos de âmbito nacional, e os “Sistemas de Indicadores”, complexos e com dificuldades de apuramento, como pontos fracos dos 3 instrumentos de programação.

Apresenta-se em seguida um resumo das principais conclusões e recomendações das avaliações, por grandes domínios de intervenção.

Investimentos nas Explorações Agrícolas (Acção 2.2.1 da Medida 2.2 do PRODESA)

É reconhecido o impacto positivo dos apoios na redução dos custos de produção, sobretudo através dos investimentos em máquinas e alfaia agrícolas e na aquisição de animais reprodutores com padrões genéticos mais produtivos. São apontados 2 factores negativos: a dispersão dos apoios por projectos de pequeníssimas dimensões, com impacto irrelevante na competitividade do sector e elevados custos de gestão, e o fraco contributo do regime de auxílios para a diversificação da actividade agrícola, não obstante a majoração dos apoios aos “sectores de diversificação” e apesar dos objectivos quantificados predefinidos terem sido ultrapassados. É também relevado o facto dos projectos aprovados registarem uma forte concentração nas ilhas de São Miguel e Terceira.

É vivamente recomendado que só sejam aceites candidaturas acima de um montante mínimo de investimento muito superior ao actualmente em vigor. De uma forma geral, é recomendada uma maior aposta na diversificação e inovação produtivas, tendo em atenção a vulnerabilidade e a futura sustentabilidade do sistema produtivo regional (assente na fileira do leite) face às previsíveis evoluções das políticas de mercado, preços e ajudas.

Instalação de jovens agricultores (Acção 2.2.2 da Medida 2.2 do PRODESA)

Regista-se o fraco desempenho da Acção face aos objectivos predefinidos, que, em parte, pode ser atribuído à indisponibilidade de quota leiteira e à elevada burocracia associada aos projectos de “Reforma Antecipada”. Tal como nos projectos de investimento, verifica-se uma excessiva concentração dos prémios aprovados no sector leiteiro e nas ilhas de São Miguel e da Terceira.

As avaliações recomendam, por um lado, a aposta na selecção de agricultores com maiores conhecimentos e maior dinamismo, capazes de se instalarem com sucesso e produzir uma mobilização da agricultura açoriana, eventualmente impondo novas condições de acesso e prolongando o vínculo contratual e, por outro lado que, uma vez seleccionados estes agricultores, lhes sejam proporcionadas melhores condições de instalação, não só através do prémio e majorações já concedidos, como integrando melhor esta medida com a Reforma Antecipada, com a estruturação fundiária e com o apoio diferenciado à mecanização.

Reforma antecipada (intervenção do PDRu)

Esta intervenção, com assinalável *performance* no período 1994-1999, começou a ser aplicada tardiamente e com uma regulamentação bastante mais condicionada (privilegiando como 1º objectivo o “redimensionamento das explorações”, e colocando em 2º lugar o objectivo “rejuvenescimento”), evidenciando uma estratégia de aplicação moderada da intervenção no período 2000-2006, particularmente por razões orçamentais. Não obstante terem sido introduzidas algumas simplificações nos processos de candidatura, estes continuam a ser muito complexos dificultando a sua preparação e análise e a compatibilização com os projectos de “instalação de jovens agricultores”.

Zonas desfavorecidas (intervenção do PDRu)

A aplicação desta intervenção foi considerada globalmente positiva, tendo em atenção os objectivos propostos (em termos de n.º de agricultores e áreas a atingir) e o seu contributo para a manutenção sustentável da actividade agrícola nas zonas desfavorecidas. Constata-se, contudo, que se continuam a verificar desvantagens competitivas importantes comparativamente com regiões não desfavorecidas do Continente português. O objectivo de redução das assimetrias de rendimentos entre ilhas, consubstanciado por apoios mais elevados para as ilhas em que os recursos e os rendimentos são mais frágeis (todas, com excepção das ilhas de São Miguel e da Terceira) poderá não ter sido atingido devido ao facto do regime de apoios não contemplar os agricultores que não exercem a sua actividade a título principal (ATP), com peso importante naquelas ilhas. Por outro lado, as indemnizações atribuídas estão, devido a restrições orçamentais, muito longe dos máximos legalmente permitidos.

As principais recomendações da avaliação foram no sentido do aumento dos apoios, de forma a aumentar o nível de compensação das desvantagens competitivas relativas dos produtores açorianos, e o alargamento da elegibilidade aos agricultores não ATP e pensionistas, na medida que constituem uma larga maioria e contribuem, tal como os restantes, para a manutenção da actividade agrícola nos territórios rurais.

Medidas agro-ambientais (intervenção do PDRu)

Constatou-se que estas medidas permitem atingir efeitos ambientais positivos, mas que, devido à relevância da medida “Manutenção da extensificação da produção pecuária” (cerca de 90% das candidaturas), os seus efeitos se traduzem, sobretudo, num “travão” à intensificação. Todas as restantes medidas têm tido uma fraca adesão e, consequentemente, um impacto ambiental reduzido. Em geral, os apoios atribuídos são considerados insuficientes para cobrir os acréscimos de custos gerados pelos compromissos a assumir. Duas medidas não chegaram a ser regulamentadas: a medida “Agricultura Biológica” por se considerar que a prioridade nesta área deveria ser dada à criação de capacidade técnica suficiente na Região e que o reduzido número de produtores biológicos recenseados e a revisão das expectativas de adesão não justificariam os custos administrativos de abertura da medida; e a medida “Manutenção da paisagem endémica em terrenos agrícolas”, por estar condicionada à aprovação dos planos sectoriais no âmbito da Rede Natura 2000.

Das principais recomendações, que vão no sentido de uma profunda revisão das medidas sem adesão, destacam-se: a criação de projectos - piloto de aplicação selectiva e com objectivos concretos e mensuráveis para algumas zonas abrangidas pela Rede Natura 2000 e pela Directiva Nitratos, e a criação de uma nova medida destinada à manutenção dos pomares e vinhas tradicionais.

Transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais (Acção 2.2.4 da Medida 2.2 do PRODESA)

É reconhecido o bom desempenho e o impacto estratégico relevante da Acção na modernização, reestruturação e competitividade do sector leiteiro regional garantindo níveis acrescidos de qualidade, de protecção ambiental e de higiene, segurança e excelência alimentar, coerentes com uma fileira de excelência alargada e capaz de se articular com a nova procura turística emergente.

Contudo, os projectos aprovados apresentam um contributo reduzido para a diversificação produtiva, mesmo ao nível do sector leiteiro (que concentra a quase totalidade do investimento), não obstante se ter verificado o reforço da diversificação da oferta, nomeadamente para a produção de queijo.

Com pontos negativos são destacados o facto dos ganhos de competitividade terem sido obtidos mais por redução de custos e aumento da eficiência do que por via de acréscimos do valor acrescentado, e a inexistência de projectos claramente vocacionados para o apoio à comercialização.

Relacionada com este domínio de intervenção é evidenciada negativamente a adesão nula dos potenciais beneficiários à Acção relativa aos produtos de qualidade, recomendando-se uma maior promoção da acção e dos seus objectivos junto das organizações potenciais beneficiárias, de forma a estimular a sua adesão e, desta forma, a maior divulgação dos produtos de qualidade regionais nos mercados interno e externo.

De uma forma geral, e tal como para o “investimento nas explorações Agrícolas”, é recomendada uma maior aposta na diversificação e inovação produtivas e, também na promoção das produções regionais, tendo em atenção a vulnerabilidade e a futura sustentabilidade do sistema produtivo regional (assente na fileira do leite) face às previsíveis evoluções das políticas de mercado, preços e ajudas.

Medidas florestais (Acção 2.2.3 da Medida 2.2 do PRODESA)

Constatou-se um baixo desempenho da Acção face aos objectivos predefinidos, que poderá decorrer da definição de metas demasiado ambiciosas face à real receptividade dos proprietários florestais à realização de novos investimentos, à fraca dimensão do mercado regional e às dificuldades de organização do sector. Constatou-se, igualmente, uma concentração dos apoios na ilha de São Miguel, na rearborização de áreas exploradas e na utilização da criptoméria.

É recomendada uma maior coordenação dos objectivos dos apoios com a estratégia regional de desenvolvimento sustentado do sector e uma definição clara de qual o papel do sector florestal nos Açores. Reconhece-se a existência de limitações estruturais aos desenvolvimento de uma fileira florestal de produção recomendando-se a aposta na criação de uma floresta de espécies autóctones, promovendo os seus usos múltiplos, através da florestação das áreas mais sensíveis ambientalmente, utilizando para tal, de forma integrada, as medidas de investimento público e privado e a florestação de terras agrícolas.

Medidas florestais (Intervenção “Florestação de Terras Agrícolas do PDRu”)

Esta intervenção arrancou muito tardiamente (2003) apresentando um baixo desempenho face aos objectivos predefinidos. Pelas candidaturas apresentadas constata-se, relativamente ao anterior período de programação, uma redução considerável do n.º de candidaturas, em particular para a ilha de São Miguel, e uma redução da área média dos projectos. É considerada positiva a prioridade dada à florestação de terras agrícolas dentro de Planos de Gestão Florestal no âmbito da Rede Natura 2000 e dos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas, particularmente das Furnas e das Sete Cidades.

As conclusões e recomendações são semelhantes às realizadas para a Acção 2.2.3 do PRODESA.

Infra-estruturas de apoio á actividade agrícola (Acções 2.1.1 e 2.1.2 da Medida 2.1 do PRODESA)

Ordenamento agrário (Acção 2.1.1)

Os projectos desta Acção foram considerados como tendo um impacto estratégico relevante na actividade agrícola regional e uma óbvia interacção positiva com a Medida 2.2 mas também com outras medidas do PRODESA co-financiadas pelo FEDER, pela sua contribuição para a manutenção da paisagem e do meio rural, a valorização das actividades turísticas e o reforço da rede viária.

Como pontos negativos é apontada a excessiva concentração dos projectos nas ilhas de São Miguel e Terceira e a não execução de projectos de reestruturação fundiária.

Infra-estruturas regionais de abate (Acção 2.1.2)

Os projectos desta Acção foram considerados como tendo um impacto estratégico relevante na actividade agrícola regional e, transversalmente, na actividade económica regional, contribuindo para assegurar os níveis de qualidade, segurança e excelência alimentar que devem caracterizar as produções regionais, eliminando as disfunções ambientais das unidades desactivadas, introduzindo processos tecnológicos modernos e eficientes e garantindo condições para reter na região as mais valias resultantes da preparação e processamento de carcaças.

O projecto da Infra-estrutura de abate de São Miguel foi considerado um exemplo de “boas práticas” no âmbito do PRODESA.

LEADER +

O LEADER + é um programa gerido a nível nacional para o qual não foram definidos, à partida, objectivos quantificados. Em 31-12-2005, o conjunto dos 4 GAL responsáveis pela execução da Abordagem LEADER na RAA apresentava taxas de compromisso e de execução (quer relativamente ao programado quer ao aprovado) superiores às taxas verificadas a nível nacional no que respeita ao Vector 1 - “Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto”, e inferiores à média nacional no que respeita ao Vector 2 - “Apoio à cooperação entre territórios rurais”.

As avaliações constatarem que o programa se constitui como fortemente dinamizador de parcerias e da criação e desenvolvimento de competências locais, contribui para a melhoria da qualidade de vida e a manutenção e criação de emprego nas zonas rurais e tem um importante papel na diversificação da actividade económica, nomeadamente no âmbito das actividades turísticas e artesanais. Como principais pontos negativos são apontados a reduzida execução e eficácia do vector “Cooperação”, a insuficiente massa crítica e animação em alguns territórios e o facto das estratégias serem demasiado abrangentes e não definirem metas quantificadas.

As principais recomendações incidem sobre aspectos como a melhoria da qualidade dos PDL, o reforço das acções de cooperação e a revisão dos sistemas de gestão e financiamento.

4. JUSTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES ESCOLHIDAS

4.1. Justificação das prioridades escolhidas, tendo em conta as Orientações Estratégicas Comunitárias e o Plano Estratégico Nacional

Os objectivos estratégicos definidos para o PRORURAL coincidem, naturalmente, como os objectivos nacionais definidos no Plano Estratégico Nacional (PEN), que, por sua vez, foram delineados em consonância com as Orientações Estratégicas Comunitárias (OEC) e os 4 Eixos do FEADER.

O Quadro 53 reflete a articulação entre os objectivos do PEN e os objectivos do PRORURAL e o grau de interligação entre os objectivos específicos (objectivos das medidas) do PRORURAL e as OEC relativas aos eixos de desenvolvimento rural:

- OEC 1 - *Os recursos atribuídos ao eixo 1 devem contribuir para reforçar e dinamizar o sector agro-alimentar europeu, centrando-se nas prioridades da transferência de conhecimentos, da modernização, da inovação e da qualidade na cadeia alimentar e nos sectores prioritários para o investimento no capital físico e humano.*
- OEC 2 - *Os recursos atribuídos ao eixo 2 devem contribuir para os três domínios prioritários a nível da UE: Biodiversidade e preservação e desenvolvimento dos sistemas agrícolas e silvícolas de elevado valor natural e das paisagens agrícolas tradicionais, água e alterações climáticas. As medidas disponíveis no âmbito do eixo 2 devem ser utilizadas para integrar estes objectivos ambientais e contribuir para a implementação da rede Natura 2000 nas zonas agrícolas e florestais, assim como para a consecução do compromisso de Gotemburgo de inversão do declínio da biodiversidade até 2010, dos objectivos consignados na Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água (1) e dos objectivos do Protocolo de Quioto em matéria de atenuação das alterações climáticas.*
- OEC 3 - *Os recursos atribuídos aos domínios da diversificação da economia rural e da qualidade de vida nas zonas rurais a título do eixo 3 devem contribuir para a prioridade essencial da criação de oportunidades de emprego e de condições de crescimento. A série de medidas disponíveis a título do eixo 3 deve, em particular, ser utilizada para incentivar a criação de capacidades, a aquisição de competências e a organização com vista à elaboração de estratégias locais de desenvolvimento, bem como para garantir que as zonas rurais permaneçam atraentes para as gerações futuras. Na promoção da formação, da informação e do empreendedorismo, há que ter em conta as necessidades especiais das mulheres, dos jovens e dos trabalhadores idosos.*
- OEC 4 - *Os recursos atribuídos ao eixo 4 (Leader) devem contribuir para as prioridades dos eixos 1 e 2 e, em especial, do eixo 3, mas devem igualmente desempenhar um papel importante no que respeita à prioridade horizontal de melhoria da governação e de mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais.*

Quadro 53 - FEADER, PEN, PRORURAL e OEC

| ARTICULAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO FEADER, DO PEN E DO PRORURAL | | | | | GRAU DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PRORURAL E AS OEC | | | |
|--|--|--|---|---|---|-------|-------|-------|
| Objectivos estratégicos | Sub-objectivos do PEN | Sub-objectivos do PRORURAL | Objectivos específicos do PEN | Objectivos específicos do PRORURAL | OEC 1 | OEC 2 | OEC 3 | OEC 4 |
| Aumentar a Competitividade do Sector Agrícola e Florestal | Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano | Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal | Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade | Assegurar um nível apropriado de formação técnica e económica e de conhecimentos aos activos do sector agrícola, florestal e agro-alimentar, que permita acompanhar os requisitos da evolução do sector agro-florestal. | XXX | X | XX | XX |
| | | | | Melhorar a gestão sustentável das explorações e ajudar os agricultores e proprietários florestais a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão e o desempenho das suas explorações. | XXX | XX | XX | |
| | | | Rejuvenescer o tecido empresarial. | Facilitar a instalação de jovens agricultores e os ajustamentos estruturais das suas explorações. | XXX | | XX | |
| | | | Assegurar uma alteração estrutural significativa nas explorações transferidas | Assegurar uma alteração estrutural significativa em explorações transferidas. | XXX | | XX | |
| | Promover a inovação | Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-alimentar | Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação Valorizar os produtos de qualidade Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal | Aproveitar as oportunidades de mercado através da disseminação de abordagens inovadoras relacionadas com o desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias. | XXX | | XX | |
| | Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas | | | Melhorar o desempenho económico das explorações agrícolas através de um melhor uso dos factores de produção, incluindo a introdução de novas tecnologias e da inovação. | XXX | | XX | |
| | Reestruturar e desenvolver o potencial físico | | | Alargar o valor económico das florestas, aumentar a diversificação da produção e potenciar as oportunidades de mercado, mantendo uma gestão sustentável.. | XXX | XX | XX | |
| | | | | Melhorar a transformação e comercialização de produtos primários da agricultura e floresta através de investimentos relacionados com a modernização e reestruturação das empresas. | XXX | | XX | |
| | | | | Actuar ao nível da adequação dos sistemas de financiamento e gestão de risco à especificidade das empresas e projectos inerentes às actividades produtivas do sector agrícola, florestal e alimentar, contribuindo para o aumento da competitividade do sector. | XXX | | XX | |
| | | | | Restabelecimento do potencial de produção agrícola afectado por catástrofes naturais e introdução de medidas de prevenção. | XXX | XX | XX | |
| | Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agro-florestal | Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais | Melhorar as infra-estruturas necessárias ao aumento da competitividade do sector agrícola e florestal. | XXX | | XX | | |

Quadro 53 - FEADER, PEN, PRORURAL e OEC

(continuação)

| ARTICULAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO FEADER, DO PEN E DO PRORURAL | | | | | GRAU DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PRORURAL E AS OEC | | | |
|--|---|---|--|---|---|-------|-------|-------|
| Objectivos estratégicos | Sub-objectivos do PEN | Sub-objectivos do PRORURAL | Objectivos específicos do PEN | Objectivos específicos do PRORURAL | OEC 1 | OEC 2 | OEC 3 | OEC 4 |
| Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais | Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras, proteger os recursos hídricos e o solo e contribuir para a atenuação das alterações climáticas | Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas e promoção da gestão sustentável das terras florestais | Promover a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais | Responder ao aumento da procura de serviços ambientais, encorajando os agricultores e outros gestores do espaço rural a introduzir ou manter métodos de produção agrícola compatíveis com a protecção e melhoria do ambiente, paisagem, recursos naturais, solo e diversidade genética e que ultrapassem as normas obrigatórias e ajudar os agricultores a enfrentar desvantagens específicas que resultam da implementação das Directivas do Conselho relativas à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens. | | XXX | XX | |
| | | | Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal | Apoiar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito de medidas agro-ambientais ou de outros objectivos ambientais e o aumento do carácter de utilidade pública de uma zona Natura 2000 ou de outras zonas de elevado valor natural. | | XXX | XX | |
| | | | Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição | Alargar os recursos florestais em terras agrícolas e não agrícolas, promover a combinação de sistemas de agricultura extensiva e de silvicultura, responder ao aumento da procura de serviços ambientais e ajudar os silvicultores a enfrentar desvantagens específicas que resultam da implementação das Directivas do Conselho relativas à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens, contribuindo para a protecção do ambiente e da biodiversidade, a preservação de ecossistemas florestais, a prevenção de riscos naturais e a atenuação das alterações climáticas e reforçando o papel protector das florestas quanto à erosão dos solos, à manutenção dos recursos hídricos e da qualidade das águas e aos riscos naturais. | | XXX | XX | |
| | Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em ZD | Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas | Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais | Apoiar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito de medidas silvo-ambientais ou de outros objectivos ambientais e o aumento do carácter de utilidade pública das zonas florestais em questão. Restabelecer o potencial silvícola em florestas atingidas por catástrofes naturais e incêndios e apoiar a introdução de medidas de prevenção adequadas. | | | | |
| | | | Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas | Contribuir para o uso continuado das terras agrícolas em todo o território, mantendo a paisagem rural e promovendo sistemas agrícolas sustentáveis. | | XXX | XX | |

Quadro 53 - FEADER, PEN, PRORURAL e OEC

(continuação)

| ARTICULAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO FEADER, DO PEN E DO PRORURAL | | | | | GRAU DE INTERLIGAÇÃO ENTRE OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PRORURAL E AS OEC | | | |
|---|--|---|--|---|---|-------|-------|-------|
| Objectivos estratégicos | Sub-objectivos do PEN | Sub-objectivos do PRORURAL | Objectivos específicos do PEN | Objectivos específicos do PRORURAL | OEC 1 | OEC 2 | OEC 3 | OEC 4 |
| Revitalizar Económica e Socialmente as Zonas Rurais | Diversificar a economia rural | Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural | Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural. | Promover a diversificação das actividades agrícolas em favor de actividades não agrícolas, desenvolver actividades não agrícolas e promover o emprego. | | | XXX | XXX |
| | Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais | Promoção da Qualidade de vida nas zonas rurais | Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais. | Melhorar os serviços básicos e apoiar a realização de investimentos que tornem as zonas rurais mais atractivas, a fim de inverter as tendências de declínio económico e social e de despovoamento das zonas rurais da Região. | X | X | XXX | XXX |
| | Desenvolver competências nas zonas rurais | Desenvolvimento de competências ao nível local | Desenvolver competências nas zonas rurais. | Promover o potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local. | | | XXX | XXX |
| Criação de capacidades locais para o emprego e a diversificação | Valorizar o potencial de desenvolvimento local | Integração da Abordagem LEADER na programação | Promover a diversificação de actividades e a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais. | Execução de estratégias locais de desenvolvimento prosseguindo os objectivos do Eixo 3. | | | XXX | XXX |
| | | | Promover a cooperação e as boas práticas. | Promover a cooperação e as boas práticas. | | | XXX | XXX |
| | Melhorar a governança local | | Aumentar a capacidade de execução da abordagem LEADER. | Aumentar a capacidade de implementação do LEADER. | | | XXX | XXX |

XXX - Muito forte; XX - Forte; X - Médio

A execução do PRORURAL respeitará ainda os 2 objectivos transversais definidos no PEN:

- Reforçar a coesão territorial e social;
- Promover a eficácia de intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial;

que se aplicam transversalmente aos 4 eixos do programa e estão em perfeita consonância com as OEC. Serão utilizados os meios disponíveis a nível comunitário, nacional e regional para melhorar a governação e a aplicação das políticas (utilizando, nomeadamente, a assistência técnica) e serão incentivadas as sinergias entre a política de coesão e a política de desenvolvimento rural através de mecanismos de coordenação adequados entre as intervenções dos diversos Fundos.

O Quadro 54 reflecte as prioridades do PRORURAL de acordo com a estratégia escolhida, estabelecendo uma comparação entre as programações financeiras indicativas do PEN e do PRORURAL, por objectivos estratégicos (eixos) e sub-objectivos (domínios prioritários).

Daquela comparação resulta claro que, no que se refere à repartição financeira por eixos, e com excepção do eixo 4, a repartição financeira indicativa do PRORURAL é muito semelhante à do PEN, reflectindo uma estratégia global regional em consonância com a estratégia nacional. O facto da estratégia regional prever uma dotação financeira indicativa para o eixo 4 inferior à prevista no PEN reflecte as opções e realidades regionais que decorrem, nomeadamente, das sinergias e complementaridades que é necessário estabelecer com as intervenções dos outros Fundos comunitários, numa Região predominantemente rural.

Equilíbrio semelhante se regista ao nível da repartição financeira por sub-objectivos, embora, neste caso, se destaquem diferenças no estabelecimento das prioridades ao nível do Eixo 3. No âmbito daquele Eixo, o equilíbrio entre os sub-objectivos “Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural” e “Promoção da Qualidade de vida nas zonas rurais” do PRORURAL é inverso ao previsto no PEN, reflectindo a importância de que se revestirão na Região as intervenções do FEDER que também prosseguirão o primeiro sub-objectivo.

Quadro 54 - Repartição da programação financeira indicativa, por objectivos estratégicos e sub-objectivos, do PEN e do PRORURAL

| Objectivos estratégicos (OE) | PEN | | | PRORURAL | | |
|--|----------------------------|---|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|
| | Peso do OE no total FEADER | Sub-objectivos (SO) | Peso dos SO no total do OE | Peso do OE no total FEADER | Sub-objectivos (SO) | Peso dos SO no total do OE |
| Aumentar a Competitividade do Sector Agrícola e Florestal | 40-50% | Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano | 12-20% | 45-50% | Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal | 21,0% |
| | | Promover a inovação | 80-88% | | Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-alimentar | 49,4% |
| | | Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas | | | Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agro-florestal | 29,6% |
| | | Reestruturar e desenvolver o potencial físico | | | | |
| Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais | 35-45% | Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras, proteger os recursos hídricos e o solo e contribuir para a atenuação das alterações climáticas | 47-70% | 40-45% | Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas | 39,1% |
| | | Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em ZD | 40-45% | | Promoção da gestão sustentável das terras florestais | 9,6% |
| | | | | | Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas | 51,3% |
| Revitalizar Económica e Socialmente as Zonas Rurais | 10-12% | Diversificar a economia rural | 50-60% | 10-12% | Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural | 25,8% |
| | | Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais | 25-35% | | Promoção da Qualidade de vida nas zonas rurais | 70,4% |
| | | Desenvolver competências nas zonas rurais | 1-5% | | Desenvolvimento de competências ao nível local | 3,8% |
| Criação de capacidades locais para o emprego e a diversificação | 8-12% | Valorizar o potencial de desenvolvimento local | 80-85% | 5-8% | LEADER - execução de EDL | 78,1% |
| | | Desenvolver competências nas zonas rurais e melhorar a governança local | 15-20% | | LEADER - Cooperação | 4,3% |
| | | | | | LEADER - capacidade de implementação | 17,6% |

4.2. Impacto esperado de acordo com a avaliação ex-ante no que respeita às prioridades escolhidas

A metodologia de trabalho utilizada pela equipa de avaliação da Agrogos para a avaliação ex-ante do PRORURAL foi desenvolvida em cinco fases e assentou no princípio da causalidade entre a lógica de intervenção do Programa e os seus *inputs*, *outputs*, resultados e impactos, permitindo uma avaliação coerente da implementação do Programa relativamente a relevância, eficácia, eficiência, utilidade e sustentabilidade e contribuindo para melhorar a versão final do Programa, através de conclusões e recomendações adequadas à especificidade das intervenções propostas.

Na primeira fase procedeu-se à avaliação da análise SWOT e na segunda fase analisou-se a lógica da intervenção subjacente à definição do Programa aferindo-se a utilidade, relevância e pertinência do Programa, o seu enquadramento e coerência externa, a definição dos objectivos gerais e a definição e quantificação dos indicadores comuns e específicos de base relativos aos objectivos. Nestas duas fases iniciou-se também o processo de avaliação do impacto ambiental do programa através da caracterização da situação de partida.

A terceira fase da avaliação consistiu numa análise pormenorizada de cada medida, avaliando-se a coerência interna do Programa, a pertinência e adequação dos níveis e formas de apoio, os procedimentos e requisitos de cada medida face aos respectivos objectivos, a adequação dos indicadores e as formas de recolha de informação para a sua qualificação, procedendo-se igualmente à avaliação ambiental de cada medida.

Na quarta fase, procedeu-se à avaliação da eficácia e eficiência do Programa, incluindo a determinação dos impactos ambientais esperados, e, na quinta fase, deu-se enfoque aos procedimentos institucionais de gestão, acompanhamento e avaliação, ao valor acrescentado comunitário e às prioridades transversais comunitárias (Estratégia de Lisboa - Crescimento e Emprego e Gotemburgo - Sustentabilidade e Ambiente). O final da quinta fase corresponde à apresentação do Relatório Final, que compreende os resultados de todo o processo de avaliação, incluindo o Relatório Ambiental.

Com base nesta metodologia e nas orientações e requisitos da Comissão Europeia (CE), a Avaliação Ex Ante do PRORURAL organizou-se em nove capítulos distintos.

Capítulos I e II - Estes capítulos correspondem, respectivamente, à introdução e à descrição pormenorizada da metodologia.

Capítulo III - Neste capítulo avaliou-se a análise SWOT do Programa. Dessa avaliação concluiu-se que a análise SWOT apresenta um bom nível desagregação e rigor, principalmente na caracterização da Região e do sector agrícola, tendo-se abordado os aspectos mais marcantes, o que permite a identificação dos principais problemas e desafios do sector agrícola açoriano.

Capítulo IV - Neste capítulo, subdividido em cinco pontos, procedeu-se à análise da lógica de intervenção, extraíndo-se da avaliação as seguintes conclusões essenciais:

- O objectivo estratégico global definido - promoção da competitividade das empresas e dos territórios de forma ambientalmente sustentável e atractiva - traduz os conceitos de competitividade e de sustentabilidade e incorpora a principal finalidade definida no âmbito do PEN (Plano Estratégico Nacional) “Promover a competitividade dos sectores florestal e dos territórios rurais de forma sustentável”. Os sub-objectivos e objectivos específicos traduzem uma correspondência dos objectivos estratégicos com as medidas a implementar, têm uma formulação adequada e coerente com os objectivos estratégicos e reflectem, genericamente, as principais conclusões da análise SWOT.
- Existe total coerência entre o PRORURAL e o PEN. Consta-se também que o PRORURAL é totalmente coerente com a repartição financeira tanto no âmbito do PEN como do regulamento do FEADER, verificando-se um ligeiro privilégio do Eixo I relativamente ao Eixo II e a manutenção dos Eixos III e IV, respectivamente, igual ou pouco acima dos limiares mínimos obrigatórios.
- Os indicadores de caracterização, que sintetizam o diagnóstico do território, permitindo acompanhar os principais desenvolvimentos ocorridos e a contribuição do Programa, foram correctamente quantificados com base na informação estatística disponível, não obstante a inexistência de alguma informação de base, particularmente no que se refere a indicadores ligados ao Eixo II.
- Considera-se que as alterações identificadas no enquadramento e evolução da PAC e na visão da agricultura na economia e na sociedade terão forte impacto na sustentabilidade futura dos sistemas e estruturas de produção agrícola açoriana. Recomenda-se que a política de apoio no âmbito do PRORURAL, conjugada com os restantes instrumentos de política (particularmente o programa aprovado pela CE no âmbito do Regulamento (CE) 247/2006), privilegie uma aposta forte no incremento da competitividade económica e na promoção da multifuncionalidade do sector agrícola.
- Em síntese, considera-se que a estratégia seguida é formalmente coerente com as orientações, estratégias e regulamentos que a enquadram e condicionam. É clara, bem apresentada e contém uma repartição financeira que, por um lado, respeita os limites regulamentarmente impostos e, por outro lado, tem em conta a tripla dimensão, económica, ambiental e social, da actividade agrícola e rural. Contudo, não deixa de ser uma estratégia de continuidade e a grande questão é de saber em que medida é que ela pode contribuir significativamente para preparar a agricultura açoriana para fazer face às mudanças de enquadramento que se prevê venham a ocorrer, sobretudo a partir de 2013/15, no quadro da reforma da OCM do leite e lacticínios e, em termos mais gerais, da reforma da PAC em todas as suas dimensões. Sublinha-se o facto de cerca de 65% dos recursos comunitários ao dispor do Programa se concentrarem em quatro medidas (Regiões desfavorecidas - 21,5%; Medidas agro-ambientais - 16,0%; Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais - 14,0%; infra-estruturas 13,8%).

Capítulo V - Neste capítulo realizou-se uma análise detalhada de cada uma das medidas e acções do PRORURAL considerando-se aspectos como o histórico, *inputs* e *outputs*, formulação, coerência e efeitos. Esta análise partiu de uma classificação das medidas/acções através do método de *scoring* utilizando 6 parâmetros de avaliação - relevância, utilidade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e abrangência. A elaboração deste capítulo permitiu uma elevada interacção com a equipa de programação tendo sido efectuadas diversas alterações nas medidas/acções em resultado da análise, sintetizadas no quadro seguinte:

| Medida / Acção | Principais Alterações introduzidas no PRORURAL por sugestão da avaliação ex ante |
|----------------|---|
| 1.2 | Alteração do objectivo em termos de instalações, passando de 180 para 200. |
| | Alteração do objectivo relacionado com a ligação entre esta medida e a medida de Reforma Antecipada, passa de 15 a 25 para 50 a 100. |
| | Alteração da repartição indicativa entre prémios de instalações para produção animal e vegetal, passando-se de uma proporção de 85/15 para 60/40. |
| | Alteração da proporção de instalações de jovens agricultores com menos de 30 anos passa de 70% para 55%. |
| | Alteração do Indicador de resultado da medida - Acréscimo de VAB de 3% para 25%. |
| | Introdução de duas majorações que permitem elevar o montante do prémio até 37.500 ou 40.000€. Majorações relacionadas com a formação profissional e com a agregação de explorações, cada uma com uma majoração de 2.500€. |
| 1.4 | Redução da dotação da medida em 25%, com especial incidência no sector florestal, para o qual os objectivos foram significativamente reduzidos. Prevendo-se a constituição de 2 prestadores (em vez de 5) e a utilização de 50 beneficiários (em vez de 200). |
| | No sector agrícola, reforça-se a utilização dos serviços de aconselhamento, tendo-se aumentado o número de utilizadores destes serviços de 550 para 1159. |
| 1.5 | Acréscimo da dotação orçamental, em termos de despesa pública, para 20 M€ (+ 54,5%). |
| | Aumento, em cerca do dobro, do número de beneficiários para 1.200 a 1.500. |
| | Alteração do indicador de resultado relativo ao acréscimo de VAB de 3% para 15%. |
| | Acréscimo do montante máximo de investimento para 500.000 €, face aos 250.000€ iniciais. |
| | Atribuição da taxa máxima de apoio a produtos inseridos em regimes de qualidade. |
| | Alteração do texto de formulação da medida, tendo-se retirado os critérios mínimos de viabilidade técnico-económica para acesso dos projectos, remetendo-os para a regulamentação operacional. |
| 2.2.1 | Alteração do texto da medida, que retira a possibilidade de apoio à realocização de explorações ou infra-estruturas pecuárias. |
| | No âmbito da agricultura biológica retira-se a obrigatoriedade dos beneficiários recorrerem a assistência técnica específica no modo de produção biológico. |
| 2.2.4 | No âmbito da protecção das lagoas incrementou-se fortemente os montantes de apoio, que inicialmente eram semelhantes aos do anterior período de programação. |
| | Agregação de quatro acções numa única acção. |

| Medida / Acção | Principais Alterações introduzidas no PRORURAL por sugestão da avaliação ex ante |
|----------------|---|
| 3.1.1 | Inibição de apresentação de investimentos superiores a 25 m€, no caso de projectos de transformação e embalamento de produtos agrícolas. |
| 3.2.1 | Alteração do número de projectos de 30-50 para 80-100. |
| 3.2.2 | Clarificação da existência de dois tipos de projectos distintos: Acções de preservação e conservação do património rural e edificado e intervenções na recuperação de infra-estruturas de apoio em perímetros florestais. |
| | Exclusão dos agricultores beneficiários da acção 2.3. |
| | Eliminação da exigência de viabilidade económica. |
| 3.3 | Adequação do número de beneficiários de 80 para 300. |
| | Clarificação de alguns pontos mantendo-se, no entanto, semelhante à sua versão original. |
| 4.1 | Acréscimo da dotação financeira para 17,2 M€ (aumento de 42%). |

Capítulo VI - Neste capítulo procedeu-se à sistematização das análises realizadas nos capítulos anteriores e avaliou-se o PRORURAL na sua globalidade, identificando e quantificando os impactos globais e avaliando a eficiência do Programa. As principais conclusões extraídas pela avaliação são as seguintes:

Relativas à relevância, utilidade, sustentabilidade, eficiência, eficácia e abrangência do Programa:

- O Programa é considerado como relevante, isto é, os principais objectivos e preocupações nele definidos vão ao encontro das fragilidades e lacunas do sector agro-florestal e do meio rural da Região. O facto das medidas consideradas como mais relevantes serem, na sua maioria, aquelas com maior dotação orçamental, permite reforçar esta constatação.
- A classificação obtida de acordo com os dados disponíveis permitiu concluir que os efeitos estimados são, na sua generalidade, moderados, isto é, alcançáveis mas não tão ambiciosos quanto se poderia perspectivar. Desta forma, a correspondência entre estes efeitos e as necessidades identificadas (utilidade), os objectivos propostos (eficácia) e, fundamentalmente, os recursos utilizados (eficiência) existe mas não é elevada. Considera-se, ainda que a sustentabilidade dos efeitos, isto é, a sua continuidade após a conclusão do Programa é, nalgumas medidas, limitada.
- Por último, considera-se que a abrangência do Programa será também moderada. Esta situação resulta do facto de ser expectável que muitas das suas medidas e acções de maior importância - investimentos nas explorações e agro-indústrias, infra-estruturas agrícolas, florestação - se venham a concentrar maioritariamente nas ilhas mais desenvolvidas - São Miguel e Terceira, o que, no entanto, decorre do facto de ser nestas ilhas que se concentra o maior número de

explorações e a grande proporção da produção agrícola regional. Acresce que, regra geral, não são abrangidas pelo Programa as explorações de muito pequena dimensão.

- Esta análise permite concluir que o Programa vai ao encontro das necessidades identificadas, adequando-se às características da agricultura e das zonas rurais do arquipélago, embora de forma moderada e numa lógica de continuidade.

Relativas aos efeitos do Programa na competitividade, emprego e ambiente:

- Considerando os resultados por Eixo apurou-se que o Eixo 1 é o que apresenta maiores impactos globais, nomeadamente na competitividade e no emprego, como aliás seria de esperar.
- O Eixo 2 terá fundamentalmente impactos no ambiente. No entanto, a sua contribuição para o emprego, essencialmente numa lógica de manutenção de actividade, é também relevante.
- O Eixo 3 tem fortes contribuições para todos os objectivos. É o único Eixo para o qual a sua contribuição global e para todos os temas considerados é proporcionalmente superior à sua dotação orçamental, o que de resto apenas acontece no Eixo 1 para a competitividade e emprego e para o Eixo 2 face ao ambiente.

Conclui-se que o impacto do PRORURAL é globalmente positivo nas áreas do emprego, competitividade, e ambiente, com impactos diferenciados por objectivo:

- O impacto no emprego é moderado, na medida em que resulta da sua forte contribuição para a manutenção de postos de trabalho na agricultura e agro-indústria, e em menor proporção para a criação de novos empregos.
- Na competitividade, identifica-se um impacto positivo mas mais reduzido do que no objectivo emprego, uma vez que está dependente de poucas medidas (algumas com impacto elevado ou muito elevado), essencialmente do Eixo I e, em menor escala, do Eixo III, que, em conjunto, têm peso financeiro menor do que as medidas mais importantes dos restantes objectivos.
- No ambiente, o impacto esperado é moderado. De facto, observa-se a existência de bastantes medidas e acções com forte impacto ambiental positivo, mas algumas delas revelam ter pouca importância em termos orçamentais, para além de que se verifica o efeito atenuador do conjunto de medidas e acções com impacto nulo ou mesmo negativo.
- Da avaliação da sustentabilidade dos impactos do PRORURAL conclui-se que esta será moderada, tendo maior significado no que respeita ao objectivo emprego. De facto, o emprego corresponde ao objectivo com maior impacto positivo, constituindo o alvo de incidência de quase todas as medidas mais importantes (Eixos I e II), o que promove a criação de infra-estruturas mais duradouras.

- No objectivo competitividade considera-se que o grau de sustentabilidade é substancial, mas com impactos menores em resultado do menor contributo do Programa.
- A sustentabilidade dos impactos ambientais será também menor que no emprego. No programa co-existem medidas com impactos nulos ou mesmo negativos a par de outras geradoras de efeitos positivos ou muito positivos embora maioritariamente associados a compromissos limitados temporalmente, e que facilmente serão reversíveis caso as respectivas formas de apoio sejam suspensas (por exemplo as medidas 2.1, 2.2). Apesar disso, medidas como a 1.7 e a 2.4.1 apresentam níveis de sustentabilidade ambiental elevados."
- Quanto às relações de complementaridade e ou de concorrência constata-se que o PRORURAL promove de forma coerente os três objectivos temáticos, sendo que grande parte das medidas e acções a implementar contribuem para mais do que um deles e muito raramente com impactos negativos.

| | Emprego vs Competitividade | Emprego vs Ambiente | Competitividade vs Ambiente |
|------------------|---|--|---|
| Sinergias | Existem fortes sinergias entre estes dois objectivos, uma vez que ambos resultam do estímulo ao crescimento económico, sendo assim, fortemente potenciados por medidas dos Eixos 1 e 3, nomeadamente as de apoio ao investimento. | No âmbito desta avaliação, em que o impacto sobre o emprego é encarado também numa óptica de manutenção do emprego em meio rural, algumas das medidas mais significativas em termos ambientais (2.1 e 2.2.1) contribuem fortemente para a fixação da população agrícola, o que se traduz numa forte complementaridade entre os dois objectivos. | Certas medidas, como a 1.7, a 2.4.1, a 3.1 ou a 3.2 contribuem fortemente para o aumento da competitividade das empresas e territórios. A sua formulação prevê simultaneamente que este contributo tenha em conta a adequação dos investimentos às normas ambientais em vigor, protegendo ou mesmo melhorando o ambiente. |
| Conflitos | Certas medidas, especialmente as de apoio ao investimento produtivo, fomentam a competitividade através de aumentos da produtividade (maior e melhor mecanização) o que, no curto prazo, poderá levar à redução de emprego. | O crescimento económico, gerador de maior competitividade e emprego tem, em muitas circunstâncias, efeitos nefastos no ambiente, nomeadamente ao nível por maior intensificação da produção, maior consumo de recursos naturais, competição pelo uso do solo, produção de poluentes da água, solo e ar, entre outros. Esses efeitos são, no PRORURAL, mais fortemente sentidos nas medidas 1.5 e 1.12 (especialmente 1.12.1), mas também em outras como a 1.6, 1.7 ou 3.1. | |

Relativas ao impacto do Programa nos grupos-alvo e nas suas necessidades:

- Constata-se que é ao nível das explorações agrícolas que as diversas necessidades estão melhor cobertas pelo PRORURAL, uma vez que os vários tipos de apoios são bastante complementares - apoio generalizado ao rendimento (medida 2.1), apoios às explorações mais “empresariais” e intensivas (1.5, 1.12), apoio às explorações mais extensivas e tradicionais (2.2), formação e aconselhamento (1.1 e 1.4) entre outras.

- Segue-se o apoio às populações rurais, coberto de forma muito diversificada pelo conjunto das medidas do Eixo 3, bem como por algumas das infra-estruturas da medida 1.12 e ainda, de forma indirecta, por todas as restantes medidas que contribuam para o emprego e dinamização económica em meio rural. Relativamente bem coberto está também o sector agro-industrial, para o qual as medidas existentes vão de encontro às necessidades “tradicionais” das empresas.
- Com menores níveis de cobertura estão o ambiente e o sector florestal. No primeiro caso, uma vez que as medidas existentes têm essencialmente uma lógica de preservação, estando menos direccionadas para a promoção da melhoria das condições ambientais. No segundo caso, devido à reduzida ou mesmo muito reduzida abrangência de grande parte das medidas dirigidas ao sector florestal.

Relativas à quantificação dos indicadores de impacto do QCAA:

- A análise efectuada, recorrendo preferencialmente à metodologia de *scoring*, permite aferir os impactos do Programa de forma essencialmente qualitativa. De forma a complementar essa análise e a assegurar a sua coerência, a equipa de avaliação procedeu também à quantificação dos indicadores de impacto determinados pela Comissão Europeia que se apresenta no quadro seguinte:

| Indicador | | | | Valor | Acréscimo |
|-------------------------------|---|--|---------|------------|-----------|
| Designação | | Medida do Indicador | Unidade | | |
| 1. Crescimento económico | Crescimento económico do sector agro-florestal | Acréscimo do VAB | € | 23.768.564 | 9,82% |
| | Crescimento económico do sector agro-industrial | | | 3.341.250 | 7,23% |
| 2. Criação de emprego líquido | Criação de emprego no sector agrícola | Acréscimo líquido de emprego | UTAs | 380 | - |
| | Criação de emprego no sector florestal | | ETCs | 30 | - |
| | Criação de emprego no sector agro-industrial | | ETCs | 105 | - |
| | Criação de emprego noutros sectores em meio rural | | ETCs | 235 | - |
| 3. Produtividade do trabalho | Produtividade do trabalho no sector agro-florestal | Acréscimo do VAB por unidade de trabalho | €/UTA | 1.283 | 5,95% |
| | Produtividade do trabalho no sector agro-industrial | | €/ETC | 497 | 2,39% |

| Indicador | | | Valor | Acréscimo | |
|--|---|--|-------------------|-----------|--------|
| Designação | Medida do Indicador | Unidade | | | |
| 4. Inversão do declínio da biodiversidade | | Variação das populações de pombo torcaz e melro-preto | N.º de indivíduos | 0 | 0,00% |
| 5. Manutenção do elevado valor natural das terras agrícolas e florestais | Manutenção do elevado valor natural das terras agrícolas | Variação das áreas agrícolas de elevado valor natural | Ha | 0 | 0,00% |
| | Manutenção do elevado valor natural das terras florestais | Variação das áreas florestais de elevado valor natural | Ha | 0 | 0,00% |
| 6. Melhoria da qualidade da água | | Variação da quantidade de azoto utilizada | Tons | -53,8 | -0,73% |
| 7. Contribuição para o combate às alterações climáticas | | Acréscimo da produção de energias renováveis em meio rural | tep | 128,38 | - |

- Verifica-se que existe uma grande coerência entre os resultados dos dois tipos de análises conduzidas - análise qualitativa (método de *scoring*) e análise quantitativa (quantificação dos impactos para os três objectivos).
- Em termos de competitividade, o impacto do Programa será positivo, embora não muito elevado, ficando os acréscimos de VAB e de produtividade aquém dos 10%. Acresce que estes valores foram estimados com base nas previsões do Programa para cada Medida que, nalguns casos, foram consideradas pela equipa de avaliação algo sobre-avaliadas.
- O impacto no emprego será o mais relevante, não tanto devido à criação de empregos líquidos - embora 750 seja um número muito significativo - mas fundamentalmente através da sua contribuição para a manutenção das actividades agrícola, florestal e agro-industrial, permitindo assim garantir a continuidade de um número muito elevado de postos de trabalho.
- Relativamente ao ambiente, o impacto do Programa será relativamente importante, também fundamentalmente numa óptica de manutenção das principais características ambientais da Região, nomeadamente das mais ligadas à manutenção das actividades e da ocupação do território.

Relativas à eficiência do Programa:

- Procedeu-se à análise da eficiência do Programa, através do estabelecimento de um conjunto de indicadores propostos pela equipa de avaliação e apresentados no quadro seguinte:

| Indicador | Descrição | Valor | Unidade | Notas |
|--|---|---------|-----------------------------|---|
| 1. Eficiência da criação de emprego | Investimento em Medidas criadoras de emprego / N° postos de trabalho criados | 228.828 | €/ posto de trabalho criado | Medidas 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 2.4.1, 3.1, 3.2 |
| 2. Eficiência da criação de empresas | Investimento em Medidas criadoras de empresas / N° empresas criadas | 317.752 | €/ empresa criada | Medidas 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 3.1, 3.2 |
| 3. Eficiência da criação de riqueza | Investimento em Medidas geradoras de riqueza / Acréscimo total de VAB | 4,6 | €/ € de acréscimo de VAB | Medidas 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 |
| 4. Alavancagem do investimento | Despesa pública em Medidas de apoio ao investimento / Investimento total nessas Medidas | 69,2% | | Medidas 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 2.4.1, 3.1, 3.2 |
| 5. Eficiência do investimento florestal | Despesa pública em Medidas do sector florestal / Área florestal apoiada | 5.479 | €/ ha florestal | Medidas 1.6, 1.12.5, 2.4 |
| 6. Peso do investimento em infraestruturas | Despesa pública em infraestruturas / Despesa pública total | 19,9% | | Medidas 1.12, 3.2 |
| 7. Peso do investimento imaterial | Despesa pública em investimentos imateriais / Despesa pública total | 4,0% | | Medidas 1.1, 1.4, 1.8, 3.3, 3.4 |
| 8. Eficiência do apoio ambiental | Despesa pública em Medidas de carácter ambiental / Área sujeita à condicionalidade | 1.093 | €/ ha sob condicionalidade | Medidas 2.1, 2.2 |
| 9. Peso do apoio ao rendimento | Despesa pública para transferências de rendimento / Despesa pública total | 38,0% | | Medidas 2.1, 2.2, 2.4.4, 2.4.5 |
| 10. Peso administrativo | Despesa pública para gestão do Programa / Despesa pública total | 2,4% | | Medidas 4.2, 4.3, 5 |

- Com base nesta análise conclui-se que o PRORURAL é genericamente pouco eficiente, na medida em que necessita de verbas relativamente elevadas para promover a criação líquida de emprego e de empresas (indicadores 1 e 2). No entanto, este indicador é substancialmente melhorado se se considerar que os seus efeitos são predominantemente de manutenção e apenas de forma secundária de criação.
- Verifica-se uma eficiência reduzida na alavancagem do investimento (indicador 4), para a qual é necessária uma forte dotação pública média, embora a eficiência do apoio à criação de riqueza (indicador 3) seja mais significativa.
- No sector florestal o Programa revela-se muito eficiente no apoio ambiental (indicador 8), já que o consegue com um custo unitário relativamente reduzido e pouco eficiente na promoção do investimento florestal (indicador 5), dados os muito elevados custos médios por hectare apoiado.
- No que respeita à repartição da despesa pública (indicadores 6, 7 e 9), verifica-se uma forte concentração no apoio ao rendimento, sendo a proporção destinada às infra-estruturas bastante inferior e aquela relativa ao fomento do investimento imaterial mais reduzida.

- Por último, conclui-se que a despesa pública afecta a custos administrativos (indicador 10) é de 2,4%, montante adequado à dimensão do Programa e da Região.

Capítulo VII - Neste Capítulo procedeu-se à análise do Valor Acrescentado Comunitário, dele se extraíndo as seguintes conclusões essenciais:

- Considera-se que face aos objectivos do PRORURAL, este revela um significativo contributo para Estratégia de Lisboa e de Gotemburgo. De facto, o conceito de competitividade incluído no Programa é relacionável, no imediato, com a capacidade de criação de riqueza sendo igualmente extensível à qualificação dos agentes, à valorização do património natural e rural e à revitalização económica dos territórios.
- Destacam-se também determinados aspectos em que se reflecte o valor acrescentado do envolvimento comunitário, sendo eles:
 - O importante contributo financeiro para a região sem o qual a possibilidade de real apoio seria bastante mais reduzida, associado a um horizonte de estabilidade a médio prazo (2007/2013);
 - A estrutura e forma de abordagem na elaboração do programa, que, face ao regulamento do FEADER, direcciona para as formas de apoio e para as áreas prioritárias;
 - O conjunto de procedimentos, nomeadamente ao nível de discussão pública, processos de avaliação, necessidade de coerência entre acções com evidentes reflexos na qualidade global do Programa.
- Identificam-se ainda cinco áreas de Valor Acrescentado Comunitário (financeiro, económico, social, ambiental e institucional) produzido pelo PRORURAL:
 - Em termos financeiros, na medida em que a dotação financeira conseguida com o Programa não era possível com os recursos regionais, pelo financiamento de recursos humanos e projectos nacionais;
 - A nível económico, pela inovação, novos produtos, processos e tecnologias e pelo cumprimento de normas e padrões de qualidade europeus;
 - Do ponto de vista social, pela criação de emprego, qualificação, menor desigualdade e discriminação e pelo envolvimento da sociedade;
 - No que respeita ao ambiente, pelo combate às alterações climáticas, e pelo reforço nas áreas da segurança alimentar, bem-estar animal e condicionalidade;
 - Por último, a nível institucional é possível a elaboração de um conjunto de políticas assentes em regulamentação comunitária mas que são coerentes com exigências sociais e com as especificidades regionais.

- Considera-se que foram salvaguardados os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade no desenho das medidas integrantes do Programa, assim como foi conseguida uma elevada adaptabilidade da sua formulação às necessidades e características açorianas.
- Destaca-se que as medidas do PRORURAL relativamente às outras intervenções na área agrícola traduzidas no Programa “Adaptação da Política Agrícola Comum à Realidade Açoriana”, assumem um elevado nível de coerência e de complementaridade, sendo integrantes de uma estratégia articulada e objectiva para o futuro do sector agrícola na RAA.
- Constata-se, por último, uma significativa coincidência de objectivos e uma coerência global entre o programa FEDER (PROCONVERGÊNCIA) e o PRORURAL, com fortes interacções nalgumas áreas que requerem a definição de delimitações claras de actuação. Estas interacções são menores no que se refere ao programa FSE (PROEMPREGO).

Capítulo VIII - Neste Capítulo procede-se à análise do Sistema de Acompanhamento e Avaliação, constatando-se que são cumpridos os requisitos previstos no Regulamento (CE) 1698/2005 e os enquadramentos legais nacionais e regionais. O facto da configuração definitiva da estrutura de gestão e controlo ainda não estar finalizada, apenas permitiu à avaliação ex-ante avançar algumas recomendações das quais relevam o facto de se dever considerar que os princípios da responsabilização e transparência devem ser considerados tão fundamentais como o da simplificação e a necessidade de, no âmbito da Autoridade de Gestão, proceder a um melhor esclarecimento da articulação entre a DRACA e a Unidade de Gestão. No que respeita às disposições para assegurar que o programa é publicitado, a avaliação considera que a forma como se prevê dar cumprimento às normas e requisitos instituídos é apropriada.

Capítulo IX - Este Capítulo inclui o Relatório Ambiental, onde são apresentadas as seguintes conclusões e recomendações:

- Do conjunto de análises efectuadas resulta que o PRORURAL terá efeitos positivos no ambiente, essencialmente numa óptica de conservação - conservação da paisagem, da biodiversidade, da água, do solo, de outros recursos naturais e dos meios rurais e seu património e tradições. Poderá ainda ter alguns impactos positivos, embora certamente em muito menor escala, na alteração de práticas conducentes a algumas melhorias ambientais relevantes.
- Conclui-se ainda pela extrema importância de algumas medidas nos efeitos ambientais globais do Programa, particularmente medidas do Eixo 2. Entre todas destaca-se a 2.1 (indenizações compensatórias) e a 2.2.2 (onde predomina a manutenção da extensificação da produção pecuária) que, no seu conjunto se estimem produzir mais de 78% dos efeitos ambientais do PRORURAL. Com impacto ambiental globalmente negativo existem apenas duas medidas - 1.5 (investimento nas explorações agrícolas) e 1.12.1 (caminhos agrícolas e rurais).
- Por último, conclui-se que os impactos do Programa serão globalmente positivos em todas as áreas estudadas, com maior relevância na paisagem e ordenamento do território, água, biodiversidade,

solo e população e saúde humana. Nalguns destes campos existem, no entanto, medidas com efeitos negativos.

- Da análise conjunta dos impactos ambientais esperados do Programa com os principais desafios ambientais identificados e com as medidas de minimização de impactos negativos que foram sendo apresentadas, resulta um conjunto de oito recomendações finais, que se apresenta no quadro seguinte:

| TEMA | RECOMENDAÇÃO |
|---|---|
| Investimentos agrícolas e agro-industriais | Prioridade aos projectos que incluam melhoria dos sistemas de tratamento de efluentes e integração paisagística que vão para além das normas obrigatórias, através de taxa de apoio diferenciada para os investimentos específicos nesta área. |
| Infra-estruturas | Medidas de minimização ambiental e de enquadramento paisagístico, especialmente em caminhos e reservatórios de água - muros tradicionais, sebes vivas, pequenos povoamentos florestais, utilizando preferencialmente espécies autóctones. |
| Formação e Informação | Integração na formação e informação de componentes ambientais, não só ao nível de módulos específicos, mas como uma preocupação transversal a todos os módulos de cada Plano de Formação. |
| Medidas agro e silvo - ambientais e NATURA 2000 | Divulgação mais intensa destas medidas, incidindo especialmente nas novas ou menos utilizadas, mas com efeitos positivos na preservação da paisagem, do património genético e de habitats específicos. |
| Medidas de florestação | Utilização obrigatória de técnicas de implantação de povoamentos florestais com práticas de minimização da erosão dos solos e de protecção das nascentes e cursos de água; Diferenciação as taxas de apoio em acções de florestação com espécies autóctones; Prioridade nas florestações públicas à florestação com espécies autóctones. |
| Resíduos | Criação de um sistema de recolha de resíduos agrícolas que facilite a sua remoção e permita um destino e tratamento adequado. |
| Lagoas | Reforço da coordenação dos Planos de Ordenamento das lagoas com as medidas agro-ambientais e com os incentivos à florestação, eventualmente em intervenções do tipo “plano zonal”, específicas para estas áreas, em que se combinasse de forma diferenciada e articulada diferentes medidas. |
| População | Reforço da diferenciação positiva das ilhas mais desfavorecidas, nomeadamente nas medidas de apoio ao investimento e à instalação e nas indemnizações compensatórias. |

5. EIXOS E MEDIDAS PROPOSTAS PARA CADA EIXO

Para concretizar a estratégia definida no ponto 3, o PRORURAL organizar-se-á em torno de 4 Eixos, cada um com as suas medidas e respectivas acções, que seguem de perto a estrutura prevista nos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006.

5.1. Requisitos Gerais

A definição das medidas e respectivas acções teve em conta as disposições do Regulamento (CE) 1698/2005 e do Regulamento (CE) 1974/2006, sendo garantida a sua compatibilidade com as restantes políticas comunitárias, em particular a Política Agrícola Comum, e com as regras comunitárias em matéria de Auxílios de Estado. O co-financiamento comunitário é assegurado pelo FEADER, sendo garantido o respeito dos limites regulamentares no que se refere aos níveis de ajuda e à comparticipação comunitária em todas as medidas e acções, considerando o respectivo enquadramento jurídico.

As medidas e acções serão apresentadas por Eixo e a sua descrição incluirá os objectivos verificáveis e os indicadores que permitirão medir os progressos, eficiência e a eficácia do PRORURAL, nomeadamente os indicadores comuns que constam do “Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação”. No Anexo II apresenta-se a sistematização dos “Indicadores Comuns de Realizações”, dos “Indicadores Comuns de Resultados” e dos “Indicadores de Impacto” (nos termos dos pontos II, III e IV do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006), bem como dos indicadores adicionais do Programa.

Os Quadros que se seguem identificam as medidas e acções escolhidas para o PRORURAL e a sua correspondência com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006.

Quadro 55 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 1 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | CORRESPONDÊNCIAS | | |
|--|---|--------|---|--|---|---------------|
| Código | Designação | Código | Designação | Regulamento (CE) 1698/2005 | Regulamento (CE) 1974/2006 | Códigos CE |
| EIXO 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal | | | | | | |
| 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 1.1.1 | Formação profissional | Artigo 20º, alínea a), i) e Artigo 21º | Anexo II, ponto 5.3.1.1.1. | 111 |
| | | 1.1.2 | Acções de Informação | Artigo 20º, alínea a), i) e Artigo 21º | Anexo II, ponto 5.3.1.1.1. | 111 |
| 1.2 | Instalação de jovens agricultores | | | Artigo 20º, alínea a), ii) e Artigo 22º | Artigo 13º e Anexo II, ponto 5.3.1.1.2. | 112 |
| 1.3 | Reforma antecipada | | | Artigo 20º, alínea a), iii) e Artigo 23º | Artigo 14º e Anexo II, ponto 5.3.1.1.3. | 113 |
| 1.4 | Serviços de gestão e aconselhamento | 1.4.1 | Serviços de gestão e aconselhamento agrícola | Artigo 20º, alínea a), iv) e v) e Artigos 24º e 25º | Artigos 15º e 16º e Anexo II, pontos 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5 | 114, 115 |
| | | 1.4.2 | Serviços de aconselhamento florestal | Artigo 20º, alínea a), iv) e v) e Artigos 24º e 25º | Artigos 15º e 16º e Anexo II, pontos 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5 | 114, 115 |
| 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | | | Artigo 20º, alínea b), i) e Artigo 26º | Artigo 17º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.1. | 121 |
| 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | | | Artigo 20º, alínea b), ii) e Artigo 27º | Artigo 18º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.2. | 122 |
| 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | | | Artigo 20º, alínea b), iii) e Artigo 28º | Artigo 19º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3. | 123 |
| 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | | | Artigo 20º, alínea b), iv) e Artigo 29º | Artigo 20º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.4. | 124 |
| 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | | | Artigo 20º, alínea b), i), ii) e iii) e Artigos 26º, 27º e 28º | Artigos 17º, 18º e 19º e Anexo II, pontos 5.3.1.2.1, 5.3.1.2.2 e 5.3.1.2.3. | 121, 122, 123 |
| 1.10 | Catástrofes naturais | | | Artigo 20º, alínea b), vi) | Anexo II, ponto 5.3.1.2.6. | 126 |
| 1.11 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 1.11.1 | Caminhos agrícolas e rurais | Artigo 20º, alínea b), v) e Artigo 30º | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5. | 125 |
| | | 1.11.2 | Abastecimento de água às explorações agrícolas | Artigo 20º, alínea b), v) e Artigo 30º | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5. | 125 |
| | | 1.11.3 | Abastecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | Artigo 20º, alínea b), v) e Artigo 30º | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5. | 125 |
| | | 1.11.4 | Ordenamento agrário e estruturação fundiária | Artigo 20º, alínea b), v) e Artigo 30º | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5. | 125 |
| | | 1.11.5 | Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | Artigo 20º, alínea b), v) e Artigo 30º | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5. | 125 |

Quadro 56 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 2 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | CORRESPONDÊNCIAS | | |
|---|---|--------|--|---|--|------------|
| Código | Designação | Código | Designação | Regulamento (CE) 1698/2005 | Regulamento (CE) 1974/2006 | Códigos CE |
| EIXO 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural | | | | | | |
| 2.1 | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | | | Artigo 36º, alínea a), ii), Artigo 37º e Artigo 50º | Anexo II, ponto 5.3.2.1.2. | 212 |
| 2.2 | Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 | 2.2.1 | Promoção de modos de produção sustentáveis | Artigo 36º, alínea a), iv) e Artigo 39º | Artigos 27º e 28º e Anexo II, ponto 5.3.2.1.4. | 214 |
| | | 2.2.2 | Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | Artigo 36º, alínea a), iv) e Artigo 39º | Artigos 27º e 28º e Anexo II, ponto 5.3.2.1.4. | 214 |
| | | 2.2.3 | Pagamentos Rede Natura 2000 | Artigo 36º, alínea a), iii) e Artigo 38º | Artigos 26º e 34º e Anexo II, ponto 5.3.2.1.3. | 213 |
| 2.3 | Apoio a Investimentos não produtivos | | | Artigo 36º, alínea a), vi) e Artigo 41º | Artigo 29º e Anexo II, ponto 5.3.2.1.6. | 216 |
| 2.4 | Gestão do espaço florestal | 2.4.1 | Investimentos para utilização sustentável das terras florestais | Artigo 36º, alínea b), i e Artigos 42º, 43º. | Artigos 30º e 31º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.1. | 221 |
| | | | | Artigo 36º, alínea b), ii e Artigos 42º, 44º. | Artigos 30º e 32º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.2. | 222 |
| | | | | Artigo 36º, alínea b), iii e Artigos 42º, 45º. | Artigo 30º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.3. | 223 |
| | | 2.4.2 | Valorização da utilização sustentável das terras florestais | Artigo 36º, alínea b), iv e Artigos 42º, 46º. | Artigos 30º e 34º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.4. | 224 |
| | | | | Artigo 36º, alínea b), v e Artigos 42º, 47º. | Artigo 30º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.5. | 225 |
| | | | | Artigo 36º, alínea b), vi e Artigos 42º, 48º. | Artigos 30º e 33º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.6. | 226 |
| | | | | Artigo 36º, alínea b), vii e Artigos 42º, 49º. | Artigos 29º e 30º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.7. | 227 |

Quadro 57 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 3 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | CORRESPONDÊNCIAS | | |
|---|---|--------|---|--|---|------------|
| Código | Designação | Código | Designação | Regulamento (CE) 1698/2005 | Regulamento (CE) 1974 /2006 | Códigos CE |
| EIXO 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural | | | | | | |
| 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 3.1.1 | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas | Artigo 52º, alínea a), i) e Artigo 53º | Artigo 35º e Anexo II, ponto 5.3.3.1.1. | 311 |
| | | 3.1.2 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | Artigo 52º, alínea a), ii) e Artigo 54º | Anexo II, ponto 5.3.3.1.2. | 312 |
| | | 3.1.3 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | Artigo 52º, alínea a), iii) e Artigo 55º | Anexo II, ponto 5.3.3.1.3. | 313 |
| 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 3.2.1 | Serviços básicos para a economia e população rurais | Artigo 52º, alínea b), i) e Artigo 56º | Anexo II, ponto 5.3.3.2.1. | 321 |
| | | 3.2.2 | Conservação e valorização do património rural | Artigo 52º, alínea b), iii) e Artigo 57º | Anexo II, ponto 5.3.3.2.3. | 323 |
| 3.3 | Formação e informação | | | Artigo 52º, alínea c) e Artigo 58º | Anexo II, ponto 5.3.3.3. | 331 |

Quadro 58 - Correspondência das medidas e acções escolhidas para o Eixo 4 do PRORURAL com as disposições dos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | CORRESPONDÊNCIAS | | |
|------------------------|---|--------|-----------------------------|--|--|------------|
| Código | Designação | Código | Designação | Regulamento (CE) 1698/2005 | Regulamento (CE) 1974/2006 | Códigos CE |
| EIXO 4 - LEADER | | | | | | |
| 4.1 | Execução de estratégias locais de desenvolvimento | | | Artigos 61º, 62º, 63º, alínea a) e 64º | Artigo 37º e Anexo II, ponto 5.3.4.1. | 413 |
| 4.2 | Cooperação LEADER | 4.2.1 | Cooperação interterritorial | Artigos 61º, 62º, 63º, alínea b) e 65º | Artigos 37º e 39º e Anexo II, ponto 5.3.4.2. | 421 |
| | | 4.2.2 | Cooperação transnacional | Artigos 61º, 62º, 63º, alínea b) e 65º | Artigos 37º e 39º e Anexo II, ponto 5.3.4.2. | 421 |
| 4.3 | Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios | | | Artigos 61º, 62º e 63º, alínea c) | Artigos 37º e 38º e Anexo II, ponto 5.3.4.3. | 431 |

5.2. Requisitos relativos a todas ou várias medidas

Transição

As regras e procedimentos a aplicar a compromissos assumidos durante períodos de programação anteriores e cujos pagamentos terão lugar após 31-12-2006, respeitarão as disposições do Regulamento (CE) 1320/2006, que estabelece as regras relativas à transição no que respeita ao apoio ao desenvolvimento rural previsto no Regulamento (CE) 1698/2005.

Estes compromissos foram assumidos essencialmente no âmbito do PDRu-Açores:

Reforma antecipada

No período 2000-2006 foram assumidos compromissos que se prolongarão até 2017. As candidaturas aprovadas no período 1994 a 1999, ao abrigo do disposto no Regulamento (CEE) n.º 2079/92, originaram compromissos financeiros que se manterão activos até ao ano de 2010. Em consequência, no período 2007-2013, serão afectos ao pagamento de compromissos assumidos anteriormente cerca de 8,5 milhões de Euros (DP).

Indemnizações Compensatórias

Os agricultores que actualmente beneficiam desta medida apresentam anualmente a sua candidatura, devendo fazê-lo por um período mínimo de 5 anos consecutivos, que poderá ser completado no período 2007 a 2013. A todos os agricultores que se candidatarem, ou recandidatarem, a partir de 2007, serão aplicadas as disposições constantes deste programa. Nem todos os pagamentos relativos à anualidade de 2006 foram liquidados naquele ano, nomeadamente por razões relacionadas com a necessidade de controlo de verificação, transitando para o actual período de programação.

Medidas Agro-Ambientais

Até completarem os 5 anos de compromisso as candidaturas apresentadas em 2003, 2004, 2005 e 2006 manter-se-ão activas nas condições em que foram aprovadas, podendo contudo os agricultores optar pela transformação do seu compromisso num novo compromisso mais exigente, nos termos do disposto no artigo 11.º do regulamento de transição.

Às candidaturas formalizadas a partir do ano de 2007 aplicar-se-ão as disposições e medidas propostas no presente programa. Transitarão para o período 2007 -2013 encargos financeiros de cerca de 18,4 milhões de Euros (DP).

Florestação de Terras Agrícolas

Mantêm-se em vigor no período 2007-2013 compromissos que foram assumidos no período 1994-1999 (97% relativos a prémios por perda de rendimento) no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 2080/92 e que se prolongarão até 2024; e, ainda, os que resultam de candidaturas aprovadas no período 2000-2006 (80% relativos a prémios por perda de rendimento) que se prolongarão até 2027. Deste modo, no quadro do presente programa, serão afectos ao pagamento de compromissos assumidos no passado cerca de 9,5 milhões de Euros (DP).

No âmbito do PRODESA ainda não é possível prever os compromissos que transitarão para o PRORURAL. Devido à natureza e/ou dimensão dos projectos, poderão ocorrer situações de transição, nomeadamente no que se refere às Acções 2.1.1, 2.2.3 e 2.2.4.

Auxílios de Estado

Será garantido o respeito dos procedimentos e critérios de compatibilidade material aplicáveis às ajudas estatais, em especial os limites máximos do apoio público a título dos artigos 87.º a 89.º do Tratado relativamente às medidas ao abrigo dos artigos 25.º e 52.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 e às operações no quadro das medidas ao abrigo dos artigos 28.º e 29.º do mesmo regulamento que não são abrangidas pelo artigo 36.º do Tratado.

Condicionabilidade

Os requisitos em matéria de ecocondicionalidade, que afectam a execução de várias medidas de desenvolvimento rural, são idênticos aos previstos no Regulamento (CE) n.º 1782/2003. Estes requisitos estão identificados no ponto 5.3.2.

Apoio às Medidas de Investimento

O apoio às medidas de investimento corresponde a objectivos claramente definidos, que reflectem as necessidades territoriais e as desvantagens estruturais identificadas no Plano Estratégico Nacional e no presente programa.

Os beneficiários das medidas de apoio ao investimento podem solicitar ao organismo pagador o pagamento de um adiantamento. Os adiantamentos serão concedidos nas condições previstas no artigo 56º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006.

Não acumulação de auxílios

Serão adaptados critérios e regras administrativas destinados a garantir que as operações que beneficiam excepcionalmente do apoio ao desenvolvimento rural no âmbito dos regimes de apoio constantes do anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006 não beneficiam simultaneamente de outros instrumentos pertinentes da política agrícola comum.

Coerência e plausibilidade dos cálculos

Nos termos do n.º 2 do artigo 48.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006 e a fim de garantir e confirmar a adequação e a exactidão dos cálculos dos pagamentos a título dos artigos 38.º, 39.º, 40.º e 43.º a 47.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, que integram o PRORURAL:

- Pagamentos Natura 2000 em zonas agrícolas;
- Pagamentos agro-ambientais;
- Primeira florestação de terras agrícolas;
- Primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas;
- Primeira florestação de terras não agrícolas;
- Pagamentos Natura 2000 em zonas florestais;
- Pagamentos silvo-ambientais;

a Região Autónoma dos Açores assegurou a realização de controlos adequados por uma entidade independente dos responsáveis pela realização desses cálculos, a AGRO.GES, sociedade de estudos e projectos, empresa responsável pela realização da Avaliação ex-ante e da Avaliação Estratégica Ambiental do PRORURAL

Engenharia financeira

As acções de engenharia financeira, contemplando, em especial, os fundos de capital de risco, os fundos para empréstimo e os fundos de garantia, serão implementadas com base em planos de gestão empresarial, geridas por entidades autónomas e tais fundos investirão ou fornecerão garantias unicamente para a criação, o arranque ou a expansão de empresas com viabilidade. A operacionalização dessas acções será efectuada mediante protocolos a estabelecer entre a autoridade de gestão do programa, por um lado, e as entidades gestoras desses fundos, por outro, donde constarão designadamente:

- O conteúdo do plano de gestão empresarial, que incluirá os requisitos a que se refere o n.º 1 do artigo 51.º do Regulamento (CE) 1974/2006;

- A natureza das despesas elegíveis, incluindo as relativas à gestão desses fundos que respeitarão o disposto no n.º 6 do artigo 51.º Regulamento (CE) 1974/2006 (limites máximos dos valores médios anuais dos capitais realizados);
- A forma de apurar as despesas elegíveis finais, para efeitos do fecho das contas anuais relativas ao último ano de execução do programa;
- Os critérios para reutilizar os resultados financeiros, incluindo os provenientes dos juros gerados pelas ajudas públicas, que sejam obtidos após o encerramento do programa.

Quando a contribuição do FEADER visar o reforço de fundos existentes a nível nacional/regional, serão justificados os reforços bem como a participação e o respectivo nível do FEADER; serão ainda explicitados nos respectivos Planos Estratégicos (empresariais), mantendo-se a política de saída dos investimentos e as regras de liquidação dos fundos, as alterações que o reforço provoque nos planos originais, nomeadamente ao nível dos mercados-alvo, orçamento operacional, na parceria de co-financiamento e, no mesmo sentido, será demonstrada a viabilidade do reforço. Em qualquer caso, o reforço dos fundos por parte do FEADER não visará redução da participação do sector privado.

No caso da contribuição do FEADER visar a criação de novos fundos, a sua concessão implicará para além da apresentação do Plano empresarial com todos os elementos necessários à sua avaliação e conformidade os quais serão parte integrante do contrato de concessão de ajudas, a demonstração da sua viabilidade. Demonstrarão ainda que não contribuirão para a distorção da concorrência nos respectivos mercados e que se enquadrarão nas regras comunitárias para as ajudas estatais, exigidas e fiscalizadas pelas entidades nacionais competentes (Banco de Portugal e CMVM), nomeadamente, no contexto da contribuição do FEADER para os fundos, para os respectivos investidores (com exclusão de ajudas a investidores financeiros) e para as empresas que deles beneficiarão.

A Autoridade de Gestão informará previamente a Comissão Europeia sobre a criação de novos fundos com participação do FEADER.

As contribuições do FEADER e de outras fontes públicas para os fundos, os investimentos realizados pelos fundos em empresas e as garantias fornecidas pelos fundos a favor de empresas estão sujeitos às disposições do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 ou às regras comunitárias para as ajudas estatais.

Na eventualidade de serem definidas regras que colidam ou não estejam previstas nos artigos 51.º e 52.º do Regulamento (CE) 1974/2006, as referidas acções de engenharia financeira serão notificadas autonomamente à Comissão Europeia nos termos das disposições relativas às ajudas estatais, estabelecidas na Comunicação da Comissão sobre Auxílios Estatais e Capital de Risco (JO C 235, 28.8.2001) e Comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sobre a forma de garantias (JO C 71 de 11.3.2001).

Salvaguarda de danos ambientais e intervenções em zonas da Rede Natura 2000

A todas as Medidas do Eixo 1 e às medidas florestais aplicar-se-ão cláusulas de salvaguarda com vista a evitar quaisquer danos ambientais, em particular nas zonas da Rede Natura 2000. As disposições da “Directiva Habitats” serão cumpridas em todas as intervenções em zonas da Rede Natura 2000.

Mercados Públicos

A autoridade de gestão certifica-se do cumprimento das normas dos mercados públicos, em conformidade com o disposto nas Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, no Regulamento (CE) nº 1564/2005 e nos princípios do Tratado aplicáveis.

5.3. Informação sobre Eixos e Medidas

5.3.1. EIXO 1 - Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal

O Eixo 1 será operacionalizado através das seguintes medidas e respectivas acções:

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | Códigos CE |
|---------|---|--------|---|-------------|
| Código | Designação | Código | Designação | |
| 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 1.1.1 | Formação profissional | 111 |
| | | 1.1.2 | Acções de Informação | 111 |
| 1.2 | Instalação de jovens agricultores | | | 112 |
| 1.3 | Reforma antecipada | | | 113 |
| 1.4 | Serviços gestão e aconselhamento | 1.4.1 | Serviços de gestão e aconselhamento agrícola | 114, 115 |
| | | 1.4.2 | Serviços de aconselhamento florestal | 114, 115 |
| 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | | | 121 |
| 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | | | 122 |
| 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | | | 123 |
| 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | | | 124 |
| 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | | | 121,122,123 |
| 1.10 | Catástrofes naturais | | | 126 |
| 1.11 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 1.11.1 | Caminhos agrícolas e rurais | 125 |
| | | 1.11.2 | Abastecimento de água às explorações agrícolas | 125 |
| | | 1.11.3 | Abastecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 125 |
| | | 1.11.4 | Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 125 |
| | | 1.11.5 | Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 125 |

As medidas abrangerão a totalidade do território da Região Autónoma dos Açores e serão executadas no período compreendido entre 01/01/2007 e 31/12/2015.

Informações comuns a certas medidas relativas ao sector florestal

Foi realizado nos Açores um processo de reflexão sobre o sector florestal, o qual conduziu à elaboração da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores. Pretendeu-se também que a Estratégia definida fosse o elemento de referência das orientações e planos de acção públicos e privados para o desenvolvimento do sector nas próximas décadas.

A oportunidade desta Estratégia residia ainda no facto de ela ir integrar a Estratégia Florestal Nacional e, deste modo, inserir-se na Estratégia Florestal Comunitária bem como beneficiar, para a sua implementação, as medidas de apoio ao sector florestal no âmbito período de programação 2007-2013.

A medida relativa ao sector florestal - Melhoria do valor económico das florestas, está em consonância com o objectivo 1 - “Aumentar a competitividade (qualidade e eficiência) do sector florestal com vista a uma floresta rentável e sustentável economicamente”, da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores, em articulação com a Estratégia Florestal Nacional.

Esta medida está igualmente enquadrada na Estratégia Florestal Comunitária e no Plano de Acção para as Florestas proposto pela Comissão, nomeadamente no que se refere ao princípio de “contribuir para a competitividade do sector florestal da União Europeia”, tendo em conta o objectivo “melhorar a competitividade a longo prazo e aumentar a utilização sustentada de produtos florestais, bens e serviços”, implementando as acções previstas para os Estados Membros no âmbito do objectivo 1 do Plano de Acção para as Florestas. De facto, serão nesta óptica encorajados os investimentos para aumentar o valor económico das florestas.

MEDIDA 1.1.**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACÇÕES DE INFORMAÇÃO****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alíneas a), i) e artigo 21º |
| Regulamento (CE) n.º1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.1.1. |
| Código de medidas (CE): | 111 - Formação Profissional e Acções de Informação |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

O desafio da modernização e a adaptação ao contexto competitivo global fomenta alterações económicas, tecnológicas e ambientais que, por si, impõem uma constante adaptação do processo produtivo às novas regras de funcionamento dos mercados e da União Europeia.

Melhorar o nível de desempenho passa pela vontade de renovar as competências dos intervenientes no Desenvolvimento dos sectores agrícola, alimentar e florestal, através de um investimento contínuo e articulado nos processos de Formação Profissional e de difusão de Informação incluindo, a divulgação de conhecimentos científicos e práticas inovadoras.

Considerando o trabalho já realizado, constata-se a necessidade de reactivar o esforço dispendido, ampliar o âmbito e a natureza das intervenções com vista a aumentar a sua qualidade, eficácia e eficiência. Neste sentido, procurar-se-á privilegiar a optimização dos recursos e a sua orientação para as actividades formativas e informativas, adequadas às efectivas necessidades das actividades produtivas nos sectores agrícola, alimentar e florestal.

A definição dos apoios nestas áreas deverá estar associado à concretização de objectivos orientados para a criação de valor, promovendo e incentivando os mecanismos de responsabilização através de uma aposta nos vectores da Qualidade e Inovação.

OBJECTIVOS

Esta medida tem como objectivo principal contribuir para:

- Fomentar e melhorar a qualificação, a valorização profissional e a divulgação de informação;
- Dinamizar o processo promotor da Competitividade, da Qualidade e da Inovação através da aquisição de competências, adequadas ao novo conceito de Desenvolvimento e que contribuam para a gestão eficiente e sustentável das empresas do sector.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes Acções:

| | |
|--------------|------------------------|
| Acção 1.1.1. | Formação Profissional. |
| Acção 1.1.2. | Acções de Informação. |

Não serão objecto de apoio os cursos ou formações que façam parte de programas ou sistemas normais do ensino agrícola ou florestal nos graus preparatório, secundário ou superior.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.1 | INPUT | Despesa pública realizada, por Acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 3 235 294 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 882 353 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 4 117 647 |
| | | Apoio FEADER, por Acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 2 750 000 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 750 000 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 3 500 000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.1 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de participantes/intervenção apoiada, por Acção e total: | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 4480 |
| | | - <u>Por género:</u> | |
| | | Homens | 2 688 |
| | | Mulheres | 1 792 |
| | | - <u>Por idade:</u> | |
| | | (< 40 anos) | 2 240 |
| | | (> 40 anos) | 2 240 |
| | | - <u>Por conteúdo da intervenção:</u> | |
| | | Novas tecnologias de informação | 2 688 |
| | | Valorização da paisagem e protecção do ambiente | 2 688 |
| | | Desenvolvimento de sistemas de qualidade | 4 032 |
| | | Gestão agrícola, agro-alimentar e Florestal | 4 032 |
| | | Produção de qualidade | 4 480 |
| | | Especialização e diversificação agrícola, agro-alimentar e Florestal | 1 792 |
| | | Sistemas de produção inovadores | 2 688 |
| | | Outros | 2 688 |
| | | - <u>Por tipo de participantes:</u> | |
| | | Pessoas em actividade no sector agrícola | 3 550 |
| | | Pessoas em actividade no sector alimentar | 680 |
| | | Pessoas em actividade no sector florestal | 250 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 105 000 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 109 480 |
| | | N.º dias de formação/acções de informação recebidos (1 dia = 8 Horas de formação/ acções de informação): | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 2 069 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 600 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 2 669 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.1 | RESULTADOS | N.º de participantes que finalizaram com sucesso as intervenções, por acção e total: | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 4 256 |
| | | - <u>Por género:</u> | |
| | | Homens | 2 554 |
| | | Mulheres | 1 702 |
| | | - <u>Por idade:</u> | |
| | | (< 40 anos) | 2 128 |
| | | (> 40 anos) | 2 128 |
| | | - <u>Por tipo de resultado:</u> | |
| | | Atribuição de certificado, grau ou diploma | 4 256 |
| | | - <u>Por tipo de participantes:</u> | |
| | | Pessoas em actividade no sector agrícola | 3 372 |
| | | Pessoas em actividade no sector alimentar | 646 |
| | | Pessoas em actividade no sector florestal | 238 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 105 000 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 109 256 |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|---------------------|--|--------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.1 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de intervenções realizadas, por Acção e total: | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 280 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 128 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 408 |
| | | N.º de formadores/oradores por intervenção, por Acção e total: | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 840 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 640 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 1 480 |
| | | N.º total de horas, por Acção e total: | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 16 800 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 640 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 17 440 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|-----------------|---|--------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.1 | RESULTADOS | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas, por Acção e total: | |
| | | - Acção 1.1.1 - Formação Profissional | 4 032 |
| | | - Acção 1.1.2 - Acções de Informação | 94 500 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.1 | 98 532 |

| | |
|--------------|-----------------------|
| Acção 1.1.1. | Formação Profissional |
|--------------|-----------------------|

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alíneas a), i) e artigo 21º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.1.1. |
| Código de medidas (CE): | 111 - Formação Profissional e Acções de Informação |

OBJECTIVOS

Esta Acção tem como objectivos:

- Promover a formação de jovens agricultores e de activos dos sectores da agricultura, silvicultura e indústria agro-alimentar conferindo-lhes competências específicas para o desenvolvimento das suas actividades;
- Promover acções específicas de formação técnica e económica, acompanhando as prioridades da estratégia de Desenvolvimento Rural e incrementando a articulação entre o processo de formação e os objectivos propostos para os investimentos apoiados noutras medidas do programa;
- Promover a formação de técnicos intervenientes nos sectores da agricultura, silvicultura e indústria agro-alimentar.

DESCRIÇÃO

Esta Acção contempla o apoio à formação para o desenvolvimento de competências específicas dos activos dos sectores agrícola, florestal e agro-alimentar através da estruturação de uma oferta formativa integrada e contínua.

Paralela e complementarmente, alarga-se o âmbito das intervenções através da dinamização da formação e da especialização em áreas como as novas tecnologias da informação, a qualidade dos

produtos, a gestão sustentável dos recursos naturais, a utilização de práticas compatíveis com a manutenção/valorização da paisagem e a protecção do ambiente.

Para as situações descritas, a formação profissional a desenvolver será adaptada à realidade dos activos que tratam de questões agrícolas, agro-alimentares e florestais, a fim de promover não só a aquisição de novas competências como também, a mudança de atitudes e comportamentos associados a um melhor desempenho e a uma convicta aptidão empresarial no sector.

O acesso a esta Acção é feito através de um plano de formação enquadrado nos objectivos considerados como prioritários.

A entidade candidata, deve obedecer a critérios de idoneidade, estar devidamente acreditada para efeitos de realização de acções de formação profissional específica e garantir a capacidade de realização da formação a que se propõe.

Para que os cursos possam ser reconhecidos e certificados pelo Organismo oficial que tutela o sector agrícola, agro-alimentar e florestal pretende-se harmonizar os *curricula* das acções e efectuar a homologação das acções de formação.

A homologação de uma acção de formação assegura que a acção, ministrada por uma entidade formadora, é apropriada para a aquisição ou aperfeiçoamento das competências propostas e que são cumpridos os requisitos fundamentais que garantem a qualidade da formação. Assim, as entidades candidatas, devem estruturar e desenvolver as propostas de formação de acordo com os referenciais de formação preconizados e a tramitação processual prevista para o efeito.

As propostas de formação deverão ser fundamentadas em diagnósticos e levantamento das necessidades, com a caracterização individualizada dos formadores que pretende utilizar e a indicação dos formandos alvo.

Esta Acção articula-se com as medidas de apoio ao investimento, dando prioridade à sua reorientação qualitativa e profissional nos domínios dos processos produtivos, gestão das explorações, transformação e comercialização dos produtos, aplicação de métodos de produção compatíveis com a gestão sustentável dos recursos naturais e diversificação de actividades.

As actividades associadas à formação poderão assumir, de modo complementar, o formato de cursos, seminários e *workshops*.

Deverão ser privilegiados os planos de formação para jovens agricultores e salvaguardados os casos de formação dos jovens agricultores que já se tenham instalado.

Não serão objecto de apoio os cursos ou formações que façam parte de programas ou sistemas normais do ensino agrícola ou florestal nos graus preparatório, secundário ou superior.

BENEFICIÁRIOS

As entidades responsáveis pela execução da Acção serão a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, directamente ou através das suas Direcções Regionais e Institutos; outras Entidades de direito privado titulares de pedidos de financiamento de formação, acreditadas como entidades formadoras e que procedam à respectiva homologação dos cursos a desenvolver nas áreas agrícola, agro-alimentar e florestal.

A selecção das entidades de direito privado, será efectuada na sequência de um concurso público que obedecerá às normas de mercados públicos.

Os destinatários finais da acção são todos os adultos que tratem de questões agrícolas, alimentares e florestais, nomeadamente, técnicos, jovens agricultores com escolaridade mínima obrigatória (determinada em função da data de nascimento), agricultores empresários, mão-de-obra familiar e trabalhadores agrícolas das zonas abrangidas pelas intervenções.

Na Região e para a área de intervenção desta medida, a oferta formativa oriunda dos sistemas normais de ensino é escassa e residual. Os activos do sector, considerados como potenciais beneficiários de outras Medidas deste Programa, pela via normal de ensino não adquirem as aptidões e competências profissionais, preconizadas como condição de acesso a apoios nele previstos. Neste contexto, a estrutura de formação implementada pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas dá resposta a uma necessidade de intervenção: as acções de formação dirigidas aos activos do sector são realizadas por técnicos da entidade (formadores internos) e por técnicos externos à entidade, articulando a abrangência temática com as medidas de apoio ao investimento constantes neste Programa.

Estas acções dirigidas aos activos no sector, apresentam dois vectores de intervenção distintos e complementares: a componente “Formação” que atribui as aptidões e competências necessárias para o início da actividade profissional e, a componente formação de “Aperfeiçoamento e Especialização” que orienta a actividade do activo/participante para a criação de Valor na actividade que desenvolve.

As acções dirigidas aos técnicos, nas quais também participam elementos provenientes de entidades públicas, reflectem a necessidade de actualização técnica e pedagógica dos formadores, intervenientes fundamentais no processo formativo acima descrito.

O efeito multiplicador reflecte-se pela actuação de todos os intervenientes no processo: técnicos/formadores e activos no sector. Por um lado, a qualificação técnica torna o desempenho dos formadores mais eficaz e atractivo, gerando um veículo de transmissão de informação privilegiado para os activos do sector. Por outro, a rede de conhecimento e proximidade estabelecida gera, nos activos do sector, novas necessidades de formação/informação. Desta forma, é criado um *feed-back* pro-activo que permite a construção de uma dinâmica de procura e de oferta adequada ao novo conceito de Desenvolvimento. Este processo tem o seu efeito multiplicador dentro deste quadro de par Acção-Reacção.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas associadas à preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação dos planos e acções de formação.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 1.1.2.

Acções de Informação

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea a), i) e artigo 21º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.1.1. |
| Código de medidas (CE): | 111 - Formação Profissional e Acções de Informação |

OBJECTIVOS

- Melhorar a divulgação, o acesso à informação e a práticas inovadoras que contribuam para uma gestão eficiente e sustentável das explorações agrícolas e florestais e empresas agro-alimentares;
- Promover a articulação entre a produção de conhecimento técnico e científico e os seus potenciais utilizadores;
- Fomentar a utilização de instrumentos melhor adaptados aos domínios da sociedade da informação e das novas tecnologias.

DESCRIÇÃO

A Acção apoia toda a concepção, realização e divulgação de informação que promova actividades de estruturação e disponibilização da informação técnica, económica, legislativa e organizacional, necessárias ao desenvolvimento das áreas estratégicas nos sectores agrícola, florestal e agro-alimentar.

A disponibilização de informação e a sensibilização dos agentes dos sectores referenciados poderá ser efectuada através de actividades de informação e demonstração (feiras e dias abertos), seminários e/ou *workshops* promovidos pela entidade responsável pela execução da acção ou em parcerias, informação *on-line* e documental, publicações diversas em suporte físico (*posters*, folhetos de divulgação, desdobráveis, avisos agrícolas, revistas, entre outros) e edição de programas a difundir nos *media*, nomeadamente na televisão.

BENEFICIÁRIOS

A entidade responsável pela execução da Acção será a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, directamente ou através das suas Direcções Regionais e Institutos.

Os destinatários finais da acção são todos os agentes dos sectores agrícola, florestal e agro-alimentar das zonas abrangidas pelas intervenções.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas associadas à descrição das actividades, nomeadamente no que respeita aos processos relativos à preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das intervenções.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

MEDIDA 1.2**INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea a), ii) e artigo 22º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 13º e Anexo II, ponto 5.3.1.1.2. |
| Código de medidas (CE): | 112 - Instalação de Jovens Agricultores |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

O sector agrícola regional apresenta uma estrutura empresarial envelhecida e pouco adaptável à mudança e inovação. O prémio à primeira instalação destina-se a incentivar a renovação do tecido empresarial agrícola, fortalecendo a sua manutenção em termos económicos e sociais, viabilizando a fixação dos jovens no meio rural e aumentando a capacidade competitiva do sector.

OBJECTIVOS

Esta medida tem como principais objectivos:

- Renovação do tecido empresarial agrícola;
- Manutenção e reforço de um tecido económico e social viável nas zonas rurais;
- Melhoria dos rendimentos agrícolas e das condições de vida e de trabalho;
- Promoção da capacidade competitiva do sector agrícola;

ÂMBITO E ACÇÕES

Esta medida contempla a atribuição de apoios específicos à instalação de jovens agricultores que se instalem pela 1ª vez e que assumam a titularidade e a gestão de uma exploração agrícola.

BENEFICIÁRIOS

Jovens Agricultores em regime de primeira instalação.

DEFINIÇÃO DE PRIMEIRA INSTALAÇÃO

Entende-se por primeira instalação quando o Jovem agricultor instala-se pela primeira vez numa exploração agrícola na qualidade de responsável da exploração

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

Têm acesso às ajudas os jovens agricultores em regime de 1ª instalação que preencham os seguintes requisitos:

- Se instalem como agricultores a título principal.
- Tenham mais de 18 e menos de 40 anos na data em que o pedido de apoio é apresentado.
- Possuam, à data em que o pedido de apoio é apresentado, aptidões e competências profissionais adequadas. Considera-se que esta condição está preenchida quando se verificar uma das situações referidas nas alíneas seguintes:
 - a) Estejam habilitados com curso superior, médio, técnico - profissional ou equivalente nos domínios da agricultura, silvicultura, pecuária ou ambiente;
 - b) Estejam habilitados com curso de formação profissional para empresários agrícolas, ou outros cursos equivalentes reconhecidos pela SRAF;
 - c) Tenham trabalhado na agricultura, silvicultura ou pecuária como assalariados ou em regime de mão de obra familiar, nos 5 anos anteriores à data de apresentação do pedido de apoio e por período não inferior a 3 anos, desde que prestem provas de avaliação junto dos serviços competentes sobre a matéria directamente relacionada com a actividade ou actividades em que se vão instalar, e se obriguem a frequentar cursos/formações sobre as actividades a desenvolver na exploração, com a duração mínima de 150 horas. Estes cursos/formações devem estar previstos no plano empresarial referido no travessão seguinte e estar completados, com aproveitamento,

num prazo máximo de 36 meses a contar da data da decisão individual de concessão do apoio.

- Apresentem um plano empresarial para o desenvolvimento das suas actividades agrícolas, na data em que o pedido de apoio é apresentado.
- Se comprometam a exercer a actividade durante 5 anos, a contar da data de celebração do contrato da atribuição da ajuda, e em qualquer caso, até ao seu termo e de se adaptarem às normas comunitárias num prazo de 36 meses, a contar da data da instalação.
- Utilizem uma exploração que necessite de um volume de trabalho mínimo de 1 UTA, devendo esse volume de trabalho ser atingido no prazo máximo de 2 anos.

Quando o jovem agricultor não se instale como chefe único da exploração agrícola, podem ser aplicados requisitos específicos. Tais requisitos devem ser equivalentes aos exigidos a um jovem agricultor que se instale como único chefe de uma exploração

Plano Empresarial

O plano empresarial referido no ponto anterior deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- A situação inicial da exploração agrícola e as etapas e metas específicas para o desenvolvimento das actividades da nova exploração;
- Informações pormenorizadas sobre investimentos, formação, aconselhamento ou outras acções necessárias para o desenvolvimento das actividades da exploração agrícola, bem como a interligação às outras medidas do Programa ao qual se pretende candidatar.
- A demonstração da viabilidade económica da exploração, que deverá ser atingida num período máximo de 3 anos a contar do momento da instalação. A exploração, num quadro de multifuncionalidade, deve ter capacidade para remunerar de forma aceitável o trabalho empregue, isto é, o resultado da exploração adicionado aos salários pagos por UTA deverá ser superior ao salário mínimo nacional.

O plano empresarial será submetido a um processo de avaliação e acompanhamento, com vista a aferir a sua execução.

A avaliação será efectuada, com base em vistorias às explorações, para verificar o seu cumprimento, no mínimo duas vezes ao longo da sua execução.

Em simultâneo o proponente pode concorrer à medida 1.5 deste programa.

PRIORIDADES

Será dada prioridade na análise e decisão das candidaturas à primeira instalação, cujo plano empresarial preveja acções de natureza ambiental.

Em caso de restrições orçamentais é concedida prioridade às primeiras instalações cujo plano empresarial preveja:

- A apresentação de um projecto de investimento ao abrigo da Medida 1.5, cujos investimentos incidam em acções de natureza ambiental, nomeadamente instalação de energias renováveis;
- A apresentação de um projecto de investimento ao abrigo da Medida 1.5, nas áreas da diversificação e da produção de qualidade;
- A apresentação de um projecto de investimento ao abrigo da Medida 1.5 nas outras áreas;
- A associação da primeira instalação a um processo de reforma antecipada nos termos da Medida 1.3.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

Os apoios à 1ª instalação incluem um prémio único, atribuído sob a forma de subsídio em capital a fundo perdido, cujo montante poderá atingir os 40.000 euros. A decisão individual de concessão do apoio será adoptada nos 18 meses seguintes à data da instalação.

O prémio único tem um valor base de 35 000 €, que será majorado nas seguintes situações:

- Jovem sem habilitações ou formação, previstas na alínea a e b do travessão 4 das condições de acesso e cujo projecto de investimento não prevê a agregação de duas ou mais explorações: 35 000 euros;
- Jovem com habilitações ou formação, previstas na alínea a e b do travessão 4 das condições de acesso e cujo projecto de investimento não prevê a agregação de duas ou mais explorações: 37 500 euros;
- Jovem sem habilitações ou formação, previstas na alínea a e b do travessão 4 das condições de acesso e cujo projecto de investimento prevê a agregação de duas ou mais explorações: 37 500 euros;
- Jovem com habilitações ou formação, previstas na alínea a e b do travessão 4 das condições de acesso e cujo projecto de investimento prevê a agregação de duas ou mais explorações: 40 000 euros.

Este prémio será dividido em duas fracções:

- Primeira fracção, no valor de 75% do valor do prémio, concedida após a celebração do contrato de concessão da ajuda;
- Segunda fracção, no valor de 25% do valor do prémio, concedida após a conclusão do plano empresarial, bem como da verificação do cumprimento do mesmo pela entidade gestora da medida.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.2 | INPUT | Despesa pública realizada total (€): | 8.823.529 |
| | | Apoio FEADER total (€): | 7.500.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|-------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.2 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de jovens agricultores instalados | 200-230 |
| | | - H/M | 160-180 / 40-50 |
| | | - Idade (18-30 e 31-40) | 55% e 45% |
| | | - Com ligação a processos de reforma antecipada | 50-100 |
| | | - Por ramo de actividade (Produção animal/Produção vegetal) | 120-150 / 80 - 90 |
| | | Volume total de investimento associado a primeiras instalações (€): | 8 823 529 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.2 | RESULTADOS | Acréscimo do VAB nas explorações beneficiárias do prémio à primeira instalação (%): | 15% |

MEDIDA 1.3**REFORMA ANTECIPADA****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea a), iii) e Artigo 23 |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 14º e Anexo II, ponto 5.3.1.1.3. |
| Código de medidas (CE): | 113 – Reforma Antecipada de agricultores e trabalhadores agrícolas |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Reforma Antecipada tem por objectivo a mudança estrutural das explorações agrícolas, através do rejuvenescimento e/ou redimensionamento físico e económico das explorações, visando também a intervenção ao nível do reordenamento agrário.

OBJECTIVOS

- Favorecer o emparcelamento agrícola de exploração ou parcelas de modo a permitir uma maior viabilidade económica das novas explorações.
- Proporcionar um rendimento adequado aos agricultores que decidam cessar as suas actividades agrícolas;
- Favorecer a substituição desses agricultores idosos por agricultores que possam melhorar a viabilidade económica das explorações resultantes;

ÂMBITO

Esta medida contempla a atribuição de apoios específicos aos agricultores que pretendam cessar a sua actividade agrícola antes da idade normal da reforma.

BENEFICIÁRIOS

- Cedente: O agricultor que cessa definitivamente toda a actividade agrícola com objectivos comerciais nos termos deste regime de ajudas.
- Trabalhadores: Os familiares, exceptuando o cônjuge, e os assalariados agrícolas que trabalham na exploração do cedente antes da reforma antecipada deste e cessam definitivamente toda a sua actividade agrícola.
- Cessionário: A pessoa ou organismo que toma total ou parcialmente, as terras libertadas pelo cedente a fim de ampliar a sua exploração.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

Podem beneficiar da ajuda à Reforma Antecipada todos os agricultores com idade compreendida entre os 55 e os 65 anos de idade que tenham exercido a actividade nos últimos 10 anos, que estejam inscritos na segurança social como produtores agrícolas e tenham possibilidade de completar o prazo mínimo de garantia ao atingir idade legalmente prevista da reforma, e que sejam titulares de uma exploração com uma área mínima de 1 hectare.

A ajuda poderá beneficiar o cedente e o respectivo cônjuge ou equiparado, desde que ambos trabalhem na exploração e cessem simultaneamente a actividade agrícola.

Neste caso, o cônjuge deve ter idade compreendida entre os mesmos limites, estar inscrito na segurança social como produtor ou cônjuge do produtor agrícola e com possibilidade de completar o prazo mínimo de garantia na idade normal de reforma, e ter dedicado à agricultura, na exploração em causa e nos últimos quatro anos, pelo menos metade do seu trabalho.

Também podem beneficiar do apoio à reforma antecipada, no máximo dois trabalhadores agrícolas, familiares ou não do cedente, que trabalham na exploração do agricultor, e que com ele cessam a sua actividade, desde que:

- Estejam dentro do mesmo escalão etário indicado para o cessante;
- Se tenham dedicado a tempo inteiro à agricultura, durante os últimos 5 anos na exploração do cedente;
- Estejam inscritos na segurança social como trabalhadores por conta de outrem e tenham possibilidade de completar o prazo mínimo de garantia na idade normal de reforma.

Os cedentes podem reservar 10% da área agrícola da exploração para autoconsumo, até ao limite de 1 ha para as candidaturas com área superior a 10 ha.

Para além das condições de elegibilidade já referidas os cedentes terão de assegurar a utilização futura da exploração agrícola através da venda, arrendamento ou doação a outro agricultor (cessionário) excepto o cônjuge ou equiparado.

O cessionário deve residir ou ter a sede na ilha da exploração transmitida, ter capacidade profissional adequada e, no máximo ter idade de 45 anos. Este limite não se aplica sempre que o cessionário for proprietário da terra transmitida ou quando o cessionário efectuar uma acção de emparcelamento da área transmitida com alguma(s) parcela(s) de terra que possui.

O cessionário pode ainda ser um jovem agricultor em início de actividade com um projecto de 1ª instalação. A aprovação da candidatura à Reforma Antecipada depende do parecer de aprovação do projecto de 1ª instalação do cessionário.

Ajudas

A ajuda a conceder aos cedentes será paga mensalmente durante um período de 10 anos sem ultrapassar o limite máximo dos 70 anos. Esta ajuda será calculada tendo em conta uma indemnização de base anual, variável de acordo com a situação familiar do cedente:

- Ao cedente individual é atribuída uma indemnização de base anual de 3.600€.
- Ao cedente com cônjuge a cargo é atribuída uma indemnização de base anual de 4.500€.
- Ao cedente e cônjuge é atribuída uma indemnização de base anual de 5.700€.

A indemnização de base anual será majorada em 1500€/ano sempre que a transferência da exploração permita emparcelar uma área igual ou superior a 20% da área da exploração transmitida.

A indemnização de base anual é ainda acrescida de um prémio complementar por hectare de 300€.

A ajuda é paga em prestações mensais até ao limite de 725€, caso do cedente individual, e de 800€ nas situações de cedente com cônjuge a cargo ou 900€ nos casos de cedente e cônjuge do produtor, passando a constituir um complemento da reforma por velhice, de montante equivalente à diferença entre o valor da ajuda atribuída e o valor da respectiva reforma.

O montante máximo anual de que o cedente pode beneficiar é de 10.800€ num total de 108.000 € cumpridos os 10 anos de pagamento.

A ajuda a conceder aos trabalhadores, familiares ou não do cedente, no valor de 291 € mensais, será paga durante um período máximo de 10 anos, até ao limite de idade normal de reforma do beneficiário.

Em caso de morte do beneficiário, cedente ou trabalhador, a ajuda continua a ser paga nas mesmas condições ao seu cônjuge, descendentes menores em primeiro grau ou outras pessoas a cargo, deduzida, se for caso disso, da pensão de sobrevivência.

Outras condições

- Elegibilidade dos cedentes limitada a agricultores a título principal.
- Área mínima 1 ha sendo obrigatório o mínimo de 4 ha para explorações de pecuária.
- O cessionário deve aumentar a exploração de acordo com as seguintes possibilidades:
 - Sempre que se trate de agricultores já instalados, a área das terras libertadas pelo cedente devem corresponder a pelo menos 20% da área da exploração que o cessionário já possui.
 - Sempre que se trate de agricultores já instalados, em que se verifique o emparcelamento da área transmitida com uma parcela da exploração do cessionário, o aumento de área da exploração a apresentar pelo cessionário deve corresponder a pelo menos 5% da área transmitida pelo cedente a esse cessionário.
 - No caso de o cessionário ser um jovem agricultor em regime de 1ª instalação, deverá comprovar que possui um projecto de 1ª instalação aprovado nos termos do proposto para a Medida 1.2 “Instalação de jovens agricultores”

CO-FINANCIAMENTO

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

REGIMES NACIONAIS DE REFORMA E DE REFORMA ANTECIPADA

A protecção nas eventualidades de invalidez ou velhice, no âmbito do sistema de segurança social, é consubstanciada através de regimes de base contributiva (regime geral de inscrição obrigatória e seguro social voluntário de inscrição facultativa) e do regime não contributivo.

O montante mensal das pensões do Regime Geral resulta do número de anos de carreira contributiva e do montante das remunerações registadas e cumprimento do número mínimo de anos necessário para a obtenção dos prazos de garantia previstos.

Regimes de base contributiva:

- Regime Geral: Abrange obrigatoriamente os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes da agricultura, indústria, comércio e serviços e é financiado pelas contribuições dos trabalhadores e, no caso dos trabalhadores subordinados, também das entidades patronais.
- Seguro Social Voluntário: Garante o direito à protecção social de pessoas aptas para o trabalho que estejam obrigatoriamente abrangidas por qualquer regime de protecção social, bem como dos cidadãos nacionais que exerçam actividade profissional no estrangeiro e não estejam abrangidos por instrumento nacional a que Portugal se encontre vinculado.

Prestações do regime geral:

O montante mensal das pensões do Regime Geral resulta do número de anos de carreira contributiva e do montante das remunerações registadas e cumprimento do número mínimo de anos necessário para a obtenção dos prazos de garantia previstos.

- Invalidez: são condições para a sua atribuição o não auferir na sua profissão, em consequência de incapacidade permanente, física ou normal e ter cumprido um prazo de garantia de 5 anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações e com uma densidade contributiva de 120 dias por ano. A pensão dura enquanto se mantiver a situação de incapacidade permanente, que pode ser revista. A pensão de invalidez converte-se automaticamente em pensão de velhice quando o seu titular atingir a respectiva idade.
- Velhice: são condições para a sua atribuição ter idade igual ou superior aos 65 anos e cumprir um prazo de garantia de 15 anos civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações e com uma densidade contributiva de 120 dias por ano. É garantido um valor mínimo, tendo em conta o número de anos relevantes para a taxa de formação da pensão, nos mesmos termos que para a pensão de invalidez. A duração da sua atribuição é vitalícia.
- Prestações do seguro social voluntário: o esquema de prestações revelado do esquema concebido para o regime geral, com algumas particularidades ao nível das condições de atribuição, nomeadamente no que diz respeito a prazos de garantia: 72 meses de contribuições para a invalidez e 144 meses de contribuições para a velhice.

Regime não contributivo:

O acesso ao esquema de protecção na invalidez e na velhice do regime não contributivo depende da verificação de condição de recurso alcançável por quem não tenha rendimentos líquidos mensais superiores a 30% do salário mínimo ou, tratando-se de casal, a 50% desse mesmo salário.

A candidatura à reforma antecipada impõe como condição de elegibilidade dos candidatos cedentes cônjuges ou trabalhadores agrícolas:

- Que não auferam nem tenham requerido pensão de invalidez.

- Que estejam inscritos na segurança social como produtores agrícolas ou cônjuges de produtores agrícolas, que tenham a sua situação contributiva regularizada e tenham contribuído durante um período de, pelo menos 10 anos, que lhes permitam completar, ao atingir os 70 anos, o prazo de garantia;
- Que requeiram a pensão de velhice três meses antes de satisfazer as respectivas condições de atribuição, excepto se a aprovação da candidatura ocorrer nesses período, caso em que deverão fazer no mês imediatamente seguinte ao da aprovação.

Quando se iniciar o pagamento da pensão de velhice, a ajuda passará a constituir um complemento de reforma de montante equivalente á diferença entre o valor da ajuda anual atribuída e o valor anual da respectiva reforma, incluindo o montante adicional da pensão.

ARTICULAÇÃO DA REFORMA ANTECIPADA COM O BANCO DE TERRAS

Pretende-se que a Reforma Antecipada contribua como instrumento para dinamização dos perímetros de emparcelamento através de um novo instrumento a definir legalmente: “O Banco de Terras”.

O IROA poderá, sempre que for conveniente, assumir o acesso às terras libertadas com vista a uma posterior entrega a um cessionário que reúna as condições legais.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.3 | INPUT | Despesa pública realizada total (€): | 15.294.118 |
| | | Apoio FEADER total (€): | 13.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.3 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º agricultores apoiados (H/M, classe etária): | 300 |
| | | Nº de trabalhadores assalariados apoiados (H/M, classe etária): | 10 |
| | | Nº de hectares libertos | 1.600 Ha |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.3 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas | (não determinado) |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | IEP | | Metas |
|--------|------------|---|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.3 | RESULTADOS | Aumento da área média das explorações agrícolas | 4 Ha |

MEDIDA 1.4.**SERVIÇOS DE GESTÃO E ACONSELHAMENTO****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea a), vi) e v) e artigos 24º e 25º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 15º e 16º e Anexo II, pontos 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5 |
| Código de medidas (CE): | <p>114 - Utilização de serviços de aconselhamento agrícola por agricultores e detentores de áreas florestais</p> <p>115 - Criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola, bem como de serviços de aconselhamento florestal</p> |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A complexidade técnica e a abrangência das matérias envolvidas no processo de adaptação das explorações agrícolas e florestais à evolução tecnológica, económica e organizacional e às exigências comunitárias em matéria de condicionalidade e higiene e segurança no trabalho, determinam a necessidade de apoiar a criação de serviços de aconselhamento e gestão, bem como a utilização de serviços de aconselhamento por parte dos agricultores e detentores de áreas florestais.

OBJECTIVOS

Esta medida tem como objectivos principais:

- Contribuir para a melhoria da gestão sustentável das explorações agrícolas e florestais;
- Ajudar os agricultores e detentores de áreas florestais a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão e o desempenho das suas explorações.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes Acções:

| | |
|--------------|--|
| Acção 1.4.1. | Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola |
| Acção 1.4.2. | Serviços de Aconselhamento Florestal |

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.4 | INPUT | Despesa pública realizada, por Acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.4.1 - Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola | 3.141.176 |
| | | Utilização de serviços | 1.391.176 |
| | | Criação de serviços | 1.750.000 |
| | | - Acção 1.4.2 - Serviços de Aconselhamento Florestal | 388.235 |
| | | Utilização de serviços | 82.353 |
| | | Criação de serviços | 305.882 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.4 | 3.529.412 |
| | | Apoio FEADER, por Acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.4.1 - Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola | 2.670.000 |
| | | Utilização de serviços | 1.182.500 |
| | | Criação de serviços | 1.487.500 |
| | | - Acção 1.4.2 - Serviços de Aconselhamento Florestal | 330.000 |
| | | Utilização de serviços | 70.000 |
| | | Criação de serviços | 260.000 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.4 | 3.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.4 | REALIZAÇÃO | N.º de novos serviços de gestão e aconselhamento: | |
| | | - Acção 1.4.1 - Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola | 5 |
| | | - Acção 1.4.2 - Serviços de Aconselhamento Florestal | 2 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.4 | 9 |
| | | N.º de agricultores/silvicultores apoiados: | |
| | | - Acção 1.4.1 - Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola | 1.159 |
| | | - Acção 1.4.2 - Serviços de Aconselhamento Florestal | 50 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.4 | 1.209 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.4 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas, por Acção: | |
| | | - Acção 1.4.1 - Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola | 15% |
| | | - Acção 1.4.2 - Serviços de Aconselhamento Florestal | 5% |

ACÇÃO 1.4.1**Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea a), iv) e v) e artigos 24º e 25º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 15º e 16º e Anexo II, pontos 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5 |
| Código de medidas (CE): | <p>114 - Utilização de serviços de aconselhamento agrícola por agricultores e detentores de áreas florestais</p> <p>115 - Criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola, bem como de serviços de aconselhamento florestal</p> |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivos:

- Incentivar a utilização pelos agricultores de serviços de gestão e aconselhamento agrícola, com vista ao melhoramento do desempenho geral da sua exploração.
- Desenvolver a oferta de serviços de gestão e aconselhamento, de forma a ajudar os agricultores a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão.

ÂMBITO E ACÇÕES

Esta acção contempla o apoio à criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola e à utilização de serviços de aconselhamento por parte dos agricultores.

Utilização de serviços de gestão e aconselhamento agrícola

O apoio à utilização de serviços de aconselhamento é concedido aos agricultores que, de forma voluntária, estejam interessados na utilização de serviços de aconselhamento que abranjam, no mínimo, as áreas previstas nos artigos 4º e 5º e Anexos III e IV do Regulamento (CE) 1782/2003 e as

normas de segurança e higiene no trabalho baseadas em legislação comunitária, com vista ao melhoramento do desempenho geral das suas explorações

Os serviços de aconselhamento devem abranger no mínimo os módulos:

- Ambiente;
- Saúde Pública;
- Saúde Animal;
- Fitossanidade;
- Bem-estar animal;
- Higiene e Segurança no trabalho;
- Boas Condições Agrícolas e Ambientais;

Além da prestação de serviços de aconselhamento poderá ser prevista a prestação de serviços de gestão agrícola, destinados a apoiar os produtores agrícolas na melhoria da gestão técnica e económica das suas explorações.

Criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola

Serão apoiados os custos necessários a criação e desenvolvimento desses serviços.

BENEFICIÁRIOS

Podem beneficiar dos apoios à utilização de serviços de gestão e aconselhamento agrícola os:

- Agricultores que desenvolvam qualquer actividade agrícola, de acordo com o artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1782/2003.

Podem beneficiar dos apoios a criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola as:

- Associações e cooperativas de agricultores de 1º grau e 2º grau, no caso dos apoios à criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola;

CONDIÇÕES DE ACESSO

Para a utilização de serviços de gestão e aconselhamento agrícola:

Os beneficiários deverão apresentar uma candidatura à acção;

O apoio é atribuído aos agricultores que celebrem um contrato de prestação de serviços com uma entidade credenciada. Este contrato deverá indicar o tipo de aconselhamento contratado;

Cada exploração agrícola poderá no máximo celebrar dois contratos de prestação de serviço com um intervalo mínimo de três anos;

Serão credenciadas para a prestação dos serviços de gestão e aconselhamento agrícola as entidades que prestem aconselhamento nas áreas obrigatórias e que obedeçam aos requisitos exigidos para as entidades que beneficiem da ajuda à criação de serviços de gestão e aconselhamento, no que se refere aos recursos adequados, nomeadamente pessoal, equipamento e experiência.

Para a criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola:

As entidades que pretendam prestar aqueles serviços deverão elaborar um plano que abranja, no mínimo, as áreas de aconselhamento obrigatórias. A área territorial de actuação de cada entidade será definida de acordo com as propostas apresentadas, podendo abranger uma ou mais ilhas, de forma a assegurar a melhor cobertura geográfica da Região em termos de oferta deste tipo de serviços às explorações agrícolas. Nas situações em que não esteja assegurada a prestação destes serviços em níveis adequados às necessidades de uma determinada ilha, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), através dos seus serviços operativos, irá garantir a prestação destes serviços aos agricultores.

O carácter específico das matérias abrangidas pela condicionalidade e pela higiene e segurança no trabalho, irá exigir uma qualificação adequada dos técnicos que vão prestar os serviços de aconselhamento. De forma a garantir a prestação de serviços de qualidade, a SRAF preparará um plano de formação destinado a técnicos responsáveis pela prestação daqueles serviços e que incidirá nas áreas que apresentem maiores carências. As acções serão desenvolvidas por diversos organismos da Administração Regional, ou outros organismos reconhecidos para o efeito.

As entidades serão credenciadas ao nível de cada um dos módulos de aconselhamento de carácter obrigatório, podendo ser credenciadas para módulos adicionais, de acordo com as valências que apresentarem no seu plano para a prestação dos serviços.

As entidades, que pretendam desenvolver este serviço serão admitidas com base na sua capacidade técnica, administrativa, financeira e económica para o desenvolvimento das acções previstas no plano apresentado.

Em regra, as entidades deverão assegurar ao agricultor um serviço que abranja, no mínimo, todos os módulos obrigatórios. No entanto, nas situações em que uma exploração não desenvolva actividades relacionadas com determinados módulos, o serviço com eles relacionado pode ser prestado na forma de informação geral, uma vez que não se justificará um aconselhamento específico.

O serviço de aconselhamento (e gestão, quando for o caso) deve ser estruturado em 4 fases:

- Fase 1 - Realização do diagnóstico da exploração, com a identificação de áreas de aconselhamento relevantes face às actividades desenvolvidas.
- Fase 2 - Elaboração de um plano de acção contendo as propostas de medidas a implementar de forma a corrigir as situações identificadas que não satisfaçam as normas e /ou requisitos legais em vigor e a melhorar o desempenho geral da exploração.
- Fase 3 - Avaliação das medidas implementadas e do cumprimento das recomendações.
- Fase 4 - Elaboração do relatório final do serviço prestado.

A SRAF será a entidade responsável pelo processo de credenciação das entidades que irão prestar os serviços de aconselhamento (e gestão, quando for o caso), desempenhando também as funções de avaliação, controlo e supervisão de todo o sistema.

O apoio à criação de serviços de aconselhamento (e gestão, quando for o caso) é concedido através da realização de contratos-programa com entidades credenciadas para a prestação deste tipo de serviços, sendo o apoio degressivo ao longo de um período de 5 anos.

Para beneficiar dos apoios à Criação de Serviços de Aconselhamento Agrícola e à Criação de Serviços Gestão e Aconselhamento Agrícola, as entidades serão seleccionadas no seguimento de um concurso e terão de obedecer aos requisitos estabelecidos no caderno de encargos.

A selecção das entidades respeitará as normas de mercados públicos.

TIPOLOGIA DAS DESPESAS

No caso dos apoios à criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola, são elegíveis as despesas associadas ao desenvolvimento daqueles serviços, nomeadamente:

- Despesas com pessoal técnico e administrativo;
- Rendas;
- Gastos gerais;
- Despesas de constituição;
- Aquisição de bens inventariáveis, tais como, equipamentos e máquinas;
- Despesas destinadas à melhoria das qualificações do pessoal técnico.

No caso dos apoios à utilização de serviços de gestão e aconselhamento consideram-se como despesas elegíveis as despesas associadas à aquisição de serviços de aconselhamento prestados por entidades credenciadas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

Os apoios à criação de serviços de aconselhamento (e gestão, quando for o caso) são concedidos sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido.

Será concedido o apoio, as despesas de funcionamento dos serviços, após a comprovação da execução da despesa.

O apoio será degressivo ao longo de cinco anos, com um nível máximo de ajuda de 100% no primeiro ano:

| Ano | Nível Máximo Ajuda |
|-----|--------------------|
| 1º | 100% |
| 2º | 80% |
| 3º | 60% |
| 4º | 40% |
| 5º | 20% |
| 6º | 0% |

Os montantes máximos elegíveis por entidade beneficiária serão de:

- Criação de Serviços de Aconselhamento: 300.000 euros;
- Criação de Serviços de Aconselhamento e de Gestão: 350.000 euros.

O apoio à utilização de serviços de aconselhamento será atribuído sob a forma de subsídio em capital a fundo perdido no montante máximo de 80% do custo elegível do serviço de aconselhamento. O montante máximo elegível por serviço de aconselhamento é de 1500 euros, por um período de 3 anos.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 1.4.2

Serviços de Aconselhamento Florestal

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea a), vi) e v) e artigos 24º e 25º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 15º e 16º e Anexo II, pontos 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5 |
| Código de medidas (CE): | <p>114 - Utilização de serviços de aconselhamento por agricultores e detentores de áreas florestais</p> <p>115 - Criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola, bem como de serviços de aconselhamento florestal</p> |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivos:

- Desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento, de forma a ajudar os detentores de áreas florestais a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão e o desempenho das suas explorações;
- Incentivar a utilização pelos detentores de áreas florestais de serviços de aconselhamento florestal.

Estes objectivos devem ser prosseguidos assegurando a valorização do sector florestal numa perspectiva de equilíbrio social, ecológico e económico.

DESCRIÇÃO

Esta acção contempla o apoio à criação e utilização de serviços de aconselhamento florestal.

Os serviços de aconselhamento florestal deverão abranger as áreas da gestão sustentável dos recursos florestais, das boas práticas florestais, da silvicultura, da sanidade florestal, da higiene e segurança

florestal e outras que sejam necessárias implementar sempre com o objectivo de valorizar e melhorar a floresta açoriana.

As entidades que pretendam prestar aqueles serviços deverão elaborar um plano que abranja, no mínimo, as áreas de aconselhamento acima mencionadas. A área territorial de actuação de cada entidade será definida de acordo com as propostas apresentadas, podendo abranger uma ou mais ilhas, de forma a assegurar a melhor cobertura geográfica da Região em termos de oferta deste tipo de serviços às explorações silvícolas. Nas situações em que não esteja assegurada a prestação destes serviços em níveis adequados às necessidades de uma determinada ilha, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), através dos seus serviços operativos, irá garantir a prestação destes serviços aos produtores florestais.

O carácter das matérias abrangidas poderá exigir uma qualificação adequada dos técnicos que vão prestar os serviços de aconselhamento. De forma a garantir a prestação de serviços de qualidade, a SRAF preparará um plano de formação destinado a técnicos responsáveis pela prestação daqueles serviços e que incidirá nas áreas que apresentem maiores carências. As acções serão de curta duração e poderão ser desenvolvidas por diversos organismos da Administração Regional, ou outros organismos reconhecidos para o efeito.

O serviço de aconselhamento deve ser estruturado em 3 fases:

- Fase 1 - Realização do diagnóstico da exploração, com a identificação de áreas de aconselhamento relevantes face às actividades desenvolvidas.
- Fase 2 - Elaboração de uma proposta de plano de acção com as medidas de aconselhamento que são necessárias implementar de forma a melhorar o desempenho geral da exploração.
- Fase 3 - Elaboração do relatório final do serviço prestado.

A SRAF será a entidade responsável pelo processo de credenciação das entidades que irão prestar os serviços de aconselhamento, desempenhando também as funções de avaliação, controlo e supervisão de todo o sistema.

O apoio à criação de serviços de aconselhamento é concedido através da realização de contratos-programa com entidades credenciadas para a prestação deste tipo de serviços, sendo o apoio degressivo ao longo de um período de 5 anos.

O apoio à utilização de serviços de aconselhamento é concedido aos detentores de áreas florestais que, de forma voluntária, estejam interessados na utilização de serviços de aconselhamento florestal com vista ao melhoramento do desempenho geral das suas explorações. O apoio é atribuído aos detentores de áreas florestais que celebrem um contrato de prestação de serviços com uma entidade credenciada.

As entidades credenciadas serão seleccionadas tendo em conta a capacidade económica, financeira e técnica adequada ao tipo de acções a desenvolver.

Para beneficiar dos apoios à criação de serviços de aconselhamento, as entidades serão seleccionadas no seguimento de um concurso e terão de obedecer aos requisitos estabelecidos no caderno de encargos.

A selecção das entidades respeitará as normas de mercados públicos.

BENEFICIÁRIOS

Podem beneficiar dos apoios desta acção:

- Associações Agrícolas, Núcleos Florestais de Associações Agrícolas, Empresas Florestais, Associações Florestais e Cooperativas Agrícolas, no caso dos apoios à criação de serviços de aconselhamento florestal;
- Proprietários, Produtores Florestais e Empresas Florestais, no caso dos apoios à utilização de serviços de aconselhamento florestal.

TIPOLOGIA DAS DESPESAS

No caso dos apoios à criação de serviços de aconselhamento florestal, são elegíveis as despesas associadas ao desenvolvimento daqueles serviços, nomeadamente:

- Despesas com pessoal técnico e administrativo;
- Rendas;
- Gastos gerais;
- Despesas de constituição;
- Aquisição de bens inventariáveis, tais como equipamentos e máquinas;
- Despesas destinadas à melhoria das qualificações do pessoal técnico.

No caso dos apoios à utilização de serviços de aconselhamento florestal consideram-se como despesas elegíveis as despesas associadas à aquisição de serviços de aconselhamento prestados por entidades credenciadas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

Os apoios à criação de serviços de aconselhamento florestal são concedidos sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido, com as seguintes taxas de apoio:

- Despesas de investimento: 75% do custo elegível;
- Despesas de funcionamento: 100% das despesas elegíveis no 1º ano, sendo o apoio degressivo em fracções iguais até ao 5º ano, no qual atinge 20% das despesas elegíveis.

O montante máximo elegível, de despesa pública, por entidade beneficiária será de 152.941 euros.

O apoio à utilização de serviços de aconselhamento florestal será atribuído sob a forma de subsídio em capital a fundo perdido, no montante máximo de 80% do custo elegível do serviço de aconselhamento. O montante máximo elegível por serviço de aconselhamento é de 1.500 euros, por um período de 3 anos.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

MEDIDA 1.5.**MODERNIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b),i) e artigo 26º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 17º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.1 |
| Código de medidas (CE): | 121 - Modernização de explorações agrícolas |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

O aumento da competitividade do sector da agricultura não requer apenas um aumento da produtividade da mão-de-obra, mas também da produtividade do capital físico. A modernização das explorações agrícolas, é crucial para promover a performance económica através de uma melhor gestão dos factores de produção, incluindo a introdução de novas tecnologias, qualidade na cadeia alimentar, agricultura biológica e na diversificação, incluindo os sectores não produtivos e “energy crops”, bem como para promover a qualidade ambiental, segurança no trabalho e bem estar animal.

OBJECTIVOS

Esta medida tem como principais objectivos:

- Melhorar o desempenho económico das explorações através de uma melhor gestão dos factores de produção, incluindo a introdução de novas tecnologias;
- Melhorar os rendimentos agrícolas e as condições de vida e de trabalho;
- Manter e reforçar um tecido económico e social viável nas zonas rurais;
- Melhorar a competitividade dos sectores estratégicos da Região;
- Promover o desenvolvimento de actividades e práticas potenciadoras do aproveitamento das condições edafo-climáticas da Região, da preservação do meio ambiente e da criação de ocupações e rendimentos alternativos para os agricultores;

- Produzir produtos de qualidade e com elevado valor acrescentado, de acordo com a procura crescente destes produtos por parte dos consumidores;
- Incentivar um modelo de desenvolvimento rural abrangente dos diversos tipos de agricultores e zonas rurais;

ÂMBITO E ACÇÕES

Pretende-se com esta medida:

- Apoiar planos empresariais de investimento, adiante designados por projectos de investimento que visem, nomeadamente, a redução de custos e a melhoria e reconversão da produção, a diversificação de actividades e rendimentos, novos modos de produção (por ex. agricultura biológica), a optimização da qualidade, a preservação e melhoria do meio ambiente natural e das condições de higiene e do bem estar animal.
- Apoiar projectos de investimento no sector produtivo nas várias vertentes, nomeadamente no âmbito da produção animal (bovinicultura, suinicultura, equinicultura, ovinicultura, caprinicultura, cunicultura, heliocultura, lombricultura e apicultura) e vegetal (horticultura, fruticultura, floricultura, viticultura, batata de semente e culturas industriais: beterraba, chá tabaco e chicória).
- Satisfazer as necessidades de abastecimento do mercado local, da ligação com canais de distribuição ou de concentração da produção e, quando aplicável, através da garantia do cumprimento das restrições à produção ou condicionantes do apoio comunitário a título das OCM.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores em nome individual ou colectivo.

TIPOLOGIA DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO

Os projectos de investimento (*) serão classificados da seguinte forma:

- Micro-projectos - investimento proposto igual ou superior a 3000 € e igual ou inferior a 25 000 €;
- Pequenos projectos - investimento proposto superior a 25 000 € e igual ou inferior a 75 000 €;
- Outros projectos - investimento proposto superior a 75 000 €.

(*) - Os Projectos de investimento devem conter no mínimo a seguinte informação:

- Caracterização da situação inicial da exploração (antes da realização do investimento), bem como os objectivos que se propõem atingir e as actividades que pretende desenvolver na exploração;
- Caracterização da exploração após investimento com as produções estabilizadas;
- Descrição detalhada dos investimentos, bem como de todas as acções necessárias para o desenvolvimento das actividades da exploração, nomeadamente formação específica, assessoria técnica ou outras acções de importância relevante para o bom desempenho na gestão técnico-económica da exploração.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Serão elegíveis as despesas de investimento associadas à execução de projectos enquadráveis na tipologia referida no ponto anterior. Estas despesas podem dizer respeito, nomeadamente:

- à construção, aquisição ou melhoramento de bens imóveis;
- a novas máquinas e equipamentos, incluindo programas informáticos;
- Renovação e instalação de culturas plurianuais;
- às despesas gerais, nomeadamente as despesas com honorários de arquitectos, engenheiros e consultores, estudos de viabilidade, aquisição de patentes e licenças, até ao limite de 15% das despesas acima referidas;
- à compra de terras, até ao montante de 10% do custo total elegível do projecto. A compra de terras deve obedecer cumulativamente às seguintes condições:
 - i) ter uma ligação directa com o investimento produtivo;
 - ii) visar uma operação de emparcelamento (condições não exigíveis no caso de projectos apresentados por jovens agricultores).
- Os investimentos que visem a simples substituição de máquinas e equipamentos não são elegíveis. Podem no entanto, ser elegíveis os investimentos destinados a operações de substituição de máquinas e equipamentos desde que melhorem, as condições de produção agrícola e/ou ambiental

Entende-se que melhoram as condições de produção agrícola e/ou ambiental as seguintes situações:

- i) Vantagens ambientais: menores consumos, diminuição da emissão de CO₂, etc;
- ii) Melhoria das condições de segurança e de trabalho;
- iii) Inovação/melhorias tecnológicas;
- iv) Aumento da capacidade de produção em pelo menos 25%.

Os investimentos devem obedecer às seguintes condições:

- Deve estar assegurado que o investimento respeitará quaisquer restrições à produção ou condicionantes do apoio comunitário a título das OCM respectivas.
- Deve estar assegurado que o investimento não se enquadra no âmbito de regimes de apoio ao abrigo das OCM.
- Deve estar assegurado o escoamento normal no mercado do aumento de produção associado ao investimento (a existência de um escoamento normal no mercado será avaliada ao nível adequado, em função dos produtos em causa, dos tipos de investimento e das capacidades existentes e previstas).

Os proponentes desta medida podem recorrer aos mecanismos financeiros descritos na medida 1.9.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Tem acesso às ajudas os agricultores que preencham os seguintes requisitos:

- Apresentem um plano empresarial de investimento, cuja viabilidade económica da exploração possa ser demonstrada. No caso específico dos jovens agricultores, estes podem beneficiar de um período não superior a 3 anos após a instalação para satisfação deste requisito;
- Satisfaçam as normas mínimas de ambiente, higiene e bem-estar dos animais.
- Assegurem o exercício da actividade agrícola na exploração nas condições em que o projecto de investimento for aprovado durante pelo menos 5 anos a contar da data da celebração do contrato de atribuição das ajudas, e, em qualquer caso, até ao seu termo.
- Tenham ou se comprometam a introduzir, a partir do ano seguinte ao da assinatura do contrato de concessão da ajuda, um sistema de contabilidade agrícola. O agricultor deve ainda comprometer-se a mantê-lo durante o período em que vigore o contrato de atribuição da ajuda.

- Possuam, à data em que o pedido de apoio é apresentado, aptidões e competências profissionais adequadas. Considerando-se que esta condição está preenchida quando se verificar uma das situações referidas nas alíneas seguintes:
 - Curso superior, médio, técnico-profissional ou equivalente nos domínios da agricultura, silvicultura, pecuária e ambiente;
 - Curso de formação profissional para empresários agrícolas ou outros cursos equivalentes reconhecidos pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.
 - Tenha(m) trabalhado na agricultura, silvicultura ou pecuária como empresário(s) agrícola(s), assalariado(s) ou em regime de mão de obra familiar, nos 5 anos anteriores à candidatura e por período não inferior a 3.

SELECÇÃO DOS PROJECTOS

Os projectos serão seleccionados tendo em conta a sua viabilidade técnico-económica, através do cumprimento de critérios a definir em sede regulamentação operacional.

Em situações de início de actividade, em casos de operações de substituição e em projectos que visem a protecção e melhoria do meio ambiente, a melhoria das condições de higiene nas explorações pecuárias e o bem estar dos animais, o Projecto de Investimento deve caracterizar apenas a situação com investimento.

Em projectos de investimento com valores superiores a 250.000 €, deverá ser apresentado um estudo económico que demonstre a rentabilidade do projecto, devendo calcular-se a taxa interna de rentabilidade e o prazo de recuperação de capitais.

A demonstração da viabilidade económica da exploração não se aplica aos Projectos de Investimento que incluam investimentos de natureza reconhecida exclusivamente ambiental.

Prioridades

Será dada prioridade na análise e decisão das candidaturas, cujo plano empresarial de investimentos preveja acções de natureza ambiental.

Em caso de restrições orçamentais é concedida prioridade aos projectos que:

- Prevejam acções de natureza ambiental, nomeadamente instalação de energias renováveis;
- Visem Investimentos no âmbito da diversificação da produção agrícola;
- Contemplem Investimentos que visem a produção de produtos em regime de qualidade;

- Sejam apresentados por agricultores cujas aptidões e competências profissionais sejam confirmadas através de habilitações literárias ou formação profissional devidamente reconhecida.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas serão atribuídas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido.

As ajudas serão concedidas até um limite máximo de investimento elegível por exploração, no período 2007-2013, de 500 000,00 €.

Os quadros seguintes apresentam o nível máximo das ajudas, de acordo com a tipologia dos investimentos e dos beneficiários:

Micro projectos, pequenos projectos e outros projectos

| Tipologia dos investimentos/agricultores | | Nível máximo das ajudas (% das despesas elegíveis) |
|---|-------------------------------|--|
| Investimentos no sector pecuário destinados à protecção e melhoria do meio ambiente, nomeadamente a instalação de energias renováveis, à melhoria das condições de higiene nas explorações pecuárias e ao bem-estar dos animais | Todos os Agricultores | 75 |
| Outros investimentos no sector pecuário | Jovens Agricultores | 70 |
| | Outros Agricultores (ATP) (1) | 60 |
| | Outros Agricultores (não ATP) | 50 |
| Investimentos nos “sectores de diversificação” da produção regional (2), bem como em regimes de qualidade (3) | Todos os Agricultores | 75 |

(1) Entende-se por Agricultor a Título Principal (ATP):

- A pessoa singular, cujo rendimento proveniente da actividade agrícola é igual ou superior a 50% do seu rendimento global e que dedica pelo menos 50% do seu tempo total de trabalho à mesma exploração, entendendo-se não poder reunir estes requisitos toda a pessoa que beneficie de uma pensão de reforma ou invalidez, qualquer que seja o regime de segurança social aplicável, ou exerça uma actividade que ocupe mais de metade do horário profissional de trabalho que, em condições normais, caberia ao trabalhador a tempo inteiro dessa profissão;
- A pessoa colectiva que, nos termos do respectivo estatuto, exerça a actividade agrícola como actividade principal e, quando for o caso, outras actividades secundárias relacionadas com a actividade principal e cujos administradores ou gerentes, obrigatoriamente pessoas singulares e sócios da pessoa colectiva, dediquem mais de 50% do seu tempo total de trabalho à exploração onde exercem a actividade agrícola,

dela auferindo, no mínimo 50% do seu rendimento global e desde que detenham no seu conjunto, pelo menos 10% do capital social e não beneficiem de uma pensão de reforma ou invalidez, qualquer que seja o regime de segurança social aplicável.

(2) Investimentos nos seguintes sectores: horticultura, fruticultura, floricultura, apicultura, culturas industriais (beterraba, chá, tabaco e chicória), batata-semente, viticultura, cunicultura, helicultura e lombricultura.

(3) Investimentos destinados a explorações que produzem produtos em regime de qualidade, nomeadamente as Denominações de Origem (DOP), as Indicações Geográficas de proveniência (IGP) e o Modo de Produção Biológico.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.5 | INPUT | Despesa pública realizada total (€): | 20 000.000 |
| | | Apoio FEADER total (€): | 17.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.5 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações apoiadas: | 1 200 - 1 500 |
| | | Volume total de investimento (€): | 21.947.874 - 27.434.842 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.5 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB nas explorações (%): | 15% |
| | | N.º explorações que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas: | 600 - 800 |

MEDIDA 1.6.**MELHORIA DO VALOR ECONÓMICO DAS FLORESTAS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), ii) e artigo 27º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 18º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.2 |
| Código de medidas (CE): | 122 - Melhoria do valor económico das florestas |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A melhoria do valor económico das florestas, com particular destaque para a produção de materiais florestais de qualidade, aliada a um correcto ordenamento do território e ao aumento da produtividade no sector florestal, constitui um elemento determinante para a competitividade do sector agro-florestal.

Considerando todas as valências que a floresta abrange nos Açores, é de destacar o seu potencial na produção de material lenhoso, no recreio florestal e no suporte ao sector do turismo.

Por outro lado, numa região fortemente susceptível à ocorrência de catástrofes naturais, quer por acção dos factores climáticos, quer pela natureza dos seus solos e topografia, o coberto florestal, principalmente as áreas de floresta de protecção, assumem um papel determinante na protecção dos solos contra a erosão, contra os deslizamentos de massas e enxurradas. A interceptação dos nevoeiros pelo coberto florestal, particularmente em zonas de altitude e com orientação perpendicular à dos ventos, chega a triplicar os valores da precipitação efectiva. Daqui se depreende o importante papel que estas formações desempenham na regularização do regime hidrológico, particularmente na recarga dos aquíferos e no controle do regime de escoamento dos cursos de água.

Contudo uma reflexão cuidada sobre a realidade do sector florestal nos Açores, faz transparecer que este se trata de um sector gerador de uma economia frágil, face à reduzida dimensão do mercado e ao facto de se basear maioritariamente numa só espécie, a criptoméria (*Cryptomeria japonica*). Apesar do seu lugar de destaque como essência florestal de produção do arquipélago e da sua vasta utilização no sector da construção civil, a madeira de criptoméria não é muito valorizada, dadas as utilizações pouco nobres a que se apropria. Desta forma, e com a proliferação de soluções substitutas ou alternativas actualmente existentes no mercado, de origem externa, torna-se extremamente difícil o aumento do

preço de compra ao produtor, assumindo-se, por outro lado, os custos de instalação, manutenção e exploração praticamente constantes.

Desta forma, a actividade do produtor florestal torna-se muito pouco rentável e bastante arriscada. Dada a natureza do terreno, particularmente no que se refere ao declive, as operações de instalação dos novos povoamentos são inteiramente manuais, desde a limpeza de infestantes até à plantação. A existência de invasoras extremamente agressivas, nomeadamente a conteira (*Hedychium gardnerianum*), o incenso (*Pittosporum undulatum*) e a clethra (*Clethra arborea*), tornam ainda mais onerosa a instalação e manutenção dos jovens povoamentos, pelo agravamento dos custos de limpeza. Durante a vida dos povoamentos estes estão ainda sujeitos a grandes perdas, normalmente causadas pela agressividade do clima nos Açores, com especial destaque para a intensidade e frequência dos ventos. A existência do fungo *Armillaria mellea*, é também em inúmeras situações responsável pela depauperação do valor da madeira.

Dados os elevados factores de risco, é tecnicamente aconselhável a retirada do material lenhoso por volta dos 30 anos de idade, quando a altura ideal da mesma, determinada quando a curva do acréscimo médio anual intercepta a curva do acréscimo corrente em volume, se situaria por volta dos 55 anos. Nesta idade a qualidade e valor da madeira seriam indiscutivelmente superiores, pela maior percentagem de cerne.

Podemos concluir, que a melhoria do valor económico das florestas, nomeadamente através da beneficiação e reconversão florestal constituem um instrumento fundamental à dinamização e sustentabilidade do sector Florestal na Região Autónoma dos Açores.

Esta medida contribuirá para melhorar o valor económico da floresta regional, estando em consonância com o objectivo 1 - “Aumentar a competitividade (qualidade e eficiência) do sector florestal com vista a uma floresta rentável e sustentável economicamente”, da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores, em articulação com a Estratégia Florestal Nacional e com a Estratégia Florestal Comunitária

Para garantir a eficácia da Medida, as intervenções a apoiar deverão incidir sobre uma área igual ou superior a 1 ha, e estar sujeitas a um Plano Orientador de Gestão e ao cumprimento das Boas Práticas Florestais.

OBJECTIVOS

- Melhorar a competitividade global e o valor acrescentado da produção florestal, contribuindo simultaneamente para um correcto ordenamento do território e para a protecção do ambiente;
- Reconverter povoamentos visando o aumento da sua produtividade;
- Melhorar a rede de infra-estruturas associadas aos povoamentos, em conformidade com as acessibilidades necessárias à gestão florestal;

- Garantir a produção de materiais florestais de reprodução de qualidade;
- Promover a gestão florestal sustentável, através do uso da floresta sem comprometer as suas funções económica, social e ambiental.

BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários desta medida são Produtores / Proprietários privados, Detentores de áreas florestais, Associações Florestais, Organizações de produtores florestais e Organismos da Administração Pública Regional com competências no sector florestal.

DEFINIÇÕES

Reconversão Florestal: esta acção visa aumentar a produtividade e/ou a qualidade dos produtos florestais, bem como a adaptação dos povoamentos florestais às características edáfo-climáticas de cada estação. Este tipo de acção tem como objectivo a substituição parcial ou total dos povoamentos florestais mal adaptados, ou cujo potencial produtivo esteja comprometido prevendo-se, a instalação de novos povoamentos seguindo novos modelos de silvicultura, adaptados às estações florestais, utilizando as mesmas espécies ou outras.

O Plano de Gestão Florestal: deve ser adequado à dimensão e utilização da zona florestal, deve obedecer igualmente à Lei Nacional e Regional aplicável e deve contemplar igualmente:

- o Avaliação das potencialidades do espaço florestal, nomeadamente definição das áreas críticas do ponto de vista da sensibilidade à erosão e protecção dos recursos hídricos e da sua importância ecológica, social e cultura;
- o A definição das espécies a privilegiar, tendo em conta as potencialidades da estação;
- o A identificação dos modelos de silvicultura e de gestão dos recursos.

Aproveitamento de regeneração natural: Técnica comum para assegurar manutenção e rejuvenescimento dos povoamentos florestais, recorrendo-se a modelos de silvicultura, que prevêem a abertura gradual de clareiras no coberto vegetal, ou a permanência de sementões, com o objectivo de facilitar a disseminação e a germinação das sementes, com vista à perpetuação e restabelecimento do potencial produtivo dos maciços florestais.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

São elegíveis, para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas aos objectivos da Medida, nomeadamente:

- Beneficiação de povoamentos florestais já existentes, sujeitos às seguintes intervenções: adensamentos, eliminação da densidade excessiva do povoamento, podas, aproveitamento da regeneração natural, operações de limpeza e consolidação do povoamento, controlo da vegetação espontânea, protecção dos povoamentos contra a acção do gado ou da fauna selvagem, recarga de sobrantes com ou sem estilhaçamento para aproveitamento de biomassa e para integração no solo, tendo em vista melhorar o potencial produtivo da estação. São igualmente passíveis de intervenção no âmbito desta acção os povoamentos florestais instalados durante o período 1994/1999, através do Reg. (CE) n.º 2080/92, do PEDRAA II - Acção Florestas, e durante o período 2001/2006 pelo PDRu - Florestação de Terras Agrícolas, desde que já tenha terminado o período de manutenção dos mesmos e do PRODESA - Sub-acção Beneficiação do Sector Florestal, desde que terminado o período de consolidação do investimento inicial;
- Reconversão Florestal;
- Construção e beneficiação de infra-estruturas (rede viária e divisional), quando associadas à reconversão florestal na área de intervenção, de modo a melhorar gestão dos povoamentos;
- Instalação e beneficiação de Viveiros Florestais;
- Despesas com elaboração e acompanhamento técnico dos projectos;
- Elaboração do Plano de Gestão Florestal para candidaturas com área de intervenção superior a 10 hectares;

Despesas Elegíveis:

1. São consideradas elegíveis, as despesas de construção e beneficiação de infra-estruturas (rede viária e divisional):
 - i. Quando inseridas em projectos de reconversão florestal, desde que não ultrapasse 15% do montante das despesas totais elegíveis;
 - ii. Quando a densidade máxima elegível da rede viária é de 50 metros/ha;
 - iii. Quando a densidade máxima elegível da rede divisional é de 30 metros /ha;
2. Os investimentos no âmbito da instalação e beneficiação de viveiros, só são elegíveis quando instalados em áreas cuja ocupação do solo seja florestal.
3. São consideradas elegíveis, no âmbito dos custos gerais previstos na alínea c) do ponto 1 do Artigo n.º 55 do Reg. (CE) 1974/2006 de 15 de Dezembro de 2006, as despesas tidas com a

elaboração e acompanhamento técnico do projecto e com a elaboração do plano de gestão florestal.

Despesas Não Elegíveis:

São consideradas não elegíveis as despesas com as seguintes operações:

- Desbastes;
- Aquisição de bens que sejam consumidos no processo produtivo, da acção instalação e beneficiação de viveiros florestais (nomeadamente contentores de utilização anual, substratos, sementes).

PRIORIDADES

Serão considerados prioritários os projectos relativos a explorações com:

- Candidaturas cujo proponente tenha aderido ao serviço de aconselhamento;
- Candidaturas apresentadas por Organizações de Produtores Florestais e por Associações de Produtores Agrícolas com Núcleos Florestais;
- Candidaturas relativas a investimentos inseridos em bacias hidrográficas de lagoas com Planos de Ordenamento aprovados;
- Candidaturas relativas a investimentos que promovam a utilização de espécies autóctones e folhosas;
- Candidaturas relativas a investimentos inseridos em bacias hidrográficas endorreicas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas ao investimento inicial são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido. O quadro seguinte apresenta o nível máximo das ajudas, de acordo com a tipologia dos beneficiários:

| Tipologia dos beneficiários | Nível máximo das ajudas (% das despesas elegíveis) |
|---|---|
| Produtores / Proprietários privados, Detentores de áreas florestais, Associações Florestais e Organizações de produtores florestais | 85% |
| Organismos da Administração Pública Regional com competências no sector florestal | 100% |

Para alcançar os objectivos definidos no projecto de investimento podem ser utilizados os mecanismos financeiros descritos na Medida 1.9. Neste caso, é assegurado que serão respeitados os limites regulamentares para a intensidade da ajuda, em percentagem das despesas elegíveis.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.6 | INPUT | Despesa pública realizada, total (€) | 3.529.412 |
| | | Apoio FEADER, total (€) | 3.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|------------------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.6 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações silvícolas apoiadas | 400 |
| | | Volume total de investimento (€) | 4.152.249 |
| | | Área total beneficiada (ha) | 1600 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.6 | RESULTADOS | N.º de explorações silvícolas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas | 75 |
| | | Acréscimo de VAB nas explorações/ empresas apoiadas (%) | 10 |

MEDIDA 1.7.**AUMENTO DO VALOR DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º alínea b) iii) e Artigo 28º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 19º, 55º e 56º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3 |
| Código de medidas (CE): | 123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais |

FUNDAMENTAÇÃO/DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

- Pretende-se assegurar a competitividade do agro-alimentar açoriano acentuando o reforço da valorização das suas produções e dando bases de sustentabilidade ao tecido produtivo regional.
- Pretende-se reforçar o papel que as empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais têm na criação de bases duradouras e estáveis nas fileiras mais representativas da agricultura açoriana.
- Definem-se sectores de actividade e fileiras prioritárias, dando-se ênfase às actividades sustentadas em produções locais, embora não excluindo outros sectores mais vocacionados para matérias-primas/produtos-base não produzidos regionalmente.
- Estabelecem-se, também, o perfil dos Promotores, bem como as tipologias dos Projectos de Investimento, que acentuam vários graus quer de dimensão, quer de relevância estrutural e de impacto socio-económico.
- Com a definição dos critérios de selecção dos Projectos de Investimento pretende-se otimizar a aplicação dos recursos financeiros comunitários, regionais e privados, com vista a melhorar-se a sustentabilidade do sector agro-alimentar açoriano.
- Define-se uma grelha de majoração para os incentivos ao investimento, que permita melhorar a eficácia dos apoios ao investimento.
- Estabelecem-se prioridades para as despesas elegíveis, privilegiando-se, através da tipologia das acções e do investimento, os objectivos de valorização dos produtos açorianos, bem como de

modernização do tecido empresarial com adequação às normas higio-sanitárias, ambientais, do bem estar animal e da qualidade.

OBJECTIVOS

- Reforço da competitividade do sector da colheita, transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais;
- Aumento do valor acrescentado da produção regional;
- Reforço do desempenho empresarial;
- Redução dos efeitos negativos da actividade produtiva sobre o ambiente;
- Promoção da qualidade, da inovação e da diferenciação ao nível dos produtos em resposta às novas exigências da procura em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- Promoção do processo de modernização e capacitação das empresas do sector agrícola, alimentar e florestal através do aumento da eficiência das actividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- Promoção do desenvolvimento da competitividade das fileiras estratégicas;
- Melhoria da gestão empresarial, promover a incorporação de sistemas de qualidade e assegurar a compatibilidade com as normas ambientais e de segurança;
- Reforço da integração/articulação das estruturas empresariais do sector agro-industrial açoriano;
- Promoção do desenvolvimento de parcerias comerciais na internacionalização dos negócios.

BENEFICIÁRIOS

No caso dos produtos agrícolas:

- Pessoas singulares ou colectivas legalmente constituídas à data de apresentação da candidatura;
- Empresas e agrupamentos de produtores com plano de investimentos e/ou acordos contratuais para produção de matéria-prima em explorações agrícolas de associados;
- Empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas abrangidos pelo Anexo I do Tratado de Amesterdão (matéria prima e produto final);

- Organismo da Administração Regional ou Empresas Públicas Regionais (somente para as infra-estruturas de abate).

No caso dos produtos silvícolas:

- Micro-empresas (de acordo com a recomendação da Comissão 2003/361/CE) ligadas ao sector florestal.

SECTORES DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA A APOIAR

- Serão apoiados os investimentos na comercialização e transformação de produtos agrícolas abrangidos pelo Anexo I do Tratado de Amesterdão (matéria prima e produto final), sendo excluídos os investimentos que não respeitem as restrições ao nível das respectivas OCM
- São considerados Sectores Prioritários os sectores abrangidos pelas fileiras estratégicas definidas no Plano Estratégico Nacional (leite e lacticínios, carne de bovino, fruticultura, horticultura, culturas industriais, floricultura e ornamentais, vinho e fileiras florestais) e o mel, sendo excluídos os investimentos no potencial de produção que sejam elegíveis no âmbito do campo de aplicação da OCM.

TIPOLOGIA DOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO

Tipo 1 - Pequenos Projectos

Pequenos projectos que tenham um investimento superior a 25.000 Euros e até 250.000 Euros tendo em vista a criação/modernização de empresas da colheita, da transformação e da comercialização de produtos agrícolas.

Tipo 2 - Projectos de Modernização/criação de Empresas

Projectos que tenham um investimento superior a 250.000 Euros tendo em vista a modernização/criação de empresas da colheita, da transformação e da comercialização de produtos agrícolas.

Tipo 3 - Projectos de Impacto Relevante

Projectos que tenham um investimento superior a 250.000 Euros, dos seguintes sub-tipos:

- I. Projectos Integrados para a promoção de fileiras;
- II. Projectos de redimensionamento empresarial do sector da transformação/comercialização de produtos agrícolas.

III. Projectos de criação e modernização de infra-estruturas de abate promovidos por organismos da Administração Regional ou empresas públicas regionais.

Tipo 4 - Projectos de Investimento na Produção Regional de Qualidade

Projectos que tenham um investimento superior a 25.000 Euros relativos à criação e modernização de unidades de comercialização e transformação de produtos de qualidade, com características regionais, nomeadamente os abrangidos pelos regimes de protecção de Denominação de Origem (DO), Indicação Geográfica (IG), Certificados de Especificidade (regimes regionais), e Modo de Produção Biológico, etc.

Tipo 5 - Projectos de Investimento no Sector Florestal

Projectos que tenham um investimento superior a 25.000 Euros relativos a:

- Apoio à modernização do parque de máquinas e de equipamentos de exploração florestal, adequando-os à melhoria do trabalho florestal e à satisfação das boas práticas florestais;
- Apoio à melhoria das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de produtos florestais;
- Apoio à criação e modernização de pequenas unidades de primeira transformação de material lenhoso, promovendo a introdução de benefícios socio-económicos no meio rural;
- Apoio a projectos de investimento que visem a melhoria da capacidade negocial das empresas do sector florestal (dimensões e qualidade dos produtos) e dos circuitos de comercialização.

TIPO E NÍVEL DAS AJUDAS

Os incentivos a aplicar encontram-se diferenciados em função da tipologia de investimento e da sua dimensão e interesse estratégico.

Projecto Tipo 1 - Pequenos Projectos

As ajudas serão atribuídas sob a forma de fundo perdido/incentivo não reembolsável aplicando-se uma taxa base máxima de auxílio de 40% das despesas elegíveis. A taxa base de auxílio pode ser majorada, consoante os critérios de modulação definidos, até ao limite máximo de 60%.

Projecto Tipo 2 - Projectos de Modernização/criação de Empresas

As ajudas serão atribuídas sob a forma de fundo perdido/incentivo não reembolsável aplicando-se uma taxa base máxima de auxílio de 40% das despesas elegíveis. A taxa base de auxílio pode ser majorada, consoante os critérios de modulação definidos, até ao limite máximo de 60%.

Projecto Tipo 3 - Projectos de Impacto Relevante

As ajudas serão atribuídas sob a forma de fundo perdido/incentivo não reembolsável aplicando-se uma taxa base máxima de auxílio de 55% das despesas elegíveis. A taxa base de auxílio pode ser majorada, consoante os critérios de modulação definidos, até ao limite máximo de 75%. No caso de projectos de criação e modernização de infra-estruturas de abate promovidos por organismos da Administração Regional ou empresas públicas regionais (projectos do sub-tipo III) as ajudas serão atribuídas sob a forma de fundo perdido/incentivo não reembolsável no valor de 75% das despesas elegíveis.

Projecto Tipo 4 - Projectos de Investimento na Produção Regional de Qualidade

As ajudas serão atribuídas sob a forma de fundo perdido/incentivo não reembolsável aplicando-se uma taxa máxima de auxílio de 75% das despesas elegíveis.

Projecto Tipo 5 - Projectos de Investimento no Sector Florestal

As ajudas serão atribuídas sob a forma de fundo perdido/incentivo não reembolsável aplicando-se uma taxa máxima de auxílio de 75% das despesas elegíveis.

MODULAÇÃO DAS AJUDAS

Os critérios de modulação de ajuda para os Projectos Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3 (sub-tipos I e II) são os seguintes:

a - Critério integração/articulação com a produção agrícola

- Projectos promovidos por agrupamentos, organização de produtores, cooperativas e suas uniões - 10%.

b - Critério actividades prioritárias

- Projectos inseridos em sectores prioritários - 10%.

No quadro que se segue apresenta-se a informação agregada sobre as taxas de auxílio aplicáveis a cada tipologia de projecto:

| Tipologia dos projectos | | Montante do investimento | Taxa base máxima de auxílio* | Majoração da taxa base de auxílio com aplicação dos critérios de modulação* | | Taxa Máxima de auxílio* |
|-------------------------|--------|--------------------------|------------------------------|---|-----|-------------------------|
| | | | | a | b | |
| Tipo 1 | | €25.000 - €250.000 | 40% | 10% | 10% | 60% |
| Tipo 2 | | > €250.000 | 40% | 10% | 10% | 60% |
| Tipo 3 | I e II | > €250.000 | 55% | 10% | 10% | 75% |
| | III | | 75% | na | na | 75% |
| Tipo 4 | | >€ 25.000 | 75% | na | na | 75% |
| Tipo 5 | | >€ 25.000 | 75% | na | na | 75% |

* % das despesas elegíveis

na - não aplicável

Para alcançar os objectivos definidos no projecto de investimento podem ser utilizados os mecanismos financeiros descritos na Medida 1.9. Neste caso, é assegurado que serão respeitados os limites regulamentares apara a intensidade da ajuda, em percentagem das despesas elegíveis.

O apoio às empresas do sector florestal será concedido nas condições previstas no Regulamento (CE) n.º 70/2001, da Comissão, de 12 de Janeiro.

CO-FINANCIAMENTO

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

TIPOLOGIA DE APOIO - DESPESAS ELEGÍVEIS

As despesas elegíveis podem dizer respeito:

- À construção, aquisição e melhoramento de bens imóveis, com excepção da compra de terras;

- A maquinaria e equipamentos novos, incluindo equipamento para o tratamento de efluentes e equipamento específico com vista à produção e utilização de energias renováveis relacionados com a actividade do projecto, bem como equipamentos e programas informáticos e outros relacionados com acções de marketing e promoção;
- A despesas gerais, nomeadamente as despesas com honorários de arquitectos, engenheiros e consultores, estudos de viabilidade, aquisição de patentes e licenças.

Não são elegíveis as despesas com investimentos destinados ao comércio retalhista.

Poderão ser elegíveis:

- As despesas com investimentos destinados à transformação e comercialização de produtos provenientes de países terceiros, desde que os produtos em causa se destinem a ser comercializados na Região. Para que esta condição seja cumprida, o apoio será limitado às capacidades de transformação correspondentes às necessidades regionais, na condição de essas capacidades de transformação não excederem as necessidades regionais.
- Outros custos relacionados com as despesas de investimento, nomeadamente estudos e avaliações de diagnóstico e estratégia necessários à apresentação da candidatura, bem como ao acompanhamento da realização dos investimentos; a aquisição e desenvolvimento de sistemas de organização e gestão, direitos de patente e licenças, bem como despesas relativas a auditorias e implementação de sistemas de certificação e de controlo da qualidade e outras despesas associadas a consultorias especializadas, despesas de organização, de logística e de concepção e elaboração de ferramentas de comunicação relativas ao marketing institucional de produtos ou processos inovadores.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Relativas aos promotores:

São condições de acesso dos promotores:

- A demonstração da sua viabilidade e sustentabilidade;
- O cumprimento das boas práticas florestais e das normas de segurança, higiene e saúde do trabalho;
- Que não são devedores ao Estado nem à Segurança Social de quaisquer contribuições, impostos, quotizações e outras importâncias, ou demonstrarem que o seu pagamento está assegurado.

Relativas aos projectos de investimento:

Os investimentos devem prosseguir um ou mais dos seguintes objectivos:

- Orientar a produção em função da evolução previsível dos mercados ou favorecer a criação de novos mercados para a produção agrícola e silvícola;
- Melhorar ou racionalizar os circuitos de comercialização ou os processos de transformação;
- Melhorar a apresentação e o acondicionamento dos produtos ou incentivar uma melhor utilização ou a eliminação de subprodutos ou desperdícios;
- Aplicar novas tecnologias;
- Favorecer investimentos inovadores;
- Melhorar e controlar a qualidade;
- Melhorar e controlar as condições sanitárias;
- Proteger o ambiente.

Os projectos de investimento devem ainda respeitar as seguintes condições:

- Incidirem na transformação e comercialização de produtos abrangidos pelo Anexo I do Tratado (matéria prima e produto final), com excepção dos produtos da pesca e de produtos florestais ou na elaboração de novos produtos, processos e tecnologias relacionados com os mesmos produtos;
- Visarem a melhoria da eficiência dos circuitos de comercialização e da competitividade das empresas;
- No caso dos investimentos no sector florestal, os investimentos relacionados com a utilização de madeira como matéria-prima devem estar limitados a todas as operações de exploração anteriores à transformação industrial.
- Demonstrarem suficientemente a possibilidade de um escoamento normal no mercado para os produtos em causa. A existência de um escoamento normal no mercado será avaliada ao nível adequado em função dos produtos em causa, dos tipos de investimento e das capacidades existentes e previstas, nomeadamente, através de contratos com a distribuição, diagnóstico da situação de partida, quotas de mercado, principais clientes, estudos de mercado, entre outros;

- Contribuírem para a melhoria da situação dos sectores de produção agrícola de base e assegurar aos produtores desses produtos uma participação adequada nos benefícios económicos resultantes. Esta contribuição poderá ser verificada, nomeadamente, através da existência de vínculos com produtores individuais ou com agrupamentos de produtores, da prestação de assistência técnica ou da disponibilização de equipamento de colheita;
- Não contemplarem o comércio retalhista;
- Cumprirem os limites mínimos de investimento estabelecidos;
- Serem acompanhados de um comprovativo de que o respectivo projecto se encontra aprovado ou que o pedido, devidamente instruído, para a sua aprovação nos termos da legislação em vigor sobre o exercício da respectiva actividade industrial foi apresentado na respectiva entidade coordenadora;
- Nos casos em que a actividade a exercer não seja passível de licenciamento nos termos da legislação em vigor, ser acompanhados de um comprovativo da aprovação da localização, a emitir pela entidade competente;
- Existência de recursos humanos qualificados no caso das empresas e agrupamentos de produtores de comercialização e ou transformação de produtos agrícolas;
- Sustentabilidade financeira, com excepção nas novas empresas, segundo critérios de avaliação a definir no quadro da regulamentação operacional, para as empresas e agrupamento de produtores de comercialização e ou transformação de produtos agrícolas.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.7 | INPUT | Despesa pública realizada, total (€) | 45.294.118 |
| | | Apoio FEADER, total (€) | 38.500.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|----------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.7 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de projectos apoiados | 35 |
| | | Volume total de investimento (€) | 74.252.652 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.7 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB nos sectores apoiados (€) | 2.227.500 |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|-----------------|--|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.7 | RESULTADOS | Impacto Sectorial | |
| | | - Leite (1000 lt) | 525.000 |
| | | - Carne bovina (ton.) | 15.000 |
| | | - Rações (ton.) | 100.000 |
| | | Aumento do valor de produção exportada (€) | 10.000.000 |

MEDIDA 1.8.**COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º alínea b) iv) e Artigo 29º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 20º e Anexo II, ponto 5.3.1.2.4 |
| Código de medidas (CE): | 124 - Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias na agricultura e no sector alimentar |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A inexistência de uma visão integrada do processo de inovação, envolvendo tanto os produtores primários na agricultura e silvicultura, como a indústria transformadora e/ou outras partes interessadas tem sido um dos factores de bloqueio ao desenvolvimento da competitividade empresarial e territorial das actividades no sector agrícola, florestal e agro-alimentar

Considera-se necessário, neste sentido, incentivar a integração entre o tecido produtivo, a transformação e a comercialização, promovendo-se a adopção de práticas de cooperação através da constituição de parcerias e alianças estratégicas, que possibilitem o desenvolvimento de projectos integrados associados a novos produtos, processos ou tecnologias. Para que seja possível a existência de sinergias e complementaridade entre o esforço de desenvolvimento da inovação do sector e a evolução do conhecimento científico e tecnológico, os mecanismos a utilizar deverão concretizar a desejável articulação mediante o envolvimento de entidades de I&D públicas ou privadas, centros tecnológicos, empresas com actividade no sector e associações profissionais e interprofissionais.

DESCRIÇÃO DA ACÇÃO

A acção apoia projectos de cooperação entre agentes da fileira e parcerias público-privadas, para o desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias de elevada qualidade e valor acrescentado, que proporcionem uma maior capacidade competitiva aos sectores agrícola, florestal e alimentar, bem como o reforço da capacitação das empresas. O incentivo às práticas de cooperação

pressupõe o estabelecimento de protocolos de integração em rede para a produção de inovação e respectiva aplicação futura, e da melhoria do acesso às oportunidades do mercado

A qualidade dos projectos terá em consideração a definição das áreas estratégicas no âmbito da fileira, o seu grau de integração (complementaridade com outras acções), abrangência (níveis de fileira, empresas envolvidas e área territorial abrangida pelo projecto de cooperação), adequação aos objectivos propostos, qualidade do projecto de cooperação (expressa pelo grau de inovação, da demonstração da fiabilidade técnica, viabilidade económica e capacidade de difusão dos resultados), custo de execução do projecto de cooperação face aos benefícios gerados.

O apoio é concedido a projectos de parceria anuais ou plurianuais até 7 anos (desde que com plano financeiro anualizado), de âmbito integrado desde a concepção até à incorporação na fileira, sendo os agentes dinamizadores e líderes dos projectos de cooperação, os agentes das fileiras, empresas agrícolas, agro-alimentares, de transformação de produtos agrícolas e florestais, associações e/ou outras entidades e instituições públicas e empresas envolvidas no processo de inovação e de desenvolvimento ligados aos sectores referenciados. Os produtores primários estarão sempre associados aos projectos de cooperação, através de participação individual ou das suas associações.

Os apoios no âmbito desta Medida abrangem os seguintes sectores: carne bovina, leite e lacticínios, frutas e legumes, flores e plantas, batatas, vinho, açúcar, chá, mel, e produtos silvícolas.

Não existe sobreposição com as medidas instituídas ao abrigo do 1º pilar da PAC, no âmbito do Regulamento (CE) 1782/2003.

OBJECTIVOS

- Promover o aparecimento de práticas de cooperação entre os diversos níveis das fileiras, capacitando-os para a utilização das oportunidades de mercado, através da inovação e da melhoria do acesso aos mercados.
- Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as fileiras produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades das actividades económicas do sector, reforçando a imagem regional dos produtos açorianos.
- Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos e no meio rural, aumentando a sua interligação com os investimentos no sector, a informação e qualificação e os serviços prestados.
- Promover o aparecimento de parcerias entre agentes das fileiras para a cooperação na inovação, potenciando a utilização dos recursos através da definição de objectivos comuns, reforçando a capacitação das empresas na introdução, adaptação e implementação de novos métodos, processos e tecnologias.

- Aumentar a interligação entre o processo de inovação e as outras áreas de intervenção nas fileiras, nomeadamente as áreas do marketing e da produção agro-alimentar dos produtos de qualidade regionais.
- Incentivar o desenvolvimento e incorporação, nas fileiras, de novos produtos, processos e tecnologias que contribuam para a sua valorização e permitam novas oportunidades de mercado, nas áreas da promoção, do acesso aos mercados e do reforço da imagem regional dos produtos açorianos.
- Promover o aparecimento de parcerias publico-privadas para a cooperação na inovação, na divulgação e promoção de modo a potenciar a utilização dos recursos através da definição de objectivos comuns
- Aumentar a interligação entre o processo de inovação e outras áreas de intervenção nomeadamente com as infra-estruturas públicas e privadas na área dos Laboratórios agro-alimentares e de outras iniciativas de suporte à consolidação e sustentação do agro-alimentar açoriano.

ÂMBITO

A medida constitui um instrumento para incentivar a incorporação da inovação nos sectores agrícola, alimentar e florestal, através do apoio ao funcionamento de estruturas de cooperação para o desenvolvimento, transferência e difusão de novos produtos, processos e tecnologias. Tem como elemento central a integração entre os vários níveis das fileiras, adequando-se aos objectivos das actividades produtivas e dos territórios, mediante parcerias público-privadas e a articulação com outras áreas de intervenção do Programa.

São privilegiados os apoios à inovação no âmbito dos produtos e dos processos produtivos e organizacionais, incentivando e facilitando a cooperação entre os agentes, englobando a associação dos seguintes níveis de actuação:

- Concepção de novos produtos, processos e tecnologias incluindo suportes de informação, acções de promoção e de marketing com reforço do acesso às oportunidades do mercado;
- Adaptação evolutiva de processos, tecnologias e suportes de informação, com reforço da capacitação das empresas;
- Realização de testes de aplicabilidade e operacionalização;
- Estabelecimento de um plano de demonstração e incorporação dos resultados, envolvendo a prestação de serviços associada aos resultados alcançados;

- Modernização e criação de laboratórios públicos e privados de suporte às fileiras estratégicas do sector de transformação/comercialização de produtos agrícolas.

TIPOLOGIA DE PARCEIROS ENVOLVIDOS NOS PROJECTOS DE COOPERAÇÃO

- Empresas agrícolas, agro-alimentares, de transformação de produtos agrícolas e florestais, centros tecnológicos, associações sectoriais, profissionais ou técnicas e outros agentes de desenvolvimento ligados aos sectores referenciados.
- Instituições e centros de investigação e desenvolvimento tecnológico, associações de agricultores e produtores florestais e associações empresariais dos sectores da produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais; titulares de explorações agrícolas e florestais e empresas agro-industriais; pessoas colectivas de direito público com atribuições no domínio da experimentação e demonstração agrária; outras pessoas singulares ou colectivas que tenham por objecto a investigação e o desenvolvimento tecnológico no sector agrícola e florestal.

Os Projectos de cooperação terão uma liderança através de uma entidade coordenadora de projecto, à qual deverão ser reconhecidos os requisitos que assegurem eficácia aos resultados e à abrangência das acções e objectivos pretendidos.

TIPOLOGIA DOS CUSTOS ELEGÍVEIS

São elegíveis os custos com a concepção e desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias, a realização de testes de aplicabilidade e análise de viabilidade económica e a demonstração e divulgação de resultados.

São também elegíveis os custos de adaptação, implementação e adequação da capacitação das empresas à introdução de novos produtos, tecnologias e métodos organizativos.

Apenas são elegíveis as despesas respeitantes a custos adicionais suportados pelos beneficiários para a execução dos projectos. Não são elegíveis os custos relacionados com a aquisição ou amortização de terrenos ou de edifícios, a aquisição de bens em estado de uso e a amortização de bens móveis e imóveis existentes.

Para as infra-estruturas laboratoriais são elegíveis os custos relacionados com a aquisição de equipamentos laboratoriais e outros bens necessários à actividade.

TIPO DE AJUDA, NÍVEL DE APOIO E CO-FINANCIAMENTO

Incentivos não reembolsáveis, entre 45% a 100% do montante da despesa total elegível.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

O apoio será concedido nas condições do Regulamento (CE) n.º 70/2001, da Comissão, de 12 de Janeiro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 364/2004, da Comissão, de 25 de Fevereiro.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.8 | INPUT | Despesa pública realizada, total (€) | 4.705.882 |
| | | Apoio FEADER, total (€) | 4.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.8 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de iniciativas de cooperação apoiadas (por sector e tipo de iniciativa apoiada) | 30 |
| | | Volume total de investimento (€) | 5.500.000 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.8 | RESULTADOS | N.º de entidades com introdução de novos produtos ou técnicas | 85 |
| | | Acréscimo do VAB nas empresas apoiadas | (não determinado) |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|---------------------|---|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.8 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º projectos que envolvam estruturas de I&DT | 10 |
| | | Volume total de investimento (€) | 5.500.000 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|-----------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.8 | RESULTADOS | Aumento do valor de produção exportada (€) | 5.000.000 |

MEDIDA 1.9.**CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b) i), ii) e iii), artigos 26º, 27º, 28º e 71º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 17º, 18º, 19º, 50º, 51º e 52º e Anexo II, pontos 5.3.1.2.1, 5.3.1.2.2 e 5.3.1.2.3 |
| Código de medidas (CE): | 121 - Modernização de explorações agrícolas 122 - Melhoria do valor económico das florestas 123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Nos Açores, uma das dificuldades com que muitas das empresas e organizações do sector agrícola, florestal e agro-industrial se debatem no desenvolvimento das suas actividades, refere-se aos elevados custos e dificuldades de relacionamento com os sistemas financeiros tradicionais. Esta situação é consequência, por um lado, de se tratar de uma actividade dependente de factores naturais aleatórios, e, por outro lado, da não existência de dimensão crítica no sector, pela dispersão das empresas e da dimensão limitada do mercado nacional. Estes factores, quando associados à inexistência de histórico das empresas ou dos instrumentos, levam à atribuição de prémios adicionais de risco, particularmente significativos no caso de jovens agricultores, grupos específicos ou ramos de actividades inovadoras.

Considera-se necessário neste contexto, para a prossecução do objectivo estratégico associado ao aumento da competitividade do sector, actuar ao nível da adequação dos sistemas de financiamento e gestão de risco à especificidade das empresas e projectos inerentes às actividades produtivas do sector.

Para além da necessária intervenção na capacitação, modernização e dinamização da cooperação empresarial, deverão ser possibilitadas novas formas de apoio alternativas mais simplificadas, mas que também sejam indutoras de mecanismos de co-responsabilidade e empreendedorismo dos destinatários, mais eficientes na utilização dos recursos, com um maior poder de reprodução e de alavancagem de investimento privado.

Devendo salvaguardar-se todas as regras da concorrência e de não financiamento público do sistema financeiro, os instrumentos criados visam incentivar a dinamização do mercado, exigir mais capacidades e recursos qualitativos aos destinatários, solidificar melhor os planos de investimento das empresas, permitindo-lhes margem para uma melhoria tecnológica ou de mercado.

Em consonância, a mobilização de fundos de apoio desta medida terá como alvo exclusivo as aplicações previstas nas medidas já identificadas do Programa.

Esta exigência será garantida, em sede de acompanhamento pela Autoridade de Gestão, pela verificação para cada aplicação dos montantes atribuídos pelos fundos.

OBJECTIVOS

- Promover um acesso mais equitativo ao sistema financeiro, apoiando a consolidação financeira numa óptica de investimento e capital, com o consequente desenvolvimento mais sustentado das empresas e organizações do sector agrícola, florestal e agro-alimentar;
- Incentivar a utilização de instrumentos de financiamento mais adequados ao desenvolvimento de iniciativas associadas à dinâmica de mercado;
- Incentivar a criação de novas empresas com maior valor associado à inovação empresarial e tecnológica ;
- Incentivar parceiros na internacionalização do negócio agro-alimentar;
- Encorajar as empresas a incorporarem as boas práticas de gestão de risco na gestão empresarial corrente;
- Promover a utilização de recursos exteriores para o desenvolvimento de instrumentos de financiamento do sector.

DESCRIÇÃO

A operacionalização da medida efectua-se nomeadamente através dos seguintes instrumentos financeiros:

- Criação e reforço de fundos de capital de risco;
- Criação e reforço de fundos de garantia;
- Criação e reforço de fundos de empréstimos.

A intervenção programada recai no âmbito de aplicação do artigo 36º do Tratado.

A selecção das entidades que irão criar e desenvolver novos instrumentos financeiros, será efectuada por concurso público no respeito pelas disposições da Directiva 2004/18/CE e/ou os princípios do Tratado aplicáveis.

BENEFICIÁRIOS

- Fundos de Capital de Risco; Fundos de Garantia; Fundos de empréstimos;
- Empresas agrícolas, agro-alimentares e florestais fundadoras de Sociedades de Garantia Mútua (fase de arranque);
- Consideram-se como destinatários finais as empresas do sector agrícola, florestal e agro-industrial, os proprietários agrícolas e florestais e as organizações de agricultores e produtores florestais.

TIPOLOGIA DO APOIO

Tipologia das Despesas

São elegíveis as despesas enquadráveis na descrição, nomeadamente:

- Despesas associadas à constituição ou reforço de fundos de capital de risco, de fundos de garantia e de fundos de empréstimos;
- Despesas associadas à subscrição ou reforço de capital social de sociedades de capital de risco, de sociedades de garantia e de fundos de empréstimos.

Regime e Nível de Apoio

A contribuição do FEADER para os diversos fundos encontra-se sujeita às disposições constantes nos artigos 51º e 52º do Regulamento (CE) 1974/2006, nomeadamente as regras em matéria de Auxílios de Estado.

Sem prejuízo do cumprimento das disposições regulamentares referidas, qualquer operação de criação ou reforço de fundos será objecto de prévia informação à Comissão.

Os investimentos realizados pelos fundos em empresas e as garantias fornecidas pelos fundos ficarão sujeitos às disposições do Regulamento (CE) N.º 1698/2005, nomeadamente no que respeita ao limite máximo de subvenção líquida, sendo salvaguardados os requisitos de cada medida individual abrangida.

Serão igualmente cumpridos os requisitos de acompanhamento no âmbito do artigo 51º do Regulamento (CE) N.º 1698/2005 com base no plano empresarial apresentado, através de controlos regulares e em particular por auditorias.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------------|-----|---------|
| | Tipo | Descrição | | |
| 1.9 | INPUT | Despesa pública realizada, total (€) | | 588.235 |
| | | | 121 | 235 294 |
| | | | 122 | 117 647 |
| | | | 123 | 235 294 |
| | | Apoio FEADER, total (€) | | 500.000 |
| | | | 121 | 200 000 |
| | | | 122 | 100 000 |
| | | | 123 | 200 000 |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|------------------------|---|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.9 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º empresas apoiadas | 50 |
| | | C. Risco | 5 |
| | | G. Mútua | 45 |
| | | N.º de participações em capital em empresas do sector | 5 |
| | | Montante total investimento | 5.000.000 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|-----------------|---|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.9 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB das empresas apoiadas | 1.500.000 |
| | | N.º de <i>starts ups</i> criadas com capital de risco | 5 |
| | | Relação capital de risco / capital investido | 1:3 |
| | | Relação da garantia de risco / capital investido | 1:10 |

MEDIDA 1.10.**CATÁSTROFES NATURAIS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|----------------------------|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b) vi) |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.6 |
| Código de medidas (CE): | 126 - Catástrofes naturais |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Região Autónoma dos Açores é assolada por situações de catástrofes tradicionais, nomeadamente de origem climática. Estas situações adversas, atingem com gravidade o sector agro-pecuário, causando prejuízos no aparelho produtivo e na actividade normal das explorações.

Face a estas condições, surge a necessidade de restabelecer o potencial de produção agrícola e pecuário afectado, bem como permitir compensar a destruição verificada, de forma a manter os rendimentos e a preservar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais.

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo apoiar acções e planos destinados ao restabelecimento do potencial de produção agrícola danificado por catástrofes naturais e à introdução de instrumentos de prevenção adequados.

ÂMBITO

Apenas são elegíveis as despesas relacionadas com os investimentos que digam respeito à reconstrução dos edifícios e equipamentos danificados, e à reposição do potencial de produção afectado.

BENEFICIÁRIOS

- Agricultores em nome individual ou colectivo atingidos por catástrofes naturais;

CONDIÇÕES DE ACESSO

- As infra-estruturas ou as explorações devem estar enquadradas em decisão governamental relativa à situação de catástrofe, nomeadamente na zona de ocorrência do sinistro e na identificação do capital produtivo atingido.

PRIORIDADES

As prioridades serão estabelecidas caso a caso, tendo em conta a intensidade dos danos ocorridos e a repercussão das suas consequências nas populações e explorações vitimadas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido. O quadro seguinte apresenta o nível máximo das ajudas, de acordo com a tipologia dos auxílios:

| Tipologia dos Auxílios | Nível máximo das ajudas (% das despesas elegíveis) |
|--|---|
| Auxílios para a compensação dos danos sofridos em edifícios e equipamentos | 100 |
| Auxílios para compensação da destruição dos meios de produção | 100 |

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|-------------------------------------|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.11 | INPUT | Despesa pública realizada total (€) | 588.235 |
| | | Apoio FEADER total (€) | 500.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|--|-------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.11 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | Área Agrícola Total (ha) | (não determinado) |
| | | Tipo de Catástrofe | |
| | | Tipo de Acção: | |
| | | | |
| | | -Recuperação (Infra-estruturas, replantação, outros reinvestimentos) | |
| | | Investimento Total (€) | 588.235 |
| | | Tipo de Catástrofe | |
| | | Tipo de Acção: | |
| | | | |
| | | -Recuperação (Infra-estruturas, replantação, outros reinvestimentos) | |

MEDIDA 1.11.**MELHORIA E DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), v) e artigo 30º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5 |
| Código de medidas (CE): | 125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

As infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, com particular destaque para as acessibilidades, o abastecimento de água e o fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas, constituem um elemento determinante para a competitividade do sector agro-florestal.

A fragmentação do território, aliada à orografia, povoamento e organização da produção, determina, contudo, a multiplicação e elevados custos da construção, requalificação e manutenção das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal.

Apesar disso, a Região já dispõe de uma razoável rede de infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, em grande parte executada no âmbito dos QCA II e III, que importa continuar a desenvolver de forma a capacitar o sector para enfrentar os desafios da qualidade e da competitividade, potenciando ao mesmo tempo o reordenamento do espaço rural e a estruturação fundiária, sempre numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Atendendo às características da produção agro-florestal regional, as infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, irão beneficiar, pontualmente, a actividade florestal.

Os Serviços Florestais nos Açores produzem nos seus viveiros cerca de 4.000.000 plantas florestais que são utilizadas nos projectos de arborização apresentados ao abrigo das Portarias n.º 26/2001 (PRODESA - Florestas) e n.º 74/2001 (Florestação de Terras Agrícolas), as quais são insuficientes para satisfazer as necessidades existentes, uma vez que a procura por parte dos privados tem crescido cada vez mais. Também se salienta a crescente necessidade de plantas para a implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades.

Não existem viveiristas florestais privados na Região Autónoma dos Açores e para esta situação contribui o facto do mercado ser exíguo e disperso. Convém referir que apesar da existência de apoio ao investimento para a instalação de viveiros, nos últimos 2 Quadros Comunitários de Apoio, nunca surgiu nenhuma proposta de investimento nesta área.

Considerando ser necessário o apoio à florestação bem como a produção de plantas florestais em quantidade e qualidade de modo a assegurar o aumento da competitividade do sector florestal, torna-se essencial a construção de um centro de produção de espécies florestais na Região Autónoma dos Açores.

OBJECTIVOS

Esta medida tem como objectivo principal contribuir para o aumento da competitividade do sector agrícola, reestruturando e desenvolvendo o potencial físico através da melhoria das infra-estruturas de apoio ao sector e prosseguindo os seguintes objectivos operacionais:

- Aumentar e melhorar a rede de infra-estruturas de apoio às explorações agrícolas, especialmente caminhos agrícolas e rurais, abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica;
- Reordenar o espaço rural, modernizando as estruturas fundiárias existentes e/ou promovendo o surgimento de outras.

Estes objectivos devem ser prosseguidos assegurando a valorização dos espaços de potencial agrícola numa perspectiva de equilíbrio social, ecológico e de ordenamento físico do território e de conservação, recuperação e valorização do espaço natural e do património rural.

Esta medida tem ainda como objectivo dotar a Região de um centro de produção de espécies florestais, responsável pela produção de espécies em qualidade e quantidade, de modo a assegurar a satisfação das necessidades sentidas pelos produtores florestais.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos, a Medida será executada através das seguintes acções:

| | |
|---------------|---|
| Acção 1.11.1. | Caminhos agrícolas e rurais. |
| Acção 1.11.2. | Abastecimento de água às explorações agrícolas. |
| Acção 1.11.3. | Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas. |
| Acção 1.11.4. | Ordenamento agrário e estruturação fundiária. |
| Acção 1.11.5. | Infra-estruturas de apoio à actividade florestal. |

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.11 | INPUT | Despesa pública realizada, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.11.1 - Caminhos agrícolas e rurais | 21.000.000 |
| | | - Acção 1.11.2 - Abastecimento de água às explorações agrícolas | 14.500.000 |
| | | - Acção 1.11.3 - Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 4.500.000 |
| | | - Acção 1.11.4 - Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 1.176.471 |
| | | - Acção 1.11.5 - Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 3.529.412 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.11 | 44.705.883 |
| | | Apoio FEADER, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.11.1 - Caminhos agrícolas e rurais | 17.850.000 |
| | | - Acção 1.11.2 - Abastecimento de água às explorações agrícolas | 12.325.000 |
| | | - Acção 1.11.3 - Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 3.825.000 |
| | | - Acção 1.11.4 - Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 1.000.000 |
| | | - Acção 1.11.5 - Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 3.000.000 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.11 | 38.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.11 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de intervenções apoiadas, por acção e total: | |
| | | - Acção 1.11.1 - Caminhos agrícolas e rurais | 40 |
| | | - Acção 1.11.2 - Abastecimento de água às explorações agrícolas | 7 |
| | | - Acção 1.11.3 - Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 248 |
| | | - Acção 1.11.4 - Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 4 |
| | | - Acção 1.11.5 - Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 1 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.11 | 300 |
| | | Volume total de investimento, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.11.1 - Caminhos agrícolas e rurais | 21.000.000 |
| | | - Acção 1.11.2 - Abastecimento de água às explorações agrícolas | 14.500.000 |
| | | - Acção 1.11.3 - Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 4.500.000 |
| | | - Acção 1.11.4 - Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 1.176.471 |
| | | - Acção 1.11.5 - Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 3.529.412 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.11 | 44.705.883 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.11 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB nas explorações abrangidas pelas intervenções, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 1.11.1 - Caminhos agrícolas e rurais | 35% |
| | | - Acção 1.11.2 - Abastecimento de água às explorações agrícolas | 35% |
| | | - Acção 1.11.3 - Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 35% |
| | | - Acção 1.11.4 - Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 20% |
| | | - Acção 1.11.5 - Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 10% |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|---------------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 1.11 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas, por acção e total: | |
| | | - Acção 1.11.1 - Caminhos agrícolas e rurais | 800 |
| | | - Acção 1.11.2 - Abastecimento de água às explorações agrícolas | 1250 |
| | | - Acção 1.11.3 - Fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 248 |
| | | - Acção 1.11.4 - Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 250 |
| | | - Acção 1.11.5 - Infra-estruturas de apoio à actividade florestal Acção | 400 |
| | | TOTAL MEDIDA 1.11 | 2.948 |
| | | Extensão de novos caminhos construídos (km) - Acção 1.11.1 | 80 km |
| | | Extensão de caminhos beneficiados (km) - Acção 1.11.1 | 50 km |
| | | Extensão de caminhos reabilitados (km) - Acção 1.11.1 | 50 km |
| | | Área abrangida por intervenções relativas a redes de abastecimento de água (ha) - Acção 1.11.2 | 5.000 ha |
| | | Extensão de linhas de média tensão (km) - Acção 1.11.3 | 40 km |
| | | Extensão de linhas de baixa tensão (km) - Acção 1.11.3 | 65 km |
| | | N.º de postos de transformação - Acção 1.11.3 | 55 |
| | | Área abrangida por planos de ordenamento (ha) - Acção 1.11.4 | 22.000 ha |

Acção 1.11.1.**Caminhos Agrícolas e Rurais****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), v) e artigo 30º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5 |
| Código de medidas (CE): | 125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivos aumentar e melhorar a rede regional de caminhos agrícolas e rurais.

DESCRIÇÃO

Esta acção contempla a elaboração e/ou execução de projectos de construção e/ou beneficiação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais, incluindo, entre outros, as respectivas obras de drenagem e trabalhos conexos de melhoramento ou preservação do património paisagístico e ambiental.

As intervenções a realizar respeitarão a seguinte ordem de prioridades:

- Localização em zonas prioritárias de desenvolvimento, nomeadamente em perímetros de ordenamento agrário, em que actuem, simultaneamente, outras medidas ou acções regionais ou comunitárias;
- Contribuição para a diversificação de actividades geradoras de rendimentos em zonas rurais;
- Localização em zonas rurais marginais;
- Complementaridade com a rede viária existente.

BENEFICIÁRIOS

A entidade responsável pela execução da acção será a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, directamente ou através de organismos públicos regidos por quadros jurídicos do Direito privado, do tipo Sociedades Anónimas de capitais exclusivamente públicos (IROA, S.A). Os destinatários finais da acção são os agricultores das zonas abrangidas pelas intervenções.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nestes investimentos serão assegurados instrumentos tendentes à minimização de eventuais impactos ambientais, cuja observância será ao nível do projecto, do licenciamento e da construção.

Ao nível do projecto serão acautelados condicionantes técnicas que possibilitem o melhor enquadramento ambiental das vias a construir, designadamente: conjugação de elementos técnicos da planta, perfis transversais e longitudinais de modo a que as directrizes das vias afectam o mínimo possível os nichos ou elementos da biodiversidade a interceptar; recorrer a pavimentos de betão de cimento apenas para inclinações superiores a 18%; evitar grandes movimentos de terras e exposição à erosão de grandes áreas de taludes de escavação e aterro; proteger e privilegiar sistemas de drenagem de águas pluviais previamente existentes; evitar arroteias e mobilizações dos terrenos adjacentes às vias; dar preferência a obras de arte edificadas com materiais tradicionais; considerar a construção de muros de pedra na vedação e delimitação das parcelas confinantes com as vias; dar preferência ao uso de materiais e técnicas tradicionais em pequenas obras de drenagem ou acabamentos; utilizar espécies vegetais autóctones ou com aprovação adabo-climáticas no uso de sebes ou de cobertos vegetais visando a protecção contra erosões.

Ao nível dos licenciamentos: requerer os pareceres, estudos e autorizações necessárias à minimização das incidências ambientais das vias a construir, designadamente: proceder a estudos de impacto ambiental no âmbito da Directiva Quadro da Água; recorrer a ensaios de campo e estudos laboratoriais de solos, inertes, betumes e tintas no âmbito das exigências técnicas requeridas em projecto e exigidas pela legislação em vigor; proceder ao levantamento e caracterização dos elementos da biodiversidade existentes nos traçados das vias e passíveis de afectação de modo a salvaguardar a sua monitorização e deslocalização.

Ao nível da construção: integrar nas equipas de fiscalização técnicos das áreas do ambiente, considerando a localização, componentes técnicas e volume financeiro das vias a construir; relevar problemáticas de impactos ambientais na localização e funcionamento de estaleiros; acautelar o cumprimento de disposições legais em matéria de transporte de materiais e resíduos para as obras e zonas de depósito; verificar o cumprimento das disposições legais decorrentes da atribuição de alvarás e certificação das empresas; fazer cumprir os procedimentos legais em matéria de higiene e segurança no trabalho.

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da acção, nomeadamente:

- Elaboração de projectos de execução e/ou beneficiação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais;
- Construção e/ou beneficiação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais:
 - Caminhos agrícolas ou rurais de acesso às explorações com Perfil Transversal Tipo de 4 m;
 - Caminhos agrícolas ou rurais de ligação entre povoações, com Perfil Transversal Tipo de 5 m;
 - Caminhos agrícolas ou rurais de enlace às redes viárias municipais e regionais ou outras com funções de circunvalação aos aglomerados urbanos, com Perfil Transversal Tipo de 6m;
 - Obras de reabilitação de pavimentos e drenagem afectados por calamidades ou desgaste;
 - Trabalhos conexos de melhoramento ou preservação do património paisagístico ambiental.
- Condutas secundárias e terciárias de abastecimento de água às explorações;
- Fiscalização de obras e acompanhamento;
- Controlo de qualidade baseado em ensaios de laboratório;
- Relatórios técnicos e auditorias técnicas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 1.11.2.

Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), v) e artigo 30º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5 |
| Código de medidas (CE): | 125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivos aumentar e melhorar a rede de abastecimento de água às explorações agrícolas e a sua eficiência.

DESCRIÇÃO

Esta acção contempla a elaboração e/ou execução de projectos de construção e melhoramento de sistemas colectivos de captação, tratamento, regularização e distribuição de água às explorações agrícolas para abeberamento do gado e melhoria das suas condições higio-sanitárias. Esta acção abrange apenas infra-estruturas de carácter colectivo, não abrangendo investimentos ao nível das explorações agrícolas.

As intervenções a realizar respeitarão a seguinte ordem de prioridades:

- Localização em zonas prioritárias de desenvolvimento em que actuem, simultaneamente, outras medidas ou acções regionais ou comunitárias;
- Contribuição para a melhoria integrada das condições de actividade e de vida das populações rurais;
- Complementaridade com redes existentes ou projectadas.

BENEFICIÁRIOS

A entidade responsável pela execução da acção será a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, directamente ou através de organismos públicos regidos por quadros jurídicos do Direito privado, do tipo Sociedades Anónimas de capitais exclusivamente públicos (IROA, S.A). Os destinatários finais da acção são os agricultores das zonas abrangidas pelas intervenções.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos a realizar no âmbito desta acção atenderão às disposições legais iminentes da Directiva Quadro da Água, nomeadamente a realização de estudos de impacto ambiental ou o cumprimento de condicionantes que visem a redução de incidências ambientais. Os materiais ou equipamentos a utilizar na construção dos sistemas de abastecimento de água, em especial nas estruturas de armazenamento, tratamento, distribuição e aparelhos de medição, obedecerão ao disposto nos regulamentos comunitários de forma a evitar inquinações e desperdícios.

Sempre que possível serão utilizadas energias alternativas, designadamente painéis solares, para assegurar o funcionamento de sistemas de bombagem ou estações de tratamento.

Os impactos visuais negativos que a edificação de estruturas de armazenamento de água, sempre deixam na paisagem serão minimizados por cuidados e critérios topográficos, cromáticos e de arborização de modo a reduzir a sua visualização.

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da acção, nomeadamente:

- Elaboração de projectos de execução e/ou beneficiação e reabilitação de redes de abastecimento.
- Execução de projectos que incluam os seguintes trabalhos:
 - Prospecção e captação de águas subterrâneas;
 - Captação de nascentes;
 - Construção de sistemas de armazenamento;
 - Estações de tratamento de águas;
 - Adução;
 - Reservatórios e outros órgãos de regularização e distribuição;
 - Rede de distribuição;
 - Estações de bombagem;
 - Aquisição de equipamentos de bombagem;
 - Aquisição e montagem de contadores de água;
 - Automatizações e construção de instalações de apoio;

-
- Rede de electrificação;
 - Drenagem e obras de defesa de valor paisagístico complementares, incluindo regularização e limpeza de linhas de água.
 - Acompanhamento e fiscalização de obras;
 - Controlo de qualidade baseado em ensaios de laboratório;
 - Relatórios técnicos e auditorias técnicas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Ação 1.11.3.**Fornecimento de Energia Eléctrica às Explorações Agrícolas****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), v) e artigo 30º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5 |
| Código de medidas (CE): | 125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivos aumentar e melhorar a rede de fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas.

DESCRIÇÃO

Esta acção contempla a elaboração e/ou execução de projectos de fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas através da instalação de linhas de distribuição de energia e postos de transformação. Esta acção abrange apenas infra-estruturas de carácter colectivo, não abrangendo investimentos ao nível das explorações agrícolas.

As intervenções a realizar respeitarão a seguinte ordem de prioridades:

- Interligação com outros investimentos colectivos de infra-estruturas;
- Interligação com outros investimentos a nível da exploração;
- Utilização múltipla da linha de alimentação;
- Dimensão das explorações e modernização das explorações pecuárias;
- Complementaridade com redes existentes ou projectadas.

BENEFICIÁRIOS

A entidade responsável pela execução da acção será a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, directamente ou através de organismos públicos regidos por quadros jurídicos do Direito privado, do tipo Sociedades Anónimas de capitais exclusivamente públicos (IROA, S.A). Os destinatários finais da acção são os agricultores das zonas abrangidas pelas intervenções.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Na construção de redes abastecimentos de energia eléctrica às explorações serão observados os critérios regulamentares na dimensão e espaçamento de postes de sustentação das linhas e, sempre que possível técnica e financeiramente, recorreremos à instalação de cabelagem subterrânea, no sentido de reduzir os impactos paisagísticos, designadamente visuais, que os postes de cimento sempre materializam.

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da acção, nomeadamente:

- Elaboração de projectos
- Execução das seguintes obras:
 - Redes de distribuição de energia eléctrica em média e baixa tensão;
 - Linhas de alimentação de energia eléctrica em média e baixa tensão;
 - Postos de transformação;
- Acompanhamento e fiscalização de obras
- Controlo de qualidade baseado em ensaios de laboratório
- Relatórios técnicos e auditorias técnicas

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido no montante de 100% das despesas elegíveis. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 1.11.4.**Ordenamento Agrário e Estruturação Fundiária****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), v) e artigo 30º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5 |
| Código de medidas (CE): | 125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivos promover o ordenamento agrário e a melhoria das estruturas fundiárias existentes ou a implementar a partir da infra-estruturação do espaço rural, designadamente, acessibilidades, distribuição de água e fornecimento de energia e do incentivo ao redimensionamento/emparcelamento das explorações agrícolas.

DESCRIÇÃO

Esta acção contempla a elaboração de projectos e planos gerais e específicos, cuja execução e implementação será determinante nos processos de ordenamento agrário e estruturação fundiária, particularmente nos respeitantes ao emparcelamento e redimensionamento das explorações.

As intervenções a realizar dirigir-se-ão, prioritariamente, a zonas agrícolas que representem estrangulamentos fundiários e elevada capacidade produtiva e potencial de consolidação técnico/económica.

BENEFICIÁRIOS

A entidade responsável pela execução da acção será a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, directamente ou através de organismos públicos regidos por quadros jurídicos do Direito privado, do

tipo Sociedades Anónimas de capitais exclusivamente públicos (IROA, S.A). Os destinatários finais da acção são os agricultores das zonas abrangidas pelas intervenções.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da acção, nomeadamente:

- Elaboração de projectos de estrutura fundiária, planeamento físico integrado, elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização de projectos e realização de relatórios de qualidade e auditorias técnicas;
- Despesas respeitantes à execução dos projectos que incluem despesas ligadas à assistência técnica, aquisição de serviços especializados, deslocações, equipamento e divulgação;
- Compra de terras e/ou de outros bens de relevante interesse para implementação e execução de planos e projectos de infra-estruturas físicas e redimensionamento e emparcelamento de terras.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. Contudo, e nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 71º do Regulamento (CE) 1698/2005, as despesas com a compra de terras só serão elegíveis até 10% de todas as despesas elegíveis da operação em causa. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 1.11.5.

Infra-estruturas de apoio à actividade florestal

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 20º, alínea b), v) e artigo 30º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Anexo II, ponto 5.3.1.2.5 |
| Código de medidas (CE): | 125 - Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura |

OBJECTIVOS

Pretende-se pôr em marcha um processo de produção de plantas que seja expedito através da construção de um centro de produção de espécies florestais que responda à crescente necessidade de plantio por parte de particulares quer ainda fazer face à entrada em vigor de diversos instrumentos de ordenamento do território que condicionam a escolha das espécies em espaços florestais de protecção. De salientar que na implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades se prevê também a arborização de vastas áreas de pastagens permanentes, utilizando grande percentagem de espécies endémicas.

Face às especificidades associadas à produção destas plantas, nomeadamente as condições edafo-climáticas específicas de viveiro, o seu alargado ciclo de produção e a dificuldade em propagar determinadas espécies e em obter propágulos, fazem actualmente da Direcção Regional dos Recursos Florestais, o único fornecedor deste tipo de plantas. Com efeito, existe neste campo uma forte necessidade de aumentar a produção, uma vez que as plantas que são produzidas anualmente são completamente absorvidas pelo mercado, perspectivando-se para breve um forte aumento da procura, face à entrada em vigor dos referidos instrumentos de ordenamento do território.

Dada a conjuntura actual, a actividade florestal encontra-se claramente a assumir um papel cada vez mais importante quer ao nível ambiental quer ao nível económico. No entanto, para que esse papel se consolide de forma sustentável é fundamental que a evolução se dê no sentido da construção de pilares sólidos para o sector, nunca podendo a disponibilidade de plantio ser um factor limitante.

Esta acção tem como objectivo promover a produção sustentável, do ponto de vista técnico e financeiro, de maior quantidade de plantas num curto período de tempo, bem como plantas de maior

qualidade e aumentar a diversidade de produção (plantas endémicas e folhosas produtoras de madeira de maior qualidade).

DESCRIÇÃO

A construção na Ilha de São Miguel, de um Centro de produção em massa de espécies florestais, por via seminal e vegetativa (produção por estaca e por via meristemática), o qual será constituído por um Laboratório de produção meristemática e um complexo de estufas aclimatizadas, equipadas com bancadas de enraizamento (produção por estaca) e outros equipamentos (produção por via seminal), com uma capacidade de produção anual de 5.000.000 de plantas.

BENEFICIÁRIOS

A entidade responsável pela execução da acção será a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, através da Direcção Regional dos Recursos Florestais.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da acção, nomeadamente:

- Aquisição do terreno para a construção do Centro de produção de espécies florestais;
- Despesas respeitantes ao ante-projecto e projecto de arquitectura, despesas ligadas à assistência técnica e a aquisição de serviços especializados;
- Construção do centro de produção de espécies florestais;
- Aquisição de equipamento.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. Contudo, e nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 71º do Regulamento (CE) 1698/2005, as despesas com a compra de terras só serão elegíveis até 10% de todas as despesas elegíveis da operação em causa. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

5.3.2. EIXO 2 - Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural

O Eixo 2 será operacionalizado através das seguintes medidas e respectivas acções:

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | Códigos CE |
|---------|---|--------|--|--------------------|
| Código | Designação | Código | Designação | |
| 2.1 | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | | | 212 |
| 2.2 | Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 | 2.2.1 | Promoção de modos de produção sustentáveis | 214 |
| | | 2.2.2 | Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 214 |
| | | 2.2.3 | Pagamentos Rede Natura 2000 | 213 |
| 2.3 | Apoio a Investimentos não produtivos | | | 216 |
| 2.4 | Gestão do espaço florestal | 2.4.1 | Investimentos para utilização sustentável das terras florestais | 221, 222, 223 |
| | | 2.4.2 | Valorização da utilização sustentável das terras florestais | 224, 225, 226, 227 |

As medidas abrangerão a totalidade do território da Região Autónoma dos Açores e serão executadas no período compreendido entre 01/01/2007 e 31/12/2015.

Informações comuns a certas medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas e florestais

A) Aplicação da condicionalidade

Para as medidas de desenvolvimento rural, nomeadamente para os pagamentos previstos nas subalíneas ii), iii) e iv) da alínea a) e nas sub-alíneas i), iv), e v) da alínea b) do artigo 36º que integram o PRORURAL, isto é, pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens naturais noutras zonas que não as de montanha; pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas; pagamentos agro-ambientais; apoio à primeira florestação de terras agrícolas, pagamentos Natura 2000 em terras florestais e pagamentos silvo-ambientais, constituem normas mínimas para acesso ao apoio os requisitos em matéria de condicionalidade que correspondem aos previstos nos artigos 4º e 5º e nos anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003.

Identificação dos conteúdos associados às exigências da Condicionalidade e outros requisitos:

Requisitos legais de gestão

| Legislação Comunitária | | Legislação Nacional | Legislação Regional |
|---|--|--|--|
| Ambiente | | | |
| <p><u>Directiva n.º 79/409/CEE</u>, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens</p> <p><u>Directiva n.º 92/43/CEE</u>, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos <i>habitats</i> naturais e da fauna e flora selvagens</p> | <p>Art.ºs 3, 4 (n.ºs 1, 2 e 4), 5, 7 e 8</p> <p>Art.ºs 6, 13, 15 e 22 (alínea b)</p> | <p>Decreto-Lei n.º 49/2005. DR n.º 39, Série I-A de 2005-02-24</p> <p>Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril</p> <p>Decreto-Lei n.º 140/99. DR n.º 96, Série I-A de 1999-04-24</p> <p>Revê a transposição para a ordem jurídica interna da <u>Directiva n.º 79/409/CEE</u>, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da <u>Directiva n.º 92/43/CEE</u>, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos <i>habitats</i> naturais e da fauna e flora selvagens).</p> <p>Revoga os Decretos-Lei n.ºs 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto</p> <p>Decreto-Lei n.º 384-B/99. DR n.º 223, Série I-A 1º Suplemento de 1999-09-23</p> <p>Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das <u>Directivas n.ºs 79/409/CEE</u>, do Conselho, de 2 de Abril, e <u>92/43/CEE</u> do Conselho, de 21 de Maio</p> | <p>Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A. JORAA n.º 21, Série I de 2002-05-23</p> <p>Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril</p> <p>Resolução do Governo n.º 30/98. JORAA n.º 6, Série I de 1998-02-05</p> <p>Aprova a Lista Nacional de Sítios/Açores (1.ª Fase)</p> <p>Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2004/A. DR n.º 118, Série I-B de 2004-05-20</p> <p>Classifica as ZPE da Região Autónoma dos Açores</p> |
| <p><u>Directiva n.º 80/68/CEE</u>, de 17 de Dezembro de 1979, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas</p> | <p>Art.ºs 4 e 5</p> | <p>Decreto-Lei n.º 236/98. DR n.º 176, Série I-A de 1998-08-01</p> <p>Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.</p> <p>Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março</p> | |
| <p><u>Directiva n.º 86/278/CEE</u>, de 12 de Junho de 1986, relativa à protecção do ambiente, e em especial dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração</p> | <p>Art.º 3</p> | <p>Declaração de rectificação n.º 53/2006. DR n.º 159, Série I de 2006-08-18</p> <p>Rectifica o Decreto-Lei n.º 118/2006</p> <p>Decreto-Lei n.º 118/2006. DR n.º 118, Série I-A de 2006-06-21</p> <p>Transpõe para o direito interno a <u>Directiva n.º 86/278/CEE</u>, do Conselho de 12 de Junho</p> | <p>Decreto Legislativo Regional n.º 16/2005/A. JORAA n.º 30, Série I de 2005-07-28</p> <p>Transpõe a <u>Directiva n.º 86/278/CEE</u>, do Conselho, de 12 de Junho, referente à utilização das lamas de depuração na agricultura</p> <p>Portaria n.º 26/2006 de 2006-03-</p> |

| Legislação Comunitária | | Legislação Nacional | Legislação Regional |
|---|--------------|---|---|
| | | de 1986. Aprova o regime jurídico a que fica sujeita a utilização agrícola das lamas de depuração, revogando o Decreto-Lei n.º 446/91, de 22 de Novembro | 23 Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2005/A, de 20 de Julho, que transpõe a <u>Directiva n.º 86/278/CEE</u> , do Conselho, de 12 de Junho de 1986, referente à utilização de lamas de depuração na agricultura |
| <u>Directiva n.º 91/676/CEE</u> , de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola | Art.ºs 4 e 5 | Decreto-Lei n.º 235/97. DR n.º 203, Série I-A de 1997-09-03 Transpõe para o direito interno a <u>Directiva n.º 91/676/CEE</u> , do Conselho de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola Decreto-Lei n.º 68/99. DR n.º 59, Série I-A de 1999-03-11 Altera o Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, que transpõe para o direito interno a <u>Directiva n.º 91/676/CEE</u> , do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola Portaria 1433/2006 de 2006-12-27 - Altera os limites das Zonas Vulneráveis n.º 1 e n.º 5 Portaria 833/2005 de 2005-09-16 - Aprova novas Zonas Vulneráveis Portaria 1100/2004 de 2004-09-03 - Aprova a lista e as cartas que identificam as zonas vulneráveis do Continente e da Região Autónoma dos Açores, revoga a Portaria n.º 258/2003, de 19 de Março Portaria n.º 556/03 de 2003-07-12 - Aprova o Programa de Acção para a Zona Vulnerável n.º1 - Aquífero livre entre Esposende e Vila do Conde Portaria n.º 557/03 de 2003-07-14 - Aprova o Programa de Acção para a Zona Vulnerável n.º2 - Área de protecção do aquífero quaternário de Aveiro Portaria n.º 591/03 de 2003-07-18 - Aprova o Programa de Acção para a Zona Vulnerável n.º3 - Faro Portaria n.º 617/03 de 2003-07-22 - Aprova o Programa de Acção para a Zona Vulnerável n.º4 - Mira | Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005. JORAA n.º 21, Série I de 2005-05-27 Transpõe a <u>Directiva n.º 91/676/CEE</u> , do Conselho, de 12 de Dezembro, referente à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola Portaria n.º 44/2006 de 2006-06-22 Aprova o Programa de Acção para a zona vulnerável n.º 5 (Sete Cidades), constituída pela bacia hidrográfica da lagoa das Sete Cidades, conforme Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro Portaria n.º 46/2006 de 2006-06-22 Aprova o Programa de Acção para a zona vulnerável n.º 4 (Furnas), constituída pela bacia hidrográfica da lagoa das Furnas, conforme Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro Portaria n.º 47/2006 de 2006-06-22 Aprova o Programa de Acção para as zonas vulneráveis n.º 1 (Serra Devassa), n.º 2 (São Brás) e n.º 3 (Congro), na Ilha de São Miguel, n.º 6 (Capitão) e n.º 7 (Caiado) na Ilha do Pico e n.º 8 (Funda), na Ilha das Flores, constituídas pelas bacias hidrográficas das lagoas, conforme Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro |

| Legislação Comunitária | | Legislação Nacional | Legislação Regional |
|--|-----------------|--|---------------------|
| Identificação e Registo de Animais | | | |
| <u>Directiva n.º 92/102/CEE</u> , de 27 de Novembro de 1992, relativa à identificação e ao registo de animais | Art.ºs 3, 4 e 5 | Decreto-Lei n.º 290/90 de 1990-09-20 Estabelece o regime jurídico da circulação de gado, carne e produtos cárneos no continente Decreto-Lei n.º 142/2006. DR n.º 144, Série I de 2006-07-27 Cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), que estabelece as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração (SIRCA), revogando o Decreto-Lei n.º 338/89, de 24 de Agosto | |
| <u>Regulamento (CE) n.º 2629/97</u> , de 29 de Dezembro de 1997, que estabelece disposições de aplicação do Regulamento (CE) n.º 820/97 do Conselho no que respeita a marcas auriculares, registos das explorações e passaportes no âmbito do regime de identificação e registo de bovinos | Art.ºs 6 e 8 | | |
| <u>Regulamento (CE) n.º 1760/2000</u> , de 17 de Julho de 2000, que estabelece um regime de identificação e registo de bovinos e relativo à rotulagem da carne de bovino, e dos produtos à base de carne de bovino, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 820/97 do Conselho | Art.ºs 4 e 7 | | |
| Saúde Pública e Saúde Animal e Fitossanidade | | | |
| <u>Directiva n.º 91/414/CEE</u> , de 15 de Julho de 1991, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos | Art.º 3 | Decreto-Lei n.º 94/98. DR n.º 88, Série I-A de 1998-04-15 Adopta as normas técnicas de execução referentes à colocação dos produtos | |

| Legislação Comunitária | | Legislação Nacional | Legislação Regional |
|---|--|--|---------------------|
| no mercado | | fitofarmacêuticos no mercado Decreto-Lei n.º 173/2005. DR n.º 203, Série I-A de 2005-10-21 Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais, revogando os n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 94/98 | |
| <u>Directiva n.º 96/22/CE</u> , de 29 de Abril de 1996, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal | Art.ºs 3, 4, 5 e 7 | Decreto-Lei n.º 185/2005. DR n.º 212, Série I-A de 2005-11-04 Transpõe para a ordem jurídica nacional a <u>Directiva n.º 96/22/CE</u> , do Conselho, de 29 de Abril, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 2003/74/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro, revogando o Decreto-Lei n.º 150/99, de 7 de Maio | |
| <u>Regulamento (CE) n.º 178/2002</u> , de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios | Art.ºs 14, 15, 17 (n.º 1), 18, 19 e 20 | | |
| <u>Regulamento (CE) n.º 999/2001</u> , de 22 de Maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis | Art.ºs 7, 11, 12, 13 e 15 | | |
| Notificação de Doenças | | | |
| <u>Directiva n.º 2003/85/CE</u> , de 29 de Setembro de 2003, que estabelece medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa e revoga a | Art.º 3 | Decreto-Lei n.º 108/2005. DR n.º 127, Série I-A de 2005-07-05. Transpõe para a ordem jurídica nacional a <u>Directiva n.º 2003/85/CE</u> , relativa a medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa | |

| Legislação Comunitária | | Legislação Nacional | Legislação Regional |
|---|---------------------|---|---------------------|
| <u>Directiva n.º 85/511/CEE</u> , de 18 de Novembro, que estabelece medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa | | Decreto-Lei n.º 29/92. DR n.º 49, Série I-A de 1992-02-27 Proíbe a vacinação contra a febre aftosa, excepto no caso de ser confirmada a sua presença no território nacional. Revoga os Decretos-Lei n.ºs 473/80 e 244/82, respectivamente de 14 de Outubro e de 22 de Junho Portaria n.º 124/92. DR n.º 49, Série I-B de 1992-02-27 Define as medidas a adoptar em caso de aparecimento da febre aftosa | |
| <u>Directiva n.º 92/119/CEE</u> , de 17 de Dezembro de 1992, que estabelece medidas comunitárias gerais de luta contra certas doenças animais, bem como medidas específicas respeitantes à doença vesiculosa do suíno | Art.º 3 | Decreto-Lei n.º 22/95. DR n.º 33, Série I-A de 1995-02-08 Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Directiva n.º 92/119/CEE</u> , do Conselho, de 17 de Dezembro, que estabelece medidas gerais de luta contra certas doenças animais Portaria n.º 577/95 de 1995-06-16 Estabelece medidas gerais de luta contra certas doenças animais, bem como medidas específicas respeitantes a determinadas doenças animais | |
| <u>Directiva n.º 2000/75/CE</u> , de 20 de Novembro de 2000, que aprova disposições específicas relativas às medidas de luta e erradicação da febre catarral ovina ou língua azul | Art.º 3 | Decreto-Lei n.º 146/2002. DR n.º 117, Série I-A de 2002-05-21 Adopta medidas específicas de luta e erradicação da febre catarral ovina ou língua azul, transpondo para a ordem jurídica interna a <u>Directiva n.º 2000/75/CE</u> , do Conselho, de 20 de Novembro | |
| Bem-estar animal | | | |
| <u>Directiva n.º 91/629/CEE</u> , de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção dos vitelos | Art.ºs 3 e 4 | Decreto-Lei n.º 48/2001. DR n.º 35, Série I-A de 2001-02-10 Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Directiva n.º 91/629/CEE</u> , do Conselho, de 19 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 97/2/CE, do Conselho, de 20 de Janeiro, e pela Decisão n.º 97/182/CE, da Comissão, de 24 de Fevereiro, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos vitelos | |
| <u>Directiva n.º 91/630/CEE</u> , de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção de suínos | Art.ºs 3, 4 (n.º 1) | Decreto-Lei n.º 135/2003. DR n.º 147, Série I-A de 2003-06-28 Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Directiva n.º 91/630/CEE</u> , do Conselho, de | |

| Legislação Comunitária | | Legislação Nacional | Legislação Regional |
|--|---------|---|---------------------|
| | | 19 de Novembro, relativa às normas mínimas de protecção de suínos | |
| <u>Directiva n.º 98/58/CE</u> , de 20 de Julho de 1998, relativa à protecção dos animais nas explorações pecuárias | Art.º 4 | Decreto-Lei n.º 64/2000. DR n.º 95, Série I-A de 2000-04-22 Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Directiva n.º 98/58/CE</u> , do Conselho, de 20 de Julho, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias | |

Boas Condições Agrícolas e Ambientais

1. A parcela agrícola deve apresentar vegetação instalada ou espontânea no período entre 15 de Novembro e 1 de Março seguinte, com excepção para os trabalhos de preparação do solo para instalação da cultura.
2. Nas parcelas agrícolas com IQFP ≥ 4 , excepto em parcelas armadas em socacos ou terraços, ou com acidentes fisiográficos acentuados e delimitados ou em parcelas planas situadas entre depressões, não são permitidas as culturas anuais, sendo a instalação de novas culturas arbóreas e arbustivas ou pastagens, apenas permitida nas situações que os serviços de ilha da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), considerem tecnicamente adequadas.
3. Nas parcelas agrícolas com IQFP ≥ 5 , excepto em parcelas armadas em socacos ou terraços, ou com acidentes fisiográficos acentuados e delimitados ou em parcelas planas situadas entre depressões, não são permitidas as culturas anuais nem a instalação de novas pastagens, sendo apenas permitida a melhoria das pastagens naturais sem mobilização do solo, e a instalação de novas culturas arbóreas e arbustivas apenas nas situações que os serviços de ilha da SRAF, considerem tecnicamente adequadas.
4. É proibida a queima de plásticos, pneus e óleos na exploração.
5. É obrigatório fazer a recolha e concentração dos materiais plásticos relativos ao processo produtivo agrícola, pneus e óleos.
6. Os fertilizantes e os produtos fitofarmacêuticos devem estar armazenados em lugar resguardado, seco e com piso impermeabilizado, e a mais de 10 metros de cursos de água, valas, condutas de drenagem, poços, furos ou nascentes, excepto no caso de depósitos de fertirega que tenham um sistema de protecção contra fugas.
7. A alteração do uso das parcelas classificadas como pastagens permanentes, bem como a permuta entre parcelas exploradas pelo mesmo agricultor, depende de autorização prévia da SRAF, a conceder mediante requerimento escrito entregue nos serviços de ilha da SRAF, excepto nos casos

de parcelas isentas de reposição, em que a respectiva alteração depende apenas de comunicação prévia.

8. Só são autorizadas as alterações de uso previstas na alínea anterior para floresta, outras culturas permanentes, regadio, infra-estruturas, culturas arvenses não forrageiras, milho silagem ou outras culturas que promovam a diversificação da produção agrícola regional no âmbito de projectos integrados em programas, planos ou iniciativas com alguma forma de intervenção pública e apenas enquanto for possível respeitar o valor de 95% da relação de referência nacional de pastagens permanentes, procedendo-se, em caso de necessidade, ao rateio dos pedidos de autorização.
9. Sempre que a relação anual de pastagens permanentes seja inferior a 90% do valor de referência nacional de pastagens permanentes, é efectuada uma reposição nacional de pastagens permanentes até atingir 92% do valor de referência nacional de pastagens permanentes.
10. Para efeitos do disposto no número anterior, a SRAF notifica os agricultores que se encontrem na situação referida no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento n.º 796/2004 para reconverterem para pastagem permanente uma superfície determinada até ao dia 1 de Novembro seguinte, ou decorridos 30 dias após a referida notificação, desde que este último prazo se apresente como mais favorável para o agricultor.
11. As novas parcelas de pastagens permanentes que tenham sido objecto de reconversão através de permuta ou em resultado da reposição nacional ficam obrigadas a permanecer enquanto tal durante os cinco anos seguintes ao facto que lhes deu origem.

Em complemento das Boas Condições Agrícolas e Ambientais em vigor, para efeitos de aplicação do PRORURAL deverão ser cumpridas as seguintes BCAA que serão notificadas no âmbito do primeiro pilar:

- As parcelas armadas em socacos ou terraços, caso não tenham muro de suporte, deverão apresentar vegetação na zona do talude.
- As parcelas com culturas temporárias de primavera-verão devem apresentar no período Outono-Inverno uma cultura intercalar de diferente grupo ou em alternativa uma cobertura com vegetação espontânea no período entre 15 de Novembro e 1 de Março.
- Nas terras não submetidas a pastoreio, deverá controlar-se a vegetação espontânea obedecendo às seguintes regras:
 - Efectuar esse controlo fora da época de maior concentração de reprodução da avifauna (Março e Abril), com excepção dos casos em que por motivos de sazão das terras, o controlo dessa vegetação necessite de ser realizado nesse período, ficando neste caso a sua execução dependente da autorização da Direcção Regional dos Assuntos Comunitários, e deverá estar concluído até ao dia 31 de Julho do ano do pedido;

- Os resíduos resultantes das operações de controlo neste âmbito devem ser incorporados no solo ou retirados das parcelas.
- Nas parcelas com IQFP igual ou superior a 4, o controlo da vegetação só poderá ser realizado sem reviramento do solo, excepto em parcelas armadas em socacos ou terraços, ou com acidentes fisiográficos acentuados e delimitados ou em parcelas planas situadas entre depressões.
- Os restos das culturas temporárias de Primavera-Verão ou Outono-Inverno devem ser incorporados no solo, como forma de contribuir para o aumento da fertilidade do mesmo.
- Para garantir a manutenção das pastagens permanentes, o agricultor deverá manter um encoberto médio anual mínimo igual ou superior 0,15 CN/ha. No caso de não haver pastoreio ou o encoberto ser inferior ao mínimo, terá que realizar, anualmente, um corte de limpeza e proceder à recolha do material.
- As parcelas de “terra arável” e de “superfície forrageira” não podem apresentar uma área superior a 25% ocupadas com formações lenhosas dominadas por arbustos de altura superior a 50 cm, excepcionando-se as seguintes situações:
 - Os bosquetes ou maciços de espécies arbóreas ou arbustivas com interesse ecológico ou paisagístico, desde que a situação seja devidamente comprovada em cada caso pelas entidades com competências para o efeito.
 - Se cumprirem com o encoberto mínimo anual definido (0,15 CN/ha).
 - As parcelas inseridas em baldios.

B) Requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários

Para as medidas de desenvolvimento rural, nomeadamente para os pagamentos previstos na subalínea iv da alínea a) do artigo 36º do Regulamento (CE) 1698/2005 que integram o PRORURAL, constituem ainda requisitos mínimos os relativos à utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos. Nas zonas vulneráveis a *baseline* para acesso a este tipo de pagamentos são os respectivos planos de acção.

- Requisitos mínimos relativos à utilização de adubos

A Directiva 91/676/CEE estabelece que fora das zonas vulneráveis seja cumprido o “Código de Boas Práticas Agrícolas - para a protecção da água contra a poluição de nitratos de origem agrícola”.

No entanto, pelo seu carácter normativo só algumas das Boas Práticas estabelecidas no código são susceptíveis de serem verificáveis.

Na definição das regras relativas ao cumprimento da condicionalidade, expressas através dos requisitos legais de gestão e as boas condições agrícolas e ambientais foi feita uma avaliação de pertinência da aplicação das boas práticas susceptíveis de controlo.

Desta forma, actualmente a condicionalidade incorpora as regras que são susceptíveis de serem verificáveis do “Código de Boas Práticas Agrícolas - para a protecção da água contra a poluição de nitratos de origem agrícola”, que foram consideradas como pertinentes.

Assim, fora das zonas vulneráveis, tendo em conta que a condicionalidade se aplica a todas as unidades de produção candidatas às medidas agro-ambientais, não se torna necessário criar regras específicas no âmbito da Directiva 91/676/CEE.

Relativamente aos requisitos mínimos relativos à poluição pelo fósforo não se justifica a elaboração de uma norma específica dado que:

- Os solos da RAA são, na sua maior parte, ricos em fósforo total, apresentando-se principalmente na forma mineral, pelo que tende a ser retido com elevada energia por colóides e minerais e/ou a formar combinações químicas com reduzida solubilidade;
- A poluição devida ao fósforo pode ter origem tópica (águas residuais urbanas e industriais) e difusa, por incorrecta ou excessiva aplicação de adubos fosfatados nos solos agrícolas;
- As fontes tópicas estão fora do sector agrícola pelo que não faz sentido a sua aplicação neste âmbito.

No entanto, a sua regulamentação está assegurada através de normas de descarga fixadas, para cada instalação, tendo como suporte legislativo o Decreto-Lei n.º 152/97 que transpõe para o direito interno a Directiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio de 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas e o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, que estabelece normas, critérios, e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.

O controlo das fontes difusas efectiva-se principalmente através de medidas de defesa contra a erosão. Tendo em conta que as “Boas Condições Agrícolas e Ambientais” estabelecidas, pelos Açores, ao nível da erosão, estrutura e matéria orgânica do solo, designadamente as relativas à ocupação cultural da parcela, principalmente em parcelas com um maior risco de erosão, respondem às preocupações levantadas ao nível do risco de poluição por fósforo.

▪ Requisitos mínimos relativos à utilização de produtos fitofarmacêuticos:

Os requisitos mínimos referentes aos produtos fitossanitários são assegurados pela aplicação do Decreto-Lei n.º 173/2005 que regula no seu Cap. III a segurança na aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Algumas disposições foram aliás incorporadas nas BCAA. Assim, de acordo com essa legislação:

- O aplicador deve ter formação adequada (formação académica ou frequência de acções de formação com aproveitamento) ou actuar sob orientação de técnico responsável;
- Os produtos fitofarmacêuticos devem ser armazenados em condições de segurança e afastados no mínimo de 10 metros de cursos de água e de outras massa de água (contemplado nas normas da BCAA);
- Só podem ser utilizados produtos fitofarmacêuticos homologados em Portugal, devendo a sua aplicação ser feita segundo as indicações expressas no rótulo da respectiva embalagem nomeadamente no que respeita os produtos a que se dirigem, as doses a utilizar, concentrações e número de tratamentos, intervalos de segurança, épocas de aplicação e precauções a ter na sua preparação, aplicação e manuseamento;
- Os utilizadores finais dos produtos fitofarmacêuticos estão obrigados a proceder à sua recolha selectiva e triagem de resíduos de embalagens e de excedentes destes produtos.

Constitui ainda requisito mínimo:

- O respeito pelo estipulado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro, nomeadamente no que se refere à aplicação de pesticidas móveis e persistentes na água, ou que possam formar substâncias tóxicas, persistentes ou bioacumuláveis.

C) Cálculo dos pagamentos agro-ambientais

A Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura, em parceria com os Serviços de Ilha da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e com o Departamento de Ciências Agrárias, da Universidade dos Açores, procedeu à elaboração dos cálculos necessários para o estabelecimento dos pagamentos agro-ambientais. Estes cálculos foram realizados a partir de informação estatística e da consulta a especialistas em diversas matérias ambientais. O nível de pagamento teve em conta as perdas de rendimento e os custos adicionais necessários ao cumprimento dos compromissos ambientais. Foram considerados custos de mudança no caso da conversão para o Modo de Produção Biológico. Só foram contabilizados os compromissos que vão para além das normas obrigatórias estabelecidas nos termos dos artigos 4º e 5º e dos anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 assim como dos outros requisitos mínimos exigidos para atribuição de pagamentos agro-ambientais.

Os pagamentos agro-ambientais serão aplicados de forma combinada no respeito da respectiva complementaridade e compatibilidade, e do valor máximo de ajuda previsto regulamentarmente.

D) Outras informações comuns a certas medidas florestais

Foi realizado nos Açores um processo de reflexão sobre o sector florestal, o qual conduziu à elaboração da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores. Pretendeu-se também que a Estratégia definida fosse o elemento de referência das orientações e planos de acção públicos e privados para o desenvolvimento do sector nas próximas décadas.

A oportunidade desta Estratégia residia ainda no facto de ela ir integrar a Estratégia Nacional para as Florestas e, deste modo, inserir-se na Estratégia Florestal Comunitária bem como beneficiar, para a sua implementação, as medidas de apoio ao sector florestal no âmbito período de programação 2007-2013.

Na Região Autónoma dos Açores não existem planos de prevenção contra incêndios florestais nem a identificação de zonas de risco, uma vez que não se verificam condições favoráveis à ocorrência de incêndios florestais, em consequência dos teores de humidade atmosférica, do solo e o da biomassa serem elevados e da precipitação ser uniformemente distribuída ao longo do ano. Como tal, não existe histórico de incêndios florestais nos Açores.

As acções previstas nesta medida, “Investimentos para utilização sustentável das terras florestais” e “Valorização da utilização sustentável das terras florestais”, irão contribuir para alcançar os objectivos, respectivamente 1.1 - “Apoiar e consolidar o fomento florestal através do apoio à rearborização de áreas exploradas, à arborização de incultos, à reconversão florestal, à beneficiação de povoamentos e ainda à construção / melhoria de infra-estruturas florestais”, 1.2 - “Apoiar a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, nomeadamente em bacias hidrográficas de lagoas e a implementação de sistemas agro-florestais, obtendo-se uma mais valia na melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como na competitividade do sector”, 1.4 - “Fomentar a diversidade de essências florestais nos povoamentos” e 3 - “Garantir a redução dos riscos associados à flora invasora, pragas e doenças, obtendo-se a melhoria da viabilidade vegetativa e sanidade dos povoamentos florestais”, 4 - “Contribuir para um correcto ordenamento físico do território açoriano e para a protecção, valorização e gestão dos seus recursos naturais”, 5.1 - “Apoiar a utilização sustentável das terras florestais, através de pagamentos Natura 2000 e silvo-ambientais” e 5.2 - “Apoiar investimentos não produtivos” do objectivo 5 “Dinamizar o uso múltiplo da floresta”, propostos na Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores, em articulação com a Estratégia Florestal Nacional.

Esta medida está igualmente em consonância com a Estratégia Florestal Comunitária, nomeadamente com o princípio geral de considerar a gestão florestal sustentada e o papel multifuncional das florestas como orientação subjacente global, e com o Plano de Acção para as Florestas apresentado pela Comissão, em particular no que se refere ao objectivo de manter e melhorar a biodiversidade, a integridade, o estado sanitário e a resiliência dos ecossistemas florestais. Desta forma, estar-se-á com esta medida a implementar as acções previstas para os Estados Membros no âmbito dos objectivos 2 e 3 do Plano de Acção para as Florestas da União Europeia - melhorar e proteger o ambiente e contribuir para uma melhor qualidade de vida.

MEDIDA 2.1.**MANUTENÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea a), ii), artigo 37º e artigo 50º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 27 º e Anexo II, pontos 5.3.2.1.2 |
| Código de medidas (CE): | 212 - Pagamentos aos Agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as zonas de montanha |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A produção agrícola é, em diversas zonas afectadas por desvantagens naturais, e, particularmente, na RAA, uma condição necessária para a preservação de paisagens e de habitats com valor natural e ambiental. Os pagamentos compensatórios dos custos adicionais e das perdas de rendimentos resultantes do exercício da actividade agrícola nestas zonas, contribuirão para garantir a continuidade da utilização das terras agrícolas, evitando as consequências negativas do abandono das terras para a paisagem rural, o ambiente e a preservação das comunidades rurais. Estes pagamentos deverão contribuir para a conservação da paisagem rural, para a manutenção ou promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis, e, ainda, para a coesão social e territorial, reduzindo desigualdades e assimetrias de rendimento entre os agricultores.

OBJECTIVOS

São objectivos desta medida:

- Contribuir para o uso continuado das terras agrícolas nas zonas afectadas por desvantagens naturais, conservando a paisagem rural e mantendo ou promovendo sistemas de exploração agrícola sustentáveis;
- Compensar as dificuldades naturais e sociais decorrentes do exercício da actividade agrícola em determinadas zonas agrícolas desfavorecidas.

ÂMBITO

Esta medida destina-se a compensar os custos adicionais e a perda de rendimentos dos agricultores resultantes das desvantagens para a produção agrícola em zonas com desvantagens naturais.

Os pagamentos são degressivos em função da superfície elegível. Considera-se superfície elegível:

- Superfície Agrícola Utilizada: integra a terra arável limpa, área com culturas permanentes pastagens permanentes em terra limpa e superfícies com culturas sob coberto de matas e florestas e horta;
- Superfície Forrageira: integra as áreas próprias e de baldio de culturas forrageiras e prados temporários em terra arável limpa, pastagens permanentes e pastagens naturais herbáceas que se encontram ou não sob coberto de espécies arbóreas e que tradicionalmente são utilizadas para pastoreio. Incluem-se também as superfícies com culturas destinadas à alimentação do gado, abrangendo também os aproveitamentos secundários.

COMPROMISSOS

Os beneficiários devem comprometer-se, durante o período de cinco anos a contar da data do primeiro pagamento, a:

- Manter as condições de acesso;
- Manter a actividade agrícola em zona desfavorecida;
- Aplicar, em toda a área da exploração situada em zona desfavorecida, as regras decorrentes da condicionalidade.

Durante este período os beneficiários ficam obrigados a apresentar as respectivas candidaturas anuais.

As parcelas destinadas a pastoreio poderão ser permutadas ao longo de um período de 5 anos a que se refere o compromisso. Contudo, as permutas só serão aceites aquando da apresentação das candidaturas anuais.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores em nome individual ou colectivo.

TERRITÓRIO ABRANGIDO

Todo o território da Região Autónoma dos Açores (de acordo com a Directiva do Conselho n.º 75/268/ (CEE), de 28 de Abril).

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

- Possuir uma exploração com uma superfície agrícola utilizada mínima de 0,5 hectares;
- Encabeçamento máximo de 3,00 CN (*) por hectare de superfície forrageira;
- Não beneficiar de uma pensão de reforma ou de invalidez, qualquer que seja o regime de segurança social aplicável.

(*) - Este encabeçamento justifica-se pelos indicadores agronómicos que sustentam que as pastagens da RAA suportam encabeçamentos médios na ordem das 3,00 CN/ha.

Regime e nível de apoio

A ajuda será modulada em função das classes de SAU, do grupo de ilhas e do tipo de agricultor, de acordo com os seguintes quadros:

QUADRO I - Agricultores a título principal (ATP)

| SAU (ha) | Ajudas unitárias (Euros) | |
|--------------------|--------------------------|-----------------|
| | S. Miguel e Terceira | Restantes Ilhas |
| Até 7 | 190 | 200 |
| Mais de 7 até 14 | 143 | 150 |
| Mais de 14 até 21 | 124 | 130 |
| Mais de 21 até 28 | 76 | 80 |
| Mais de 28 até 100 | 56 | 60 |

QUADRO II - Agricultores a tempo parcial

| SAU (ha) | Ajudas unitárias (Euros) | |
|-------------------|--------------------------|-----------------|
| | S. Miguel e Terceira | Restantes Ilhas |
| Até 7 | 114 | 120 |
| Mais de 7 até 14 | 86 | 90 |
| Mais de 14 até 20 | 74 | 78 |

São considerados agricultores a título principal:

- As pessoas singulares que obtenham da actividade agrícola pelo menos 50% do seu rendimento e dediquem à mesma pelo menos 50% do seu tempo total de trabalho;
- As pessoas colectivas que, nos termos do respectivo estatuto, tenham exclusivamente por objecto a actividade agrícola e cujos administradores ou gerentes, obrigatoriamente pessoas singulares e sócios da pessoa colectiva, dediquem mais de 50% do seu tempo total de trabalho à exploração onde exercem a actividade agrícola, dela auferindo, no mínimo, 50% do seu rendimento global e desde que detenham, no seu conjunto, pelo menos 10% do capital social.

São considerados agricultores a tempo parcial:

- Todos os agricultores que não reúnam as condições referidas na situação anterior.

Para garantir a suficiência e eficácia da ajuda e evitar uma compensação excessiva, em conformidade com os objectivos desta medida, o nível desta ajuda será degressivo em função da SAU das explorações agrícolas e aplicar-se-á até ao limite máximo de 100 hectares. De acordo com a estratégia definida, e com o objectivo de apoiar selectivamente o rendimento das explorações, com discriminação positiva do grupo de ilhas com maiores *handicaps*, as ajudas a atribuir às ilhas de S. Miguel e Terceira serão diminuídas de 5% relativamente às ajudas concedidas às restantes ilhas.

A ajuda a atribuir aos agricultores a tempo parcial será reduzida em 40% do valor imputado aos agricultores a título principal, até ao limite de 20 hectares de SAU, como consta do respectivo quadro.

TABELA DE CONVERSÃO DO Nº ANIMAIS EM CN

Para a determinação do factor de densidade na exploração, deve ser utilizada a seguinte tabela de conversão:

| | |
|---|----------|
| Bovinos machos e novilhas com mais de 24 meses de idade, vacas em aleitamento e vacas leiteiras | 1,0 CN |
| Bovinos machos e novilhas com idade entre os 6 e 24 meses | 0,6 CN |
| Ovinos* | 0,15 CN |
| Caprinos** | 0,15 CN |
| Equídeos com mais de seis meses | 1 CN |
| Porcas reprodutoras > 50 kg | 0,5 CN |
| Outros suínos | 0,3 CN |
| Galinhas poedeiras | 0,014 CN |
| Outras aves de capoeira | 0,003 CN |

* No caso das ovelhas, considera-se qualquer fêmea da espécie ovina que já tenha parido pelo menos uma vez ou tenha, pelo menos, um ano. No caso dos carneiros consideram-se, para este efeito, quaisquer machos que tenham, pelo menos, um ano.

**No caso das cabras, considera-se qualquer fêmea da espécie caprina que já tenha parido pelo menos uma vez ou tenha, pelo menos, um ano. No caso dos bodes consideram-se, para este efeito, quaisquer machos que tenham, pelo menos, um ano.

Os bovinos com idade inferior a 6 meses não são contabilizados para efeitos de encabeçamento, pelas seguintes razões:

- O tempo de permanência nas explorações leiteiras é, em média, inferior a 2 meses;
- Nas explorações bovinas de carne ou mistas, os vitelos alimentam-se de leite materno ou de substituição nos primeiros 3 meses, passando posteriormente a ser alimentados com concentrado, complementado com feno durante mais 2 meses. Assim estes animais apenas se alimentam directamente da pastagem 1 mês antes de passarem ao escalão de 6 meses a 1 ano.

Por uma questão de coerência, uniformidade e gestão entre o Sub-programa da Região Autónoma dos Açores “Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana” (aprovado ao abrigo do Regulamento (CE) 247/2006) e o PRORURAL, foram considerados os mesmos factores de conversão para a espécie bovina, já que esta é a que tem maior representatividade nas explorações agro-pecuárias da Região, pelo que se justifica a utilização do mesmo valor para a determinação do factor densidade de bovinos, simplificando, assim, a gestão dos encabeçamentos, por parte do agricultor. De igual modo se justifica a utilização do mesmo critério, para os ovinos e caprinos.

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes dos quadros I e II e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|-------------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.1 | INPUT | Despesa pública realizada total (€) | 69.411.765 |
| | | Apoio FEADER total (€) | 59.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|--|------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.1 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais | 5.000 - 7.500 |
| | | Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais (ha) | 80.000 - 120.000 |
| | | - Rede Natura | 3% |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.1 | RESULTADOS | Área em que a gestão do espaço rural é bem sucedida (ha): | |
| | | - Aumento da biodiversidade | |
| | | - Melhoria da qualidade da água | |
| | | - Melhoria da qualidade do solo | |
| | | - Evitar a marginalização e o abandono da terra | 80.000 - 120.000 |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes dos quadros I e II e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|-------------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.1 | INPUT | Despesa pública realizada total (€) | 69.411.765 |
| | | Apoio FEADER total (€) | 59.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|--|------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.1 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais | 5.000 - 7.500 |
| | | Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais (ha) | 80.000 - 120.000 |
| | | - Rede Natura | 3% |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.1 | RESULTADOS | Área em que a gestão do espaço rural é bem sucedida (ha): | |
| | | - Aumento da biodiversidade | |
| | | - Melhoria da qualidade da água | |
| | | - Melhoria da qualidade do solo | |
| | | - Evitar a marginalização e o abandono da terra | 80.000 - 120.000 |

MEDIDA 2.2.**Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea a), iv) e artigo 39º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 27 º e 28 º e Anexo II, pontos 5.3.2.1.4 e 5.3.2.2.4. |
| Código de medidas (CE): | 213 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas 214 - Pagamentos Agro-Ambientais |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A medida agora proposta, embora revele alguma continuidade relativamente às medidas anteriormente previstas no Reg (CE) N.º 1257/99, foi adaptada tendo em conta a experiência do passado e a necessidade de aumentar o contributo dos sistemas tradicionais de agricultura dos Açores para a protecção do ambiente e a preservação da biodiversidade e da paisagem.

As medidas Agro-Ambientais (MAA) visam apoiar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, mobilizando os agricultores e outros intervenientes no espaço rural, através dos pagamentos Agro-Ambientais.

Os valores ambientais em meio rural constituem factores de qualidade de vida e de gestão equilibrada e duradoura dos recursos naturais e são objecto de procura e valorização crescentes por parte da sociedade.

As MAA devem, pois, estar orientadas para a manutenção ou reorientação para sistemas que tenham efeito positivo sobre o ambiente e que promovam a sustentabilidade do meio rural.

OBJECTIVOS

Esta medida tem como objectivo principal os métodos de produção agrícola destinados a proteger o ambiente e a manter o espaço natural, perfilhando os seguintes objectivos operacionais:

- Promover formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética;
- Incentivar uma extensificação da actividade agrícola e a manutenção de sistemas de pastagem extensivos favoráveis ao ambiente;
- Contribuir para a conservação de espaços cultivados de grande valor natural que se encontrem ameaçados;
- Permitir a preservação da paisagem e das características históricas e tradicionais nas terras agrícolas;
- Fomentar a utilização do planeamento ambiental nas explorações agrícolas.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes acções e respectivas intervenções:

| | |
|-------------|---|
| Acção 2.2.1 | Promoção de modos de produção sustentáveis |
| | Agricultura Biológica (AB) |
| | Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária (MEPP) |
| | Protecção de Lagoas (PL) |
| Acção 2.2.2 | Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos |
| | Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha (CCLCV) |
| | Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais (CSV) |
| | Conservação do Pomares Tradicionais dos Açores (CPT) |
| | Protecção da Raça Autóctone Ramo Grande (PRARG) |
| Acção 2.2.3 | Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas |

As intervenções das acções 2.2.1 e 2.2.2 podem ser acumuláveis para a mesma área, não obstante, no seu conjunto, não poderem exceder os montantes máximos previstos no anexo ao Regulamento (CE) nº 1698/2005:

| | AB | MEPP | PL | CCLCV | CSV | CPTA | PRBARG |
|--------|----|-----------|----|-------|-----------|------|-----------|
| AB | | $X^{(1)}$ | | | $X^{(2)}$ | | |
| MEPP | | | | | | | $X^{(3)}$ |
| PL | | | | | | | |
| CCLCV | | | | | | | |
| CSV | | | | | | | |
| CPTA | | | | | | | |
| PRBARG | | | | | | | |

⁽¹⁾ - só acumulável com o regime de apoio à manutenção do efectivo pecuário.

⁽²⁾ - só acumulável com o apoio aos frutos secos (castanha).

⁽³⁾ - só acumulável com o regime de apoio à manutenção do efectivo pecuário.

TABELA DE CONVERSÃO DO Nº ANIMAIS EM CN

Para a determinação do factor de densidade na exploração, deve ser utilizada a seguinte tabela de conversão:

| | |
|---|----------|
| Bovinos machos e novilhas com mais de 24 meses de idade, vacas em aleitamento e vacas leiteiras | 1,0 CN |
| Bovinos machos e novilhas com idade entre os 6 e 24 meses | 0,6 CN |
| Ovinos* | 0,15 CN |
| Caprinos** | 0,15 CN |
| Equídeos com mais de seis meses | 1 CN |
| Porcas reprodutoras > 50 kg | 0,5 CN |
| Outros suínos | 0,3 CN |
| Galinhas poedeiras | 0,014 CN |
| Outras aves de capoeira | 0,003 CN |

* No caso das ovelhas, considera-se qualquer fêmea da espécie ovina que já tenha parido pelo menos uma vez ou tenha, pelo menos, um ano. No caso dos carneiros consideram-se, para este efeito, quaisquer machos que tenham, pelo menos, um ano.

**No caso das cabras, considera-se qualquer fêmea da espécie caprina que já tenha parido pelo menos uma vez ou tenha, pelo menos, um ano. No caso dos bodes consideram-se, para este efeito, quaisquer machos que tenham, pelo menos, um ano.

Os bovinos com idade inferior a 6 meses não são contabilizados para efeitos de encabeçamento, pelas seguintes razões:

- O tempo de permanência nas explorações leiteiras é, em média, inferior a 2 meses;
- Nas explorações bovinas de carne ou mistas, os vitelos alimentam-se de leite materno ou de substituição nos primeiros 3 meses, passando posteriormente a ser alimentados com concentrado, complementado com feno durante mais 2 meses. Assim estes animais apenas se alimentam directamente da pastagem 1 mês antes de passarem ao escalão de 6 meses a 1 ano.

Por uma questão de coerência, uniformidade e gestão entre o Sub-programa da Região Autónoma dos Açores “Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana” (aprovado ao abrigo do Regulamento (CE) 247/2006) e o PRORURAL, foram considerados os mesmos factores de conversão para a espécie bovina, já que esta é a que tem maior representatividade nas explorações agro-pecuárias da Região, pelo que se justifica a utilização do mesmo valor para a determinação do factor densidade de bovinos, simplificando, assim, a gestão dos encabeçamentos, por parte do agricultor. De igual modo se justifica a utilização do mesmo critério, para os ovinos e caprinos.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.2 | INPUT | Despesa Pública realizada, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 48.908.235 |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 1.680.000 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 1.176.470 |
| | | TOTAL MEDIDA 2.2 | 51.764.706 |
| | | Apoio FEADER, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 41.572.000 |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 1.428.000 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 1.000.000 |
| | | TOTAL MEDIDA 2.2 | 44.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|--|-----------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.2 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações agrícolas apoiadas, por Acção: | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 1.500 - 2000 |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 550 - 750 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 100 -180 |
| | | Superfície apoiada, por acção (ha): | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 32.000 - 37.000 |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 300 - 380 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 280 - 360 |
| | | Superfície líquida apoiada, por Acção (ha): | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 30.000 -35.000 |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 280 - 360 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 230 - 320 |
| | | N.º de contratos, por acção: | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 1.550 - 2.050 |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 580 -780 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 300 - 400 |
| | | N.º de acções relativas a recursos genéticos, por acção: | |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 200 - 300 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 300 - 400 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-----------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.2 | RESULTADOS | Superfície, em que a gestão do espaço rural, contribui para a biodiversidade e a preservação de sistemas agrícolas (ha): | |
| | | - Acção 2.2.2 - Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 300 - 380 |
| | | - Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas | 280 - 360 |
| | | Superfície, em que a gestão do espaço rural, contribui para a qualidade da água (ha): | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 80 - 100 |
| | | Superfície, em que a gestão do espaço rural, contribui para a qualidade dos solos (ha): | |
| | | - Acção 2.2.1. - Promoção de modos de produção sustentáveis | 32.000 - 37.000 |

Acção 2.2.1.

Promoção de Modos de Produção Sustentáveis

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea a), iv) e artigo 39º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 27 º e 28 º e Anexo II, pontos 5.3.2.1.4 |
| Código de medidas (CE): | 214 - Pagamento Agro-Ambientais |

Esta acção será executada através das seguintes intervenções:

- Agricultura Biológica
- Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária
- Protecção de Lagoas

Agricultura Biológica

OBJECTIVOS

- Incentivar os agricultores a utilizar práticas agrícolas compatíveis com as exigências de protecção do meio ambiente;
- Compatibilizar as actividades agrícolas e pecuárias com a preservação do meio ambiente;
- Contribuir para a melhoria do fundo de fertilidade dos solos e para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável;
- Contribuir para a diminuição dos riscos de poluição de origem agrícola e promoção de sistemas de produção menos intensivos;
- Reduzir a aplicação de nutrientes potencialmente lixiviáveis;
- Melhorar a diversidade cultural;
- Melhorar a eficiência de utilização dos recursos naturais da exploração;
- Obter produtos de elevada qualidade nutritiva, sem resíduos de produtos químicos.

DESCRIÇÃO

Pretende-se manter ou melhorar a fertilidade do solo (incorporação de matéria orgânica, ou de culturas leguminosas, ou de estrume/composto, principalmente no caso das hortícolas), bem como a utilização de práticas culturais, de substâncias homologadas e de agentes biológicos para controlo das pragas e doenças, nos termos regulamentares. Pretende-se, ainda, a não utilização de produtos químicos de síntese ou utilização em condições especiais definidas pela regulamentação, bem como a não utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) nem de derivados de OGM. Utilização preferencial de plantas autóctones ou, pelo menos, de variedades com capacidade de adaptação às condições locais. Obrigatoriedade de colheita ou apanha dos produtos vegetais.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores individuais ou colectivos.

TIPOLOGIA DE APOIO

Condições de Acesso

- Explorar uma área mínima de uma, ou mais, das seguintes actividades:
 - Fruticultura;
 - Frutos secos (castanha);
 - Horticultura ao ar livre;
 - Culturas hortícolas sob coberto;
 - Pastagem natural ou prado permanente (com duração superior a 5 anos) destinados ao pastoreio directo de animais criados em regime extensivo, respeitando o modo de produção biológico, de uma das seguintes espécies: bovinos, ovinos, caprinos, equinos, suínos e aves;
 - Chá;
- Ter efectuado a notificação ao IAMA, tal como definido no Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho de 24 de Junho;
- Ter submetido a exploração ao regime de controlo efectuado por uma entidade de controlo e certificação, reconhecida para o efeito;
- Ter iniciado à data da candidatura a sua actividade em agricultura biológica há, pelo menos, um ano ou ter frequentado, ou comprometer-se a frequentar no prazo máximo de um ano, com aproveitamento, um curso específico sobre agricultura biológica;
- Ter frequentado uma acção de formação específica em Agricultura Biológica, reconhecida para este efeito;
- Apresentar um plano de exploração, validado pelo técnico da entidade competente, cobrindo toda a área da exploração e com particular incidência a área candidata. Neste plano definir a estratégia de fertilização e de protecção fitossanitária. No caso de culturas não perenes indicar as rotações a praticar. Se for também explorada a componente pecuária, apresentar, para todo o efectivo presente na exploração, plano validado pelo técnico da entidade competente, contemplando

espécies existentes, número de efectivos e sua substituição, estratégia alimentar e sanitária, descrição dos edifícios destinados à instalação de animais e dos depósitos de efluentes;

- No caso da produção animal, e quando aplicável, fazer prova do registo de cada animal no SNIRB e do bom estado sanitário de todos os animais presentes na exploração;
- Área mínima:
 - 0,5 ha pastagem natural ou prado permanente;
 - 0,1 ha para as culturas ao ar livre;
 - 0,025 ha para as culturas sob-coberto;
- Condições relativas à exploração/sistema:
 - Submeter ao modo de produção biológico toda a área de uma mesma variedade de plantas existente na exploração;
 - Referir na candidatura todos os animais existentes na exploração, independentemente das espécies indicadas nas condições de acesso;
 - A candidatura deverá abranger todos os animais, de uma mesma espécie, existentes na exploração;
 - Poderão existir animais de outras espécies na exploração, desde que seja perfeitamente possível diferenciar as respectivas instalações e áreas de pastoreio.

Condicionalidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | <i>Baseline</i> | | | |
|---|---|--|---------------------|---------------------|
| | Condicionalidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Respeitar os princípios do MPB | - | - | - | - |
| Cumprir o Plano de Exploração | - | - | - | - |
| Manter actualizado e validado o registo: | | | | |
| - Aplicação de adubos | Directiva 91/676/CEE (Nitratos); Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005 | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| - Aplicação de fitofarmacos | Directiva 91/414/CEE (Prod. Fitof.); Dec.-Lei n.º 94/98 e Dec.-Lei n.º 173/2005 | Dec.-Lei 382/99 | - | - |
| - Práticas culturais utilizadas | BCAA | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| - Alimentação do efectivo | - | - | - | - |
| - Cuidados sanitários | Directiva 98/58/CE; Dec.-Lei n.º 64/2000 | - | - | - |
| - Análises solo e água | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Gerir adequadamente equipamento de armazenagem de estrume e chorume | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Incorporação de estrumes | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Assegurar a manutenção das sebes vivas | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |

Os compromissos considerados para efeitos do pagamento desta intervenção foram: o respeito pelos princípios da MPB, o cumprimento do plano de exploração e as análises necessárias à avaliação do impacto da intervenção.

Os restantes compromissos são importantes para o cumprimento dos objectivos a que esta intervenção se propõe, já que a maioria destes apenas fazem parte da *baseline* das zonas vulneráveis, pelo que é pertinente a sua exigência fora dessas zonas.

Compromissos dos beneficiários

- Respeitar os princípios do modo de produção biológico, definidos no Regulamento (CEE) n.º 2092/91 e respectivas actualizações, assim como a legislação nacional, quer na actividade agrícola, quer na pecuária;
- Cumprir o plano de exploração;
- Manter actualizado e validado pelos técnicos da entidade competente, em caderno próprio, o registo:
 - Da aplicação de adubos orgânicos, ou minerais, ou produtos para condicionamento dos solos, justificando a necessidade da sua aplicação e das condições em que os mesmos foram aplicados;
 - Da aplicação de produtos fitossanitários, indicando as razões que determinaram a sua aplicação;
 - Das práticas culturais utilizadas na manutenção e melhoramento da fertilidade do solo;
 - Da alimentação do efectivo pecuário;
 - Dos cuidados sanitários tidos com o efectivo pecuário;
 - Das análises de solo, água ou outras, as quais devem ser efectuadas em laboratórios certificados;
- Gerir adequadamente o equipamento destinado à armazenagem de estrume e chorume que deverá ter capacidade para evitar a poluição das águas por descargas directas, ou por escoamento superficial e infiltração no solo;
- Manter em bom estado sanitário todos os animais presentes na exploração;
- No caso de ter na exploração actividade agrícola e actividade pecuária, e haver necessidade de renovação de pastagens, poderá proceder à incorporação dos estrumes, preferencialmente após a compostagem⁵;
- Reduzir a aplicação de nutrientes potencialmente lixiviáveis;

⁵ Caso a exploração comporte a actividade agrícola e pecuária, proceder à incorporação de estrumes, preferencialmente após a compostagem, respeitando a necessidade de autorização expressa do organismo de controlo, ou respeitar as exigências previstas pelo n.º 7 da Parte B do Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2092/91, modificado.

- Quando aplicável, assegurar a manutenção das sebes vivas de protecção das culturas.

Regime e nível de apoio

O montante anual da ajuda é de:

- 900 Euros/ha, para as actividades de fruticultura;
- 600 Euros/ha para a horticultura ao ar-livre e culturas hortícolas em estufa;
- 900 Euros/ha para a produção de ananás;
- 900 Euros/ha para a cultura do chá;
- 180 Euros/ha para a produção de castanha;
- 200 Euros/ha para a pastagem natural ou prado permanente.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|---|
| Acção 2.2.1 - Promoção de modos de produção sustentáveis | |
| Intervenção - Agricultura Biológica | <p>➤ O valor da ajuda foi calculado considerando o custo de oportunidade e o custo do compromisso (acompanhamento técnico, análise a efectuar e Certificação do Modo de Produção Biológico - média por hectare);</p> <p>➤ O <u>custo de oportunidade</u> considerado, foi diferenciado para os diferentes grupos de culturas - Pomoideas, prunoideas e citrinos; hortícolas ao ar livre e em estufa; chá; ananás; pastagem natural ou prado permanente - com base na diferença de um rendimento líquido alternativo entre a prática tradicional e a agricultura biológica;*</p> <p>➤ <u>Acompanhamento técnico</u>: para cálculo do custo a suportar pelo agricultor referente à assistência técnica prestada pela entidade competente, com o objectivo do planeamento ambiental da exploração e respectivo acompanhamento, na vertente da agricultura biológica considerou-se: - O valor do acompanhamento do técnico: vencimento mensal = 1.307,00 € × 14 meses (12 meses/ano + subsídio de férias e Natal) = 18.298,00 € + 1,21 de encargos sociais (3.842,58 €) = 22.140,58 € + 4,03 € de subsídio de refeição/dia × 240 dias/ano (967,20 €) = 23.107,78 €.</p> <p>A este custo anual foram adicionados os encargos com deslocações: - 30 Km/dia × 240 dias/ano × 0,31 €/Km = 2.232,00 € + 1.940,90 € de material especializado + 1.364,00 Cts (5% de custos administrativos) = Total de 28.644,68 €.</p> <p>Considerou-se que o apoio técnico é garantido para um número estimado de hectares na região (40 ha), podendo-se assim calcular os custos de acompanhamento técnico a que o compromisso obriga.</p> <p>Para além dos custos com o acompanhamento técnico estimou-se, por grupos de culturas, os seguintes custos inerentes ao bom desenvolvimento desta metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Custo das análises de: solo, água, folhear e frutos; <p>➤ Custo com a Certificação do Modo de Produção Biológico (300 € média/ha).</p> |

* NO QUE SE REFERE Á CASTANHA, E ATENDENDO À TIPOLOGIA DA PRODUÇÃO, APENAS FOI CONSIDERADO O CUSTO DAS ANÁLISES E DE CERTIFICAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO. PARA O PRADO NATURAL OU PERMANENTE APENAS SE CONSIDEROU O CUSTO DE CERTIFICAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO.

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária

OBJECTIVOS

- Reduzir ou eliminar processos de erosão do solo mantendo uma cobertura vegetal constante e eliminando as mobilizações;
- Melhorar as condições físico-químicas do solo;
- Manutenção de pastagens permanentes com duração não inferior a 5 anos;
- Diminuir o encabeçamento pecuário evitando o sobrepastoreio;
- Redução da aplicação de fertilizantes azotados, evitando a lixiviação;
- Redução da aplicação de fertilizantes fosfatados.

DESCRIÇÃO

Pretende-se apoiar, em condições equilibradas de utilização, a manutenção de pastagens permanentes combatendo os riscos associados a uma produção intensiva, através da prestação de uma ajuda a todas as explorações que mantenham um encabeçamento dentro de determinados intervalos restritos.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores individuais ou colectivos.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

- Possuir uma unidade de produção que apresente um encabeçamento entre 0,6 e 1,4 CN/ha de superfície forrageira, ou um encabeçamento superior a 1,4 CN/ha de superfície forrageira, desde

que pretendam reduzir esse encabeçamento para um intervalo compreendido entre 0,6 e 1,4 CN/ha de superfície forrageira;

- Ter uma área mínima de 1 ha de pastagem permanente, com duração não inferior a 5 anos;
- Candidatar apenas a área de pastagem permanente já semeada;
- Apresentar um plano de gestão da pastagem (adubações, época de corte, limpeza das pastagens).

Condicionalidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | <i>Baseline</i> | | | |
|---|------------------|---|---------------------|---------------------|
| | Condicionalidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Produção pecuária extensiva (0,6 a 1,4 CN/ha) | - | - | - | - |
| Maneio compatível com a extensificação pecuária: | | | | |
| - Não efectuar mais do que um corte de erva na mesma área | - | - | - | - |
| - Não proceder à renovação da pastagem | - | - | - | - |
| - Não aplicar mais de 50 Kg N/ha/ano | - | - | - | - |
| - Não aplicar mais de 25 Kg P2O5/ha/ano | - | - | - | - |
| - Cobertura do solo \geq 90 % durante todo o ano | - | - | - | - |
| Manter o estrato arbóreo | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Manter a vegetação ao longo das linhas de água | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Limpeza de infestantes | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Manter o caderno de campo actualizado | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |
| Cumprir o plano de gestão da pastagem | - | Zonas Vulneráveis: Portarias n.ºs 44/2006, 46/2006 e 47/2006, de 22 de Junho | - | - |

O único compromisso considerado para efeito do pagamento desta intervenção foi a produção pecuária extensiva, com um encabeçamento entre 0,6 e 1,4 CN/ha.

Os restantes compromissos são importantes para o cumprimento dos objectivos a que esta intervenção se propõe, já que a maioria destes apenas fazem parte da *baseline* das zonas vulneráveis, pelo que é pertinente a sua exigência fora dessas zonas.

Compromissos dos beneficiários

- Manter uma produção pecuária extensiva e um encabeçamento entre 0,6 e 1,4 CN/ha de superfície forrageira (no caso de redução, o beneficiário deverá atingir este encabeçamento no 1º ano do período do compromisso);
- Fazer um manejo compatível com o nível de produção forrageiro e com a capacidade de suporte do meio natural:
 - Não efectuar mais de um corte de erva na mesma área, a realizar, nunca antes de Abril nas zonas baixas, e nunca antes de Maio nas zonas de altitude;
 - Não proceder à renovação da pastagem, excepto quando é posta em causa a capacidade produtiva da mesma e sempre após parecer técnico dos serviços oficiais;
 - Não aplicar adubação azotada superior a 50 kg de azoto por hectare por ano;
 - Não aplicar adubação fosfatada superior a 25 kg de fósforo (P_2O_5) por hectare por ano;
 - Na área de pastagem permanente, manter um índice de cobertura do solo igual ou superior a 90%;
- Manter o estrato arbóreo, caso exista;
- Manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água;
- Fazer a limpeza de infestantes privilegiando sempre que possível o trabalho manual;
- Manter o caderno de campo devidamente actualizado, nomeadamente com registo de cortes, fertilizações e eventuais renovações de pastagens autorizadas pelos serviços oficiais;
- Cumprir o plano de gestão da pastagem;

Regime e nível de apoio

O montante anual da ajuda é de:

- No caso do apoio à manutenção do efectivo⁶ - 190 Euros/ha, até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano;

⁶ Encabeçamento entre 0,6 e 1,4 CN/ha de superfície forrageira.

-
- No caso do apoio à redução do encabeçamento:
 - Explorações com encabeçamento superior a 1,40 e igual ou inferior a 1,90 CN/ha de superfície forrageira - 220 Euros/ha nos dois primeiros anos do compromisso até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano e 190 Euros/ha nos três anos seguintes até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano;
 - Explorações com encabeçamento superior a 1,90 e igual ou inferior a 2,50 CN/ha de superfície forrageira - 350 Euros/ha nos dois primeiros anos do compromisso até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano e 190 Euros/ha nos três anos seguintes até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano;
 - Explorações com encabeçamento superior a 2,50 CN/ha de superfície forrageira - 430 Euros/ha nos dois primeiros anos do compromisso até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano e 190 Euros/ha nos três anos seguintes até ao limite máximo de 120 ha/exploração/ano.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|--|
| Acção 2.2.1 - Promoção de modos de produção sustentáveis | |
| Intervenção - Manutenção da extensificação da produção pecuária | <ul style="list-style-type: none"> ➤ No caso da manutenção de encabeçamento no intervalo entre 0,6 e 1,4 CN/ha, tomou-se como base de cálculo dois sistemas de produção pecuária, leite e misto, característicos dos Açores, em que se considerou um encabeçamento médio de 2 CN/ha de SF, obtendo-se uma perda de rendimento médio por hectare de 404,35 €. ➤ Considerou-se como base de cálculo uma exploração com dimensão média de 20 ha. ➤ Na situação de redução do encabeçamento do intervalo superior a 1,4 e igual ou inferior 1,9 CN/ha de SF para valores de um intervalo entre 0,6 e 1,4 CN/ha de SF, tomou-se como base de cálculo um sistema pecuário de produção de leite compatível com o nível de produção das pastagens e com a capacidade de suporte do meio natural (encabeçamento de 1,65 CN/ha, ponto médio do intervalo a reduzir). Da comparação resultou uma perda de rendimento médio por hectare de 514,40 €. ➤ Na situação de redução do encabeçamento do intervalo superior a 1,9 e igual ou inferior a 2,5 CN/ha de SF para valores de um intervalo entre 0,6 e 1,4 CN/ha de SF, tomou-se como base de cálculo um sistema pecuário de produção de leite compatível com o nível de produção das pastagens e com a capacidade de suporte do meio natural (encabeçamento de 2,2 CN/ha, ponto médio do intervalo a reduzir). Da comparação resultou uma perda de rendimento médio por hectare de 950,50 €. ➤ Na situação de redução de um encabeçamento superior a 2,5 CN/ha de SF para valores de um intervalo entre 0,6 e 1,4 CN/ha de SF, tomou-se como base de cálculo um sistema pecuário de produção de leite próximo dos limites máximos da capacidade de produção da pastagem e da capacidade de suporte do meio natural (3,0 CN/ha). Da comparação resultou uma perda de rendimento médio por hectare de 1 244,25 €. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

Protecção de Lagoas

OBJECTIVOS

- Protecção das lagoas naturais que se encontram em zonas ambientalmente sensíveis;
- Adopção de medidas que eliminem e/ou restrinjam a actividade agrícola nas bacias hidrográficas objecto de ajuda, através da adesão a uma de duas opções.

DESCRIÇÃO

Pretende-se proteger as lagoas naturais através da adopção de usos do solo adequados nas respectivas bacias hidrográficas, com vista à minimização da poluição difusa, nomeadamente redução do encabeçamento pecuário e da carga poluente afluente à lagoa.

O estado de eutrofização das lagoas será considerado como um factor determinante no encaminhamento desta ajuda, conforme orientações do Plano Regional da Água (Quadro 29).

OPÇÕES

Opção A: redução do encabeçamento para zero (inexistência de actividade pecuária).

Opção B: redução do encabeçamento para o intervalo entre 0,60 e 1,00 CN/ha de superfície forrageira.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores individuais ou colectivos.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

- São candidatos à Opção A, os agricultores com terras agrícolas em produção no interior das bacias hidrográficas;

- São candidatos à Opção B, os agricultores com terras agrícolas em produção no interior das bacias hidrográficas, com excepção da zona reservada. Entende-se por zona reservada a faixa de 50 metros de largura contígua à linha do nível de pleno armazenamento da lagoa, conforme o Decreto-Regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro;
- Apresentação de um plano de manutenção, em ambas as opções, que preveja, nomeadamente:
 - Realização de três cortes de limpeza/manutenção nas terras com pastagem - Opção A;
 - Realização de dois cortes de limpeza/manutenção nas terras com pastagem - Opção B;
 - Manutenção da vegetação natural típica das margens e realização dos desbastes e limpezas necessárias (incluindo a zona reservada);
 - Florestação se for o caso.

Condicionalidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | Baseline | | | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | Condicionalidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Opção A | | | | |
| Encabeçamento zero | - | - | - | - |
| Não aplicar produtos fitossanitários | - | - | - | - |
| Não aplicar fertilizantes | | | | |
| Cumprir plano de manutenção | - | - | - | - |
| Opção B | | | | |
| Produção pecuária extensiva (0,60 a 1,00 CN/ha)-Opção A | - | - | - | - |
| Não aplicar fertilizantes | - | - | - | - |
| Cumprir plano de manutenção | - | - | - | - |

Os únicos compromissos considerados para efeito do pagamento desta intervenção foram a redução do encabeçamento para zero (Opção A), produção pecuária extensiva com um encabeçamento entre 0,60 e 1,00 CN/ha (Opção B) e cumprimento do plano de manutenção em ambas as opções. Relativamente aos cortes de limpeza/manutenção só foram considerados dois cortes no caso da Opção A e um corte no caso da Opção B, já que a realização de apenas um corte faz parte da *Baseline*.

Compromissos dos beneficiários

- No caso da Opção A, não efectuar adubações, tratamentos fitossanitários e pastoreio, nem qualquer tipo de actividade agrícola, com excepção das necessárias à sua manutenção;
- No caso da Opção B, reduzir o encabeçamento para valores compreendidos entre 0,60 e 1,00 CN/ha de superfície forrageira, nas parcelas da bacia hidrográfica afectas à medida, bem como não efectuar adubações;
- Cumprir estritamente com o plano de manutenção;

NOTA: O agricultor poderá proceder à florestação, sem quebra de compromisso.

Regime e nível de apoio

O montante anual da ajuda é de:

“Outras Lagoas em Zonas Ambientalmente Sensíveis”

- 1200 euros/ha, no caso da opção A;
- 700 euros/ha, no caso da opção B.

“Lagoas em Zonas Vulneráveis à excepção da Lagoa das Sete Cidades”

- 1200 euros/ha, no caso da opção A;
- 600 euros/ha, no caso da opção B.

“Lagoa em Zona Vulnerável - Lagoa das Sete Cidades”

- 1100 euros/ha, no caso da opção A;
- 212 euros/ha, no caso da opção B.

Em qualquer dos regimes de apoio não é elegível para pagamento a zona reservada, correspondente à faixa de 50 metros de largura contígua à linha do nível de pleno armazenamento.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|---|
| Acção 2.2.1 - Promoção de modos de produção sustentáveis | |
| Intervenção - Protecção de lagoas | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tomou-se como base de cálculo o sistema de produção pecuário específico das bacias hidrográficas, que se caracterizam por produções de pastagem, que suportam encabeçamentos que podem variar entre 2 e 2,5 CN/ha. No entanto nas lagoas em Zonas Vulneráveis o encabeçamento está condicionado, em termos legislativos, a 2 CN/ha e no caso da lagoa das Sete Cidades a 1,4 CN/ha. Estes sistemas geram uma receita líquida média por hectare 1484,98 €, 1221,80 € e 817,45 € respectivamente. ➤ Na opção A o compromisso obriga à inexistência da actividade pecuária, implicando, no entanto, um custo de compromisso específico de 299 €, associado ao plano de manutenção. ➤ Na opção B é permitida a actividade pecuária, restringindo-se, no entanto, os encabeçamentos para valores entre 0,60 e 1,00 CN/ha, implicando, no entanto, um custo de compromisso específico de 149 €, associado ao plano de manutenção. ➤ A perda do rendimento nas diferentes zonas e opções, resulta da diferença da receita líquida por hectare entre o sistema a apoiar e o sistema alternativo. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 2.2.2.

Protecção da Biodiversidade e dos Valores Naturais e Paisagísticos

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea a), iv) e artigo 39º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 27 º e 28 º e Anexo II, pontos 5.3.2.1.4 |
| Código de medidas (CE): | 214 - Pagamentos Agro-Ambientais |

Esta acção será executada através das seguintes intervenções:

- Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha
- Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais
- Conservação dos Pomares Tradicionais dos Açores
- Protecção da Raça Autóctone Ramo Grande

Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha

OBJECTIVOS

Preservação da paisagem rural tradicional, nomeadamente as denominadas curraletas constituídas por muros de pedra que protegem as videiras dos ventos marítimos.

DESCRIÇÃO

Pretende-se conservar as características fundamentais da paisagem tradicional, constituídas pelas “Curraletas” da área geográfica de incidência e manter as condições essenciais ao desenvolvimento da cultura da vinha em moldes tradicionais.

COMPLEMENTARIDADE COM A MEDIDA 2.3

Foi retirada desta intervenção o compromisso de recuperar totalmente os muros em mau estado, no prazo de dois anos após a candidatura, que passa a estar incluído na medida 2.3.

Esta alteração prende-se com o facto de se ter verificado no passado uma baixa adesão de candidatos à medida, que tivessem um elevado grau de muros degradados.

Território Abrangido

| Ilha | Zonas Típicas |
|-------------|---|
| Santa Maria | Baía de São Lourenço, Maia, Sul, Tagarete/Fajã do Mar, Lagoínhas, Norte/Matos e Praia Formosa |
| São Miguel | Caloura, Rocha da Relva, Água Retorta, Faial da Terra, Ribeira Quente e Fajã do Araújo |
| Terceira | Porto Martins, Porto Judeu, Biscoitos, São Sebastião, São Mateus, São Bartolomeu, Santa Bárbara, Altares, Lajes e Feteira |
| Graciosa | Santa Cruz, Guadalupe, Luz e São Mateus |
| São Jorge | Fajãs e Ponta do Topo |
| Pico | Zona litoral com altitude igual ou inferior a 100 metros |
| Faial | Praia do Norte e Capelo |

BENEFICIÁRIOS

Agricultores individuais ou colectivos.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

Os candidatos deverão ser possuidores de vinhas situadas em zonas típicas de produção.

Condicionalidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | <i>Baseline</i> | | | |
|------------------------------------|------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | Condicionalidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Manter curraletas e lagidos limpos | - | - | - | - |
| Manter os muros em bom estado | - | - | - | - |
| Manter a vinha em produção | - | - | - | - |

O único compromisso considerado para efeitos de pagamento desta intervenção foi manter os muros em bom estado de conservação. No entanto os restantes compromissos são fundamentais para a concretização dos objectivos.

Compromissos dos beneficiários

- Manter as curraletas e lagidos limpos de infestantes, evitando a utilização de herbicidas no tratamento dos mesmos;
- Manter os muros em bom estado de conservação;
- Manter a vinha em produção e em boas condições vegetativas;

Regime e nível de apoio

O valor anual da ajuda é de 800 euros/ha.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|--|
| Acção 2.2.2 - Protecção da Biodiversidade e dos Valores Naturais e Paisagísticos | |
| Intervenção - Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha | <ul style="list-style-type: none"> ➤ O valor de ajuda base foi determinada mediante o cálculo do custo de compromisso de manutenção dos muros em pedra solta, característicos e fundamentais para preservação da paisagem onde se insere o sistema tradicional da cultura da vinha. ➤ O cálculo do custo de compromisso estimou-se com base na recuperação de 8% de muro caído face a uma existência de aproximadamente 5 200 metros de muro/ha de parcela de vinha, em 1 248 euros. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais

OBJECTIVOS

- Protecção das culturas hortofrutiflorícolas, plantas aromáticas e medicinais contra os ventos dominantes;
- Manutenção de um sistema tradicional de produção;
- Salvaguarda de valores do património cultural existente;
- Preservação da paisagem tradicional;
- Potenciação de actividades alternativas.

DESCRIÇÃO

Pretende-se a manutenção de um sistema tradicional caracterizado por “muros” de sebes vivas, responsáveis pela criação de condições micro-climáticas e ecológicas muito especiais, contribuindo para a protecção das culturas, para a preservação da paisagem rural tradicional onde se inserem e para a conservação do solo.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores individuais ou colectivos.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

- Área mínima de 0,1ha, com um mínimo de 80 metros lineares de sebes;
- Ser produtor de culturas hortofrutiflorícolas, plantas aromáticas e/ou medicinais;
- A área objecto de ajuda possuir sebes vivas de espécies tradicionais;

- Apresentação de um plano de manutenção:
 - Cortes e podas pelo menos duas vezes ao ano;
 - Limpeza do espaço envolvente.

Condicionalidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | Baseline | | | |
|---------------------------------|------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | Condicionalidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Cumprir plano de manutenção | - | - | - | - |
| Manter as culturas em produção | - | - | - | - |
| Manter as sebes | - | - | - | - |
| Não permitir o acesso de gado | - | - | - | - |
| Não proceder à queima das Podas | - | - | - | - |

O único compromisso considerado para efeitos de pagamento desta intervenção foi manter as em bom estado de conservação. No entanto os restantes compromissos são fundamentais para a concretização dos objectivos.

Compromissos dos beneficiários

- Cumprir estritamente o plano de manutenção;
- Manutenção da produção das culturas hortofrutiflorícolas, plantas aromáticas e/ou medicinais;

- Substituição de sebes, quando a continuidade das cortinas de abrigo é posta em causa. Não é permitido na substituição a utilização do “incenso” (*Pittosporum undulatum*);
- Não permitir o acesso de gado;
- Não proceder à queima das podas;

Regime e nível de apoio

O valor anual da ajuda é de 600 euros/ha.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|---|--|
| Acção 2.2.2 - Protecção da Biodiversidade e dos Valores Naturais e Paisagísticos | |
| Intervenção - Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais | <ul style="list-style-type: none"> ➤ O valor da ajuda base foi determinado mediante o cálculo do custo de compromisso de conservação das sebes vivas, através de podas e limpezas adequadas, fundamentais para a preservação da paisagem rural onde se inserem e do sistema tradicional de protecção de culturas. ➤ O cálculo do custo de compromisso estimou-se com base na necessidade de mão-de-obra para proceder às operações de corte, poda e limpeza ao longo do ano e que se estimam como 50% de todas as despesas de produção e manutenção das culturas. ➤ No cálculo das despesas de manutenção teve-se em consideração que um hectare tem, em média, 1 200 metros lineares de sebes vivas e que um trabalhador consegue realizar a poda/limpeza em 35 metros lineares por dia, necessitando de 34 dias para cobrir um hectare. Considerando que o trabalhador rural tem um salário em numerário de 34€/dia, obtém-se um valor de 1156€/corte/ha. Uma vez que o compromisso obriga à execução desta operação, no mínimo duas vezes ao ano, o valor do custo específico de compromisso é de 2312€. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

Conservação de Pomares Tradicionais dos Açores

OBJECTIVOS

- Preservação do património genético vegetal, através da conservação de espécies tradicionais;
- Potenciação de actividades alternativas;
- Manutenção de paisagens rurais de elevado valor natural;
- Preservação da paisagem tradicional.

DESCRIÇÃO

O património genético é um bem público e, como tal, o mercado permite capturar apenas uma pequena parte dos benefícios económicos que resultam da opção de conservação dos recursos genéticos. Assim, a extinção de uma espécie/variedade local pode ser perfeitamente compatível com decisões racionais de curto prazo, por parte dos produtores, uma vez que estes pagam todos os custos de conservar.

Com esta acção visa-se a conservação dos recursos genéticos, preservando e salvaguardando um importante património com interesse agrícola regional, bem como preservar e manter a agro biodiversidade e o equilíbrio ecológico, permitindo a sustentação dos habitats naturais característicos de algumas zonas da região.

TERRITÓRIO ABRANGIDO

Zonas da RAA, a definir segundo critérios de selecção, onde ir-se-á considerar apenas como elegíveis, os pomares que estejam integrados em condições edafo-climáticas adequadas às respectivas espécies/variedades.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

- Explorar uma área mínima de 0,1 ha de uma, ou mais espécies/variedades tradicionais dos Açores. As espécies/variedades tradicionais constaram de uma lista a definir em regulamentação própria;
- As espécies que caracterizam os pomares tradicionais, quando consociadas com outras, devem constituir, pelo menos, 80% do povoamento;
- Apresentar um plano de exploração.

Condicionabilidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionabilidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | Baseline | | | |
|---|--------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | Condicionabilidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Manter o pomar em boas condições de produção | - | - | - | - |
| Podar regularmente | - | - | - | - |
| Proceder à colheita dos frutos | - | - | - | - |
| Cobertura do solo Outono/Inverno | BCAA | - | - | - |
| Não efectuar mobilizações em parcelas com IQFP ≥ 4 | BCAA | - | - | - |

O único compromisso considerado para efeitos de pagamento desta intervenção foi manter o pomar em boas condições de produção para preservar o património genético das espécies/variedades que o constituem. No entanto os restantes compromissos são fundamentais para a concretização dos objectivos.

Compromissos dos beneficiários

- Manter o pomar em boas condições de produção;
- Podar regularmente de acordo com as boas práticas aplicáveis;
- Proceder anualmente à colheita dos frutos;
- Manter o bom estado sanitário do pomar;
- Manter o controlo de infestantes garantindo a cobertura do solo no período Outono/Inverno;
- Não efectuar mobilizações, em parcelas com IQFP⁽¹⁾ igual ou maior a 4, recorrendo a charrua, grade de discos ou alfaia rotativa;

Regime e nível de apoio

O valor anual da ajuda é de 800 euros/ha.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|--|
| Acção 2.2.2 - Protecção da Biodiversidade e dos Valores Naturais e Paisagísticos | |
| Intervenção - Conservação de Pomares Tradicionais dos Açores | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tomou-se por base de cálculo o custo de oportunidade, baseado na diferença de rendimento entre um Pomar especializado (variedades recentes, compassos curtos e rega) e um Pomar tradicional (variedades tradicionais, compasso longos e inexistência de rega). ➤ O objectivo principal desta medida é a preservação do património genético destas variedades, o que não é possível contabilizar em termos monetários. No entanto optou-se por considerar o cálculo tendo por base os custos de produção, as produtividades e o valor de mercado das produções. ➤ Para efeitos de cálculo foi estimado o valor médio das diferentes culturas, e procedeu-se à contabilização da perda de rendimento. Foi também considerada a diferença entre o valor máximo das duas modalidades e o valor médio para o conjunto das 5 espécies, sendo estes os valores que se considerou para o cálculo final da ajuda. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

(1) - IQFP - Índice de Qualificação Fisiográfico da Parcela é um indicador que traduz a relação entre a morfologia da parcela e o seu risco de erosão e consta do modelo P1 do Sistema de Identificação Parcelar Agrícola.

Protecção da Raça Bovina Autóctone Ramo Grande

OBJECTIVOS

- Preservação do património genético animal e cultural através da manutenção da raça bovina autóctone Ramo Grande;
- Manutenção de práticas culturais associadas a esta raça.

DESCRIÇÃO

Pretende-se apoiar a raça bovina autóctone da RAA, por motivos de conservação de diversidade genética, por razões de qualidade dos produtos originados, bem como para preservar o património histórico e cultural da região.

Em Janeiro de 2007 existiam um total de 1321 indivíduos sendo 1182 fêmeas e 138 machos.

BENEFICIÁRIOS

Criadores de gado, individuais ou colectivos da raça bovina autóctone Ramo Grande.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

- Possuir fêmeas e/ou machos com mais de 6 meses de idade, inscritos no respectivo Livro Genealógico ou Registo Zootécnico;
- Demonstrar o bom estado sanitário de todos os animais presentes na exploração.

Condicionalidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Os beneficiários comprometem-se ainda a respeitar os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Baseline

| Compromissos | Baseline | | | |
|---|--|-------------------------|----------------------|---------------------|
| | Condicionalidade | Req. Mín. Estabelecidos | Legislação Nacional | Legislação Regional |
| Comunicar alterações do efectivo ao livro Genealógico | - | - | - | - |
| Registar os animais no livro de nascimentos | - | - | - | - |
| Manter os animais inscritos para efeitos de pagamento | - | - | - | - |
| Prova anual do efectivo e estado sanitário | Reg. (CE) nº 1760/2000; Reg. (CE) nº 911/2004; Reg. (CE) nº 999/2001; Directiva nº 2003/85/CE | - | Dec.-Lei nº 142/2006 | - |
| Manter os animais em linha pura | - | - | - | - |

O único compromisso considerado para efeitos de pagamento desta intervenção foi a preservação destes animais em linha pura de forma a conservar a diversidade genética. No entanto os restantes compromissos são fundamentais para a concretização dos objectivos.

Compromissos dos beneficiários

- Comunicar à entidade responsável do Livro Genealógico ou Registo Zootécnico, todas as alterações do efectivo;
- Registar todos os animais no Livro de Nascimentos, assim como os destinados à substituição e aumento do efectivo;

- Manter na exploração o número de animais reprodutores inscritos, para efeitos de atribuição da ajuda;
- Fazer prova anual do efectivo presente na exploração e do seu estado sanitário;
- Manter os animais em linha pura;

Regime e nível de apoio

O valor anual da ajuda é de 200 euros/CN.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|---|
| ACÇÃO 2.2.2 - PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS VALORES NATURAIS E PAISAGÍSTICOS | |
| Intervenção - Protecção da Raça Bovina Autóctone Ramo Grande | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tomou-se por base de cálculo o custo de oportunidade, baseado na diferença de rendimento entre um sistema pecuário de produção de carne de uma raça híbrida e um sistema pecuário de raça autóctone. ➤ Consideraram-se dois sistemas pecuários constituídos por bovinos de cada uma das raças, associados a um sistema forrageiro - pastagem, sendo o encabeçamento de referência para qualquer dos casos de 2,5 CN/ha de SF e a dimensão média da exploração de 12 ha. ➤ Teve-se em atenção que a raça autóctone não é normalmente explorada num regime exclusivo de produção de carne por apresentar características penalizadoras, nomeadamente o rendimento de carcaça que se situa nos 48%, bem como o tempo necessário para o acabamento de um animal que é de aproximadamente 24 meses. ➤ Estimaram-se os encargos reais e o produto bruto a preços de mercado para ambos os sistemas. ➤ O cálculo para a raça Ramo Grande é de base teórica, tendo na realidade a manutenção destes animais custos mais elevados por serem mantidos, para efeitos culturais e etnográficos, em bom estado corporal e sanitário, sendo normalmente abatidos com idades que variam entre os 7 e os 10 anos. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 2.2.3.**Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea a), iii) e artigo 38º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 34 º e Anexo II, ponto 5.3.2.2.4 |
| Código de medidas (CE): | 213 - Pagamentos Natura 2000 em terras agrícolas |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica coerente cujo objectivo é a conservação da diversidade biológica e ecológica dos Estados Membros da Comunidade Europeia atendendo às exigências económicas, sociais e culturais das diferentes regiões que a constituem.

Nos Açores, a Directiva 79/409/CEE (Aves) foi aplicada em 1989 com a criação de 15 Zonas de Protecção Especial (ZPE).

A Directiva 92/43/CEE, destinada à preservação dos habitats naturais da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados, raros ou vulneráveis, foi aplicada em 2002 e foram declarados 23 Sítios de Interesse Comunitário (SIC).

O êxito da criação da Rede Natura 2000, exige a aplicação de medidas de gestão e o assumir da rede como uma responsabilidade nacional e regional constituindo uma ocasião única para demonstrar que as preocupações ambientais podem ser integradas com outras políticas e serem compatíveis com o desenvolvimento social, cultural e económico.

OBJECTIVOS

São objectivos desta medida:

- Manter o estado de conservação favorável dos Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 designados no Âmbito da Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio;

- Evitar a deterioração dos habitats naturais, dos habitats das espécies, bem como as perturbações que atinjam as espécies para as quais os Sítios de Importância Comunitária foram designados, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo;
- Promover a implementação de medidas dinamizadoras preventivas para o Sector Agrícola/pecuário identificadas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região.

ÂMBITO

- Esta medida destina-se aos agricultores com parcelas privadas agrícolas inseridas em Sítios de Importância Comunitária, no sentido de compensar os custos incorridos e a perda de rendimentos resultantes da impossibilidade de utilizar para pastoreio as áreas onde ocorrem habitats naturais classificados no âmbito da Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio.

O facto destes habitats se caracterizarem por serem intrinsecamente variáveis, implicam um esforço de conservação que tenha em consideração as várias espécies de herbáceas endémicas/protegidas que apresentam aqui populações de elevada representatividade.

Considerando o perigo que o pastoreio pode apresentar para a diminuição da população destas espécies, o seu impedimento representa a forma mais eficaz para a sua protecção.

Assim, com a ausência de pastoreio, nestes habitats, espera-se diminuir os riscos da sua deterioração.

COMPROMISSOS

Os beneficiários devem comprometer-se a:

- Não exercer qualquer actividade agrícola/pecuária nas áreas de ocorrência de habitats naturais no âmbito da Directiva 92/43/CEE, de 21 de Maio;
- Delimitar e vedar as respectivas áreas, para evitar o pisoteio e o pastoreio marginal pelo gado;
- Manter o estado de conservação dessas áreas, através da limpeza de espécies de flora exóticas invasoras, no sentido de sustentar a composição da flora natural bem como a estrutura dos habitats naturais.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores em nome individual ou colectivo.

TERRITÓRIO ABRANGIDO

Todo o território da Região Autónoma dos Açores

Serão consideradas para efeito da presente medida as áreas privadas de ocorrência dos seguintes habitats naturais, que se encontram inseridas nos Sítios de Interesse Comunitário da Região Autónoma dos Açores, classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE de 21 Maio 1992:

- Turfeiras altas activas (7110) - “Turfeiras ácidas, ombrotroficas, pobres em nutrientes minerais, essencialmente alimentadas pela água das chuvas, com um nível das águas geralmente mais elevado que a toalha freática circundante, com vegetação perene dominada por esfagnos coloridos, permitindo o crescimento da turfeira.” Nestas comunidades encontram-se preferencialmente as espécies *Sphagno spp.*, *Juncus spp.*, *Eleocharis multicaulis*, *Vaccinium cylindraceum*, *Carex spp* etc;

As turfeiras sobreelevadas são habitats zonais, ou seja, constituem habitats maduros de potencial extensão considerável. São acumuladores de nutrientes e regularizadores de processos ecológicos. Consequentemente existe um vasto conjunto de ecossistemas azonais que lhe estão associados, dependendo destas formações zonais. É o caso de algumas tipologias de prados (6180) que subsistem na margem destas turfeiras, em zonas de transição com outros sistemas, como charcos distróficos ou florestas. Estas zonas de transição constituem também habitats para espécies endémicas protegidas.

– Turfeiras de cobertura (7130) - “Turfeiras sobre terreno plano ou de pequeno declive com pequena drenagem superficial, em climas oceânicos com elevada precipitação. Embora com alguma circulação de água, estas turfeiras são geralmente ombrotroficas. Por vezes, cobrem extensas áreas, resultando das características locais comunidades distintas. Os esfagnos têm um papel importante em todas estas comunidades, mas as ciperáceas constituem o elemento com maior relevo comparativamente com as turfeiras altas.” Nestas comunidades encontram-se preferencialmente as espécies *Sphagno spp.*, *Calluna vulgaris*, *Juncus spp.*, *Eleocharis multicaulis*, *Vaccinium cylindraceum*, *Carex spp.* e *Juniperus brevifolia*;

A sua importância reflecte-se no facto de funcionarem como topo de pirâmide de todos os sistemas de paisagem de montanha dos Açores, implicando que a perturbação deste sistema de turfeira de cobertura leve à degradação progressiva das formações que estão ao longo das encostas, e que a estas estão associados, dado que todos eles são dependentes, por um lado da regularização do sistema erosivo e da regularização do sistema hídrico.

- Prados orófilos macaronésicos (6180) - “São comunidades muito ricas em espécies endémicas e raras e estão associados a zonas de solos profundos e húmidos de montanha, com alguma perturbação natural permanente ou periferia de turfeiras de cobertura. Nestas comunidades encontram-se preferencialmente as espécies *Holcus rigidus*, *Festuca jubata*, *Deschampsia foliosa* e *Ranunculus cortusifolius*;

Nos Açores, este habitat é frequentemente confundido com pastagem, o que leva à sua fácil utilização para pastoreio ou à transformação do habitat para pastagem, com autorizações oficiais por se pensar que se trata de uma antiga pastagem de má qualidade.

Estes habitats caracterizam-se por serem intrinsecamente variáveis, daí que o esforço de conservação tenha de considerar não só as áreas de elevada representatividade, mas salvaguardar a totalidade dos mosaicos, uma vez que a tipologia deste habitat é muito variável apresentando por vezes tipologias únicas em cada uma das ilhas. Por outro lado este habitat é constituído por várias espécies de herbáceas endémicas/protegidas que apresentam populações de elevada representatividade.

O quadro seguinte refere-se às áreas de ocorrência, por ilha e total Açores, dos habitats considerados para efeitos de pagamento desta acção.

Un: Hectares

| ILHA | Área Agrícola - SIC | Área do Habitat 7110 em área agrícola - SIC | % Habitat 7110 | Área do Habitat 7130 em área agrícola - SIC | % Habitat 7130 | Área do Habitat 6180 em área agrícola - SIC | % Habitat 6180 |
|--------------|---------------------|---|----------------|---|----------------|---|----------------|
| Corvo | 399,6 | 4,0 | 1,0 | 1,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 |
| Flores | 525,5 | 55,1 | 10,5 | 4,5 | 0,9 | 0,0 | 0,0 |
| Faial | 588,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Pico | 4955,6 | 15,4 | 0,3 | 30,6 | 0,6 | 262,6 | 50,8 |
| São Jorge | 1681,9 | 4,8 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Graciosa | 97,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Terceira | 1225,8 | 13,8 | 1,1 | 29,5 | 2,4 | 0,0 | 0,0 |
| São Miguel | 125,9 | 0,0 | 0,0 | 9,4 | 7,5 | 0,0 | 0,0 |
| Santa Maria | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 9600,5 | 93,0 | 13,2 | 75,1 | 11,6 | 262,6 | 50,8 |

Fonte: Direcção Regional do Ambiente

Dos 9 600,5 ha de terra agrícola, só 430,7 ha correspondem aos habitats 7110, 7130 e 6180, que correspondem a 83,7% de área privada. A restante área é pública.

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

Possuir uma exploração agrícola com parcelas privadas inseridas em Sítios de Importância Comunitária.

Condicionalidade

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda a área da exploração os requisitos em matéria de condicionalidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg.

(CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais. Quando as explorações se situem dentro de zonas vulneráveis aos nitratos, este compromisso inclui o respeito pelos requisitos estabelecidos nos planos de acção.

Regime e nível de apoio

A ajuda será concedida anualmente, por hectare de Superfície Agrícola Útil, da seguinte forma:

- 500 €/ha/ano, nos primeiros três anos;
- 200 €/ha/ano, nos anos seguintes.

Justificação da base de cálculo

| JUSTIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA O MONTANTE DAS AJUDAS PROPOSTAS | |
|--|---|
| Acção 2.2.3 - Pagamentos Natura 2000 em Terras Agrícolas | |
| Acção - Pagamentos N 2000 | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Tomou-se como base de cálculo um sistema de produção pecuário adequado aos tipos de habitats descritos, e que se caracterizam por produções de vegetação, que suportam encabeçamentos na ordem das 1,4 CN/ha. Este sistema gera uma receita líquida média por hectare de 817,45 €. ➤ O compromisso base desta acção obriga ao abandono da actividade agro-pecuária nas áreas candidatas de acordo com a definição desses habitats no âmbito da Directiva 92/43/CEE, implicando, no entanto, um custo de compromisso específico de 511,00 €, associado à obrigatoriedade de vedar estas áreas. ➤ O custo do compromisso específico só foi tido em conta para o cálculo referente aos 3 primeiros anos. |

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

Os pagamentos respeitarão os montantes constantes no ponto “Regime e nível de apoio” e serão co-financiados pelo FEADER e pelo ORAA em, respectivamente, 85% e 15%.

MEDIDA 2.3.**APOIO A INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36.º, alínea a), vi), artigo 37º e artigo 41.º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 29.º e Anexo II, ponto 5.3.2.1.6 |
| Código de medidas (CE): | 216 - Apoio a investimentos agrícolas não produtivos |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

No âmbito das Medidas Agro-Ambientais é concedido um apoio à Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha, justificado pela sua extrema importância na preservação da paisagem rural tradicional, na conservação do solo e na protecção das videiras dos ventos marítimos, para além de constituir um incentivo à manutenção de práticas agrícolas ambientalmente e socialmente desejáveis.

No entanto, o apoio atribuído através dessa medida, tendo-se revelado adequado à manutenção corrente dos muros, mostrou-se fortemente insuficiente no apoio à recuperação de muros em estado de forte degradação ou mesmo praticamente destruídos.

Assim justifica-se, a criação desta nova medida, retirando-se da medida Agro-Ambiental o compromisso de “recuperar totalmente os muros em mau estado, no prazo de 2 anos após a candidatura”, estando no âmbito da presente medida apoiar este investimento não produtivo.

Pretende-se também apoiar a realocização de infra-estruturas agrícolas, que por razões ambientais, de saúde pública ou de enquadramento na paisagem rural, seja imperativo proceder à sua demolição e reconstrução em zona adequada e que respeite a legislação nacional e comunitária em vigor.

OBJECTIVOS

São objectivos desta medida:

- Fomentar a recuperação dos muros de pedra solta que constituem as “curraletas” ou “currais” tradicionais, usados na condução da vinha, e que contribuem para a manutenção das características da paisagem vitícola Açoriana, de grande valor patrimonial e etnográfico, essenciais para a protecção do solo e das videiras dos ventos de origem marítima (ressalga);
- Efectuar a realocização de infra-estruturas agrícolas, tais como: cabanões, complexos de ordenha, viteiros, silos trincheira e nitreiras, por razões ambientais, de saúde pública ou de enquadramento na paisagem rural.

ÂMBITO

Esta medida destina-se a agricultores que:

- Possuam áreas de vinha com muros de pedra em avançado estado de degradação;
- Possuam infra-estruturas agrícolas que por razões ambientais, de saúde pública ou enquadramento na paisagem rural, tenham que ser realocizadas para zonas adequadas e respeitem a legislação nacional e comunitária em vigor.

COMPROMISSOS

Os candidatos à recuperação de muros de pedra devem:

- Ser ou tornarem-se beneficiários da medida 2.2 “Pagamentos Agro-ambientais”, intervenção “Conservação de curraletas e lagidos da cultura da vinha”;
- Recuperar os muros degradados recorrendo à técnica tradicional de construção de muros de pedra solta;
- Manter a actividade agrícola por um período mínimo de 5 anos;
- Os candidatos à realocização de infra-estruturas agrícolas devem:
- Apresentar um parecer emitido pelas entidades com competência em matéria de ambiente, saúde pública e gestão do espaço rural, em que se verifique a necessidade de proceder à realocização;
- Entregar um projecto de construção que também inclua os investimentos a realizar;
- Manter a infra-estrutura em bom estado de conservação durante todo o período de vigência do presente Programa.

BENEFICIÁRIOS

Agricultores em nome individual ou colectivo.

TERRITÓRIO ABRANGIDO

Todo o território da Região Autónoma dos Açores.

No caso da recuperação de muros de pedra da cultura da vinha, o território abrangido é o seguinte:

| Ilha | Zonas Típicas |
|-------------|---|
| Santa Maria | Baía de São Lourenço, Maia, Sul, Tagarete/Fajã do Mar, Lagoínhas, Norte/Matos e Praia Formosa |
| São Miguel | Caloura, Rocha da Relva, Água Retorta, Faial da Terra, Ribeira Quente e Fajã do Araújo |
| Terceira | Porto Martins, Porto Judeu, Biscoitos, São Sebastião, São Mateus, São Bartolomeu, Santa Bárbara, Altares, Lajes e Feteira |
| Graciosa | Santa Cruz, Guadalupe, Luz e São Mateus |
| São Jorge | Fajãs e Ponta do Topo |
| Pico | Zona litoral com altitude igual ou inferior a 100 metros |
| Faial | Praia do Norte e Capelo |

TIPOLOGIA DO APOIO

Condições de Acesso

Possuir uma exploração agrícola.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. Serão definidos custos máximos unitários para cada tipo de investimento.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|-------------------------------------|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.3 | INPUT | Despesa pública realizada total (€) | 1.176.471 |
| | | Apoio FEADER total (€) | 1.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|----------------------------------|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.3 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de explorações apoiadas | 400 - 500 |
| | | Volume total de investimento (€) | 1.176.471 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.3 | RESULTADOS | Área em que a gestão do espaço rural é bem sucedida (%) | 90% |

Indicadores Específicos do Programa (IEP)

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR (IEP) | | Metas |
|--------|---------------------|---|----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.3 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | Área agrícola apoiada na recuperação de muros de pedra (ha) | 50 - 100 |
| | | Nº de infra-estruturas agrícolas realizadas | 10 - 20 |

MEDIDA 2.4

GESTÃO DO ESPAÇO FLORESTAL

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea b), pontos i, ii, iii, iv, v, vi e vii, Artigos 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º e 49º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 29º, 30º, 31º, 32º, 33º e Anexo II, ponto 5.3.2.2 |
| Código de medidas (CE): | <p>221 - Apoio à primeira florestação de terras agrícolas</p> <p>222 - Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas</p> <p>223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas</p> <p>224 - Pagamentos Natura 2000 em terras florestais</p> <p>225 - Pagamentos silvo-ambientais</p> <p>226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção</p> <p>227 - Apoio a investimentos não produtivos</p> |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A silvicultura é uma parte integrante do desenvolvimento rural e o apoio à utilização sustentável das terras deve abranger a gestão sustentável das florestas e seu papel multifuncional. As florestas criam benefícios múltiplos: fornecem matéria-prima para produtos renováveis e ecológicos e desempenham um papel importante no bem-estar económico, na diversidade biológica, no ciclo global de carbono, no equilíbrio dos recursos hídricos, no controle da erosão e na prevenção dos riscos naturais, proporcionando além disso serviços sociais e recreativos.

As intervenções que se destinam à utilização sustentável das terras florestais, nomeadamente através do apoio à primeira florestação de terras agrícolas, apoio à primeira implantação de sistemas agro-

florestais em terras agrícolas, apoio a à primeira florestação de terras não agrícolas, pagamentos Natura 2000, pagamentos silvo-ambientais, apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção e os apoios a investimentos não produtivos com espécies florestais que se adaptam correctamente às condições edáfo-climáticas das estações açoreanas, são um contributo directo para o aumento da biomassa, quer em termos de coberto florestal quer em, termos de matéria orgânica do solo, o que contribui para a criação de sumidouros de carbono, a médio e a longo prazo, com a diminuição do aquecimento global da terra e consequente impacto nas alterações climáticas.

Estes sistemas têm também impactos ambientais claros no aumento da biodiversidade, através da utilização de espécies autóctones e espécies não nativas, há muito adaptadas à Região e sem carácter invasor, e da preservação da fauna e flora associadas a estes povoamentos.

Qualquer uma das acções previstas nesta medida, nomeadamente os investimentos para utilização sustentável das terras florestais e a valorização da utilização sustentável das terras florestais, contribuem para alcançar os objectivos propostos nos pontos 1.1, 1.2, 1.4, 3, 4 e 5.1 e 5.2 do objectivo 5 " da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores, em articulação com a Estratégia Florestal Nacional e com a Estratégia Florestal Comunitária.

OBJECTIVOS

Esta medida subdivide-se em acções que têm como principal objectivo contribuir para um correcto ordenamento do território açoriano e para a protecção, valorização e gestão dos seus recursos naturais, através da florestação de terras agrícolas e não agrícolas, nomeadamente em bacias hidrográficas de lagoas e a implementação de sistemas agro-florestais, obtendo-se uma mais valia na melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como na competitividade do sector. Destaca-se também o fomento da diversidade de essências florestais nos povoamentos, a utilização sustentável das terras florestais através de pagamentos Natura 2000 e silvo-ambientais e a garantia da redução dos riscos associados à flora invasora, pragas e doenças, obtendo-se a melhoria da viabilidade vegetativa e sanidade dos povoamentos florestais.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes acções e respectivas intervenções:

| | |
|-------------|---|
| Acção 2.4.1 | Investimentos para utilização sustentável das terras florestais |
| Acção 2.4.2 | Valorização da utilização sustentável das terras florestais |

Nas acções previstas nesta medida, e para o cumprimento dos objectivos propostos, serão consideradas as espécies florestais que constam do seguinte quadro:

| Folhosas | Resinosas | Espécies de crescimento rápido |
|---|--|--------------------------------|
| <i>Acacia melanoxylon</i> <i>Acer</i> sp <i>Betula</i> sp <i>Quercus</i> sp <i>Castanea sativa</i> <i>Fagus silvatica</i> <i>Myrica faya</i> <i>Juglans regia</i> <i>Juglans nigra</i> <i>Robinia pseudoacacia</i> <i>Persea indica</i> <i>Picconia azorica</i> <i>Taxus baccata</i> <i>Paulownia tomentosa</i> <i>Frangula azorica</i> <i>Fraxinus</i> sp <i>Platanus</i> sp | <i>Abies</i> sp <i>Cupressus</i> sp <i>Pinus</i> sp <i>Cryptomeria japonica</i> <i>Picea</i> sp <i>Pseudotsuga menziessi</i> <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> <i>Sequoia sempervirens</i> <i>Thuja plicata</i> <i>Juniperus brevifolia</i> | <i>Populus</i> sp |

Notas :

1. O Choupo é a espécie de rápido crescimento que será considerada elegível quando explorada em revoluções iguais ou superiores a 20 anos e desde que satisfaça as exigências previstas na legislação Regional e Nacional.
2. A utilização de outras espécies que não constem do quadro acima, será considerada elegível, desde que a sua percentagem não ultrapasse 25% da área do projecto.
3. No caso específico de investimentos nas áreas com planos de ordenamentos de bacias hidrográficas, poderão ainda considerar-se elegíveis as espécies preconizadas nestes mesmos planos

As espécies acima mencionadas, desde as autóctones às introduzidas, têm elevadas capacidades de adaptação ecológica, de cultura e de utilização. Desta forma, elas irão contribuir para o aumento da biodiversidade e preservação de um ecossistema florestal saudável, nomeadamente através manutenção e melhoria da qualidade do solo, reduzindo os riscos da erosão, e contribuindo para o aumento do coberto florestal.

A elegibilidade dos investimentos enquadrados nesta medida que incidem em áreas de Rede Natura 2000 ou em zonas com planos de ordenamento das bacias hidrográficas, baseiam-se nesses instrumentos de salvaguarda e precaução, sendo emitido, pelas entidades competentes, o respectivo parecer de carácter vinculativo.

Qualquer investimento a realizar no âmbito desta medida está igualmente sujeito a que sejam cumpridas as Boas Práticas Florestais

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.4 | INPUT | Despesa pública realizada, por acção e total (€): | |
| | | Acção 2.4.1 - Investimentos para utilização sustentável de terras florestais | 11.156.735 |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | 10.688.235 |
| | | - Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | 160.000 |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | 308.500 |
| | | Acção 2.4.2 - Valorização da utilização sustentável de terras florestais | 1.784.422 |
| | | - Pagamentos Natura 2000 em terras florestais | 1.176.471 |
| | | - Pagamentos silvo-ambientais | 212.500 |
| | | - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | 219.000 |
| | | - Apoio a investimentos não produtivos | 176.451 |
| | | TOTAL MEDIDA 2.4 | 12.941.176 |
| | | Apoio FEADER, por acção e total (€): | |
| | | Acção 2.4.1 - Investimentos para utilização sustentável de terras florestais | 9.483.225 |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | 9.085.000 |
| | | - Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | 136.000 |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | 262.225 |
| | | Acção 2.4.2 - Valorização da utilização sustentável de terras florestais | 1.516.775 |
| | | - Pagamentos Natura 2000 em terras florestais | 1.000.000 |
| | | - Pagamentos silvo-ambientais | 180.625 |
| | | - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | 186.150 |
| | | - Apoio a investimentos não produtivos | 150.000 |
| | | TOTAL MEDIDA 2.4 | 11.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|---------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.4 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | Acção 2.4.1 - Investimentos para utilização sustentável de terras florestais | |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | |
| | | N.º de beneficiários da ajuda à florestação | 30 |
| | | N.º de hectares de terras florestadas | 450 |
| | | - Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | |
| | | N.º de beneficiários | 10 |
| | | N.º de hectares com novos sistemas agro-florestais | 25 |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | |
| | | N.º de beneficiários da ajuda à florestação | 15 |
| | | N.º de hectares de terras florestadas | 50 |
| | | Acção 2.4.2 - Valorização da utilização sustentável de terras florestais | |
| | | - Pagamentos Natura 2000 em terras florestais | |
| | | N.º de explorações silvícolas apoiadas | 75 - 100 |
| | | Superfície florestal total beneficiária do apoio Natura 2000 (ha) | 1.000 - 1.150 |
| | | N.º de contratos | 75 - 100 |
| | | - Pagamentos silvo-ambientais | |
| | | N.º de explorações silvícolas apoiadas | 30 |
| | | Superfície florestal total beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha) | 250 |
| | | N.º de contratos | 30 |
| | | - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | |
| | | N.º de acções de prevenção /restabelecimento | 10 |
| | | Superfície florestal danificada apoiada (ha) | 25 |
| | | Volume total de investimentos (€) | 219.000 |
| | | - Apoio a investimentos não produtivos | |
| | | N.º de produtores florestais apoiados | 30 |
| | | Volume total de investimentos (€) | 176.471 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|---------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 2.4 | RESULTADOS | Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito (ha): | |
| | | Acção 2.4.1 - Investimentos para utilização sustentável de terras florestais | |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | 450 |
| | | - Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | 25 |
| | | - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | 50 |
| | | Acção 2.4.2 - Valorização da utilização sustentável de terras florestais | |
| | | - Pagamentos Natura 2000 em terras florestais | 1.000 - 1.150 |
| | | - Pagamentos silvo-ambientais | 250 |
| | | - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | 25 |
| | | - Apoio a investimentos não produtivos | 250 |
| | | TOTAL MEDIDA 2.4 | 2.050 - 2.150 |

Acção 2.4.1

Investimentos para utilização sustentável das terras florestais

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea b), i), ii) e iii) artigos 42º, 43º, 44.º e 45.º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 30º, 31º, 32.º, 33.º e ponto 5.3.2.2 do Anexo II |
| Código de medidas (CE): | <p>221 - Apoio à primeira florestação de terras agrícolas</p> <p>222 - Apoio a primeira implementação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas</p> <p>223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas</p> |

OBJECTIVOS

Promover a expansão florestal em terras agrícolas, não agrícolas, incultos ou outras áreas agrícolas abandonadas, com arborizações de qualidade e ambientalmente bem adaptadas. Esta acção tem também como objectivo promover a complementaridade entre a produção silvícola e as produções agrícolas e/ou pecuárias extensivas através da instalação de estruturas florestais que contribuam para o objectivo comum da protecção do meio ambiente, do aumento da biodiversidade, da prevenção de desastres naturais e mitigação das alterações climáticas.

DESCRIÇÃO

Os investimentos a executar deverão incidir sobre uma área igual ou superior a 1 ha, deverão estar sujeitos a um Plano Orientador de Gestão e ao cumprimento das Boas Práticas Florestais.

Os projectos de florestação de terras agrícolas em pastagens permanentes serão objecto de uma avaliação cuidada das suas implicações ambientais, ficando a sua aprovação condicionada à verificação de que as suas vantagens ambientais são claras.

Esta acção irá contribuir para alcançar os objectivos propostos nos pontos 1.1 - “Apoiar e consolidar o fomento florestal através do apoio à rearborização de áreas exploradas, à arborização de incultos, à reconversão florestal, à beneficiação de povoamentos e ainda à construção / melhoria de infra-

estruturas florestais”, 1.2 - “Apoiar a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, nomeadamente em bacias hidrográficas de lagoas e a implementação de sistemas agro-florestais, obtendo-se uma mais valia na melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como na competitividade do sector” e 1.4 - “Fomentar a diversidade de essências florestais nos povoamentos” da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores, em articulação com a Estratégia Florestal Nacional e com a Estratégia Florestal Comunitária.

BENEFICIÁRIOS

Podem candidatar-se a esta acção: Agricultores, Produtores/Proprietários privados, Detentores de áreas agrícolas, detentores de terras agrícolas arrendadas, Associações Agrícolas e Florestais, Organizações de produtores florestais, Outras pessoas singulares ou colectivas e Organismos da Administração Pública Regional.

DEFINIÇÕES

1. Terra agrícola: De acordo com o ponto 1 do artigo 31.º, do Reg. (CE) n.º 1974/2006 de 15 de Dezembro, entende-se por terra agrícola, toda a superfície onde actualmente é exercida a actividade agrícola ou que nos últimos 5 anos tenha sido objecto de uma actividade agrícola regular, englobando:
 - Terras aráveis: terrenos de cultura de cereais, leguminosas secas, hortícolas frescos, batata, culturas industriais, plantas sachadas, culturas sob-coberto, flores, plantas ornamentais plantas forrageiras, sementes e propágulos, etc;
 - Hortas familiares;
 - Pastagens, prados permanentes e áreas conhecidas regionalmente como “criações”;
 - Culturas permanentes;
2. Agricultor: De acordo com o ponto n.º 3 do artigo n.º 31, do Reg (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro, entende-se por agricultor uma pessoa que consagre uma parte essencial do seu tempo de trabalho a actividades agrícolas e que delas retire uma parte significativa do seu rendimento. Enquadrando-se em:
 - i. Pessoa singular - aquela que obtiver pelo menos, 25% do seu rendimento, da actividade agrícola, dedicando-lhe no mínimo 25%do seu tempo total de trabalho;

- ii. Pessoa colectiva - que nos termos do respectivo estatuto tem exclusivamente por objecto a actividade agrícola e cujos administradores ou gerentes, obrigatoriamente pessoas singulares e sócios da pessoa colectiva, dediquem mais de 25% do seu tempo de trabalho à exploração onde exercem a actividade agrícola, dela retirando, no mínimo 25% do seu rendimento global e desde que detenham, no seu conjunto, pelo menos 10% do capital social.
- 3. Terra não agrícola: De acordo com o Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro de 2005, são as terras agrícolas que não estão englobadas na definição de terra agrícola, com a seguinte designação:
 - i. Terra agrícola abandonada -, entende-se por terra agrícola abandonada, toda a superfície agrícola onde não ocorra o uso frequente e regular da actividade agrícola há mais de 5 anos;
 - ii. Inculto - área onde o estrato arbóreo e arbustivo, com altura superior a 2 metros, atinge um grau de cobertura não superior a 30%;
- 4. Sistema agro-florestal: Sistemas de utilização das terras que combinam a utilização florestal e a utilização agrícola nas mesmas terras, de acordo com o objectivo principal:
 - i. Caso o sistema tenha como objectivo principal a protecção da área de pastagem e dos animais, da acção dos agentes climáticos, a densidade de plantação máxima deverá ser de 6666 plantas por hectare (o que corresponde a espaçamentos de 1 metro na linha e de 1,5 m entre as linhas; o número de fiadas instaladas poderá variar entre 3 e 5);
 - ii. Caso o objectivo seja o abrigo dos animais e o fornecimento de forragem e fruto para a alimentação dos mesmos, estes sistemas agro-florestais, caracterizam-se por ter um coberto arbóreo ou arbustivo, que se encontram dispersos na área de pastagem. Neste caso, a densidade de instalação máxima é de 400 plantas /ha.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da acção, nomeadamente:

- Custos de arborização em terras agrícolas, terras não agrícolas e sistemas-agro-florestais, incluindo a constituição de cortinas de abrigo, bosquetes e *buffers*;
- Construção e beneficiação de infra-estruturas complementares (redes viária e divisional) quando associadas às tipologias de investimento, arborização em terras agrícolas, terras não

agrícolas e sistemas agro-florestais, incluindo a constituição de cortinas de abrigo, bosquetes e *buffers*, de modo a melhorar a gestão dos povoamentos;

- Instalação de protecções individuais para plantas ou de vedação colectiva;
- Elaboração do Plano de Gestão Florestal para candidaturas com área de intervenção superior a 10 hectares;
- Prémio à manutenção para as terras agrícolas e terras agrícolas abandonadas: prémio anual por hectare florestado, destinado a contribuir para a cobertura dos custos de manutenção, durante um período máximo de 5 anos;
- Prémio à Perda de Rendimento para as terras agrícolas: prémio anual por hectare destinado a contribuir para a cobertura da perda de rendimentos decorrente da florestação, durante um período máximo de 15 anos, a favor dos agricultores ou respectivas associações que cultivavam as terras antes da sua florestação ou de qualquer outra pessoa singular ou ente de direito privado;
- Elaboração e acompanhamento técnico do projecto de investimento.

São consideradas elegíveis, no âmbito dos custos gerais previstos na alínea c) do ponto 1 do artigo n.º 55 do Reg.(CE) 1974/2006 de 15 de Dezembro de 2006, as despesas tidas com a elaboração e acompanhamento técnico do projecto e com a elaboração do Plano de Gestão Florestal.

O apoio à florestação de terras agrícolas pertencentes a entidades públicas abrange apenas os custos de implantação.

Caso as terras agrícolas a florestar estejam arrendadas por uma pessoa singular ou um ente de direito privado, podem ser concedidos os prémios anuais à manutenção e à perda de rendimento.

Os montantes a atribuir para as despesas elegíveis são determinados em função da Tabela de Custos Unitários da Direcção Regional dos Recursos Florestais.

As justificações das despesas por contribuição em espécie são consideradas elegíveis.

Os Planos de Gestão Florestal, devem ser adequados à dimensão e utilização da zona florestal, devem obedecer igualmente à legislação nacional e nacional aplicável.

Os Planos de Gestão Florestal devem contemplar:

- i. A avaliação das potencialidades do espaço florestal, nomeadamente, a definição das áreas críticas do ponto de vista da sensibilidade à erosão e protecção dos recursos hídricos e da sua importância ecológica, social e cultural;
- ii. A definição das espécies a privilegiar, tendo em conta as potencialidades da estação;

iii. A identificação dos modelos de silvicultura e de gestão dos recursos.

REDUÇÃO OU EXCLUSÃO DOS PAGAMENTOS

Não é concedido apoio à florestação de terras agrícolas para agricultores que beneficiem de apoio à reforma antecipada e para plantações de árvores de Natal.

No caso de espécies de crescimento rápido para cultivo a curto prazo o apoio à florestação só é concedido para os custos de implantação.

A primeira arborização em locais da Rede Natura 2000 deve estar de acordo com os objectivos de gestão daquelas zonas.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

Investimento

As ajudas ao investimento são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido em % das despesas elegíveis e de acordo com o tipo de beneficiário:

| Tipo de Beneficiário | Nível máximo das ajudas (% das despesas elegíveis) |
|--|---|
| Agricultores, Produtores / Proprietários privados, Detentores de áreas agrícolas, Detentores de terras agrícolas arrendadas, Associações Agrícolas e Florestais, Organizações de produtores florestais, Outras pessoas singulares ou colectivas. | 85 |
| Organismos da Administração Pública Regional | 100 |

As ajudas são concedidas com base em custos-padrão, nos termos previstos no artigo n.º 53 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro.

Para o cálculo dos custos-padrão relativos aos custos de implantação utilizados, foram usadas as matrizes dos custos unitários elaboradas em 2005 pela Direcção Regional dos Recursos Florestais. Para a sua execução, foram tidos em conta os seguintes factores:

- i. Operações manuais, motomanuais e mecânicas e infraestruturas;
- ii. Para cada uma das situações acima identificadas, foram construídas matrizes tendo em conta os factores que mais condicionam estas operações, por exemplo, para o caso das operações

manuais considerou-se; 3 graus de declive, 3 classes de pedregosidade do solo e 3 classes de altura de plantas;

- iii. Da combinação destes factores, foram definidas situações de custo de implantação mínimo, médio e elevado.

Prémio à Perda de Rendimento para a primeira florestação de terras agrícolas

O valor do Prémio à Perda de Rendimento depende do tipo de beneficiário e é modulado de acordo com as seguintes situações:

Caso geral:

| Tipo de Beneficiário | €/ha/ano |
|--|----------|
| Agricultores e respectivas associações | 650 |
| Outros beneficiários | 150 |

Casos específicos (Florestação de terras agrícolas inseridas em bacias hidrográficas endorreicas, através da instalação de cortinas de abrigo e povoamentos de folhosas e endémicas):

| Tipo de Beneficiário | €/ha/ano |
|--|----------|
| Agricultores e respectivas associações | 700 |
| Outros beneficiários | 150 |

Descrição do método utilizado de cálculo para o montante do Prémio à Perda de Rendimento, com base em hipóteses-padrão, nos termos previstos no artigo n.º 53 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de Dezembro:

- Foi tido em consideração o rendimento da actividade florestal de um povoamento de *Cryptomeria japonica* com 30 anos de idade (idade normal de corte) e com uma média de 1800 árvores/hectare;
- Também foi considerado o Rendimento do Empresário e Família/ha, para as explorações pecuárias uma vez serem, na sua generalidade, estas explorações que realizam florestação de terras agrícolas;
- O valor do prémio a atribuir a agricultores e respectivas associações tendo em conta a localização da área de intervenção em terras agrícolas inseridas em bacias hidrográficas endorreicas, através da instalação de cortinas de abrigo e povoamentos de folhosas e endémicas, justifica-se considerando que é necessário incentivar estes beneficiários a executarem estas acções, com a consequente melhoria do ambiente e da paisagem rural.

Prémio à Manutenção para a primeira florestação de terras agrícolas e de terras não agrícolas (terra agrícola abandonada)

O Prémio à Manutenção é concedido durante 5 anos e o seu valor depende do tipo de espécie florestal:

| €/ha | | | |
|------|-----------|----------|-----------|
| Anos | Resinosas | Folhosas | Endémicas |
| 1º | 500 | 600 | 750 |
| 2º | 500 | 600 | 750 |
| 3º | 300 | 600 | 750 |
| 4º | 300 | 600 | 750 |
| 5º | 300 | 600 | 750 |

Descrição do método utilizado de cálculo para o montante do Prémio à Manutenção:

- Valores baseados nas matrizes dos custos unitários elaborados em 2005 pela Direcção Regional dos Recursos Florestais (situação média) e utilização de compasso mínimo recomendado;
- Os povoamentos de espécies folhosas e de endémicas apresentam maiores perdas que as espécies resinosas;
- No caso particular das espécies endémicas, o prémio mais elevado é justificado pelo seu crescimento muito lento, que exige trabalhos de limpeza localizada da vegetação espontânea mais intenso, de modo a assegurar a sobrevivência das jovens plantas;
- Diferencia-se no seu período de aplicação a manutenção nas resinosas, uma vez que nos primeiros dois anos as operações a efectuar são mais intensas;
- Simulação de percentagens anuais de retanção de forma decrescente, nos primeiros 5 anos de instalação de um povoamento de resinosas - *Cryptomeria japonica*. Esta é uma abordagem baseada na situação verificada nos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, uma vez que estes povoamentos foram normalmente instalados em pastagens degradadas e de altitude, sujeitas a condições adversas, onde o crescimento é lento e a mortalidade elevada.

Co-financiamento

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 2.4.2

Valorização da utilização sustentável das terras florestais

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 36º, alínea b), iv), v) vi) e vii) artigos 42º, 46º, 47º, 48.º e 49º. |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 30º, 33.º e ponto 5.3.2.2 do Anexo II |
| Código de medidas (CE): | <p>224 - Pagamentos Natura 2000 em terras florestais</p> <p>225 - Pagamentos silvo-ambientais</p> <p>226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção</p> <p>227 - Apoio a investimentos não produtivos</p> |

OBJECTIVOS

- Responder ao aumento da procura de serviços ambientais, encorajando os detentores de áreas florestais a assumir compromissos voluntários que ultrapassem as normas obrigatórias e que promovam a biodiversidade, a preservação dos ecossistemas florestais de elevado valor e o reforço do papel protector das florestas quanto à erosão dos solos, à manutenção dos recursos hídricos e da qualidade das águas e aos riscos naturais;
- Manter o estado de conservação favorável dos Sítios de Importância Comunitária e das Zonas de Protecção Especial da Rede Natura 2000 designados, respectivamente, no Âmbito das Directivas 92/43/CEE, de 21 de Maio e 79/409/CEE, de 2 de Abril;
- Evitar a deterioração dos habitats naturais, dos habitats das espécies, bem como as perturbações que atinjam as espécies para as quais os Sítios de Importância Comunitária foram designados, na medida em que possam vir a ter um efeito significativo;
- Promover a implementação de medidas minimizadoras preventivas para o Sector Florestal identificadas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região;

- Restabelecer o potencial silvícola em florestas atingidas por agentes abióticos e bióticos nocivos, melhorar a sua resistência e apoiar medidas de prevenção adequadas;
- Apoiar os detentores de áreas florestais para investimentos não produtivos que sejam necessários para cumprir compromissos silvo-ambientais ou para atingir outros objectivos ambientais ou que, em determinadas florestas, aumentem o valor de utilidade pública das zonas em questão.

DESCRIÇÃO

Pretende-se com esta acção:

- Apoiar os detentores de áreas florestais nas zonas abrangidas pelas directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE, de forma a compensá-los dos custos incorridos e da perda de rendimentos, resultantes das restrições à utilização de florestas e outras terras florestadas relacionadas com a aplicação das directivas nas zonas da Rede Natura 2000.
- Atribuir um apoio anual por hectare a produtores e proprietários privados com propriedades inseridas em Sítios de Importância Comunitária designados no âmbito da Directiva 92/43/CEE bem como em Zonas de Protecção especial no âmbito da directiva 79/409/CEE, no sentido de compensar os custos incorridos e a perda de rendimentos resultantes da impossibilidade de utilizar para floresta de produção as áreas onde ocorrem habitats naturais classificados no âmbito destas directivas.
- Na interdição absoluta de actividade silvícola nas áreas de ocorrência de habitats naturais do Anexo I da Directiva 92/43/CEE de 21 Maio e da Directiva 79/409/CEE e prevê ainda a delimitação das mesmas e a manutenção do seu estado de conservação favorável através da limpeza de espécies invasoras de flora exótica, no sentido de manter a composição da flora natural bem como a estrutura dos habitats naturais.
- Contribuir para alcançar os objectivos propostos nos pontos 3 - “Garantir a redução dos riscos associados à flora invasora, pragas e doenças, obtendo-se a melhoria da viabilidade vegetativa e sanidade dos povoamentos florestais”, ponto 4 - “Contribuir para um correcto ordenamento físico do território açoriano e para a protecção, valorização e gestão dos seus recursos naturais” e os pontos 5.1 - “Apoiar a utilização sustentável das terras florestais, através de pagamentos Natura 2000 e silvo-ambientais” e 5.2 - “Apoiar investimentos não produtivos” do objectivo 5 “Dinamizar o uso múltiplo da floresta” da Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores, em articulação com a Estratégia Florestal Nacional e com a Estratégia Florestal Comunitária.
- Incentivar os agricultores e detentores de áreas florestais, em especial, a empregar métodos de utilização das terras compatíveis com a necessidade de preservação do ambiente e paisagens naturais e de protecção e melhoria dos recursos naturais. Estes compromissos são

assumidos, regra geral, durante um período de 5 a 7 anos, e em casos excepcionais por períodos mais longos, de acordo com os artigos 4º e 7º da decisão 1999/468/CE.

- Apoiar o restabelecimento do potencial silvícola em florestas afectadas por catástrofes naturais e a introdução de medidas de prevenção adequadas, de acordo com as orientações dos Planos Municipais de Emergência relativas aos riscos geológicos e de cheias.

Os investimentos a executar nas explorações florestais deverão incidir sobre uma área igual ou superior a 1 hectare.

TERRITÓRIO ABRANGIDO

Todo o território da Região Autónoma dos Açores, e para as acções inseridas na medida Pagamentos Natura 2000, terras florestais onde se verifique a ocorrência de Sítios de Interesse Comunitário e de Zonas de Protecção Especial, como por exemplo, as áreas de ocorrência dos seguintes habitats naturais, que se encontram inseridas nos Sítios de Interesse Comunitário da Região Autónoma dos Açores, classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE, de 21 Maio:

- Matos macaronésicos endémicos* (4050) - Formação de ericáceas de altura e densidade moderada, de grande diversidade florística e de larga amplitude ecológica. Podem desenvolver-se desde a costa até às lavas de montanha. São encontradas preferencialmente as espécies *Erica azorica*, *Vaccinium cylindraceum*, *Daboecia azorica*, *Calluna vulgaris*, *Juniperus brevifolia*, *Myrsine retusa* e *Lysimachia azorica*;
- Laurissilvas dos Açores (9360) - Florestas dominadas por espécies laurifólias (espécies arbóreas, perenifólias, de folhas grandes, glabras ou subglabras e coriáceas), sempre-verdes, luxuriantes, húmidas a hiper-húmidas, envoltas em nevoeiros, multi-estratificadas e extremamente ricas em espécies, algumas restritas destas comunidades, nomeadamente *Laurus azorica*, *Frangula azorica*, *Myrica faia*, *Picconia azorica*, *Ilex azorica*, *Vaccinium cylindraceum*, *Dryopteris azorica*, *Culcita macrocarpa*, *Bellis azorica*, *Platanthera micrantha*, entre outras. Estas comunidades são relíquias do Terciário, onde possuíram uma vasta distribuição pelos continentes do hemisfério Norte, de clima mais temperado-húmido do que na actualidade;
- Florestas macaronésicas de *Juniperus** (9560) - Formações monoestratificadas hiper-húmidas de montanha dominadas pela espécie *Juniperus brevifolia*, endémica dos Açores, vulgarmente designado “bosque”. A acompanhar esta espécie encontra-se *Ilex azorica*, *Vaccinium cylindraceum*, *Culcita macrocarpa*, *Myrsine retusa* e *Lysimachia azorica*.

As áreas florestais incluídas na Rede Natura 2000 (públicas e privadas) que serão alvo dos pagamentos Natura 2000 em terras florestais ocupam cerca de 12.559 ha (37% da área total terrestre da Rede Natura 2000). Os pagamentos Natura 2000 previstos nesta acção abrangerão apenas as áreas privadas,

que ocupam cerca de 4.700 ha (37% da área alvo), prevendo-se que a área beneficiária atinja 1.150 ha (25% da área potencial).

TIPOLOGIA DOS BENEFICIÁRIOS, INVESTIMENTOS, NÍVEL DE APOIO, CONDIÇÕES DE ACESSO E COMPROMISSOS DOS BENEFICIÁRIOS, POR TIPO DE INTERVENÇÃO

Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção

Beneficiários

Podem candidatar-se a esta intervenção: Produtores/Proprietários privados, Detentores de áreas florestais, Associações Florestais, Organizações de produtores florestais, Outras pessoas singulares ou colectivas e Organismos da Administração Pública Regional.

Investimentos

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da intervenção, nomeadamente:

- Reflorestação de áreas sujeitas à acção de agentes abióticos, nomeadamente, ventos fortes, cheias, desabamento de terras, trovoadas, geadas e granizo;
- Beneficiação dos povoamentos e dos habitats afectados por agentes abióticos
- Beneficiação dos povoamentos e dos habitats afectados por agentes bióticos nocivos (pragas e doenças), quando os danos tenham sido inicialmente potenciados por agentes abióticos;
- Execução de trabalhos de minimização de efeitos da erosão e prevenção do risco de cheias (limpeza e desobstrução das linhas de água, abate orientado de arvoredo, acções de correcção torrencial e protecção de leitos e margens com buffers);
- Remoção, tratamento e transporte do material lenhoso afectado por agentes bióticos nocivos e abióticos, sem valor económico;

Os montantes a atribuir para as despesas elegíveis são determinados em função da Tabela de Custos Unitários da Direcção Regional dos Recursos Florestais. As justificações das despesas por contribuição em espécie são consideradas elegíveis.

Apoio a investimentos não produtivos

Beneficiários

Podem candidatar-se a esta intervenção: Produtores/Proprietários privados, Detentores de áreas florestais, Associações Florestais, Organizações de produtores florestais, Outras pessoas singulares ou colectivas e Organismos da Administração Pública Regional.

Investimentos

O apoio previsto nesta intervenção é concedido para investimentos em floresta que estejam ligados ao cumprimento de compromissos assumidos ao abrigo da intervenção “Pagamentos silvo-ambientais”, ou de outros objectivos ambientais, e que aumentem o carácter de utilidade pública da floresta ou das terras florestadas da zona em questão, não levando a qualquer aumento significativo do valor ou rentabilidade da exploração florestal.

A biodiversidade e a conservação dos recursos hídricos são as principais valências ambientais a promover com esta intervenção, de modo a aumentar o carácter de utilidade pública da floresta.

São elegíveis para a atribuição de ajudas, as despesas de investimento associadas à descrição do objecto da intervenção, nomeadamente:

- Instalação e beneficiação de bosquetes;
- Instalação de cortinas de abrigo;
- Instalação de buffers;
- Instalação de infra-estruturas de protecção (vedação colectiva e protectores individuais);
- Beneficiação dos povoamentos e dos habitats afectados por agentes bióticos nocivos (pragas e doenças)

Os montantes a atribuir para as despesas elegíveis são determinados em função da Tabela de Custos Unitários da Direcção Regional dos Recursos Florestais. As justificações das despesas por contribuição em espécie são consideradas elegíveis;

Pagamentos silvo-ambientais

Beneficiários

Podem candidatar-se a esta intervenção: Produtores/Proprietários privados, Detentores de áreas florestais, Associações Florestais, Organizações de produtores florestais, Outras pessoas singulares ou colectivas e Organismos da Administração Pública Regional.

Compromissos

As necessidades e prioridades ambientais a desenvolver são no âmbito de:

- Conservação/recuperação de bosquetes de vegetação autóctone;
- Conservação/recuperação de galerias ripícolas e faixas tampão à rede hidrológica;
- Conservação/recuperação de povoamentos florestais de protecção constituídos por espécies exóticas, sem carácter invasor e/ou risco ecológico conhecido;
- Conservação/recuperação de vedação colectiva em áreas de vegetação natural.

Para aceder a qualquer pagamento silvo-ambiental, o beneficiário deverá:

- i. Cumprir as condições gerais de acesso:

| Condições Gerais de Acesso |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de um plano de intervenção plurianual, para o período de vigência do compromisso, a aprovar pela entidade competente na matéria - Direcção Regional dos Recursos Florestais; - Incidir sobre uma área florestal mínima de 1 hectare |

- ii. Respeitar os compromissos gerais na totalidade da área florestal declarada:

| Compromissos Gerais |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Manter as condições gerais de acesso; - Cumprir o plano de intervenção plurianual; |

- iii. Respeitar os compromissos específicos na respectiva área de incidência:

| Âmbito da operação | Compromissos Específicos |
|--|---|
| Conservação/ recuperação de bosquetes de vegetação autóctone | <ul style="list-style-type: none"> - Proteger a regeneração natural das espécies autóctones; - Conduzir a regeneração natural através de podas de formação adequadas sem fins económicos; - Efectuar apenas cortes da espécie alvo quando os exemplares estiverem afectados sanitariamente ou quando necessário para a condução do bosque; - Manter a área limpa de espécies exóticas e/ou invasoras; - Quando existam locais de passagem de gado ou pessoas, definir áreas específicas e bem delimitadas para o efeito, impedindo o acesso às restantes áreas a proteger. |
| Conservação/ recuperação de galerias ripícolas e faixas tampão à rede hidrológica | <ul style="list-style-type: none"> - Conservar a área da galeria; - As mobilizações do solo devem ser localizadas; - Manter a área limpa de espécies exóticas e/ou invasoras; - Promover a recuperação das margens da linha de água com a colonização de vegetação autóctone, limitando o acesso aos troços recuperados com cercas temporárias; - Quando existam locais de passagem de gado ou pessoas, definir áreas específicas e bem delimitadas para o efeito, impedindo o acesso às restantes áreas a proteger. |
| Conservação/ recuperação de povoamentos florestais de protecção constituídos por espécies exóticas, sem carácter invasor e/ou risco ecológico conhecido | <ul style="list-style-type: none"> - Manter a função de protecção; - Manter a área limpa de espécies invasoras; - Efectuar apenas cortes da espécie alvo quando os exemplares estiverem afectados sanitariamente ou quando necessário para a condução do povoamento; - Quando existam locais de passagem de gado ou pessoas, definir áreas específicas e bem delimitadas para o efeito, impedindo o acesso às restantes áreas a proteger; - Utilizar apenas espécies exóticas sem carácter invasor e/ou risco ecológico conhecido. |
| Conservação/ recuperação de vedação colectiva em áreas de vegetação natural | <ul style="list-style-type: none"> - Manter a vedação colectiva em boas condições. |

Condicionabilidade e Requisitos mínimos

Os beneficiários desta intervenção comprometem-se a respeitar em toda área da exploração os requisitos em matéria de condicionabilidade, de acordo com os artigos 4º e 5º e anexos III e IV do Reg. (CE) n.º 1782/2003 expressos pelos requisitos legais de gestão e pelas boas condições agrícolas e ambientais, aplicáveis ao sector florestal.

Consideram-se requisitos obrigatórios aplicáveis para efeitos de pagamentos desta intervenção, os requisitos definidos em Legislação Regional, relativa à Protecção do Património Florestal, do Plano Regional da Água, dos Planos de Ordenamento das Bacias hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades e da Rede Regional de Áreas Protegidas.

Os compromissos considerados para efeitos do pagamento desta intervenção são o cumprimento do plano de intervenção plurianual para a respectiva operação.

Os compromissos “Proteger a regeneração natural das espécies autóctones” da operação Conservação/recuperação de bosquetes de vegetação autóctone e “As mobilizações do solo devem ser localizadas” da operação Conservação/recuperação de galerias ripícolas e faixas tampão à rede hidrológica, são importantes para o cumprimento dos objectivos a que esta intervenção se propõe.

Para os cálculos justificativos dos custos suportados e da perda de rendimentos com os compromissos dos Pagamentos Silvo-ambientais:

- Foram usadas as matrizes dos custos unitários elaboradas em 2005 pela Direcção Regional dos Recursos Florestais. Para a sua execução, foram tidos em conta os seguintes factores:
 - i. Operações manuais, motomanuais e mecânicas e infraestruturas;
 - ii. Para cada uma das situações acima identificadas, foram construídas matrizes tendo em conta os factores que mais condicionam estas operações, por exemplo para o caso das operações manuais considerou-se; 3 graus de declive, 3 classes de pedregosidade do solo e 3 classes de altura de plantas;
 - iii. Da combinação destes factores, foram definidas situações de custo mínimo, médio e elevado.
- Foi tido em consideração o custo de conservação dos povoamentos abrangidos.

O pagamento silvo-ambiental a atribuir anualmente é de 200€/ha.

Pagamentos Natura 2000 em terras florestais

Beneficiários

Podem candidatar-se a esta intervenção: Produtores/Proprietários privados, Detentores de áreas florestais, Associações Florestais e Organizações de produtores florestais

Compromissos

Os compromissos a respeitar pelos beneficiários desta intervenção decorrem das directrizes dos Planos de Gestão para os Sítios de Interesse Comunitário e de Zonas de Protecção Especial da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente promover a aplicação de medidas de valorização e expansão das formações vegetais naturais, de forma a conciliar as funções de protecção com o aumento da biodiversidade e controlar as espécies invasoras e promover o repovoamento com espécies nativas.

Para aceder ao Pagamento Natura 2000, o beneficiário deverá cumprir as condições gerais de acesso e respeitar os compromissos na totalidade da área florestal declarada.

| Condições Gerais de Acesso | Compromissos |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Possuir terras florestais nas áreas de ocorrência dos habitats naturais considerados e inseridas em Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial; - Incidir sobre numa área florestal igual ou superior a 1 ha; - Os habitats considerados deverão ser compostos por mais de 60% de espécies da flora natural e menos de 40 % de espécies invasoras de flora exótica; - Apresentação de um plano de intervenção plurianual, para o período de vigência do compromisso, a aprovar pela entidade competente na matéria - Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. | <ul style="list-style-type: none"> - Manter as condições gerais de acesso. - Delimitar e vedar as respectivas áreas, para evitar a entrada de gado; - Manter o estado de conservação dessas áreas, através da limpeza de espécies de flora exótica invasoras, no sentido de sustentar a composição da flora natural, bem como a estrutura dos habitats naturais; - Evitar a deterioração dos habitats naturais, dos habitats das espécies, bem como as perturbações que atinjam as espécies para as quais os Sítios de Importância Comunitária foram designados; - Cumprir o plano de intervenção plurianual. |

Para os cálculos justificativos dos custos suportados e da perda de rendimentos com os compromissos dos Pagamentos Natura 2000:

- Foram usadas as matrizes dos custos unitários elaboradas em 2005 pela Direcção Regional dos Recursos Florestais. Para a sua execução, foram tidos em conta os seguintes factores:
 - i. Operações manuais, motomanuais e mecânicas e infraestruturas;
 - ii. Para cada uma das situações acima identificadas, foram construídas matrizes tendo em conta os factores que mais condicionam estas operações, por exemplo para o caso das operações manuais considerou-se; 3 graus de declive, 3 classes de pedregosidade do solo e 3 classes de altura de plantas;
 - iii. Da combinação destes factores, foram definidas situações de custo mínimo, médio e elevado.
- Foi tido em consideração que o povoamento a conservar apresenta o compasso mínimo preconizado para as espécies autóctones e que os povoamentos são compostos por mais de 60% de espécies da flora natural e menos de 40 % de espécies invasoras de flora exótica;
- Para a perda de rendimento foi tido em consideração o rendimento da actividade florestal de um povoamento de *Cryptomeria japonica* com 30 anos de idade (idade normal do corte), com uma média de 1800 árvores/ha, bem como os custos de conservação do povoamento substituto de espécies autóctones

O valor anual da ajuda, por hectare de terreno florestal, a ser concedida durante o período de cinco anos, é de 200 €/ha de habitat considerado/ano.

CO-FINANCIAMENTO

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

5.3.3. EIXO 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural

O Eixo 3 será operacionalizado através das seguintes medidas e respectivas acções:

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | Códigos CE |
|---------|---|--------|---|---------------|
| Código | Designação | Código | Designação | |
| 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 3.1.1 | Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração | 311 |
| | | 3.1.2 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | 312 |
| | | 3.1.3 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | 313 |
| 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 3.2.1 | Serviços básicos para a economia e população rurais | 321 |
| | | 3.2.2 | Conservação e valorização do património rural | 323 |
| 3.3 | Formação e informação | | | 331 |

As medidas abrangerão a totalidade do território da Região Autónoma dos Açores e serão executadas no período compreendido entre 01/01/2007 e 31/12/2015.

MEDIDA 3.1.**DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E CRIAÇÃO DE EMPREGO EM MEIO RURAL****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alínea a) i), ii) e iii); Artigo 53º; Artigo 54º; Artigo 55º; Artigo 63º alínea a); Artigo 64º. |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigos 35º e 36º e Anexo II, pontos 5.3.3.1.1, 5.3.3.1.2 e 5.3.3.1.3 |
| Código de medidas (CE): | 311 - Diversificação de actividades não agrícolas na exploração 312 - Apoio à criação e ao desenvolvimento de micro empresas 313 - Incentivo a actividades turísticas |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Esta intervenção tem como territórios-alvo as zonas rurais da Região que cobrem praticamente a globalidade do território, excepção feita às freguesias urbanas de São Pedro, São José e São Sebastião, do concelho de Ponta Delgada.

Entende-se, desta forma, que é imprescindível dar continuidade e reforçar a intervenção específica de apoio a estas zonas já iniciada e desenvolvida no quadro dos Programas LEADER II e LEADER+, visando a diversificação e desenvolvimento de novas actividades económicas geradoras de riqueza e emprego endógenos, numa lógica de potenciar e/ou reforçar os recursos locais existentes e fixar e/ou dinamizar o crescimento das populações existentes.

Considera-se que esta Medida será vantajosamente implementada à escala local através da “Abordagem LEADER”, a desencadear pelos Grupos de Acção Local (GAL). Essa escala poderá permitir uma resposta e resultados mais adaptados e “colados” às diversas realidades locais - na detecção e resolução dos constrangimentos e potencialidades que existam -, e um enquadramento estratégico definido a partir duma metodologia *bottom-up*, que permitirá, à partida, aumentar a relevância da intervenção e a sinergia com outras Medidas, que serão alvo do mesmo tipo de abordagem.

Os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) serão os instrumentos operacionais para a execução da Medida através dos GAL, devendo os mesmos apontar para uma estruturação das intervenções que siga

o quadro regulamentar em vigor e expressar, de forma clara, quais as metas de execução financeira, de realização, de resultados e de impacto que se pretendem atingir durante o seu período de implementação, assim como a sua articulação com outros instrumentos de política que actuam no mesmo território.

OBJECTIVOS

Promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego em meio rural, de acordo com uma estratégia previamente definida para os territórios locais, através da “Abordagem LEADER”.

COMPLEMENTARIDADE COM OUTRAS MEDIDAS

As acções previstas nesta medida serão complementadas, quando aplicável, com a Medida 3.3.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes acções:

| | |
|--------------|---|
| Acção 3.1.1. | Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração |
| Acção 3.1.2. | Criação e Desenvolvimento de Micro-empresas |
| Acção 3.1.3. | Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural |

Os projectos apresentados no âmbito desta medida, deverão manter-se por um período mínimo de 5 anos, nos casos em que tal se aplique.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.1 | INPUT | Despesa pública realizada, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração | 1.411.765 |
| | | - Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro - Empresas | 3.647.059 |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural | 2.117.647 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.1 | 7.176.471 |
| | | Apoio FEADER, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração | 1.200.000 |
| | | - Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas | 3.100.000 |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural | 1.800.000 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.1 | 6.100.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|--|--|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.1 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º total de beneficiários: | |
| | | - Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração | 200 - 250 |
| | | Por género: | 25% Mulheres |
| | | Por classe etária: | 15% < 30 anos |
| | | Por tipo de actividade não agrícola: turismo, artesanato, comércio, energias renováveis, outras | 5%, 10%, 60%, 10%, 15% |
| | | N.º de micro-empresas apoiadas: | |
| | | - Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas | 100-150 |
| | | Por estatuto do promotor: | 50% empresários em nome individual |
| | | Por classe etária: | 20% < 30 anos |
| | | Por tipo de micro-empresa: | 20 % novas empresas |
| | | N.º de novas acções turísticas apoiadas: | |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural | 100 - 150 |
| | | Por tipo de actividade: (infra-estruturas de pequena escala, infra-estruturas de lazer, desenvolvimento/promoção de serviços turísticos) | 50% de projectos de infra-estruturas de pequena escala |
| | | Volume total de investimento, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração (por género, por classe etária, por tipo de actividade não agrícola) | 2.352.941 |
| | | - Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas | 7.294.118 |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural (por tipo de actividade) | 4.235.294 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.1 | 13.882.353 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|------------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.1 | RESULTADOS | Acréscimo de VAB não agrícola, por acção e total (%): | |
| | | - Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração | (não determinado) |
| | | - Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas | (não determinado) |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural | (não determinado) |
| | | TOTAL MEDIDA 3.1 | |
| | | Nº bruto de empregos criados: | |
| | | - Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração | 100-150 |
| | | Por género: | 25% Mulheres |
| | | Por classe etária: | 15% < 30 anos |
| | | Por tipo de actividade não agrícola: turismo, artesanato, comércio, energias renováveis, outras | 5%, 10%, 60%, 10%, 15% |
| | | - Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas | 100-150 |
| | | Por género: | 20 % mulheres |
| | | Por classe etária: | 20% < 30 anos |
| | | Por tipo de actividade | |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural | 100-150 |
| | | Por género: | 20% Mulheres |
| | | Por classe etária: | 20% < 30 anos |
| | | Por tipo de actividade | |
| | | N.º adicional de turistas: | |
| | | - Acção 3.1.3 - Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural (por n.º de dormidas por tipo de estabelecimento) | 5% |

Acção 3.1.1.

Diversificação de Actividades não Agrícolas na Exploração

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alíneas a) i); Artigo 53º; Artigo 63º alínea a); Artigo 64º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, ponto 5.3.3.1.1. |
| Código de medidas (CE): | 311 - Diversificação para actividades não agrícolas |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo promover condições para o desenvolvimento de actividades não agrícolas nas explorações das várias ilhas, criando actividades sustentáveis social e economicamente e, assim, novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo para a manutenção/melhoria do rendimento dos agregados familiares, bem como para a fixação das populações, para a ocupação equilibrada e sustentável do território açoriano e para o reforço das economias locais das várias ilhas.

DESCRIÇÃO

Esta acção contempla a criação e/ou desenvolvimento de múltiplas actividades económicas, nomeadamente nas seguintes áreas-chave, desde que em conformidade com a legislação em vigor:

- Obtenção de produtos agro-alimentares transformados e embalados, em pequena escala;
- Produção de *branding* e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agro-alimentares locais;
- Instalação de pontos de venda, nas explorações, de produtos artesanais e agro-alimentares locais;
- Dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas, de recreio e lazer a decorrerem nas próprias explorações e/ou zonas envolventes;

- Criação de roteiros de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental envolvente às explorações;
- Criação de programas associados à caça.

BENEFICIÁRIOS

Agricultor ou membro da sua família (de acordo com o artigo 35º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006), através da intervenção dinamizadora dos GAL.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades a desenvolver, designadamente:

- Elaboração dos projectos;
- Criação de imagem de marca, elementos de design e produção de meios de divulgação e comunicação;
- Aquisição de *hardware* e *software* dedicado e essencial à gestão das actividades apoiadas;
- Produção de embalagens destinadas aos produtos a comercializar a partir e/ou na exploração;
- Remodelação/recuperação de construções (limite a definir);
- Instalação de trilhos destinados à implementação de roteiros de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental envolvente às explorações;
- Construções de pequena escala na área da exploração agrícola (limite a definir);
- Aquisição de equipamentos (tipologia e limite a definir);
- Produção de energias renováveis e alternativas ao combustível fóssil;
- Estudos de viabilidade económica;
- Despesas com promoção das actividades apoiadas.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Considera-se como condição de acesso, um montante mínimo de investimento de 2.500 euros e um montante máximo de 150.000 euros.

No caso de projectos que visem a obtenção de produtos agro-alimentares transformados e/ou embalados o montante máximo de investimento é de 25 000 €.

Outros requisitos de acesso, quando aplicáveis:

- Cumprimento das normas mínimas relativas ao ambiente, higiene e bem-estar animal;
- Cumprimento dos dispositivos regulamentares sobre o exercício da actividade;
- Contabilidade na modalidade obrigatória, de acordo com volume de negócios;
- Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional;
- Capacidade atestada pela escolaridade mínima obrigatória.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 60%. O montante máximo das ajudas a conceder respeitará os limites previstos no quadro regulamentar da “*regra de minimis*”.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 3.1.2.

Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alínea a), ii); Artigo 54º; Artigo 63º alínea a); Artigo 64º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, ponto 5.3.3.1.2. |
| Código de medidas (CE): | 312 - Apoio à criação e ao desenvolvimento de micro empresas |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo promover condições para a criação e desenvolvimento de iniciativas empresariais - social, económica e ambientalmente sustentáveis - nas zonas rurais, tendo em vista a consolidação e diversificação do tecido económico; a criação de emprego, sobretudo junto da população mais jovem; e, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, contribuindo para a revitalização económica e social das zonas rurais açorianas e para o estabelecimento de um modelo de cariz mais empresarial ao nível destes territórios.

DESCRIÇÃO

Esta acção tem como objectivo apoiar a criação e desenvolvimento de *micro-empresas* (cujo conceito se encontra definido no n.º 3 do Artigo 2.º da *Recomendação da Comissão 2003/361/CE*, relativa à definição de micro e PME) e cujo ramo de actividade poderá ser alvo de delimitação no âmbito dos PDL, em coerência com as necessidades dos territórios locais e com a estratégia definida no âmbito da preparação e apresentação de uma *circular de aplicação* específica.

Estão excluídas as empresas que se inserem na CAE relativas às actividades de pesca e seus produtos.

Não serão apoiados os investimentos elegíveis no âmbito das Acções 3.1.3 e 3.2.2.

BENEFICIÁRIOS

Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, através da intervenção dinamizadora dos GAL.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades e processos inerentes à iniciativa empresarial, designadamente:

- Elaboração dos projectos técnicos e de viabilidade económico-financeira;
- Constituição da empresa e respectivos registos legais;
- Criação de imagem de marca, elementos de design e produção de meios de divulgação e comunicação da empresa;
- Aquisição de *hardware* e *software* dedicado e essencial à gestão e actividade corrente;
- Construções ou obras de pequena escala na remodelação e adaptação de edifícios ou espaços que visem a instalação da empresa (limite a definir);
- Viaturas ligadas directamente ao processo de criação e desenvolvimento da micro - empresa, quando imprescindíveis à actividade da empresa e afectas exclusivamente a esta (limite, tipologia e modelo de aquisição/financiamento a definir);
- Produção de energias renováveis e alternativas ao combustível fóssil.
- Aquisição de equipamentos (tipologia e limite a definir);
- Despesas associadas a outros investimentos imateriais (por exemplo, registo de marcas e registo de patentes de produtos).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Considera-se como condição de acesso, um montante mínimo de investimento de 2.500 euros e um montante máximo de 150.000 euros.

Outros requisitos de acesso, quando aplicáveis:

- As actividades produzam bens e serviços transaccionáveis;

- Cumprimento dos dispositivos regulamentares sobre o exercício da actividade;
- Contabilidade na modalidade obrigatória, de acordo com volume de negócios;
- Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional;
- Capacidade do promotor atestada pela escolaridade mínima obrigatória.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas aos investimentos são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido, dependendo o seu nível máximo do número de postos de trabalho criados:

- 30% das despesas elegíveis, sempre que não haja lugar a criação de postos de trabalho;
- 50% das despesas elegíveis, condicionadas pela criação e manutenção de um posto de trabalho;
- 60% das despesas elegíveis, condicionadas pela criação e manutenção de, pelo menos, dois postos de trabalho.

O montante máximo das ajudas a conceder respeitará os limites da “*regra de minimis*”.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

(*) A criação de um posto de trabalho implica a existência de um contrato de trabalho entre o trabalhador e a empresa empregadora e alvo de apoio, que vigore, em permanência, pelo menos por três anos consecutivos após a concretização dos investimentos elegíveis nesta Acção. A confirmação da referida permanência, será realizada através da evidência das folhas de remuneração e da Segurança Social.

Acção 3.1.3.

Incentivo a Actividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alínea a) iii); Artigo 55º; Artigo 63º alínea a); Artigo 64º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, ponto 5.3.3.1.3. |
| Código de medidas (CE): | 313 - Incentivo a actividades turísticas |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo promover o desenvolvimento de iniciativas turísticas e de outras actividades de lazer e recreio correlacionadas com o meio rural, social, económica e ambientalmente sustentáveis, em estreita sintonia com os macro objectivos turísticos delineados para os Açores - assentes na sustentabilidade e valorização das componentes ambientais e da envolvência quer com o mar, quer com os espaços rurais insulares -, naquilo que os moldam enquanto um “todo”, como produto turístico, resultado da diversidade e multiplicidade histórica, social, cultural e económica de cada uma das nove ilhas.

DESCRIÇÃO

O investimento turístico de pequena escala que se pretende apoiar por esta via deverá ser resultado de uma avaliação prévia no quadro de um contexto mais abrangente de investimento regional, nomeadamente “explorando” e clarificando potenciais interfaces com outros apoios a conceder ao abrigo de Programas que não o FEADER, e ser devidamente enquadrado na “Abordagem LEADER” pela preparação e apresentação de uma *circular de aplicação* específica.

Esta acção aponta para a dinamização de actividades ligadas ao turismo e ao recreio e lazer, nomeadamente nas seguintes áreas-chave, desde que em conformidade com a legislação em vigor:

- Criação ou desenvolvimento de produtos e serviços turísticos, nomeadamente associados aos conceitos de *ecoturismo*, *turismo natureza*, *turismo aventura*, *turismo cinegético*, *bioturismo*, entre outros;
- Constituição de imagens de marca, elementos de design e de meios de divulgação e comunicação dos produtos e serviços turísticos ligados ao meio rural;
- Construção ou reformulação de alojamentos turísticos de pequena escala, que se encontrem enquadrados nas tipologias de *agroturismo*, *turismo de aldeia*, *casas de campo*, *turismo de habitação*, *turismo rural* e *campismo em espaço rural*;
- Dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas, de recreio e lazer a decorrerem no espaço rural, agregados a programas de divulgação e animação turística;
- Criação de infra-estruturas de pequena escala dedicadas e essenciais à implementação de rotas, percursos e sinalética de interpretação da natureza e de vivência da componente ambiental, agregadas a programas de divulgação e animação turística ligados ao meio rural;
- Criação de infra-estruturas de pequena escala associadas a centros de informação turística e à sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido.

BENEFICIÁRIOS

Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, com excepção dos profissionais da pesca, e autarquias, através da intervenção dinamizadora dos GAL.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades e processos inerentes às iniciativas de investimento turístico, designadamente:

- Elaboração dos projectos técnicos e de viabilidade económico-financeira;
- Criação de imagem de marca, elementos de design e produção de meios de divulgação e comunicação dos produtos e serviços turísticos;
- Aquisição de *hardware* e *software* dedicado e essencial à gestão da(s) iniciativa(s) turística(s);
- Construções ou obras de pequena escala na remodelação e adaptação de instalações ou espaços que suportem a actividade turística (limite a definir);

-
- Construção de infra-estruturas de pequena escala, de suporte às actividades pedagógicas, recreio e lazer a decorrerem no espaço rural (limite a definir);
 - Concepção e produção de sinalética;
 - Viaturas, quando o seu uso for indispensável à realização do projecto e afectas em regime de exclusividade a prestação do Serviço (limite, tipologia e modelo de aquisição/financiamento a definir);
 - Produção de energias renováveis e alternativas, ao combustível fóssil;
 - Aquisição de equipamentos (tipologia e limite a definir);
 - Despesas associadas a outros investimentos imateriais (por exemplo, registo de marcas, registo e associação a redes grossistas e retalhistas de oferta turística no meio rural, dentro e fora dos Açores).

CONDIÇÕES DE ACESSO

Considera-se como condição de acesso, um montante mínimo de investimento de 2.500 euros e um montante máximo de 150.000 euros.

Outros requisitos de acesso, quando aplicáveis:

- As actividades produzam bens e serviços transaccionáveis;
- Cumprimento dos dispositivos regulamentares sobre o exercício da actividade;
- Contabilidade na modalidade obrigatória, de acordo com volume de negócios;
- Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional;
- Capacidade dos promotores atestada pela escolaridade mínima obrigatória.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas aos investimentos são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido, dependendo o seu nível máximo do número de postos de trabalho criados:

- 30% das despesas elegíveis, sempre que não haja lugar a criação de postos de trabalho;

- 50% das despesas elegíveis, condicionadas pela criação e manutenção de um posto de trabalho;
- 60% das despesas elegíveis, condicionadas pela criação e manutenção de, pelo menos, dois postos de trabalho.

O montante máximo das ajudas a conceder respeitará os limites da “*regra de minimis*”.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

(*) A criação de um posto de trabalho implica a existência de um contrato de trabalho entre o trabalhador e a empresa empregadora e alvo de apoio, que vigore, em permanência, pelo menos por três anos consecutivos após a concretização dos investimentos elegíveis nesta Acção. A confirmação da referida permanência, será realizada através da evidência das folhas de remuneração e da Segurança Social.

MEDIDA 3.2.**MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alínea b) i) e iii); Artigo 56º; Artigo 57º; Artigo 63º, alínea a); Artigo 64º. |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, pontos 5.3.3.2.1 e 5.3.3.2.3 |
| Código de medidas (CE): | 321 - Serviços básicos para a economia e a população rurais 322 - Conservação e valorização do património rural |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Esta intervenção tem como territórios-alvo as zonas rurais da Região que cobrem praticamente a globalidade do território, excepção feita às freguesias urbanas de São Pedro, São José e São Sebastião, do concelho de Ponta Delgada.

Num território como os Açores, a melhoria da qualidade de vida das populações do arquipélago deverá assentar em intervenções que valorizem o espaço comum e partilhado de vivência das diversas comunidades insulares; potenciem o vasto e riquíssimo património natural e rural das ilhas ao serviço dos habitantes locais e daqueles que as visitam; e, criem, progressivamente, melhores condições estruturais e funcionais de fixação e acompanhamento das pessoas e das suas iniciativas próprias, quer de cariz particular, quer de cariz económico, social, ambiental e/ou cultural.

Tendo em atenção a experiência desenvolvida no quadro dos Programas LEADER II e LEADER+, considera-se que uma parte importante desta Medida será vantajosamente implementada à escala local através da “Abordagem LEADER”, a desencadear pelos Grupos de Acção Local (GAL). Essa escala poderá permitir uma resposta e resultados mais adaptados e “colados” às diversas realidades locais - na detecção e resolução dos constrangimentos e potencialidades que existam -, e um enquadramento estratégico definido a partir duma metodologia *bottom-up*, que permitirá, à partida, aumentar a relevância da intervenção e a sinergia com outras Medidas, que serão alvo do mesmo tipo de abordagem.

Os Planos de desenvolvimento Local (PDL) serão os instrumentos operacionais para a execução da Medida através dos GAL, devendo os mesmos apontar para uma estruturação das intervenções que siga o quadro regulamentar em vigor e expressar, de forma clara, quais as metas de execução financeira, de realização, de resultados e de impacto que se pretendem atingir durante o seu período de implementação, assim como a sua articulação com outros instrumentos de política que actuam no mesmo território.

Complementarmente, a Medida será concretizada através de intervenções directas a realizar por agentes públicos ligados à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (Serviços da SRAF), aproveitando os seus meios e competências implantados há vários anos nas diversas ilhas do arquipélago e que constituirão uma mais-valia decisiva na eficácia e integração estratégica a atingir com os investimentos decorrentes desta Medida e das suas respectivas Acções. Nesta óptica, serão apresentadas candidaturas a determinadas intervenções da Medida, nos termos a definir na sua regulamentação operacional.

OBJECTIVOS

- Promover a recuperação e conservação do múltiplo e variado património rural açoriano, em vertentes tão diversas como o património ligado ao meio agro-pecuário e silvícola, às explorações agrícolas e unidades agro-alimentares familiares ou às edificações e infra-estruturas que as compõem e sustentam na envolvente do meio rural;
- Aumentar a acessibilidade das populações das zonas rurais a serviços essenciais à comunidade, de acordo com uma estratégia previamente definida para os territórios locais, através da “Abordagem LEADER” e/ou de intervenções directas dos Serviços da SRAF.
-

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes acções:

| | |
|--------------|--|
| Acção 3.2.1. | Serviços básicos para a economia e população rurais. |
| Acção 3.2.2 | Conservação e valorização do património rural. |

Os projectos apresentados no âmbito desta medida deverão manter-se por um período mínimo de 5 anos, nos casos em que tal se aplique.

COMPLEMENTARIDADE COM OUTRAS MEDIDAS

As acções previstas nesta medida serão complementadas, quando aplicável, com a Medida 3.3.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.2 | INPUT | Despesa pública realizada, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais | 8.158.031 |
| | | - Acção 3.2.2 - Conservação e valorização do património rural | 11.425.225 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.2 | 19.583.256 |
| | | Apoio FEADER, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais | 6.934.326 |
| | | - Acção 3.2.2 - Conservação e valorização do património rural | 9.711.442 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.2 | 16.645.768 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|-------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.2 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de acções apoiadas, por acção e total: | |
| | | - Acção 3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais (por tipo de acções: infra-estruturas culturais, sociais, ambientais, TIC, energéticas, apoio às crianças e idosos, outras) | 80 - 100 |
| | | - Acção 3.2.2 - Conservação e valorização do património rural (por tipo de acções: herança natural, herança cultural) | 80 - 100 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.2 | 160 - 200 |
| | | Volume total de investimento, por acção e total (€): | |
| | | - Acção 3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais (por tipo de acções: infra-estruturas culturais, sociais, ambientais, TIC, energéticas, apoio às crianças e idosos, outras) | 10.0676.809 |
| | | - Acção 3.2.2 - Conservação e valorização do património rural (por tipo de acções: herança natural, herança cultural) | 15.120.475 |
| | | TOTAL MEDIDA 3.2 | 25.797.284 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|--|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.2 | RESULTADOS | População beneficiada pela melhoria dos serviços (%): | |
| | | - Acção 3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais | 5% da população da área de acção do GAL |
| | | - Acção 3.2.2 - Conservação e valorização do património rural | 3% da população da área de acção do GAL |
| | | Penetração da Internet nas zonas rurais (% de pessoas com acesso): | |
| | | - Acção 3.2.1 - Serviços básicos para a economia e população rurais | 10% da população da área de acção do GAL |

Acção 3.2.1.

Serviços Básicos para a Economia e População Rurais

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alínea b) i); Artigo 56º; Artigo 63º alínea a); Artigo 64º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, ponto 5.3.3.2.1. |
| Código de medidas (CE): | 321 - Serviços básicos para a economia e a população rurais |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo o aumento da acessibilidade e utilização por parte das populações das zonas rurais de serviços básicos fundamentais para a dinamização e desenvolvimento de actividades económicas em meio rural, para a melhoria do nível de vida e convivência das populações locais em meio rural, potenciando a sua integração e valorização social, assim como a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

DESCRIÇÃO

Esta acção aponta para a dinamização de vectores de suporte, de base, fulcrais para a implementação, e, sobretudo, consolidação e desenvolvimento, de actividades económicas em meio rural, bem como aponta para a dinamização de serviços básicos, de cariz marcadamente social, a implementar em meio rural. Nomeadamente actua nas seguintes áreas-chave, desde que em conformidade com a legislação em vigor:

- Ao nível da Implementação de Serviços Básicos para as Actividades Económicas:
 - Alargamento da utilização de suportes de *hardware* e *software*, bem como de plataformas locais de ligação à Internet e videoconferência, por exemplo, pelas populações do meio rural;

- Dinamização de locais de informação e de apoio às actividades e aos potenciais investidores e visitantes do meio rural, em que se encontra reunido e disponível um conjunto de informação relevante sobre as zonas abrangidas pelos GAL;
 - Melhoria das Infra-estruturas locais de apoio às actividades económicas, através de investimentos públicos de âmbito local e de pequena escala.
- Ao nível da Implementação de Serviços Básicos para as Populações Rurais:
- Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de actuação de proximidade às populações, já existentes ou a criar neste contexto;
 - Criação e/ou desenvolvimento de serviços de acompanhamento de proximidade a idosos e deficientes residentes em meio rural nas as zonas abrangidas pelos GAL;
 - Dinamização de serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante;
 - Criação e/ou desenvolvimento de serviços de apoio à infância, nas zonas abrangidas pelos GAL (por exemplo, infantários e creches em meio rural).

BENEFICIÁRIOS

- Parcerias privadas ou público - privadas, cuja componente privada seja maioritária, Autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), IPSS e ONG, através da intervenção dinamizadora dos GAL. Estão excluídos os profissionais da pesca;
- Serviços da SRAF (melhoria das Infra-estruturas locais de apoio às actividades económicas), através de candidaturas próprias.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com a implementação dos serviços básicos que constam da descrição, nomeadamente:

- Despesas directamente relacionadas com a implementação de serviços básicos de suporte:
 - Elaboração dos projectos técnicos e de viabilidade económico-financeira;

-
- Criação e produção de meios de divulgação e comunicação dos serviços básicos de suporte às actividades económicas;
 - Aquisição de *hardware* e *software*, bem como de plataformas locais de ligação à Internet e videoconferência, por exemplo, dedicados e essenciais à concretização dos espaços comuns à tecnologia;
 - Construções e obras de pequena escala para instalação de espaços comuns de acesso à tecnologia e de locais de informação e de apoio às actividades e aos potenciais investidores e visitantes do meio rural (limite a definir);
 - Aquisição de equipamentos (tipologia e limite a definir);
 - Despesas associadas a outros investimentos imateriais e com a divulgação dos serviços disponibilizados.
 - Obras públicas de construção e beneficiação de infra-estruturas locais de apoio às actividades económicas
- Despesas directamente relacionadas com a implementação de serviços básicos de cariz marcadamente social:
- Elaboração dos projectos técnicos e de viabilidade económico-financeira;
 - Criação e produção de meios de divulgação e comunicação dos serviços básicos de suporte às populações;
 - Construções e obras de adaptação/recuperação de pequena escala em edifícios localizados em meio rural, destinados a acolherem os serviços de acompanhamento de proximidade a idosos e deficientes (tipologia e limite a definir);
 - Construções e obras de adaptação/recuperação de pequena escala em edifícios localizados em meio rural, destinados a acolherem os serviços de apoio à infância (tipologia e limite a definir);
 - Aquisição de viaturas ligadas directamente aos serviços a criar e desenvolver, quando imprescindíveis à actividade e afectas exclusivamente a esta (limite, tipologia e modelo de aquisição/financiamento a definir);
 - Aquisição de equipamentos (limite a definir);
 - Despesas associadas a outros investimentos imateriais e com a divulgação dos serviços disponibilizados.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Considera-se como condição de acesso, um montante mínimo de investimento de 2.500 euros e um montante máximo de 150.000 euros.

Outros requisitos de acesso, quando aplicáveis:

- Contabilidade na modalidade obrigatória, de acordo com volume de negócios;
- Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido dependendo o seu nível máximo da tipologia de despesas e de beneficiários:

| Tipologia das Despesas/Beneficiários | Nível máximo das ajudas (% das despesas elegíveis) |
|--|---|
| Despesas directamente relacionadas com a implementação de serviços Básicos de Suporte: | |
| - Parcerias público-privadas, Autarquias, IPSS e ONG | 60 |
| - Serviços da SRAF | 100 |
| Despesas directamente relacionadas com a implementação de serviços básicos de cariz marcadamente social: | |
| - Todos os beneficiários | 75 |

Para todos os beneficiários, com excepção dos serviços da SRAF, o montante máximo das ajudas a conceder respeitará os limites previstos no quadro regulamentar da “*regra de minimis*”.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 3.2.2.

Conservação e Valorização do Património Rural

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alínea b) iii); Artigo 57º; Artigo 63º alínea a); Artigo 64º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, pontos 5.3.3.2.3. |
| Código de medidas (CE): | 323 - Conservação e valorização do património rural |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo promover condições para a concretização de actividades de conservação, recuperação e valorização do património rural, natural e cultural, de interesse colectivo dos Açores, nas várias ilhas, enquanto factor de identidade, funcionalidade e atractibilidade, valorizando-o e tornando-o acessível às populações locais e aos visitantes, para sua utilização e usufruto. Este objectivo inclui a promoção dos bens e serviços indirectos proporcionados pela floresta, maximizando as suas funções ao nível da protecção do ambiente e do usufruto da natureza e contribuindo para a conservação, gestão e usufruto sustentável dos recursos naturais.

DESCRIÇÃO

Esta Acção visa a operacionalização de actividades actuates sobre o património rural, nomeadamente nas seguintes áreas-chave, desde que em conformidade com a legislação em vigor:

- Preservação do património arquitectónico tradicional inserido em meio rural (excepto no caso do património histórico e monumental classificado);
- Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (por exemplo, ao nível do espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico, tradições tauromáquicas);
- Recuperação de construções e infra-estruturas tradicionais de acesso e delimitação das explorações agrícolas, com reconhecido valor e interesse patrimonial e paisagístico (por exemplo, muros de pedra e sebes vivas);

-
- Recuperação de muros tradicionais existentes nas explorações agrícolas, com reconhecido valor e interesse patrimonial;
 - Valorização ambiental e social dos “Perímetros e Núcleos Florestais”, incluindo as “Reservas Florestais de Recreio”, assim como das áreas baldias submetidas ao regime florestal;
 - Refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional.

BENEFICIÁRIOS

Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, com excepção dos profissionais da pesca, e Autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), através da intervenção dinamizadora dos GAL.

Serviços da SRAF, através de candidaturas próprias.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades a desenvolver, designadamente:

Através da Intervenção dos GAL:

- Elaboração dos projectos técnicos e de viabilidade económico-financeira;
- Construções e obras de recuperação e beneficiação do património arquitectónico tradicional rural e seu apetrechamento com equipamentos dedicados e exclusivos para este fim (limite a definir);
- Trabalhos de pesquisa, inventariação, recuperação, organização e/ou exposição de práticas e tradições culturais;
- Construção de infra-estruturas de pequena escala, de suporte às actividades relacionadas com a conservação, recuperação e valorização do património cultural, a promover no espaço rural (limite a definir);
- Concepção e produção de sinalética relativa a itinerários/rotas culturais;

- Concepção e produção de material documental de suporte à divulgação do património alvo de intervenção;
- Recuperação de muros tradicionais existentes nas explorações agrícolas (limite a definir);

Através da Intervenção dos Serviços Públicos (Serviços da SRAF):

Obras de construção/recuperação/beneficiação directamente relacionadas com a valorização dos “Perímetros e Núcleos Florestais”, assim como das áreas baldias submetidas ao regime florestal, ao nível, nomeadamente, dos acessos rodoviários e pedestres, infra-estruturas de apoio e sinalética, e da concepção e produção de material de suporte à divulgação do seu elevado valor natural e das infra-estruturas e regras para o seu usufruto sustentável (ex.: beneficiação de postos aquícolas, localizados nos perímetros florestais, para a reprodução e criação de espécies piscícolas para repovoamentos em águas interiores e para a pesca desportiva; construção e beneficiação de postos cinegéticos, localizados nos perímetros florestais, para a reprodução e criação de codorniz, perdiz vermelha e perdiz cinzenta para o exercício da caça, melhoramentos nos acessos e infra-estruturas de apoio às “Reservas Florestais de Recreio” e divulgação das regras a observar na sua utilização pelas populações locais e visitantes).

CONDIÇÕES DE ACESSO

No caso dos beneficiários serem uma Junta de Freguesia ou qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, através da intervenção dinamizadora dos GAL, considera-se como condição de acesso um montante mínimo de investimento de 2.500 euros e um montante máximo de 150.000 euros.

Outros requisitos de acesso, quando aplicáveis:

- Contabilidade na modalidade obrigatória, de acordo com volume de negócios;
- Capacidade atestada pela escolaridade mínima obrigatória;
- Não ter beneficiado, nem venha a beneficiar da Mediada 2.3 - Apoio a Investimentos não Produtivos, inserida no eixo 2.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido dependendo o seu nível máximo da tipologia dos beneficiários:

| Tipologia dos Beneficiários | Nível máximo das ajudas (% das despesas elegíveis) |
|--|---|
| - Pessoas singulares ou colectivas de direito privado e Autarquias | 60 |
| - Serviços da SRAF | 100 |

Para todos os beneficiários, com excepção dos serviços da SRAF, o montante máximo das ajudas a conceder respeitará os limites previstos no quadro regulamentar da “*regra de minimis*”.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

MEDIDA 3.3.

FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 52º, alíneas c) e d); Artigo 58º; Artigo 59º; Artigo 63º, alínea c); Artigo 64º. |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 36º e Anexo II, ponto 5.3.3.3. |
| Código de medidas (CE): | 331 - Formação e informação de agentes económicos que exerçam a sua actividade nos domínios abrangidos pelo Eixo 3 |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Esta intervenção tem como territórios-alvo as zonas rurais da Região que cobrem praticamente a globalidade do território, excepção feita às freguesias urbanas de São Pedro, São José e São Sebastião, do concelho de Ponta Delgada.

No quadro das intervenções a realizar por via da “Abordagem LEADER” a desencadear pelos GAL, e a bem da sua concretização efectiva com resultados positivos e perduráveis no tempo no que concerne aos objectivos e metas a alcançar, importa que os promotores dos investimentos sejam dotados de condições que lhes permitam o reforço da sua formação pessoal e profissional sobre as áreas-alvo de intervenção - de cariz económico e social -, através da aquisição local de novas competências e saberes operacionais, assim como um maior acesso a informação relevante e actualizada que lhes permita interpretar e actuar sobre a envolvente em que se inserem e sua própria realidade, incidindo este ponto, em particular, na dinamização da formação profissional no local de trabalho (por exemplo, através da realização de *workshops* ou de sessões formativas com especialistas reconhecidos por área de intervenção).

Saliente-se que o contexto regulamentar desta Medida será equacionado e ponderado em função das interfaces com as acções de formação profissional a configurar e dinamizar no âmbito do Eixo 1 e de outros Programas fora do âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural.

OBJECTIVOS

- Dotar os promotores dos investimentos das medidas 3.1 e 3.2, de instrumentos e competências operacionais necessários à elaboração, execução e autoavaliação dos seus projectos.

ÂMBITO

Esta acção aponta para a dinamização de actividades de formação e informação, nomeadamente nas seguintes áreas-chave, desde que em conformidade com a legislação em vigor:

- Formação e informação dos promotores dos investimentos, em particular no local de trabalho, em temáticas de gestão e operacionalização de iniciativas e projectos, como sejam: *estratégia; recursos humanos; produção e logística associada; comercialização e marketing; e/ou contabilidade e controlling;*
- Formação e informação dos promotores dos investimentos, em particular no local de trabalho, em áreas-chave de intervenção, como sejam: *empreendedorismo e dinâmica empresarial; produção, transformação, comercialização e marketing agro-alimentar; turismo,* visando por exemplo a *hotelaria, a restauração e o ambiente; tecnologias e sistemas de informação; património rural; e/ou serviços sociais.*

BENEFICIÁRIOS

Grupos de Acção Local (GAL) reconhecidos como organismos de gestão intermédia.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades de formação e informação designadamente:

- Aquisição de bens e serviços dedicados e exclusivos para a realização de acções de formação (por exemplo *workshops* temáticos);
- Aquisição de bens e serviços dedicados e exclusivos para a realização de sessões de informação (por exemplo seminários temáticos);
- Despesas associadas a outros investimentos imateriais e com a divulgação dos serviços disponibilizados.

CONDIÇÕES DE ACESSO

- Os promotores de investimentos enquadráveis nos PDL, desde que devidamente articulados no quadro institucional de actuação formativa e informativa promovido pelos GAL ao abrigo da implementação das estratégias de desenvolvimento local.

Outros requisitos de acesso:

- Apresentação e aprovação prévia de um plano formação e/ou informação pela *Autoridade de Gestão/Gestor*;

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.3 | INPUT | Despesa pública realizada (€): | 705.882 |
| | | Apoio FEADER (€): | 600.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|------------------------|---|--------------------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.3 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de agentes económicos participantes em acções de formação e informação apoiadas (por tipo de agentes, género, classe etária e conteúdo das acções): | 300, dos quais 20% mulheres |
| | | N.º de dias de formação recebidos pelos participantes | (não determinado) |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|--------------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 3.3 | RESULTADOS | Participantes que terminaram com sucesso as acções de formação (%) (por género e classe etária): | 90% dos participantes |

5.3.4. EIXO 4 - Abordagem LEADER

O Eixo 4 será operacionalizado através das seguintes medidas e respectivas acções:

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | Códigos |
|---------|---|--------|-----------------------------|---------|
| Código | Designação | Código | Designação | CE |
| 4.1 | Execução de estratégias locais de desenvolvimento | | | 413 |
| 4.2 | Cooperação LEADER | 4.2.1 | Cooperação interterritorial | 421 |
| | | 4.2.2 | Cooperação transnacional | 421 |
| 4.3 | Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios | | | 431 |

As medidas abrangerão a totalidade do território da Região Autónoma dos Açores e serão executadas no período compreendido entre 01/01/2007 e 31/12/2015.

MEDIDA 4.1.**EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 63º alínea a); Artigo 59º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 37º e Anexo II, ponto 5.3.4.1 |
| Código de medidas (CE): | 413 - Execução de Estratégias de Desenvolvimento Local |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

As medidas do PRORURAL, previstas no Eixo 3, dirigem-se a uma população-alvo diversificada e cobrem um conjunto alargado de áreas de intervenção e de actividades económicas, justificando a sua implementação com base numa abordagem de desenvolvimento local.

A diversificação da economia e criação de emprego, a intervenção no património e nos serviços prestados à população e a formação e informação dos agentes económicos são objectivos que deverão ser alcançados tendo em conta as características específicas de cada território e as suas necessidades/potencialidades de desenvolvimento.

A capacidade dos agentes locais para, em parceria, delinearem a estratégia de actuação no seu território, sustentada em diagnóstico fundamentado, e se proporem à sua implementação, será determinante na satisfação dos objectivos que se querem atingir.

A experiência existente na implementação de iniciativas locais, como sejam os Programas Leader II e LEADER +, e a motivação existente para o desenvolvimento de iniciativas locais são bons indicadores do interesse existente nesta Medida, que consideramos poder vir a ser expresso na criação ou melhoria das capacidades existentes nos territórios e na definição de estratégias locais de desenvolvimento mobilizadoras.

OBJECTIVOS

- Integrar a abordagem LEADER na programação, através da execução de estratégias locais de desenvolvimento que prossigam os objectivos do Eixo 3.
- Reforçar a governança local.

PROCEDIMENTOS

. Procedimentos e Calendário para a selecção dos Grupos de Acção Local

A selecção dos Grupos de Acção Local (GAL) será realizada mediante convite público à apresentação de candidaturas para os 4 territórios de intervenção já existentes nos Açores, definidos no âmbito Programa LEADER. Essas candidaturas deverão ser apresentadas por parcerias locais que apresentarão o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) para cada um dos territórios.

A selecção dos GAL será realizada de acordo com critérios objectivos, dos quais se destacam nomeadamente:

- Forma jurídica adequada do GAL, integrando sócios ou parceiros, consoante se assuma uma entidade colectiva ou como parceria entre várias entidades colectivas;
- Relação entre parceiros públicos e privados na composição do GAL;
- Adequação da composição da parceria ao âmbito da intervenção e à implementação da estratégia proposta;
- Conformidade da proposta da estrutura funcional do GAL com os requisitos inerentes a um órgão de gestão intermédia;
- Capacidade e experiência da Estrutura de Apoio Técnico do GAL;
- Composição e repartição de poder do órgão colegial de decisão;
- Conteúdo das Estratégias de Desenvolvimento Local;
- Qualidade do Plano de Desenvolvimento Local.

Na selecção dos Grupos de Acção Local será dada prioridade aos que incluírem a cooperação nas suas estratégias locais de desenvolvimento.

. N° Indicativo de GAL

O objectivo é manter o actual número de GAL existente na Região.

. Territórios Rurais cobertos por Estratégias de Desenvolvimento Local

Pretende-se que os 4 territórios actualmente definidos no âmbito do LEADER+ (com as alterações introduzidas na definição de zonas rurais) sejam alvo de estratégias de desenvolvimento local.

. Procedimentos para a selecção das operações pelos GAL

As regras de gestão do PRORURAL serão aplicáveis integralmente à abordagem LEADER. Aos GAL serão atribuídas competências enquanto autoridades intermédias de gestão das medidas Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural, Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e Formação e Informação, enquadradas no Eixo III.

Aos GAL será conferido poder de decisão, relativamente aos projectos apresentados ao abrigo das Medidas/Acções do PRORURAL, para os quais sejam gestores intermédios. Os projectos apresentados pelos próprios GAL e pelos Serviços da SRAF, serão alvo de decisão pela gestão do programa.

Os GAL deverão constituir um órgão colegial para efeitos de decisão sobre as candidaturas, representativo da parceria e dotado de regulamento interno.

. Descrição dos circuitos financeiros aplicáveis aos GAL

Para a implementação do PDL será programado para cada GAL igual montante financeiro.

As acções a implementar pelos GAL fazem parte do PRORURAL, logo o circuito financeiro estabelecido para o programa aplicar-se-á integralmente às acções geridas pelos GAL.

Dado que no âmbito do PRORURAL só existirá um organismo pagador, este assegurará o pagamento directo aos beneficiários, após validação da despesa pelos organismos intermédios de gestão (GAL).

Conformidade com os Auxílios de Estado

Nos casos de regimes de auxílios ao investimento privado, o montante máximo das ajudas a conceder respeitará os limites da “*regra de minimis*”.

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------|------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.1 | INPUT | Despesa pública realizada (€): | 17.203.392 |
| | | Apoio FEADER (€): | 14.622.884 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|--|-------------------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.1 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de GAL: | 4 |
| | | Superfície total das zonas dos GAL (Km²) | 2 314 |
| | | População total das zonas dos GAL (n.º) | 224.865 |
| | | N.º de beneficiários apoiados (individuais, por género e classe etária; sector privado, sector público, GAL) | (não determinado) |
| | | Nº de projectos financiados pelos GAL (no âmbito do Eixo 3): | 860-1150 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.1 | RESULTADOS | Nº bruto de empregos criados: | 300-450 |
| | | Nº de acções de formação bem sucedidas | 135 - 180 |

MEDIDA 4.2.**COOPERAÇÃO LEADER****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b); Artigo 65º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 39º e Anexo II, ponto 5.3.4.2. |
| Código de medidas (CE): | 421 - Execução dos projectos de cooperação que envolvam os objectivos seleccionados |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Esta intervenção tem como territórios-alvo, no caso dos Projectos de Cooperação Interterritorial, as zonas rurais dos Açores, Madeira e Continente português abrangidas pela Abordagem LEADER, ou seja, o espaço do meio rural nacional. No caso dos Projectos de Cooperação Transnacional, ao conjunto das zonas rurais nacionais acrescem os territórios englobados na rede de cooperação internacional definida no âmbito da UE, fora ou dentro desta.

Este tipo de intervenção é entendido como imprescindível para, a par das acções inscritas nas medidas do Eixo 3, possibilitar o reforço das competências, capacidades e oportunidades visando o aumento da competitividade; o reforço do emprego e da igualdade entre homens e mulheres no espaço comunitário; e, a sustentabilidade e projecção das iniciativas económicas, sociais, culturais e ambientais a levar a efeito no meio rural açoriano.

As experiências de cooperação anteriores, dinamizadas no quadro do LEADER II e LEADER+, evidenciaram uma série de estrangulamentos e dificuldades de operacionalização que se configuraram como entraves à implementação de uma lógica continuidade de interacção entre diferentes zonas dentro dos Açores, e entre estas e outros espaços territoriais congéneres nacionais e dentro e fora da UE. Assim, urge reforçar e desenvolver a vertente da cooperação como “pedra” basilar de avanço e consolidação do processo de integração europeia e de internacionalização das pessoas, das organizações e dos territórios, naturalmente através de acções devidamente concertadas nos planos regional, nacional e europeu, potenciando a utilização dos instrumentos e das redes já existentes e a funcionar no espaço comunitário.

OBJECTIVOS

- Promover a valorização dos territórios locais rurais e a consolidação do seu tecido económico, social, cultural e ambiental, através do reconhecimento das vantagens da cooperação ao nível regional, nacional e transnacional, enquanto instrumento potenciador das suas complementaridades, diversidades e heterogeneidades.
- Promover a conjugação e a optimização da aplicação dos recursos operacionais, humanos e financeiros oriundos dos vários territórios rurais, permitindo atingir dimensão e alcance necessários à viabilização de projectos comuns, optimizando e racionalizando os recursos existentes e identificando complementaridades que permitam detectar e concretizar novas oportunidades de desenvolvimento territorial.

ÂMBITO E ACÇÕES

Para alcançar os objectivos definidos a Medida será executada através das seguintes acções:

| | |
|--------------|-----------------------------|
| Acção 4.2.1. | Cooperação Interterritorial |
| Acção 4.2.2. | Cooperação Transnacional |

Procedimento e Calendarização

Os GAL deverão apresentar, em conjunto com o PDL, as áreas temáticas em que pretendem desenvolver projectos de cooperação, os objectivos a alcançar e a mais valia para o território resultante da concretização da cooperação.

Posteriormente, em resposta a convite público feito pela Autoridade de Gestão, os GAL apresentarão pré-candidaturas de projectos das quais conste a identificação do GAL chefe de fila e dos parceiros envolvidos, os objectivos a alcançar, os produtos (bens ou serviços) esperados, calendarização e orçamento.

Proceder-se-á à análise das pré-candidaturas, sendo a decisão comunicada aos GAL chefes de fila pela Autoridade de Gestão. Em caso de aprovação, estes terão um período máximo de 90 dias no caso de se tratar de cooperação interterritorial ou de 180 dias na transnacional, para formalizar a candidatura que deverá conter informação detalhada sobre o projecto, e aspectos relacionados com a sua implementação, orçamento e protocolo de cooperação entre parceiros.

A decisão sobre os projectos de cooperação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão, que procederá à decisão de acordo com uma grelha de critérios previamente definidos e divulgados.

O processo de análise de pré-candidaturas e de candidaturas decorrerá em sede de comissão de análise.

Os convites públicos terão uma periodicidade mínima semestral.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.2 | INPUT | Despesa pública realizada (€): | |
| | | - Acção 4.2.1 - Cooperação Interterritorial | 705.882 |
| | | - Acção 4.2.2 - Cooperação Transnacional | 235.294 |
| | | TOTAL MEDIDA 4.1 | 941.176 |
| | | Apoio FEADER (€): | |
| | | - Acção 4.2.1 - Cooperação Interterritorial | 600.000 |
| | | - Acção 4.2.2 - Cooperação Transnacional | 200.000 |
| | | TOTAL MEDIDA 4.1 | 800.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.2 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de projectos de cooperação apoiados: | |
| | | - Acção 4.2.1 - Cooperação Interterritorial | 10-12 |
| | | - Acção 4.2.2 - Cooperação Transnacional | 4-8 |
| | | TOTAL MEDIDA 4.1 | |
| | | Nº de GAL em cooperação: | |
| | | - Acção 4.2.1 - Cooperação Interterritorial | 4 |
| | | - Acção 4.2.2 - Cooperação Transnacional | 4 |
| | | TOTAL MEDIDA 4.1 | 4 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|-------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.2 | RESULTADOS | Nº bruto de empregos criados | |
| | | - Acção 4.2.1 - Cooperação Interterritorial | 0-5 |
| | | - Acção 4.2.2 - Cooperação Transnacional | - |
| | | TOTAL MEDIDA 4.1 | 0-5 |

Acção 4.2.1.

Cooperação Interterritorial

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 61º, alínea f); Artigo 63º alínea b); Artigo 65º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 39º e Anexo II, ponto 5.3.4.2 |
| Código de medidas (CE): | 421 - Execução dos projectos de cooperação que envolvam os objectivos seleccionados |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo promover a criação e desenvolvimento de *Projectos de Cooperação* entre diferentes territórios rurais abrangidos pela Abordagem LEADER, prioritariamente numa óptica inter-ilhas e, complementarmente, entre os Açores e os territórios rurais da Madeira e do Continente.

DESCRIÇÃO

Esta acção aponta para a criação e desenvolvimento de múltiplas actividades, tendo em vista:

- O incremento da promoção e valorização dos territórios rurais açorianos no contexto nacional, no que concerne a acções que visem a diversificação da economia e a criação de emprego em meio rural, a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e o reforço da formação, informação e aquisição de competências nas zonas rurais.

BENEFICIÁRIOS

Um ou mais GAL reconhecidos enquanto organismos de gestão intermédia, tendo em vista a implementação da Medida inscrita nos PDL.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades a desenvolver a título de cooperação nacional e inscritas nos respectivos Planos de Cooperação, designadamente:

- Elaboração dos projectos de viabilidade técnica e económico-financeira, para concretização de iniciativas de cooperação, incluindo os seguintes trabalhos:
 - Estudos de mercado e planos estratégicos;
 - Adequação/harmonização de terminologias, conceitos, normativos, procedimentos, entre outros;
 - Aquisição de serviços de consultoria, dedicados e exclusivamente afectos a este fim;
 - Deslocações internas no espaço territorial dos Açores e entre estes e os restantes territórios nacionais;
 - Outras despesas directas e exclusivamente associadas a acções de preparação das iniciativas de cooperação.
- Execução dos *Projectos de Cooperação*, incluindo os seguintes trabalhos:
 - Constituição institucional de parcerias estratégicas entre entidades de *Zonas de Intervenção* diferenciadas, onde se incluem despesas associadas a registos, licenças, actos notariais, entre outros;
 - Realização de acções de promoção e valorização dos territórios rurais açorianos e dos seus produtos e serviços, quer no meio rural, quer no meio urbano nacional;
 - Outras despesas directas e exclusivamente associadas a acções de implementação dos *Projectos de Cooperação*.

CONDIÇÕES DE ACESSO

As candidaturas, tem de ser apresentadas pelos GAL reconhecidos como organismos de gestão intermédia, tendo em vista a implementação das estratégias de desenvolvimento local.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 80%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

Acção 4.2.2.

Cooperação Transnacional

ENQUADRAMENTO LEGAL

| | |
|---------------------------------|---|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b); Artigo 65º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 39º e Anexo II, ponto 5.3.4.2. |
| Código de medidas (CE): | 421 - Execução dos projectos de cooperação que envolvam os objectivos seleccionados |

OBJECTIVOS

Esta acção tem como objectivo promover a criação e desenvolvimento de Projectos de Cooperação entre diferentes territórios rurais abrangidos pela Abordagem LEADER nos Açores e territórios rurais do espaço da UE ou de Países Terceiros.

DESCRIÇÃO

Esta acção aponta para a criação e desenvolvimento de múltiplas actividades de índole internacional, com base em Projectos de Cooperação seleccionados na sequência de concursos públicos, tendo em vista:

- O incremento da promoção e valorização dos territórios rurais açorianos no contexto internacional, no que concerne a acções que visem a diversificação da economia e a criação de emprego em meio rural, a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e o reforço da formação, informação e aquisição de competências nas zonas rurais.

BENEFICIÁRIOS

Dois ou mais GAL, no caso de dois ou mais Estados-membros da UE; ou, um ou mais GAL e uma ou mais organizações com estatuto similar aos GAL que representem territórios rurais em Países Terceiros, no caso de um ou mais Países Terceiros.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com as actividades a desenvolver a título de cooperação transnacional e inscritas nos respectivos Planos de Cooperação, designadamente:

- Elaboração dos projectos de viabilidade técnica e económico-financeira, para concretização de iniciativas de cooperação, incluindo os seguintes trabalhos:
 - Estudos de mercado e planos estratégicos;
 - Adequação/harmonização de terminologias, conceitos, normativos, procedimentos, entre outros;
 - Aquisição de serviços de consultoria, dedicados e exclusivamente afectos a este fim;
 - Deslocações internas no espaço territorial dos Açores e entre estes e os restantes territórios nacionais e internacionais (EU e Países Terceiros);
 - Outras despesas directas e exclusivamente associadas a acções de preparação das iniciativas de cooperação.
- Execução dos Projectos de Cooperação, incluindo os seguintes trabalhos:
 - Constituição institucional de parcerias estratégicas entre entidades de *Zonas de Intervenção* diferenciadas, onde se incluem despesas associadas a registos, licenças, actos notariais, entre outros;
 - Realização de acções de promoção e valorização dos territórios rurais açorianos e dos seus produtos e serviços, quer no meio rural, quer no meio urbano nacional;
 - Outras despesas directas e exclusivamente associadas a acções de implementação dos *Projectos de Cooperação*.

CONDIÇÕES DE ACESSO

Os projectos têm de ser apresentados por dois ou mais GAL, no caso de dois ou mais Estados-membros da UE; ou, um ou mais GAL e uma ou mais organizações com estatuto similar aos GAL que representem territórios rurais em Países Terceiros, no caso de um ou mais Países Terceiros.

AJUDAS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

MEDIDA 4.3.**FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS****ENQUADRAMENTO LEGAL**

| | |
|---------------------------------|--|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 63º alínea c); Artigo 59º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 38º e Anexo II, ponto 5.3.4.3 |
| Código de medidas (CE): | 431 - Funcionamento do grupo de acção local, aquisição de competências e animação do território |

FUNDAMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Esta intervenção tem como territórios-alvo as zonas rurais abrangidas pela Abordagem LEADER. Estas zonas cobrem praticamente a globalidade do território do arquipélago dos Açores, excepção feita às freguesias urbanas de São Pedro, São José e São Sebastião, do concelho de Ponta Delgada.

No quadro das intervenções a realizar por via da “Abordagem LEADER”, estas serão desencadeadas pelos GAL, logo, torna-se imprescindível dotar financeiramente estas entidades para que possam adquirir competências técnicas, bens e serviços essenciais ao seu bom e corrente funcionamento, tendo em vista uma adequada e eficaz preparação, divulgação, implementação e autoavaliação das estratégias de desenvolvimento local expressas nos PDL.

OBJECTIVOS

Permitir o funcionamento corrente dos GAL com os meios financeiros apropriados à preparação, divulgação e implementação das estratégias de desenvolvimento local, juntos dos públicos-alvo (agentes potenciais e promotores de investimento) e através de acções de animação local dos territórios.

DESCRIÇÃO

Esta acção aponta para o assegurar do funcionamento dos GAL e a dinamização de actividades essenciais à animação dos territórios-alvo, nomeadamente nas seguintes áreas-chave, desde que em conformidade com a legislação em vigor:

- Funcionamento dos GAL em tudo aquilo que se prende com a estrutura de recursos humanos, técnicos, operacionais e financeiros necessária para assegurar a concretização dos trabalhos associados à preparação, gestão e acompanhamento dos PDL, incluindo a formação dos técnicos das estruturas de apoio técnico;
- Realização de estudos relativos aos territórios-alvo da “Abordagem LEADER”, e divulgação de informação quantitativa e qualitativa, destinados à apresentação da estratégia de desenvolvimento local a sustentar no PDL;
- Captação e formação de animadores locais e promoção de actividades de divulgação das estratégias de desenvolvimento local.

BENEFICIÁRIOS

Os GAL reconhecidos como organismos de gestão intermédia, tendo em vista a implementação das estratégias de desenvolvimento local.

TIPOLOGIA DOS INVESTIMENTOS

Nesta acção serão consideradas elegíveis as despesas directamente relacionadas com o funcionamento dos GAL e com a realização de actividades de animação dos territórios-alvo, designadamente:

- Despesas com recursos humanos estritamente afectos ao funcionamento corrente dos GAL;
- Aquisição de bens e serviços dedicados e exclusivos para funcionamento dos GAL (por exemplo, material de escritório, economato, prestações de serviço de especialistas por áreas temáticas e/ou de intervenção, etc.);
- Aquisição de *hardware* e *software* dedicado e essencial ao funcionamento corrente dos GAL e à gestão das actividades apoiadas;

- Despesas directamente relacionadas com a realização de estudos relativos aos territórios-alvo da “Abordagem LEADER” e à aquisição de informação quantitativa e qualitativa;
- Aquisição de serviços de consultoria, dedicados e exclusivamente afectos à elaboração e/ou apresentação da estratégia de desenvolvimento local;
- Despesas directamente relacionadas com a captação e formação de animadores locais e promoção de actividades de divulgação das estratégias de desenvolvimento local;
- Aquisição de viaturas, bem como a sua manutenção e outras despesas directamente relacionadas;
- Despesas associadas a outros investimentos imateriais e com a divulgação dos serviços disponibilizados pelos GAL junto dos público-alvo;
- Despesas com a formação do pessoal que faz parte da Estrutura de Apoio Técnico.

Os apoios ao funcionamento dos GAL, incluindo a formação dos técnicos das estruturas de apoio técnico, não poderão ultrapassar os 20% da Despesa Pública associada a cada estratégia de desenvolvimento local. Para o cálculo desta percentagem não são considerados os apoios à aquisição de competências e à animação do território.

PAGAMENTOS E CO-FINANCIAMENTO

As ajudas são concedidas sob a forma de subsídios em capital a fundo perdido com uma taxa máxima de apoio de 100%. A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA

Indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (QCAA)

Indicadores de INPUT

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|--------------------------------|-----------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.3 | INPUT | Despesa pública realizada (€): | 3.529.412 |
| | | Apoio FEADER (€): | 3.000.000 |

Indicadores de REALIZAÇÃO (OUTPUT)

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|---------------------|---|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.3 | REALIZAÇÃO (OUTPUT) | N.º de acções de aquisição de competências apoiadas: | 50 - 75 |
| | | Nº de participantes por acção de aquisição de competências: | Dez-24 |

Indicadores de RESULTADOS

| Medida | INDICADOR DO QCAA | | Metas |
|--------|-------------------|---|---------|
| | Tipo | Descrição | |
| 4.3 | RESULTADOS | Nº de acções de formação bem sucedidas: | 40 - 60 |

6. PLANO DE FINANCIAMENTO

6.1. Plano Financeiro Anual

Quadro 59 - Contribuição anual do FEADER (euros, preços correntes)

| ANOS | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Total |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Regiões fora do objectivo convergência | | | | | | | | 0 |
| Regiões do objectivo convergência/ Regiões ultraperiféricas | 39.269.614 | 39.289.249 | 38.500.302 | 39.046.639 | 39.474.394 | 39.477.852 | 39.399.625 | 274.457.675 |
| Contribuição adicional PT | | | | | | | | 0 |
| TOTAL FEADER | 39.269.614 | 39.289.249 | 38.500.302 | 39.046.639 | 39.474.394 | 39.477.852 | 39.399.625 | 274.457.675 |

6.2. Plano Financeiro por Eixo

Quadro 60 - Plano Financeiro, por eixo (euros, preços correntes)

| Eixos | Despesa Pública | Contribuição FEADER | Taxa de contribuição do FEADER (%) | Peso FEADER (Eixos) |
|---------------------|-----------------|---------------------|------------------------------------|---------------------|
| Eixo 1 | 151.176.470,59 | 128.500.000,00 | 85% | 46,82% |
| Eixo 2 | 135.294.117,65 | 115.000.000,00 | 85% | 41,90% |
| Eixo 3* | 10.262.216,47 | 8.722.884,00 | 85% | 3,18% |
| Eixo 4* | 22.026.922,35 | 18.722.884,00 | 85% | 6,82% |
| Assistência técnica | 4.131.655,29 | 3.511.907,00 | 85% | 1,28% |
| TOTAL FEADER | 322.891.382,35 | 274.457.675,00 | 85% | 100,00% |

* O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3, aplicando-se a respectiva taxa

7. REPARTIÇÃO FINANCEIRA INDICATIVA POR MEDIDA

Quadro 61 - Repartição financeira indicativa, por código de medidas CE (nos termos do ponto 7 do Anexo II do Regulamento (CE) 1974/2006)

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código PRORURAL | Despesa Pública | | | Despesa privada | Custo Total |
|---------------------|---|-----------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Código CE | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | |
| 111 | Formação profissional e ações de informação | 1.1 | 4.117.647 | 3.500.000 | 617.647 | 0 | 4.117.647 |
| 112 | Instalação de jovens agricultores | 1.2 | 8.823.529 | 7.500.000 | 1.323.529 | 0 | 8.823.529 |
| 113 | Reforma antecipada | 1.3 | 15.294.118 | 13.000.000 | 2.294.118 | 0 | 15.294.118 |
| 114 | Utilização de serviços de aconselhamento | 1.4 | 1.473.529 | 1.252.500 | 221.029 | 368.382 | 1.841.912 |
| 115 | Criação de serviços de gestão e aconselhamento | 1.4 | 2.055.882 | 1.747.500 | 308.382 | 881.092 | 2.936.975 |
| 121 | Modernização das explorações agrícolas | 1.5, 1.9 | 20.235.294 | 17.200.000 | 3.035.294 | 7.983.862 | 28.219.156 |
| 122 | Melhoria do valor económico das florestas | 1.6, 1.9 | 3.647.059 | 3.100.000 | 547.059 | 897.347 | 4.544.406 |
| 123 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | 1.7, 1.9 | 45.529.412 | 38.700.000 | 6.829.412 | 29.507.554 | 75.036.966 |
| 124 | Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias | 1.8 | 4.705.882 | 4.000.000 | 705.882 | 794.118 | 5.500.000 |
| 125 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 1.12 | 44.705.882 | 38.000.000 | 6.705.882 | 0 | 44.705.882 |
| 126 | Restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e medidas de prevenção | 1.11 | 588.235 | 500.000 | 88.235 | 0 | 588.235 |
| 131 | Adaptação a normas exigentes | | | | | | |
| 132 | Participação em regimes de qualidade | | | | | | |
| 133 | Promoção de produtos de qualidade | | | | | | |
| 141 | Explorações em regime de subsistência | | | | | | |
| 142 | Criação de agrupamentos de produtores | | | | | | |
| TOTAL EIXO 1 | | | 151.176.471 | 128.500.000 | 22.676.471 | 40.432.356 | 191.608.826 |

Quadro 61 - Repartição financeira indicativa, por código de medidas CE (nos termos do ponto 7 do Anexo II do Regulamento (CE) 1974/2006) (continuação)

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código PRORURAL | Despesa Pública | | | Despesa privada | Custo Total |
|----------------------------------|---|-----------------|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| Código CE | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | |
| 211 | Zonas desfavorecidas - zonas de montanha | | | | | | |
| 212 | Zonas desfavorecidas - outras zonas | 2.1 | 69.411.765 | 59.000.000 | 10.411.765 | 0 | 69.411.765 |
| 213 | Pagamentos Natura 2000 e relacionados com a Directiva 2000/60/CE | 2.2 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 |
| 214 | Pagamentos agro-ambientais | 2.2 | 50.588.235 | 43.000.000 | 7.588.235 | 0 | 50.588.235 |
| 215 | Pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais | | | | | | |
| 216 | Apoio a investimentos não produtivos | 2.3 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 |
| 221 | Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | 2.4 | 10.688.235 | 9.085.000 | 1.603.235 | 1.187.582 | 11.875.817 |
| 222 | Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | 2.4 | 160.000 | 136.000 | 24.000 | 28.235 | 188.235 |
| 223 | Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | 2.4 | 308.500 | 262.225 | 46.275 | 54.441 | 362.941 |
| 224 | Pagamentos Natura 2000 | 2.4 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 |
| 225 | Pagamentos silvo-ambientais | 2.4 | 212.500 | 180.625 | 31.875 | 0 | 212.500 |
| 226 | Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | 2.4 | 219.000 | 186.150 | 32.850 | 0 | 219.000 |
| 227 | Apoio a investimentos não produtivos | 2.4 | 176.471 | 150.000 | 26.471 | 0 | 176.471 |
| TOTAL EIXO 2 | | | 135.294.118 | 115.000.000 | 20.294.118 | 1.270.258 | 136.564.376 |
| 311 | Diversificação para actividades não agrícolas | 3.1 | | | | | |
| 312 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | 3.1 | | | | | |
| 313 | Incentivo a actividades turísticas | 3.1 | | | | | |
| 321 | Serviços básicos para a economia e população rurais | 3.2 | 4.379.864 | 3.722.884 | 656.980 | 0 | 4.379.864 |
| 322 | Renovação e desenvolvimento de aldeias | | | | | | |
| 323 | Conservação e valorização do património rural | 3.2 | 5.882.353 | 5.000.000 | 882.353 | 0 | 5.882.353 |
| 331 | Formação e informação de agentes económicos | 3.3 | | | | | |
| 341 | Aquisição de competências e animação | | | | | | |
| TOTAL EIXO 3 (sem LEADER) | | | 10.262.216 | 8.722.884 | 1.539.332 | 0 | 10.262.216 |

Quadro 61 - Repartição financeira indicativa, por código de medidas CE (nos termos do ponto 7 do Anexo II do Regulamento (CE) 1974/2006) (continuação)

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código PRORURAL | Despesa Pública | | | Despesa privada | Custo Total |
|----------------|---|------------------------|-----------------|-------------|------------|-----------------|-------------|
| Código CE | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | |
| 41 | Estratégias locais de desenvolvimento: | 4.1 | 17.203.393 | 14.622.884 | 2.580.509 | 12.919.909 | 30.123.302 |
| | 411- Competitividade | | | | | | |
| | 412 - Ambiente/gestão do espaço rural | | | | | | |
| | 413 - Qualidade de vida/diversificação | 4.1 (3.1, 3.2, 3.3) | 17.203.393 | 14.622.884 | 2.580.509 | 12.919.909 | 30.123.302 |
| 421 | Cooperação transnacional e interterritorial | 4.2 | 941.176 | 800.000 | 141.176 | 235.294 | 1.176.471 |
| 431 | Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação | 4.3 | 3.882.353 | 3.300.000 | 582.353 | 0 | 3.882.353 |
| TOTAL EIXO 4 | | | 22.026.922 | 18.722.884 | 3.304.038 | 13.155.203 | 35.182.125 |
| TOTAL EIXOS | | | 318.759.727 | 270.945.768 | 47.813.959 | 54.857.817 | 373.617.544 |
| 511 | Assistência técnica | 511 | 4.131.655 | 3.511.907 | 619.748 | 0 | 4.131.655 |
| TOTAL PRORURAL | | | 322.891.382 | 274.457.675 | 48.433.707 | 54.857.817 | 377.749.199 |

Quadro 62 - Repartição financeira indicativa, por Medida e Acção do PRORURAL

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código CE | Despesa Pública | | | Despesa Privada | Custo Total | Taxa Média de Apoio |
|---|---|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------------|--------------------|---------------------|
| Código PRORURAL | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | | |
| EIXO 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal | | | | | | | | |
| 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 111 | 4.117.647 | 3.500.000 | 617.647 | 0 | 4.117.647 | 100,0% |
| 1.1.1 | Formação profissional | 111 | 3.235.294 | 2.750.000 | 485.294 | 0 | 3.235.294 | 100,0% |
| 1.1.2 | Acções de Informação | 111 | 882.353 | 750.000 | 132.353 | 0 | 882.353 | 100,0% |
| 1.2 | Instalação de jovens agricultores | 112 | 8.823.529 | 7.500.000 | 1.323.529 | 0 | 8.823.529 | 100,0% |
| 1.3 | Reforma antecipada | 113 | 15.294.118 | 13.000.000 | 2.294.118 | 0 | 15.294.118 | 100,0% |
| 1.4 | Serviços gestão e aconselhamento | 114, 115 | 3.529.412 | 3.000.000 | 529.412 | 1.249.475 | 4.778.887 | 73,9% |
| | Criação de serviços | 115 | 2.055.882 | 1.747.500 | 308.382 | 881.092 | 2.936.975 | 70,0% |
| | Utilização de serviços | 114 | 1.473.529 | 1.252.500 | 221.029 | 368.382 | 1.841.912 | 80,0% |
| 1.4.1 | Serviços de gestão e aconselhamento agrícola | 114, 115 | 3.141.176 | 2.670.000 | 471.176 | 1.169.748 | 4.310.924 | 72,9% |
| | Criação de serviços | 115 | 1.750.000 | 1.487.500 | 262.500 | 750.000 | 2.500.000 | 70,0% |
| | Utilização de serviços | 114 | 1.391.176 | 1.182.500 | 208.676 | 347.794 | 1.738.971 | 80,0% |
| 1.4.2 | Serviços de aconselhamento florestal | 114, 115 | 388.235 | 330.000 | 58.235 | 151.681 | 539.916 | 71,9% |
| | Criação de serviços | 115 | 305.882 | 260.000 | 45.882 | 131.092 | 436.975 | 70,0% |
| | Utilização de serviços | 114 | 82.353 | 70.000 | 12.353 | 20.588 | 102.941 | 80,0% |
| 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | 121 | 20.000.000 | 17.000.000 | 3.000.000 | 7.434.842 | 27.434.842 | 72,9% |
| 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | 122 | 3.529.412 | 3.000.000 | 529.412 | 622.837 | 4.152.249 | 85,0% |
| 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | 123 | 45.294.118 | 38.500.000 | 6.794.118 | 28.958.534 | 74.252.652 | 61,0% |
| 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | 124 | 4.705.882 | 4.000.000 | 705.882 | 794.118 | 5.500.000 | 85,6% |
| 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | 121, 122, 123 | 588.235 | 500.000 | 88.235 | 1.372.549 | 1.960.784 | 30,0% |
| | Sector Agrícola | 121 | 235.294 | 200.000 | 35.294 | 549.020 | 784.314 | 30,0% |
| | Sector Florestal | 122 | 117.647 | 100.000 | 17.647 | 274.510 | 392.157 | 30,0% |
| | Sector Alimentar | 123 | 235.294 | 200.000 | 35.294 | 549.020 | 784.314 | 30,0% |
| 1.10 | Adaptação a normas exigentes | 124 | 588.235 | 500.000 | 88.235 | 0 | 588.235 | 100,0% |
| 1.10 | Catástrofes naturais | 126 | 588.235 | 500.000 | 88.235 | 0 | 588.235 | 100,0% |
| 1.11 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 125 | 44.705.882 | 38.000.000 | 6.705.882 | 0 | 44.705.882 | 100,0% |
| 1.11.1 | Caminhos agrícolas e rurais | 125 | 21.000.000 | 17.850.000 | 3.150.000 | 0 | 21.000.000 | 100,0% |
| 1.11.2 | Abastecimento de água às explorações agrícolas | 125 | 14.500.000 | 12.325.000 | 2.175.000 | 0 | 14.500.000 | 100,0% |
| 1.11.3 | Abastecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | 125 | 4.500.000 | 3.825.000 | 675.000 | 0 | 4.500.000 | 100,0% |
| 1.11.4 | Ordenamento agrário e estruturação fundiária | 125 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 | 100,0% |
| 1.11.5 | Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | 125 | 3.529.412 | 3.000.000 | 529.412 | 0 | 3.529.412 | 100,0% |
| TOTAL EIXO 1 | | | 151.176.471 | 128.500.000 | 22.676.471 | 40.432.356 | 191.608.826 | 78,9% |

Quadro 62 - Repartição financeira indicativa, por Medida e Acção do PRORURAL (continuação)

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código CE | Despesa Pública | | | Despesa Privada | Custo Total | Taxa Média de Apoio |
|---|---|-----------------------------------|-----------------|-------------|------------|-----------------|-------------|---------------------|
| Código PRORURAL | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | | |
| EIXO 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural | | | | | | | | |
| 2.1 | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | 212 | 69.411.765 | 59.000.000 | 10.411.765 | 0 | 69.411.765 | 100,0% |
| 2.2 | Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 | 213, 214 | 51.764.706 | 44.000.000 | 7.764.706 | 0 | 51.764.706 | 100,0% |
| 2.2.1 | Promoção de modos de produção sustentáveis | 214 | 48.908.235 | 41.572.000 | 7.336.235 | 0 | 48.908.235 | 100,0% |
| 2.2.2 | Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | 214 | 1.680.000 | 1.428.000 | 252.000 | 0 | 1.680.000 | 100,0% |
| 2.2.3 | Pagamentos Rede Natura 2000 | 213 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 | 100,0% |
| 2.3 | Apoio a Investimentos não produtivos | 216 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 | 100,0% |
| 2.4 | Gestão do espaço florestal | 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227 | 12.941.176 | 11.000.000 | 1.941.176 | 1.340.047 | 14.281.224 | 90,6% |
| 2.4.1 | Investimentos para utilização sustentável das terras florestais | 221, 222, 223 | 11.156.735 | 9.483.225 | 1.673.510 | 1.270.258 | 12.426.993 | 89,8% |
| | Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | 221 | 10.688.235 | 9.085.000 | 1.603.235 | 1.187.582 | 11.875.817 | 90,0% |
| | Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | 222 | 160.000 | 136.000 | 24.000 | 28.235 | 188.235 | 85,0% |
| | Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | 223 | 308.500 | 262.225 | 46.275 | 54.441 | 362.941 | 85,0% |
| 2.4.2 | Valorização da utilização sustentável das terras florestais | 224, 225, 226, 227 | 1.784.441 | 1.516.775 | 267.666 | 0 | 1.784.441 | 100,0% |
| | Pagamentos Rede Natura 2000 | 224 | 1.176.471 | 1.000.000 | 176.471 | 0 | 1.176.471 | 100,0% |
| | Pagamentos silvo-ambientais | 225 | 212.500 | 180.625 | 31.875 | 0 | 212.500 | 100,0% |
| | Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | 226 | 219.000 | 186.150 | 32.850 | 0 | 219.000 | 100,0% |
| | Investimentos não produtivos | 227 | 176.471 | 150.000 | 26.471 | 0 | 176.471 | 100,0% |
| TOTAL EIXO 2 | | | 135.294.118 | 115.000.000 | 20.294.118 | 1.270.258 | 136.564.376 | 99,1% |

Quadro 62 - Repartição financeira indicativa, por Medida e Acção do PRORURAL (continuação)

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código CE | Despesa Pública | | | Despesa Privada | Custo Total | Taxa Média de Apoio |
|--|---|----------------|-----------------|-----------|-----------|-----------------|-------------|---------------------|
| Código PRORURAL | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | | |
| EIXO 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural | | | | | | | | |
| 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural (LEADER) | 311, 312, 313 | Eixo 4 | | | | | |
| 3.1.1 | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas (LEADER) | 311 | | | | | | |
| 3.1.2 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas (LEADER) | 312 | | | | | | |
| 3.1.3 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural (LEADER) | 313 | | | | | | |
| 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 321, 323 | 10.262.216 | 8.722.884 | 1.539.332 | 0 | 10.262.216 | 100,0% |
| 3.2.1 | Serviços básicos para a economia e população rurais | 321 | 4.379.864 | 3.722.884 | 656.980 | 0 | 4.379.864 | 100% |
| | LEADER | | Eixo 4 | | | | | |
| | Investimentos SRAF | | 4.379.864 | 3.722.884 | 656.980 | 0 | 4.379.864 | 100,0% |
| 3.2.2 | Conservação e valorização do património rural | 323 | 5.882.353 | 5.000.000 | 882.353 | 0 | 5.882.353 | 100% |
| | LEADER | | Eixo 4 | | | | | |
| | Investimentos SRAF | | 5.882.353 | 5.000.000 | 882.353 | 0 | 5.882.353 | 100,0% |
| 3.3 | Formação e informação (LEADER) | 331 | Eixo 4 | | | | | |
| 3.4 | Desenvolvimento de competências e animação nas zonas rurais (não incluindo formação dos técnicos das EAT dos GAL) (LEADER) | 341 | | | | | | |
| TOTAL EIXO 3 (sem LEADER) | | | 10.262.216 | 8.722.884 | 1.539.332 | 0 | 10.262.216 | 100,0% |

Quadro 62 - Repartição financeira indicativa, por Medida e Acção do PRORURAL (continuação)

Euros, preços correntes, para a totalidade do período, incluindo compromissos transitados

| MEDIDAS | | Código CE | Despesa Pública | | | Despesa Privada | Custo Total | Taxa Média de Apoio |
|---------------------------|---|---------------------------------------|-----------------|-------------|------------|--------------------|-------------|---------------------------|
| Código PRORURAL | Designação | | Total | FEADER | ORAA | | | |
| EIXO 4 - LEADER | | | | | | | | |
| 4.1 | Execução de estratégias locais de desenvolvimento com vista a atingir os objectivos definidos no Eixo 3 | 413 (311, 312, 313, 321, 323, 331) | 17.203.393 | 14.622.884 | 2.580.509 | 12.919.909 | 30.123.302 | 57,1% |
| | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 311, 312, 313 | 7.176.471 | 6.100.000 | 1.076.471 | 6.705.882 | 13.882.353 | 51,7% |
| | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas | 311 | 1.411.765 | 1.200.000 | 211.765 | 941.176 | 2.352.941 | 60,0% |
| | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | 312 | 3.647.059 | 3.100.000 | 547.059 | 3.647.059 | 7.294.118 | 50,0% |
| | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | 313 | 2.117.647 | 1.800.000 | 317.647 | 2.117.647 | 4.235.294 | 50,0% |
| | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais (LEADER) | 321, 323 | 9.321.040 | 7.922.884 | 1.398.156 | 6.214.027 | 15.535.067 | 60,0% |
| | Serviços básicos para a economia e população rurais | 321 | 3.778.167 | 3.211.442 | 566.725 | 2.518.778 | 6.296.945 | 60,0% |
| | Conservação e valorização do património rural | 323 | 5.542.873 | 4.711.442 | 831.431 | 3.695.249 | 9.238.122 | 60,0% |
| | Formação e informação | 331 | 705.882 | 600.000 | 105.882 | 0 | 705.882 | 100,0% |
| 4.2 | Cooperação LEADER envolvendo os objectivos definidos no Eixo 3 | 421 | 941.176 | 800.000 | 141.176 | 235.294 | 1.176.471 | 80,0% |
| 4.2.1 | Cooperação interterritorial | 421 | 705.882 | 600.000 | 105.882 | 176.471 | 882.353 | 80,0% |
| 4.2.2 | Cooperação transnacional | 421 | 235.294 | 200.000 | 35.294 | 58.824 | 294.118 | 80,0% |
| 4.3 | Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios | 431 | 3.882.353 | 3.300.000 | 582.353 | 0 | 3.882.353 | 100,0% |
| | Funcionamento dos GAL (incluindo formação dos técnicos da EAT) | 431 | 3.529.412 | 3.000.000 | 529.412 | 0 | 3.529.412 | 100,0% |
| | Desenvolvimento de competências e animação nas zonas rurais (não incluindo formação dos técnicos das EAT dos GAL) | 431 | 352.941 | 300.000 | 52.941 | 0 | 352.941 | 100,0% |
| TOTAL EIXO 4 | | | 22.026.922 | 18.722.884 | 3.304.038 | 13.155.203 | 35.182.125 | 62,6% |
| Assistência Técnica | | | | | | | | |
| 5 | Assistência técnica | 511 | 4.131.655 | 3.511.907 | 619.748 | 0 | 4.131.655 | 100,0% |
| Total Assistência Técnica | | | 4.131.655 | 3.511.907 | 619.748 | 0 | 4.131.655 | 100,0% |
| TOTAL PRORURAL | | | 322.891.382 | 274.457.675 | 48.433.707 | 54.857.817 | 377.749.199 | 85,5% |

8. FINANCIAMENTO NACIONAL ADICIONAL

Não aplicável.

9. CONCORRÊNCIA E REGIMES DE AUXÍLIOS AUTORIZADOS

A - Relativamente às medidas e operações do âmbito de aplicação do artigo 36.º do Tratado:

As medidas previstas no âmbito do PRORURAL encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) n.º1698/2005, conforme a tabela de correspondência que consta do ponto 5.1 do presente programa.

Não está previsto qualquer financiamento nacional adicional (“top ups”) das medidas incluídas no PRORURAL.

B - Relativamente às medidas a título dos artigos 25º, 27º (no que respeita às últimas, só o financiamento nacional adicional referido no artigo 89º do Regulamento (CE) nº 1698/2005) e 52º do Regulamento (CE) nº 1698/2005 e as operações ao abrigo das medidas a título dos artigos 28º e 29º desse regulamento que não sejam abrangidas pelo âmbito de aplicação do artigo 36º do Tratado

As medidas previstas no âmbito do PRORURAL encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) n.º1698/2005, de 20 de Setembro, conforme a tabela de correspondência que consta do ponto 5.1 do presente programa, não se prevendo qualquer financiamento nacional adicional.

Apresenta-se em seguida o quadro previsto no ponto C do ponto 9 do Anexo II do Regulamento (CE) n.º1974/2006:

Quadro 63 - Auxílios de Estado - Quadro previsto no ponto C do ponto 9 do Anexo II do Regulamento (CE) n.º1974/2006

| Código da Medida | | Nome do regime de Ajuda | Indicação da legalidade do regime | Duração do regime de ajuda |
|------------------|-------------|--|---|----------------------------|
| CE | PRORURAL | | | |
| 115 | 1.4 - 1.4.1 | Criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 115 | 1.4 - 1.4.2 | Criação de serviços de gestão e aconselhamento florestal | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 123 | 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais (produtos florestais) | Qualquer ajuda concedida a título desta medida (produtos florestais) será conforme ao Regulamento (CE) n.º 70/2001, relativo à aplicação dos artigos 87º e 88º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das PME. Este auxílio foi comunicado à CE e recebeu o n.º de registo XA7051/2007 | 2007 até 30/06/2008 |
| 124 | 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 70/2001, relativo à aplicação dos artigos 87º e 88º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das PME. Este auxílio foi comunicado à CE e recebeu o n.º de registo XA7052/2007 | 2007 até 30/06/2008 |
| 121, 122, 123 | 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros (sector florestal) | Qualquer ajuda concedida a título desta medida (sector florestal) será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 311 | 3.1 - 3.1.1 | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 312 | 3.1 - 3.1.2 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 313 | 3.1 - 3.1.3 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 321 | 3.2 - 3.2.1 | Serviços básicos para a economia e população rurais (LEADER) | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 323 | 3.2 - 3.2.2 | Conservação e valorização do património rural (LEADER) | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 331 | 3.3 | Formação e informação | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |
| 341 | 3.4 | Desenvolvimento de competências e animação nas zonas rurais | Qualquer ajuda concedida a título desta medida será conforme ao Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15/12/2006, relativo à aplicação do Tratado aos auxílios <i>de minimis</i> (JO L 379 de 28/12/2006, p. 5) | 2007-2013 |

Quaisquer casos de aplicação dos regimes indicados no ponto B, relativamente aos quais sejam exigidas notificações individuais por força das regras aplicáveis às ajudas estatais, serão individualmente notificados nos termos do n.º3 do artigo 88.º do Tratado.

10. COMPLEMENTARIDADE COM AS MEDIDAS FINANCIADAS POR OUTROS INSTRUMENTOS DA PAC, ATRAVÉS DA POLÍTICA DE COESÃO E PELO FEP

10.1. Avaliação e meios para garantir a complementaridade

Existem diversas áreas de complementaridade entre as intervenções do FEADER, do FEP e dos Fundos estruturais, obrigando a uma articulação adequada entre elas, a nível estratégico e operacional.

A nível nacional, os mecanismos de coordenação estratégica que, a vários níveis, garantirão a coerência e a não duplicação de financiamento entre os diversos fundos - FEADER, FEDER, FSE, FEP e Fundo de Coesão - estão definidos nas Resoluções de Conselho de Ministros n.º 25/2006, relativa à coordenação e monitorização estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e n.º 425/2006, que aprova as orientações fundamentais constantes do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para a programação do Desenvolvimento Rural.

A nível regional, a Orientação n.º 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, definiu as orientações para a preparação e elaboração dos programas relativos às intervenções dos vários Fundos, de forma a assegurar a coordenação política do processo de definição dos objectivos, metas, eixos estratégicos de programação, estrutura das medidas e acções e respectivo quadro de financiamento.

Aquela Orientação estabelece ainda as bases do “Modelo Institucional de Governação dos Programas Operacionais” a actuar na Região (FEADER, FEDER, FSE, FEP e Fundo de Coesão), definindo órgãos de orientação política, de aconselhamento estratégico, de gestão e de acompanhamento. O modelo prevê a monitorização e o acompanhamento estratégico de todas as intervenções integradas no período de programação 2007-2013, garantindo assim a sua coordenação política e técnica através de um quadro regulamentar apropriado que permita a troca de informações, o despiste de sobreposições indesejáveis de investimentos e a obtenção de sinergias e complementaridades nas diversas intervenções, numa perspectiva de optimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

Em termos operacionais serão estabelecidos protocolos de acordo, nesta matéria, entre a Autoridade de Gestão do PRORURAL e as Autoridades de Gestão dos restantes fundos, sempre que considerado necessário e adequado.

Relativamente à articulação FEADER com outros mecanismos da PAC, particularmente os constantes do Sub-Programa “Adaptação da Política Agrícola Comum à Realidade Açoriana” concebido no âmbito do Regulamento n.º 247/2006, do Conselho, de 30 de Janeiro, ela será estrategicamente assegurada pela respectiva Autoridade de Gestão, comum aos dois programas, e operacionalmente garantida através da partilha e cruzamento de dados dos Sistemas de Informação e Gestão. Importa ainda referir que, no caso de Portugal, existirá apenas um Organismo Pagador para os fundos FEADER e FEAGA, facilitando o controlo cruzado da sua aplicação.

O n.º 6 do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 prevê que não poderá ser concedido apoio através do FEADER a regimes elegíveis para apoio no âmbito das organizações comuns de mercado, com excepção de algumas medidas específicas.

As medidas previstas noutros instrumentos de apoio comunitário, para as quais é possível a existência de medidas equivalentes no âmbito dos programas de desenvolvimento rural, encontram-se elencadas no Anexo I do Regulamento (CE) n.º 1974 /2006. No âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 2º daquele Regulamento, foram identificadas 3 situações distintas, a seguir apresentadas.

A primeira situação abrange o conjunto de medidas, indicadas no Quadro 64, que não têm medidas equivalentes no âmbito do PRORURAL (algumas não são aplicadas em Portugal e na Região, e outras nem poderão vir a ser por condicionantes regulamentares):

Quadro 64 - Regimes de apoio referidos no Anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006, com excepção dos relativos à aplicação do Título III do Regulamento (CE) n.º 247/2006, que não têm medidas equivalentes no PRORURAL

| Medida | Base regulamentar | Sector |
|---|---|-------------------|
| Financiamento de programas de trabalho elaborados por organizações de produtores | N.º 1 do artigo 8º do Regulamento (CE) n.º 865/2004 | Azeite |
| Financiamento de Agrupamentos de Produtores | Artigo 6º do Regulamento (CE) n.º 1952/2005 | Lúpulo |
| Pagamentos complementares | Artigo 119º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 | Ovinos e caprinos |
| Fundo reestruturação da indústria açucareira | Regulamento (CE) n.º 320/2006 | Açúcar |
| Pagamentos complementares para tipos específicos de agricultura e produção de qualidade | Artigo 69º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 | Ajudas directas |
| Pagamento por extensificação | Artigo 132º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 | Carne de bovino |
| Prémio complementar aos produtores em zonas desfavorecidas | Nº 1 do artigo 114º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 | Ovinos e caprinos |
| Reserva nacional de pagamento único por exploração | Nº 5 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 | Ajudas directas |

A segunda situação abrange o conjunto de medidas que constam do quadro seguinte, que já são aplicadas em Portugal e que, potencialmente, poderão coexistir com medidas equivalentes no

PRORURAL. Para garantir a complementaridade das medidas deverá, por norma, ser privilegiado o recurso pelos operadores às medidas previstas no Quadro 65, pelo que os beneficiários destas deverão estar excluídos de elegibilidade no âmbito de apoios equivalentes do PRORURAL. Sempre que uma mesma operação enquadrável neste grupo de medidas seja passível de financiamento no âmbito do PRORURAL, serão criados os mecanismos e procedimentos administrativos ao nível da análise de candidaturas, do processo de pagamento e do sistema de controlo para impedir que uma mesma operação seja duplamente financiada.

Saliente-se que algumas das medidas referidas no Quadro 65 são passíveis de alteração, visto a sua operacionalização depender de opções nacionais. Registe-se o exemplo do Programa Apícola, ainda em fase de elaboração, que deverá vigorar no período 2008-2010. Nestas situações, a garantia da complementaridade, coerência e conformidade deverá ser feita, não ao nível do PRORURAL mas sim ao nível da implementação dos outros regimes de apoio.

Quadro 65 - Regimes de apoio referidos no Anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006, com excepção dos relativos à aplicação do Título III do Regulamento (CE) n.º 247/2006, que podem ter medidas equivalentes no PRORURAL

| Medida | Base regulamentar | Sector |
|---|---|---------------------|
| Ajudas à constituição de organizações de produtores | Nº 2 do artigo 14º do Regulamento (CE) n.º 2200/96 | Frutas e hortícolas |
| Financiamento de Programas Operacionais | Artigo 15º do Regulamento (CE) n.º 2200/96 | Frutas e hortícolas |
| Apoio à reestruturação e reconversão das vinhas | Capítulo III do Título II do Regulamento (CE) n.º 1493/99 | Vinho |
| Programa Apícola | Artigo 119º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 | Apicultura |

Por último, a terceira situação abrange as medidas que integram o Subprograma “Adaptação da Política Agrícola Comum à Realidade Açoriana” concebido no âmbito do Regulamento nº 247/2006 do Conselho de 30 de Janeiro, em que podemos encontrar uma vasta tipologia de medidas. Na preparação daquele Programa e do PRORURAL, foi dada especial atenção à necessidade de garantir a complementaridade e coerência entre as medidas dos 2 programas assegurando o cumprimento do disposto no artigo 11º do Regulamento (CE) n.º 247/2006, no artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 e no artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006.

No quadro que se segue apresentam-se as medidas que integram o Subprograma “Adaptação da Política Agrícola Comum à Realidade Açoriana”:

Quadro 66 - Regimes de apoio referidos no Anexo I do Regulamento (CE) 1974/2006, relativos à aplicação do Título III do Regulamento (CE) n.º 247/2006

| MEDIDAS | ACÇÕES |
|------------------------------|--|
| Apoios às Produções Animais | Prémio aos Bovinos Machos |
| | Prémio à Vaca Aleitante |
| | Suplemento de Extensificação |
| | Prémio ao Abate de Bovinos |
| | Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos |
| | Prémio ao Abate de Ovinos e Caprinos |
| | Prémio à Vaca Leiteira |
| | Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores |
| | Ajuda à Importação de Animais Reprodutores |
| Apoios às Produções Vegetais | Ajuda à Inovação e Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas |
| | Ajuda aos produtores de Culturas Arvenses |
| | Prémio Complementar aos Produtores de Tabaco |
| | Ajudas à Produção de Culturas Tradicionais |
| | Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de VQPRD, VLQPRD e Vinho Regional |
| | Ajuda à Produção de Ananás |
| | Ajuda à Produção de Horto - Frutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais |
| Apoios à Transformação | Ajudas à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “São Jorge” |
| | Ajuda à Transformação das Beterrabas em Açúcar Branco |
| | Ajuda ao Envelhecimento de Vinhos Licorosos dos Açores |
| Apoios à Comercialização | Ajudas à Comercialização Externa de Frutas, Produtos Hortícolas, Flores e Plantas Vivas, Chá, Mel e Pimentos |
| | Ajudas à Melhoria da Capacidade de Acesso aos Mercados |
| | Fileira da Carne de Bovino |
| | Fileira do Leite e Produtos Lácteos de Qualidade |
| | Outros Produtos Agrícolas Produzidos na Região Autónoma dos Açores |
| | Acções Pluri-Sectoriais |

No âmbito destas Medidas merece menção especial a medida “Ajudas à Melhoria da Capacidade de Acesso aos Mercados”, cujo âmbito abrange, entre outros, os apoios previstos nos artigos 32º e 33º do Regulamento (CE) 1698/2005. Em consequência, o PRORURAL não prevê medidas equivalentes.

10.2. Medidas dos Eixos 1, 2 e 3

Quando as operações previstas no PRORURAL também podem ser elegíveis a título dos programas previstos para os outros Fundos, a demarcação deverá ser conseguida através, nomeadamente, dos seguintes elementos de demarcação: território; tipologia da intervenção; natureza do investimento; natureza dos promotores; dimensão do investimento; impacto territorial do investimento.

Nos casos de operações promovidas por departamentos do Governo Regional e entidades por ele tuteladas as fronteiras de actuação estão claramente definidas, não havendo qualquer risco de sobreposição de operações e financiamentos. No PRORURAL enquadram-se neste âmbito a Medida 1.1 (Acção 1.1.2), a Medida 1.6 (investimentos públicos) e a Medida 1.11 do Eixo 1, assim como as Medidas do Eixo 3 não executadas através da Abordagem LEADER. Em matéria de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural serão financiados pelo PROCONVERGÊNCIA dois laboratórios (Laboratório de Veterinária e Laboratório de Enologia) e dois Parques de Exposições Multi-usos (nas ilhas de São Miguel e Terceira).

Ainda no âmbito do Eixo 1, os apoios previstos na Medida 1.7 (aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais) serão exclusivamente financiados pelo FEADER. No que se refere à Medida 1.8 (cooperação para a inovação) poderá haver riscos de sobreposição com as acções de “fomento de iniciativas de investigação e desenvolvimento de contexto empresarial” do Eixo 1 do PROCONVERGÊNCIA, sendo as fronteiras de demarcação definidas ao nível da tipologia das intervenções e da natureza do investimento. Imediatamente após a aprovação dos dois programas, as Autoridades de Gestão do PRORURAL e do PROCONVERGÊNCIA estabelecerão um protocolo de acordo definindo os mecanismos operacionais a aplicar com o objectivo de evitar a sobreposição de operações e financiamentos.

Relativamente a todas as medidas do Eixo 2 e outras medidas do Eixo 1 (Medidas 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 (investimentos privados), 1.9 e 1.10), não há qualquer risco de sobreposição de operações e financiamentos por não existirem medidas equivalentes nos programas relativos às intervenções dos outros Fundos.

No que se refere às áreas de intervenção do FSE, a formação no domínio agrícola e florestal prevista no PROEMPREGO apenas abrange cursos ou formações que fazem parte de programas ou sistemas normais de ensino agrícola e florestal, não havendo, portanto, riscos de sobreposição de operações e financiamentos.

Às Medidas do Eixo 3 executadas através da Abordagem LEADER aplica-se o disposto no ponto seguinte.

10.3. Medidas do Eixo 4

Tendo em atenção, por um lado, os domínios abrangidos pelo Eixo 3 a executar através do Eixo 4, e, por outro, o facto do arquipélago ser uma região predominantemente rural, uma parte das operações

previstas no âmbito do Eixo 4 do PRORURAL pode ser potencialmente elegível a título das intervenções do FEDER, FSE e FEP.

A principal fronteira de demarcação é, assim, a integração (ou não) das operações a apoiar em estratégias locais de desenvolvimento concebidas e executadas através da “Abordagem LEADER” e com impactos territoriais de âmbito local.

Para evitar a sobreposição de operações e financiamentos, e tal como acontece actualmente no âmbito do LEADER+, com total sucesso, os GAL incorporarão nos seus procedimentos de avaliação e decisão do apoio às operações um controlo cruzado com as operações apoiadas no âmbito do FEDER e FSE que apresentem áreas de sobreposição potencial. Com este objectivo, os GAL, por delegação da Autoridade de Gestão do PRORURAL, estabelecerão protocolos de acordo com as Autoridades de Gestão das intervenções FEDER e FSE (imediatamente após a aprovação dos 3 programas), onde serão definidos os mecanismos operacionais a aplicar.

O mesmo procedimento será adoptado com os Agrupamentos a título do FEP. Saliente-se que, neste caso, as Medidas do Eixo 3 a executar através do Eixo 4 já prevêem, no seu âmbito de aplicação, a exclusão dos profissionais da pesca e das CAE relativas às actividades da pesca e seus produtos.

11. DESIGNAÇÃO DAS AUTORIDADES COMPETENTES E ORGANISMOS RESPONSÁVEIS

Enquadramento regulamentar geral

A nível nacional, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006, que aprova as orientações constantes do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, prevê, no seu n.º 8, o modelo de governação da programação para o desenvolvimento rural, bem como os órgãos que o constituem:

- Órgão de coordenação estratégica interministerial;
- Órgão de coordenação nacional do FEADER;
- Órgãos de gestão;
- Órgãos de acompanhamento;
- Organismo pagador;
- Organismo de certificação.

O órgão de coordenação estratégica interministerial é constituído pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que preside, e pelos Ministros de Estado e da Administração Interna; do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; da Economia; e da Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social. Sempre que nas reuniões do órgão referido no número anterior esteja em causa matéria de interesse relevante, que, pela sua natureza, possa ter implicações nas Regiões Autónomas, devem participar nas reuniões representantes dos governos regionais.

O órgão de coordenação nacional do FEADER é constituído por representantes do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, dos departamentos competentes dos governos das Regiões Autónomas e dos órgãos de gestão, organismo pagador e organismo de certificação, sendo as suas competências definidas em diploma próprio.

Os órgãos de gestão asseguram as funções de autoridades de gestão dos programas de desenvolvimento rural, previstas no artigo 75º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, sendo a sua estrutura e composição definidas em diploma próprio.

Os órgãos de acompanhamento são compostos de acordo com o previsto no artigo 6º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, e são responsáveis pelo exercício das competências previstas no Título VII do referido regulamento, nomeadamente nos artigos 77º e 78º.

O organismo pagador e o organismo de certificação correspondem ao organismo pagador acreditado e ao organismo de certificação previstos nas alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 74º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, e asseguram as funções previstas, nomeadamente, nos artigos 6º e 7º do Regulamento (CE) nº 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, relativo ao financiamento da política agrícola comum.

Por outro lado, a nível regional, a Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, estabelece orientações gerais para o “ Modelo Institucional de Governação dos Programas Operacionais” a actuar na Região (FEDER/FC, FSE, FEP e FEADER), que se baseará no seguinte:

- A orientação política das intervenções comunitárias é assegurada pelo Vice-Presidente do Governo, que reunirá com os Secretários Regionais com responsabilidades governativas mais relevantes na estrutura dos Programas e demais instrumentos de co-financiamento comunitário, alargando a participação dessas reuniões a outras entidades e ainda aos gestores das intervenções operacionais.
- Será criado um órgão de aconselhamento estratégico, presidido pelo Vice-Presidente e composto pelo Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente, pelos gestores dos Programas com comparticipação comunitária, por representantes da Universidade dos Açores, das Associações Empresariais, das Associações Sindicais, da Associação de Municípios dos Açores e das Secretarias Regionais mais representativas na estrutura dos programas e demais intervenções comunitárias.
- A gestão corrente dos programas será realizada pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento (FEDER), Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional (FSE), Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura (FEADER) e Direcção Regional das Pescas (FEP), assistidas por estruturas de apoio técnico, a afectar dentro dos quadros de pessoal, sem prejuízo de recursos a contratação externa de serviços, desde que integrada em medidas de Assistência Técnica, elegíveis a comparticipação comunitária.
- O órgão de acompanhamento dos programas será assegurado pelos gestores dos programas operacionais, sendo coordenador o gestor do fundo estrutural com maior peso financeiro (no caso do FEDER e FSE), e integra os parceiros económicos e sociais e representantes das autarquias locais.
- A execução descentralizada ou em parceria de acções integradas poderá ser, se necessário e viável, contratualizada com associações de municípios e outras entidades relevantes para a execução dessas acções.

11.1. Autoridade de Gestão

Nos termos do artigo 75º do regulamento (CE) 1698/2005, a Autoridade de Gestão é o organismo público ou privado, designado pelo Estado-Membro, responsável pela gestão e execução do programa de uma forma eficiente, eficaz e correcta, e, em especial, por:

- Assegurar que as operações sejam seleccionadas para financiamento de acordo com os critérios aplicáveis ao programa de desenvolvimento rural;
- Garantir a existência de um sistema de registo e conservação da informação estatística sobre a execução, num formato electrónico adequado para fins de acompanhamento e avaliação.
- Assegurar que os beneficiários e outros organismos envolvidos na execução das operações:
 - o Estejam informados das suas obrigações decorrentes do apoio concedido e mantenham um sistema de contabilidade separado, ou uma codificação contabilística adequada para todas as transacções referentes à operação;
 - o Estejam conscientes dos requisitos referentes à apresentação de dados à autoridade de gestão e ao registo das realizações e resultados.
- Assegurar que as avaliações do programa sejam realizadas nos prazos estabelecidos e estejam em conformidade com o quadro comum de acompanhamento e avaliação e que as avaliações realizadas sejam apresentadas às autoridades nacionais competentes e à Comissão.
- Dirigir o comité de acompanhamento e enviar-lhe os documentos necessários para o acompanhamento da execução do programa em função dos seus objectivos específicos.
- Garantir o cumprimento das obrigações em matéria de publicidade.
- Elaborar o relatório de execução anual e, após aprovação pelo comité de acompanhamento, apresentá-lo à Comissão.
- Garantir que o organismo pagador receba todas as informações necessárias, em especial sobre os procedimentos aplicados e todos os controlos executados relativamente às operações seleccionadas para financiamento, antes de os pagamentos serem autorizados.

Nos termos da Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, a Autoridade de Gestão do PRORURAL será a Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura, da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, sendo o respectivo Director Regional o Gestor do PRORURAL:

Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura - DRACA
Vinha Brava
9700-240 Angra do Heroísmo
Açores - Portugal
TEL: 351 295 40 42 80
FAX: 351 295 40 36 31
E-mail: draca@azores.gov.pt

A Autoridade de Gestão presidirá a uma Unidade de Gestão do programa e será apoiada por uma estrutura de apoio técnico. As funções da Unidade de Gestão do PRORURAL incidirão sobre a apreciação dos aspectos mais relevantes da execução do programa, nomeadamente, a evolução da execução material e financeira, o funcionamento da estrutura de gestão e controlo, as propostas de reprogramação, os relatórios anuais de execução e os relatórios de avaliação.

A Autoridade de Gestão poderá delegar funções em organismos intermédios, relevando de entre estes os GAL, no que respeita às medidas do Eixo 3 integradas no Eixo 4.

11.2. Organismo Pagador

Nos termos do Regulamento (CE) 1290/2005 de 21 de Junho, os organismos pagadores são os serviços ou organismos acreditados pelos Estados-Membros que, em relação aos pagamentos que efectuem, bem como à comunicação e à conservação de informações, oferecem garantias suficientes de que:

- É controlada a elegibilidade dos pedidos antes da autorização dos pagamentos e o processo de atribuição de ajudas, bem como a sua conformidade com as regras comunitárias.
- Os pagamentos efectuados são contabilizados de forma exacta e integral.
- Os controlos previstos na legislação comunitária são realizados.
- Os documentos requeridos são apresentados nos prazos e sob a forma prevista nas regras comunitárias.
- Os documentos estão acessíveis e são conservados de forma a garantir a sua integridade, validade e legibilidade ao longo do tempo, incluindo no que diz respeito a documentos electrónicos na aceção das regras comunitárias.

Nos termos do mesmo regulamento, o pagamento das ajudas comunitárias não pode ser delegado pelos organismos pagadores.

A nível nacional haverá um Organismo Pagador para o FEADER que será, no quadro da nova Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IFAP, I.P.:

IFAP
Rua Castilho, n.º 45/51
1269-163 Lisboa
Portugal
TEL: 351 213 846 000
FAX: 351 213 846 170

A articulação entre o Organismo Pagador e as autoridades regionais competentes será regulada em diploma próprio.

11.3. Organismo de Certificação

O organismo de certificação é uma entidade de direito público ou privado, designada pelo Estado-Membro, com o objectivo de certificar as contas do organismo pagador acreditado quanto à sua veracidade, integridade e exactidão, de acordo com o sistema de gestão e controlo estabelecidos.

O organismo de certificação designado a nível nacional é a Inspecção-geral de Finanças (IGF):

IGF
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa
Portugal
TEL: 351 218 113 500
FAX: 351 218 162 573

A articulação entre o Organismo de Certificação e as autoridades regionais competentes será regulada em diploma próprio.

11.4. Descrição sucinta da Estrutura de Gestão e Controlo

A estrutura de gestão e controlo do PRORURAL prosseguirá objectivos de eficácia, eficiência, responsabilização e transparência, assegurando a adequação da execução do PRORURAL à hierarquia de objectivos definidos e às orientações estratégicas de âmbito nacional e regional.

Ao nível operacional, a variedade e complexidade das áreas de intervenção do PRORURAL e as exigências do programa em termos de acompanhamento e avaliação, exigem a intervenção e o

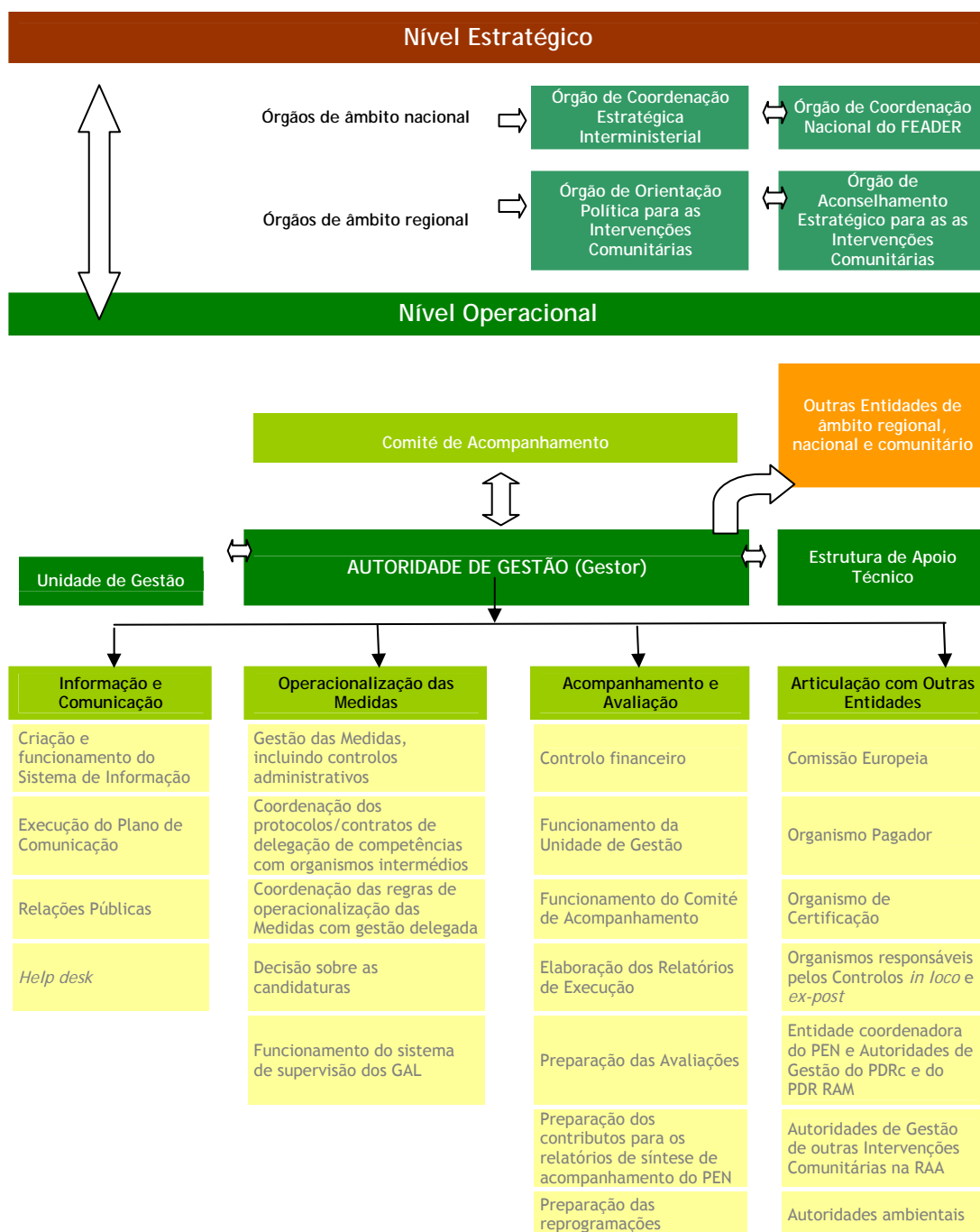
conhecimento de múltiplas entidades salientando-se a incorporação nesta programação da especificidade da abordagem LEADER com o seu método próprio de gestão (“*bottom-up*”). A Autoridade de Gestão delegará funções em organismos intermédios, estabelecendo protocolos para o efeito, e presidirá a uma Unidade de Gestão que integrará, entre outros, representantes daqueles organismos.

Toda a actividade da Autoridade de Gestão terá de ser articulada com outras entidades, com destaque para o Organismo Pagador, os organismos responsáveis pelos controlos *in loco* e *ex-post* e as Autoridades de Gestão de outras Intervenções comunitárias na RAA (particularmente para assegurar a complementaridade entre as intervenções).

A actuação da Autoridade de Gestão será apoiada por uma estrutura de apoio técnico e organizar-se-á em torno de 4 áreas chave: Informação e Comunicação; Operacionalização das Medidas; Acompanhamento e Avaliação e Articulação com Outras Entidades.

Na figura seguinte apresenta-se o esquema simplificado da estrutura de gestão e controlo.

Figura 43 - Esquema simplificado da estrutura de gestão e controlo



11.5. Salvaguarda dos interesses financeiros comunitários

As autoridades portuguesas tomarão todas as medidas necessárias para garantir a protecção efectiva dos interesses financeiros da comunidade. Será implementado um sistema de controlo administrativo que verifique que as operações seleccionadas são elegíveis para financiamento e que os beneficiários são fiáveis, não constando de listas de processos de recuperação ou contencioso em curso. Será criado um sistema de controlo físico baseado em critérios de selecção de amostras decorrentes de análise de risco para que a amostra a controlar seja representativa. Este sistema é da responsabilidade da Autoridade de Gestão.

Caso se verifique o pagamento de algum montante indevido por fraude, negligência grave, ou outro, as autoridades portuguesas garantem o sistema de recuperação das verbas por compensação com outros pagamentos, incluindo nacionais, para que os interesses financeiros da Comunidade sejam garantidos. Este sistema é da responsabilidade do Organismo Pagador.

12. DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

12.1. Descrição dos Sistemas de Acompanhamento e Avaliação

Os indicadores definidos no PRORURAL relacionados com a situação inicial, os meios financeiros, as realizações, os resultados e os impactos, permitirão o acompanhamento e avaliação dos progressos, da eficiência e da eficácia do Programa em relação aos objectivos definidos. A produção desses indicadores será feita por um Sistema de Informação a criar.

A Autoridade de Gestão será responsável pela criação e gestão do Sistema de Informação (SI) que servirá de base aos processos de análise, decisão, contratação, pagamento, controlo, acompanhamento e avaliação.

Este SI contemplará todas as fases do processo de gestão, desde a recepção e avaliação do mérito dos pedidos de apoio, ao apuramento dos indicadores de base comum de acompanhamento e avaliação e outros específicos, à verificação de elegibilidades e afectação das despesas aos códigos regulamentares das medidas, ao controlo administrativo, à organização dos processos de contratação, selecção das amostras de controlo baseada em análise de risco, resultados de controlo, à recepção e análise dos pedidos de pagamento e interface com entidades pagadoras e o Organismo Pagador particularmente para efeitos de pagamento aos beneficiários, pedidos de reembolso e produção dos relatórios requeridos pelos regulamentos comunitários e outros considerados relevantes.

A rastreabilidade dos dados de cada processo será garantida pelo SI.

O SI será acedido pelo Organismo Pagador (para efeitos de exercício das suas competências, nomeadamente a verificação da pista de controlo, e supervisão de competências delegadas) e por todas as entidades intervenientes na gestão do PRORURAL. O SI também poderá ser acedido pelo Organismo de Certificação.

O funcionamento dos sistemas de acompanhamento e avaliação do PRORURAL respeitará as disposições previstas nos Regulamentos (CE) 1698/2005 e 1974/2006 e as orientações pertinentes definidas pela Comissão.

12.2. Composição do Comité de Acompanhamento

Nos termos do artigo 77º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, o acompanhamento do PRORURAL é assegurado por um Comité de Acompanhamento que deverá ser constituído no prazo máximo de três meses após a decisão de aprovação do programa. O Comité de Acompanhamento do PRORURAL, que

exercerá as competências previstas no artigo 78º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, terá a seguinte composição:

- Autoridade de Gestão do PRORURAL, representada pelo Gestor, que preside;
- Director Regional do Desenvolvimento Agrário;
- Director Regional dos Recursos Florestais;
- Director do Gabinete de Planeamento da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas;
- Presidente do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas;
- Presidente do Instituto Regional de Ordenamento Agrário, SA;
- Um representante da Vice-presidência do Governo Regional;
- Um representante da Secretaria Regional do Ambiente do Mar;
- Um representante da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais;
- Um representante da Autoridade de Gestão das intervenções FEDER/FC;
- Um representante da Autoridade de Gestão da intervenção FSE;
- Um representante da Autoridade de Gestão da intervenção FEP;
- Um representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;
- Um representante de cada Grupo de Acção Local responsável pela execução do Eixo 4;
- Representantes dos parceiros económicos e sociais e de outros organismos em representação da sociedade civil, particularmente organizações ambientais e organismos responsáveis pela promoção da igualdade entre homens e mulheres, incluindo organizações representadas no Conselho Regional de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, designados por Despacho do Secretário Regional da Agricultura e Florestas;
- Um representante do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Representantes da Comissão Europeia;
- Um representante do Organismo Pagador;
- Um representante do Organismo de Certificação.

13. DISPOSIÇÕES PARA ASSEGURAR QUE O PROGRAMA É PUBLICITADO

13.1. Plano de Comunicação

As acções de informação e publicidade do PRORURAL obedecerão a um Plano de Comunicação a aprovar pelas autoridades competentes. A sua execução será da responsabilidade da Autoridade de Gestão, que assegurará que serão respeitados todas as normas e requisitos instituídos pela União Europeia em matéria de acções de informação e publicidade no quadro das intervenções do FEADER.

Parte das acções de informação e publicidade serão desenvolvidas em parceria, sob a forma de contratos específicos de colaboração, com outras entidades públicas e/ou associativas, designadamente, órgãos da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas com intervenção na gestão operacional do programa e organizações profissionais.

Nas acções de informação e publicidade que irão ser desenvolvidas, tomar-se-ão como referências as seguintes áreas para a definição de mensagens-chave:

- Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalização económica e social das zonas rurais;
- Reforço da coesão territorial e social;
- Promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Estas mensagens-chave, que decorrem dos objectivos do Programa, serão devidamente associadas às Medidas cuja execução os promove de modo mais marcado.

A primeira acção a desenvolver no âmbito do plano de comunicação do PRORURAL, será a elaboração do Projecto de Identidade, Marca e Imagem do Programa, em que serão definidos:

- A designação do programa;
- O logótipo;
- Sub-marcas, assinaturas, disposições complementares, aplicações e ambientes gráficos;
- Regras e procedimentos (de acordo com o definido no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1974/2006.

Este projecto será divulgado através de um Manual de Identidade que será disponibilizado no *web site* a criar para o Programa.

Criada a identidade do Programa, as acções de informação e de publicidade a desenvolver utilizarão, tendo em consideração os públicos-alvo e os objectivos do Plano, os seguintes suportes de comunicação:

- Informação escrita e publicações;
- Realização de eventos de comunicação;
- Meios de comunicação social;
- Suportes magnéticos e tecnologia *Web*;
- Realização de eventos de informação e esclarecimento;
- Painéis de publicidade;
- *Mailings* informativos (*direct mailing*);
- Compilação e divulgação de informação.

O impacto das acções de informação e publicidade será ainda avaliado através de indicadores de resultado (quantificação do efeito directo e imediato - ex: nº de visitas ao sítio *web*, nº de participantes num *workshop*, etc), de realização (nº de acções realizadas em relação ao programado) e financeiros (despesa realizada em relação à programada).

Com o objectivo de avaliar a qualidade das acções, serão efectuados inquéritos aos participantes dos eventos e aos destinatários das publicações.

No âmbito dos trabalhos do Comité de Acompanhamento do PRORURAL será assegurada informação regular sobre o Plano de Comunicação e examinada, no quadro do relatório anual de execução do Programa, o capítulo sobre as acções de informação e publicidade.

As despesas inerentes à concretização das acções de informação e publicidade no âmbito do Plano de Comunicação serão suportadas por dotações financeiras inscritas na Medida Assistência Técnica do PRORURAL.

O orçamento indicativo anual do Plano é o seguinte:

Quadro 67 - Orçamento indicativo do Plano de Comunicação do PRORURAL

| Anos | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Total |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Orçamento (€) | 20.000 | 60.000 | 60.000 | 50.000 | 40.000 | 40.000 | 30.000 | 300.000 |

A despesa previsional corresponde a 0,09% da Despesa Pública programada para o PRORURAL, atingindo, 7,26% da despesa prevista para a Medida Assistência Técnica.

13.2. Acções para informar os beneficiários potenciais e os beneficiários do Programa

Estas acções têm como objectivo informar com clareza, detalhe e actualidade todos os potenciais interessados acerca das possibilidades proporcionadas pelo programa e das regras de acesso ao respectivo financiamento.

O público-alvo destas acções de informação abrangerá os beneficiários/destinatários potenciais e os beneficiários/destinatários do programa, organizações profissionais, parceiros económicos, sociais e ambientais, organismos envolvidos na promoção da igualdade entre homens e mulheres e outras organizações da sociedade civil.

As informações a disponibilizar incidirão, prioritariamente, sobre:

- Os procedimentos administrativos que deverão ser seguidos na apresentação das candidaturas;
- A descrição dos procedimentos de análise das candidaturas;
- As condições de elegibilidade e/ou critérios de selecção e de avaliação das candidaturas;
- Os contactos ao nível regional, local ou nacional, que podem ser utilizados pelos interessados para obtenção de esclarecimentos sobre a forma de funcionamento do Programa e sobre os critérios de selecção e de avaliação das candidaturas.

Na implementação destas acções de informação serão envolvidas todas as entidades que possam actuar como entidades de ligação com os beneficiários/destinatários potenciais e os beneficiários/destinatários do programa, nomeadamente, as autoridades regionais e locais, parceiros económicos e sociais, organizações profissionais, organizações não governamentais, especialmente organismos que promovam a igualdade entre homens e mulheres e que actuem no domínio da

protecção do ambiente, centros de informação da Europa e representações da Comissão Europeia nos Estados Membros.

Os beneficiários/destinatários potenciais e beneficiários/destinatários do Programa são, designadamente:

- Os agricultores e produtores florestais;
- As empresas de comercialização e transformação de produtos agrícolas e florestais;
- As organizações do sector agro-florestal;
- As instituições públicas com intervenção no sector;
- Os agentes de desenvolvimento rural.

As acções de informação previstas utilizarão os seguintes suportes:

Informação escrita e publicações:

- Edição de uma brochura de divulgação do Programa e de cada uma das Medidas que o integram, evidenciando os objectivos que o motivam e os meios que disponibiliza;
- Edição de folhetos de divulgação de cada uma das Medidas que constam do Programa, utilizando conteúdos de texto e de imagens que, de forma clara e simples, contribuam para um bom conhecimento das ajudas e meios disponibilizados e incentivem a sua utilização;
- Edição de cartazes de divulgação.

Realização de eventos de comunicação:

- Sessões públicas de divulgação do Programa em cada um dos Concelhos da Região Autónoma dos Açores;
- Sessões públicas de divulgação do Programa para os empresários de comercialização e transformação de produtos agrícolas e florestais;
- Sessões públicas de apresentação do Programa para os produtores e empresários agrícolas e florestais;
- Sessões de divulgação em parceria com as organizações regionais do sector agro-florestal e os agentes de desenvolvimento rural;

- Realização de um concurso bi-anual para os melhores projectos agrícolas, florestais e agro-industriais respeitando critérios pré-definidos e inteiramente correlacionados com os objectivos do Programa.

Meios de comunicação social:

- Edição de programas-tipo de rádio e televisão, incluindo divulgação das medidas de apoio e participação de agricultores que tiveram apoios comunitários em anteriores QCA's, para difusão em Emissoras de Rádio regionais e locais e RTP Açores;
- Edição de encartes especializados em alguns desses órgãos;
- Entrevistas especializadas;
- Edição anual de um encarte com os resultados do Programa e apresentação de experiências de acções e projectos realizados por agricultores e empresários com o apoio do Programa;
- Esclarecimentos.

Suportes magnéticos e tecnologia Web:

- Edição de um *cd-rom* com o conteúdo integral do Programa, desenhado de forma que permita a sua consulta interactiva e o “descobrir” das suas potencialidades de apoio;
- Criação e manutenção de um *Site* na *Internet* com:
 - Informação actualizada e detalhada sobre todas as medidas e acções, tipo de ajudas, taxas de co-financiamento comunitário e requisitos de candidatura, disponíveis para todo o público em geral, constituindo assim um guia para utilização do Programa por todos os potenciais beneficiários/destinatários;
 - Acesso, via *Intranet*, a ferramentas de utilização diária, para todos os que intervêm directamente na gestão de candidaturas, possibilitando-lhes um acesso rápido e claro a todos os procedimentos que devem ser executados para uma boa gestão administrativa, técnica e financeira de projectos em análise ou em execução.

Realização de eventos de informação e esclarecimento:

- Organização, a nível regional, de *workshops* com vista à análise e recolha de experiência da aplicação dos fundos públicos utilizando casos concretos de projectos e investimentos realizados;
- Organização, a nível regional, de visitas de demonstração a projectos de sucesso financiados pelo Programa.

Painéis de publicidade:

- Afixação, de acordo com as regras e requisitos definidos pela União Europeia, de painéis de publicidade nos projectos apoiados pelo Programa de forma a evidenciar o contributo dos fundos públicos na realização desses investimentos.

13.3. Acções para informar os beneficiários do Programa acerca da contribuição comunitária

A Autoridade de Gestão assegurará que a notificação de aprovação da candidatura/projecto informará o beneficiário dos recursos públicos que lhe estão a ser disponibilizados, de que os mesmos são co-financiados pelo FEADER, bem como do Eixo prioritário do Programa em que esse financiamento se enquadra.

13.4. Acções para informar o público em geral acerca do papel desempenhado pela Comunidade no programa e dos respectivos resultados.

Estas acções têm como objectivos:

- Dar a conhecer que o Programa é uma acção conjunta da União Europeia e do Estado Português, através da Região Autónoma dos Açores, colaboração que prossegue objectivos específicos comuns, e que tem a participação financeira da União Europeia que, acrescentada ao investimento regional, multiplica o seu efeito;
- Divulgar o PRORURAL aprovado pela Comissão Europeia, bem como as respectivas actualizações, os principais resultados da sua implementação e a sua conclusão;
- Publicar a lista de beneficiários que recebe apoios no âmbito do PRORURAL, a respectiva designação das operações e os montantes de despesa pública associados (em formato electrónico ou outro, no respeito pela Directiva 95/46/EC relativa à protecção de dados pessoais). Os beneficiários do programa serão avisados, na notificação de aprovação da sua candidatura, de que a aceitação do apoio implica a inclusão do seu nome numa lista que será publicada.
- Zelar pelo cumprimento das obrigações dos beneficiários do programa relativas à publicitação do financiamento dos seus investimentos, de acordo com as regras referidas nos pontos 2.2, 3.1 e 4 do Anexo VI do Regulamento (CE) 1974/2006, e consciencializá-los para a importância do seu papel na divulgação da existência e dos resultados da política de desenvolvimento rural europeia.

As acções previstas para informar o público geral utilizarão os seguintes suportes:

Informação escrita e publicações:

-
- Edição de uma *Newsletter* anual de actualização de informação sobre o Programa e divulgação da respectiva execução, quer em termos globais e financeiros, quer apresentando situações concretas de projectos apoiados e respectivas boas práticas;
 - Edição dos relatórios anuais de execução e das avaliações do Programa.

Realização de eventos de comunicação:

- Participação em feiras e exposições com stand próprio ou em associação com outras instituições.

Meios de comunicação social:

- Inserção de publicidade ao Programa nos principais órgãos de comunicação social de implantação regional;
- Inserção de *banners* em algumas das edições on-line de órgãos de comunicação social;
- Contactos com a imprensa;
- Notas informativas, *briefings* e conferências de imprensa;
- Visitas guiadas de grupos de jornalistas a projectos apoiados pelo Programa.

Suportes magnéticos e tecnologia Web:

- Criação e manutenção de um Site na Internet com:
 - Informação actualizada e detalhada sobre todas as medidas, tipo de ajudas, taxas de co-financiamento comunitário e requisitos de candidatura, disponível para o público em geral, constituindo assim um guia para utilização do Programa por todos os que pretendem beneficiar dele;
 - Informação rigorosa sobre a execução, quer material, quer financeira, do Programa, numa perspectiva de gestão transparente dos recursos públicos utilizados.

Realização de eventos de informação e esclarecimento:

- Organização de Mostras do Investimento através de diferentes acções que dêem visibilidade às aplicações dos recursos comunitários em iniciativas de impacto.

Painéis de publicidade:

- Afixação, de acordo com as regras e requisitos definidos pela União Europeia, de painéis de publicidade nos projectos apoiados pelo Programa de forma a evidenciar o contributo dos fundos públicos na realização desses investimentos.

14. DESIGNAÇÃO DOS PARCEIROS CONSULTADOS E RESULTADOS DAS CONSULTAS

De acordo com os artigos 6º e 16º, alínea j), do Regulamento (CE) nº 1698/2005, o PRORURAL foi preparado em parceria alargada, através da participação directa de:

- Todos os Departamentos da Secretaria Regional de Agricultura e Florestas (SRAF), através dos trabalhos de um grupo interno criado para a preparação do Programa (“Grupo FEADER”).
- Outras Autoridades públicas regionais, particularmente a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), no âmbito da componente ambiental do desenvolvimento rural, bem como a Vice-presidência do Governo e Secretarias Regionais da Economia, do Ambiente e do Mar e da Educação e Ciência para compatibilização de estratégias e dos programas em preparação relativos às intervenções dos vários fundos comunitários.
- Autoridades públicas nacionais, nomeadamente o IFADAP/INGA.
- Organizações profissionais, parceiros económicos, sociais e ambientais, organismos envolvidos na promoção da igualdade entre homens e mulheres (adiante designados por “parceiros económicos e sociais”), em consulta escrita sobre documentos em elaboração (Regulamentos comunitários, PEN e PRORURAL), em consulta presencial no âmbito do Conselho Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Conselho de Concertação Estratégica, ou em reuniões com o Secretário Regional da Agricultura e Florestas e/ou Direcções Regionais e Institutos da SRAF.
- Público em geral através da colocação do PEN, PRORURAL e do respectivo relatório ambiental na *internet*.

Neste âmbito convém ainda relevar que os principais parceiros económicos e sociais foram consultados, numa fase prévia à preparação do PRORURAL sobre:

- A “Proposta de Regulamento relativo ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)”, através de consulta escrita realizada em 18 de Janeiro de 2005, à qual responderam a Universidade dos Açores, a Federação Agrícola dos Açores e a Associação Agrícola de São Miguel;
- A proposta de “Plano Estratégico Nacional”, através de consulta escrita realizada em 4 de Outubro de 2006, à qual responderam, para além da SRAM, enquanto parceiro institucional, a Federação Agrícola dos Açores e a Associação Agrícola de São Miguel.

Os quadros que se seguem apresentam as listas dos principais parceiros económicos e sociais consultados e consultas realizadas:

Quadro 68 - Lista dos principais parceiros económicos e sociais consultados

| SIGLA | DESIGNAÇÃO |
|-------------|--|
| FAAçores | Federação Agrícola dos Açores |
| AAIFaial | Associação de Agricultores do Faial |
| AASJorge | Associações de Agricultores SãoJorge |
| AAPico | Associação de Agricultores Pico |
| AAFlores | Associação Agrícola das Flores |
| AASMiguel | Associação de Agricultores de S. Miguel |
| AAITerceira | Associação de Agricultores da Terceira |
| AASTMaria | Associação de Agricultores de Santa Maria |
| AACorvo | Associação Agrícola do Corvo |
| AAGraciosa | Associação de Agricultores da Graciosa |
| AJAFaial | Associação de Jovens Agricultores do Faial |
| AJAGraciosa | Associação de Jovens Agricultores da Graciosa |
| AJASJorge | Associação de Jovens Agricultores de S. Jorge |
| AJASMiguel | Associação de Jovens Agricultores de S. Miguel |
| AJATerceira | Associação de Jovens Agricultores da Terceira |
| AJAPico | Associação de Jovens Agricultores Picoenses |
| ADELIAÇOR | Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores |
| GRATER | Associação de Desenvolvimento Regional |
| ASDEPR | Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural |
| ARDE | Associação Regional para o Desenvolvimento |
| CCIA | Câmara de Comércio e Indústria dos Açores |
| ANIL | Associação Nacional de Industriais de Lacticínios |
| UNICOL | União de Cooperativas de Lacticínios Terceirense |
| UNILEITE | União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha de São Miguel |
| UNIQUETJO | União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge |
| CALF | Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial |
| LACTOPICO | Lacticínios da Ilha do Pico, CRL |
| CAUS | Cooperativa Agrícola União Sebastianense |
| CVRAçores | Comissão Vitivinícola Regional dos Açores |
| FRUTER | Associação de Hortofruticultores da Ilha Terceira |
| FRUTAÇOR | Cooperativa Agrícola Açoreana de Hortofruticultura |
| PROFRUTOS | Cooperativa de Produtores de Frutas, Produtos Hortícolas e Florícolas de São Miguel |
| UA | Universidade dos Açores |
| APLF | Associação de Proprietários da Lagoa das Furnas |
| FCA | Federação de Caçadores dos Açores |
| SETAA | Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas |
| QUERCUS | Núcleo de S. Miguel da Quercus |
| AEAA | Associação Ecológica Amigos dos Açores |
| GÊ-QUESTA | Associação de Defesa do Ambiente Gê-Questa |
| UMAR | União das Mulheres Alternativa e Resposta |

Fonte: SRAF

Quadro 69 - Lista das principais consultas realizadas

| Data | | Entidade promotora da consulta | Tipo de consulta | Documentos em consulta |
|-----------|-----------|--|--|---|
| Início | Fim | | | |
| 01-Set-06 | - | Conselho Regional de Concertação Estratégica (CRCE) | Consulta escrita e presencial (São Miguel) aos membros do CRCE | "Preparação do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores para o período 2007-2013" - Agosto 2006 e outros documentos relativos à preparação das intervenções FEDER, FC, FSE e FEP |
| 04-Out-06 | 12-Out-06 | SRAF | Consulta escrita aos parceiros institucionais, económicos e sociais. Consulta ao público em geral através da <i>internet</i> . | "Plano Estratégico Nacional"- versão de Setembro 2006 e "Preparação do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores para o período 2007-2013" - Agosto 2006 |
| 15-Nov-06 | - | Conselho Regional de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (CRAFDR) | Consulta presencial aos membros do CRAFTDR (Faial) | "Plano Estratégico Nacional"- versão de Setembro 2006 e "Preparação do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores para o período 2007-2013" - Agosto 2006 |
| 22-Dez-06 | 10-Jan-07 | SRAF | Consulta escrita à FAA, Associações de Agricultores e de Jovens Agricultores e aos GAL | PRORURAL - versão de Dezembro de 2006 (medidas 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 1.11, 2.1, 2.2, 2.3, 2.5 e medidas dos eixos 3 e 4) |
| 18-Jan-07 | - | DRACA | Consulta presencial à AASM e AJASM (São Miguel) | PRORURAL - versão de Dezembro de 2006 |
| 22-Jan-06 | 05-Fev-07 | SRAF | Consulta escrita aos parceiros institucionais, económicos e sociais. Consulta ao público em geral através da <i>internet</i> . | PRORURAL - versão de Janeiro de 2007 |
| 25-Jan-07 | - | IAMA e DRRF | Consulta presencial à AASM e AJASM (São Miguel) | PRORURAL - versão de Janeiro de 2007 |
| 26-Jan-07 | - | DRACA | Consulta presencial à AAIT, AJAT e FRUTER (Terceira) | PRORURAL - versão de Janeiro de 2007 |
| 29-Jan-07 | - | SRAF/ Avaliadores | Consulta presencial aos parceiros económicos e sociais das ilhas do Grupo Central e Ocidental (Terceira). Consulta/Reunião de trabalho com a SRAM. | PRORURAL - versão de Janeiro de 2007 |
| 30-Jan-06 | - | SRAF/ Avaliadores | Consulta presencial aos parceiros económicos e sociais das ilhas do Grupo Oriental (São Miguel) | PRORURAL - versão de Janeiro de 2007 |
| 05-Fev-07 | - | DRACA | Consulta presencial aos GAL (Terceira) | PRORURAL - versão de Janeiro de 2007 |
| 04-Abr-07 | - | SRAF | Consulta escrita à SRAM | Proposta de Relatório Ambiental - versão de Abril 2007 |
| 12-Abr-07 | - | SRAF/ Avaliadores | Consulta/Reunião de trabalho com a SRAM (Terceira) | Proposta de Relatório Ambiental - versão de Abril 2007 |
| 23-Abr-07 | - | SRAF | Consulta escrita à SRAM | Proposta de Relatório Ambiental - versão de Abril 2007 revista |
| 26-Abr-07 | 17-Mai-07 | SRAF | Consulta escrita aos parceiros institucionais e económicos e sociais. Consulta ao público em geral através da <i>internet</i> | PRORURAL e Relatório Ambiental - versões de Abril de 2007 |

Fonte: SRAF

14.1. Resultados das consultas

O processo de consultas e parceria foi longo e concluiu-se a 17 de Maio de 2007. No âmbito das diversas consultas realizadas foram recebidos vários contributos dos parceiros económicos e sociais, muitos dos quais foram sendo acolhidos no PRORURAL. No Anexo III apresentam-se os quadros que resumem os resultados das consultas realizadas (principais contributos recebidos, por parceiro, e sugestões acolhidas no PRORURAL, por Eixo e Medida).

No âmbito da parceria institucional ao nível regional esta foi enquadrada pelas orientações e objectivos estratégicos do Governo Regional para o período de programação 2007-2013. Relativamente aos

parceiros institucionais releva a parceria estabelecida com a SRAM no âmbito da qual merecem destaque:

- As melhorias substanciais introduzidas na caracterização da situação de base e no Relatório Ambiental;
- A reformulação das medidas do Eixo 2 particularmente da “Protecção das Lagoas” e dos “Pagamentos Natura 2000”.

Não obstante a SRAM ter recomendado um reforço da dotação financeira dos “Pagamentos Natura 2000” e a introdução de pagamentos relacionados com a Directiva 2000/60/CE, a dotação financeira disponível para o Programa e o equilíbrio entre medidas não permitiram uma resposta mais positiva a estas recomendações.

Por outro lado, não foi possível, no âmbito desta parceria, estabelecer em tempo útil valores para vários indicadores de caracterização da situação inicial, particularmente os relacionados com a biodiversidade (tendências da evolução da população de aves comuns em zonas agrícolas e SAU nas áreas agrícolas de elevado valor natural), por indisponibilidade de informação fiável. A parceria entre a SRAM e a SRAF, que se prolongará pelo período de aplicação do PRORURAL, inclui, nos seus objectivos, o cálculo e acompanhamento destes e outros indicadores relacionados com o Eixo 2.

Ainda no âmbito da parceria institucional destacam-se os contributos do IFADAP/INGA relativamente à Medidas 2.1 e 2.2, que incidiram sobre regras de gestão das Medidas/Acções e foram na maioria acolhidos.

Declara-se ainda que, de acordo com o disposto no nº 1, alínea b), do Artigo 9º da Directiva 2001/42/CE, as considerações ambientais foram integradas no programa e que o relatório ambiental elaborado em conformidade com o artigo 5º, as observações apresentadas em conformidade com o artigo 6º e os resultados das consultas realizadas em conformidade com o artigo 7º foram tomados em consideração em conformidade com o artigo 8º.

15. IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E NÃO DISCRIMINAÇÃO

15.1. Igualdade entre homens e mulheres

A promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres corresponde a uma preocupação comunitária, nacional e regional claramente incorporada no PRORURAL. Podem, neste âmbito, ser identificados quatro domínios prioritários de intervenção:

- Melhoria das condições de vida e de trabalho correspondendo às necessidades das mulheres;
- Acessibilidade das mulheres ao mercado de emprego;
- Promoção da participação das mulheres na criação de actividades económicas;
- Promoção da participação das mulheres nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento.

Para cada um destes domínios podem identificar-se, em geral, dois grandes tipos de acções, nomeadamente, aquelas que visam directamente a promoção da equidade e as que têm por objectivo atenuar as desigualdades.

O PRORURAL, pela sua natureza específica, quer em matéria de objectivos, quer no que respeita aos instrumentos e estratégia que lhe estão subjacentes, privilegia o acolhimento de medidas segundo tipo, com particular incidência em sede de promoção da igualdade, sem prejuízo da obtenção de impactos positivos ao nível da promoção da equidade.

Os indicadores de acompanhamento previstos para as diversas medidas permitirão avaliar a cada momento o modo como o princípio da igualdade vai sendo cumprido. Os domínios de intervenção atrás descritos serão priorizados em sede de avaliação de projectos e objecto de avaliação no quadro da avaliação do Programa.

15.2. Não discriminação

Nos termos do artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, que consagra o princípio da igualdade, todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Mais afirma o nº 2 do mesmo artigo que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.”

Constitui também um dos objectivos do Programa do IX Governo Regional dos Açores: “Promover a igualdade entre géneros pugnando para que nenhuma mulher deixe de trabalhar por não ter condições pessoais e familiares para o fazer, nomeadamente por falta de estruturas de apoio social e na maternidade e por inexistência de igualdade de oportunidades”.

No quadro do PRORURAL tais princípios serão rigorosamente acautelados garantindo-se que nenhum dos factores enunciado será considerado, directa ou indirectamente relevante, para a aplicação das medidas do programa, seja em termos de condições ou factores de acesso ou selecção, seja em termos de parâmetros de avaliação e decisão das candidaturas.

16. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

16.1. Actividades de Assistência Técnica

Enquadramento Legal

| | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| Regulamento (CE) N.º 1698/2005: | Artigo 66º |
| Regulamento (CE) n.º 1974/2006: | Artigo 40º e Anexo II, ponto 1.6.1 |
| Código de medidas (CE): | 511- Assistência Técnica |

Objectivos

Esta medida visa criar as condições para um desenvolvimento eficaz das actividades de preparação, coordenação, informação, gestão, controlo, acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

Descrição

A Medida será executada com base num “Plano de Actividades Plurianual”, da responsabilidade da Autoridade de Gestão, cobrirá todo o período de programação, e deverá integrar as actividades elegíveis a executar pelas entidades com responsabilidades nas diferentes funções necessárias à boa gestão e execução do programa. Este Plano, que incluirá as actividades relacionadas com a execução do “Plano de Comunicação”, será aprovado pela Unidade de Gestão do Programa.

O circuito de gestão e controlo de execução física e financeira da Medida cumprirá os princípios e regras de gestão instituídos pelo programa.

Beneficiários

- Autoridade de Gestão do PRORURAL;
- Membros da Unidade de Gestão do PRORURAL;
- Organismo Pagador;
- Organismos de controlo.

Despesas Elegíveis e Regime de Apoio

Serão considerados elegíveis e financiados a 100%, os custos relativos às despesas incorridas com:

- Salários e encargos sociais com recursos humanos;
- Aquisição e manutenção de bens e equipamentos;
- Aquisição de serviços;
- Elaboração de estudos e auditorias;
- Elaboração e difusão de informação e publicidade;

directamente imputáveis às actividades de preparação, coordenação, informação, gestão, controlo, acompanhamento e avaliação do PRORURAL, até ao limite máximo de 4% da dotação financeira do PRORURAL nos termos do nº2 do artigo 66º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

A despesa pública será co-financiada pelo FEADER e pelo orçamento regional em, respectivamente, 85% e 15%.

16.2. Rede Rural Nacional

Nos termos do 2º parágrafo no nº 3 do artigo 66º do Regulamento (CE) Nº 1698/2005, Portugal apresentará um programa específico para a criação e funcionamento da Rede Rural Nacional.

17. ANEXOS

17.1. ANEXO I - Indicadores de Base - Objectivos e Contexto

Indicadores de Base - Objectivos (ponto I.1 do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

| Eixo | Indicador | | Medida | Fonte | Ano | Unidade | Valor PRORURAL | Referência no texto* | |
|--|-----------|---|---|--|--|-----------------|-------------------------------------|----------------------|----------|
| Horizontal | 1 | * | Desenvolvimento Económico | PIB <i>per capita</i> em pps - UE25=20.478 pps=100 | Eurostat – Contas Nacionais | média 2000-2002 | índice em pps | 61,6 | 311, Q8 |
| | 2 | * | Taxa de emprego | Taxa de emprego (pessoas empregadas da classe de idade 25-64 no total da população da mesma classe de idade) | Eurostat-Inquérito ao Emprego | 2004 | % | 63,3 | 311, Q8 |
| | 3 | * | Taxa de desemprego | Taxa de Desemprego (na população activa) | Eurostat-Inquérito ao Emprego | 2005 | % | 4,1 | 311, Q8 |
| EIXO 1- Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal | 4 | * | Formação e educação na Agricultura | Agricultores com formação agrícola | Eurostat – IEAA | 1999-2000 | % | 7 | 312, Q15 |
| | 5 | | Estrutura Etária no sector agrícola | Rácio: agricultores com menos de 35 anos / agricultores com 55 anos ou mais | INE – IEAA | 2005 | % | 11,6 | 312, Q15 |
| | 6 | * | Produtividade do trabalho no sector agrícola | VAB/UTA, UE 25= €17.145 =100 (2003) | Eurostat -CEA | 2000 | índice em euros | 0,59 | 312, Q15 |
| | 7 | | Formação Bruta de Capital Fixo no sector agrícola | FBCF (milhões de euros) | Eurostat -CEA | 2000 | milhões de euros | 29,2 | 312, Q15 |
| | 8 | | Evolução do emprego no sector primário | Emprego no sector primário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | milhares de pessoas empregadas | 12,9 | 311, Q8 |
| | 9 | | Desenvolvimento económico no sector agrícola | VAB do sector primário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | milhões de euros | 278 | 311, Q8 |
| | 10 | * | Produtividade do trabalho na indústria alimentar | VAB/empregado na indústria alimentar | INE- Contas Regionais 2003 (Base 1995) e Inquérito ao emprego 2004 | 2003 | milhares de euros/ pessoa empregada | 15,3 | 312, Q15 |
| | 11 | | Formação Bruta de Capital Fixo na indústria alimentar | FBCF na indústria alimentar | | | | nd | - |
| | 12 | | Evolução do emprego na indústria alimentar | Emprego na indústria alimentar | INE - Inquérito ao emprego | 2004 | milhares de pessoas empregadas | 5,9 | 312, Q15 |
| | 13 | | Desenvolvimento económico na indústria alimentar | VAB da indústria alimentar | INE- Contas Regionais (Base 1995) | 2003 | milhões de euros | 90 | 312, Q15 |
| | 14 | * | Produtividade do trabalho na floresta | VAB/empregado no sector florestal | | | | nd | - |
| | 15 | | Formação Bruta de Capital Fixo na floresta | FBCF no sector florestal | | | | nd | - |
| | 16 | | | | | | | na | - |

Indicadores de Base - Objectivos (ponto I.1 do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

(continuação)

| Eixo | Indicador | | | Medida | Fonte | Ano | Unidade | Valor PRORURAL | Referência no texto* |
|---|-----------|---|---|--|-----------|-------------|---------|----------------|----------------------|
| EIXO 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural | 17 | * | Biodiversidade: população de aves em áreas agrícolas | Tendências da evolução da população de aves comuns em zonas agrícolas | | | | nd | - |
| | 18 | * | Biodiversidade: áreas agrícolas de elevado valor natural | SAU nas áreas agrícolas de elevado valor natural | | | | nd | - |
| | 19 | | Biodiversidade: composição das espécies florestais | Áreas florestais com predominância de coníferas | SRAF-DRRF | vários anos | % | 16,3 | 313, Q21 |
| | | | | Áreas florestais com predominância de folhosas | SRAF-DRRF | vários anos | % | 45,1 | 313, Q21 |
| | | | | Áreas florestais mistas** | SRAF-DRRF | vários anos | % | 38,6 | 313, Q21 |
| | 20 | * | Qualidade da água: balanço de nutrientes | Valor médio do excesso de azoto | SRAM | 2001 | kg/ha | 60 | 313, Q21 |
| | 21 | | Qualidade da água: poluição por nitratos e pesticidas | Tendências anuais de concentração de nitratos em águas superficiais | | | | nd | - |
| | | | | Tendências anuais de concentração de pesticidas em águas subterrâneas e superficiais | | | | nd | - |
| | 22 | | Solo: áreas em risco de erosão | Áreas em risco de erosão | PROTA | 1996 | % | 5,8 | 313, Q31 |
| | 23 | | Solo: agricultura biológica | SAU em agricultura biológica | SRAF-IAMA | 2005 | ha | 66,5 | 313, Q21 |
| | 24 | * | Alterações climáticas: produção de energias renováveis na agricultura e florestas | Produção de energias renováveis a partir da agricultura | SRAF | 2006 | ktons | 0 | 313, Q21 |
| | | | | Produção de energias renováveis a partir da floresta | SRAF | 2006 | kToe | 0 | 313, Q21 |
| | 25 | | Alterações climáticas: Superfície Agrícola Útil afecta a energias renováveis | SAU dedicada a culturas energéticas e de biomassa | SRAF | 2006 | 1000 ha | 0 | 313, Q21 |
| | 26 | | Alterações climáticas: emissões de gases com efeito de estufa pela agricultura | Emissões de GEE gerados pela agricultura | | | | nd | - |

Indicadores de Base - Objectivos (ponto I.1 do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

(continuação)

| Eixo | Indicador | | | Medida | Fonte | Ano | Unidade | Valor PRORURAL | Referência no texto* |
|--|-----------|---|--|---|---|------|--------------------------------|----------------|----------------------|
| EIXO 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural | 27 | * | Agricultores com outras actividades | Agricultores com outras actividades remuneradas | INE - IEAA | 2003 | % | 38,8 | 312, Q15 |
| | 28 | * | Emprego nos sectores não agrícolas | Emprego nos sectores secundário e terciário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | milhares de pessoas empregadas | 87 | 311, Q8 |
| | 29 | * | Desenvolvimento económico nos sectores não agrícolas | VAB nos sectores secundário e terciário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | milhões de euros | 2.142 | 311, Q8 |
| | 30 | * | Desenvolvimento do auto-emprego | Empregados por conta própria | INE - Inquérito ao emprego | 2004 | milhares de pessoas empregadas | 21,6 | 311, Q8 |
| | 31 | | Infra-estruturas turísticas em áreas rurais | N.º de camas (em hotéis, parques de campismo e outros estabelecimentos) | SREA- Estatísticas do turismo | 2005 | camas | 9.532 | 314, P101 |
| | 32 | * | Utilização da Internet em áreas rurais | Indivíduos que utilizam Internet na RAA | SREA- Anuário Estatístico da RAA | 2005 | % | 26,3 | 314, Q38 |
| | 33 | * | Desenvolvimento do sector dos serviços | Peso das actividades de serviços no VAB | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 72,1 | 311, Q8 |
| | 34 | | Saldo migratório | Saldo migratório | Eurostat – População | 2004 | taxa por mil habitantes | 2,8 | 311, Q1 |
| | 35 | * | Formação contínua em áreas rurais | Adultos (25-64 anos) que participam em actividades escolares ou de formação | | | | nd | - |
| LEADER | 36 | * | Desenvolvimento dos grupos de acção local | População coberta por GAL | SRAF | 2006 | % | 93 | 315, Q43 |

nd- não disponível

na - não aplicável

* Ponto, Página, Quadro

Indicadores de Base - Contexto (ponto I.2 do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

| Eixo | Indicador | | Medida | Fonte | Ano | Unidade | Valor PRORURAL | Referência no texto* |
|---|-----------|--------------------------------------|---|-------------|------|-----------|----------------|----------------------|
| Horizontal | 1 | Designação de áreas rurais | | | | | Sim | 311, P13 |
| | 2 | Importância das áreas rurais | Território em zonas rurais | SRAF | 2006 | % | 99,6 | 311, P13 |
| EIXO 1-Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal | 3 | Uso das terras agrícolas | Terra arável | INE - IEAA | 2005 | % | 7,9 | 312, Q15 |
| | | | Pastagens permanentes | INE - IEAA | 2005 | % | 88,9 | 312, Q15 |
| | | | Culturas permanentes | INE - IEAA | 2005 | % | 2,8 | 312, Q15 |
| | 4 | Estrutura das explorações agrícolas | N.º de explorações agrícolas | INE - IEAA | 2005 | n.º | 15.285 | 312, Q15 / 311, Q13 |
| | | | SAU | INE - IEAA | 2005 | ha | 122.783 | 312, Q15 / 311, Q13 |
| | | | Dimensão média das explorações | INE - IEAA | 2005 | ha | 8 | 312, Q15 / 311, Q13 |
| | | | Explorações com menos de 5 ha | INE - IEAA | 2005 | % | 69,1 | 312, Q15 |
| | | | Explorações com 5 ha ou mais e menos de 50 ha | INE - IEAA | 2005 | % | 28,7 | 312, Q15 |
| | | | Explorações com 50 ha ou mais | INE - IEAA | 2005 | % | 2,3 | 312, Q15 |
| | | | Dimensão económica média das explorações | INE - IEAA | 2005 | UDE | 13,9 | 312, Q15 |
| | | | Explorações com menos de 2 UDE | INE - IEAA | 2003 | % | 44,5 | 312, Q15 |
| | | | Explorações com 2 UDE ou mais e menos de 100 UDE | INE - IEAA | 2003 | % | 54,6 | 312, Q15 |
| | | | Explorações com 100 UDE ou mais | INE - IEAA | 2003 | % | 0,9 | 312, Q15 |
| | | | Mão-de-obra agrícola | INE - IEAA | 2005 | UTA | 12.423 | 312, Q15 |
| | 5 | Estrutura das explorações florestais | Floresta de produção | SRAF – DRRF | 2006 | 1000 ha | 18,7 | 311, Q13 |
| | | | Floresta de produção pública | SRAF – DRRF | 2006 | % | 33 | 311, Q13 |
| | | | Floresta de produção privada | SRAF – DRRF | 2006 | % | 67 | 311, Q13 |
| | | | Dimensão média das explorações florestais privadas (ha) | RGA 1999 | 1999 | ha | 4,2 | 311, Q13 |
| | 6 | Produtividade florestal | Acréscimo anual em volume | SRAF-DRRF | 2004 | m3/ha/ano | 19,89 | 312, |

Indicadores de Base - Contexto (ponto I.2 do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

(continuação)

| Eixo | Indicador | | Medida | Fonte | Ano | Unidade | Valor PRORURAL | Referência no texto* |
|---|------------------------|---|---|------------------|-----------|---------|----------------|----------------------|
| EIXO 2-Melhoria do ambiente e da paisagem rural | 7 | Cobertura do Solo | Ocupação agrícola | PROTA | 2005 | % | 65 | 311,, Q13 |
| | | | Ocupação florestal | PROTA | 2005 | % | 9,2 | 311, Q13 |
| | | | Ocupação natural | PROTA | 2005 | % | 20,5 | 311, Q13 |
| | | | Ocupação artificial | PROTA | 2005 | % | 4,6 | 311, Q13 |
| | 8 | Zonas desfavorecidas | SAU em zonas não desfavorecidas | SRAF | 2000 | % | 0 | 313, Q21 |
| | | | SAU em zonas desfavorecidas de montanha | SRAF | 2000 | % | 0 | 313, Q21 |
| | | | SAU noutras zonas desfavorecidas | SRAF | 2000 | % | 0 | 313, Q21 |
| | | | SAU em zonas com <i>handicaps</i> específicos | SRAF | 2000 | % | 100 | 313, Q21 |
| | 9 | Zonas de agricultura extensiva | SAU com culturas aráveis extensivas | Eurostat - IEEA | 2005 | % | 7,3 | 313, Q21 |
| | | | SAU com pastagens permanentes | Eurostat - IEEA | 2005 | % | 88,9 | 313, Q21 |
| | 10 | Zonas incluídas na Rede Natura 2000 | Território abrangido pela Natura 2000 | SRAM | 2006 | % | 14,6 | 313, Q21 |
| | | | SAU em território Natura 2000 | SRAF-DRRF | 2007 | % | 8,6 | 313, Q21 |
| | | | Área Florestal em território Natura 2000 | SRAF-DRRF | 2007 | % | 27,1 | 313, Q21 |
| | 11 | Biodiversidade: florestas protegidas | Áreas florestais protegidas nas classes MCPFE 1.1, 1.2, 1.3 e 2 | | | | nd | - |
| | 12 | Desenvolvimento das zonas florestais | Incremento médio anual das áreas florestadas | SRAF-DRRF (PDRu) | 2000-2006 | ha/ano | 46,9 | 313, Q21 |
| | 13 | Sanidade do ecossistema florestal | % árvores (todas as espécies, coníferas, folhosas) nas classes de desfoliação 2-4) | | | | nd | - |
| | | | | | | | | |
| | 14 | Qualidade da Água | Território classificado como zona vulnerável à poluição com nitratos de origem agrícola | SRAM 2006 | 2006 | % | 1,6 | 313, Q21 |
| | 15 | Utilização da água | SAU irrigada (%) | INE-IEEA | 2005 | % | 0 | 313, Q21 |
| 16 | Florestas de protecção | Área de floresta de protecção no que respeita, principalmente, ao solo e à água | SRAF-DRRF | 2006 | % | 60-65 | 313, Q21 | |

Indicadores de Base - Contexto (ponto I.2 do Anexo VIII do Regulamento(CE) 1974/2006)

(continuação)

| Eixo | Indicador | | Medida | Fonte | Ano | Unidade | Valor PRORURAL | Referência no texto* |
|--|-----------|-----------------------------|--|---|------|---------|----------------|----------------------|
| EIXO 3-Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural | 17 | Densidade populacional | Densidade populacional | Censos 2001 | 2001 | hab/km2 | 104,1 | 311, Q1 |
| | 18 | Estrutura etária | População com menos de 15 anos | Censos 2001 | 2001 | % | 21,4 | 311, Q1 |
| | | | População com 15 a 64 anos | Censos 2001 | 2001 | % | 65,6 | 311, Q1 |
| | | | População com mais de 65 anos | Censos 2001 | 2001 | % | 13 | 311, Q1 |
| | 19 | Estrutura da economia | VAB no sector primário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 11,5 | 311, Q8 |
| | | | VAB no sector secundário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 16,4 | 311, Q8 |
| | | | VAB no sector terciário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 72,1 | 311, Q8 |
| | 20 | Estrutura do emprego | Emprego no sector primário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 12,9 | 311, Q8 |
| | | | Emprego no sector secundário | INE- Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 24 | 311, Q8 |
| | | | Emprego no sector terciário | INE-Contas Regionais Definitivas (Base 2000) | 2003 | % | 63,1 | 311, Q8 |
| | 21 | Desemprego de longa duração | Desemprego de longa duração (na população activa) | Eurostat-Inquérito ao Emprego | 2005 | % | 1,6 | 311, Q8 |
| | 22 | Níveis de instrução | População com 25 a 64 anos com um nível de instrução médio ou superior | Eurostat-Inquérito ao Emprego | 2004 | % | 17,2 | 311, Q1 |
| | 23 | Infra-estrutura Internet | Cobertura por DSL | Portugal Telecom | 2004 | % | 89 | 314, P106 |

nd- não disponível

na - não aplicável

* Ponto, Página, Quadro

17.2. ANEXO II - Indicadores de Realizações, de Resultados e de Impacto

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006) e Indicadores adicionais

EIXO 1

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|--|-----------------|-----------|-----------------------|---|-----------------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 1.1.1 | 111 | Formação profissional | N.º de participantes em acções de formação | 4.480 |
| | | | | | Por género (homens/mulheres): | 2.688/1.792 |
| | | | | | Por idade (< 40 anos/>40 anos): | 2.240/2.240 |
| | | | | | Por conteúdo da intervenção: | |
| | | | | | Novas tecnologias de informação | 2.688 |
| | | | | | Valorização da paisagem e protecção do ambiente | 2.688 |
| | | | | | Desenvolvimento de sistemas de qualidade | 4.032 |
| | | | | | Gestão agrícola, agro-alimentar e Florestal | 4.032 |
| | | | | | Produção de qualidade | 4.480 |
| | | | | | Especialização e diversificação agrícola, agro-alimentar e Florestal | 1.792 |
| | | | | | Sistemas de produção inovadores | 2.688 |
| | | | | | Outros | 2.688 |
| | | | | | Por tipo de participantes: | |
| | | | | | Pessoas em actividade no sector agrícola | 3.550 |
| | | | | | Pessoas em actividade no sector alimentar | 680 |
| | | | | | Pessoas em actividade no sector florestal | 250 |
| | | | | | N.º dias de formação recebidos (1 dia = 8 Horas de formação): | 2.069 |
| | | | | | N.º de acções de formação realizadas | 280 |
| | | | | | N.º de formadores | 840 |
| | | | | | N.º total de horas em acções de formação | 16.800 |
| | | 1.1.2 | 111 | Acções de Informação | N.º de participantes em acções de informação | 105.000 |
| | | | | | N.º dias de acções de informação recebidos (1 dia = 8 Horas de acções de informação): | 600 |
| | | | | | N.º de acções de informação realizadas | 128 |
| | | | | | N.º de oradores | 640 |
| | | | | | N.º total de horas em acções de informação | 640 |
| 1.2 | Instalação de jovens agricultores | | 112 | | N.º de jovens agricultores apoiados | 200-230 |
| | | | | | Por género (homens/mulheres): | 160-180 / 40-50 |
| | | | | | Por idade (18-30 e 31-40) | 55% e 45% |
| | | | | | Com ligação a processos de reforma antecipada | 50-100 |
| | | | | | Por ramo de actividade (Produção animal / Produção vegetal) | 120-150 / 80-90 |
| | | | | | Volume total de investimento associado a primeiras instalações (€) | 8.823.529 |

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006) e Indicadores adicionais

EIXO 1

(continuação)

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|---|-----------------|---------------|--|---|---------------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 1.3 | Reforma antecipada | | 113 | | N.º agricultores reformados antecipadamente | 300 |
| | | | | | N.º de trabalhadores assalariados reformados antecipadamente | 10 |
| | | | | | N.º de hectares libertos | 1600 |
| 1.4 | Serviços de gestão e aconselhamento | 1.4.1 | 114, 115 | Serviços de gestão e aconselhamento agrícola | N.º de novos serviços de gestão e aconselhamento agrícola | 5 |
| | | | | | N.º de agricultores apoiados | 1159 |
| | | 1.4.2 | 114, 115 | Serviços de aconselhamento florestal | N.º de novos serviços de gestão e aconselhamento florestal | 2 |
| | | | | | N.º de silvicultores apoiados | 50 |
| 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | | 121 | | N.º de explorações apoiadas | 1.200 - 1.500 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 27.434.842 |
| 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | | 122 | | N.º de explorações silvícolas apoiadas | 400 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 4.152.249 |
| | | | | | Área total beneficiada (ha) | 1600 |
| 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | | 123 | | N.º de projectos apoiados | 35 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 74.252.652 |
| 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | | 124 | | N.º de iniciativas de cooperação apoiadas | 30 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 5.500.000 |
| | | | | | N.º projectos que envolvam estruturas de I&DT | 10 |
| 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | | 121, 122, 123 | | N.º empresas apoiadas | 50 |
| | | | | | Capital de Risco / Garantia Mútua | Mai-45 |
| | | | | | N.º de participações em capital em empresas do sector | 5 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 5.000.000 |
| 1.10 | Catástrofes naturais | | 126 | | Área agrícola danificada objecto de apoio (por tipo de catástrofe e de acção) | nd |
| | | | | | Volume total de investimentos (€, por tipo de catástrofe e de acção) | 588.235 |

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006) e Indicadores adicionais

EIXO 1

(continuação)

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|--|-----------------|-----------|---|---|------------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 1.11 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 1.11.1 | 125 | Caminhos agrícolas e rurais | N.º de intervenções apoiadas | 40 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 21.000.000 |
| | | | | | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 800 |
| | | | | | Extensão de novos caminhos construídos (km) | 80 |
| | | | | | Extensão de caminhos beneficiados (km) | 50 |
| | | | | | Extensão de caminhos reabilitados (km) | 50 |
| | | 1.11.2 | 125 | Abastecimento de água às explorações agrícolas | N.º de intervenções apoiadas | 7 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 14.500.000 |
| | | | | | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 1.250 |
| | | | | | Área abrangida por intervenções relativas a redes de abastecimento de água (ha) | 5.000 |
| | | 1.11.3 | 125 | Abastecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | N.º de intervenções apoiadas | 248 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 4.500.000 |
| | | | | | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 248 |
| | | | | | Extensão de linhas de média tensão (km) | 40 |
| | | | | | Extensão de linhas de baixa tensão (km) | 65 |
| | | | | | N.º de postos de transformação | 55 |
| | | 1.11.4 | 125 | Ordenamento agrário e estruturação fundiária | N.º de intervenções apoiadas | 8 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 1.176.471 |
| | | | | | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 250 |
| | | | | | Área abrangida por planos de ordenamento (ha) | 22.000 |
| | | 1.11.5 | 125 | Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | N.º de intervenções apoiadas | 1 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 3.529.412 |
| | | | | | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 400 |

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006) e indicadores adicionais

EIXO 2

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|---|-----------------|-----------|--|--|------------------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 2.1 | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | | 212 | | N.º de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais | 5.000 - 7.500 |
| | | | | | Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais (ha): | 80.000 - 120.000 |
| | | | | | Rede Natura | 3% |
| 2.2 | Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 | 2.2.1 | 214 | Promoção de modos de produção sustentáveis | N.º de explorações agrícolas apoiadas | 1.500 - 2000 |
| | | | | | Superfície total apoiada (ha) | 32.000 - 37.000 |
| | | | | | Superfície líquida apoiada (ha) | 30.000 -35.000 |
| | | | | | N.º total de contratos | 1.550 - 2.050 |
| | | | | | N.º de acções relativas a recursos genéticos | 0 |
| | | 2.2.2 | 214 | Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | N.º de explorações agrícolas apoiadas | 550 - 750 |
| | | | | | Superfície total apoiada (ha) | 300 - 380 |
| | | | | | Superfície líquida apoiada (ha) | 280 - 360 |
| | | | | | N.º total de contratos | 580 -780 |
| | | | | | N.º de acções relativas a recursos genéticos | 200 - 300 |
| | | 2.2.3 | 213 | Pagamentos Rede Natura 2000 | N.º de explorações agrícolas apoiadas | 100 -180 |
| | | | | | Superfície total apoiada (ha) | 280 -360 |
| | | | | | Superfície líquida apoiada (ha) | 230 - 320 |
| | | | | | N.º total de contratos | 300 - 400 |
| | | | | | N.º de acções relativas a recursos genéticos | 300 - 400 |
| 2.3 | Apoio a Investimentos não produtivos | | 216 | | N.º de explorações apoiadas | 400 - 500 |
| | | | | | Área agrícola apoiada na recuperação de muros de pedra (ha) | 50 - 100 |
| | | | | | Nº de infra-estruturas agrícolas realizadas | Out-20 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 1.176.471 |

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006) e indicadores adicionais

EIXO 2

(continuação)

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|----------------------------|-----------------|--------------------|---|---|---------------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 2.4 | Gestão do espaço florestal | 2.4.1 | 221, 222, 223 | Investimentos para utilização sustentável das terras florestais | Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | |
| | | | | | N.º de beneficiários da ajuda à florestação | 30 |
| | | | | | N.º de hectares de terras florestadas | 450 |
| | | | | | Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | |
| | | | | | N.º de beneficiários | 10 |
| | | | | | N.º de hectares com novos sistemas agro-florestais | 25 |
| | | | | | Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | |
| | | | | | N.º de beneficiários da ajuda à florestação | 15 |
| | | | | | N.º de hectares de terras florestadas | 50 |
| | | 2.4.2 | 224, 225, 226, 227 | Valorização da utilização sustentável das terras florestais | Pagamentos Rede Natura 2000 | |
| | | | | | N.º de explorações silvícolas apoiadas | 75 - 100 |
| | | | | | Superfície florestal total beneficiária do apoio Natura 2000 (ha) | 1.000 - 1.150 |
| | | | | | N.º de contratos | 75 - 100 |
| | | | | | Pagamentos silvo-ambientais | |
| | | | | | N.º de explorações silvícolas apoiadas | 30 |
| | | | | | Superfície florestal total beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha) | 250 |
| | | | | | N.º de contratos | 30 |
| | | | | | Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | |
| | | | | | N.º de acções de prevenção /restabelecimento | 10 |
| | | | | | Superfície florestal danificada apoiada (ha) | 25 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 219.000 |
| | | | | | Investimentos não produtivos | |
| | | | | | N.º de produtores florestais apoiados | 30 |
| | | | | | Volume total de investimentos (€) | 176.471 |

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 3

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|---|-----------------|-----------|---|--|--|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 3.1.1 | 311 | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas | N.º total de beneficiários | 200 - 250 |
| | | | | | Por género: | 25% Mulheres |
| | | | | | Por classe etária: | 15% <30 anos |
| | | | | | Por tipo de actividade não agrícola: turismo, artesanato, comércio, energias renováveis, outras | 5%, 10%, 60%, 10%, 15% |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 2.352.941 |
| | | 3.1.2 | 312 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | N.º de micro-empresas apoiadas | 100-150 |
| | | | | | Por estatuto do promotor: | 50% empresários em nome individual |
| | | | | | Por classe etária: | 20% < 30 anos |
| | | | | | Por tipo de micro-empresa: | 20 % novas empresas |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 7.294.118 |
| | | 3.1.3 | 313 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | N.º de novas acções turísticas apoiadas | 100 - 150 |
| | | | | | Por tipo de actividade: (infra-estruturas de pequena escala, infra-estruturas de lazer, desenvolvimento/promoção de serviços turísticos): | 50% de projectos de infra-estruturas de pequena escala |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 4.235.294 |
| 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 3.2.1 | 321 | Serviços básicos para a economia e população rurais | N.º de acções apoiadas (por tipo de acções: infra-estruturas culturais, sociais, ambientais, TIC, energéticas, apoio às crianças e idosos, outras) | 80 - 100 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 10.676.809 |
| | | 3.2.2 | 323 | Conservação e valorização do património rural | N.º de acções apoiadas (por tipo de acções: herança natural, herança cultural) | 80 - 100 |
| | | | | | Volume total de investimento (€) | 15.120.475 |
| 3.3 | Formação e informação | | 331 | | N.º de agentes económicos participantes em acções apoiadas (por tipo de agentes, género, classe etária e conteúdo das acções) | 300, dos quais 20% mulheres |
| | | | | | N.º de dias de formação recebidos pelos participantes | nd |

Indicadores Comuns de Realizações (ponto II do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 4

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Realizações (output) | Metas |
|-----------------|---|-----------------|-----------|-----------------------------|--|-----------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 4.1 | Execução de estratégias locais de desenvolvimento | | 413 | | N.º de GAL: | 4 |
| | | | | | Superfície total das zonas dos GAL (Km2) | 2.314 |
| | | | | | População total das zonas dos GAL (n.º) | 224.865 |
| | | | | | N.º de beneficiários apoiados (individuais, por género e classe etária; sector privado, sector público, GAL) | nd |
| | | | | | Nº de projectos financiados pelos GAL (no âmbito do Eixo 3) | 860-1.150 |
| 4.2 | Cooperação LEADER | 4.2.1 | 421 | Cooperação interterritorial | N.º de projectos de cooperação apoiados | 10 - 12 |
| | | | | | Nº de GAL participantes na cooperação | 4 |
| | | 4.2.2 | 421 | Cooperação transnacional | N.º de projectos de cooperação apoiados | 4 - 8 |
| | | | | | Nº de GAL participantes na cooperação | 4 |
| 4.3 | Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios | | 431 | | N.º de acções de aquisição de competências apoiadas | 50 - 75 |
| | | | | | Nº de participantes nas acções de aquisição de competências, por tipo de acção | 12 - 24 |

Indicadores Comuns de Resultados (ponto III do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal

| Indicadores Comuns de Resultados | | MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Descrição | Metas |
|----------------------------------|--|-----------------|---|-----------------|---------------|--|--|-------------|
| | | Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 1 | N.º de participantes que terminaram com êxito uma actividade de formação relacionada com a agricultura e/ou silvicultura | 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 1.1.1 | 111 | Formação profissional | N.º de participantes que finalizaram com sucesso as intervenções | 4 256 |
| | | | | | | | Por género (homens/mulheres) | 2.554/1.702 |
| | | | | | | | Por idade (<40 anos/>40 anos) | 2.128/2.128 |
| | | | | | | | Com atribuição de certificado, grau ou diploma | 4 256 |
| | | | | 1.1.2 | 111 | Acções de Informação | Pessoas em actividade no sector agrícola | 3 372 |
| | | | | | | | Pessoas em actividade no sector alimentar | 646 |
| | | | | | | | Pessoas em actividade no sector florestal | 238 |
| | | | | | | | N.º de participantes que finalizaram com sucesso as intervenções | 105.000 |
| 2 | Aumento do Valor Acrescentado Bruto nas explorações/empresas apoiadas | 1.2 | Instalação de jovens agricultores | | 112 | | Acréscimo do VAB nas explorações beneficiárias do prémio à primeira instalação (%) | 15 |
| | | 1.3 | Reforma antecipada | | 113 | | Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (%) | nd |
| | | 1.4 | Serviços de gestão e aconselhamento | 1.4.1 | 114, 115 | Serviços de gestão e aconselhamento agrícola | Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (%) | 15 |
| | | | | 1.4.2 | 114, 115 | Serviços de aconselhamento florestal | Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (%) | 5 |
| | | 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | | 121 | | Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (%) | 15 |
| | | 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | | 122 | | Acréscimo de VAB nas explorações/ empresas apoiadas (%) | 10 |
| | | 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | | 123 | | Acréscimo de VAB nos sectores apoiados (€) | 2.227.500 |
| | | 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | | 124 | | Acréscimo de VAB das empresas apoiadas | nd |
| | | 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | | 121, 122, 123 | | Acréscimo de VAB das empresas apoiadas | 1.500.000 |

Indicadores Comuns de Resultados (ponto III do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal

(continuação)

| Indicadores Comuns de Resultados | | MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Descrição | Metas |
|----------------------------------|---|-----------------|--|-----------------|-----------|---|---|-----------|
| | | Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| | | 1.10 | Catástrofes naturais | | 126 | | Acréscimo de VAB das explorações apoiadas | nd |
| | | 1.11 | Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas | 1.11.1 | 125 | Caminhos agrícolas e rurais | Acréscimo de VAB nas explorações abrangidas pelas intervenções (%) | 35 |
| | | | | 1.11.2 | 125 | Abastecimento de água às explorações agrícolas | Acréscimo de VAB nas explorações abrangidas pelas intervenções (%) | 35 |
| | | | | 1.11.3 | 125 | Abastecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas | Acréscimo de VAB nas explorações abrangidas pelas intervenções (%) | 35 |
| | | | | 1.11.4 | 125 | Ordenamento agrário e estruturação fundiária | Acréscimo de VAB nas explorações abrangidas pelas intervenções (%) | 20 |
| | | | | 1.11.5 | 125 | Infra-estruturas de apoio à actividade florestal | Acréscimo de VAB nas explorações abrangidas pelas intervenções (%) | 10 |
| 3 | N.º de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas | 1.5 | Modernização das explorações agrícolas | | 121 | | N.º explorações que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas: | 600 - 800 |
| | | 1.6 | Melhoria do valor económico das florestas | | 122 | | N.º de explorações silvícolas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas | 75 |
| | | 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | | 123 | | N.º de empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas | nd |
| | | 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | | 124 | | N.º de entidades com introdução de novos produtos ou técnicas | 85 |

Indicadores Adicionais de Resultados

EIXO 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal

| MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Indicadores de Resultados | Metas |
|-----------------|---|-----------------|---------------|-----------------------|---|------------|
| Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 1.1 | Formação profissional e acções de informação | 1.1.1 | 111 | Formação profissional | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 4 032 |
| | | 1.1.2 | 111 | Acções de Informação | N.º de explorações beneficiadas pelas intervenções apoiadas | 94 500 |
| 1.3 | Reforma antecipada | | 113 | | Aumento da área média das explorações agrícolas. | 4 Ha |
| 1.7 | Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | | 123 | | Impacto Sectorial | |
| | | | | | Leite (1000 lt) | 525.000 |
| | | | | | Carne bovina (ton.) | 15.000 |
| | | | | | Rações (ton.) | 100.000 |
| | | | | | Aumento do valor de produção exportada (€) | 10.000.000 |
| 1.8 | Cooperação para a promoção da inovação | | 124 | | Aumento do valor de produção exportada (€) | 5.000.000 |
| 1.9 | Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros | | 121, 122, 123 | | N.º de <i>starts ups</i> criadas com capital de risco | 5 |
| | | | | | Relação capital de risco / capital investido | 1:03 |
| | | | | | Relação da garantia de risco / capital investido | 1:10 |

Indicadores Comuns de Resultados (ponto III do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 2 - Melhoria do Ambiente e da paisagem rural através da gestão do espaço rural

| Indicadores Comuns de Resultados | | MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Descrição | Metas |
|----------------------------------|--|-----------------|---|-----------------|--------------------|--|---|------------------|
| | | Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 6 | Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para: | 2.1 | Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas | | 212 | | Área em que a gestão do espaço rural é bem sucedida, evitando a marginalização e o abandono da terra (ha) | 80.000 - 120.000 |
| | | 2.2 | Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 | 2.2.1 | 214 | Promoção de modos de produção sustentáveis | Superfície, em que a gestão do espaço rural contribui para a qualidade da água (ha) | 80 - 100 |
| | a) A biodiversidade e a preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural; | | | | | | Superfície, em que a gestão do espaço rural contribui para a qualidade dos solos (ha) | 32.000 - 37.000 |
| | | | | 2.2.2 | 214 | Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos | Superfície, em que a gestão do espaço rural contribui para a biodiversidade e a preservação de sistemas agrícolas (ha): | 300 - 380 |
| | b) A qualidade da água; | | | | | | Superfície, em que a gestão do espaço rural contribui para a biodiversidade e a preservação de sistemas agrícolas (ha): | 280 - 360 |
| | | 2.3 | Apoio a Investimentos não produtivos | | 216 | | Área em que a gestão do espaço rural é bem sucedida (%) | 90 |
| | c) O combate às alterações climáticas | 2.4 | Gestão do espaço florestal | 2.4.1 | 221, 222, 223 | Investimentos para utilização sustentável das terras florestais | Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito (ha): | |
| | | | | | | | Apoio à primeira florestação de terras agrícolas | 450 |
| | d) A qualidade dos solos; | | | | | | Apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas | 25 |
| | | | | | | | Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas | 50 |
| | e) O combate à marginalização e ao abandono das terras | | | 2.4.2 | 224, 225, 226, 227 | Valorização da utilização sustentável das terras florestais | Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito (ha): | |
| | | | | | | | Pagamentos Natura 2000 em terras florestais | 1.000 - 1.150 |
| | | | | | | | Pagamentos silvo-ambientais | 250 |
| | | | | | | | Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção | 25 |

Indicadores Comuns de Resultados (ponto III do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 3 - Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas

| Indicadores Comuns de Resultados | | MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Descrição | Metas |
|----------------------------------|---|-----------------|---|-----------------|-----------|---|---|------------------------|
| | | Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 7 | Aumento do Valor Acrescentado Bruto não agrícola das actividades apoiadas | 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 3.1.1 | 311 | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas | Acréscimo do VAB não agrícola nas explorações apoiadas (%) | nd |
| | | | | 3.1.2 | 312 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | Acréscimo do VAB nas empresas apoiadas (%) | nd |
| | | | | 3.1.3 | 313 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | Acréscimo do VAB nas actividades apoiadas (%) | nd |
| 8 | Número bruto de empregos criados | 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 3.1.1 | 311 | Diversificação das explorações para actividades não agrícolas | Nº bruto de empregos criados | 100-150 |
| | | | | | | | Por género: | 25% Mulheres |
| | | | | | | | Por classe etária: | 15% < 30 anos |
| | | | | | | | Por tipo de actividade não agrícola: turismo, artesanato, comércio, energias renováveis, outras | 5%, 10%, 60%, 10%, 15% |
| | | | | 3.1.2 | 312 | Criação e desenvolvimento de micro-empresas | Nº bruto de empregos criados | 100-150 |
| | | | | | | | Por género: | 20 % mulheres |
| | | | | | | | Por classe etária: | 20% < 30 anos |
| | | | | | | | Por tipo de actividade não agrícola: turismo, artesanato, comércio, energias renováveis, outras | nd |
| | | | | 3.1.3 | 313 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | Nº bruto de empregos criados | 100 - 150 |
| | | | | | | | Por género: | 20% Mulheres |
| | | | | | | | Por classe etária: | 20% < 30 anos |
| | | | | | | | Por tipo de actividade não agrícola: turismo, lazer, outras | nd |
| | | 4.2 | Cooperação LEADER | 4.2.1 | 421 | Cooperação interterritorial | Nº bruto de empregos criados | 0 - 5 |
| | | | | 4.2.2 | 421 | Cooperação transnacional | Nº bruto de empregos criados | 0 - 5 |
| 9 | N.º adicional de turistas | 3.1 | Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural | 3.1.3 | 313 | Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural | N.º adicional de turistas (%) | 5% |

Indicadores Comuns de Resultados (ponto III do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

EIXO 3 - Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas

(continuação)

| Indicadores Comuns de Resultados | | MEDIDAS | | ACÇÕES | | | Descrição | Metas |
|----------------------------------|--|-----------------|--|-----------------|-----------|---|---|--|
| | | Código PRORURAL | Designação | Código PRORURAL | Código CE | Designação | | |
| 10 | População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados | 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 3.2.1 | 321 | Serviços básicos para a economia e população rurais | População beneficiada pela melhoria dos serviços (%) | 5% da população da área de acção do GAL |
| | | | | 3.2.2 | 323 | Conservação e valorização do património rural | População beneficiada pela melhoria dos serviços (%) | 3% da população da área de acção do GAL |
| 11 | Aumento da implantação da internet nas zonas rurais | 3.2 | Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | 3.2.1 | 321 | Serviços básicos para a economia e população rurais | Penetração da Internet nas zonas rurais (% de pessoas com acesso) | 10% da população da área de acção do GAL |
| 12 | N.º de participantes que terminaram com sucesso uma actividade de formação | 3.3 | Formação e informação | | 331 | | Participantes que terminaram com sucesso as acções de formação (%) (por género e classe etária) | 90% dos participantes |
| | | 4.3 | Funcionamento dos GAL, desenvolvimento de competências e animação nas zonas rurais | | 431 | | N.º de acções de formação bem sucedidas | 40 - 60 |

Indicadores Comuns de Impacto (ponto IV do Anexo VIII do Regulamento (CE) 1974/2006)

| Indicador | | | | Valor | Acréscimo |
|--|---|--|-------------------|------------|-----------|
| Designação | | Medida do Indicador | Unidade | | |
| 1. Crescimento económico | Crescimento económico do sector agro-florestal | Acréscimo do VAB | € | 23.768.564 | 9,82% |
| | Crescimento económico do sector agro-industrial | | | 3.341.250 | 7,23% |
| 2. Criação de emprego líquido | Criação de emprego no sector agrícola | Acréscimo líquido de emprego | UTAs | 380 | - |
| | Criação de emprego no sector florestal | | ETCs | 30 | - |
| | Criação de emprego no sector agro-industrial | | ETCs | 105 | - |
| | Criação de emprego noutros sectores em meio rural | | ETCs | 235 | - |
| 3. Produtividade do trabalho | Produtividade do trabalho no sector agro-florestal | Acréscimo do VAB por unidade de trabalho | €/UTA | 1.283 | 5,95% |
| | Produtividade do trabalho no sector agro-industrial | | €/ETC | 497 | 2,39% |
| 4. Inversão do declínio da biodiversidade | | Variação das populações de pombo trocaz e melro-preto | N.º de indivíduos | 0 | 0,00% |
| 5. Manutenção do elevado valor natural das terras agrícolas e florestais | Manutenção do elevado valor natural das terras agrícolas | Variação das áreas agrícolas de elevado valor natural | Ha | 0 | 0,00% |
| | Manutenção do elevado valor natural das terras florestais | Variação das áreas florestais de elevado valor natural | Ha | 0 | 0,00% |
| 6. Melhoria da qualidade da água | | Variação da quantidade de azoto utilizada | Tons | -53,8 | -0,73% |
| 7. Contribuição para o combate às alterações climáticas | | Acréscimo da produção de energias renováveis em meio rural | tep | 128,38 | - |

17.3. ANEXO III - Resumo dos resultados das consultas realizadas aos parceiros económicos e sociais

Resumo dos Resultados das Consultas aos Parceiros Económicos e Sociais - EIXO 1

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|--|--|
| Medida 1.1- Formação profissional e acções de informação | FAAçores | * A maioria das sugestões foi acolhida no PRORURAL. * A plataforma de <i>e-learning</i> para o sector florestal não foi considerada prática para a generalidade dos produtores florestais face à idade avançada e ao não domínio da tecnologia. |
| | Diferenciação das acções de formação por sectores, com especial atenção para os produtos de qualidade. | |
| | Acções de formação planeadas com as organizações de produtores. | |
| | Introdução de plataformas de <i>e-learning</i> no sector florestal. | |
| | AAITerceira | *Relativamente à dotação financeira e às entidades que ministrarão os cursos, o desenho desta Medida tem de ser analisado no âmbito da sua complementaridade com as intervenções do FSE. |
| | Canalização desta medida para as Organizações de Produtores. | |
| | Medida deveria estar vocacionada para a formação profissional complementar. | |
| | AJAITerceira | |
| | Novos cursos de curta duração, sobre temas específicos, definidos conjuntamente com as Associações Agrícolas destinados aos Jovens Agricultores. | |
| | Realização de Seminários, Colóquios, Congressos e Palestras com verbas salvaguardadas para esse efeito. | |
| | Seleção dos Jovens Agricultores consoante a sua vocação e aptidão para a actividade. | |
| | Cursos de formação ministrados pelas próprias Associações, proporcionando a estas as condições para tal. | |
| | As verbas destinadas à Formação Profissional e às Acções de Informação poderiam ser aumentadas. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|---|--|
| Medida 1.2- Instalação de Jovens Agricultores | FAAçores | <p>* O prémio foi alterado de modo a poder atingir 40 000 euros, desde que o Jovem Agricultor possua formação profissional e a instalação promova a agregação de duas ou mais explorações.</p> <p>* Mantiveram-se as tranches mas com novas regras: a 1ª tranche será no valor de 75%, concedida após a celebração do contrato de concessão da ajuda e a 2ª, no valor de 25%, após a conclusão do plano empresarial, bem como da verificação do cumprimento do mesmo, pela entidade gestora da medida.</p> <p>* A dotação financeira da Medida e as metas a atingir foram aumentadas.</p> <p>* Quando um Jovem Agricultor apresenta um projecto de investimento, a comparticipação será de 75%.</p> <p>* Os cursos devem estar completados no prazo máximo de 36 meses a contar da data da decisão individual da concessão do apoio.</p> |
| | Propõe elevar o Prémio à Primeira Instalação de 35.000 € para 40.000 € e 55.000 €, de acordo com as modalidades previstas no regulamento. | |
| | Propõe a discriminação positiva do Prémio à Primeira Instalação no caso de o candidato já possuir formação agrícola anterior à candidatura. | |
| | Discordam que o Prémio à Primeira Instalação seja pago em duas tranches. | |
| | Havendo tranches, a primeira tranche do prémio à primeira instalação deve ser liquidada num período não superior a 12 meses e a segunda logo que seja cumprido o plano empresarial. | |
| | Maior ambição na dotação de verbas nesta medida e nos objectivos a atingir. | |
| | Pedido de excepção para a aquisição de animais para a primeira instalação. | |
| | AAITerceira | |
| | Elevar o Prémio à Primeira Instalação de 35.000 € para 40.000 €. | |
| | Majoração do prémio caso o proponente tenha formação agrícola anterior à candidatura. | |
| | Manutenção do apoio à compra de animais na instalação do Jovem Agricultor. | |
| | Considera que a divisão do pagamento do apoio à instalação em duas tranches é contraproducente e que os prazos para a entrega deste apoio são por vezes demasiado demorados. | |
| | Majoração do prémio à primeira instalação no caso do Jovem Agricultor ter formação agrícola prévia à candidatura. | |
| | AJAFaial | |
| | Propõe elevar o Prémio à Primeira Instalação de 35.000 € para 40.000 €, devido à não elegibilidade da aquisição de animais. | |
| | Propõe que o pagamento do Prémio à Primeira Instalação, a ser efectuado em duas tranches, contemple uma primeira tranche de maior valor (cerca de 70% do valor total do prémio) e que o pagamento da segunda tranche não vá além do terceiro ano a contar da data de pagamento da primeira. | |
| | Redução do prazo para aferição da decisão individual de concessão de apoio, dos previstos 18 meses para 6 meses, com vista a evitar uma instabilidade e incerteza indesejáveis no início da actividade. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---------------------|--|---|
| | AAS Miguel | |
| | Atenção para candidaturas no limite da idade no início do Quadro. | |
| | Conclusão dos cursos de formação no prazo máximo de 36 meses a contar da data de celebração do contrato de atribuição da ajuda. | |
| | Aumento do prémio à primeira instalação para os 40.000 € e nível de ajuda dos investimentos elegíveis para 75%. | |
| | AJA Terceira | |
| | O prémio de instalação deverá ser de 40.000 € e haver bonificação de juros até perfazer os 55.000 €. | |
| | Implementação de um sistema de capital de risco. | |
| | Reforço da primeira tranche do prémio relativamente à segunda. | |
| | FRUTER | |
| | O pagamento da segunda tranche do prémio à primeira instalação seja efectuado após o relatório técnico sobre a realização da totalidade do investimento previsto. | |
| | AAI Faial | |
| | Recomenda que o prémio para a primeira instalação deva ser aumentado dos propostos 35.000 € para os 38.000 €. Esse aumento é justificado pelo facto da compra de animais não ser elegível. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---------------------------------|---|--|
| Medida 1.3 - Reforma Antecipada | FAAçores | * Foi incluída na Medida a majoração em 1.500 €/ano da indemnização de base anual, sempre que a transferência da exploração permita emparcelar uma área igual ou superior a 20% da área da exploração transmitida. |
| | Indemnização de base anual seja majorada em 1.500 €/ano sempre que a transferência da exploração permita emparcelar uma área igual ou superior a 20% da área da exploração transmitida. | |
| | AASMiguel | * Foi prevista a articulação da Medida com o "Banco de Terras". |
| | Incremento da ajuda na função inversa à da idade do cessionário. | |
| | Revisão dos limites máximos para recebimento da ajuda e apresentação da candidatura. | |
| | Importância da articulação da reforma antecipada com o "Banco de Terras". | |
| | AAITerceira | |
| | Majoração da indemnização de base anual em 1.500 €/ano sempre que a transferência da exploração permita emparcelar uma área igual ou superior a 20% da área da exploração transmitida em vez dos 30% previstos. | |
| | Aumento do prazo do pagamento de ajuda aos cedentes, sendo que neste momento está previsto um prazo de 10 anos. | |
| | Maior agilidade e rapidez no processo. | |
| | AJAITerceira | |
| | Diminuição da área a emparcelar, área essa necessária para obtenção da majoração por emparcelamento. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---|--|---|
| Medida 1.4- Serviços de gestão e aconselhamento | FAAçores | * Serão realizadas acções de formação junto das associações. * Os apoios previstos respeitam a regulamentação comunitária. |
| | Consideram “uma excelente oportunidade para os agricultores adquirirem um conjunto de conhecimentos e práticas essenciais no sentido de cumprir com as novas regras comunitárias relativas à Condicionalidade” e regozijam-se particularmente com a introdução de uma acção específica para a floresta (Acção 1.4.2 - Serviços de Aconselhamento Florestal). | |
| | Solicitam que sejam realizadas junto das Associações acções de informação sobre as condições de acesso, bem como as obrigações relativas a esta medida. | |
| | Celeridade na implementação de planos de formação para os técnicos das organizações. | |
| | AAITerceira | |
| | Preocupação com o possível atraso na execução da medida. | |
| | Acções de informação e formação sobre as condições de acesso, bem como as obrigações relativas a esta medida, junto das Associações. | |
| | Em relação aos serviços de aconselhamento florestal propõem que sejam as Associações que concorrerem para fazer o serviço aos outros agricultores que o possam prestar aos florestais. | |
| | AASMiguel | |
| | Esta medida não tem em conta os esforços já realizados por parte da Associação e da CUA neste sentido, podendo mesmo ser contraproducentes em relação ao trabalho já realizado. | |
| | AJAITerceira | |
| | Uniformização de formas e estratégias de aconselhamento, conjugada com o estabelecimento de intercâmbios entre Associações, Cooperativas e outras. | |
| | Reconhecimento do trabalho efectuado neste âmbito por Associações, Cooperativas e outras. | |
| | A utilização do serviço deverá ser comparticipada a 90 ou mesmo 95%. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|---|---|
| Medida 1.5- Modernização das explorações agrícolas | FAAçores | * Nos termos do ponto 2 do artigo 55º do Reg. (CE) nº 1974/2006, "os investimentos agrícolas relativos à compra de direitos de produção agrícola, de animais e de plantas anuais e sua plantação não são elegíveis para o apoio ao investimento. |
| | Louvam o acréscimo no nível de comparticipação a outros investimentos no sector pecuário, nos sectores de diversificação da produção e das actividades das explorações. | |
| | Propõe a elegibilidade da compra de animais para um jovem em regime de primeira instalação. | * A Medida foi alterada prevendo a comparticipação de 75% para os ATP's e não ATP's que apresentem projectos de investimento destinados à protecção do meio ambiente, à melhoria das condições de higiene nas explorações pecuárias e ao bem estar dos animais, bem como investimentos nos "sectores da diversificação" da produção regional. |
| | Inclusão na taxa de comparticipação de 75% (ambiente e bem-estar animal) a construção de estruturas tais como salas de ordenha e parques de alimentação cobertos, assim como de infra-estruturas para as explorações de carne, necessárias ao melhor manejo dos animais, e equipamentos como máquinas de ordenha. | |
| | Inclusão dos "Produtores em Regimes de Qualidade" na Tipologia de Investimentos. | * Os investimentos inferiores a 3000 euros, só poderão ser elegíveis quando se destinarem à aquisição de máquinas e equipamentos e serão objecto de ajudas estatais. |
| | Falta de ambição na dotação de medida. | |
| | AJASmiguel | * Foi incluída a taxa de ajuda de 75% para os projectos apresentados no âmbito dos Regimes de Qualidade. |
| | Propõe que seja aumentada a elegibilidade dos investimentos referentes à compra de terras, considerando baixo 10% do investimento total. | |
| | Nos projectos que visem a compra de terra por rendeiros, propõe que a exploração seja caracterizada apenas na situação após investimento. | * A dotação financeira da Medida e as metas a atingir foram aumentadas. |
| | Defendem a elegibilidade das despesas com a aquisição de animais reprodutores, especialmente para as explorações pecuárias. | |
| | AAITerceira | * As construções a apoiar serão definidas em sede de regulamentação regional. |
| | Definição das formas, condições de acesso e taxa de comparticipação dos projectos de valor até 3.000 €. | |
| | Maior simplificação, desburocratização, controlo e acompanhamento técnico na execução dos projectos. | * Nos termos do artigo 71 do Reg.(CE) 1698/2005, o valor da aquisição de terras se for superior a 10% de todas as despesas elegíveis na operação em causa, não é elegível. Só poderá ser fixado uma % mais elevada para as operações relativas a preservação do ambiente. |
| | Inclusão na taxa de comparticipação de 75% (ambiente e bem-estar animal) a construção de estruturas tais como salas de ordenha e parques de alimentação cobertos. | |
| | Criação de projectos específicos para construção de cabanões de ordenha. | * O sistema de gestão a implementar, tem como objectivo aumentar a eficiência e eficácia na aprovação de projectos. |
| | AJAFaial | |
| | Propõe que o montante elegível para a compra de terras no caso de Jovens Agricultores seja fixado em 30% do custo total elegível do projecto. | |
| | Levantam a dúvida dos Micro-Projectos com valor inferior a 3.000 € não estarem acessíveis para Agricultores ATP. | |
| | Solicitam esclarecimentos relativamente aos Micro-projectos. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---------------------|--|---|
| | AAS Miguel | |
| | Possibilidade de incluir produções inovadoras nesta medida. | |
| | Menor nível de exigências na instrução do processo, no caso de projectos com menores montantes de investimento. | |
| | Maior apoio relativamente à aquisição de investimentos. | |
| | Maior nível de ajuda e instrução do processo facilitada para investimentos destinados ao cumprimento das normas comunitárias e/ou licenciamento das explorações. | |
| | o caso dos Jovens Agricultores em primeira instalação no sector pecuário, o nível de ajuda dos investimentos efectuados deve ser de 75%. | |
| | AJA Terceira | |
| | A diferenciação do nível de apoio entre ATP's e agricultores a tempo parcial não é suficiente. | |
| | Os níveis de apoio devem ter uma discriminação positiva em favor dos Jovens Agricultores. | |
| | FRUTER | |
| | O valor mínimo para os Micro-projectos seja de 1.500 € para o valor ficar acessível a todos os agricultores. | |
| | Relativamente aos Outros Projectos, a condição de um acréscimo mínimo de 5% no rendimento de trabalho por UTA é muito penalizadora para os agricultores. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|---|---|
| Medida 1.6- Melhoria do valor económico das florestas | FCAçores | * A implementação de Sistemas de Certificação Florestal: Gestão Florestal Sustentável e Cadeia de Custódia, foi incluída na Medida (assim como nas acções 2.4.1., 2.4.2 e 2.4.3). |
| | Propõe a criação de medidas de apoio à gestão, fomento e exploração cinegética, criando apoios e incentivos ao investimento nesta área. | |
| | FAAçores | |
| | Os produtos florestais devem ser considerados como fileira estratégica. | * O PGF é elegível e obrigatório para intervenções nesta Medida superiores a 10ha (assim como nas acções 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3). |
| | Incluir como medida estratégica a implementação de Sistemas de Certificação Florestal: Gestão Florestal Sustentável e Cadeia de Custódia. | |
| | O Plano de Gestão Florestal (PGF) deve ser elegível e obrigatório. | |
| | Privilegiar as Organizações de Produtores Florestais, as Associações de produtores agrícolas com núcleos florestais e os projectos que incidam sobre áreas agrupadas. | * Os projectos das Organizações de Produtores Florestais, das Associações de produtores agrícolas com núcleos florestais e os projectos que incidam sobre áreas agrupadas são considerados prioritários (assim como nas acções 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3). |
| | AAITerceira | |
| | Rigor e competência na sua gestão e criação de estruturas que tornem mais atractivos os investimentos nesta área por privados. | |
| | AJAITerceira | |
| | Em relação a esta medida, a Associação pensa que os objectivos poderão não ser atingidos. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---|---|---|
| Medida 1.7 - Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais | FAAçores | * As medidas de apoio à promoção da produção regional de qualidade estão contempladas na programação que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das RUP ("Sub-programa da Região Autónoma dos Açores - Adaptação da Política Agrícola Comum à realidade Açoriana"), primordialmente no âmbito da Medida "Ajudas à melhoria da capacidade de acesso aos mercados", daquele Sub-programa, que prossegue os mesmos objectivos definidos para o Eixo 1 do PRORURAL, evitando, deste modo, sobreposições entre Medidas e proporcionando sinergias entre os 2 Programas e um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis. Contudo o PRORURAL passou a contemplar uma Medida de "Adaptação a normas exigentes" cujo enquadramento naquele Sub-programa poderia ser dificultado. |
| | É proposta uma medida inteiramente nova, intitulada de "Promoção da Produção Regional da Qualidade", que antecederia a presente. Esta pretende apoiar a produção de qualidade (DOP, IGP, ETG, MPB) e inclui três acções: Incentivo à Produção Regional de Qualidade, Informação e Promoção de Produtos de Qualidade e Adaptação e Cumprimento das Normas Exigentes. | |
| | Potenciar e dinamizar a fileira florestal como fileira estratégica. | |
| | Inclusão de parques de biomassa. | |
| | COOPAgromariense | * Apesar de, no PRORURAL, o Sector Florestal não estar identificado como fileira estratégica, este sector usufruirá de participação máxima. |
| | Refere que o PRORURAL tem exposto todos os pontos de interesse ao desenvolvimento rural da região e interesses dos agricultores, não sugerindo alterações ao mesmo, antes enaltecendo o Eixo 1 e 2 do Programa, destacando no caso do primeiro as acções 1.7 e 1.8. | |
| | AASMiguel | |
| | Recomenda-se uma ajuda de 75% do investimento elegível não modulada. | |
| | AAITerceira | * Tendo em conta o maneo que é realizado na floresta açoriana, considerou-se que a inclusão de parques de biomassa não é praticável uma vez que não existe central de aproveitamento energético para tal produto ou mesmo valorização do produto que justifique a saída do mesmo para, por exemplo, o Continente. |
| | Rigor na escolha de projectos inovadores, que tragam mais valias a toda a fileira em causa. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---|---|---|
| Medida 1.8 - Cooperação para a Promoção da Inovação | FAAçores | * A dotação financeira disponível e o equilíbrio entre medidas não permitiram o reforço da dotação indicativa desta Medida. A adesão que se verificar a esta Medida inovadora poderá conduzir à revisão da dotação. |
| | Realça a importância das organizações de produtores e das suas cooperativas nesta medida. | |
| | COOPAgromariense | |
| | Refere que o PRORURAL tem exposto todos os pontos de interesse ao desenvolvimento rural da região e interesses dos agricultores, não sugerindo alterações ao mesmo, antes enaltecendo o Eixo 1 e 2 do Programa, destacando no caso do primeiro as acções 1.7 e 1.8. | |
| | AASMiguel | |
| | Importância de uma distribuição justa dos investimentos públicos para os agricultores, relativamente às indústrias agro-alimentares. | |
| | AAITerceira | |
| | Um reforço da verba prevista e maior ambição nos resultados a atingir. | |
| Medida 1.9 - Criação e Desenvolvimento de Novos Instrumentos Financeiros | FAAçores | * Está equacionada a possibilidade de criação de um Fundo Imobiliário Florestal |
| | Inclusão de seguros florestais. | |
| | AASMiguel | |
| | Complementaridade com os recursos financeiros do PROCONVERGÊNCIA. | |
| | AAITerceira | |
| Medida 1.10- Adaptação a normas exigentes | FAAçores | * Foi incluída a Medida na última versão do PRORURAL |
| | É proposta uma medida inteiramente nova, intitulada de “Promoção da Produção Regional da Qualidade”, que antecederia a presente. Esta pretende apoiar a produção de qualidade (DOP, IGP, ETG, MPB) e inclui três acções: Incentivo à Produção Regional de Qualidade, Informação e Promoção de Produtos de Qualidade e Adaptação e Cumprimento das Normas Exigentes. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|--|---|
| Medida 1.11- Catástrofes naturais | FAAçores | * Os sistemas de seguros agrícolas serão avaliados em fase posterior. * Aquando da criação de um Fundo Imobiliário Florestal, o seguro destes bens será considerado. |
| | Concretização de um sistema de seguros quer de produção quer de colheita. | |
| | AASMiguel | |
| | Inclusão na subscrição de seguros, de seguros relativos à sementeira na beterraba sacarina (protecção contra aguaceiros) e de colheita no caso do milho forrageiro (protecção contra ventos fortes). | |
| | Dúvidas relativas ao grau de destruição para o enquadramento "Calamidade". | |
| | AAITerceira | |
| Medida 1.12 - Melhoria e Desenvolvimento de infra-estruturas | Criação de um sistema de seguros agrícolas quer de produção quer de colheita, com consequente previsão de verbas para o estudo deste sistema, no âmbito desta medida. | * A dotação financeira disponível e o equilíbrio entre medidas não permitiram o reforço da dotação indicativa desta Medida. |
| | FAAçores | |
| | Equidade no acesso às infra-estruturas para as explorações fora dos perímetros das bacias leiteiras. | |
| | AASMiguel | |
| | Aumento das verbas para esta medida. | |
| | AAITerceira | |
| | Um ritmo mais acelerado na criação de infra-estruturas de apoio à agricultura. | |

Resumo dos Resultados das Consultas aos Parceiros Económicos e Sociais - EIXO 2

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|---|--|
| Medida 2.1 - Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas | FAAçores | * Foi aceite a criação de mais uma classe de SAU "Mais de 21 até 28 ha". |
| | Aplaudem o aumento da área máxima para 100 ha (ATP) e o aumento dos valores por/ha para as várias classes de dimensão de área. | |
| | Apreensão relativamente aos valores de conversão dos animais em cabeças normais. | * Foi considerado um encabeçamento máximo de 3,00 CN por hectare de superfície forrageira. |
| | AAITerceira | |
| | Satisfação perante o aumento da área máxima beneficiada e do montante pago por hectare. | |
| | Aumento do encabeçamento máximo permitido para as 3,0 CN. | |
| | AASMiguel | |
| | Dúvida sobre a inclusão da beterraba sacarina como cultura forrageira. | |
| | Criação de mais uma classe de SAU "Mais de 21 até 28 ha". | |
| | Possibilidade do encabeçamento máximo ser ultrapassado, tendo em conta a média da exploração, em determinada campanha, e ainda estabelecer compromissos anuais. | |
| | AJAITerceira | |
| | Regista-se com apreensão o favorecimento das explorações de dimensão superior. | |
| | Não efectuar o pagamento de IC's a agricultores a tempo parcial. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---|--|---|
| Medida 2.2 - Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 | FAAçores | * A Medida “Protecção de Lagoas” foi totalmente reformulada em parceria com a SRAM e os níveis de ajuda aumentados. |
| | Aplaudem o reforço da medida “Manutenção da Extensificação da produção pecuária”. | |
| | Reforço do apoio ao MPB, no caso das pastagens naturais ou prados permanentes, tendo em conta os apoios previstos com a extensificação. | |
| | Dúvidas quanto à exequibilidade da medida dos Pomares Tradicionais. | * A medida de apoio aos pomares tradicionais foi revista e simplificada. |
| | Preocupação relativa à delimitação de áreas de ocorrência e eleição dos habitats naturais, relativamente à Rede Natura 2000. | |
| | AJASMiguel | |
| | Consideram pouco atractivo o montante anual de ajuda de 900 € / ano no caso da opção A da medida “Protecção de Lagoas” | * Os pagamentos Natura 2000 destinam-se aos agricultores com parcelas privadas agrícolas inseridas em SIC. |
| | AAITerceira | |
| | Satisfação perante o reforço de pagamento por hectare. | |
| | Inclusão de uma medida relacionada com a sementeira directa do milho. | |
| | Alertam para a complexidade legislativa da medida dos pomares tradicionais. | |
| | AASMiguel | |
| | Relativamente ao MPB, importa esclarecer possíveis acumulações de ajudas face às culturas praticadas. | |
| | Relativamente à Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária, importa considerar a utilização de adubos de libertação lenta e a definição de zonas de altitude e zonas baixas. | |
| | Relativamente à Protecção de Lagoas, importa considerar a sua complementaridade com outras medidas e outros programas. | |
| | AJAITerceira | |
| | Insistência em medidas, sem que estas ofereçam dados concretos relativamente a melhorias ambientais (e. g. “Extensificação da Produção Pecuária”), revela alguma falta de estratégia para esta medida. | |
| | Introdução de medidas como a “Sementeira Directa” e a “Protecção integrada da cultura do Milho”. | |
| | FRUTER | |
| | Inclusão da floricultura no modo de produção biológico. | |
| | SPEAves | |
| | Interdição do emparcelamento e eliminação de sebes vivas na Rede Natura 2000. | |
| | Nos pagamentos na zona de Rede Natura 2000 os objectivos devem contemplar a Directiva Aves. | |
| | Sub-financiamento relativamente à Rede Natura 2000. | |
| | Maior envolvimento das ONG’s na aplicação do Programa, sendo que estas possam mesmo ser beneficiárias de certas medidas. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|---|--|--|
| Medida 2.3 - Apoio a Investimentos Não Produtivos | AAITerceira | * A tipologia de investimentos sugerida tem enquadramento nos Eixos 3 e 4. |
| | Sugerindo um reforço de verba, indicam a inclusão de apoios à reconstrução de palheiros em pedra e de silo antigos, característicos da paisagem açoriana. | |
| | SPEAves | |
| | Atenção à implantação prévia de infra-estruturas de modo ilegal, e que o Programa não poderá pagar a sua relocação. | |
| Medida 2.4 - Gestão do Espaço Florestal | AASMiguel | * As taxas de apoio foram aumentadas. |
| | Destaque para a afectação de verbas do anterior Programa. | |
| | AAITerceira | * São considerados prioritários os investimentos que promovam a utilização de espécies autóctones e inseridos em bacias hidrográficas de lagoas com Planos de Ordenamento aprovados. |
| | Importância da divulgação desta medida para terrenos marginaes. | |
| | SPEAves | * Os objectivos passaram a contemplar a Directiva das Aves. |
| | Necessidade das florestações previstas no Eixo 2 serem com espécies autóctones. Também a criação de Viveiros de Produção de Nativas e instalação de Pomares Produtores de Sementes Certificados. | |
| | Especial atenção às zonas protegidas, incentivando a utilização de espécies nativas em detrimento de exóticas e reforçando os incentivos financeiros previstos para tal. | |
| | Obrigatoriedade de todas as florestações serem feitas com espécies autóctones. Ainda dentro desta medida, na gestão de áreas públicas, o montante de financiamento deveria ser de 100% a fundo perdido. | |
| | Pagamento em Rede Natura 2000 em terras florestais - Objectivos devem contemplar a Directiva Aves, na gestão de áreas públicas, o montante de financiamento deveria ser de 100% a fundo perdido e aumento do nível de apoio. | |

Resumo dos Resultados das Consultas aos Parceiros Económicos e Sociais - EIXOS 3 e 4

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|-------------------------|--|---|
| Medidas dos Eixos 3 e 4 | AASMiguel | * Foi aumentada a dotação do Eixo 4. |
| | Relativamente ao eixo 3 e 4, é sugerido um aumento de dotação inicial prevista para o LEADER. É feita referência à ausência de uma estratégia integrada de apoio aos agricultores que estão em zonas vulneráveis (e. g. Eutrofização das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades) e um apelo à coordenação entre os serviços públicos regionais para solucionar este problema. | |
| | AAITerceira | |
| | Relativamente aos Eixos 3 e 4, salientando a sua importância e relevância, sugerem um reforço de verbas para o último. | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|---|--|
| Medida 3.1 - Diversificação da economia e Criação de emprego em meio Rural | ADLocal | <p>*Foram rectificados os indicadores, nomeadamente os relativos ao género e idade.</p> <p>* Foram tidas em consideração as sugestões relativas às metas a alcançar (percentagens do nº de beneficiários por tipo de actividade e o nº de micro-empresas apoiadas).</p> <p>* Foram incluídos nos investimentos elegíveis os estudos de viabilidade económica, os investimentos relativos a energias alternativas e renováveis, e a aquisição de viaturas para a Acção 3.1.3, desde que o seu uso seja indispensável à realização do projecto e afectas em regime de exclusividade à prestação do Serviço.</p> <p>* A confirmação da permanência do posto de trabalho será realizada através da evidência das folhas de remuneração e folhas de Segurança Social.</p> |
| | Medida 3.1 | |
| | Consideram pouco realistas e excessivamente ambiciosas as metas propostas para projectos a serem executados por mulheres e por jovens (< 25 anos). Propõem que na definição destas metas se considerem os resultados alcançados no LEADER II e LEADER+. | |
| | Consideram que o limite dos 25 anos não tem justificação, não sendo usado nem na definição de jovens do Programa do Ministério da Economia (18-35), nem na definição de jovens agricultores (até 40). | |
| | Acção 3.1.1 - “Diversificação das Explorações para Actividades Não Agrícolas” | |
| | Alertam para a dificuldade que muitas explorações agrícolas terão na instalação de pontos de venda, decorrentes da carência de infra-estruturas básicas. | |
| | Consideram que 60% de financiamento a fundo perdido não será suficiente para incentivar os agricultores a implementarem novas actividades não agrícolas. | |
| | Propõem que se incluam como investimentos elegíveis os estudos de viabilidade económica. | |
| | Acções 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas | |
| | Propõem que se considerem elegíveis investimentos relativos a energias renováveis e alternativas. | |
| | Defendem a elegibilidade, com uma taxa de participação inferior, para projectos que não conduzam à criação e/ou manutenção de postos de trabalho. | |
| | Propõem que a permanência do posto de trabalho seja confirmada pelas folhas de remuneração em vez de outro mecanismo. | |
| | Acção 3.1.3. - Desenvolvimento de actividades turísticas | |
| | Sugerem melhor definição de “Investimentos Turísticos de Pequena Escala”. | |
| | Consideram restritivas as delimitações financeiras por projecto, relativamente ao mínimo (5.000 €) e ao máximo (150.000 €); | |
| | Pedem esclarecimento sobre a expressão “Explorando interfaces com outros apoios que não o FEADER (...)”. | |
| | Defendem que os GAL, Autarquias Locais e outras entidades públicas possam apresentar candidaturas. | |
| | Defendem a elegibilidade, com uma taxa de participação inferior, para projectos que não conduzam à criação e/ou manutenção de postos de trabalho. | |
| | Propõem que a permanência do posto de trabalho seja confirmada pelas folhas de remuneração em vez de outro mecanismo. | |
| | Propõem a inclusão na tipologia dos investimentos da “aquisição de viaturas” | |

(continuação)

| Medidas do PRORURAL | Resumo dos principais contributos dos parceiros | Comentários e sugestões acolhidas no PRORURAL |
|--|---|--|
| Medida 3.2- Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais | ADLocal | <p>* Foram incluídas, nos beneficiários, as parcerias privadas, assim como outros organismos.</p> <p>* Foi reduzida a dotação financeira destinada à SRAF.</p> <p>* Os serviços de apoio à infância passaram a ser universais nas zonas abrangidas pelos GAL.</p> <p>* Foi considerada elegível a refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional.</p> |
| | Acção 3.2.2. - Conservação e Valorização do Património Rural | |
| | Propõem que seja acrescentada à “Descrição” a “refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional”. | |
| | Defendem que sejam incluídos como beneficiários elegíveis os organismos públicos como Câmaras Municipais, empresas municipais, escolas, entre outros. | |
| | Incluir nos beneficiários as parcerias privadas. | |
| | Redução da dotação orçamental destinada aos serviços da SRAF. | |
| | Acção 3.2.1 - Implementação de serviços básicos para as actividades económicas e para as populações rurais | |
| | Discordam que a criação e/ou desenvolvimento de serviços de apoio à infância seja “predominantemente destinados às famílias dos agricultores”, defendendo a sua universalidade. | |
| Medida 3.3- Formação e informação | ADLocal | * A % de 50% foi corrigida para 20%. |
| | Consideram excessivamente ambiciosa a meta proposta para projectos a serem executados por mulheres (50%). | |
| Medida 3.4 - Desenvolvimento de competências e animação nas zonas rurais | ADLocal | * Foi feita a distinção proposta. |
| | Deverá haver distinção entre as despesas elegíveis no âmbito da medida 3.4 e 4.3. | |
| Medida 4.2 - Cooperação LEADER | ADLocal | <p>* Foi aumentada a dotação financeira.</p> <p>* Foram corrigidas as metas para valores inferiores.</p> |
| | Dotação orçamental prevista no PRORURAL bastante inferior à do actual LEADER+. Indicadores (metas estabelecidas) difíceis de alcançar. | |
| Medida 4.3- Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios | ADLocal | * Foi contemplada na tipologia de investimentos a aquisição de viaturas, bem como a sua manutenção e outras despesas directamente relacionadas. |
| | Incluir na tipologia dos investimentos a “aquisição de viaturas”. | |

17.4. ANEXO IV - Avaliação ex-ante (versão completa)

17.5. ANEXO V - Plano Sectorial Rede Natura 2000